



Revista do Instituto do Ceará
(HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO)

COMISSÃO DA REVISTA

Presidente

José Augusto Bezerra

Eleitos

Pedro Alberto de Oliveira Silva

Francisco Fernando Saraiva Câmara

Francisco Ésio de Sousa

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Aroldo Cavalcanti Mota

(Publicada anualmente desde 1887 – Ano da
Fundação do Instituto do Ceará – sem interrupção)

Tomo CXXI – Ano CXXI

2007

*Dedimus profecto grande
patientiae documentum*

Fortaleza – Ceará – Brasil

Revista do Instituto do Ceará

Além dos 121 Tomos correspondentes aos cento e vinte e um anos de existência do Instituto do Ceará, foram editados os Tomos Especiais seguintes:

- 1924 – TE – 1 (Centenário da Confederação do Equador)
- 1929 – TE – 2 (Falecimento do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil)
- 1938 – TE – 3 (Falecimento do Barão de Studart)
- 1956 – TE – 4 (Centenário do Barão de Studart)
- 1972 – TE – 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil)
- 1977 – TE – 6 (90º aniversário do Instituto do Ceará)
- 1984 – TE – 7 (Centenário da Abolição da Escravatura no Ceará)
- 1987 – TE – 8 (Centenário do Instituto do Ceará)

Endereço:

Rua Barão do Rio Branco, 1594 - Centro
60025-061 – Fortaleza – Ceará – Brasil
Telefone: (85) 3231.6152 - Fax: (85) 3254.4116
http: www.institutodoceara.org.br
e-mail: contato@institutodoceara.org.br

PEDE-SE PERMUTA
PÍDESE CANJE
ON DÉMANDE LE CHANGE
WE ASK FOR EXCHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUSCH
SI RICHIEDE LO SCAMBO
NI PETAS CANGON

A matéria assinada é de responsabilidade do respectivo autor

Revista do Instituto do Ceará
Fortaleza:
V. anual
Trimestral até 1928
1. Geografia, História, Antropologia – periódico
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
CDU: 91 + 93.572 (05)

ISSN 0100-3585

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

Diretoria

(4 mar. 2007 - 4 mar. 2009)

Presidente	JOSÉ AUGUSTO BEZERRA
Vice-Presidente	PEDRO SISNANDO LEITE
Secretário-Geral	VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
1º. Secretário	PAULO AYRTON ARAÚJO
2º. Secretário	REJANE MARIA V. ACCIOLY DE CARVALHO
1º. Tesoureiro	FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
2º. Tesoureiro	EDNILO GOMES DE SOARES
Diretor da Biblioteca e Arquivo	PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Diretor de Com. e Rel. Públicas	MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)

Conselho Superior

Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente)
Zélia Sá Viana Camurça
Paulo Ayrton Araújo (ex-presidente)
José Liberal de Castro
Carlos Mauro Cabral Benevides

Comissões

História

Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Caminha Alencar Araripe
Gisafran Nazareno Mota Jucá
Valdelice Carneiro Girão
João Alfredo de Sousa Montenegro

Geografia

Oswaldo Evandro Carneiro Martins
Rubens de Azevedo
Caio Lóssio Botelho
José Cláudio de Oliveira
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos

Antropologia

Zélia Sá Viana Camurça
Dário Moreira de Castro Alves
Eduardo Diatayh Bezerra de Menezes
José Murilo de Carvalho Martins
Rejane Maria V. Accioly de Carvalho

Revista

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Ésio de Souza
Eduardo Diatayh Bezerra de Menezes
Aroldo Cavalcanti Mota

Verificação de Merecimento

Vinicius Antonius H. de Barros Leal
Eduardo de Castro Bezerra Neto
José Filomeno de Moraes Filho
Francisco de Assis Arruda Furtado

Defesa do Patrimônio

José Liberal de Castro
Miguel Ângelo de Azevedo
Francisco Edson Cavalcante Pinheiro
Pedro Sisnando Leite
Vladir Pontes Meneses



Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

Fundado a 4 de março de 1887, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, onde tem sede e domicílio.

Sociedade civil, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado. Reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n. 94.364, de 22 de maio de 1987, Lei Estadual n. 100, de 15 de maio de 1936, e Lei Municipal n. 5.784, de 13 de dezembro de 1983.

Tem por finalidade específica o estudo da História, da Geografia, Antropologia e das Ciências correlatas, especialmente do Ceará.

Para alcançar seus objetivos precípuos, realiza sessões ordinárias, especiais e solenes, e mantém:

- intercâmbio cultural com instituições científicas e literárias nacionais e estrangeiras;
- a Revista do Instituto do Ceará, em que se publicam colaborações de Sócios, documentos históricos e outros trabalhos que a comissão de redação achar conveniente;
- um Museu Histórico e Antropológico de caráter regional;
- Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo;
- Auditório Pompeu Sobrinho, para solenidades.

Ao Leitor

O Instituto do Ceará, a mais antiga entidade cultural da nossa terra, dando continuidade ao paciente trabalho dos nossos antepassados, apresenta a revista de 2007, novo elo de uma cadeia ininterrupta de cento e vinte e um números anuais, densos de informações, que transformam essa coleção histórica numa das mais completas do nosso país.

Mais uma vez será permitido ao consulente adentrar num ambiente em que a história, pela pesquisa documental, surpreendentemente, toma vida e interage com o estudioso.

Cumpre-nos agradecer aos ilustres colaboradores que escreveram sobre os preciosos temas que compõem a presente obra.

Fato significativo, que demonstra a magnitude intelectual do Sodalício, é a participação de quatorze sócios efetivos da Instituição na presente publicação, os quais, debruçando-se sobre relevantes assuntos, colocaram focos de luz em personalidades e acontecimentos que estavam obscurecidos pela névoa do tempo.

Registramos, também, o esforço do coordenador da revista, o sócio Pedro Alberto de Oliveira Silva, mais uma vez à frente do comando editorial, com objetividade e dedicação em todo o seu projeto.

No ensejo de que venhamos a usufruir prazerosamente o conteúdo deste livro, queremos registrar o empenho que o Instituto do Ceará vem empreendendo, no sentido de adaptar-se às regras da modernidade, sem perder os vínculos com os seus costumes e tradições.

A Diretoria

ARTIGOS

Senado do Império: o senador Alencar e o Ceará

MELQUÍADES PINTO PAIVA*

José Martiniano Pereira de Alencar (1794 – 1860) é personagem da maior importância da história política do Ceará, muito bem conhecido pelos conterrâneos mais cultos. Existe abundante bibliografia sobre a sua vida, com destaque para o livro de Araripe (1995), sem contar com resenhas contidas em publicações as mais diversas.

Não temos a intenção de produzir um novo relato sobre a vida deste ilustre cearense, mas tão-somente uma breve súmula biográfica, servindo de introdução ao estudo do seu desempenho no Senado do Império, como representante da Província do Ceará, em defesa dos seus interesses, sem falar nas atividades ligadas à política nacional, onde foi participante da maior proeminência

Nasceu em Barbalha (CE), em 16 de outubro de 1794, sendo filho do negociante português José Gonçalves dos Santos e de Bárbara Pereira de Alencar. Foi enviado para estudar no Seminário de Olinda (PE).

Ainda como sub-diacono, foi escolhido como emissário das forças revolucionárias de 1817, para sublevar o sul do Ceará. Entrou para a História no dia 3 de maio daquele ano, quando, no patamar da igreja matriz do Crato, proclamou a República na região do Cariri (CE); poucos dias depois foi preso, o mesmo acontecendo com a mãe, dois irmãos e outros revoltosos patriotas. Encaminhado à prisão em Fortaleza e depois mandado para os cárceres do Recife e Salvador, foi posto em liberdade no correr do ano de 1821.

Primeiro suplente de deputado à Constituinte Portuguesa (1822), nela tomou assento porque José Ignácio Gomes Parente não assumiu sua cadeira de representante do Ceará, por motivo de doença. Abando-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

nou as Côrtes de Lisboa, fugindo para a Inglaterra, logo que soube da Independência do Brasil, donde regressou ao Rio de Janeiro.

Deputado à Assembléia Geral Constituinte (1823), também participou da segunda legislatura da Câmara dos Deputados (1830 – 1833), eleito pelo Ceará. Escolhido senador por Carta de 10 de abril de 1832, assumiu cadeira vitalícia, representando a província natal, em 2 de maio do mesmo ano.

Participou da Confederação do Equador (1824), tendo sido preso e levado a julgamento; apresentou súplica de perdão ao imperador D. Pedro I (1825) e foi libertado em 1826.

Por duas vezes presidiu o Ceará: de 6 de outubro de 1834 a 25 de novembro de 1837; de 20 de outubro de 1840 a 6 de abril de 1841.

Fundou e dirigiu a Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador D. Pedro II (Clube da Maioridade).

Embora sacerdote pelo Seminário de Olinda (1823), teve vida conjugal com a prima Ana Josefina de Alencar, a partir de 1826 – o primogênito do casal foi o escritor José de Alencar (1829 – 1877).

Sempre atuou nas fileiras do Partido Liberal e foi um dos seus mentores na Província do Ceará.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1860.

Senado do Império

O levantamento dos pronunciamentos do senador José Martiniano Pereira de Alencar, no Senado do Império, foi realizado com apoio das atas de suas sessões (1832 – 1860), a partir de xerocópias recebidas da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal e da consulta direta aos volumes dos *Anais*, encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não temos a certeza de haver lido todos os discursos e apartes de sua autoria, por notórias faltas de volumes/anos nas coleções consultadas.

Justificamos as longas transcrições apresentadas, porque não desejamos correr riscos de más interpretações dos textos, e também por elas servirem como importantes depoimentos sobre a história do Ceará, em geral pouco conhecidos, por causa das dificuldades de encontrar e

consultar os anais do Senado do Império, pela falta de volumes ou monotonia cansativa da leitura de material esparso e volumoso.

Apesar das possíveis falhas, o levantamento realizado bem serve para avaliar a atuação do senador Alencar em relação ao Ceará.

Nas transcrições adotamos a grafia das palavras conforme as encontramos nas fontes consultadas, não havendo atualização da ortografia.

Sessão de 21 de agosto de 1832 – Falando sobre emenda ao Código Penal, afirmou o senador Alencar que duas vilas cearenses estavam “debaixo do dominio de Pinto Madeira.” Mais adiante disse: “Em 1824 quando Carvalho [*Manuel de Carvalho Paes de Andrade*] principiou a desobedecer a Côrte, mandou dous emissarios ao Ceará para fazerem a revolução. Quem estava governando recebeu os emissarios, que não levavam exercito, e officiou a todos os Eleitores, a todos os Membros das Camaras, etc., para que se reunissem em um certo dia para se tratar de negocios de que elles vinham incumbidos. Começou-se a cabalar para proclamar um systema novo, o que durou dous meses, sem qualquer exercito algum, ou gente armada, mais que a tropa ordinaria da guarnição; cumpriram-se emfim as ordens e reunio-se um Congresso de 400 homens, que não estavam armados, e que depois se retiraram para suas casas. Não houve excesso algum, não houve ninguem armado, não houve emfim mais nada do que dizerem que se proclamasse a Federação do Equador; e como a Provincia toda concordou, foi ella proclamada.” (...) “O facto é este: fez um Congresso, discutio-se nelle (...) e venceu-se que se proclamasse, assim como proclamou um systema novo, que deitava por terra o estabelecido, e se isto não é rebellião, apesar de não haver tropa ou pessoa alguma armada, então não sei o que é, me fará o favor de dizer o titulo que lhe hei de dar...”

Sessão de 23 de agosto de 1832 – Defendeu a criação de uma nova freguesia na capela de Nossa Senhora da Glória, na povoação de Maria Pereira; também, o estabelecimento de uma cadeira de Gramática Latina na vila de Campo Maior de Quixeramobim; ainda, a remoção da freguesia de Almofala para a povoação da Barra do Aracajú [*Acarauá*]; por fim, uma nova freguesia a se fixar na povoação de Cascavel. A respeito da concessão de gratificação aos fazendeiros e lavradores cearenses que

construírem açudes de pedra e cal, disse o seguinte: “Todos os Brasileiros sabem quanto aquella desgraçada Provincia do Ceará tem soffrido com as seccas e a experiencia agora tem mostrado que algum açude, que ha na Provincia, feito pelos proprietarios nas suas terras, apresenta um remedio extraordinario contra estas seccas; porque toda a circumferencia das margens daquelles açudes conservam mattas nas quaes já elles podem plantar. Presumio agora o Conselho Geral [*da Provincia da Ceará*], e muito bem, que se se dêsse um incentivo aos proprietarios para sahirem daquelle lethargo em que estão, e se fisessem açudes nas estradas, e nas suas proximidades, a Provincia tiraria utilidade disso. O que eu acho porém é, que é mui diminuto esse incentivo: porque quantas braças terão esses açudes? Cinco ou dez braças, o que torna o premio muito pequeno; parece-me pois que ainda que se gastassem dez contos de réis, para suavisar naquella Provincia o flagello, que soffre da secca, devia dar-se essa quantia por bem empregada, ainda que não fosse senão para a conservação de seus animaes, que são realmente os melhores do Brasil. Não ha producção mais fecunda de gados do que a daquella Provincia; são todos de muita força, a ponto de virem do Sobral a Pernambuco com 300 leguas de distancia, voltarem outra vez carregados, não ha animal algum tão possante. Tem pois aquella Provincia recurso extraordinario na criação dos gados, e é tal a rigeza delles, que quasi nunca morrem de fome, apezar das grandes seccas comem erva queimada pelos ardores do sol e soffrem sêde de 2 e 3 dias, que quasi sempre é quem os mata. Ora em attenção a isto é que o Conselho Geral se lembrou de animar este unico recurso (á excepção dos Poços Artesianos que demandam outras cousas), e julgou que havendo esse incentivo, que eu acho pequeno, os proprietarios iriam fazendo esses, já nas suas fazendas, já nas estradas. / Disse o nobre Senador [*Luiz José de Oliveira*] que é em conveniencia propria dos proprietarios; mas não é só delles, é tambem do interesse geral da Nação, porque os direitos dos gados hão de produzir mais 20 ou 30 por cento. Portanto, Senhores, este é talvez o primeiro beneficio que se faz áquella Provincia para ver se suavisa a sua desgraça. O Conselho Geral lembrou isto, e os nobres Senadores terão beneficencia bastante para o approvar.” Pondo-se de lado alguns exageros e certos conceitos obsoletos, esta é uma bela e pioneira defesa da açudagem, para combater os efeitos das secas que periodicamente assolam o Ceará!

Sessão de 5 de julho de 1833 – Posicionou-se a favor da contratação de moços para praticarem a navegação na Provincia do Ceará e da criação de um lugar de práctico da barra do rio Jaguaribe (Aracati).

Sessão de 28 de maio de 1839 – Apresentou longo relato sobre os atritos entre o presidente Manoel Felizardo de Souza e Melo, seu successor na presidência da Provincia do Ceará e a Assembléa Provincial, por ele negar-se a sancionar e mandar executar leis por ela aprovadas por maioria de dois terços. Refutou afirmações do senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, ex-ministro da Justiça. Considerou um absurdo o aviso do ministro do Império, com data de 5 de novembro de 1838, que “estabelecia como principio que, sempre que o Presidente da Provincia entendesse que uma lei era anti-constitucional, ainda que a Assembléa Provincial a approvasse por dous terços, em segundo exame, não devia ella ter execução, enquanto a Assembléa Geral não decidisse; creio que isto foi uma exorbitancia do Ministro do Imperio, em face do que dizem os artigos 16 e 20 do Acto Addicional, que eu peço licença ao Senado para ler.” (...) “Disse o nobre Senador ex-Ministro que houve algumas queixas contra o Sr. Manoel Felizardo, porque elle não tinha querido dar execução ás leis da Assembléa Provincial. Isto não é exacto; as primeiras queixas que houve contra o Sr. Manoel Felizardo não foram por esse motivo, e tanto assim, que a Assembléa Provincial logo que se reunio, muito antes de passar algum acto legislativo, se pronunciou contra elle; as queixas que depois appareceram provieram de que elle recusou sancionar certas leis, e executar outras que em segundo exame tinham passado por dous terços da Assembléa Provincial; dahi é que vieram as queixas e o Presidente da Assembléa Provincial mandava publicar e executar essas leis.” (...) “Sr. Presidente. Eu quis só retorquir essas expressões do nobre Senador, e mostrar a injustiça que elle fazia á Provincia do Ceará, suppondo-a dividida em partidos. De facto, a Provincia do Ceará não merecia nenhuma contemplação ao nobre Senador; essa Provincia tinha tomado uma lição sua; ella tinha muita fé nas instituições do paiz; seus habitantes iam-se acostumando a executar a Constituição, debaixo da protecção della; iam-se consolidando as instituições, retirando-se o espirito do campo da politica para as occupações necessarias e uteis ao desenvolvimento material da Provincia; emfim, ia-se fazendo alguma cousa em beneficio real do paiz; e quem assim estava, de certo não era

muito proprio para caminhar nesse systema de regresso e de transacções (*apoiados*), queria conservar aquillo que estava legitimamente estabelecido, e não queria tornar ao que existia anteriormente.”

Sessão de 29 de maio de 1839 – Prosseguiu refutando afirmações do senador Bernardo Pereira de Vasconcellos – “Sr. Presidente. O nobre Senador que hoje me combateu, em primeiro logar attribuiu-me que eu hontem me affligi porque havia sido demitido de Presidente. Eu creio que, pelo contrario, quando toquei nesse ponto, disse que achava mui natural que o nobre Senador me demitisse, e não mostrei afflicção. Como o nobre Senador trouxe esse facto, como deu os motivos porque fez essa demissão, mostrarei que esses motivos que allegou são pouco fundados. O primeiro foi por eu não ter licença do Senado. Ora, o Ministro officiou ao Senado sobre a minha nomeação, e o Senado remetteu o negocio á Commissão de Constituição. Enquanto essa não decidia, parece que tacitamente consentia na minha presidencia. Mas o nobre Senador, dando isto por motivo, não pôde deixar de confessar que nomeou um Deputado para a Presidencia no principio da sessão. Logo este motivo de minha falta no Corpo Legislativo não é razoavel.” / “Outro motivo foi porque sancionei leis da Assembléa Provincial do Ceará, que iam fazendo a Provincia independente. Eu não defenderei todas as leis da Assembléa Provincial: pôde ser que algumas ultrapasse(m) a(s) sua(s) attribuições; mas, antes de continuar, pergunto se o ex-Ministro da Justiça só se importou com as leis da Assembléa Provincial do Ceará, e não com as de outras Assembléas que crearam prefeitos, como se fez no Maranhão? Por ventura, a Assembléa Provincial merece, só, essa censura?” / “Mas, outra cousa noto eu: se essas leis eram más, porque o delegado do ex-Ministro não fez que a Assembléa Provincial as derogasse? Antes eram más, agora são boas; quando foi o delegado do nobre Senador, podiam as leis conservar-se; mas antes delle ir, eram anti-constitucionaes.” / “Dirigi á Administração Geral um officio explicando os meus sentimentos; eu quis, então, entregar o Governo ao Vice-Presidente; e receiando algum transtorno, e parecendo-me que o Ministro não tinha em mim confiança, pedi a minha demissão. O motivo era porque então discordavamos em politica, bem que em outro tempo andassemos juntos no mesmo caminho politico; mas, desde que na Assembléa appareceram essas idéas exaltadas, de se lançarem fora do

Corpo Legislativo homens legitimamente eleitos, nossos pensamentos não foram uniformes.” (...) “Todavia, como o nobre Senador é dotado de uma vasta comprehensão, deu suas voltas, entendeu dever retrogradar; mas eu, quando não vou para diante, também não quero tornar atraz; gosto do justo meio que é a verdadeira politica do Brazil, porque não deve seguir a carreira das revoluções extremas, nem voltar para o ponto donde sahimos, depois de tantos sacrificios.” Relacionou as queixas dos cearenses com respeito à presidência de Manoel Felizardo de Souza e Melo: demissões efetuadas, seguidas de nomeações favorecendo inimigos dos demitidos; desperdícios dos dinheiros públicos. Ele não tinha maioria na Assembléa Provincial, e que a maior parte das Câmaras se posicionaram contra a sua administração.

Sessão de 6 de junho de 1839 – Encaminhou à consideração do Senado quatro requerimentos, todos eles tendentes ao melhoramento material da Provincia do Ceará. O primeiro, assinado por grande número de pessoas do comércio e proprietários de Fortaleza, tendo em vista o melhoramento do porto da capital, “exigindo medidas e offerecendo um projecto mostrando os meios por onde se pôde levar a effeito essa indispensavel obra, com o menor dispendio possivel da Fazenda Publica.” O segundo, assinado por comissão nomeada na Capital, em decorrência de lei da Assembléa Provincial, “para levar effeito projectos de uma sociedade de colonisação, agricultura e criação de gados, e de um Banco Provincial, pede que sejam recebidas nas estações publicas daquella Provincia as notas do Banco que se pretende estabelecer.” O terceiro, assinado pela mesma comissão, “pedindo que se conceda, por aforamento, os terrenos nacionaes devolutos daquella Provincia, que ella julgar necessarios para estabelecer colonisação estrangeira, que se pretende introduzir na mesma Provincia.” O quarto, “pede a prompta decisão da Assembléa Geral sobre a lei provincial que diz respeito ao projectado Banco, visto que, por aviso da Secretaria de Estado do Imperio, de 20 de Fevereiro do corrente anno, foi ordenado ao Presidente do Ceará que promovesse a derrogação desta lei, dando-se assim a entender que ella não cabe nas attribuições das Assembléas Provinciales.” Mais adiante afirmou: “Sei tambem que pelos avisos de 5 e 6 de Novembro do anno passado, foram suspensas, na Provincia do Ceará, varias leis que já se achavam postas em execução, e esta sustação de leis tem causado na

minha Provincia bastante inquietação; pois, para ser executada a ordem do Presidente a semelhante respeito, foi preciso marchar força para diversas partes, e até cuidado que para se fazer effectiva essa suspensão da lei é que o Presidente, que ha pouco foi mudado daquela Provincia, havia pedido auxilio de força ao Presidente da Parahyba. Ora, eu não defendo todas estas leis, e nem me atrevo a sustentar a conveniencia e constitucionalidade de todas; mas o que me persuado é que o Governo Central não tem faculdade para as mandar suspender por acto seu proprio, e sim devem vir ao Corpo Legislativo para, em conformidade do art. 20 do Acto Adicional, se decidir se são contra a Constituição os tratados, os impostos geraes ou os direitos das outras Provincias, unicos casos em que devem ser derogadas.”

Sessão de 23 de julho de 1839 – Contestou o senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, com forte pronunciamento: “Até onde chega a força das paixões e do amor proprio: elle tem muito interesse pelo Ceará, e neste momento permitta-me que eu diga duas palavras, aqui mesmo de longe, aos meus patricios: “ Cearenses! aqui disse em alto e bom som que o Sr. Senador Bernardo Pereira de Vasconcellos que tinha muito mais interesse pelo vosso bem estar do que o vosso patricio senador Alencar; vós tendes na vossa provincia as provas desta verdade: perguntai pelo estado de socego, tranquilidade e prosperidade della no fim do anno de 1837, e comparai com o que agora existe; perguntai pelas vossas estradas, pelas vossas pontes, pelo vosso chafariz, pelo avanço de vossas finanças, pela vossa segurança individual; considerai essas demissões e perseguições que têm tirado o pão e levado o terror a tantas familias; vede o frenesi dos partidos que dilaceram o seio da provincia; combinai tudo isto com o vosso estado em 1837, e agradecei ao Sr. senador Vasconcellos o grande interesse que sua administração tomou pela vossa prosperidade; e quando fizerdes a comparação de qual de nós dous ama mais o Ceará, eu desejo que sejam juizes no julgamento todos os cearenses, ainda mesmo aquelles que fizeram opposição á minha administração; amigos e inimigos, julguem lá quem poderá ter mais interesse pelo Ceará, se o Sr. senador Vasconcellos, se o senador Alencar; eu não dou por suspeito nenhum cearense, seja elle qual for o seu credo; entrego-me á decisão de todos. Eis, Sr. Presidente, o que eu tenho a dizer em resposta ao que a este respeito disse o nobre senador.”

Sessão de 16 de agosto de 1839 – Apresentou o seguinte projeto:

“A Assembléa Geral Legislativa decreta :

Art. 1º Fica creada uma nova Provincia, que se denominará – Provincia do Cariri Novo – cuja capital será a villa do Crato.

Art. 2º Esta Provincia se comporá:

§ 1º Dos municipios do Riacho do Sangue, Icó, Inhamum, S. Matheus, Lavras, Jardim e Crato, da Provincia do Ceará.

§ 2º Dos municipios do Rio do Peixe e Pinhacó [*Piancó*], da Provincia da Parahyba.

§ 3º Do municipio de Dajau [*Pajeú*] de Flôres e dos compreendidos no antigo Julgado de Cabrobó, na Provincia de Pernambuco.

§ 4º Do municipio de Piranhos [*Piranhas*], na Provincia do Piauhy.

Art. 3º As autoridades geraes que, em virtude da Constituição e das leis existentes, houverem de ser creadas nesta nova Provincia, vencerão os mesmos ordenados que as da Provincia do Ceará.”

Em defesa, disse: “Um governo colado no Cariri poderia dalli expedir forças muito proprias e efficazes para tirar Caxias e outros lugares do poder dos rebeldes. No Cariri, em Dejavu [*Pajeú*], em Inhamum, Icó e outros lugares que se destinam para esta nova Provincia, existem ainda os soldados e officiais que já uma vez venceram Caxias, não occupada por Raymundo Gomes e gente indisciplinada, e sim occupada por tropas luzitanas, aguerridas e commandadas pello official, talvez que no Brazil se oppôz á independencia, João José da Cunha Fidié. Sim, foi do Cariri que marchou a mais forte expedição que cercou Caxias e a fez render, quando então se achava guarnecida e fortificada militarmente.” Disse ainda que o Ceará não seria prejudicado com a perda de renda, porque a produção iria crescer, o consumo de gêneros alimentícios também, ficando os portos de Fortaleza e Aracati com os direitos alfandegários.

Sessão de 26 de setembro de 1839 – Tornou a falar sobre algumas leis votadas pela Assembléa Provincial do Ceará, que depois de estarem em execução, foram mandadas sustar por ordem do presidente da Provincia, apesar do aviso de 6 de junho de 1839, para que elas permanecessem em execução, enquanto pela Assembléa Geral não fossem revogadas – o presidente do Ceará não quis cumprir a determinação do governo central.

Sessão de 5 de outubro de 1839 – Afirmou que os navios da Companhia Brasileira dos Paquetes a Vapor deveriam tocar em todos os portos principais do nordeste brasileiro, entre eles o porto de Fortaleza.

Sessão de 23 de outubro de 1839 – Advogou um suprimimento no orçamento de 1840/1841, destinado à província do Ceará, para cobrir um grande déficit perante o Ministério da Fazenda, como acontece em relação a outras províncias. Apresentou emenda destinando 24 contos de réis ao Ceará.

Sessão de 28 de outubro de 1839 – Discussão do Orçamento, perante o ministro da Justiça. Repeliu acusações deste com respeito à província do Ceará: “Sr. Presidente, eu tinha feito tenção de não fallar mais sobre negocios do Ceará, por varios motivos: 1º., porque posso ser considerado suspeito; 2º., porque me tenho convencido que não posso alcançar remedio para os males da minha Provincia, e quando se está desenganado de uma cousa, é prudencia não insistir; 3º., porque o nobre Senador [*Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*], que tem tomado parte neste negocio, tem dito quanto se poderia dizer.” / “Levantei-me, pois, unicamente para dar uma satisfação ao Sr. Ministro, por um desapoiado que me escapou quando S. Ex. fallava, e dizia que se podia dar a possibilidade de em uma Assembléa Provincial existir um partido que se tornasse maioria, a qual fosse hostil á união do Imperio: esta possibilidade em geral eu a admittiria, mas como S. Ex. figurou sua hypothese em relação á Assembléa da Provincia do Ceará, eu desapoiei uma tal hypothese, porque, como filho e morador nesta Provincia, tenho conhecimento pleno dos individuos que compõem aquella Assembléa, e sei de certo que elles não são capazes de conspirar contra a união e integridade do Imperio. Admittir uma tal hypothese me seria mesmo deshonoroso, por isso que eu [estou] com a maioria daquella Assembléa, e não tratei de certo no sentido da desunião do Imperio; e nunca desejei que a minha Provincia se separasse da communhão brasileira. S. Ex. deverá reconhecer que, quando por mais não fôra, mesmo por interesse meu particular, para conservação do lugar que occupo, devo querer a união do Imperio; ao menos, por este motivo devera S. Ex. acreditar-me tão interessado nessa união, como S. Ex., que tem tão bom lugar a conservar.” / “Nem sei mesmo quaes são as razões que S. Ex. pode ter para figurar tal possibilidade, em relação á actual Assembléa do Ceará. Parece-me que nas

peças que apparecem, as quaes patenteiam a divisão entre a Assembléa e o Presidente do Ceará, não se divulga tendencia alguma para separação; nem mesmo o ultimo rompimento entre os dous poderes provinciaes foi proveniente de alguma complicação entre as attribuições de um e outro; a Assembléa fez suas leis; o Presidente negou sua sancção áquellas que não julgou merecerem sua approvação, e nisto cada um esteve no seu direito, e portanto não se seguiu desordem alguma. A mensagem, a mallogração da deputação que a levou, não achando o presidente no palacio, e a portaria do adiamento, levada pelo ajudante de ordens até o recinto da sessão, eis o que me parece ter exarcebado os espiritos, e posto os dous partidos quase a braços; mas em nada disto divulgo eu a tendencia a algum rompimento contra a integridade do Imperio.” / “ Eu não podia deixar passar a hypothese de S. Ex. em relação á Assembléa do Ceará, porque não é de agora que se pretende envenenar aquella Assembléa com idéas de separação; sobre isto se tem dito mil cousas para desacreditar a Assembléa do Ceará; eu peço, porém, a S. Ex., e a todas as pessoas que quizerem julgar com imparcialidade e sem espirito de partido, que leiam a legislação da minha Provincia, que foi feita por essa maioria actual da Assembléa. Durante a minha presidencia não duvido que escapasse um ou outro acto que tenha algum vislumbre de ultrapassar as raias da attribuição da Assembléa, assim como julgo que nenhuma Assembléa Provincial do Brazil escapará de dizer-se della o mesmo; mas, mostre qual dos seus actos é aquelle que tem uma tendencia para se acabar com a união! Se dar força ao delegado do poder central para manter a ordem, e promover o bem, é tendencia de separação, então alguma se achará nesses actos. De certo, nenhuma Lei se deu por capricho, todas foram a expressão das necessidades da Provincia; não foram o effeito do espirito de partido, e sim para se obter a segurança da Provincia, prover aos seus melhoramentos, e tanto que produziram o effeito desejado; a Provincia conservou-se e ninguem poderá negar que teve augmento em suas rendas e no seu melhoramento material, por effeito dessa legislação, de que tanto mal se fallou, e pelo patriotismo da Assembléa, a que se quer agora desacreditar. Eu estou muito persuadido das boas intenções de S. Ex., mas desde já declaro a S. Ex. que não me parece que pode melhorar o estado daquella Provincia; só tenho esperanças na Divina Providencia, só ella nos poderá valer, e abaixo della o Sr. D. Pedro II, quando elle chegar á

sua maioria... quando elle tomar as redeas do Governo; é só para esse tempo que eu appello: isto mesmo tenho escripto para a minha Provincia, dizendo que ponham suas esperanças na maioria de S. M. I., porque por ora não ha salvação. É esta a minha firme convicção.”

Sessão de 13 de maio de 1840 – Tratou da resolução concedendo sesmaria à Sociedade de Colonização, Agricultura e Criação de Gado, a ser estabelecida na provincia do Ceará: “Esta provincia já não tem muitas terras devolutas; é uma provincia que, não tendo grandes cidades nem grandes povoações, contudo, no seu interior está muito bem povoada; e eu julgava que, para se dar alguma ajuda a esta sociedade de colonização, bastava que se concedesse só quatro léguas, com a cláusula de que não se daria a primeira sesmaria de uma légua, sem que essa sociedade apresentasse no Ceará cem casais de colonos, porque é quando chegarem esses colonos que a sociedade precisará de terras.” (...) “Quando estive na presidência, convenci-me de que uma das maiores necessidades era haver quem trabalhasse; e, reconhecendo a falta de braços que havia na provincia, mandei à Europa procurar colonos, os quais, quando se tratava do seu engajamento, logo perguntavam se havia terras para se lhes dar. Para aqueles homens esta promessa é mais lisonjeira do que outra qualquer que se lhes faça; e por isso, aqueles que sem essa garantia vêm ao Brasil não são colonos industriosos, não são os homens que nos convêm; estes sem terem terras em que trabalhem, não querem trabalhar, não querem vir: portanto, se se quer dar impulso à colonização, que é tão necessária naquela provincia, é mister que se passe a resolução. Ficando ela adiada, não pode produzir o efeito que se deseja.”

Sessão de 15 de maio de 1840 – Ainda falando sobre a Sociedade de Colonização, Agricultura e Criação de Gado: “Eu já disse que no Ceará houve quem se lembrasse, interessado pelo bem do Brasil, de procurar desviar o espirito público dos negócios políticos, chamando a atenção dos habitantes para o melhoramento real e material do país. Uma das lembranças foi a de se mandar vir colonos; levou-se isto a efeito, mas, chegando ao Ceará os colonos e não havendo terreno que se lhes dar, não puderam satisfazer os fins que tinham em vista; porque se entendeu que a assembléa provincial não podia dispor dos terrenos devolutos, que são próprios nacionais, e como tais estão debaixo da immediata fiscalização da assembléa geral.” / “Eu estou convencido de que será custosa a organiza-

ção de uma sociedade em uma provincia onde há falta de capitais, como a do Ceará; mas, pode ser que a concessão, já não digo de 10 léguas de terra, mas de 4, fosse o meio de fazer com que essa associação se organizasse; e quando se não pudesse em grande escala fazer a introdução de colonos, podia-se fazer um ensaio avantajado.”

Sessão de 14 de setembro de 1841 – Pronunciou forte e raivoso discurso contra Cândido José de Araújo Vianna, Ministro do Império, que o acusou de conspirador e o ameaçou, dizendo que o Governo tinha força bastante para lhe esmagar. Pediu provas e que estas fossem apresentadas ao Senado, para ele ser julgado. Num trecho do discurso, se refere ao Ceará: “Ainda há pouco, delegado do Imperador, presidindo a Provincia do Ceará, ia sendo vítima de uma conspiração. Desordeiros e sediciosos sublevaram quase toda a provincia, e com as armas na mão atacaram, não ao Alencar como homem particular, e sim como delegado do Imperador; estive cercado uma noite inteira, fazendo-se fogo sobre a casa da minha residência; foram assassinados soldados da minha guarda; e, enfim, escapei, por visível milagre da Providência Divina. Os desordeiros e sediciosos que promoveram a perturbação em toda a provincia, que ensanguentaram as vilas de Sobral, Rupias [*Russas*], Aracati e Cascavel, têm sido não só poupados, e não castigados, mas galardoados, estimados, e até alguns condecorados com distinções honorificas pelo Sr. Ministro do Império. E é este mesmo Sr. Ministro que, depois de tratar assim aos sediciosos que me queriam assassinar, me manda o recado de que tenho feito menção, ameaçando-me com castigo do governo, que deveria ser aplicado aos verdadeiros conspiradores!”

Sessão de 1º de fevereiro de 1845 – Na discussão de parecer sobre anulação de eleições no Ceará em 1840, para deputados provinciais, disse que os eleitores de São Mateus, a pretexto de coação, se reuniram em Saboeiro e ali a procederam; por causa da não existência do colégio de Saboeiro, os deputados eleitos não foram reconhecidos.

Sessão de 6 de fevereiro de 1845 – Ainda cuidando do parecer sobre a anulação das eleições de 1840, informou “como as coisas se passaram nesse tempo em que, segundo ele, o Ceará existiu em um estado de terror e de opressão difficil de descrever-se, sendo vítimas de toda sorte de violências os homens mais eminentes do lado que o orador pertence. Tendo havido um pequeno interregno em que o partido que se chama

ordeiro esteve fora do poder, assentaram os homens desse partido no Ceará que deviam tratar de vencer com as armas, e assim o pretenderam fazer atacando a própria casa do presidente e indo depois cometer os maiores atentados em algumas vilas da província: as do Aracaty, Cascavel e Sobral; entretanto observa o orador que todos esses homens que eram oficiais de comissão foram depois confirmados na côrte e os que não eram oficiais foram agraciados com comendas e hábitos por ocasião da coroação de S. M. I.”

Sessão de 19 de fevereiro de 1850 – Longo pronunciamento, defendendo-se de acusações que lhe foram feitas na Câmara dos Deputados a respeito de antigos acontecimentos, fundamentando requerimento de informações e solicitando documentos para sua defesa. Foram três deputados os acusadores, todos eles trãsugas do Partido Liberal, então membros fervorosos do Partido Conservador, gozando as delícias do poder – em outras palavras, traidores mostrando serviços aos novos patrões: André Bastos de Oliveira (CE), Joaquim Villela de Castro Tavares (PE) e João Antônio de Miranda (RJ). O primeiro, André Bastos de Oliveira, qualificou-o como eminente revolucionário, “o homem das revoluções”, dizendo que ele mandaria “fazer no Ceará a mesma revolução que teve lugar em Pernambuco em 1848”; também o chamou de chefe dos *invisíveis* em 1842: “O senador Alencar é o chefe de um clube revolucionário; esse senador mandou ordem para se fazer uma revolução no Ceará; já foi chefe dos *invisíveis* em 1842, etc.” Lembrou ter o seu acusador se esquecido de falar sobre as estipulias dos seus correligionários conservadores no Ceará, em 1840: “Revoltaram-se umas poucas de vilas: revoltou-se a Vila de S. Bernardo, os revoltosos ali reunidos marcharam e atacaram a vila vizinha do Aracaty a ferro e fogo, houve mortes, atacaram a Vila de Cascavel, onde também houve mortes, e foi preciso grandes esforços dos amigos da legalidade para conter os revoltosos daquela vila; e não obstante isto revoltaram-se na Vila de Sobral: na noite de 14 para 15 de dezembro atacaram a própria casa da residência do presidente da Província, mataram soldados da sua guarda, deram um combate por toda uma noite; choviam balas de todas as partes, e só depois que reconheceram que a tropa e muitos cidadãos importantes daquela vila defendiam com valor ao presidente (sendo testemunha deste fato o meu ilustre amigo e colega, o Sr. Paula Pessoa, em cuja casa estava o presidente), é que deram costas

e fugiram já ao romper do dia.” / “E porque o nobre deputado não falou nesta revolta? É fácil de saber. Esta revolta era uma coisa inocente, era para apear o senador Alencar da Presidência, e talvez matá-lo, pois que se fez fogo contra ele, e colocar-se na administração da Província o Sr. Miguel Fernandes Vieira, primo e cunhado do nobre deputado, como se vê do plano dado por um dos revoltosos, plano que tenho em meu poder! Mas nesta revolução não se fala, porque foi feita por esses constitucionais por excelência, por esses exclusivos amigos do Trono e da ordem, pelos amigos e correligionários do Sr. Deputado!” Mais adiante afirmou que “esse nobre deputado foi um dos correligionários políticos, um dos amigos mais dedicados que tenho tido; foi um *chimango* decidido e de mão cheia, apesar desse espírito revolucionário que hoje me atribui. E também tanta era a atenção que me merecia esse nobre deputado que não duvidei de praticar em seu favor todos aqueles atos de bondade que costume derramar sobre aquelas pessoas de quem sou amigo.” (...) “Verdade porém é que apenas se apanhou juiz de direito e eleito deputado [*liberal*], começou a pensar diferentemente (já se sabe, começou a pensar melhor) e honra lhe seja feita, assim como tinha um correligionário extremoso e o mais decidido partidista *chimango-alencarino*, também tornou-se o maior renegado que tenho conhecido; nada deixa a desejar o favor dos seus novos amigos contra os seus antigos amigos e aliados: aqui deixo este Sr. deputado, o País o julgará.” Dizemos nós: é a velha história da criatura se voltar contra o seu criador, e o julgamento que mereceu tal deputado foi o esquecimento do povo cearense – hoje é um ilustre desconhecido! O segundo, Joaquim Villela de Castro Tavares, ao tratar dos negócios de Pernambuco, defendeu Honório Hermeto Carneiro Leão, não atacado pelo Senador Alencar. Este disse a respeito do seu primeiro período no governo do Ceará: “A Província do Ceará estava em estado excepcional; o furor do assassinato tinha chegado a um ponto horribilíssimo, não era uma ou outra morte que aparecia neste ou naquele lugar da Província, eram imensas; bandos de assassinos armados corriam de um ponto a outro, praticando barbaridades inauditas; a guerra de Pinto Madeira tinha tido lugar havia pouco tempo, esses assassinos apresentaram-se em movimento; era o efeito da desenvoltura das paixões; o armamento que tinha entrado na Província para a guerra de Pinto Madeira estava nas mãos dos assassinos; principalmente nos termos de Icó, das Lavras,

de Serra Grande, de Quixeramobim e Serra do Pereiro. Havia assassinos muito conhecidos, prepotentes e de séquito, cujos nomes faziam aterrar tudo; o furor de assassinar chegava ao ponto que as vítimas eram imoladas até dentro das prisões.” Disse que enfrentou assassinos ferozes que percorriam em bandos toda a província do Ceará, tendo pago gratificações às forças policiais pela prisão ou morte dos bandidos; ao contrário, Honório Hermeto Carneiro Leão, em Pernambuco, voltou-se contra réus de crimes políticos, pagando gratificação a qualquer pessoa pelas prisões ou mortes dos seus inimigos políticos; por isto, rejeitava a comparação do comportamento de ambos os presidentes, como afirmou o deputado pernambucano – ele defendeu a ordem e o outro praticou violências contra políticos adversários. O terceiro, João Antônio de Miranda, um dos seus sucessores na presidência do Ceará (15/02/1839 – 03/02/1840), foi mais virulento nas acusações do que o deputado cearense. O senador Alencar relembrou o seu passado, revolucionário em 1817 e 1824, que não renegava. Foi acusado com respeito ao julgamento de Pinto Madeira, de obrigar vadios a trabalhar em obras públicas [*embora devidamente pagos*], e de fazer transferências de funcionários públicos.

Considerações finais

José Martiniano Pereira de Alencar foi senador do Império durante quase 28 anos (10/04/1832 – 15/03/1860); já em 1850 se dizia velho, doente e cansado, o que explica o pouco brilho do último decênio do seu período senatorial.

É certo ter sido ele um eficiente e laborioso presidente da província do Ceará, com iniciativas pioneiras, principalmente durante o primeiro período de suas investidas. Buscou o progresso material e avançou em defesa da segurança das populações sertanejas, combatendo o banditismo rural.

Infelizmente, o mesmo não podemos dizer sobre a sua atuação na tribuna do Senado do Império, onde pouco falou em defesa do progresso do Ceará e do bem-estar do seu povo. Isto não significa falta de amor à terra natal, tantas vezes reafirmado em sua atribulada vida, desde a revolucionária juventude.

Cabe aqui destacar, entre suas iniciativas senatoriais, o projeto de criação da província do Cariri Novo, antigo sonho acalentado por gente do Crato e da região do Cariri, sul do Ceará; também, a defesa de incentivos à açudagem em terras cearenses, como forma de amenizar os efeitos calamitosos das secas, que periodicamente castigam o Ceará.

Sempre defendeu elevado padrão ético e de honra no Senado do Império, sendo ativo participante nas discussões políticas dos anos da Regência, até a declaração da Maioridade de Pedro II – depois ficou mais quieto, conseqüência da idade!

Convém assinalar a sua permanente fidelidade ao Partido Liberal, na defesa das liberdades políticas, mais evidente nas calorosas discussões de interpretação do Ato Adicional.

Nunca renegou os ideais que o levaram a participar das revoluções de 1817 e de 1824 no Ceará, tendo sofrido anos de prisão, sob severas condições. Entretanto, apresentou súplica de perdão ao imperador Pedro I, por muitos considerada como de manifesta subserviência.

No Senado do Império defendeu fortemente suas ações como presidente da província do Ceará, freqüentemente combatidas por adversários políticos. Tantas vezes foi interpelado e mesmo acusado por seu passado revolucionário, motivo de muitos entreveros verbais, principalmente com o senador Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795 – 1850), antigo liberal que se tornou conservador, com a política regressista.

Afirmou, no Senado do Império, não ter tido ligações com os sediciosos de 1842, entre os quais estava seu amigo Diogo Antônio Feijó (1784 – 1843), mas é sabido que, pelo menos, em sua chácara na cidade do Rio de Janeiro, se refugiaram alguns dos implicados no movimento (ARARIPE, 1995).

Agradecimentos

Devemos sinceros e profundos agradecimentos a instituições e pessoas que nos ajudaram na realização desta pesquisa: *instituições* – Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Senado Federal/Subsecretaria de Arquivo; *pessoas* – Emanuel Aranda Fernandes e Marco Maciel.

Fontes bibliográficas

ARARIPE, J. C. A. – 1995 – *Alencar, o padre rebelde*. Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 228 p., [18] figs., Fortaleza.

BLAKE, A. V. A. S. – 1899 – *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Imprensa Nacional, quinto volume, 493 p., Rio de Janeiro. Biografia de José Martiniano de Alencar: p. 73 – 74.

LEITE NETO, L. (org.) – 1986 – *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros*. Senado Federal, volume III, p. I – XLV + 1309 – 1966 + I – CCXXXII, ilus., Brasília. Biografia de José Martiniano de Alencar: p. 1687 – 1688.

NOBRE, F. S. – 1996 – *1001 Cearenses Notáveis*. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 398 p.

PAIVA, M. A. P. – 1979 – *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., XVI + 221 p., 4 figs.

SISSON, S. A. (ed.) – 1999 – *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, primeiro volume, 447 p., ilus. Biografia de José Martiniano de Alencar: p. 249 – 255.

STUDART, G. (barão) – 1913 – *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, volume segundo, 430 p., Biografia de José Martiniano de Alencar: p. 155 – 158.

Annaes do Senado do Imperio do Brazil / Anais do Senado do Império do Brasil / Annaes do Parlamento Brasileiro – Senado (1832 – 1860).



Delmiro Gouveia

Glória e tragédia de Delmiro Gouveia 90 anos da morte do pioneiro de Paulo Afonso

J. C. ALENCAR ARARIPE*

No dia 10 de outubro de 1917, começo da noite, era assassinado Delmiro Gouveia, quando lia jornais no alpendre do seu chalé em Pedra. Tiraram-lhe a vida dois balaços: um localizou-se no braço, outro, no peito, varando-lhe o coração; o terceiro alcançou a parede.

Pedra não enfrentara, até então, alvoroço igual ao que ocorreu depois do atentado. Antes, muita gente concentrara-se ali para a chegada da luz elétrica; celebrara-se com festa a inauguração da fábrica de linhas; a gente que se reunia, agora, atônita e entre assomos de revolta, deplorava a morte do homem que transformara Pedra de simples parada de trem em núcleo industrial de trabalho e progresso nos carrascais do sertão agreste.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Dos que consumaram a empreitada sinistra nada se sabia; apenas se dizia que, após os tiros, haviam sido vistos vultos que se esgueiravam do local nas sombras da noite. Piquetes foram armados nas estradas pelas quais se deixava Pedra ou nela se penetrava. De nada adiantou quanto ao objetivo visado, ou seja, a detenção dos criminosos.

Quando mataram Delmiro Gouveia, na noite de 10 de outubro de 1917, não se findou uma existência apenas. Interrompeu-se, de maneira brusca, a marcha evolutiva do Nordeste, iniciada vigorosamente no momento em que começaram a funcionar as turbinas montadas nas escarpas da Cachoeira.

Outra seria, hoje em dia, a situação do Nordeste se as balas assassinas não o houvessem abatido. Da fábrica de linhas Delmiro teria partido para outros avantajados empreendimentos. A ampliação da usina da Cachoeira era uma de suas metas. Alcançada, que fosse, surgiriam novas indústrias, ampliar-se-ia o parque fabril, perspectivas bem mais alentadoras teriam os nordestinos na luta contra o subdesenvolvimento.

Nascido na segunda metade do século XIX, Delmiro ingressou na centúria seguinte embalado pelos rumorosos sucessos registrados em Paulo Afonso. É estupendo que, naquele tempo recuado, marcado por tantos fatores negativos, encarnasse o estereótipo do *empreendedor* do século XXI.

Delmiro desapareceu quando mais dele precisávamos. E, para infelicidade nossa, não teve continuadores. Nem a fábrica de linhas logrou sobreviver ao seu fundador. Doze anos depois, isto é, em 1929, um dia consumou-se o crime maior: depois de uma concorrência desleal, o trust inglês apoderou-se das instalações que Delmiro deixara e que não conseguira abocanhar enquanto vivo foi o caboclo cearense do Ipú. Parte da maquinaria foi lançada ao rio São Francisco, outra levada para bem longe pela Machine Cottons.

O que ninguém conseguirá, porém, é destruir a glória do pioneiro autêntico, *empreendedor* que nos albores do século XX apontou para o Brasil o caminho da redenção econômica do Nordeste.

O fadário romanesco

Delmiro é fruto de um amor arrebatado, que ensejou um desses raptos rumorosos que povoam a história dos sertões. O pai, Delmiro de Farias,

cavalariano que deixou fama no Norte do Ceará pela audácia e temeridade das suas proezas, numa das viagens a Pernambuco, realizadas com objetivos comerciais, enamorou-se de uma jovem – Leonila Flora da Cruz Gouveia – e com ela fugiu. Perseguido pelos irmãos da moça, conseguiu escapar e chegar às terras do Ipú, onde constituiu uma segunda família.

Sim, porque Delmiro Porfírio de Farias já era casado. Quando se iniciou o romance com Leonila, possuía cinco filhos da sua união com Francisca de Mesquita Farias. Nos arrebatamentos da paixão, não atentou para as pesadas responsabilidades antes contraídas.

Refugiou-se no Ipú, em propriedade do coronel Felix José de Sousa. O nascimento de Delmiro Gouveia ocorreu a 5 de junho de 1863, segundo filho do casal, pois o primeiro fora mulher e de nome Maria Augusta. O batizado de Delmiro foi celebrado a 30 do mesmo mês, na Fazenda Boa Vista. Oficiou o ato o padre Bernardino d'Oliveira, coadjutor da Paróquia de Santa Quitéria e que empreendia uma desobriga.

Ameaçado de prisão, pois contra ele existia mandado da Justiça, Belo Farias, assim o chamavam, alistou-se como voluntário e seguiu para o Paraguai. O Brasil estava em guerra contra Solano Lopes. Integrando o 26 do Ceará, participou de inúmeras pelejas, confirmando nos campos guaranis o destemor de que dera provas na terra natal. A 2 de dezembro de 1867, aniversário do Imperador Pedro II, quando o 26 acampava em Taji, um grupo de cearenses, entre os quais estava Belo Farias, caiu em uma emboscada. Combate ferrenho e desigual travou-se na Clareira de Cainbocá. Quando terminou, com a chegada de reforços do 26, quase todos estavam mortos. Entre eles, Delmiro Porfírio de Farias, já então com a patente de capitão, e que apresentava vários ferimentos pelo corpo e seis golpes na cabeça, que lhe abriram o crânio. Hoje, é nome de rua em Fortaleza. A Delmiro de Farias tem início no Jardim América e passa em Damas e Rodolfo Teófilo.

De Belo Farias, Delmiro Gouveia herdou o nome próprio. Mas, na personalidade do filho, destacam-se traços dominantes do pai. O arrojo, a coragem que atinge as raias de temeridade, o gênio expansivo, o temperamento arroubado, o gosto pela aventura. Em certa fase de sua existência, tem-se até a impressão de que Delmiro Gouveia procurou reeditar as façanhas de seu genitor.

Rei no comércio de pele

Criança ainda, deixou o Ipú; a mãe resolvera voltar a Pernambuco. Foi no vizinho Estado, de modo particular no Recife, onde se criou e se desenvolveu. Pobre, desajudado, cedo conheceu o peso da luta pela vida. O destino, tão pródigo para com uns, foi extremamente avaro para com ele, nos primeiros passos pelos caminhos do mundo.

Empregado da “Pernambuco Railway”, depois servidor da Alfândega, Delmiro enfrentou também os percalços da mercância primária, que praticou, como meio de sobrevivência, pelo agreste de Pernambuco.

Casando-se com 20 anos, em Pesqueira, com Anunciada Cândida Falcão, pouco depois se estabeleceu no ramo de peles e algodão. Ao sabor de sucessos e reveses, teve várias experiências. Admira a persistência que demonstrava, não esmorecendo jamais, ressurgindo quando parecia afastado da liça, lançando-se a novos tentames quando só encontrava no passado motivos para desalentos.

À custa de trabalho e espírito de iniciativa, firmou-se, afinal, no comércio de peles. Por vastas regiões do Nordeste, estendeu a rede de seus agentes e controlou quase de maneira total os negócios da especialidade que escolhera. Vence onde outros baquearam.

Que era o bode até então? Um animal precioso que imperava na região. Além do leite, fornecia carne sem perigo de desperdício, já que era de porte pequeno. O que sobrava do consumo das famílias era levado às feiras. A essa vantagem, reunia a de sobreviver, como o jumento, aos piores períodos de estiagem.

Com a intensiva exportação de peles para os Estados Unidos, Delmiro Gouveia abriu nova frente de exploração animal e conferiu ao caprino uma valorização extraordinária, pela larga importância que passou a representar na economia de milhares de nordestinos.

O mascate de outrora chegou às culminâncias de “rei da pele”. No Recife, era uma figura prestigiosa nas altas rodas sociais. Não tardou que o elegessem presidente da Associação Comercial.

No bairro de Apipucos, instalou sua residência, com evidente bom gosto, e deu-lhe o nome de Vila Anunciada, homenagem à esposa. O palacete, cercado de jardins e tendo à frente altaneiras palmeiras imperiais, foi cenário de elegantes reuniões, abrilhantadas com a presença de artistas que visitavam o Recife.

Revolução no Derby

Além do comércio de peles, Delmiro incursionou também nos domínios da indústria de açúcar. Na Usina Beltrão, depois fábrica de Tacarauna, refinava o produto e o vendia em tabletes, como se fazia na Europa.

Mas o grande empreendimento de Delmiro no Recife foi o Mercado do Derby. De volta da Exposição Universal de Chicago, em 1893, trouxe a idéia de dotar o Recife de um grande parque permanente de diversões, com mercado, hotel, restaurante e outras inovações.

Em 1898, assinou contrato com o Prefeito do Município, Dr. José Cupertino Coelho Cintra, para a realização do útil empreendimento. Obteve isenção dos impostos municipais para o mercado, com o direito de explorá-lo durante 25 anos, findos os quais deveria pertencer à Prefeitura.

Sem delongas, iniciou a construção, de tal modo que a primeira parte do mercado foi inaugurada a 13 de maio de 1899. A conclusão total verificou-se no dia 7 de setembro do mesmo ano.

O edifício era algo original. Igual ou superior não existia outro no país. Chafarizes, torneiras de água e um sistema de esgotos, cuidadosamente traçado, asseguravam asseio admirável. Em frente à fachada principal, um jardim; ao lado, em uma área de 400m, o velódromo.

Em prédio à parte, instalações para jogos, cafés e divertimentos, inclusive teatro. Carrosséis, barraquinhas, regatas e retretas animavam as noites do Derby, iluminadas pela primeira luz elétrica que o Recife conheceu. Além das diversões que ostentava, o Mercado do Derby oferecia vantagens de natureza econômica. Vendia por preços sempre inferiores aos vigorantes na praça. Comprava em grandes quantidades e se abastecia diretamente nas fontes produtoras, evitando os intermediários que encarecem o produto. Assegurava vantagens com os quais outros estabelecimentos não tinham possibilidade de competir.

A significação do Mercado do Derby para o Recife não se restringia ao que ressaltai, porque teve repercussão urbanística pelas obras complementares que exigiu em trecho da cidade onde havia mangues, como era a Estância daquela fase. Delmiro fez aterro, saneou, abriu ruas.

Atrito com o Vice-Presidente

Com o Mercado do Derby surgiram os primeiros atritos entre Delmiro Gouveia e os que dominavam a política pernambucana da época, representados pelo prefeito Esmeraldino Bandeira.

A tensão chegou a tal ponto, que Delmiro Gouveia se viu forçado a ir ao Rio de Janeiro, para conversações com o conselheiro Rosa e Silva, Vice-Presidente da República e chefe situacionista de Pernambuco, a cujo comando obedecia ao Prefeito do Recife.

Os entendimentos marchavam satisfatoriamente, quando, alguns dias depois da chegada de Delmiro Gouveia, ali desembarcava também o indivíduo que atendia pelo apelido de “Sabe Tudo”. Seu nome verdadeiro: João Batista da Rosa. Pelos avisos que recebera Delmiro, viera para matá-lo, a mandado de Esmeraldino Bandeira.

Delmiro Gouveia, através de um amigo comum, cientificou Rosa e Silva do que se passava e o responsabilizou por qualquer atentado que viesse a sofrer. O Conselheiro irritou-se com esse gesto e o repeliu.

Em uma tarde de sábado – 17 de junho de 1899 – Delmiro encontrou-se com Rosa e Silva na Rua do Ouvidor e dele se aproxima, dizendo-lhe:

- Seu amigo Esmeraldino mandou assassinar-me e eu responsabilizo o senhor pelo que vier a acontecer.

Rosa e Silva, sem se deter, respondeu-lhe:

-Seja instrumento de quem quiser, mas não me aborreça.

Delmiro, não se contendo, agride a bengala o Vice-Presidente da República, que se refugia na Chapelaria Inglesa, de propriedade de Artur Watson, dali se retirando dez minutos depois, sem acompanhantes.

O incidente teve vasta repercussão. E não era de se estranhar. Pela primeira vez, tão alto dignatário da República, a segunda pessoa do governo, recebia uma desfeita daquela natureza, numa das artérias mais movimentadas da capital federal. Um escândalo em grande estilo.

Incêndio criminoso

Delmiro iria pagar caro pela ousadia. E não demoraria a execução do plano de vingança que os inimigos arquitetavam. Às últimas horas de

1º. de janeiro de 1900, elementos criminosos atearam fogo a dependências do Mercado do Derby, que tanto servia ao povo e era o orgulho do Recife. Os prejuízos atingiram cifras altíssimas: 600 contos de réis.

Como se não bastasse o fato por si só, o Governo do Estado assumiu uma atitude que feriu ainda mais a sensibilidade do povo: prende Delmiro e o seu sócio e gerente do Mercado, Napoleão Duarte.

A detenção de Delmiro verificou-se com o maior aparato policial: um alferes e 50 praças embaladas. A intenção era desmoralizá-lo e até matá-lo, se porventura opusesse resistência.

A reação popular logo se fez sentir. Pela primeira e única vez, na história do Recife, o comércio cerrou as suas portas em solidariedade a um homem. Já fechou em outras ocasiões, mas sempre em movimentos reivindicatórios.

De diferentes setores, partiram demonstrações de simpatia e apreço a Delmiro. A Associação Comercial mobilizou-se em defesa do seu consórcio e ex-presidente, designando uma comissão para entender-se com o governador Sigismundo Gonçalves. Os jornais *Gazeta da Tarde* e *Jornal Pequeno*, vespertinos, não circularam, o mesmo acontecendo, no dia seguinte, com os matutinos *A Província* e *A Concentração*, o que dá a idéia da falta de garantia reinante.

No dia 3, uma ordem de *habeas corpus* restituiu a liberdade a Delmiro, que no dia 5 publica uma nota na imprensa, em termos veementes, relatando os dramáticos acontecimentos e estigmatizando os adversários.

Cercado de perigos de toda sorte, na mira de inimigos poderosos que não o perdoavam, Delmiro embarcou para a Europa, na esperança de encontrar, quando regressasse meses depois, paz e tranquilidade para o trabalho.

O incêndio do Mercado e a prisão tiveram trágica repercussão na sua vida amorosa: porque não foi visitado pela esposa, quando detido pela Polícia, não mais voltou ao lar. E começou a separação que seria definitiva.

Rapto e fuga

Da Europa, Delmiro somente retornaria no segundo semestre do ano seguinte, chamado às pressas para acudir à firma Silva Carneiro &

Cia., que fundara antes de embarcar, e cuja situação era tão difícil, que não pôde evitar a falência, mesmo com sua presença em Pernambuco.

Por essa época, ocorreu fato que viria a alterar, por completo, os rumos da sua vida. Com o lar desfeito, Delmiro, quarentão, sentindo-se isolado, enamorou-se por uma jovem, Carmélia Eulina do Amaral Gusmão, filha da amásia do governador Sigismundo Gonçalves.

Indiferente aos motejos que iria provocar e sem atentar para as conseqüências do seu gesto, Delmiro raptou-a e com ela passou a residir na Usina Beltrão, no bairro de Santo Amaro. Os inimigos o acusaram pelo crime de rapto e sedução e mobilizaram a Polícia e a Justiça para enquadrá-los nos termos da lei e o levarem à cadeia. Não teve alternativa senão fugir.

Abandonando o Recife, para escapar às perseguições políticas e policiais, Delmiro Gouveia foi localizar-se no interior alagoano. Como pretendia continuar no comércio de peles, instalou-se em Pedra, na confluência de três Estados – Pernambuco, Bahia e Alagoas. Pedra tinha outro aspecto favorável: o de ser parada de trem que fazia a ligação Jatobá-Piranhas.

Com o conhecimento que tinha do ramo comercial que escolhera, e ao qual se dedicava fazia anos, e com as boas relações que estabelecera não demorou que os negócios de Delmiro prosperassem bastante. Tantos e tão repetidos sucessos levaram-no, em 1904, a constituir a firma IONA & CIA., cuja atividade principal era exportação de peles de cabra e de carneiro, couros de boi, mamona em bagas e caroço de algodão.

Foram abertos, em algumas capitais nordestinas, escritórios de IONA & CIA. O de Fortaleza teve como gerente José Porto, figura de alto prestígio no comércio do Estado e que foi, mais tarde, acionista e suplente do Conselho Fiscal da Companhia Agro Fabril, sob cujos auspícios surgiu a fábrica de linhas.

Atuando desde o sul da Bahia até o norte do Ceará, penetrando até mesmo no Piauí, o consórcio sob o comando de Delmiro fazia excepcional movimento, promovendo a circulação de vultosas somas de dinheiro e criando riqueza numa região pobre e desprotegida de meios de subsistência.

Delmiro não se descurava de difundir práticas destinadas a fomentar o aumento dos rebanhos. Porque a sua atividade não assumia

caráter predatório. Agia no presente com olhos no futuro. E indiretamente contribuiu para melhorar o padrão alimentar do sertanejo. Porque só o interessava a pele. A carne, de muito valor nutritivo, ficava para o consumo do povo.

Novas avançadas

O êxito de IONA & CIA. estimulou em Delmiro o anseio de empreendimentos mais avançados. Em dez anos, o ramo de atividades que escolhera era demasiado restrito aos impulsos criadores do seu extraordinário dinamismo. Sonhou, então, com a industrialização do Nordeste, com a energia captada em Paulo Afonso, um desafio de séculos à capacidade realizadora do brasileiro.

Passando imediatamente à ação, logrou convencer o governo de Alagoas da viabilidade dos seus planos, obtendo as concessões que pleiteava para utilizar as terras secas e devolutas de Água Branca: isenção de impostos, pelo período de dez anos, para exploração de uma fábrica de linha, e permissão para aproveitar o potencial hidrelétrico da Cachoeira e estabelecer linhas de transmissão de energia no Estado de Alagoas.

Logo cogitou Delmiro de formar uma sociedade anônima, que reunisse seus sócios, interessados, auxiliares mais graduados e amigos de sua preferência. Como fruto das demarches com esse objetivo, fundou a 6 de maio de 1912, a Companhia Agro Fabril Mercantil com o capital inicial de mil e duzentos contos de réis.

Enquanto se desenrolavam as providências para a instituição da Companhia, marchavam as medidas relacionadas com a compra das máquinas para a usina da Cachoeira e a fábrica de linha. Desse modo, foi ganho precioso tempo. Tanto que, já a 24 de janeiro de 1913, chegava a Pedra água da Cachoeira. A 24 de junho do mesmo ano, inaugurava-se luz elétrica e, a partir de setembro, trabalhava-se no prédio da fábrica que funcionou a 1º. de julho de 1914.

Conquistas econômicas e sociais

Delmiro lançava, no Nordeste, as bases de uma corajosa experiência. Com a energia da Cachoeira de Paulo Afonso, ia tentar o processo de

industrialização. Para compreender a exata significação da sua iniciativa, é preciso que se atente para a época em que surgiu – o princípio do século passado e para o ambiente em que ia projetar-se – o interior de uma região dominada pelo atraso, pela ignorância e pelo pauperismo.

Apesar de todos os fatores negativos, Delmiro subjugou-os, firmou-se e venceu. A fábrica não conheceu retrocessos. Enfrentou dificuldades, mas foi sempre para a frente.

Dentro em pouco, não havia Estado onde não se vendesse a linha Estrela. Competia com o produto de um truste poderoso. Não obstante, espalhava-se no mercado interno, para depois se impor no internacional. Pedra chegou a exportar até para colônias inglesas.

Delmiro deu oportunidade ao caboclo nordestino para mostrar aquilo de que é capaz, quando bem orientado. Ao fanático e ao cangaceiro opunha-se o homem de trabalho, pronto a revelar inteligência, intuição, capacidade construtiva.

Sob a dinâmica de Delmiro, Pedra deixou de ser um burgo apagado na geografia nordestina para transformar-se num centro de progresso, onde o operário desfrutava vantagens excepcionais, que nem nas capitais lhe eram concedidas: água encanada ou em chafarizes, luz elétrica, que era uma das melhores do Brasil, vila de casas, médico, escolas, cinemas, rinqe de patinação, banda de música.

A par dessas medidas de caráter social, Delmiro desencadeou um combate sem tréguas aos costumes retrógrados, procurando incutir na população de Pedra hábitos de higiene e de boas maneiras. O banho tornou-se obrigatório, não se fumava em cachimbos de barro, não se podia cuspir no chão, não se entrava numa casa com o chapéu na cabeça, homens e mulheres tinham de andar calçados e limpos.

Em Pedra, imperava ordem excepcional. Não se bebia cachaça nem se explorava a prostituição. Havia respeito, as ordens estabelecidas eram cumpridas à risca.

O abastecimento da população merecia cuidados especiais. As feiras realizavam-se semanalmente e ninguém pagava impostos, porque Delmiro os arrematara por dez anos e os dispensava dos contribuintes. Nem na seca de 1915 houve escassez, apesar dos flagelados, em grande número, que afluíram a Pedra em busca de socorros e que eram atendidos em tendas ao redor da vila.

Frota de carros

A necessidade de comunicação normal e rápida levou Delmiro a abrir as primeiras estradas no interior nordestino, pelas quais rodaram também os primeiros automóveis. Inicialmente, a ligação com os terminais ferroviários, Quebrângulo, Alagoas e Garanhuns, Pernambuco. Depois com Cachoeira, Água Branca e Paulo Afonso. Ao todo, 520 quilômetros.

Cinco carros, ao todo, a serviço de Delmiro nas carrascais do sertão alagoano: um Fiat, italiano, um Austin grande e um Austin pequeno, ingleses, um NAG, alemão, e um Bayard, francês. Das condições das estradas, em que esses veículos eram utilizados, basta dizer que permitiam velocidade de 60 quilômetros.

Uma sensação, os carros de Delmiro. Quando chegavam a uma localidade parecia um dia de festa. Formava-se aglomeração e não se falava em outra coisa,

Empenhado na industrialização da linha, Delmiro não olvidou as riquezas tradicionais da região: a agricultura e a pecuária. Procurou difundir as culturas agrícolas com a irrigação das terras secas e muito cedo compreendeu a importância da palma forrageira como alimento dos rebanhos propagando-a o quanto pôde.

Desvendada a trama sinistra

Quem teria o atrevimento de assassinar um homem de imenso prestígio, pelo espírito de iniciativa que o animava, pela grandiosidade dos planos que pôs em execução, pela ousadia e determinação com que agia, pelo poder que detinha em face da riqueza que acumulara?

Várias as hipóteses levantadas.

Delmiro fora vítima do truste inglês da linha. A Machine Cottons sentia escapar-lhe preciosos mercados com o avanço da linha “Estrela” fabricada no burgo de Pedra, no interior alagoano. Delmiro já não se continha dentro do Brasil. Expandia-se pelo continente, favorecido pelas circunstâncias determinadas pela I Grande Guerra, no auge a campanha submarina alemã afundando navios cargueiros e dificultando ao máximo o comércio internacional. E era difícil prever até onde chegaria Delmiro, tal

o arrojo com que se lançava à conquista de novos centros consumidores. Cortar-lhe o fio da existência era um dos meios indiretos de alcançar o estrangulamento da promissora indústria.

O êxito e a projeção de Delmiro despertavam inveja e despeito. Para a malquerença e o ódio, a distância era pequena. Bastava um pequeno incidente, no jogo dos interesses contrariados. No ambiente rasteiro em que pontificava o coronelismo retrógrado e sanguinário, que respeito merecia a vida de um homem progressista?

Para implantar, no interior nordestino dos albores do século, um estilo de civilização que nem as metrópoles conheciam, impunha-se agir com braço forte. Do contrário, não estabeleceria ordem, muito menos alcançaria a meta de trabalho ordenado e produtivo. Da cabroeira insatisfeita e sem escrúpulos poderia partir o braço assassino.

Delmiro não conseguiu escapar às maquinações políticas em que se viu enredado, no Recife, durante os últimos anos de atuação ali. Não conseguiu nem fez esforço para isso. Pelo contrário, deu contribuição pessoal, com gestos desatinados, para armar situação prenhe de perigos. Sua morte não seria uma vingança política?

Corre mundo a fama de Delmiro Gouveia como homem galante e conquistador. Não se detinha diante de quaisquer obstáculos quando o coração pendia para uma mulher. Exagero ou não, o certo é que nunca se afastou, na apreciação das causas determinantes do seu assassinio, a possibilidade de tratar-se de um caso de honra.

O que se seguiu, em termos de apuração do crime, foi uma farsa e que consumou clamoroso erro judiciário. Inocentes foram condenados como executantes, não havia quem se interessasse por eles; um dos acusados como mandante desapareceu do mapa e o outro foi despronunciado pelo juiz, que aceitou em seu favor depoimento dos réus, mas que não prevaleceu para eles próprios no júri presidido pelo mesmo magistrado que proferiu a despronúncia. Que vergonha! A Justiça armou o circo, fez o jogo das aparências e não teve grandeza nem sabedoria. A Polícia excedeu-se em arbitrariedades, não realizou diligências que se impunham nem instruiu o processo como devia. Revoltante! A tudo se compunha a sociedade com inacreditável conformação.

Conheci em Maceió o último sobrevivente dos acusados do assassinio de Delmiro, chamava-se Róseo Moraes do Nascimento. Já

cumprira na prisão a pena a que o condenaram. Não devia mais nada perante a lei, mas continuava a afirmar categoricamente: “Não matei o coronel Delmiro”.

A revisão do processo, a pedido de Róseo, foi postulada pelo advogado Antônio Aleixo Paes de Albuquerque, que invocou como álibi o telegrama do coronel Neco Brito ao coronel Ulisses Lima, de Água Branca, ressaltando que os indigitados autores do homicídio não o poderiam ter cometido por absoluta impossibilidade material, uma vez que, na véspera do crime estavam a 200 quilômetros de Pedra, em viagem de terra e água. Esse telegrama, de suma importância, não incorporaram, estranhamente, ao processo, sendo descoberto com outras peças, em 1977, pelo historiador Moacir Sant’Anna, Diretor do Arquivo Público de Alagoas. Quando, em maio de 1983, o Tribunal de Justiça de Alagoas, em decisão histórica, procedeu à revisão do processo do assassinio de Delmiro, dela resultou, evidente, e inocência dos acusados. Róseo já havia falecido, mas a Justiça, embora tardia, reparou clamoroso erro judiciário.

O assassinio de Delmiro teve como mandantes os coronéis José Rodrigues de Lima e José Gomes de Lima e Sá; como executantes: Herculano Soares Vilela, proprietário na serra do Cavalo, perto de Água Branca; o cunhado Luis dos Anjicos e o cabra Manuel Vaqueiro.

O coronel José Rodrigues de Lima, de Piranhas, chefe político, fazendeiro e criador, proprietário e latifundiário, não se sentia confortável com a vizinhança de Delmiro, industrial da linha atuando no criatório e comercializando na vila de Pedra produtos agrícolas a preços mais baixos do que o convencional da região.

José Gomes de Sá, coletor em Jatobá de Tacaratú, hoje Petrolândia, tivera uma pendência com Aureliano Gomes de Menezes, a quem acusara de contrabandista de peles e de couros, a serviço de Delmiro; a denúncia não foi comprovada e José Gomes de Sá foi demitido. Envolveu-se como mentor intelectual, da trama que eliminou Delmiro. Com o assassinato, tomou rumo por muito tempo ignorado, indo se refugiar em Goiás. Quando estava às vésperas da morte, em 1948, na cidade de Porto Nacional, confessou o conluio sinistro perante o padre Luso, o promotor público José Cortez de Lucena, o advogado Oswaldo Leal e o fazendeiro Pedro Pastanheiro. Não foi confissão auricular ao sacerdote, como ainda houve quem insinuasse, mas confissão pública.

Certa vez, quando Delmiro Gouveia chegava a Água Branca, Herculano Vilela saía da cidade com um comboio carregado de mantimentos. Um dos animais abalroou com Delmiro, que se exasperou, indo ao extremo de bater com uma chibata em Herculano. Este tentou revidar, mas, outras pessoas intervieram, evitando a luta que parecia iminente. Herculano jurou vingança. E cumpriu o juramento.

Demorou 66 anos a palavra final da justiça sobre o crime que eliminou figura humana da grandeza de Delmiro. Não teve conseqüências práticas, pois todos os envolvidos já haviam desaparecido do mundo dos vivos. Vale ressaltar o fato pelo que representa como reparação das injustiças perpetradas contra os mais fracos; encerra igualmente desabafo de consciências tripudiadas pela prevalência de injunções subalternas, que por tanto tempo beneficiaram os potentados do dia.

Referências bibliográficas

ACORDÃO, M. 50/83, aprovado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, em sessão de 24 de maio de 1983, e do qual resultou a absolvição *post mortem* dos réus, tendo como Presidente e Relator Marçal Cavalcanti.

ARARIPE, J.C. Alencar. *A glória de um pioneiro* (A vida de Delmiro Gouveia). 2. ed. Fortaleza: BNB.1999. 282p.

BARROSO, Gustavo. *A guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai*. 4. ed. Rio: Getúlio M. Costa Editor, 1939. 239 p.

BENEVIDES, Mauro. *Delmiro Gouveia e o desenvolvimento nordestino*. Brasília: Senado Federal, 1978. 12p. Discurso pronunciado na Sessão do Senado Federal no dia 10 de out. de 1977.

CAVALCANTI, Plínio. A Manchester Sertaneja do Norte. *Revista Nacional*. p. 17.

DANTAS, Paulo. Evocação da figura de Delmiro Gouveia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de abr. 1963. Suplemento Literário, p.2-6.

ERRO Jurídico – Condenados pela morte de Delmiro são inocentados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1983.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. Participação de José Gomes de Sá no assassinato de Delmiro. *O Povo*, Fortaleza, 09 de set. 1959.

ROCHA, Tadeu. Provada a inexistência de caso de honra na morte de Delmiro. *O Povo*, Fortaleza, 20 abr. 1967.

SOUZA, José Bonifácio de. A vida audaciosa de Delmiro Gouveia. *Nordeste Econômico e Financeiro*. Fortaleza, v.2, n.8, p.37-46, dez. 1959.

O tombamento da Estação Ferroviária do Crato

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*

Este artigo adapta a versão preliminar de parecer que o autor emitiu como relator do processo concernente ao pedido de inscrição da antiga Estação Ferroviária do Crato nos Livros de Tombo da Secretaria Estadual da Cultura. A solicitação de tombamento fora encaminhada pela Prefeitura Municipal do Crato ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural / COEPA por intermédio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural / COPAC, da referida Secretaria¹.

Como, de fato, apenas o edifício da estação constituía o objeto do tombamento diligenciado, por tal razão, foi remetido parecer conciso e definitivo à Secretaria de Cultura, redigido com o necessário viés burocrático. Diferentemente do documento enviado, a versão preliminar do texto incluía referências históricas e também considerava assuntos paralelos, nem sempre diretamente correlatos com a estação ferroviária e sua arquitetura. Ao publicar a matéria na Revista do Instituto do Ceará, o autor preferiu, pois, recorrer à forma primitiva do texto, bem mais abrangente, adaptando-a, à parte havê-la acrescido com notas de rodapé esclarecedoras. Para melhor clareza expositiva, o artigo ficou dividido em três blocos interdependentes: 1. As ferrovias; 2. O Crato; 3. A Estação Ferroviária

A edificação contemplada com o tombamento

O edifício da antiga Estação Ferroviária, hoje desativada, integra o acervo de bens patrimoniais da Prefeitura Municipal do Crato. Trata-se de obra de indiscutível mérito arquitetônico nos quadros estaduais.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

¹ O autor emitiu o parecer na condição de representante do Instituto do Ceará no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural / COEPA, da Secretaria Estadual de Cultura.

Além de expressivo testemunho do desenvolvimento material da cidade, a estação compôs cenário de eventos significativos da história política e social da região.

Localizado em frente a uma praça de especial evidência na malha urbana cratense, por sua condição de estação ferroviária terminal, o edifício adquiriu características próprias, impostas pelo programa arquitetônico. Marcas identificadoras similares também se observam em outras obras cearenses similares, como as estações de Fortaleza, Baturité, Camocim, Sobral e Crateús. O funcionamento da estação, ao longo dos anos, solicitou a construção de obras complementares, arroladas no processo.

Em favor do tombamento, o fato de ter sido a solicitação encaminhada pela entidade proprietária da edificação, que a pretende preservar, ofereceu a vantagem de se eliminarem antecipadamente ocasionais controvérsias sobre a matéria.²

1 As ferrovias

Os limitados objetivos deste artigo não permitem evocar o impacto verificado pela introdução do transporte ferroviário no cotidiano das populações. A novidade, recebida como padrão de progresso e inserção no espírito do século, revolucionou a vida de todos, alterando as relações de tempo e de espaço, incentivando as trocas comerciais e proporcionando o surgimento de novos hábitos, entre os quais, o turismo. Por outro lado, despertava temor em pessoas ingênuas, vista como monstro diabólico, máquina potente, resfolegante, que não precisava da ajuda dos homens nem dos animais para correr sobre os trilhos.

A emergência do transporte ferroviário

O nome de Robert Stephenson aparece sempre citado como figura primordial na emergência dos transportes ferroviários nos anos

² O vocábulo “tombamento” aparece empregado consoante variação semântica específica. Significa o alistamento, o arrolamento da edificação nos *Livros de Tombo* da Secretaria Estadual de Cultura. Entre os benefícios do “tombamento”, alinham-se a honraria distintiva, concedida ao conjunto arquitetônico, e sua preservação material, oficialmente assegurada por força de legislação estadual. Na acepção ora considerada, *tombamento* é brasileiro. Em outros países, inclusive em Portugal, usa-se a palavra *classificação*.

iniciais do século XIX. Advento imbricado nas conquistas da Revolução Industrial, cabe porém lembrar que, para consolidação da nova modalidade de condução e na sua difusão, se conjugaram várias descobertas e invenções, acumuladas no passar do tempo, sempre acompanhadas de melhoramentos técnicos.

Como fator básico para eclosão do processo, impôs-se a aplicação da energia a vapor às máquinas, em particular aos sistemas mecânicos de transporte. Os percursos terrestres ficavam, até então, inteiramente à mercê do esforço humano ou de animais. As rodas d'água e os moinhos de ventos, é bem verdade, aproveitavam as forças da natureza, mas somente podiam ser utilizados em instalações estacionárias.

O transporte sobre trilhos, contudo, já constituía prática antiga, de meados do século XVI, empregada nas minas de carvão, a fim de facilitar o deslizamento de pequenos vagões, tirados à força humana ou por animais. Como os trilhos, geralmente feitos de madeira, não podiam suportar grande peso, foram substituídos por peças de ferro fundido, todavia, ainda sem melhores resultados. Somente os trilhos de ferro forjado puderam resistir ao aumento das cargas.

Muitas dessas melhorias técnicas foram contemporâneas das primeiras experiências de James Watt nas máquinas movidas a energia térmica (1765), mas somente tiveram aplicação mecânica específica quando, quatro décadas após, em 1804, Richard Trevithick conseguiu usar bielas ajustadas aos êmbolos dos mecanismos, as quais, fazendo movimentar os sistemas de rodas, compeliem a impulsão das máquinas.

O transporte ferroviário, tal como veio a se desenvolver, formado por uma locomotiva arrastando vagões com passageiros e, depois, com cargas, teve contudo de esperar ainda mais vinte anos, até a viagem inaugural da *Locomotion* de George Stephenson, entre as cidades inglesas de Stockton e Darlington, em 1825.

Foi rápida a expansão das ferrovias na Europa e nos Estados Unidos, logo utilizadas intensivamente como meio de condução segura e pontual de pessoas e de mercadorias, cedo transformadas em troféu simbólico do desenvolvimento material proporcionado pelo capitalismo triunfante.

Paralelamente aos seus objetivos específicos, a nova modalidade de transporte ensejou o aparecimento e o aperfeiçoamento de inúmeras técnicas, com repercussão designadamente no campo das obras civis,

envolvendo a construção de túneis, de pontes e de estações ferroviárias, obras estas últimas marcadas pelo emprego de grandes vãos. As buscas pelo conforto nas viagens se manifestaram de imediato, com rápidas conquistas no desenho dos vagões, quer nos seus interiores, quer nos sistemas de molejo, conquistas extensivas à forma das poltronas e dos beliches de carros-leito, bem como aos equipamentos de aceleração e de frenagem (GIDEON, 1969: 439-46).

As estações ferroviárias

As estações ferroviárias foram construídas para abrigo temporário dos passageiros. Constavam minimamente de uma sala de espera, de uma saleta para atendimento dos usuários e controle da estação, de outra saleta para o telegrafista, bem como possuíam compartimentos destinados à guarda de bagagens, além de sanitários e da plataforma de acesso aos trens, coberta ou descoberta. Nas povoações ou cidades menores, a pequena estação ferroviária reduzia-se praticamente a um espaço único, onde se concentravam todas as funções.

Nas localidades de maior movimentação, construíram-se galpões, especificamente destinados a depósitos de mercadorias, nem sempre próximos da estação de passageiros.

Nas localidades de maior movimentação, construíram-se galpões, especificamente destinados a depósitos de mercadorias, nem sempre próximos da estação de passageiros.

Após o término da Guerra 1939-1945, verificou-se um apressado desmonte da malha ferroviária brasileira, perpetrado em favor da rede rodoviária. A desativação dos serviços de transporte de passageiros a longa distância fez deteriorar-se um sem-número de antigas estações em todo o País, na quase totalidade abandonadas e submetidas a processo de acelerada e inexorável destruição³.

Diversamente do que tem ocorrido em outras localidades, onde prédios semelhantes ficaram entregues ao descaso, a Prefeitura Municipal do Crato, em boa hora, decidiu adquirir o edifício da estação ferroviária aos antigos proprietários. Pretende recuperá-la e reintegrá-la ao cotidiano da cidade, embora se veja impelida a destiná-la ao exercício de novas funções, compatíveis, é claro, com a tipologia do edifício.

³ O Plano SALTE, aprovado no governo Dutra, somente se interessou pela implantação e expansão da rede rodoviária. Amparava-se no argumento pragmático de que à administração pública competiria apenas a construção e conservação das estradas, visto que a aquisição e a manutenção dos veículos ficaria a cargo de seus proprietários.

Mutações na vida brasileira

A inclusão direta do Brasil no mundo capitalista, iniciada com a chamada abertura dos portos em 1808, redundou em visíveis mudanças no viver cotidiano das populações, tanto em conseqüência da importação de produtos industrializados e do emprego de novas técnicas, quanto na absorção de novos padrões de comportamento social. Vários setores da vida nacional foram afetados com as transformações correlacionadas com atividades fabris, nomeadamente nos setores de máquinas estacionárias (tecelagem, serrarias) e nos transportes ferroviários e marítimos, transformações que resultaram na formação de uma incipiente classe operária.

Por vários motivos, as novidades mecânicas oferecidas pela Revolução Industrial encontraram campo fértil no País, que passara a conhecer incontestável progresso em meados do século XIX, após a pacificação política nacional, alcançada com a proclamação da maioria de Pedro II. Apesar das contradições e, tantas vezes, da lentidão das mudanças, juntavam-se, àquele importante ato político, outros mais, que favoreceram a expansão do cultivo e a exportação de produtos agrícolas, especialmente o café. Entre muitas resoluções, avultava a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibia a importação de escravos, aliás, cumprida sob interferência punitiva da armada britânica no Atlântico Sul. O êxito da lei favoreceu o incremento de atividades produtivas, resultantes da absorção de capitais anteriormente envolvidos no tráfico. Entre outras conseqüências imediatas, as mutações incentivaram a expansão do trabalho livre no país, atraindo imigrantes europeus.

As ferrovias brasileiras

As primeiras concessões em favor da instalação de ferrovias no País datam de 1835, no período regencial, quando foram autorizados vários empreendimentos, todavia, sem resultados práticos⁴. Apesar do quadro de transformações velozes, o Brasil somente assistiu à construção de sua

⁴ “O primeiro diploma legal a respeito de estradas de ferro no Brasil foi o Decreto n°. 100, de 31 de outubro de 1835, sancionado pelo Regente Padre Feijó, em nome do Imperador D. Pedro II” (SILVA TELLES, 1984:185).

primeira via férrea em 1854, obra do Visconde de Mauá, realizada nos arredores do Rio de Janeiro⁵, embora logo se tenha verificado a expansão da malha ferroviária em outras partes do País. Os trilhos acompanharam, principalmente, a propagação do cultivo do café, embora, aqui e ali, se vissem entravados pelo relevo acidentado de muitas regiões.⁶

Ferrovias no Ceará

Conquanto, no período, o Ceará não tivesse participado diretamente daquele quadro de mudanças econômicas conseqüentes à Lei Eusébio de Queiroz, beneficiou-se com a valorização do preço do algodão, cuja oferta internacional diminuía em decorrência da guerra da Secessão (1860-1865), nos Estados Unidos, que privava a indústria britânica da obtenção do produto americano cultivado nos estados do Sul.

O acúmulo de capitais, reduzido que fosse, incentivou um grupo de empresários, envolvidos pela euforia econômica que animava a Província, a tentar obter a concessão de explorarem uma ferrovia, destinada a ligar a Capital à serra de Baturité, fonte de abastecimento de gêneros alimentícios e cenário de florescente desenvolvimento de produção cafeeira.

A estrada de ferro teve seu trecho inicial inaugurado em 1873. A inesperada e cruel seca deflagrada em 1877, e que durou três anos, debi-

⁵ A Estrada de Ferro Mauá ligava o Porto da Estrela, à margem do rio Inhimirim, perto de sua foz, no fundo da baía da Guanabara, com a Raiz da Serra, no pé da serra dos Órgãos, a caminho de Petrópolis, cidade esta somente alcançada posteriormente por meio de um sistema de subida em cremalheira. Entre o Largo do Paço (Imperial), isto é, entre a atual praça 15 de Novembro e o Porto da Estrela, o trajeto realizava-se por via marítima, cruzando a baía. A partida de trens diretamente do centro da cidade do Rio de Janeiro somente se operou quando da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), depois de aterrados os charcos que interceptavam a implantação dos trilhos em direção ao interior.

⁶ Após a Estrada de Ferro Mauá, a primeira ferrovia brasileira instalada foi a Estrada de Ferro do Recife ao Cabo, em 1858, empreendimento com técnica e capitais ingleses. Na mesma ocasião, inaugura-se a Estrada de Ferro D. Pedro II (futura Central do Brasil), estabelecida para atender ao escoamento da produção de café da região de Vassouras, na província do Rio de Janeiro. Somente após a implantação de uma pequena ferrovia nos arredores da baía da Guanabara, a Estrada de Ferro Cantagalo, e inaugurado o trecho inicial da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, em 1860, também organizada em Londres, é que surgiram as ferrovias paulistas, acopladas aos negócios do café. A primeira foi a São Paulo Railways (Santos / Jundiá), de 1865, seguida da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, patrocinada por fazendeiros da região de Campinas, já de 1872, com obras posteriormente complementadas pelo engenheiro cearense Viriato de Medeiros (SILVA TELLES, 1983: 183-218).

litou as finanças da Província. Em um quadro difícil, somente em 1882, dez anos depois, as linhas atingiriam a cidade de Baturité, ponto final do empreendimento. Um ano antes, tivera início o tráfego da Estrada de Ferro de Sobral, que ligaria essa cidade ao porto marítimo do Camocim.

Planos de expansão das redes ferroviárias nacionais

Quase uma década após, já no período republicano, os trabalhos de continuação das linhas da Estrada de Ferro de Baturité seriam retomados. Reativavam velhos planos do governo imperial, referentes à implantação de uma malha de interligação ferroviária entre distintas regiões do País. As linhas, em direção sul, aspiravam a cruzar as divisas serranas do Ceará em pontos menos elevados, a fim de atravessar Pernambuco, até as margens do São Francisco, em Juazeiro da Bahia. Dessa cidade, por via de solução intermodal, as viagens continuavam em barcos, pelo rio, de sorte a encontrar as ferrovias mineiras em Pirapora, de onde prosseguiriam para o Rio de Janeiro e estados sulinos.⁷

Em termos de Ceará, consoante opinião formulada na época por um engenheiro de prestígio, a expansão ferroviária apontava para três objetivos:

- a. “ligar o Ceará ao Sul da Republica”; estabelecendo integração de amplitude nacional;
- b. “proporcionar maior desenvolvimento da lavoura e da industria”;
- c. assentar “uma estrada estrategica, para minorar os efeitos das seccas periodicas que assolam este Estado.”⁸

⁷ O autor, quase adolescente, durante a Guerra, fez essa viagem em busca do Rio de Janeiro. De trem, entre Fortaleza e o Crato, em dois dias, com dormida em Senador Pompeu. Três dias de espera no Crato e viagem sobre a carga de sal nos caminhões que vinham de Mossoró e do Aracati, em demanda de Petrolina, em Pernambuco. Mais quatro dias de espera pelos vapores da Mineira ou da Baiana, movidos a roda d'água que percorriam o rio São Francisco, de Juazeiro da Bahia a Pirapora, em Minas, num trajeto de onze dias. Mais um dia para alcançar Belo Horizonte, pelos trilhos da antiga Rede Mineira de Viação. Finalmente, ainda mais outro dia, para chegar ao Rio de Janeiro às onze da noite, pelo trem, já confortável, da Central do Brasil. Ao todo, vinte e dois dias de viagem! *Come è bella giovinezza, chi si fuggi tuttavia*, cantava Lourenço de Médicis, no alto dos carros alegóricos que percorriam Florença em dias de festa...

⁸ Declaração do engenheiro-chefe da Estrada, Ernesto Antônio Lassance, em relatório destinado a constar de textos de valorização de produtos cearenses enviados para integrar a contribuição brasileira à Exposição Internacional de Chicago, inaugurada em 1893 (relatório citado por FERREIRA, 1989: 33).

Assim, proclamada a República, evidenciou-se manifesto interesse por reativar os planos de ampliação da rede ferroviária nacional, com reflexos no Ceará, já no decênio final do século XIX. A ferrovia que, desde 1882, ainda no período imperial, estacionara em Baturité, ganha alento, de sorte que, no começo do século XX, chegaria a Senador Pompeu, a quase 300 quilômetros da Capital. Em 1910, com mais 100 quilômetros alcançava o Iguatu, para finalmente atingir o Crato, em 1926.

Nos anos 20, entretanto, ocorreram algumas revisões dos planos, visto que as obras de combate às secas, desenvolvidas no governo Epi-tácio Pessoa, exigiram a implantação de ramais ferroviários, destinados a transportar maquinaria pesada de firmas estrangeiras, encarregadas da construção de açudes. Por outro lado, como a ferrovia passava próximo da divisa da Paraíba, em vez da ligação direta com o Sul, foi proposto desviar-se a linha ao longo daquele estado, terra natal do presidente Epi-tácio, até Patos, onde se entroncaria com os trilhos da Great Western, empresa com sede no Recife.⁹ Essas alterações nos planos retardariam um pouco os trabalhos em direção ao Cariri.

Problemática local e dificuldades nacionais

O longo percurso da Capital ao Crato, vencido lentamente, deparou seguidas e grandes dificuldades. Basta lembrar que, em 1878, antes de alcançar Baturité, diante de inúmeros problemas, a ferrovia tinha sido encampada pelo governo imperial (STUDART, t.2, 1896: 243-51). A expansão das linhas, portanto, verificou-se com demora, refletindo as próprias dificuldades enfrentadas pelo País, cuja rede ferroviária ficou praticamente estagnada no primeiro decênio do século XX.

A indicação dos nomes de Lauro Muller e, principalmente, de Francisco Sá, para dirigir o Ministério da Viação, imprimiu novo alento à expansão da rede ferroviária nacional.

⁹ Essa junção ferroviária somente veio a ocorrer mais de três décadas depois. Na ocasião, os trens alcançaram apenas as cidades de Sousa e Cajazeiras, localizadas perto do Ceará. Como, à época, Fortaleza não dispunha de porto organizado, com cais onde os grandes navios atracassem, havia total desinteresse do comércio local na ligação, pois, em grande parte, o algodão produzido no Estado seria deslocado para Campina Grande, cidade subsidiária da praça do Recife. Na verdade, o ramal atraiu para a capital cearense vultosa colônia de oeste-paraibanos, principalmente cajazeirenses, gente operosa, que logo se distinguiu no comércio e cujos descendentes hoje ocupam posições destacadas na vida fortalezense.

Entre várias medidas, que retomavam os velhos planos de integração viária nacional, já discutidos desde os dias imperiais, Francisco Sá propôs a criação de uma Inspeção Federal de Estradas, direcionada à coordenação, ao controle e à fiscalização das ferrovias nacionais. Essa rede ampla conectaria, num todo integrado, as primitivas linhas de penetração, originariamente destinado ao escoamento de produtos agrícolas, cujo traçado, visto em um mapa, assemelhava-se a tiras de trilhos dispersas, lançadas do litoral ao interior, refletindo as práticas de exploração colonialista.

Em busca de recuperação do semi-árido do Nordeste, Francisco Sá defendia uma proposta de uso integrado da tecnologia, planejando uma ação conjunta da açudagem, do sistema ferroviário e dos complexos portuários. Consoante essa diretriz, procurou, portanto, favorecer a expansão da rede ferroviária, além de promover a criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (1907) e estimular elaboração dos projetos dos portos do Recife e de Salvador, bem como estudos do porto de Fortaleza, estes, infelizmente, sem êxito. Conseguiu, porém, levar os trilhos da ferrovia cearense até o Iguatu, a 400 quilômetros da Capital (1910).

Durante a guerra 1914-1918 arrefecidos os planos de crescimento material, o País viu-se na contingência de forçar o início de um processo amplo de industrialização. Durante o período, acumulou reservas financeiras oferecidas pela exportação de produtos agrícolas, embora fossem incomensuráveis os prejuízos no fim do decênio, decorrentes da quebra financeira mundial de 1929.

Presidente da República em 1919, Epi-tácio Pessoa por sua origem, revelou-se pessoalmente interessado de modo direto no encaminhamento de soluções para os problemas do semi-árido nordestino. Na ocasião, o governo federal contratou vultoso número de obras com firmas estrangeiras, inclusive a construção de grandes açudes, obras que exigiam, como já se assinalou, remessa de materiais e máquinas pesadas por via ferroviária, requerendo implantação de ramais às linhas tronco, como ocorreu no Ceará. Por interferência dessas ações, somente em 1926, a antiga Estrada de Ferro de Baturité, de há muito denominada Rede de Viação Cearense, atingia finalmente seu ponto terminal, atingindo a cidade do Crato. Alcançava-a tardiamente, mais de meio século após lançados os primeiros trilhos da ferrovia, ao longo de 600 quilômetros .

O empreendimento, ultimado com grande esforço, somente ficou concluído nos últimos dias do governo de Artur Bernardes, cujo Ministério da Viação e Obras Públicas tinha como titular o engenheiro Francisco Sá, figura política intimamente ligada ao Ceará, patrono da obra.

A figura de Francisco Sá

Francisco Sá nasceu no Brejo de Santo André / MG em 1862 e faleceu no Rio de Janeiro em 1936. Logo após obter seu diploma em engenharia, transferiu-se para o Ceará, a fim de trabalhar na Estrada de Ferro de Baturité. Integrando-se à vida local, casou-se com Olga, filha de Antônio Pinto Nogueira Accioly¹⁰. Conquanto Accioly já então desfrutasse de prestígio, sua presença avultou depois da Proclamação da República, quando se tornou Presidente do Estado por três vezes e chefe da oligarquia que dominou a vida política cearense durante vinte anos, até ser deposto em 20 de janeiro de 1912 por uma revolta popular.

Francisco Sá ascendeu rapidamente aos altos postos da vida administrativa nacional por via de influência do grupo aciolino. Logo, porém, demonstrou possuir méritos pessoais que lhe permitiram transitar brilhantemente nas altas esferas políticas e técnicas da Capital Federal, quando procurou desenvolver programas de ação particularmente voltados para a problemática ferroviária do país. Quando Accioly e seu *entourage* perderam o poder, Francisco Sá manteve o prestígio político e técnico, figurando como a mais alta expressão representativa da família do sogro, já não propriamente amparado pelo Ceará, mas por sua terra natal, Minas Gerais, da qual foi representante no Senado Federal (1919-1922), e pelo Rio de Janeiro, onde se radicara. São justas, pois,

¹⁰ A instalação da Escola Militar do Ceará, às vésperas da República, atraiu presença numerosa de jovens das províncias vizinhas e até mais distantes. Devia ser agradável a vida fortalezense à época, pelo menos para os cadetes, pois, aqueles não cearenses, de um modo ou de outro, sempre se mostraram posteriormente vinculados à cidade. Muitas jovens da sociedade local se casaram com alunos ou ex-alunos da Escola, moços vindos de fora. Não foi propriamente este o caso de Olga, filha de Accioly, que se consorciou com Francisco Sá, mineiro, chegado ao Ceará com diploma de engenheiro e já empregado. Entretanto, Branca, outra filha de Accioly, casou-se com Raimundo Borges, piauiense, aluno da Escola Militar e futuro general do Exército. Na partilha de tarefas da oligarquia familiar, Borges recebeu do sogro o encargo de administrar as obras de construção do Teatro José de Alencar (1908-1910).

as homenagens prestadas ao ilustre engenheiro, cujo nome aparece consagrado na toponímia urbana das capitais dos três referidos estados, e em muitas outras cidades do país, tais como o Crato, que lhe cultiva a memória na denominação dada à praça fronteiriça à estação ferroviária, obra esta em que tanto Francisco Sá se empenhou.¹¹

2. O Crato

O território cearense atraiu os interesses lusitanos somente nos anos iniciais do século XVII, tomado como ponto de apoio à conquista do Maranhão aos franceses. Uma vez criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, ligado diretamente a Lisboa, a Capitania ficou praticamente abandonada. Apenas no fim daquele século, franqueadas as terras interiores aos criadores de gado, inicia-se realmente a posse das glebas, distribuídas segundo o regime de cessão por sesmarias. Concomitantemente, ocorrera a pacificação dos sertões, após vencida a reação dos índios, dizimados, expulsos ou aculturados.

Povoamento inicial do Cariri

No processo de ocupação do interior cearense, destacaram-se correntes demográficas procedentes do Nordeste Oriental e também da Bahia. Instaladas as fazendas, muitas vezes em zonas longínquas do litoral, desde cedo, abriram-se caminhos para trânsito do gado destinado aos engenhos e às feiras distantes. Entre as áreas mais afastadas, destacavam-se os sopés da chapada do Araripe, terras férteis e molhadas por fontes naturais, de sorte que “cedo surgiu o Cariri como centro agrícola de grande valor na economia rural nordestina” (STUDART FILHO, 1937:37). Assim, “a lavoura da canna trouxe à região sulina da Capitania uma era de invejável prosperidade”, de que

o Crato se torna o centro onde se surtem de açúcar e de rapadura – particularmente de rapadura, que com a farinha constituía a base da

¹¹ No Ceará, Francisco Sá ainda foi homenageado com o nome de uma pequena estação ferroviária (Uruquê) e com o de uma ponte ferroviária, inaugurada festivamente (COSTA: 1924: 205-12).

alimentação dos nossos sertanejos – não só os nossos camponeses, mas também os matutos de Pernambuco e da Paraíba. Daí saem comboios de 50, 60 e até 100 cavallos carregados de rapaduras, com destino às regiões vizinhas” (STUDART FILHO, 1937:37).

De modo ainda mais evidente do que no litoral, não houve propriamente latifúndios no Cariri, seja em face do uso das terras, dedicadas à pequena lavoura de produção de alimentos básicos à dieta sertaneja, seja porque as glebas, subdivididas, haviam sido ocupadas anteriormente à cessão, a grandes proprietários, em sesmarias, que jamais as cultivaram.¹²

Ponto de abastecimento das rotas que conduziam o gado para o litoral distante, o Cariri foi favorecido com a sua localização, inserida em uma rede de caminhos. O Crato logo se tornou centro de irradiação e de convergência da região, beneficiado principalmente pela “Estrada Crato-Piancó”, que levava à Paraíba e a Pernambuco, e pela Estrada “Crato-Oeiras”, que comunicava com o alto sertão do Piauí, zona de grande produção pecuária (STUDART FILHO, 1937: 37—39).¹³

Ação missionária das ordens religiosas

Nos sertões, a ocupação das terras pelas fazendas de criação foi imediata e generalizada, embora se efetivasse por meio de população rarefeita e turbulenta, e com baixa rentabilidade econômica. Do processo de aculturação dos indígenas, participaram missionários jesuítas, expulsos dos domínios portugueses em 1759, por ordem real. Em seguida, porém,

¹² Capistrano denominava *absenteísmo* a ausência de sesmeiros nas terras doadas, fato ocorrido em tantas partes do País. Em relação ao Cariri, o padre Antônio Gomes de Araújo verbera: “O sesmeiro não constituía símbolo de precedência em seus sesmos, mas índice de usurpação sobre os que os haviam precedido e de exploração sobre aqueles que chegavam depois de solicitar um lugar ao sol nas terras açambarcadas” (1973; 134). “Na maioria, esses sesmeiros se encheram, parasitariamente, do produto dos arrendamentos e vendas em que retalharam os latifúndios que nada lhes custaram. O Cariri Novo não é criação desses sesmeiros, porém, daqueles que, a retalho, lhe foram absorvendo os extensos feudos rurais, com que se fundou a pequena propriedade, base da grandeza desta parte do Ceará. (ARAÚJO, 1973: 136).

¹³ “Do Crato, saíam estradas em todas as direções do quadrante. Para o norte seguia a que acompanhava o Salgado até o Icó; para o sul a que, transpondo a Serra Grande, ia ao São Francisco, sertões de Pernambuco e Baía; para oeste a que alcançava Oeiras pela Varzea da Vacca; para leste a que se dirigia para Piancó e Pernambuco. Havia ainda a que demandava S. João do Príncipe [Tauá], por São Matheus [Jucás], e a que conduzia à villa do Jardim (STUDART FILHO, 1937: 46).

como substitutivo, desenvolveram-se as ações catequéticas de franciscanos e também de carmelitas, procedentes dos conventos de Olinda.

Os fatos explicam o interesse, pelo Cariri, no campo das atividades desenvolvidas pelos irmãos de São Francisco, vindos de Olinda e do Recife, em missões espalhadas por paragens longínquas. Entre várias delas, tomou vulto a Missão do Miranda (do Brejo do Miranda), nomeadamente quando sob a direção de Frei Carlos Maria de Ferrara, “frade capuchinho italiano, que os aldeou [os índios] em lugares onde se acha o Crato, doados em 3 de dezembro de 1743 aos indígenas pelo Capitão-Mor Domingos Álvares de Matos” (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1955: 29).

Quando, no século XVIII, o governo português decidiu integrar os indígenas aos seus desígnios político-administrativos, foram criadas as “vilas de índios”. Essas vilas assumiam aspectos especiais, pois deviam congregiar determinado número de famílias de indígenas, com autonomia de ação, autonomia, entretanto, aparente, pois eram de fato comandadas por um diretor, proposto real, o verdadeiro gestor.

No Ceará, as primeiras “vilas de índios” foram criadas em 1759, em lugar das extintas missões dos jesuítas na Capitania, situadas em Viçosa, Caucaia, Parangaba e Messejana. Em 14 de abril de 1764, numa procura de ampliar as medidas de laicização administrativa, cumprindo ordens reais, o ouvidor Vitorino Soares Barbosa, instalou a “vila de índios” de Montemor-o-novo-d’America, futura vila e cidade de Baturité. A solenidade, seguindo as normas de praxe, contou, para definição do traçado e do uso dos espaços, com a presença do engenheiro Francisco Custódio de Azevedo (1700-1784) (CASTRO, 1999: 48-51).

A vila do Crato

Cumpridas as tarefas em Montemor, o ouvidor seguiu para o Cariri, onde, em 21 de junho de 1764, instalou a vila do Crato, localizada “em núcleo tão obscuro, tão pequenino, qual a Aldeia do Brejo” (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1955: 30)¹⁴. Como, quase certo, não se fez

¹⁴ A criação da paróquia do Crato, datada de 1762, antecipou a ereção da vila, entretanto, sem maior efeito, pois sua instalação canônica ocorreu pouco depois, em 4 de janeiro de 1768 (GIRÃO, 1983: 76), recebendo, como orago, Nossa Senhora da Penha de França, invocação mariana da antiga capela local e devoção de agrado dos capuchinhos de Olinda, missionários do Cariri. Trata-se de fato pouco comum, pois, no Ceará, de modo geral, a organização

acompanhar do engenheiro, por tal razão, talvez não se saiba quais os padrões espaciais utilizados na ocasião, embora prevalecesse a implantação da vasta praça central, conhecida nas comunas cearenses como “o quadro”. Também se desconhecem (pelo menos, o autor) os documentos originais dos atos de instalação da vila, aliás, não transcritos por historiadores cratenses¹⁵. A criação da vila, ao que se deduz, significava a conclusão de um ciclo de urbanização desejado, pois havia ordens dos governantes de Pernambuco, em tal sentido.¹⁶

Crato é nome de vila lusitana do Alentejo, antiga sede do castelo dos Hospitalários de São João de Jerusalém, de que foi prior Dom Antônio, malgrado lutador pela posse da coroa portuguesa, empalmada pelos

religiosa sempre se antecipou à organização civil. Talvez as duas deliberações se correlacionassem, visto que, ao contrário de Montemor-o Novo (Baturité), o Crato não foi instituída como “vila de índios”, embora a nova vila se originasse de uma missão catequética, a Missão do Brejo do Miranda, e sua população fosse de absoluta maioria indígena. Por certo, ante o fato de ter sido a missão extinta quando da criação da paróquia, às vésperas da instalação da vila, o ouvidor Vitorino Barbosa não se achou com poderes para considerá-la “vila de índios”. Consoante documento transcrito por Freire Alemão: - *a villa foi denominada no acto do levantamento do Pelourinho = Real Villa do Crato = e lhe foi dada para orago N.S. da Penha de França e por padroeiro S. Fidelis* (FREIRE ALEMÃO, docs. BNRJ). Outro documento informa que a igreja já existia e serviu de marco à delimitação da praça: *regulada dita praça pela Igreja que nella existe ainda arruinada a qual tendo frente de 50 palmos [11 metros] e de fundo se deixaram 20 palmos [4,40m] de área na frente dos dois lados (...)* (FREIRE ALEMÃO, id. ib.).

¹⁵ Na verdade, tem-se informação de fatos significativos desse período da história do Crato porque Freire Alemão se deu ao trabalho de transcrever, com grafia já de sua época, inúmeros documentos do século XVIII, que deparou na Câmara Municipal, hoje provavelmente extraviados. Há trechos em branco, certamente porque Freire Alemão não conseguiu decifrar a caligrafia vetusta. Francisco Freire Alemão de Cisneiros (1797-1874), médico, professor e botânico de nomeada, chefiou a *Comissão Científica de Exploração*, que percorreu o Ceará entre 1859 e 1861. A Comissão permaneceu no Crato entre fins de 1859 e os meses iniciais de 1860. Nesses dias, Freire Alemão voltou a manter contatos com o historiador Pedro Théberge (Marcé / França, 1811 - Icó, 1864), radicado no Icó, que lhe forneceu informações sobre a história do Crato, inclusive sobre os projetos de arquitetura que ali vinha realizando.

¹⁶ Comprovam-se claramente as pretensões reais em documento datado de 6 de agosto de 1763, em que o governo de Pernambuco considera a criação da vila: (...) *nas cartas dos governadores de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, e confirmada pelo Conde Copeiro mor (Manoel de Menezes, Conde de Villa Flor = nota do Dr. Theberge) mandado ao ouvidor mandando crear villas no Ceará, trata-se da do Crato (...) entre as referidas [vilas] falta para estabelecer a do Miranda, q. segundo a qualidade de suas boas serras, abundancia de agoas, bondade dos areis e quantidade de matas se tem assentado ser proporcionada a formar-se uma boa villa, unindo-se os Índios das duas Malocas ou Aldeias do Jucás e Quixelô que estavam fora da Missão da Telha [Iguatu], com todos os índios que andarem dispersos não pertencerem a alguma das novas villas e povoações, a que estão obrigados (...)* (FREIRE ALEMÃO, docs. BNRJ).

reis de Espanha em 1640. Conquanto fosse habitual entre os colonizadores europeus reproduzir, nas Américas, as denominações de localidades de suas terras, tornou-se obrigatório, na época de Dom José I, conferir nomes de cidades portuguesas às novas vilas então instaladas por ordem do Marquês de Pombal. Assim se explica a decisão do ouvidor Vitorino Barbosa em se decidir por *Crato*, como já o fizera um pouco antes, em Monte-mor-o-Novo (Baturité).¹⁷

Em 1816, o Crato tornou-se sede da segunda comarca cearense, com ampla área de jurisdição. A honraria não lhe mudara a condição de vila humilde, tal como aparece descrita naquele mesmo ano pelo ouvidor Rodrigues de Carvalho (descrição atribuída equivocadamente a Silva Paulet). Carvalho pouco fala da vila, em si, apenas declarando: “Não tem caza de camara; tem uma cadeia principiada. A câmara tem de renda annual 400\$000” (PAULET, 1989: 25). Algum tempo depois, visitada pelo médico e botânico escocês George Gardner, em 1838, e comparada desvantajosamente com o Icó, receberia comentários desagradáveis, envolvendo o próprio comportamento social e moral da população (GARDNER, 1942:152-55).

Meados do século XIX e a cidade do Crato

Vinte anos depois, quando da passagem da Comissão Científica de Exploração, conforme opina Freire Alemão, a cidade mantivera-se fisicamente a mesma: *O Crato é uma pequena cidade à qual convinha o titulo de vila. Tem a cidade algumas ruas paralelas direitas e largas (...), mais algumas travessas e becos. A praça da Matriz é um grande quadrilátero desenhos* (FREIRE ALEMÃO, docs. BNRJ). O comentário do botânico fica melhor entendido quando se considera que a vila tinha ascendido à condição de cidade, fazia pouco, em 1853.

¹⁷ No Ceará, a prática fora iniciada pelo desembargador Gama Casco, quando, em 1759, cumprindo ordens reais, mudou o nome das aldeias jesuíticas da Ibiapaba, Caucaia, Parangaba e Paupina, respectivamente, para as vilas de Viçosa d'América, Soure, Arronches e Messejana. Na ocasião, outras localidades também receberam nomes lusitanos, tais como Monte-mor-o-Velho (Pacajus) e Almofala, todavia, não oficializados. Acrescente-se o nome da vila do Sobral (sobreiral), conferido em 1773, sem ficar explicitamente declarada qual das várias localidades portuguesas homônimas recebia a homenagem. O documento, citado na nota 15, faz presumir que o topônimo Crato foi escolhido pelo governador de Pernambuco.

O Seminário de São José

Declarada mutação da Cidade, somente ocorreria depois de 1875, quando Dom Luís, bispo de Fortaleza, criou o Seminário de São José, núcleo de formação educacional, que a transformaria em verdadeiro pólo cultural do Cariri e dos sertões limítrofes. A instalação da diocese do Crato, em 1915, constituiu, pois, conseqüência direta da ação multiplicadora do Seminário, rebatida na vida religiosa, ocasião quando a velha matriz de Nossa Senhora da Penha foi elevada à posição de Sé Episcopal. Desde então, imbricado no desenvolvimento material da cidade, o prestígio do Crato firmou-se, conferindo-lhe posição hegemônica de urbe civilizada, verdadeiro centro regional do Sul do Estado¹⁸. Todos esses fatos explicam por que a cidade se havia transformado em meta final, almejada pelos planos de expansão da ferrovia.

3 A arquitetura da Estação Ferroviária do Crato

A Estação Ferroviária do Crato apresenta-se como uma edificação pavilhonar, definida geometricamente por um paralelepípedo alongado, o qual penetra transversalmente em três paralelepípedos salientes, menores porém mais altos, localizados, um, no centro, e os outros, nas extremidades. Esse esquema de composição, simétrica a um eixo central, comanda a volumetria do edifício, filiando-a a velhos sistemas de organização arquitetônica comuns nos edifícios públicos do século XIX. Entretanto, a carga ornamental aplicada às fachadas, constituída de elementos geométricos que se integram ao conjunto de modo contido, confere à obra um toque de modernidade.

A fachada sudoeste, frontal à praça Francisco Sá, bem como as fachadas laterais, nordeste e sudoeste, receberam preconcebido tratamento estético marcado por elementos decorativos que tanto recorrem a largas faixas horizontais, em busca de transmitir impressão de solidez

¹⁸ “Uma das facetas mais atraentes da vida do Crato é a educação cívica de seus moradores. (...) Cidade alegre e movimentada, de ruas limpas e traçadas regularmente, praças ajardinadas, bem iluminada, de convívio fino e elevado, merece, sem favor, o título heráldico de *Princesa do Cariri*” (BRAGA, 1967: 446).



Estação Ferroviária do Crato, foto incluída no processo.

ao edifício, como a faixas salientes mais estreitas, verticais, em procura de efeitos ascensionais. Vale ressaltar que a fachada de frente ganhou aspecto peculiar com a introdução de amplos vãos em arco de meia volta, correspondentes às portas de acesso, vãos aos quais foram sobrepostos pontaletes de alvenaria que sustentam, ou fingem sustentar, platibandas, estas também encimadas por arcos abatidos, sem funções estáticas.

A fachada nordeste, voltada para os fundos e sem sobreposições decorativas, compreende a plataforma de acostamento dos trens. Por tal razão, recebeu a aplicação de uma longa cobertura em balanço, apoiada por esbeltos pilares intermediários.

As fachadas refletem os cortes transversal e longitudinal da edificação, solucionados de modo bastante simples. Os trechos da fachada frontal, abertos em arcos, correspondiam ao salão de espera e ao salão de recebimento e entrega de bagagens. Este último salão hoje está dividido por uma parede e tem as largas portas em arco meio emparedadas, com acessos reduzidos.

Os corpos salientes da fachada de frente mantêm correlação em planta com espaços que exerciam funções específicas, tais como a agência da estação, os sanitários, os serviços burocráticos (estes com uma sobreloja), além de uma expansão do depósito de bagagens. Não se nota indicação expressa de compartimentos destinados a refeições rápidas.

A cobertura da edificação, resolvida com telhas cerâmicas de canal, compõe-se de cinco prismas triangulares, que formam telhados com

duas águas, em cangalha, todas vertendo em calhas. Deve também ser incluído o trecho da cobertura, lançado à parte, que recobre a plataforma de acesso, localizada na fachada posterior.

Os interiores são singelos. Mostram paredes rebocadas e pisos de ladrilhos hidráulicos, estes, em boa parte, formando desenhos geométricos constituídos de variações que tomam o quadrado como motivo. A antiga sala de espera apresenta um conjunto de bancos cimentados de confecção recente, alheios ao ambiente, por certo introduzidos em substituição a peças antigas, feitas de apoios de ferro e assentos de madeira, destruídas com o passar do tempo.

A caixa d'água metálica, que se eleva ao lado do conjunto, deve ser considerada como elemento integrante da estação. Para melhor entendimento, conviria tivessem constado do processo algumas informações pertinentes ao reservatório, de modo particular quanto ao sistema de travejamento estrutural bem como quanto à capacidade. Dados sobre o fabricante, caso tivessem sido externados, também despertariam interesse.

As opções estéticas do projeto

A Estação Ferroviária do Crato integra o reduzido grupo de instalações semelhantes que remanescem em cidades cearenses. Ao contrário, porém, da Central fortalezense e das estações de Baturité, do Camocim, do Sobral, todas construídas em finais dos oitocentos, a estação ferroviária cratense é realização da primeira metade do século XX. Essa referência cronológica implica mutações estéticas que refletem um período ainda em transição, mas já orientado para propostas arquitetônicas concebidas consoante novas aspirações estéticas, projetadas para atendimento de novos programas, elaboradas com novos materiais de construção e consoante novas técnicas. A Estação Ferroviária do Crato traduz esse momento de fins de um período de transição, todavia ainda reproduzindo soluções usuais perceptíveis na adoção de um sistema de simetria a um eixo central, que rege a disposição hierarquizada dos volumes. Embora filiada a realizações de vertente eclética, descarta o emprego de formas ornamentais de origem historicista, recorrendo a elementos decorativos marcados por uma deliberada simplificação geometrizar, reformulados

segundo um direcionamento que lhes confere traços de modernidade antecipadora¹⁹.

Como arco temporal, vale lembrar que, na Europa, o *ecletismo arquitetônico* ou abriga obras edificadas desde a segunda metade dos oitocentos, ou até bem antes, até dias posteriores ao fim da guerra de 1914/1918. No Brasil, as realizações dos dias finais desses marcos cronológicos não apenas misturam estilos, fato comum ao ecletismo, mas mesclam léxico de procedência vária, muitas vezes coletado já em vocabulário de vertente modernizante, como ocorre na Estação Ferroviária do Crato.

O texto da solicitação de tombamento faz referência à expressão *art déco*, tida como característica estética da edificação. Não parece, contudo, aconselhável usar-se a expressão, somente divulgada na Europa, e às vezes de modo pejorativo, após encerrada a *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industrielles Modernes* de Paris, aberta em 1925, isto é, em datas quando a estação estava às vésperas de ser inaugurada! Desde as décadas finais do século XIX, vinha sendo tentada na Europa e nos Estados Unidos uma reconceituação da forma dos objetos e da própria arquitetura, envolvendo vigoroso debate concernente às possibilidades de criação de uma linguagem plástica nascida da produção industrial. Assim, no campo da edificação, explica-se o rápido abandono do emprego dos ornatos de cunho historicista, trocados por elementos decorativos de feição geométrica, integrados ao conjunto. Nesse quadro de transições e afirmações, a mostra parisiense de 1925 transformou-se, de fato, em oportunidade ímpar de apresentação e ampla divulgação internacional das novidades, particularmente no campo do desenho do objeto e da renovação do ornato, com forte rebatimento na arquitetura fortalezense, todavia já nas décadas de 1930 /1940.

Deve-se porém ressaltar que muitas mensagens inovadoras, por certo com raízes mais profundas, procediam de várias fontes, todas em fase de franca absorção nos meios profissionais brasileiros, como parece ter sido o caso da estação cratense, na qual, testemunho da indefinição estética observada na ocasião, se imbricavam passado e presente. Não se deve esquecer

¹⁹ Ecletismo arquitetônico, consoante a própria etimologia, é denominação conferida à mistura de estilos. Na época, denotando transição estética, mesclavam o antigo com o moderno, qual se vê na Estação Ferroviária do Crato.

de que, no mesmo ano de 1926, quando a estação ferroviária começou a funcionar, Le Corbusier, como mensagem nova, projetava o conjunto residencial de Pessac e eram inauguradas as instalações da Bauhaus, em Dessau, da autoria de Gropius, obras paradigmáticas, que já se apresentavam formal e espacialmente elaboradas segundo uma completa revisão estética, caracterizadora do modernismo arquitetônico racionalista.

Festas de inauguração

A inauguração da Estação Ferroviária do Crato ocorreu em 9 de novembro de 1926, com entusiasmado júbilo da população. Leonardo Mota, em suas *Datas e Factos para a História do Ceará*, assim resume os acontecimentos:

8 de novembro – *Chega ao Crato o trem especial da comitiva que vai inaugurar a estação ferroviária daquela cidade, cerimônia que só tem efetividade no dia seguinte. À chegada do expresso, discursou o dr. Otacilio de Macedo. Às 13 horas, realiza-se um banquete de 120 talheres, presidido pelo Bispo D. Quintino. À hora dos brindes, fizeram-se ouvir os Drs. Elísio de Figueiredo, Hugo Rocha, José Valente, João Vitoriano, Fanor Cumplido e Jorge Rocha* (Hugo Rocha e Jorge Moreira da Rocha pertenciam aos quadros da RVC).

9 de novembro – *Inauguração da estação ferroviária do Crato. O ato foi precedido de uma missa campal, celebrada por D. Quintino. Na cerimônia da inauguração, discursaram D. Quintino, e os Drs. Hugo Rocha e Jorge Rocha* (MOTA, 1951: 105).

Os festejos de inauguração do edifício, com pompa e alegria, demonstram a ansiedade pela espera do melhoramento, mitificado pelo fascínio exercido pelas ferrovias, tais as vantagens que nova modalidade de transporte oferecia. Tornar-se “ponta de linha” constava como aspiração das cidades servidas pelo trem. Essa função, agora permanente, tornava o Crato pólo de convergência e centro de distribuição regional, consolidando a centralidade exercida no Cariri e vizinhanças.

Atribuição indevida da autoria do projeto da estação

O texto do pedido de tombamento afirma que o projeto da estação teve como autor o engenheiro Urbano de Almeida. A declaração de

modo algum pode ser aceita, provavelmente nascida de algum equívoco ocorrido durante a busca de informações.

Antônio Urbano de Almeida (Quixadá, 1900 - Fortaleza, 1982), diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Retornando logo depois ao Ceará, foi trabalhar na Rede de Viação Cearense, instituição em que fez carreira profissional, tendo ascendido ao posto de Chefe do Departamento de Tração. Assumiu a direção da Prefeitura da Capital logo após a vitória da Revolução de 1930, quando comandou a elaboração do Código de Obras, aprovado em 1932 e publicado em 1933. Figura como um dos fundadores do SENAI Norte/Nordeste e do CREA da 9ª Região, atual CREA/ CE. Tornou-se professor de física no Colégio Militar de Fortaleza, aposentando-se ao completar os 70 anos.

Quando engenheiro da Rede de Viação Cearense, ficou encarregado da construção da Estação Ferroviária do Crato. Não se conhece, entretanto, qualquer atividade de Urbano de Almeida como projetista de arquitetura. Seria, portanto, totalmente improvável que, como recém-diplomado em engenharia, assinasse o projeto da Estação Ferroviária do Crato, obra de pioneirismo estético, pelo menos no âmbito cearense.

Tivessem sido os planos da Estação elaborados em Fortaleza, certamente contariam com a participação de projetistas locais altamente habilitados, que os havia, embora ainda filiados ao ecletismo arquitetônico, quer de cunho historicista, quer de outras fontes. Basta apenas mencionar nomes como João Sabóia Barbosa (1886-1972), autor da sede do Banco Frota Gentil (atual Banco Bandeirantes), de 1924, ou José Gonçalves da Justa (1870-1944), que formulara, em 1926, o projeto da Secretaria da Fazenda, obras essas da mais alta valia nos quadros da arquitetura cearense. É bem verdade, esclareça-se, ambos já se encaminhavam para outras soluções formais, todavia, externadas algum tempo depois. Antes de deixar o Ceará, em 1928, João Sabóia Barbosa já enveredara por novos caminhos de eliminação ornamental, posteriormente desenvolvidos no Rio de Janeiro, para onde se transferiu, enquanto José Gonçalves da Justa, a par de outras realizações, projetava a demolida Coluna Hora em 1933, com linhas fiéis às produções ditas *Art Déco*. Consideradas as opções estéticas cultivadas por Barbosa e Justa, pode-se afirmar que, na época de planejamento da Estação, o projeto jamais poderia trazer a assinatura desses profissionais.

Deste modo, tudo leva a crer que a Estação Ferroviária do Crato foi projetada no Rio de Janeiro, por interferência de Francisco Sá. No fim de contas, no Rio vivia Francisco Sá, e a antiga Capital da República avultava como o grande centro político, econômico e cultural do País, ponto de divulgação das mais diversas tendências estéticas.

A verdadeira autoria do projeto da estação

Depois de entregue à Secretaria Estadual de Cultura o parecer sobre o tombamento da Estação, o autor não se conformou com haver, na ocasião, admitido desconhecer a autoria do projeto do edifício, pois mantinha a certeza de que, embora de modo vago, se lembrava de alguma informação pertinente. Passados uns dois anos, em pesquisa no Arquivo Iconográfico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, eis que depara com o projeto arquitetônico da Estação, uma cópia do desenho original, extraída em papel (ferro-prussiato) com linhas brancas sobre fundo azul, relativamente conservada! Regozijou-se com o achado, é claro, certo de que a imagem gráfica do documento não esmaecera nos desvãos de sua memória, hoje não tão viva como outrora.

A prancha, com 82,3 cm x 46,3 cm, intitula-se - *R.V.C. / P. E. F. B. / Estação de Crato / Escala 1:100*. Mostra a planta geral da edificação, bem como um desenho da *Fachada Principal*, outro da *Fachada Lateral*, além de uma *Secção EM*, isto é, um corte transversal. De extremo a extremo, as cotas da planta acusam uma dimensão de 33,40 m, com largura de 10,40m nos retângulos mais salientes. O vão interno, de 9,00m, é vencido por armações de madeira, do tipo tesoura inglesa simples, com um pendural e duas escoras, cujo tensor (linha horizontal inferior) fica a 4,50m do piso, portanto, altura dos pés direitos dos salões.

No desenho, com esforço, foi possível reconhecer apenas a assinatura do *Diretor Geral / D. Rockert*, o engenheiro Demosthenes Rockert. Logo abaixo, como *Engº Chefe de Divisão*, entrevê-se outra assinatura, de *A. ou H.(?) Rocha*, provavelmente correlacionada como o nome do engenheiro Hugo Rocha.

Infelizmente, os nomes do projetista e do desenhista, pelo menos até o momento, não ficaram devidamente identificados. Sob a linha *Projecto de* aparece a assinatura *Eng. Elysio* ou *Elyseu*, cujo sobrenome pode ser *Moreira (?)*, *Mariano (?)*, *Maia (?)*, *Morais (?)*, *M. de Assis*

(?). (ver o nome Elysio de Figueiredo, citado por Leonardo Mota). Sob a referência *Desenho de*, alguém se assina como *A. J. Ipiranga (?)* ou *J. Ipirajá (?)*, talvez co-autor do projeto. Como as assinaturas não aparecem subscritas em letra de forma pelos respectivos signatários, os nomes aventados limitam-se a meras suposições.

Os dois últimos profissionais, projetista e desenhista, dificilmente seriam cearenses ou viveriam permanentemente no Ceará. Os nomes, por serem desconhecidos, confirmam a suspeita, já levantada, de que talvez pudessem atuar nos quadros do Ministério da Viação.²⁰

Ampliação do tombamento a edificações anexas

A Prefeitura Municipal do Crato solicitou que na área demarcada pelo tombamento fossem incluídos o antigo pavilhão de dormitórios e a casa de morada do agente da estação. O prédio do dormitório desenvolve curioso programa arquitetônico. Talvez possa vir a ser distinguido pelo tombamento, embora concedido com limitações quanto a seu uso futuro, posto que a modificação dos espaços que caracterizam a edificação redundará na perda de aspectos documentais de sua arquitetura, singular testemunho de práticas sociais embutidas na história da comunicação ferroviária no Ceará.

A casa do agente, é pena, não oferece qualquer característica que possa distingui-la como obra residencial pouco comum, além de aparecer fortemente diluída num grupo de edificações sem valia, que a cercam. Oportunamente, poderá vir a ser incluída nalguma poligonal de preservação do conjunto, entretanto, sem se beneficiar de tombamento específico.

Vale acrescentar que o autor se absteve de sugerir o lançamento de uma poligonal de proteção da vizinhança da Estação. Precisaria avaliar

²⁰ Caso o projetista tenha firmado contrato para execução do projeto diretamente com a Rede de Viação Cearense, é provável que seu nome conste dos livros pertinentes, por certo, guardados nos arquivos da ferrovia. (Relatórios 1925/26) e também do DNOCS. Se o contrato foi assinado no Rio de Janeiro, por meio de Francisco Sá, torna-se muito complicado identificar o autor do projeto, talvez citado em documentação ministerial preservada no Arquivo Nacional. O projeto da Estação do Crato, por sua categoria, dificilmente estaria assinado por estreatante ou por amador. Assim, tempo e pertinácia podem, quem sabe, oferecer melhores informações, mediante estudos comparativos estabelecidos entre projetos de outras estações ferroviárias, elaborados na época, pelo mesmo provável autor.

quais as reais condições físicas em torno da edificação, levando preliminarmente em conta os programas de integração ambiental propostos pela Prefeitura Municipal do Crato para o local.

Conclusões

Em vista do inquestionável valor da Estação Ferroviária do Crato nos quadros arquitetônicos estaduais, o autor emitiu opinião favorável à inscrição do edifício no *Livro do Tombo Artístico da Secretaria de Estado da Cultura*.

A versão final do parecer foi encaminhada ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural / COEPA, da Secretaria de Estado de Cultura, para o devido exame, tendo servido de base para o tombamento da Estação Ferroviária do Crato, concedido na sessão de 20 de novembro de 2004.

No Brasil, o fascínio das ferrovias decresceu juntamente com a perda de consideração social e econômica do sistema, manifesta em meados do século XX. A ascensão do transporte rodoviário – estradas asfaltadas, ônibus confortáveis, automóveis de luxo, caminhões para entrega de encomendas porta a porta, de par com a rapidez do transporte aéreo, em um país de dimensões continentais, enfim, tudo contribuiu para a decadência dos transportes sobre trilhos

A Estação Ferroviária do Crato terá, pois, sua preservação garantida por dispositivo legal. Ficará, entretanto, privada de suas funções originais, adaptadas a novos usos. Dificilmente, as novas gerações poderão reconstituir o contexto social e cultural de um passado não muito distante, que conferira superior valia material e significado simbólico à edificação, por sua arquitetura, a qual será mantida, embora sem vínculos com os serviços que prestava aos mais diversificados estratos da população.

No Ceará, pode-se imaginar em que conta eram tidas as primeiras linhas férreas, lembrando os festejos comemorativos da inauguração da Estação do Crato. Igual, ou maior evidência, também obtivera a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Baturité ao ponto final de sua primeira fase, quase meio século antes, consumando sonhos acalentados pelos que a haviam idealizado, mas conquista de que todos se envaideciam.

A inquestionável importância material e simbólica conferida à ferrovia como instrumento de progresso e de prosperidade, acoplava-se ao apreço à competência técnica dos integrantes de uma profissão recentemente definida, a engenharia civil²¹, filha diletta da Revolução Industrial, cujo prestígio em ascensão pode ser comprovado pela leitura de curioso documento, datado de 21 de maio de 1882, integrante da coleção José Augusto Bezerra. Nesse documento, a *provincia agradece penhorada o valioso serviço* prestado pelo *Il^{mo}. Senr. D^{or}. Amarílio Olinda de Vasconcellos*, como engenheiro responsável pelas obras da ferrovia, concluídas na ocasião. Para melhor avaliação, transcreve-se na íntegra o texto do documento:

Os abaixo assignados, penhorados, como todos os cearenses, pelo empenho, intelligencia e honradez, com que V. S^a. dirigiu a Estrada de Ferro de Baturité, prestando a esta provincia o valioso serviço de dar a esta empresa o mais elevado credito, pela sua crescente prosperidade; testemunhas do modo por que V. S^a. se identificou com os interesses d' esta provincia, em circunstancias que mais recommendão a sua dedicação, veem, como interpretes d' ella, significar-lhe o seu agradecimento.

O Ceará não esquecerá quanto deve a tão generoso quão esforçado amigo, e guardará perpetua lembrança de um nome, que lhe é tão caro, e que o paiz inteiro deve ter na mais alta consideração.

A significação do documento atinge expressiva dimensão porque está assinado por quase trezentas pessoas (!), de diferentes posições sociais e econômicas na vida da Cidade - firmas, comerciantes de diversos ramos, militares, juristas, médicos, engenheiros, professores, padres, funcionários, abolicionistas e figuras populares, por demais conhecidas na Cidade.

Entre os que assinaram o documento, incluíam-se o Barão d' Aquiraz, um dos idealizadores e acionista da empresa, e João Brígido dos Santos, advogado da ferrovia, bem como os Barões de Santo Amaro e da Ibiapaba. Ligados a outro idealizador da empresa, o senador

²¹ Quanto à emergência dos engenheiros civis, acrescente-se que a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (hoje, EP/UFRJ), a primeira escola civil do País, foi fundada em 1874. A Escola Engenharia de Minas e Metalurgia, de Ouro Preto, data de 1876. Até então, os engenheiros formavam-se na Real, depois, Imperial Academia Militar e, por último, na Escola Central (do Exército). Tinham formação militar, embora viessem a exercer atividades civis.

Pompeu (então falecido), listavam-se membros da futura oligarquia aciolina, como Antonio Pinto Nogueira Accioly (genro do senador), o engenheiro Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil, o médico e industrial Antonio Pompeu de Sousa Brasil, o futuro Intendente Municipal, por vinte anos, Guilherme César Rocha. Como respeitada figura de militar e intelectual, o Brigadeiro Antonio Tiburcio Ferreira de Souza. Futuros fundadores do Instituto do Ceará, como o Barão de Studart (muito jovem, formado havia menos de 5 anos), Paulino Nogueira, Antônio Bezerra de Menezes e o padre João Augusto da Frota, além de futuros sócios, como o padre Bruno Figueiredo. Futuros presidentes de Estado, como o médico Pedro Augusto Borges, Justiniano de Serpa e Almino Afonso. A poderosa firma Boris Frères, interessada diretamente na ferrovia. Os engenheiros Antônio Gonçalves da Justa, Henrique Théberge e Henrique Foglare, este último, autor do projeto das estações ferroviárias de Fortaleza e de Baturité. O livreiro Gualter da Silva, o futuro romancista Papi Júnior, e Tito Tocha, português, então às voltas com o Passeio Público, recém-concluído. Muitos abolicionistas, então em franca agitação, entre os quais Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, José Correa do Amaral, João Cordeiro, Alfredo Rocha Salgado, Antônio Martins, os irmãos Jatahy. O Dr. Joaquim Bento de Sousa e Andrade, marido de Dona Rolinha (Joaquina), irmã de José de Alencar, herdeira do Sítio Alagadiço Novo. O pintor e professor de desenho Luiz Felix de Sá, um dos futuros fundadores da Padaria Espiritual. Muitas pessoas de sobrenome Theophilo Gaspar de Oliveira e Pamplona, entre estes, Confúcio, futuro fundador da empresa telefônica. Os notários Joaquim Feijó de Mello, em cuja chácara, a Vila Adelaide, no Benfica, os “Padeiros” se encontrariam aos domingos, e Felino Barroso, pai de Gustavo Barroso (ainda não nascido), com chácara. também no Benfica.²²

²² Por indesculpável engano, em artigo publicado no tomo 117 da Revista do Instituto do Ceará (2003: 116), intitulado *O tombamento do Sobrado do Dr. José Lourenço*, o autor citou Hermínio Barroso como pai de Gustavo, em vez de Felino Barroso. Corrija-se o equívoco: Hermínio era pai do Governador Parsifal Barroso (ver Rev. Inst. do Ceará, t.109, 1995: 329). A chácara de Felino, a Baixa Preta, ficava na estrada da Pajuçara (Rua Senador Catunda), atualmente, um colégio.

Bibliografia

- ALBUM Historico do Seminario Episcopal do Crato. [Crato], [Comissão Comemorativa do Centenário do Seminário?], 1925.
- ARAÚJO, Antônio Gomes, Pe. *Povoamento do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1973.
- BRAGA, Renato. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará / B-C*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1967(446-481).
- CASTRO, José Liberal de Castro. Alberto Nepomuceno e o Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1995, t.109: 83-114 319-36.
- _____. O tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 2003, t.117: 103-33.
- _____. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo-d'América. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1999, t.113: 35-81
- COSTA, Antonio Theodorico da. Inauguração da ponte Francisco Sá. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1924, 38: 205-12.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Edições UFC, 1989.
- FIGUEIREDO FILHO, José & PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. Rio de Janeiro: MEC / Serviço de Informação, 1955.
- FREIRE ALEMÃO, Francisco. Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.
- GIDEON, Siegfried. *Mechanization takes command*. New York: Norton, 1969.
- GIRÃO, Raimundo. *Os municípios cearenses e seus distritos*. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1983.
- MOTA, Leonardo. Datas e Fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1951, t.65: 41-109.
- PAULET, Antônio José da Silva (atribr.). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1898, t.12: 25.
- SILVA TELLES, Pedro Carlos da. *História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.
- _____. *História da Engenharia no Brasil*. Século XX. Rio de Janeiro: Clavero, 1993.
- STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e Factos para a historia do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, 1896, v.1.
- _____. *Datas e Factos para a historia do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, 1896, v. 2.

_____. *Datas e Factos para a historia do Ceará*. Fortaleza: Typ. Commercial, 1924, v.3.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação no Ceará Colonial. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1937, t. 51: 5-47.

SUMÁRIO

O autor do presente artigo transcreve a versão primitiva do parecer que emitiu, em 2004, como representante do Instituto do Ceará no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural / COEPA, da Secretária de Estado de Cultura, relativo ao tombamento da antiga Estação Ferroviária do Crato. Esse edifício, inaugurado em 1926 e hoje desativado, encerrou a série de instalações ferroviárias da linha sul, construídas no Ceará durante um período de meio século. A condição de estação terminal e a qualificação urbana da cidade, onde foi erguida, explicam as diretrizes espaciais e estéticas conferidas à edificação. As aspirações modernizantes observadas nos exteriores e o emprego de partido tradicional de agenciamento dos espaços, vinculado a esquemas de simetria a eixos diretores, refletem o período de transição em que o projeto foi elaborado

ABSTRACT

This work intends to present the author's opinion related to a classification process concerning to former Crato Railway Station, built in that city located in the south region of Ceará (Brazil). The author's verdict was enunciated as a representative member of the Instituto do Ceará in the State of Ceará Cultural Heritage Preservation Council. The Crato Railway Station was inaugurated in 1926, although it is out of activity in present days. That was the last of a series of buildings constructed during half a century for Ceará's southern railway system. Its special condition of terminal station and Crato's regional location, explain the spatial and aesthetical qualities conferred to that construction. Modern elements observed on that building's façades and the use of traditional internal space organization, based on symmetrical axes, reflect the transitional period when that architectural design was conceived.

Gênese do imaginário social dos sertões: entre história & ficção¹

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES*

I

Preliminares: o trabalho dos conceitos

«Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa ainda encontra».
J. Guimarães ROSA [1978]

«Muita coisa importante falta nome».
J. Guimarães ROSA [1978]

«... só aos poucos é que o escuro é claro».
J. Guimarães ROSA [1978]

«Ver bem não é ver tudo. É ver o que os outros não vêem».
José Américo de ALMEIDA [1974]

Se proceder a um rápido exame da programação deste Encontro – pelo menos daquela versão a que tive acesso – percebo, de forma evidente ou indireta, algo como uma homenagem implícita a autores como José de Alencar, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, etc. Com efeito, eles, na ficção ou no ensaio, contribuíram ao lado de muitos outros para a construção do imaginário social dessa espécie de *leitmotiv* de nossa tradição letrada, bem como

¹ Em sua origem, este texto constituía comunicação a ser proferida no dia 22 de novembro de 2006, durante o «ENCONTRO OS SERTÕES – Espaços – tempos – movimentos», na Mesa-Redonda 5: O SERTÃO E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES, tendo como Coordenador o Prof. Dr. Jorge Siqueira (UFPE); expositores Prof. Dr. E. Diatahy B. de Menezes (UFC) e Prof. Dr. Willy Bolle (USP); e como Debatedor o Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende (UFPE). Promovido por UFPE – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – Departamento de História – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – GRUPO DE PESQUISA: Poder e Relações Sociais, em Recife (PE), de 21 a 24 de novembro de 2006. Versão nova.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

de nossa cultura popular: o **Sertão**. Todavia, talvez o mais específico deles todos, o autor de *Os Sertões*, incorporou a proposta oitocentista de Hippolyte Taine, precursor da sociologia da arte e da literatura, que fundamentava a explicação dessas manifestações pelo estudo de três ordens de fatores: o *meio*, a *raça* e o *momento histórico*. Na minha leitura, porém, constato no programa, não propriamente um antagonismo, mas antes um contraponto, com bastante convergência, entre as contribuições dos conhecimentos científicos e as concepções que emergem ou são construídas dos e pelos saberes estéticos e populares, tais como costumam ser examinados na perspectiva das ciências humanas, em especial a Literatura, a Antropologia e a História.

É a partir dessa perspectiva que pretendo demarcar meus posicionamentos preliminares, antes de entrar na temática desta mesa-redonda, na segunda parte de minha exposição. Ou seja, fixar desde logo pontos de partida ou princípios que constituam um como horizonte conceptual, de onde podem ser suscitadas certas reflexões pertinentes à nossa discussão.

Todavia, para explicitar melhor minha posição, quero sugerir alguma definição de termos que estarei a usar aqui, tais como: ‘imaginário’ e ‘Sertão’. Portanto, comecemos por dizer que se deve entender por **imaginário**.

a) O imaginário

Quase sempre impreciso ou mal definido, este termo plurívoco constitui decerto uma perspectiva relativamente nova de nossos estudos, embora haja quem o considere como mais um dos modismos intelectuais de anos recentes. Uma coisa, porém, é certa: na renovação de seu uso há algo de substancialmente inovador e fecundo, para além do efêmero e da leviandade das modas. A velha psicologia racionalista considerava a imaginação como a “louca da casa” e a tinha por sinônimo de falsa, irreal, ilusória, fictícia, fantástica, fabulosa, quimérica, etc.: sinonímia prenhe de conotações negativas. Assim, o *imaginário* permanece, com frequência, contraposto ao *real*. Ora, a reflexão mais consistente propõe hoje substantivar positivamente esse termo de modo a considerar o imaginário como uma função instituinte da *auto-poiesis* do espírito humano, como abertura para a experiência inovadora, como o operador criativo em todos os campos do pensamento e da ação: filosofia, ciência, técnica, arte, religião, política, etc.

Inúmeras fontes que tenho examinado ao longo de minhas pesquisas e reflexões² me levaram à convicção de que o tema do imaginário constituía não só uma chave de interpretação para a maioria das manifestações do espírito humano em geral, mas também uma categoria básica para análise da cultura sertaneja. Todavia, para os propósitos de minha exposição, Jacques Le Goff constitui inegavelmente um guia mais seguro nesse território. Eis que ele declara no prefácio de sua derradeira obra sobre o imaginário medieval: «Uma dimensão da história, desde alguns anos, tem retido cada vez mais a minha atenção: a do *imaginário*.» Mas, depois de tentar defini-la com relativa precisão, ele próprio se questiona: «Por que então um novo domínio da história, o do imaginário?» É dele também a tentativa de resposta que cito resumidamente:

«Antes de mais nada, porque cada vez mais os historiadores percebem que tudo na vida dos homens e das sociedades está também na história e depende de um aprobe histórico. (...) O imaginário alimenta e faz o homem agir. É um fenômeno coletivo, social, histórico. *Uma história sem imaginário é uma história mutilada, desencarnada.* (...) Estudar o imaginário de uma sociedade é ir ao fundo de sua consciência e de sua evolução histórica. É ir à origem e à natureza profunda do homem... E acredito que a nova importância do imaginário se desenvolverá ainda no domínio da ciência histórica e da ciência *tout court*.»³

Na verdade, essa vertente interpretativa mais recente - que inclui uma gama variada de estudiosos como E. Cassirer, G. Bachelard, J.-P. Sartre, C. G. Jung, P. Ricœur, G. Durand, G. Duby, J. Le Goff, P. Veyne, P. Brown, etc., ou seja, filósofos, psicanalistas, antropólogos, historiadores - tem levado a uma reabilitação da categoria do imaginário, fato que se expressa significativamente na sua mutação de adjetivo para *substantivo*, e cuja riqueza aponta na direção de uma semântica especial. Eis por que Bachelard insistia: «O vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, é imaginário. Graças ao imaginário, a imaginação

² Eu poderia mencionar desde logo o denso ensaio do medievalista russo Aaron J. Gourevitch sobre *As Categorias da Cultura Medieval*. Cf.: *Les Catégories de la Culture Médiévale*. Tradução do russo por Hélène Courtin e Nina Godneff. Prefácio de Georges Duby. Paris: Gallimard, 1983.

³ Cf.: LE GOFF, Jacques: *L'Imaginaire Médiéval*. Paris: Gallimard, 1985, pp. I-XXI [grifo meu].

é essencialmente aberta, evasiva. *Ela é no psiquismo humano a própria experiência da abertura, a própria experiência da novidade.* »³

Já no nível de análise adotado por Gilbert Durand, o imaginário é considerado como «o conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens*» [e que lhe parece] «como o grande denominador fundamental em que se encaixam todos os procedimentos do pensamento humano. O Imaginário é essa encruzilhada antropológica que permite esclarecer determinado processo de uma ciência humana por outro processo de tal outra. (...) Para poder falar com competência do Imaginário, é mister não confiar nas exiguidades ou nos caprichos de sua própria imaginação, mas possuir um repertório quase exaustivo do Imaginário normal e patológico em todas as camadas culturais que nos propõem a história, as mitologias, a etnologia, a lingüística e as literaturas.»⁴

Mas voltemos a Jacques Le Goff. Em sua tentativa de delimitar a noção de imaginário, cujo domínio deva ser cuidadosamente distinguido das *representações* e das *ideologias*, ele busca confrontá-la com certos conceitos que gravitam em torno de seu campo semântico e com ela se confundindo.

Efetivamente, o primeiro conceito a recortar o domínio do imaginário é o de *representação*: «Este vocábulo, - afirma Le Goff -, muito geral, engloba toda tradução mental de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstração. A representação de uma catedral é a idéia de catedral. O imaginário faz parte do campo da representação. Mas ele ocupa aí a parte da tradução não-reprodutora, não simplesmente transposta em imagens do espírito, mas sim, criadora, poética no sentido etimológico. (...) Mas se o imaginário ocupa apenas uma fração do território da representação, ele o extravasa, no entanto. A fantasia, no sentido forte da palavra, arrasta o imaginário para além da representação intelectual.»

O *simbólico* constitui o segundo conceito de que é preciso distinguir o imaginário: «Só se pode falar de simbólico quando se reporta o objeto considerado a um sistema de valores subjacente, histórico ou

³ Cf.: *L'Air et les Songes*. Paris: Corti, 1943, p. 7 [grifado por mim].

⁴ Cf.: DURAND, Gilbert. *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*. Paris: Dunod, 1969: 12-13.

ideal. Os reis de França dos portais das catedrais são a atualização dos antigos reis de Judá (ou inversamente). A mulher de olhos vendados da escultura gótica é o emblema da Sinagoga.» Assim como uma corrente partida é, para nós, o símbolo da libertação. No entanto, esses exemplos mostram como essas duas categorias podem unir-se e até recobrir-se parcialmente, «sem que seja preciso renunciar a distingui-las, justamente para melhor pensá-las.»

Finalmente, faz-se necessária a distinção entre o imaginário e o *ideológico*: «O ideológico é investido por uma concepção do mundo que tende a impor à representação um sentido que perverte tanto o “real” concreto quanto este outro real que é o “imaginário”. É justamente pelo golpe de força que ele executa em relação ao “real”, estrangido a entrar num quadro conceptual preconcebido, que o ideológico possui certo parentesco com o imaginário. Quando os clérigos da Idade Média exprimem a estrutura da sociedade terrestre pela imagem dos dois gládios, do temporal e do espiritual, do poder Real e do poder Pontifical, eles não descrevem a sociedade, mas sim, impõem-lhe uma imagem destinada a bem separar clérigos e leigos, e a estabelecer entre eles uma hierarquia, pois o gládio espiritual é superior ao temporal. (...) Qualquer que seja a parte de invenção conceptual que eles encerrem, os sistemas ideológicos, os conceitos organizadores da sociedade forjados pelas ortodoxias reinantes (ou por suas adversárias) não constituem sistemas imaginários propriamente ditos. Mas aí também é difícil traçar a fronteira.»⁶

b) O sertão

Quanto ao segundo termo que me propus examinar nestas notas preliminares, o «**Sertão**», não apresenta menor dificuldade em sua conceituação. Prefiro usá-lo com maiúscula. Quero deixar claro desde logo que pretendo designar com ele todo esse vasto território sociogeográfico cuja formação histórica se deu paralelamente à civilização dominante no litoral brasileiro e que, no caso específico do grande mediterrâneo semi-árido, que me interessa mais de perto, ocupa a maior parte dessa imensa região caracterizada por três zonas mais ou menos bem definidas: a Mata,

⁶ Cf.: LE GOFF, Jacques. Op. cit., pp. I-III.

o Agreste e o Sertão⁷. Assim, pelo menos para o caso da referida região, uma maneira relativamente simples e curiosa de estabelecer os limites desse território seria retrazar sobre a carta do Brasil o espaço circunscrito pelas andanças e aventuras do bando de Lampeão. Mas que território é esse que serviu de palco à epopéia de Canudos, a ponto de ascender - sob forma plural - à honra de título do clássico de Euclides da Cunha? Ou que mereceu ocupar um terço dos *Capítulos de História Colonial*, de J. Capistrano de Abreu, uma das primeiras grandes obras da historiografia moderna brasileira? Certamente, qualquer resposta sistemática e cabal excederia os limites de um simples comentário. Adotarei, pois, a via mais curta, ou, teria mesmo a tentação de dizer, a *vereda*, servindo-me do auxílio de alguns instrumentos. Destes, uma das fontes mais antigas e mais fidedignas é por certo o vetusto e bom dicionário de Antonio Moraes Silva, de que respigo a primeira informação léxica:

«*SERTÃO*, s. m. O interior, o coração das terras, oppõe-se ao *marítimo*, e *costa*; v.g. *Cidade do sertão*; *mercadores do sertão*. Fernão Lopes CASTANHEDA (*Historia da India*. 2, f152. B 1. 3. 8): “o rio tem seu nascimento no *sertão da terra*”. §. fig. Bem pelo *sertão* dentro de *hum pensamento*. *Cam. Filod.* 2. 2. §. O *sertão* toma-se por mato longe da costa. § *O sertão da calma*; i. é, lugar onde ella he mais ardente. Francisco Rodrigues LOBO (*Na Corte na Aldeia*). “metendo-se pelo *sertão da calma*, que naquelle tempo fazia”. »⁸

«*Sertão* - Forma aferética de *desertão*, segundo Maximino Maciel, *Gramática Descritiva*, p. 44. É de explicação difícil o ensurdecimento do *s* sonoro. »⁹

«*Sertão*, s. m. - região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. No século XV: *sertão* e *sertão*. De etimologia obscura. *Sertanejo* é do século XVII e *sertanista*, do século XX »¹⁰.

⁷ Cf., por exemplo, o trabalho de: ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁸ Cf. MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2ª ed., t. segundo F – Z. Lisboa: Na Typographia Lacérdina, 1813, p. 693.

⁹ NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955, 1º vol., p. 466. (2ª tiragem da 1ª edição).

¹⁰ CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 718.

Camões, n’*Os Lusíadas*, utiliza o termo no sentido de «lugar interior, inculto e despovoado: deserto, desertão, sertão»: «A gente do sertão, que as terras anda ». (c. X, 134, 5)¹¹.

Era certamente nessa última acepção que o estudioso norte-americano, Roy Nash (ou o seu tradutor), empregava esse termo quando, em 1926, iniciava seu excelente livro sobre o Brasil pela afirmação:

«Quando Cabral tocou a fimbria de suas praias, em 1500, tudo era mata virgem, cerrada; hoje, três quartos do Brasil são ainda sertão»¹².

Não é minha intenção alimentar essa polêmica etimológica do termo *Sertão*. Todavia, há curioso tópico de seu *À Margem da História do Ceará*, onde Gustavo Barroso, que era bom lexicógrafo, discorda da origem tradicionalmente apontada. Após mostrar que desde o início da colonização portuguesa a palavra era usada para designar as terras interiores, por oposição ao litoral e que os portugueses já a haviam aplicado com o mesmo sentido na África, no Oriente e no próprio Reino, ele percorre os clássicos dicionários da língua (Moraes Silva, Domingos Vieira, Figueiredo, Aulete, Nascentes, etc.), para concluir que se o termo fosse a forma aferética de *desertão* (terra longínqua, despovoada), restaria ainda a difícil explicação do ensurdecimento do *s* sonoro, conforme assinala Nascentes. Em seguida, sustenta ser essa dificuldade natural, pois é outra a origem do termo. Lembra então que, pelo menos até o século XVIII, a palavra escreveu-se mais corretamente com *c*, e já no século XVI era usada para as regiões interiores em Portugal, absolutamente nada desertas. Além disso, embora repetindo a mencionada etimologia, a maioria dos dicionaristas define o vocábulo como significando *mato ou floresta longe da costa*. Enfim, assevera que o segredo de sua origem está no *Dicionário da língua Bunda de Angola*, do erudito frei Bernardo M^a de Carnecatim, edição da Imprensa Régia, Lisboa, 1804: vem registrado aí o vocábulo *muceltão*, seguido da forma decepada *celtão* e da corrompida *certão*, cujo significado vem definido em latim como *locus mediterraneus*, i. é, o interior, sítio longe da costa. Segundo frei Bernardo de Carnecatim,

¹¹ PEIXOTO, Afrânio & PINTO, Pedro A. *Dicionário d’Os Lusíadas de Luís de Camões*. Sociedade de Estudos Camonianos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924, p. 535.

¹² Cf.: *A Conquista do Brasil*. Col. “Brasílica” n° 150. São Paulo: Comp. Edit. Nac., 1950, p. 13.

os termos *muceltão*, *celtão* e *certão*, corruptelas de influência lusa do puro angolano *mbunda* ou simplesmente *bunda*: *michitu* ou *muchitu*, através de *muchitum* por nasalização dialetal, significando *mato*, que era empregado no interior da África Portuguesa.

Mais relevante, porém, do que essa engenhosa descoberta é sua afirmação: «Nenhuma palavra mais ligada à história do Brasil, sobretudo à do Nordeste, do que a palavra sertão. (...) O termo sertão penetra fundamente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados.»¹³. Com efeito, é suficiente lembrar obras de autores do passado como o *Sertão* de Coelho Neto, *Pelo Sertão* de Afonso Arinos ou *Os Sertões* de Euclides da Cunha. É, pois, nessa perspectiva, que o reconhece na sua qualidade de lugar privilegiado de nosso imaginário coletivo, que esse termo será aqui considerado.

No meu entender, contudo, a melhor elaboração do seu sinuoso significado existencial e profundo, (que constitui o título e o primeiro elemento central - o outro é Satã ou o Diabo - dessa obra extraordinária que é *Grande Sertão: Veredas*), é fornecida mediante uma tessitura em contraponto que se faz aos poucos, lentamente, fio a fio, ao longo da narrativa, sobretudo pelos recorrentes e renovados comentários de Riobaldo, dos quais, para não me alongar ainda mais, forneço a seguir apenas pequena amostra:

«Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com astúcia. Deus mesmo quando vier, que venha armado!»

«Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... »

«O sertão é do tamanho do mundo.»

«Sertão é o penal, criminal. Sertão é onde homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada. »

«Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.»

«Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo.»

«Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a roer o senhor pelos lados. Sertão é quando menos se espera; digo. »

¹³ Cf.: BARROSO, Gustavo. «*Vida e História da Palavra Sertão*», op. cit., 3ª. ed., v. I. Fortaleza: ABC Editora, 2004, pp. 9-12.

«É nisto, que conto ao senhor, se vê o sertão do mundo. Que Deus existe, sim, devagarinho, depressa. (...) O grande-sertão é a forte arma. Deus é um gatilho?»

«Rebulir com o sertão, como dono? Mas o sertão era para, aos poucos e poucos, se ir obedecendo a ele; não era para à força se compor. Todos que malmontam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão vai virando tigre debaixo da sela. »

«O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado... O sertão é confusão em grande demasiado sossego... »

«*O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.*»

«O sertão não tem janelas nem portas. E a regra é assim: ou senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa... »

«A esses muito desertos, com gatinha pobrejando. Mas o sertão está movimentante todo-tempo - salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos... »

«O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece debaixo da gente... »

«Sertão velho de idades. (...) Ali envelhece vento. »

«Sei o grande sertão? Sertão: quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e as misérias todas... »

«O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca...»

«Conheci. Enchi minha história. Até que, nisso, alguém se riu de mim, como que escutei. O que era um riso escondido, tão exato em mim, como o meu mesmo, atabafado. Onde desconfie. Não pensei no que não queria pensar: e certifiquei que isso era idéia falsa próxima; e, então, eu ia denunciar nome, dar a cita: *Satanão! Sujo!...*e dele disse somente - *S... - Sertão... Sertão...* »¹⁴

Por certo, uma análise de perfil estrutural e semiológico desse discurso pleno de filosofia e que se expressa ao gosto popular mediante aforismos e parêmias, desvelaria a imensa riqueza desse material. Mas essa seria outra tarefa. Passo, pois, à parte central de minha exposição.

¹⁴ Cf.: ROSA, João Guimarães: *Grande Sertão: Veredas*. (“O diabo na rua, no meio do redemoinho...”), 12ª ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978, respectivamente, pp. 17-8, 22, 59, 86, 121, 217, 218, 260, 284, 343, 370, 374, 391, 395, 410, 435, 443, 448 [trecho grifado por mim].

II Imaginário e horizonte cultural dos sertões

«O Sertão é o nervo e o osso do Nordeste. E o Nordeste é o centro do Brasil. Não podemos nos esquecer que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. E a esse eixo o Brasil tem de voltar de vez em quando, se não quiser se esquecer de que é Brasil. Então o Brasil é o centro do Terceiro Mundo, o Nordeste é o centro do Brasil e o sertão é o centro do Nordeste.»

Ariano SUASSUNA

[Entrevista à revista *PALAVRA*, Ano I, n.º 10, Jan.-Fev. 2000]

«Há que não esquecer um aspecto tipicamente brasileiro do regionalismo: o sertanismo, a valorização e idealização do sertão e do tipo do sertanejo. Desde o movimento romântico, e sucedendo ao indianismo, esse filão atravessa de ponta a ponta o nosso regionalismo.»

Afrânio COUTINHO [1986: 237]

Acredito que seria boa metodologia, antes de começar a expor meus comentários, proceder a uma espécie de recolha de trechos significativos extraídos, sem preocupação de ordem, hierarquia ou cronologia, de várias fontes expressivas da inteligência brasileira em sua errância criativa e em seu confronto com o real, que se vai construindo na medida mesma desse processo modelador de nossa formação sócio-histórica. Vai, pois, a seguir tal *analecto* a modo de documentário, em seus aspectos tanto positivos quanto negativos¹⁵.

• Provavelmente o primeiro documento do que viria a ser o Ceará foi escrito em 1608, pelo missionário padre Luís Figueira, companheiro de infortúnio do jesuíta Francisco Pinto; ele registra aí as impressões iniciais sobre os índios deste território e seus costumes. Não obstante, a terra se mostra melhor na descrição da obra do sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo Campos Moreno, escrita em 1612, com base em dados fornecidos pelo governador Diogo de Meneses ou nas cartas enviadas por este ao Rei:

¹⁵ Que me seja perdoado o fato de me prender talvez mais à província natal (o Ceará), em virtude de melhor conhecimento que dela possui.

«A terra de esta capitania geralmente he terra fraqua, mas para gados e criações que para canaviaes e roças e as vezes faltão nelas chuvas, mas tem muytas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as agoas são rastras e os matos não são de madeiras tão reais como os da prahiba, mas não faltam as que oje podem ser necess.as, lenha não faltarão nunca.»¹⁶

• Na memória escrita em 1816, pelo ouvidor J. A. Rodrigues de Carvalho – atribuída ao coronel de engenheiros português, Antonio José da Silva Paulet –, dentre as razões do definhamento do Ceará ele arrola:

«Devem entrar em linha de conta a preguiça, o prejuizo de não servir homem forro, ainda que seja preto, a facilidade de se manter furtos de gado, a frequência de crimes de morte, que perde logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminozos.»¹⁷

• É interessante assinalar que o futuro senador, José Martiniano de Alencar – pai do romancista –, quando Presidente da Província (1834-1837), combateu incansavelmente «os facinorosos que infestavam o Interior», e procurou «fazer parar a torrente de bárbaros assassinatos que todos os dias sucediam na Capital»¹⁸. E George Gardner, ao passar por esta província à mesma época, constata: «O puxar da faca é o modo usual de liquidar desavenças nesta terra sem lei»¹⁹. Eis que sobrava razão a Capistrano de Abreu em sua lúcida observação sobre o crime no capítulo sobre o Sertão de sua obra principal: «Ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos: a vida humana não inspirava o mesmo acatamento»²⁰.

¹⁶ Diogo Campos MORENO. «Livro da Rezaõ do Estado do Brasil», *Revista do Instituto do Ceará*, t. 22, 1903, p. 194. [Em transcrição moderna, há edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna: *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 210].

¹⁷ «Descrição geographica abreviada da capitania do Ceará», *RIC*, t. XII, 1989, p. 13.

¹⁸ Cf. Paulino NOGUEIRA. «Presidentes do Ceará, 7.º Presidente, José Martiniano de Alencar», *RIC*, t. XIII, 1899, pp. 47-106.

¹⁹ *Viagens no Brasil*. «Brasíliana – 223». São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1942, p. 146.

²⁰ Capítulos de História Colonial, 1500-1800. [1954: 224 – grifado por mim].

• Se passarmos ao século XX, a razão permanece com Capistrano. Com efeito, recolho do jornal *O POVO*, o mais importante do Ceará, duas expressivas notícias registradas pelo quotidiano há 80 anos dos dias 14 e 20 de janeiro de 1928, respectivamente:

O banditismo no Ceará

«Recebemos o seguinte telegrama de Belmonte, em Pernambuco, assinado por **Joaquim Amaro, Francisco Amaro e Amaro Araújo**: Apelamos para a imprensa, no sentido de ser feita a defesa das propriedades ameaçadas pelo vandalismo do Governo cearense. Estamos refugiados em Pernambuco, para não sermos assassinados pelos bandidos e sujeitos ao chicote do chefe político do município de Brejo Santo. O governador do Ceará, **Moreira da Rocha**, empresta todo apoio ao crime, fornecendo força pública e garantindo a impunidade. »

Açudes que não irrigam

Para quem viaja pelos sertões, depois de escutar os clamores do nordeste por açudes e barragens, uma circunstância fere o cearense. Existem construções levadas a termo, como o reservatório do Cedro e do Riacho do Sangue. Aquelas águas vivem contidas em suas barragens e servindo a uma área de proporções diminutas. São apenas águas mortas acumuladas dentro dos limites de suas barragens, fora dos quais, estende-se o **deserto do sertão**. [Grifado por mim].

• Mas, passemos a fontes mais amenas. Parece emblemático o fato de uma das obras mais expressivas de nossa prosa de ficção, já no “romantismo tardio”, *Inocência*, do Visconde de Taunay [1872], o seu capítulo inicial porte o título que segue e de que reproduzo pequeno trecho ilustrativo:

O sertão e o sertanejo

«Corta extensa e quasi despovoada zona da parte sul-oriental da vastíssima provincia de Matto-Grosso a estrada que da villa de Sant’Anna do Paranyhyba vae ter ai sitio abandonado do Camapouan. Desde aquella povoação, assente proximo ao vertice do angulo em que confinam os territorios de S. Paulo, Minas-Geraes, Goyaz e Matto-Grosso até ai rio Sucuriú, affluente do magestoso Paraná, isto é, no desenvolvimento de muitas dezenas de leguas, anda-se commodamente, de habitação em habitação, mais ou menos chegadas umas ás outras; raream, porém, depois as casas, mais e mais, e

caminha-se largas horas, dias inteiros sem se ver moradia nem gente até ao *retiro* de João Pereira, guarda avançada daquellas solidões, home chão e hospitaleiro, que acolhe com carinho o viajante desses alongados paramos, offerece-lhe momentaneo agasalho e o provê de matalotagem precisa para alcançar os campos do Miranda e Pequiry, ou da Vaccaria e Nioac, no Baixo Paraguay. Ali começa o sertão chamado *bruto*²¹ ».

• Contemporâneo deste, José de Alencar publica em 1875, aos 46 anos, seu romance da maturidade, *O Sertanejo*²², visto que morreria dois anos depois, a 12 de dezembro de 1877. Conforme ele assinala, a narrativa se inicia no “século passado”, a saber, em 1764, nos sertões de Quixeramobim, e de que dou alguns trechos:

A força dos potentados do sertão e as lutas de família

«Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal.

Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha, de cavalo, acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza.

Aí ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que abóia o gado para recolher aos currais no tempo da ferra. (...)

Nessa época o sertão parece a terra combusta do profeta; dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumou toda a verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou seu manto, como chamavam poeticamente os indígenas. (...)

Apenas ao longe se destaca a folhagem de uma oiticica, de um juazeiro ou outra árvore vivaz do sertão, que elevando a sua copa virente por sobre aquela devastação profunda, parece o derradeiro arranco da seiva da terra exausta a remontar ao céu. (...)

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso *holocausto da terra*.

Das correntes caudais restam apenas os leitões estanques, onde não se percebe mais nem vestígio da água que os assoberbava. Sabe-se que ali houve um rio...

²¹ Visconde de TAUNAY. *Inocência*, vigésima edição brasileira, ilustrada por F. Richter. São Paulo: Melhoramentos, 1936, pp. 1-2.

²² José de ALENCAR. In *Ficção Completa e Outros Escritos*, v. III. Biblioteca Luso-Brasileira. Ed. org. com a colaboração de M. Cavalcanti Proença. Rio: Aguilar, 1965, pp. 525-736.

É nos estuários dessas aluviões do inverno, conhecidos com o nome de várzeas, onde se conserva algum vislumbre, que parece haver de todo abandonado a terra. Aí se encontram, semeadas pelo campo, touceiras erriçadas de puas e espinhos em que se entrelaçam os cardos e as carnaúbas. Sempre verdes, ainda quando não cai do céu uma só gota de orvalho, estas plantas simbolizam no sertão as duas virtudes cearenses, a *sobriedade* e a *perseverança*. [527-530]

(...)

Datava do fim do século dezessete a primeira fundação da herdade ou fazenda, como já então se entrava a chamar esses novos solares que os fidalgos de fortuna iam assentando nas terras de conquista, à semelhança do que outrora o haviam feito no reino outros aventureiros, também enobrecidos pelo valor e pelas façanhas. (...)

Nessa ocupação do solo, a cobiça de envolta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia.

Entre todas, avulta a guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas²³, que se acabou pelo aniquilamento da primeira. Desta bárbara contenda ficou sinistra memória não só na crônica da província, como no escólio de sua topografia.

(...)

Os sertanejos ricos daquele tempo eram todos de orgulho desmedido. Habitando um extenso país, de população muito escassa ainda, e composta na maior parte de moradores pobres ou de vagabundos de toda a casta, o estímulo da defesa e a importância de sua posição bastariam para gerar neles o instinto do mando [*sic*], se já não o tivessem da natureza.

Para segurança da propriedade e também da vida, tinham necessidade de submeter à sua influência essa plebe altanada ou aventureira que o cercava, e de manter no seio dela o respeito e até mesmo o temor. Assim constituíam-se pelo direito da força uns senhores feudais, por

²³ Nota de J. A.: Não falaria o autor dessas lutas, se elas não pertencessem à história. Nessa referência não vai, porém, a menor alusão à importante família de Inhamuns. Não é ela responsável por excessos de que outrora acusaram seus parentes; além de que *tais excessos eram próprios do tempo*, e piores praticaram na Europa os ascendentes de muitas das principais famílias.

O autor não podia referir-se senão com simpatia a uma família de que é chefe seu amigo, o Coronel Joaquim Leopoldino de Araújo Chaves, cujos serviços no tempo da guerra não foram remunerados nem pelos liberais, seus correligionários, nem pelos conservadores. Como ele, foram esquecidos muitos outros comandantes superiores de ambos os partidos, por terem o pecado original de serem Cearenses. [*Observe-se a compreensão objetiva que expressa José de Alencar a propósito da dura e violenta ordem social do Sertão, bem como a sua ironia a respeito das discriminações de que já padeciam então seus conterrâneos. – Nota e grifo meus*].

ventura mais absolutos do que esses outros de Europa, suscitados na Média Idade por causas idênticas. Traziam séqüitos numerosos de valentões; e entretinham a soldo bandos armados, que em certas ocasiões tomavam proporções de pequenos exércitos.

Estes barões sertanejos só nominalmente rendiam preito e homenagem ao rei de Portugal, seu senhor suserano, cuja autoridade não penetrava no interior senão pelo intermédio deles próprios. Quando a carta régia ou a provisão do governador levava-lhes títulos e patentes, eles a acatavam; mas se tratava-se de cousa que lhes fosse desagradável não passava de papel sujo.

Não davam conta de suas ações senão a Deus; e essa mesma era uma conta de grão-capitão, como diz o anexim, por tal modo arranjada com o auxílio do capelão devidamente peitado, que a consciência do católico ficava sempre lograda. Exerciam soberanamente o direito de vida e de morte, *jus vitae et necis*, sobre seus vassallos, os quais eram todos quantos podiam abranger o seu braço forte na imensidade daquele sertão. Eram os únicos justiceiros em seus domínios, e procediam de plano, sumariamente, sem apelo nem agravo, em qualquer das três ordens, a baixa, a média e a alta justiça. Não careciam para isso de tribunais, nem de ministros e juizes; sua vontade era ao mesmo tempo a lei e a sentença; bastava o executor.

Tais potentados, nados e crescidos no gozo e prática de um despotismo sem freio, acostumados a ver todas as cabeças curvarem-se ao seu aceno, e a receberem as demonstrações de um acatamento timorato, que passava de vassalagem e chegava à superstição, não podiam, como bem se compreende, viver em paz senão isolados e tão distantes, que a arrogância de um não afrontasse o outro» [541-561].

• Transitemos de imediato para o relato de um acontecimento histórico altamente significativo e de valor exemplar. Posto esteja registrado em documentos arquivísticos e em relatórios científicos, prefiro dar a palavra a um narrador ficcional, que o narra de modo fiel e saboroso. Domingos Olympio, seu autor, nascido em Sobral em 1850, tendo aí exercido as funções de promotor público de 1873 a 1878, fora testemunha ocular da maior seca dos Sertões no século passado (1877-1880) - tragédia que esfacelou a economia do semi-árido e da província do Ceará em especial -, tomou esse quadro para ambientar a dilacerante experiência de seu célebre romance *Luzia-Homem* [Rio, 1903]. Já quase no final do livro, Raulino, personagem que é um imoderado contador de casos, recorda o acontecido:

«- Era por volta da era de sessenta. Não me lembro bem o ano; só sei que eu era rapazote, pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedras, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos.

Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias, Gabaglia, um tal de Freire Alemão, e um doutor médico chamado Lagos e outros. Andavam encourados como nós vaqueiros; davam muita esmola e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma gerigonça, que parecia arte do demônio. (...). Uma tarde, chegaram, ao pôr do sol, à fazenda do velho. Iam no rumo da gruta do Ubajara. Aboletaram-se no copiar, derrubando o comboio, que era um estandarte de malas, instrumentos, espingardas, na casa dos passageiros. Depois de jantarem um bom traçalho de carne de vaca gorda que parecia um leitão, assada no espeto, algumas lingüiças e um chibarro aferventado com pirão escaldado, armaram as redes nos esteios. Veio a noite, clara como dia, sem uma nuvem no céu, liso como espelho. Convidava mesmo a gente a dormir na fresca do alpendre. Ali pelas sete horas, disse a eles o velho: “Achava melhor vossas senhorias passarem cá para dentro, porque vem aí um pé-d’água de alagar”. Ora, os doutores, que sabiam tudo e adivinhavam pelas estrelas as mudanças de tempo, zombaram do aviso; saíram para o terreiro e olharam para o céu, sempre limpo e claro, para verem o que diziam as estrelas. O mais sabido deles, o doutor Capanema, disse que o velho estava sonhando com chuva, mania de sertanejos, que não pensam noutra coisa. Teimaram em ficar no alpendre, embora o velho continuasse a assegurar que se arrependeriam. Quando estavam ferrados no sono, ali pelas onze horas, acordaram debaixo d’água e correram com a rede nas costas, em procura de abrigo dentro de casa, todos admirados uns dos outros, como haviam mangado do velho. De manhã, antes de deixarem o rancho, foram agradecer a hospedagem, e um deles perguntou ao velho: “Como é que vossa senhoria percebeu sinais de chuva, que escaparam a nós outros científicos, envergonhados do quinau de mestre que nos deu?” O velho sorriu, e respondeu: “É muito simples. Tenho ali, no cercado, um burro velho que, quando se está formando chuva, rincha de certo modo: é aquela certeza. A chuva vem sem demora. Foi por isso que avisei a vossa senhoria”. O tal de Gonçalves Dias, pequenino, muito ladino e esperto, começou a

bulir com os outros, dizendo a eles: “Estamos numa terra, onde burros sabem mais que astrônomos”. »²⁴

• Mais de um século depois desse fato, uma reportagem do jornal *O POVO*, de Fortaleza, 3 de outubro de 1994, período eleitoral, com uma grande foto – retratando o ambiente quase inalterável do Sertão central do Ceará (Várzea Redonda, lugarejo situado na fronteira dos municípios de Senador Pompeu e Quixeramobim) e tendo em primeiro plano a figura de um sertanejo típico, sandália japonesa, chapéu de palha sobre a cabeça – trazia a legenda: «*Sebastião Genoio, pai do deputado federal José Genoio (PT-SP), segura uma coxa de bode, ao lado do seu cão Magro*». No texto, uma declaração sua expressa o baixo nível de cidadania da maioria do povo brasileiro e o do Sertão em especial: «*Tem o tal do Lula que o pessoal diz que o cabra é bom, mas aqui nesse fim do mundo a gente nunca sabe direito. É um magote de candidato tão grande que a gente fica meio zozzo, sem saber em quem votar* ».

• Por outro lado, num dos capítulos finais de *Vidas Secas* [1938], intitulado incisiva e sumariamente «**Contas**», deparamo-nos com esta situação forte e significativa:

«Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais (...). Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolicie, quem é do chão não se trepa. (...). Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo

²⁴ OLYMPIO, Domingos: Luzia-Homem, 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, s/d, pp. 203-204. Na verdade, ou o próprio romancista ou o editor censurou a fala do sertanejo que hospedou os membros da **Comissão Científica de Exploração**, pois nos seus relatos consta que o velho dissera que quando seu burro, no cercado, começava a suar os escrotos, era chuva na certa. Essa comissão, que percorreu a província entre 1859 e 1861, num período de seca, fora nomeada por D. Pedro II e se compunha de alguns dos melhores representantes da inteligência brasileira da época: Antônio GONÇALVES DIAS, que dirigiu a Comissão no início, seguindo, seis meses depois, para o Norte, onde realizou trabalhos de etnografia indígena; Francisco FREIRE ALEMÃO, botânico e médico, que assumiu a direção dos trabalhos, recolheu cerca de 14 mil amostras de plantas, que estão no acervo do Museu Nacional, e publicou *A Flora Cearense* (1866); Giacomo RAJA GABAGLIA, astrônomo e geógrafo, que publicou o célebre *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará* (1877); Manuel Ferreira LAGOS, médico e zoologista; Guilherme Schuch de CAPANEMA, engenheiro e físico, que instalou as primeiras estações meteorológicas no Brasil; e outros mais.

endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia.

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. (...). No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio, notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro...

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa.

(...)

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas...

Olhou as cédulas arrumadas na palma, os níqueis e as pratas, suspirou, mordeu os beiços. Nem lhe restava o direito de protestar. Baixava a crista. Se não baixasse, desocuparia a terra, largar-se-ia com a mulher, os filhos pequenos e os cacarecos. Para onde? Hem? Tinha para onde levar a mulher e os meninos? Tinha nada.

Espalhou a vista pelos quatro cantos. Além dos telhados, que lhe reduziam o horizonte, a campina se estendia, seca e dura. Lembrou-se da marcha penosa que fizera através dela, com a família, todos esmolambados e famintos...

Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca grossa, mas às vezes se arrelia. Não havia paciência que suportasse tanta coisa.

- Um dia um homem faz besteira e se desgraça. »²⁵

• Dez anos antes [1928], outro romance do mesmo ciclo regionalista [José Américo de Almeida: *A Bagaceira*] nos dá mais um retrato sem retoques dessa mesma ordem social:

«Intimado a deixar a palhoça que ajudara a levantar, o caboclo coçou a cabeça e correu à casa-grande, com o chapéu debaixo do braço:

- Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que eu não enjeito parada: sou um burro de carga. Mas porém, nascer pra estrebaria não nasci.

Dagoberto não quis saber de mais nada:

- Pois, por ali, cabra safado! Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi pra cangalha!

Xinane continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma idéia:

- A gente bota um quinguingu; quando é agora, o patrão, sem quem nem mais...

E, implorativamente:

- Quando acaba, foi a canseira arranhando com o caco de enxada.

Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de cana!...

- O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumaríssima.

- Patrão, mande suas ordens. Dá licença que leve os troços?

E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue. »²⁶

• Derradeiro texto para enriquecer a expressividade deste painel fragmentado, à guisa de mosaico, de nosso imaginário social do Sertão. Trago aqui a presença de Monteiro Lobato, cujo artigo «Velha Praga» [1914] constitui, em sua opinião, “a verdadeira mãe dos *Urupês*”, livro que celebrizou o escritor nacionalmente, e que em suas sucessivas edições o incorporou ao texto, visto que “não era justo separar a mãe do filho”:

«Andam todos, em nossa terra, por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros.

Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas com furor não menos germânico.

Em Agosto, por força do excessivo prolongamento do inverno, “Von Fogo” lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas...

A Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado, aqui e acolá, de manchas de

²⁵ RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*, 19ª ed. São Paulo: Martins, 1967, pp. 117-121.

²⁶ Cf.: 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, pp. 10-11. Um reparo: é óbvio que dizer “na massa do sangue” possui inegável efeito estético e literário, embora redunde em biologizar a questão; qualquer antropólogo ou historiador sabe que se trata aí de códigos socioculturais que regulamentam o ordenamento dessas relações por tanto tempo e nada tem a ver com a genética ou o sangue.

verduras – as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro. (...)

Preocupa a nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte provindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona, e, dentro dela, a esta ou aquela situação agrícola...

Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente, no Brasil, subtrai-se; somar ninguém soma... (...)

Qual é a causa da renitente calamidade?

É mister um rodeio para chegar lá.

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro... Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriigo decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que, onde ele assiste, se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias, seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, decaindo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro...

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização mas que vive à beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo, em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.

É de vê-lo abordar a um sítio novo para nele armar a sua arapuca de “agregado”; nômade por força de vagos atavismo, não se liga à terra, como o campônio europeu: “agrega-se”... Vem de um sapezeiro para criar outro...

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” esposa, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro à orelha da saia, já de pito na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarmento, Brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, o santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com

estes simples ingredientes o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós.

Acampam. Em três dias uma choça, que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto. Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam idéia de coisa nascida do chão, por obra espontânea da natureza – se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias.

Barreada a casa, pendurado o santo, está lavrada a sentença de morte daquela paragem. (...) quando o palmito escasseia, rareiam os tiros, só a caça grande merecendo sua carga de chumbo; se o palmital se extingue, exultam as pacas: está encerrada a estação venatória. Depois ataca a floresta. Roça e derruba, não perdoando ao mais belo pau. Árvores diante de cuja majestosa beleza Ruskin choraria de comoção, ele as derriba, impassível, para extrair o mel escondido num oco.

Pronto o roçado, e chegado o tempo da queima, entra em função o isqueiro. (...) É o fogo de mato. (...)

Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo?

Indaga-se, descobre-se o Nero: é um urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa. (...)

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinqüenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo de sua resistência às privações. ...assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada, que naquele momento brinca nua no terreiro.

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. ...o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem do Manoel Peroba, do Chico Maribondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória à natureza circunvizinha. »²⁷

Este texto forte de Lobato, fruto da época, merece um reparo: a denúncia das queimadas como procedimento agrícola é justa, mas a análise em seus conceitos equivocados vale por uma antologia da mentalidade de nossas camadas dominantes que, ao longo do tempo, produziram a vítima, concebida aqui como criminoso e vadio. Por esse tempo, vieram as *missões científicas* e *campanhas sanitárias* que percorreram o País por todos os quadrantes, e nova mentalidade se foi criando, a ponto de já na primeira edição de *Urupês* [1918],

²⁷ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Biblioteca de Literatura Brasileira. Introdução de Edgard Cavalheiro. São Paulo: Martins Editora, 1943, pp. 24-28.

Monteiro Lobato ter achado por bem inserir esta explicação: «Entra neste livro de contos uma caricatura que não o é, “Urupês”. Ela veio solver o tremendo problema batismal. E aqui aproveitou o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?» [p. 19]

* * *

Se Euclides da Cunha acreditava ter descoberto nos Sertões «*o cerne da nacionalidade*», Guimarães Rosa, no seu *Grande Sertão: Veredas*, propunha-se transfigurar ficcionalmente o conjunto do país, centrando-o nessa dura realidade do vazio, do desterro, do homizio, da sacrificada experiência sertaneja, que ele tenta exprimir neste termo forte *Nonada*, o qual condensa a errância dessa existência coletiva, cujo traço dominante é a transitoriedade e a incompletude, mas que inscreve no tempo histórico sua possibilidade de rememoração e de esperança da promessa. Já Ariano Suassuna situa no Sertão toda a sua obra, que constitui o intento de elaborar esteticamente a epopéia de seu imaginário em múltiplas formas expressivas.

Quanto a mim, estou convencido de que toda tentativa de construir modelos rigorosos para uma realidade complexa tende decerto a resultar imperfeita, pois, conforme asseverava o jagunço Riobaldo Tatarana, em sua ciência e filosofia:

«*Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza*».

Tentarei, portanto, esboçar a seguir, a largos traços, o que chamei no título: «Gênese do Imaginário Social dos Sertões: entre História & Ficção» – retrato sumário da condensação de imagens e representações acerca dessa realidade multiforme e heteróclita que leva este nome encantatório, que é sem dúvida uma das matrizes mais fecundas do imaginário erudito e popular da chamada ‘*cultura brasileira*’.

Em sua gênese sócio-histórica, a principal área do território nacional subsumida mais frequentemente pelo nome de **Sertão** constitui um espaço geográfico e um processo de experiência coletiva de nossa formação como povo e nação. Esse conjunto gerou a **cultura sertaneja** característica de uma sociedade, que assenta sobre a **ordem privada e familiar** em seu caráter de instituição axial, com seu sistema de **dominação autoritária e patrimonial**, cujo instrumento básico de exercício

do poder são a **violência** e o **temor** generalizados. Em seus demais caracteres, traz a **pecuária extensiva** como atividade econômica dominante; com suas fazendas, povoados e vilas entremeando raras cidades; com sua estratificação polarizada entre **potentados** (*coronéis*) e “**plebe rural**”. Formação societária com sua **ética da honra, da bravura e da vingança**; com sua **religião sertaneja**, herança do catolicismo ibérico em seu arranjo brasileiro, que incorpora fortes componentes indígenas e alguns traços de culturas negras; enfim, com seu estilo geral de vida, um universo de **dominação masculina**, cujo **grupo doméstico** Capistrano de Abreu tomava como modelo para definir genericamente a família brasileira, ao afirmar que ela se apóia «*num tripé: o pai autoritário, a mãe submissa e os filhos aterrados*». Foi dessa matriz que nasceu o país.

Em compensação, o seu **imaginário** próprio – polarizado entre *arché* e *eskaton*, rico de festas e rituais, feiras e romarias – comporta um conjunto de representações coletivas e tem suscitado um sem-número de transfigurações literárias e expressões simbólicas de amplo valor estético, de que mais recentemente a obra de um Guimarães Rosa é fonte indispensável e a de Ariano Suassuna é um poço inexaurível. Assim, no imaginário tanto popular quanto letrado, o Sertão é concebido em geral como **uma região interior** (em oposição ao **litoral**), de geral criação de gado, desértica e dura, relativamente parada num tempo do passado, e evocada como **locus** mais ou menos sagrado, reserva das tradições ancestrais, depósito cultuado de linguagem e costumes antigos; é o **grande mediterrâneo semi-árido** que compreende parte do Maranhão, os estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, grande parte dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e o norte de Minas Gerais.

Henry KOSTER, cidadão inglês que viveu em Pernambuco no início do século XIX, relata longa viagem que empreendeu em extensa área dos sertões em direção às províncias setentrionais, num livro maravilhoso²⁸ pela riqueza de suas observações e pela descrição dos

²⁸ Cf.: KOSTER, Henry: *Viagens ao Nordeste do Brasil*. (Tradução e notas de L. da Câmara Cascudo). Col. “Brasílica” - 221. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. [Edição original: *Travels in Brazil*. London, 1816]. Chamo a atenção para o grave anacronismo cometido por mestre Cascudo ao alterar o título original dessa obra capital: não existia àquela época esse conceito de *Nordeste*, pois tal ‘região’ só vai ser inventada pela inteligência brasileira, em especial a sudestina, entre os anos 20 e 30 do século passado, e Pernambuco e Bahia constituíam legitimamente as mais importantes áreas do que era conhecido então por Brasil.

costumes e da vida das populações rarefeitas que aí habitavam àquela época (1810): abandonadas à própria sorte, distantes do controle direto do aparelho institucional da civilização litorânea, mas próximas da ação dominadora dos potentados rurais.

Com efeito, nas largas extensões do mediterrâneo pastoril, onde a criação extensiva de gado condicionou a forma de ocupação humana, a presença do Estado era tênue (exceto sobre a forma do fisco), a Justiça e mesmo a Igreja eram quase ausentes: aí os potentados – senhores de gados, terras e gentes – instituíram uma ordem social baseada no seu mandonismo local e na sua autoridade absoluta, assentada sobre a violência e a submissão, ordem social relativamente paralela ao sistema oficial, vigente nos centros urbanos e faixas litorâneas. Para tanto, os mais poderosos constituíam para si verdadeiros exércitos privados, recrutando elementos diretamente entre seus agregados ou entre os sem-terra, e acolhendo criminosos comuns, escravos fugidos, índios destribalizados etc., conforme ocorreu exemplarmente com a população de Canudos, que Euclides da Cunha descreveu em seu estilo peculiar.

Tal formação societária gerava uma espécie de permanente estado de guerra entre os domínios, lutas de famílias ou clãs parentais que perduraram durante todo o período colonial, estendendo-se pelo Império e ainda na República Velha²⁹. Conflitos perpetuados mediante mútua pilhagem, incêndios e destruições; e freqüentes vezes decididos pela eliminação recíproca dos adversários. Contudo, podiam ressurgir em novo ciclo, mediante a vingança praticada por seus descendentes. Só muito lentamente a modernização do campo e a introdução de relações de produção semi-capitalistas foram transformando essa ordem tradicional do Sertão, com repercussões ainda tênues na cultura e no imaginário de suas camadas populares.

Foi, pois, nessa paisagem descrita aqui sumariamente, que surgiram líderes do povo: seja na condição de **Profetas, Conselheiros e Beatos**, que ocuparão os espaços vazios dessa dura ordem social e mobilizarão atrás de si as populações sertanejas em busca de formas alternativas de existência, livres da dominação tradicional; seja na de **Chefe de can-**

²⁹ Cf.: VIANNA; Oliveira: *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1949, p. 223.

gaceiros que os organizarão em bandos rebeldes, armados, a viver de assaltos e a afrontar a força dos “coronéis” e das milícias provinciais e polícias estaduais. Essas duas vias eram as únicas opções de saída, que se ofereciam às classes subalternas de nossos sertões daquele período. Constituem elas as faces de um mesmo círculo relativamente fechado que compõe o universo sertanejo, onde opera portanto uma como **dialética do rifle e do rosário**³⁰.

Gostaria de abrir um parêntese aqui para sublinhar o fato de que essa dialética nem sempre tem sido percebida nos estudos de nossos cientistas sociais. Em geral, eles constatarem e mencionam com desprezo, nos movimentos sociais do homem do sertão, a presença de um **êthos** religioso invariavelmente tido como “fanatismo” ou “messianismo”, porém nenhum chegou a captar com argúcia a sua significação crucial na estruturação sociocultural desse mundo de vida.

Curiosamente, foi a sensibilidade acurada de alguns dos nossos melhores ficcionistas que logrou compreender seu sentido agonístico. É o caso de um Guimarães Rosa em sua obra maior, *Grande Sertão: Veredas*, cuja tessitura elabora talvez o melhor painel dessa dialética, onde Deus e o Diabo convivem em íntima simbiose. Mas é o caso também de José Lins do Rego que, na sua obra dupla e complementar – *Pedra Bonita e Cangaceiros* –, captura essa tensão entre as duas metas históricas que se apresentam como saídas à nossa plebe rural. Aliás, José Lins do Rego põe em epígrafe, deste seu segundo romance, esta afirmação que é uma síntese luminosa:

«*Continua a correr neste Cangaceiros o rio da vida que tem as suas nascentes em meu anterior romance Pedra Bonita. É o sertão dos santos e dos cangaceiros, dos que matam e rezam com a mesma crueza e a mesma humanidade.*»

Eis, pois, o retrato reduzido desse território misterioso, encantado e seu tanto indecifrável, suporte do universo mitológico que se exprime no sonho poético de um Ariano Suassuna, que é provavelmente hoje a

³⁰ Em conversa com Ariano Suassuna, este lembrou que existia uma terceira via: tornar-se cantador ou poeta narrador de romances. Com efeito, existe tal alternativa, porém prefiro assinalar que apenas alguns poucos membros das classes subalternas escolhiam essa via nos interstícios daquela dialética dominante a que me refiro.

figura mais alta e fecunda da elaboração estética do **imaginário social do Sertão**. Sonho poético a que ele se refere com frequência e a que atribui ênfase cada vez maior em seus escritos atuais, em seus depoimentos da maturidade, como este que cito textualmente:

«... sempre fiel àquele sonho da **épica pobre**, (...) de um espetáculo total brasileiro, no qual se usassem as máscaras, o canto, a música, a dança e as roupagens imaginosas dos espetáculos populares. (...) Nosso povo, com uma arte estranha e poderosa, sabe criar a beleza até a partir da miséria e consegue manter sua dignidade no meio da maior degradação... São os pobres e belos sonhos do povo, que se veste assim para ter acesso a uma beleza, que, na vida, lhe é injustamente negada... heróis infortunados, anônimos e altivos de uma epopéia pobre; heróis que, em seu pauperismo descarnado, sofrem, lutam e reagem, e que pelo simples fato de sobreviverem na dureza e na adversidade, participam da epopéia brasileira que a nossa Arte deve perenizar.»³¹

Abro outro parêntese apenas para aflorar um aspecto da caracterização da cultura sertaneja de que venho dando um esboço, aqui, a pouco e pouco. Aspecto, aliás, que talvez fosse melhor omitir. Refiro-me a uma associação quase automática que se instituiu entre o grande mediterrâneo semi-árido e a idéia de **seca**, invenção do imaginário social brasileiro que se intensifica a partir dos anos 30 do século passado. De fato, é abundante a produção simbólica que resulta do **imaginário da seca**, marca de ferro em brasa na alma de seus viventes. Na ensaística, na historiografia, na prosa de ficção, nas crônicas, na poesia, etc., para não citar outras formas de expressão (cinema, fotografia, artes visuais, teatro, etc.), em geral, é vasta a manifestação desse imaginário, que se funda numa imaginação material capturada por nossas pulsões oníricas. A ensaística em torno da seca é riquíssima³², bastando lembrar que um dos textos mais recentes, em

³¹ Cf.: SUASSUNA, Ariano. «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, nº 18, março 1999, pp. 18-19.

³² Menciono apenas, a título de ilustração, alguns trabalhos mais significativos: um dos primeiros esforços para uma análise racional do fenômeno e de suas conseqüências socioculturais é inegavelmente a obra-prima de nossa literatura: *Os Sertões* de Euclides da CUNHA; o clássico livro, acima mencionado, de Gustavo BARROSO. *Terra de Sol*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; o célebre livro de José Américo. *A Parahyba e os seus Problemas* (Parahyba, 1923); o famoso estudo de Josué de CASTRO. *Geografia da Fome* (São Paulo, 1961); o clássico de Djacir MENEZES. *O Outro Nordeste*, 2ª edição, Rio de

face de ensaios mais antigos, que é o conhecido *Terra de Sol*, de Gustavo Barroso [1912], em seu capítulo inicial enfrenta o tema da seca e do inverno. A historiografia não é menos abundante³³, e aqui se destaca a figura pioneira e generosa de Rodolpho Theophilo, que examinou o assunto em monografias fundamentais, em artigos e em sua ficção romanesca. Igualmente abundante é a novelística inspirada nas tragédias produzidas por cada ciclo de penúria das águas na região do semi-árido³⁴.

Mas como quero evitar o assunto, fecho o parêntese e retomo o fio da exposição de minha tentativa de caracterização do imaginário desse espaço humano e social.

Janeiro: Artenova, 1970 (1ª edição: 1937), onde a temática aparece como pano de fundo do argumento; o estudo clássico de J. Guimarães DUQUE. *Solo e Água no Polígono das Secas*, Fortaleza: Urânia, 1951; a série de estudos constantes do livro de Pinto de AGUIAR. *O Nordeste – o drama das Secas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983; o estudo de F. S. NASCIMENTO. *Quadrilátero da Seca*, 1º vol., Fortaleza: Stylus, 1988; o ensaio de Lúcia de Fátima Guerra FERREIRA. *Raízes da Indústria da Seca*, João Pessoa: Editora da UFPb, 1993; e, embora fale sobretudo da água, o pano de fundo motivacional é porém a seca, no livro de Hypérides Pereira de MACEDO. *A Chuva e o Chão na Terra do Sol*, São Paulo: Maltese, 1996; etc.

³³ Sem aprofundar este aspecto, o que implicaria em rastrear a significativa soma de estudos que o assunto tem suscitado ao longo do tempo, passando pelas monografias produzidas pelos membros da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) nomeada pelo imperador D. Pedro II para examinar in loco a sua problemática, indico apenas alguns títulos: do mencionado Rodolpho THEOPHILO. *História da Seca do Ceará* (1877 a 1880), Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1883; *Secas do Ceará* (segunda metade do século XIX), Fortaleza: Ed. L. C. Cholewiecki, 1901; *A Seca de 1915*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; *A Seca de 1919*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; tais estudos foram ampliados por Joaquim ALVES. *História das Secas* (Séculos XVII e XIX), Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; e por Thomas POMPEU SOBRINHO. *História das Secas* (Século XX), Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; e até uma excelente tese de doutorado do historiador norte-americano, professor da Universidade da Califórnia – San Diego, Roger L. CUNNIFF. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*, Ph.D. Dissertation, University of Texas, Austin, 1971 (que traz ampla bibliografia sobre o tema); Luciana Silveira de Aragão e FROTA. *Documentação oral e a temática da seca*: estudos. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985; etc. A Universidade de Mossoró tem republicado todos os melhores estudos nessa área ensaística e historiográfica.

³⁴ Aspecto mais conhecido porque marca uma presença forte e constante em nossa tradição letrada, desde os clássicos – de José do PATROCÍNIO, *Os Retirantes* (1879); de Domingos OLYMPIO, *Lucia-Homem* (1882); de Rodolpho THEOPHILO, *A Fome* (1890); etc. – até obras mais recentes como de Rachel de QUEIROZ, *O Quinze* (1930), ou o livro definitivo de Graciliano RAMOS, *Vidas Secas* (1938), etc. Essa produção ficcional tem sido objeto de estudo de vários ensaios, como o de Hilário Henrique DICK. *A Cosmóvisão do Romance Nordestino Moderno*, Porto Alegre: Sulina, 1970; e sobretudo Teoberto LANDIM, *Seca, a Estação do Inferno*, col. Alagadiço Novo, Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992; e José Maurício Gomes de ALMEIDA. *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro*, 1875-1945, Rio: Topbooks, 1999 [onde são examinados José de Alencar, Franklin Távora, Visconde de Taunay, Oliveira Paiva, J. Lins do Rego e Graciliano Ramos]; etc.

Portanto, essa tradição, essa região e essa gente, referidas na afirmação de Ariano, citada antes, resumem-se sobretudo no que se pode chamar **o povo do Sertão**. Território por cuja beleza áspera o narrador de *Grande Sertão: Veredas* demonstra especial predileção em definir sob inúmeras fórmulas, verdadeiros aforismos, como este: «*Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com astúcia. Deus mesmo quando vier, que venha armado. (...) Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo.*» [Grifo meu].

Território onde os homens ou são irmãos ou são inimigos, conforme assinalava José de Alencar, em seu romance *O Sertanejo* [1875], de que se pode afirmar ser uma das grandes obras primordiais na invenção desse imaginário. Invenção que, de fragmento em fragmento, vai encontrar em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, já no século XX, a primeira tentativa de expressão épica [1902], assim como receberá seu estofamento positivo na obra renovadora de nossa historiografia moderna: *Os Capítulos de História Colonial* [1907], de Capistrano de Abreu, onde pela vez primeira **o povo** surge como protagonista de nossa história e um terço desta obra fundamental trata da até então desconhecida história do Sertão.

Com efeito, no meu entender, merece aqui especial destaque o capítulo nono desta obra, «O Sertão», sem dúvida a mais inovadora e importante contribuição de Capistrano de Abreu à historiografia nacional³⁵. Atento a que a conclusão do capítulo anterior a este corresse

³⁵ Wilson MARTINS, em sua consistente *História da Inteligência Brasileira*, a propósito dessa temática, menciona o fato de o Visconde de TAUNAY ter intitulado de «O Sertão e o Sertanejo» o primeiro capítulo de *Inocência*, e que aí «empregava duas palavras que iam reaparecer sucessivas vezes em tantas outras obras marcantes de nossa literatura (de Alencar a Euclides da Cunha, passando por Afonso Arinos e Coelho Neto), **além de implantar um tema central, talvez o tema central, das nossas meditações sobre o Brasil, e de estabelecer de uma vez por todas as coordenadas mentais em que desde então passamos a examiná-lo.** (...) Essa é a significação essencial de *Inocência* na história do nosso pensamento literário; acentuemo-lo fortemente, na esperança impossível de prevenir a perpetuação de lugares-comuns que a encaram como simples novela de ingênuas idealizações românticas.» [1977, tomo IV, p. 405 – o grifo é meu]. Logo a seguir, em apoio à sua tese, ele reproduz ensaio seu anterior em que, estribando-se no que qualifica como o “**atulado espírito crítico**” de Capistrano de Abreu, analisa longamente a significação cultural mais densa dessa obra de Taunay, de que destaco este trecho: «Esse livro, lido como se fosse *Paulo e Virgínia*, tem em nossa literatura um valor e uma significação diversos dos que se atribuem ao de Bernadin de Saint-Pierre. Porque, como dizia Capistrano, ele deveria ter sido o primeiro livro realista e não o último livro romântico; e, antes de Capistrano,

o risco de ser visto como um deslize na direção da exaltação de uma brasilidade antecipada, ele retifica os rumos de sua interpretação por meio do parágrafo lapidar com que inicia o longo ensaio deste capítulo, impressionante e inédito num texto de história do Brasil, até em seu título: «*A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo*» [p. 177]. Há décadas, Capistrano pesquisava, meditava e escrevia sobre essa conquista, construção e integração do território nacional mediante a devassa dos sertões, das penetrações nos quadrantes mais distantes, enfim disso que veio a constituir o Brasil. Este livro tem o seu cerne neste capítulo central: o Sertão se constituiu pela expansão de nossas fronteiras internas e externas em suas lutas e sacrifícios: era a metáfora e a realidade que dava sentido à nossa história. É impossível resumir aqui a riqueza de fatos e de observações vitais desse processo que configurou nossa singularidade. Este capítulo vale por um tratado geral, inclusive de sociologia de nossas revoltas e rebeliões, uma Suma de nossa gênese. É preciso lê-lo integralmente inúmeras vezes para desvelar as suas riquezas e descobrir que desvenda nossas entranhas. Eis por que ao tratar aí, longamente, do livro de Antonil, Capistrano nos diz com lucidez a razão por que a Metrópole confiscou a obra, não pelo alegado motivo de que esta divulgava o segredo do Brasil aos estrangeiros; a verdade era outra: «**o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando toda a sua possança...**» [p. 267 – grifo meu].

Fecho o parêntese capistraneano e retomo fio da reflexão. Conforme estava a sublinhar, ao assinalar essas vertentes da cultura e do imaginário sertanejos, de que Suassuna é legítimo herdeiro, pois está visceralmente ligado a essa tradição literária, estética e ensaística centrada nesse espaço matriz de nossa formação: o Sertão semi-árido. Eis por que, em sua obra, ele lhe atribui dignidade e nobreza, por isso grafava-lhe o nome sempre com maiúscula.

dizia-o, com grande agudeza, o “stendhaliano” Visconde de Taunay: “*No meu pensar bem leal, talvez ingênuo, por isso mesmo, e de bastante modéstia, este romance é a base da verdadeira ‘literatura brasileira’.*”» [p. 407]. Além disso, essa temática do Sertão ocupa também um lugar central na larga ensaística do pensamento brasileiro.

Efetivamente, ao Sertão devemos dois ciclos fundamentais de nossa gênese econômica: o do **criatório**, sobretudo no grande mediterrâneo semi-árido, que tem por espinha dorsal o São Francisco; e o ciclo da **mineração**, estendendo-se para os gerais e para Oeste.

Norte e Sul, Litoral e Sertão eram os eixos conceptuais com que a inteligência brasileira, até recentemente, pensava o Brasil em sua unidade diversificada, construindo assim o espaço semântico da nacionalidade.

E o **Sertão** é pólo dessa semiologia onde reside a reserva de nossas tradições mais enraizadas. Ele expressa a nossa permanência histórica, que Euclides cunhou como «*a rocha viva*» da nação. Já o **Litoral** remete para as influências de fora, para as marcas dos vínculos colonialistas de nossa dependência externa, que perduram ainda hoje numa cultura menos peculiar e mais genérica. Ou como afirma Eidorfe Moreira: «*Pelo litoral somos universais; pelo sertão somos nós mesmos*»³⁶. Eis a razão por que, em seu *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo podia afirmar: «*quando a bandeira penetra o sertão termina a história de Portugal e começa a do Brasil.*» [Apud MOREIRA, Eidorfe: *op. cit.*, p. 10].

Retorno, pois, a Ariano Suassuna. O Sertão é o seu Reino sagrado. Estamos aí em face de uma de suas intuições mais profundas: a dignidade, a nobreza e altivez do povo sertanejo. Ora, todos os reinos e todas as dinastias que conhecemos na História são ou nascem de usurpações. Todos os reinos são igualmente inautênticos ou espúrios, visto serem produtos de pilhagens e atos de violência que instituem uns poucos como Senhores e os demais como súditos, sem escolha. Assim, os Reinos ou Impérios criados por Ariano Suassuna, em especial em seu “romance armorial-popular brasileiro” ou “novela romançal”, são tão ou mais legítimos, e se geraram de seu fraternal e fecundo imaginário.

Identifico outra intuição fecunda de Ariano Suassuna na insistência com que assinala seu sonho poético de realizar uma Epopéia do Sertão – que de fato ele já logrou em sua obra-prima que é o *Romance D’A Pedra do Reino*. Com efeito, parece legítimo afirmar que não há um **epos** urbano, mas seguramente este existe na gênese do Sertão. Aliás, sob o véu simples desse termo dissimula-se um universo de imagens e

representações, aspectos físicos, sociais e culturais exóticos e cheios de estranha singularidade. Por isso, Eidorfe Moreira já assinalava essa dimensão, quando dizia:

«Há um acento épico e uma ressonância bárbara nesta palavra, onde a idéia de aventura paira sobre um fundo ermo e dilatado, um fundo de remota agrestia, que domina e engrandece a impressão do conjunto. Se há palavras másculas, independente da simples indicação gramatical de gênero, esta é uma delas.» [op. cit., p. 8].

E, de fato, foi o Sertão que propiciou a nota mais típica de nosso processo histórico, conforme assinalou Capistrano de Abreu.

É a essa intuição da índole épica do Sertão, em Ariano Suassuna, que me refiro agora. Nisso ele se inclui na alta estirpe dos escritores-profetas que constroem a arquitetura do **epos** nacional, como um Euclides da Cunha ou um Guimarães Rosa, dentre outros. Não era, pois, sem razão que Samuel Putnam, o realizador da clássica tradução de *Os Sertões* para o inglês, considerava esta obra como *a epopéia das Américas*.

Mas retorno, para concluir, ao *Romance d’A Pedra do Reino*. Há nesse livro outra genial intuição de Ariano. O movimento sociorreligioso de Pedra Bonita (1835-1838), que lhe serviu de motivação para esta obra extraordinária, já suscitou pelo menos três criações literárias que tentaram dar conta desse surto sebastianista no Sertão de Pernambuco: uma delas, ainda no século XIX, é *O Reino Encantado* [1878], de Araripe Júnior; a outra é o romance *Pedra Bonita*, de José Lins do Rego; e, enfim, esta de Ariano. Posto seja bastante original o percurso romanesco e a interpretação que José Lins do Rego elabora em seu livro ao ambientar a narrativa no século XX, dessas três obras, porém, inegavelmente, é a de Suassuna a mais rica e mais lúcida. Com efeito, a construção da dinastia de que provém o seu herói, Quaderna, constitui uma invenção mitopoética genial na medida em que revela o **sentido de continuidade das lutas do povo brasileiro**, apesar das fraturas da história positiva, sentido que vem expresso metaforicamente desde o complemento de seu título: *O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. O leitor que conseguir uma comunhão com o espírito dessa obra, saberá por certo quem é o Príncipe de que aí se fala.

Finalmente, apesar de seu estilo narrativo mais alegórico, há um inelutável tom **guerreiro**, transfigurado esteticamente, que atravessa todo

³⁶ MOREIRA, Eidorfe: *Sertão: a palavra e a imagem*, 57 pp., vol. I de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 vols.). Belém: CEJUP, 1959, p. 9.

o seu enredo, sublinhando seu aspecto épico. Outro de seus traços cruciais reside em sua cosmovisão entranhadamente **monárquica**³⁷, não de fato como opção política, mas antes como recurso estético de nobilitação e grandeza dos humilhados e ofendidos do Sertão. Já o evidente **acento picaresco** que acompanha toda a intriga é antes, no meu entender, uma espécie de ironia socrática de que se serve seu autor para desvelar sua apreensão mais profunda.

* * *

Algumas fontes bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de:

- 1954 *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4ª ed. revista, anotada e Prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet. [Instituto Nacional do Livro: Edic. Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Capistrano de Abreu (1853-1953). Ex. n.º 956].
- 2004 *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição comemorativa dos 150 Anos de nascimento de Capistrano de Abreu (1853-1927). Apresentação e preparo crítico do texto de Eduardo Diatahy B. de Menezes. Fortaleza: Edic. Demócrito Rocha.

ACCIOLY, Marcus:

- 1971 *Nordestinados*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de:

- 1989 *Um Sertanejo e o Sertão. Moxotó brabo • Três ribeiras*. B. Horizonte: Itatiaia.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de:

- 1999 *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN – Editora Massangana.

ALENCAR, Francisco Silvestre:

- 1998 «Rica literatura, pobre filosofia», *BRAVO*, Ano I, n.º 10, p. 14.

ALENCAR, José de:

- 1965 *O Sertanejo, in Ficção Completa e Outros Escritos*, v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, pp. 525-736.

ANDRADE, F. Alves:

- 1973 *Ensaio de Sociologia Rural*. (I – Jeca Tatu de Monteiro Lobato & Mané Xiquexique de Ildefonso Albano; II – Lições de Agronomia Social). Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.

ANÔNIMO:

- S/d. *História Completa do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ARARIPE JÚNIOR, T. A.:

- 1878 *O Reino Encantado*. Chronica Sebastianista. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta Noticias.

ARINOS, Affonso:

- 1947 *Pelo Sertão – contos*, 5ª. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.

BARBOSA, Ivone Cordeiro:

- 2000 *Sertão: um Lugar-incomum*. O Sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BARROSO, Gustavo (João do Norte):

- 1912 *Terra de Sol*. Natureza e costumes do Norte. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Ed.
- 1917 *Heróis e Bandidos (Os cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livr. Fco. Alves.
- 1923 *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro.
- 1930 *Almas de Lama e de Aço (Lampeão e outros cangaceiros)*. S. Paulo: Melhoramentos.

BERNUCCI, Leopoldo M.:

- 1995 *A Imitação dos Sentidos*. Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Edusp e University of Colorado at Boulder.

BOLLE, Willy:

- 2001 «grandesertão.br ou: A invenção do Brasil», in MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.): *Descobertas do Brasil*. Brasília: EdUnB, pp. 165-235.

BOURDON, A. A.:

- 1977-8 «Messianisme Sébastianiste et Messianisme Révolutionnaire au Brésil.

³⁷ V., por exemplo, as epígrafes do início da obra.

Le Mouvement de la *Pedra Bonita* dans l'Histoire et la Littérature du Nordeste», *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* (Inst. Français de Lisbonne), Nouvelle série, Tomes 37 et 38, pp. 155-197.

CAMPOS, Maximiano:

1998 *Sem Lei Nem Rei*. Posfácio de Ariano Suassuna: «Novo romance sertanejo». São Paulo: Melhoramentos.

CANDIDO, Antonio:

1964 *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Col. «Documentos Brasileiros – 118». Rio: J. Olympio.

1977 «Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa», *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, pp. 133-160.

CARVALHO, José:

1897 *Perfis Sertanejos*. (Costumes do Ceará). Bibliotheca da “Padaria Espiritual”. Fortaleza: Typ. Universal. [Reedição fac-similar do Museu do Ceará, 2006].

CIÊNCIA & TRÓPICO (revista):

1981 «José Bento Monteiro Lobato – 1882-1982», Edição Histórica, v. 9, N.º 2, jul.-dez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. [Textos de: G. Freyre, Rui Barbosa, Alceu Amoroso Lima, Andrade Muricy, Agrippino Grieco, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Plínio Barreto, Edgard Cavalheiro, Sérgio Milliet, Mário da Silva Brito, Mário Travassos, Wilson Martins, etc.].

COELHO NETTO:

1945 *Sertão*, contos, 6ª ed. Porto: Livraria Lello & Irmãos.

COSTA, João Cruz:

1956 *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Col. «Documentos do Brasil - 86». Rio de Janeiro: J. Olympio. [Sobretudo o cap. IV da IIª Parte e o cap. I da IIIª Parte, respectivamente: «As idéias na última fase do século XIX» e «As Idéias no século XX», pp. 287-435].

COUTINHO, Afrânio (dir.):

1986 *A Literatura no Brasil*, v. IV. Rio de Janeiro e Niterói: J. Olympio/EdUFF. [Sobretudo o tópico «O Regionalismo na Ficção», pp. 234-239].

CUNHA, Euclides da:

1966 *Obra Completa*, 2 vols. Rio de Janeiro: Aguilar. [Edição crítica].

1998 *Os Sertões* – Campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática. [Texto integral contendo ainda: Apresentação do trabalho crítico de W.N.G., Legenda das correções, Histórico das edições, descrição dos exemplares, Discrepâncias entre edições, Uniformização gráfica, Termos técnicos, estrangeirismos e topônimos, Uniformização ortográfica, A *emendatio* euclidiana, Variantes e Comentários, Índice Onomástico, «O engenheiro-escritor Euclides da Cunha» por Roberto Ventura, Resumo Biográfico – Euclides da Cunha, pp. 511-752]

FERNANDES, Florestan:

1960 *Mudanças Sociais no Brasil*. Aspectos do desenvolvimento da sociedade Brasileira. Col. «Corpo e Alma do Brasil - III». São Paulo: Difel. [Em especial o cap. III da Iª Parte: «Um Retrato do Brasil», pp. 106-151].

FERRARINI, Sebastião A.:

1979 *Transertanismo* – Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia. Petrópolis: Vozes.

FREYRE, Gilberto:

1961 *Nordeste*, 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

GALVÃO, Walnice Nogueira:

1971 *As Formas do Falso*. Um estudo sobre a ambigüidade no *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Perspectiva.

HOCHMAN, Gilberto:

1998 «Logo ali, no final da avenida: *Os Sertões* redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 217-235.

LEITE, Antonio Attico de Souza:

1904 «Memória sobre A Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Provincia de Pernambuco », *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo XI: 216-248.

LIMA, Nísia Trindade:

1998 «Missões civilizatórias da República e a interpretação do Brasil», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 163-193.

1999 *Um Sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM – Edit. Revan.

LOBATO, Monteiro:

1944 *Urupês*, 4ª. ed. «Biblioteca de Literatura Brasileira – VIII». Introdução de Edgard Cavalheiro. Ilustração de Paim. São Paulo: Livr. Martins Edit.

MENEZES, Djacir:

1970 *O Outro Nordeste*, 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Ed. Artenova.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de:

1993 «O Imaginário Popular do Sertão: Rumos para uma Pesquisa em Antropologia Histórica», *Revista de C. Sociais* (UFC), v. XXIII-IV, n° 1 e 2: 149-212. [Com extensa bibliografia sistemática sobre o assunto].

MOREIRA, Eidorfe:

1959 *Sertão: A Palavra e a Imagem*, vol. 1º de *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira* (8 volumes). Belém: CEJUP.

MOTA, Leonardo:

1976 *Sertão Alegre*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra / Brasília: INL.

MOTA, Mauro:

1958 «Pedra Bonita e Caldeirão», in *Paisagem das Secas*. Recife: Instituto J. Nabuco de Pesquisas Sociais.

NEVES, Frederico de Castro:

1994 *Imagens do Nordeste*. A construção da memória regional. Fortaleza: SECULT.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi:

1998 «A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 195-215.

PELOSO, Silvano:

1984 *Medievo nel Sertão*. Tradizione medievale europea e archetipi della letteratura popolare del Nordeste del Brasile. Napoli: Liguori Editore.

PEREIRA, Nuno Marques:

1988 *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, 2 tomos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. [Edição crítica].

PEREIRA DA COSTA, F. Augusto:

1908 Folk-Lore Pernambucano, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXX (1907), Parte II: 3-641.

RAMOS, Guerreiro:

1957 *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Edit. Andes. [Especialmente o cap. em que estuda o pensamento político brasileiro de 1870 aos nossos dias; e a 2ª Parte: Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo].

ROSA, João Guimarães:

1978 *Grande Sertão: Veredas* («O diabo na rua, no meio do redemoinho...»). 12ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

SANTOS, Idelette Muzart F. dos:

1999 *Em Demanda da Poética Popular*. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Paris, 300 pp. [Tese de Doutorado policopiada, via Internet].

SANTOS, Luiz A. de Castro:

1985 «O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade», *DADOS – Revista de C. Sociais*, Rio de Janeiro (IUPERJ), vol.28, n. 2, pp. 193-210.

SIQUEIRA, Antonio Jorge de:

2002 «O SERTÃO E A MEMÓRIA – Conto, canto e encanto». Texto preliminar para discussão, apresentado no *Encontro de Pesquisadores sobre a Cultura Sertaneja*, promovido pela Univ. Vale do Acaraú (UVA), em Fortaleza, 7-8 de março.

SOUZA BARROS:

1967 *Aspectos Sociológicos da Vida Rural Brasileira*. «Estudos Brasileiros – n.º 24». Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura.

SUASSUNA, Ariano:

1959 *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Agir.

1962 «Teatro, Região e Tradição», in VV. AA.: *Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia, Sua Arte*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. 474-495.

1971 *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Romance armorial-popular brasileiro. Nota de Rachel de Queiroz e Posfácio de Maximiano Campos. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1974a «A Farsa e a Preguiça Brasileira», in *Farsa da Boa Preguiça*. Rio de Janeiro: J. Olympio, pp. XVII-XXVIII.

1974b *O Movimento Armorial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

1977 *História d'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão, ao Sol da Onça Caetana*.

Romance armorial e novela romançal brasileira. Estudo de Idelette Muzart Fonseca dos Santos. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1994 a *Aula Magna*. João Pessoa: Editora da UFPB.

1994b *Fernando e Isaura*. Recife: Edições Bagaço.

1999 «A fonte de Euclides: José de Alencar inspirou o criador de *Os Sertões*», *BRAVO*, Ano II, n.º 16, pp. 25-26.

1999 «O cinema, o Brasil e eu», *BRAVO*, Ano II, n.º 18, pp. 18-19.

2000 «Entrevista», *PALAVRA*, Ano I, n.º 10, Jan.-Fev., pp. 1-11.

TAUNAY, (Visconde de) Alfredo d'Escragno:

1936 *Innocencia*, 20ª edição brasileira, 57.ª a 61.ª milheiros. Ilustrada por F. Richter. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos.

VASSALO, Lígia:

1993 *O Sertão Medieval*. Origens européias do teatro de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves.

VENTURA, Roberto

1998 «Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha», *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. V – Suplemento, julho. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, pp. 133-147.

2001 «*Os Sertões* entre dois centenários», in MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.): *Descobertas do Brasil*. Brasília: EdUnB, pp.109-123.

ZILLY, Berthold:

1993 «A Guerra de Canudos e o Imaginário da Sociedade Sertaneja em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Da Crônica à Ficção », in CHIAPINNI, Ligia e AGUIAR, Flavio Wolf de (orgs.): *Literatura e História na América Latina*. S. Paulo: Edusp, pp. 37-47. [Segue-se debate, pp. 59-73].

“Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza”: um velho tema numa nova opção metodológica

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ*

1 Considerações preliminares

O novo e o velho, apesar de serem considerados como conceitos antagônicos, não se distanciam nas experiências vivenciadas em diferentes momentos da história, seja nos grandes eventos consagrados pela tradição ou mesmo nas experiências cotidianas. O hoje existe como uma continuidade do ontem e o amanhã, muitas vezes idealizado tal qual uma negação do passado, nada mais é do que uma manifestação da dinâmica da história, sempre apoiada em uma contínua mutabilidade.

O tripé deste *continuum histórico*, emoldurado pela relação que não consegue afastar o passado do presente, mesmo quando se supervaloriza o amanhã, na expectativa de superar as frustrações enfrentadas, nem sempre é aceito de bom grado, pois a ânsia de superar os impasses sofridos alimenta o sonho de apagar as manchas negras do passado no enlevo de perspectivas novas, que possam ser a realização dos anseios surgidos. Nesse enlace que resiste às rupturas registradas e almeja dias melhores, percebe-se que o futuro não apenas “a Deus pertence,” uma vez que se revela como um resultado do que se viveu em diferentes espaços sociais.

O confronto entre o idealizado e o realizado sempre atraiu a atenção dos estudiosos, em diferentes momentos da história, gerando conceitos reveladores na tentativa de ruptura com o passado, fruto do anseio de melhorias almejadas. Como exemplo desse comentário, observe-se o alcance do termo modernização, expresso através dos discursos e revelado nas

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

experiências, sempre configurado como um antônimo do que o precedeu. Modernização/Modernidade ou mesmo Pós-Modernidade são conceitos utilizados na tentativa de uma melhor compreensão dos constantes contrastes, sempre presentes ao longo das experiências humanas, mas que nem sempre traduzem, a contento, o sentido da pluralidade dos símbolos e das ações, que se revelam em cada momento da ação humana.

Tal assertiva se cristalizou ao longo dos diferentes períodos da história e essa relação nos remete ao complexo tripé, sempre presente nas análises históricas realizadas, onde o ontem, o hoje e o amanhã, apesar das propostas almejadas de romper com o passado, permanecem associados, por mais tênues que sejam os fios que os associam. Desse modo, “... o passado pesa tão severamente sobre o presente e o futuro, que esses dois últimos domínios do tempo raramente têm sentido sem ele.”¹

Os comentários, acima apresentados, almejam revelar o nexos que aproxima diferentes maneiras de escrever história, apesar das sólidas barreiras, moldadas nos discursos acadêmicos, que objetivam delimitar o antagonismo entre o legado positivista e “os novos temas e as novas abordagens” do conhecimento histórico.

Após a palestra que proferi, no Instituto do Ceará, a respeito do desenvolvimento do meu estágio de pós-doutorado, cujo projeto de pesquisa, baseado na metodologia da história oral e voltado à “micro-história” urbana, intitula-se “Seminário da Prainha: uma outra Fortaleza,”² ouvi um comentário de um dos seus membros, a respeito da profundidade de um trabalho de pesquisa sobre história urbana, que acabara de ler. Nele, o seu autor, um arquiteto baiano, demonstrava maturidade profissional, ao explorar a riqueza das fontes documentais, que conseguira selecionar. Mais importante do que novas propostas teórico-metodológicas se lhe afigurava a fidelidade aos documentos consultados.

Sem desmerecer o significado do trabalho referenciado, considero mais importante respeitar a diversidade de opções metodológicas, que pode ser demonstrada, sobre temas antes considerados inexpressivos.

¹ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p.161 1

² O projeto foi desenvolvido com o apoio do CNPq, no período de 01.10.2006 a 01.10.2007, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde passamos dois meses, sob a orientação da Professora Dra. Sandra Jatahy Pesavento, uma das pesquisadoras pioneiras no estudo da história cultural, no Brasil.

Por isso, não foi apenas a escassez de documentos disponíveis que me levou a optar pela história oral, como metodologia básica da temática explorada. *A priori*, muitas são as razões, que podem ser apresentadas para desmerecer a validade de um estudo, embasado em depoimentos orais, como produção histórica, pois sempre se aponta uma exigência consagrada pela tradição: a necessária distância temporal entre o pesquisador e a temática escolhida. Entretanto, como nada é eterno na história e “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, o importante é fundamentar a proposta metodológica escolhida, revelando outras proposições de trabalho, que demonstrem a sua validade.

Como reforço à inovação metodológica adotada, é bom não esquecer que na antiguidade, as principais informações obtidas não advinham exclusivamente dos manuscritos disponíveis. O próprio “Pai da História”, Heródoto, usou como fontes reveladoras das temáticas, por ele descritas, além dos poucos documentos disponíveis, os depoimentos e as tradições orais, na busca da almejada “verdade histórica”. E ao longo da história, dos trovadores medievais aos narradores de épocas posteriores, a tradição oral propiciou a análise de diferentes temáticas, que permitiam uma melhor compreensão das experiências históricas.

Conforme nos esclarece o conhecido historiador Paul Thompson,

O uso difundido da expressão “história oral” é novo, tanto quanto o gravador; e tem implicações radicais para o futuro. Isto não significa que ela não tenha um passado. Na verdade, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira espécie de história.³

A exposição, acima apresentada, não foi elaborada com o intuito de estabelecer fronteiras entre a produção historiográfica tradicional e os novos recursos metodológicos explorados, que demonstram o seu alcance com a produção proveniente dos cursos de pós-graduação em História, em diferentes universidades do país. O nosso propósito é apontar os laços que aproximam a velha tradição historiográfica das novas propostas de estudo e, para tanto, basta indicar a validade da narrativa como uma forma de melhor explicar as experiências históricas.

³ Cf. THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 45.

2 História, memória e narrativa

Na busca de uma explicação dos temas selecionados, se a fronteira e a dinâmica da História e da Memória propiciam subsídios, que servem de pano de fundo à temática estudada, elas também podem se revelar como barreiras que impossibilitam a probabilidade de uma melhor compreensão do passado. O impasse surgido ou superado dependerá da disponibilidade do pesquisador em aceitar as transformações nas análises conceituais e nas práticas metodológicas, que possibilitem uma maneira nova de compreender a história.

A relação entre Memória e História me remete à própria formação profissional. Afinal, para quem se licenciou em História, no final dos anos sessenta, do século passado, a verdade histórica permanecia enraizada apenas nos documentos oficiais. Era preciso ir à cata de documentos inéditos, para tornar viável a apresentação de um trabalho original, missão reservada a poucos profissionais.

Por isso, o próprio trabalho semestral, que o aluno devia elaborar, para cada disciplina cursada, além das duas provas subjetivas, embora fosse idealizado como uma forma de despertar o senso analítico de cada aluno, dificilmente essa meta era atingida. O mais fácil era copiar textos dos livros disponíveis, condimentando o conteúdo do maior número das páginas escritas, com citações do autor ou dos autores consultados.

Tal modelo de produção acadêmica intitulava-se “Nota de Trabalho Individual”, (N.T.I.), que na linguagem reveladora dos alunos era definido como “Nada Tinha Imaginado”. A missão do aluno era reproduzir o que foi dito e pouco se produzia, pois o objetivo primordial dos cursos de História era preparar professores de História, “doadores de aulas”, não pesquisadores, personagens raros no cotidiano das Faculdades de Filosofia.

Até mesmo os jornais, fonte valiosa para compreensão dos momentos históricos selecionados, ainda eram classificados, por diversos pesquisadores, como fontes suspeitas, pois demonstravam o conflito das subjetividades, apresentadas nas reportagens e nos seus editoriais ou artigos.

Por isso,

As primeiras leituras que me levaram a perceber a referência entre *Memória e História*, deixaram-me confuso, uma vez que ambas eram consideradas importantes ao trabalho do historiador, na relação entre passado e presente, mas a cautela em referenciá-las, ou mesmo defini-las, é como se na verdade entre elas existisse uma fronteira explícita, que não deveria ser ultrapassada sem a devida cautela do pesquisador.⁴

A relação entre Memória e História já foi apresentada de forma convincente, por Pierre Nora⁵ e não pretendemos apenas repetir o que foi dito, mas explorar as possibilidades advindas com as inovações conceituais e metodológicas, que nos fazem ver que “... a história e a memória como, apesar de distintas, mantendo significativas intersecções.”⁶

Com o avanço de uma nova proposta de análise histórica, a partir do surgimento da revista *Annales*, em 1929, que tinha como meta ultrapassar os limites metodológicos deixados pela tradição da chamada “história positivista”, durante muito tempo a narrativa histórica foi considerada como resquício de um legado histórico, que devia ser superado. Entretanto, se analisarmos a produção historiográfica, em diferentes momentos de sua trajetória, constata-se a presença contínua da narrativa como forma expressiva de demonstrar o conteúdo estudado.

Nas últimas décadas, com a manifestação de outras propostas metodológicas, como a chamada “Micro-História”, surgida na Itália,⁷ a narrativa é retomada na produção histórica como uma forma reveladora de compreensão das temáticas selecionadas, desde que seja demonstrada a capacidade analítica do autor dos relatos apresentados.

O nosso propósito de estudar o Seminário da Prainha se apóia numa opção metodológica, voltada à “micro-história urbana”, associada à “Memória Social”, na tentativa de superar os limites metodológicos

⁴ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003. p.27-28.

⁵ Cf. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto e História*, n.10. São Paulo: PUC, 1993. p.7-24.

⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1991. p.17-18.

⁷ Para melhor compreensão do significado dessa vertente historiográfica, vide LIMA, Henrique Espada, *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

mantidos, pela tradição acadêmica, que supervalorizava as fontes escritas e limitava a possibilidade de compreensão do histórico do Seminário da Prainha, exclusivamente à História da Educação.

É óbvio que os temas relacionados à referida Instituição se inserem nesse campo de pesquisa, dedicado à Educação, ou mesmo à História Religiosa, mas considerando a viabilidade de compreensão proporcionada pela chamada “interdisciplinaridade” e/ou “transdisciplinaridade,” a análise histórica se apresenta mais reveladora, graças ao apoio conceitual de outras áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia ou mesmo a Psicologia.⁸

Tal possibilidade não constitui uma negação dos princípios de fundamentação do saber histórico? A nosso ver, o chamado “hibridismo cultural” não é um *habitus* dos tempos pós-modernos, pois ele pode ser detectado na produção de “autores clássicos,” tanto em âmbito internacional quanto na produção historiográfica brasileira.⁹

Cientes do alcance revelador da chamada “história oral”, realizamos 53 entrevistas, relativas à História do Seminário da Prainha, com dois Arcebispos, alguns Bispos, Reitores, Padres, Sacerdotes que desistiram da vida eclesial e se casaram, Ex-Seminaristas, alguns nossos colegas, pois também fui aluno do Seminário, onde ingressei aos onze anos de idade e saí aos dezessete.

Nessa perspectiva metodológica, o objetivo almejado se volta à compreensão de dois momentos especiais da história urbana de Fortaleza, envoltos no histórico do Seminário. O primeiro relaciona-se à instalação dessa Instituição, em 1864, quando o primeiro Bispo do Ceará, D. Luiz Antônio dos Santos, que assumira Diocese de Fortaleza, em 1861,

confiou aos padres lazaristas a missão de formar os futuros sacerdotes da Diocese, há pouco implantada em nosso Estado.¹⁰

Daí por que intitulamos O Seminário como “Outra Fortaleza”, situando-o, historicamente, como uma representação da estratégia pastoral da Igreja, para enfrentar a temida “laicização” e a difusão das idéias racionalistas na sociedade da época.

O segundo momento ocorreu em 1963, quando os Padres Lazaristas entregaram a direção do seminário à Arquidiocese de Fortaleza, exatamente quando faltava apenas um ano para as comemorações do seu centenário.

Para adentrar os corredores simbólicos da centenária Instituição, a fonte valiosa foi a narrativa, como forma de expressão da memória social. As narrativas selecionadas associam experiências de vida dos depoentes, memórias individuais, às ações sociais partilhadas em comunidades, memória social, relativas ao período de internato por que passaram os depoentes selecionados.

O critério de escolha desses não se deveu apenas à oportunidade e possibilidade de entrevistá-los, mas os selecionamos considerando a época, em que foram internos. Portanto, o fator idade serviu de parâmetro para listar três tipos de depoentes: 1. Ex-Reitores ou Professores do Seminário, alguns deles Arcebispos ou Bispos; 2. Padres e “Ex-padres” [esta última denominação não aceita por muitos padres, pois eles permanecem *sacerdos in aeternum...*], com 70 ou mais anos; 3. Ex-seminaristas, na minha faixa de idade, de 50 anos em diante.

⁸ Várias as obras que contêm análises sobre tais conceitos, em caráter introdutório, vide SOUZA, Ielbo M. Lobo de & FOLLMANN, José Ivo. *Transdisciplinaridade e Universidade: uma proposta em construção*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. Como demonstração da validade de uma aproximação entre Psicologia e Análise Histórica, cf. SANTOS, Nádia Maria Weber. “Capítulo 1: As representações simbólicas e o Inconsciente nas Ciências Humanas”. In _____. *Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005. p.39-71.

⁹ Sobre o significado da produção de intelectuais de renome, no campo das Ciências Humanas, seja em âmbito internacional ou mesmo nacional, como Arnold Toynbee e Gilberto Freyre, considerados pioneiros nessa “hibridização”, vide BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006, em especial p.18-20.

¹⁰ Dos poucos trabalhos publicados sobre o Seminário, destacamos: ANDRADE, F.Alves de. O Seminário de Fortaleza e a Cultura Cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, t.XXXIX, ano XXXIX, Ed. do Instituto do Ceará, 1967; LIMA, Francisco. *O Seminário da Prainha*. Fortaleza: BNB, 1982. Na produção acadêmica, cf. COSTA FILHO, Luiz Moreira da. *A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará. (1864-1912)*. Fortaleza, 2004. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e um artigo, de nossa autoria: JUCA, Gisafran Nazareno Mota. Na trilha das fontes, Relativas ao Seminário da Prainha, a Descoberta das Dimensões da Oralidade em *Humanidades e Ciências Sociais*, vol.2, n.2, 2000. p. 35-42. A respeito da ação da Igreja Católica do Ceará e sobre o processo de “romanização,” vide REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animarum Salute: a Diocese do Ceará como “vitrine da romanização no Brasil.(1853-1912)*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. PINHEIRO, Francisco José. O Processo de Romanização do Ceará. In: SOUSA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.

A narrativa, como é do conhecimento geral, sempre acompanhou a produção histórica, embora nem sempre tenha sido reconhecida como importante. Graças à procura de “novas abordagens”, a dimensão da narrativa foi redescoberta a partir das últimas décadas do século passado. Dessa forma, a força da oralidade se afigura como um canal transmissor de preciosas informações, não apenas complementares, mas que revelam aspectos nem sempre contidos nas fontes escritas. Através, além da simples informação transmitida, brota algo do “inconsciente individual” ou mesmo do “inconsciente coletivo”.¹¹

De forma pragmática, a sutileza da narrativa nos remete a informes reveladores de aspectos ao mais das vezes esquecidos ou silenciados pelos autores de obras escritas, elaboradas com todo esmero, sempre manifesto por profissionais da história. Mas a possibilidade de mergulhar no fluxo da história, sem a intenção de desmerecer as fontes escritas, torna-se mais dinâmica através do conteúdo coletado ao longo das entrevistas, pois a narrativa, além de informar sobre a experiência individual do depoente, nos remete à ação coletiva, a uma história plural. O “renascimento da narrativa” veio suprir o reducionismo e o determinismo de proposições, que fluíam do esmero acadêmico em fundamentar teoricamente a análise histórica.¹²

3 A revelação parcial de alguns dos vários depoimentos coletados

Ao longo das entrevistas realizadas, muitas das referências apresentadas me faziam pensar nas lembranças pessoais, sobre a minha estada no Seminário da Prainha, que sempre me acompanhou ao longo dos anos. Diferentes momentos indicados ou comentados me faziam pensar nas experiências vividas no cotidiano do sistema de internato.

É bem verdade que sempre há algo comum nos diversos informes das entrevistas, embora permaneça, em cada uma delas, a marca das

¹¹ Vide JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, e, em especial, o capítulo “Confronto com o Inconsciente”. p.205-237.

¹² Vide BURKE, Peter. A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 332 e 339.

observações pessoais de cada um dos entrevistados. O que para alguns possuía um significado especial, para outros adquiria um sentido diferente, revelando o filtro da subjetividade que dá uma conotação peculiar à maneira de observar a ação lembrada.

Como exemplo das contradições observadas, me vem à mente à ação dos Padres Lazaristas, responsáveis durante quase um século pela direção do Seminário, ou mesmo dos Padres seculares que participavam das atividades docentes. Para muitos dos depoentes, as referências apresentadas sobre eles expressam, além do senso de responsabilidade, o rigor disciplinar, a severa vigilância dispensada aos que lhes eram confiados.

Na opinião do Professor Luiz Dias Rodrigues, o Luizito,

Gostei muito dos Lazaristas. Havia muita gente boa, como o Padre Tomé Verman, uma das melhores recordações. Competente, culto. O próprio Padre Paulo Almeida, que era disciplinário, que o pessoal achava assim meio rígido, mas eu me dava bem com ele. Gostava muito dele, que gostava muito de música, sabia muita música.¹³

Para o Professor Francisco Camelo Nogueira,

Os professores do Seminário eram os Padres Lazaristas. Uma Ordem fundada por São Vicente de Paula para formar seminaristas, preparados para o sacerdócio e entre eles havia alguns holandeses, como o Padre Tomé Verman. Além dos holandeses, havia um francês, o padre Pierre Zinguerlet. A grande maioria eram professores. O Padre Guimerindo Sampaio, professor de latim, mas muito duro, muito duro. Dava aula com um palitinho na boca, mordida assim o palito na ponta... mas brincava muito com os morenos. Segundo ele, “Nego em pé é um toco, deitado é um coxo!” “Coxo de botar comida para porco. Se fosse hoje ele ia ser preso... Pois bem, dos Lazaristas havia dois aqui do Ceará... o Padre Luz, o grande... Foi Diretor do curso de Letras, na Federal, naquele tempo era curso, naquele tempo ainda não havia o centro de Humanidades. Eu fiz Letras na Federal e quando entrei o Diretor era o Padre Luz. Além do Padre Luz, havia outro lazarista cearense, o Padre Arruda, de Baturité. O comendador Arruda era tio dele...ou parente próximo. Os outros lazaristas eram todos mineiros, formados no Seminário do Caraça. Havia também alguns padres

¹³ Entrevista realizada com o Professor Luiz Dias Rodrigues, “o Luizito”, em 25 nov. 2006.

diocesanos, como o Padre José Nilson, que ainda hoje é vigário do Mucuripe. Era professor de português...o pessoal hoje condena que eles não tinham metodologia, mas eles faziam o que podiam...Sim, o Padre Tomé era um grande historiador. Você chegou a conhecer o Padre Tomé? Padre Tomé, história da igreja, história universal: - “Nasce Roma, nasce Cartago, cresce Roma, cresce Cartago. Essas duas potências chocar-se-ão.”¹⁴

Ao longo dos depoimentos, percebe-se que a maioria dos ex-alunos do Seminário o reconhece como um modelo de Instituição Educacional, não apenas no Ceará, mas em âmbito regional. Tal reconhecimento é plausível, pois até meados do século passado, poucos eram os Colégios Públicos, inclusive em Fortaleza, como o tradicional Liceu. Portanto, estudar era privilégio dos filhos de “conceituadas famílias”, pois poucos eram os que podiam arcar com as despesas de manutenção de um filho, longe do domicílio, numa época em que a maioria da população ainda se concentrava nas cidades ou fazendas do interior.

Por isso, estudar no Seminário era garantia de um futuro profissional, fosse como sacerdote, ou em outras funções de destaque, como professor ou funcionário público federal ou do Banco do Brasil, privilégio de poucos. A linguagem popular bem traduzia “a lei da compensação”, usufruída por pais de famílias, que tinham a chance de ter um filho no Banco do Brasil (BB), era “bem-aventurado quem não tinha dinheiro, mas podia depositar um filho no BB.”

Mesmo que a auréola modelar, atribuída ao Seminário, se configurasse como expressão do senso comum, na maioria das entrevistas, também observamos, em algumas delas, comentários críticos a respeito das limitações, presentes nas atividades repressivas do sistema disciplinar adotado na Prainha.

Para o Professor Lauro Nogueira Sá Mota,

O regime de internato, para mim, foi uma coisa muito dura. Eu era muito apegado a minha mãe, a minha família e ser separado, assim de repente, causou um impacto muito grande em mim. De modo que sofri muito, chorava muito no Seminário, nos primeiros dias, saudades de casa...Houve uma época em que eu quase não agüentava a

¹⁴ Entrevista concedida pelo Professor Francisco Camelo Nogueira.

saudade de casa. Mas, lentamente no ambiente do seminário a gente foi se acostumando, foi se amoldando e isso foi sendo superado. A gente tinha tudo no Seminário, não faltava nada. De modo que, de certa maneira havia um ambiente para acomodação.

E acrescenta:

Bem, o Seminário era uma casa em regime fechado. Então, praticamente a gente vivia para fazer duas coisas: estudar e rezar e nas horas vagas um pouco de lazer, um lazer também só interno, sem muitos atrativos, aliás, a própria época não permitia muito isso. ... Para mim, essa disciplina era terrível, eu me sentia realmente muito preso. Tinha que acordar cedinho todo dia. Eu tinha ódio a acordar de madrugada, às cinco, cinco e trinta, da manhã. Depois, passar duas horas rezando na Igreja. A gente ia fazer a oração da manhã, rezava o terço, assistia missa, tinha mais um tempo de ação de graça e só depois é que ia tomar o café. Eu passava o tempo mais só pensando na hora de tomar o café, uma fome danada, em jejum ainda. De modo que, realmente, para quem era menino, um menino que ainda estava abrindo-se para a vida e querendo se divertir, brincar, uma disciplina rígida dessa era realmente muito pesada, era odiosa. Eu acho que a grande falha daquela educação era nivelar adulto e criança com a mesma disciplina. Todos eram iguais, todo mundo se levantava na mesma hora, deitava na mesma hora, tinha as mesmas obrigações. De modo que eu acho que isso era uma coisa muito pesada era uma agressão a nossa infância. Praticamente eu perdi a minha infância.¹⁵

As razões do ingresso de várias crianças, no Seminário, em sua maioria são explicadas como provenientes da influência recebida, através da ação pastoral de vigários, na sede das paróquias sob suas responsabilidades ou mesmo em capelas, a elas subordinadas. A catequese, etapa preparatória para o recebimento da primeira comunhão, é considerada uma data significativa, preservada na memória, que remonta à primeira década existencial.

Entretanto, se analisarmos com atenção as informações disponíveis, tão forte quanto à marca deixada pelos párocos, no cotidiano infantil, foi a influência exercida pela mãe, pois foi ela que determinou muitas das

¹⁵ Entrevista com o Professor Lauro Nogueira Sá Mota, realizada em 16 de mar. 2000.

escolhas dos filhos, pela vida sacerdotal. A proteção materna, estratégica na vigilância da formação dos filhos, divisava na carreira sacerdotal uma oportunidade de manter a pureza infantil dos “chamados por Deus”, como uma dádiva, capaz de superar a “depravação dos costumes”, expressão definidora do receio constante de enfrentar a insegurança presente nas relações sociais.

Embora o critério de escolha do “eleito” variasse, de família a família, sempre a ação materna pesava, muitas vezes com o apoio paterno, na garantia de propiciar ao filho indicado uma vida dedicada à ação redentora dos “poucos escolhidos, entre os muitos convocados”. Observe-se a justificativa apresentada pelo Professor João Salmito Neto:

Eu morava no interior, em São Benedito, meus pais eram muito religiosos, iam à missa quase todo dia, rezavam o terço diariamente e eu fiquei, assim, muito encantado, pensando na vida religiosa e pensei em ser padre; foi isso, foi a vivência religiosa da família. Meu pai era muito caridoso. Aos domingos eu ia à missa com ele, depois da missa a gente ia visitar as velhinhas, deixar uma esmola, deixar uma sopa, ia à cadeia, na prática com obras de misericórdia, porque ele era um católico muito praticante, então me influenciou muito.¹⁶

Para explicar o fator determinante do seu ingresso no Seminário, o Professor Raimundo de Assis Holanda ressalta a formação religiosa de seus pais, mas o passo decisivo foi dado graças ao amparo materno:

Lá em casa a gente tinha o hábito de ir à missa, embora a missa nessa época, em Pindoretama, era só uma vez no mês. Nos segundos domingos de cada mês. Depois foi sendo mais freqüente, mas na Igrejinha todas as noites havia o terço e eu sempre gostava de participar desses momentos e também uns primos meus, que já estavam no Seminário. Isso me foi dando interesse de ingressar no Seminário. Embora meu pai não quisesse que eu ingressasse no Seminário, minha mãe me incentivou e eu mesmo quis. Eu lembro o momento em que eu chorei, porque papai disse que eu não ia para o Seminário, mas realmente eu queria ingressar no Seminário...

Talvez essa reação paterna, em não incentivar o desejo de um filho de ingressar no sistema de formação eclesiástica, tivesse as suas razões

no receio de perder um possível apoio nas suas atividades profissionais, das quais retirava o seu sustento. Afinal, um filho homem simbolizava a garantia de continuidade do trabalho paterno, e a perpetuação da ascendência familiar, inclusive configurada na manutenção do nome familiar, pois o espaço reservado às filhas restringia-se às atividades domésticas. Conforme o Padre José Nilson,

De princípio meu pai fez restrição, mas quando ele viu que eu tinha a idéia fixa, afirmou: “Está certo, você vai, só peço uma coisa, seja um padre sério. É isso apenas que eu quero”. E eu procurei a minha vida toda cumprir a orientação, o conselho dele. Tanto ele quanto minha mãe me davam apoio. E penso que, na medida do possível, eu cumpri a promessa que eu fiz a eles.

Embora a maioria dos entrevistados indicasse o peso da influência familiar ou do vigário na tomada de decisão ao ingresso no Seminário, pelo menos um dos depoentes apresentou uma causa diferente, gerada pelas circunstâncias familiares, embora ele tenha assumido, de forma espontânea, a possibilidade de dedicar-se ao sacerdócio. Anos depois, mesmo com a desistência de muitos dos seus colegas de Seminário, das funções eclesiásticas, e permaneceu como padre, apesar das mudanças registradas na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II. Apesar dos novos rumos pastorais, tomados pela Santa Sé, a partir de João Paulo II, considerado moderno nas suas constantes apresentações públicas e na sua maneira de falar, consagrada nas comunicações apresentadas pela televisão, mas avesso a muitas das proposições inovadoras, adotadas pelo clero, antes do seu pontificado, ele continua dedicado ao sacerdócio. Segundo Ele, Padre Albani Linhares: *O que me levou ao seminário? Meu pai não tinha dinheiro para eu estudar e o negócio era botar no Seminário, porque ia estudar de graça.*

Se fôssemos utilizar todas as entrevistas efetuadas, ao longo da pesquisa que se estendeu num período de doze meses, ou pelo menos explorar a maioria delas, vários seriam os temas revelados, que muitas vezes se entrelaçam pelo teor do conteúdo transmitido. São informações sobre as condições de vida em um internato, reveladoras desde as modalidades de ensino, que variavam em cada período letivo ou mesmo de professor a professor, ao habitual horário reservado à preparação das aulas e aos exercícios programados.

¹⁶ Entrevista realizada com o Professor João Salmito Neto, em 08 de nov. 2006.

Dessas atividades escolares, no primeiro ano ginásial, a mais incômoda era a elaboração das “cópias” impostas pelo Pe. Gumercindo Sampaio, nas suas exigências de memorização das regras gramaticais do Latim, do saber declinar corretamente *qui, quae, quod*, o futuro do pretérito de algum verbo irregular ou ainda para sanar os erros imponderados na escrita de palavras da “Língua Mater”. Quem errasse na resposta a qualquer uma das perguntas, que o “Magister” do latim dirigia aos alunos, nas temidas aulas, esse estaria sujeito a escrever trinta ou mais cópias, dependendo do estado de espírito do exigente Mestre. E quando ele observa a imponência de um aluno, que trazia um dicionário para a sala de aula, na busca de um reconhecimento do professor, a reação expressava o seu modo irônico de comentar acerca das banalidades cotidianas: “quanto maior a carga, maior o burro”.

A permanência no salão de estudo, também conhecido como “o silêncio,” onde se preenchia o tempo anterior e equivalente a cada aula, ou seja, duas vezes pela manhã e duas à tarde, pois eram ministradas duas aulas no período matutino e duas no vespertino. Ainda havia o horário noturno, após o recreio, quando o sono pesava mais que o conteúdo das leituras recomendadas pelo professor de português ou de outra disciplina, que exigisse o “decoreba”. Os passos vagarosos de um “colega regente”, por entre as “carteiras de estudo”, como responsável pela manutenção da disciplina, decisiva na nota de comportamento, que pesava no boletim final de cada semestre. E nota baixa em comportamento era tão perigosa quanto uma reprovação em latim ou português: “levar bomba em alguma disciplina” tornava o aluno em réu, sujeito a chacotas, além da humilhação pública, registrada quando da leitura das notas semestrais feitas pelo “Padre Prefeito”¹⁷ em uma mesa instalada no chamado “palco do recreio” ante um público atento, composto pelos colegas alunos ou mesmo alguns dos professores.

¹⁷ O Padre Reitor, responsável pela direção do Seminário, contava com o apoio de dois auxiliares diretos, o “Padre Prefeito do Maior”, envolvendo os alunos dos cursos de Teologia e de Filosofia e o “Padre Prefeito do Menor”, responsável pelos alunos do primeiro ao sexto anos e que tinha como seus auxiliares diretos os “regente”, seminaristas indicados pela vigilância disciplinar e pela condução das “filas”, destinadas a qualquer atividade programada: a missa, na capela, o roteiro do recreio ao salão de estudos ou ao refeitório, etc...

O chamado “Seminário Menor”, de seis anos de duração - quatro equivalentes ao antigo curso ginásial e mais dois, o quinto e sexto anos, que por sinal não correspondiam à duração dos Cursos Científicos ou Clássicos, ministrados nos colégios laicos – era dividido em “Grandes” e “Menores.” Sendo a idade o critério dessa divisão estabelecida, quase nada mudava, no regime disciplinar, apenas parte dos espaços ocupados pelos seus componentes eram divididos: o dormitório, o galpão de recreio e o salão de estudos. Os demais espaços, como a Capela ou mesmo o Refeitório, todos abrigava, havendo apenas uma divisória estabelecida, sem fronteiras fixas, mas apenas determinadas pelas recomendações anunciadas e mantidas pelas vigilâncias constantes.

Explicar a instalação do Seminário da Prainha não constituiu uma tarefa difícil, pois a longa duração do processo histórico e a intensa produção historiográfica sobre o significado do século XIX, no “processo civilizador”, já nos foi revelado, não apenas no campo historiográfico, mas em diferentes canteiros das ciências humanas, como na Sociologia, na Antropologia e na Filosofia. E cada vez mais as interpretações históricas se apropriam de conceitos provenientes de outros campos do saber, tornando viável a sonhada “interdisciplinaridade”, expressa na própria produção divulgada que nos remete a viabilidade de uma perspectiva maior, revelada na “transdisciplinaridade”

Entretanto, o pano de fundo do tópico final do meu trabalho, sobre a Prainha, ainda se me afigura nebuloso, pois se fácil foi coletar as explicações acerca da instalação de uma outra Fortaleza, a procura de argumentos convincentes acerca do declínio da Instituição como grande templo educacional do Ceará me deixa circundado por várias indagações: o que teria determinado a saída dos Lazaristas da direção dessa Instituição?

À primeira vista uma resposta fácil de ser apontada se apóia no reconhecimento consensual das mudanças provenientes das decisões do Vaticano II. Mas outras razões se afiguram na análise histórica, afinal não é somente um evento que provoca rupturas súbitas ou inesperadas na dinâmica das mudanças registradas. É bem verdade que os anos sessenta foram consagrados, como uma década de “rebeldia e contestação.” Indicativas mudanças comportamentais repercutiram em diferentes países, como reflexos da eclosão da “contracultura”, configurada na Era de

Aquarius ou na Nação Woodstock”. E principalmente o maio de 1968 foi concebido como “... um dos derradeiros suspiros da modernidade e os primeiros passos do que se chamou pós-moderno.”¹⁸

Entretanto, o pano de fundo sociocultural do Nordeste brasileiro se constituía apenas como uma projeção dos cenários europeu ou norteamericano? Se a modernidade do pós-guerra ultrapassara a fronteira do atlântico, a chamada pós-modernidade tornava-se evidente numa região, onde apenas as propostas modernizadoras da Sudene davam seus primeiros passos? A proclamação do sonho da indústria, como consolidação do progresso, em alto e bom tom, se fazia ouvir nos discursos políticos dos principais líderes ou nos efusivos falatórios em vésperas de eleição. Mas o velho modelo persistia na paisagem urbana, em muitos dos hábitos e costumes de ver e agir e nas manifestações culturais, dentro e fora das academias.

Uma análise retrospectiva sobre o curso da história nos revela, por trás das barreiras simbólicas, incrustadas no fosso ideológico das tradições explicativas, espontâneas ou institucionais, muitas vezes simplistas, que as mudanças, os reflexos das transformações históricas, não são frutos de eclosões momentâneas, mas emergem de tempos anteriores.

A própria idéia de modernidade, muitas vezes centrada na contemporaneidade, ultrapassa tal limitação cronológica, remetendo-nos a épocas anteriores. Nessa perspectiva, uma compreensão das vias e desvios da trajetória histórica, à luz da interpretação filosófica, emana de profissionais da Filosofia, que indicam e diferenciam experiências humanas, aproximativas do ontem ao hoje, que não podem ser desconectadas.

Nessa perspectiva, fica explícito que “o fim do teológico-ético,” “a humanização ou a laicização da própria religião,” enfim, a chamada “descristianização,” embora consolidada nos dias atuais, remonta a épocas anteriores e abalam a manutenção dos dogmatismos.¹⁹

É certo que no início dos anos sessenta, as experiências de ensino e de formação, moldadas no Seminário da Prainha, ainda se atrelavam a

uma velha estrutura ética e disciplinar, cujas raízes remontam ao Concílio de Trento. Entretanto, a insatisfação surgida entre os seminaristas do Maior e também do Menor, o desejo de substituir o velho pelo novo, na ânsia de romper com o passado, mais do que um reflexo das mudanças externas não seria um prenúncio do declínio de um velho modelo educacional, uma implosão do legado “tridentino?” A busca dessa explicação nos estimula a aprofundar nossa proposta de estudo sobre o velho casarão da Prainha, “uma outra Fortaleza”.

¹⁸ Cf. TOURRAINE, Alain apud PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p.30.

¹⁹ Cf. FERRY, Luc. *O Homem Deus, ou, o Sentido da Vida*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. Segundo o autor, “Desde Nietzsche, ou mesmo desde a filosofia das ‘Luzes’, com sua crítica da superstição, quantidade de análises consideraram o nascimento do universo democrático efeito de uma ruptura com a religião” (p.32).

Nordeste: a moldagem ideológica da questão regional

REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO*

Introdução

Parto do pressuposto de que algumas condições sociohistóricas são importantes para o entendimento do processo de construção ideológica do Nordeste como Questão Regional, e entre elas destaco:

a) a existência de uma camada ou elite social que controla a organização de um espaço social de produção que por apresentar particularidades econômicas, sociais e políticas possibilita que se auto-reconheça e seja reconhecido como tendo uma identidade própria, contraposta a de outras regiões do país;

b) que a diversidade de “regiões” se inscreva dentro de um território unificado por um Estado Nacional suficientemente forte e centralizado para articular e interferir suas ações em diferentes espaços regionais;

c) que se configure historicamente uma situação de crise que afete a preservação dos padrões de organização produtiva e domínio vigente em uma Região desencadeando assim a reação das elites ameaçadas que passam a reivindicar a intervenção do Estado Nacional, de modo a defender os interesses regionais dos quais se apresentam como representantes.

Assim definida, a ideologia regionalista refere-se à visão da classe dominante sobre a Questão Regional que incorpora simultaneamente o reconhecimento da “crise” de reprodução do espaço de seu domínio e a busca de mecanismos que possam neutralizar os fatores de ruptura. Um elemento básico da ideologia é o ocultamento do conflito de classes

* Sócia efetiva do Instituto do Ceará.

intra-regional substituído pelo conflito inter-regional, sendo as *medidas corretivas* invocadas pelas elites feitas em nome do povo qualificado por sua regionalidade (nordestino).

Essas considerações introdutórias são necessárias à explicitação dos objetivos principais deste texto:

1 - Destacar a importância assumida pela estrutura de posse da terra na configuração do Nordeste como *Região*, tomando por referência o conceito de Francisco de Oliveira:

Uma região é o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.¹

2 - Analisar a conjuntura política em que a questão da terra e as propostas de Reforma Agrária e de Programas de Apoio a Pequena Produção Familiar emergem no debate sobre o Nordeste como *Região Problema*. Quando se fala em “problema” tem-se que definir para quem e porque algo se constitui um problema, para então entendermos a natureza e os limites das soluções propostas. Vale ressaltar que o problema da terra e as propostas de Reforma Agrária nas décadas de 1950 -1960, não foram levantados pelas elites regionais e sim pelas forças populares que se articulavam no seio do próprio Estado através do pacto populista. O debate foi gerado não no ventre da ideologia regionalista e sim no do nacional-desenvolvimentismo. A Questão Regional transfigurava-se em “subdesenvolvimento regional” e as soluções incorporam medidas de integração do arcaico ao desenvolvido, segundo o receituário das teorias dualistas da modernização dominantes no cenário intelectual da América Latina no período citado;

3 – Analisar a centralidade das representações sobre a estrutura arcaica dos latifúndios tradicionais na configuração das políticas de desenvolvimento acionadas pelos governos militares pós-64 como formas de equacionamento da Questão Regional Nordestina. Como a temática da Reforma Agrária foi retomada pelos governos militares? A equivalência

¹ OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Região*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed. 1977, pág. 29.

estabelecida entre Questão Social do Brasil e a Questão Nordeste, permite entender porque na década de 1970 ocorre uma *ruralização* do discurso oficial sobre desenvolvimento nordestino e uma conseqüente definição do cunho estritamente regional dos projetos de Reforma Agrária.

A não concretização dos sonhos de justiça social nos sertões nordestinos via Reforma Agrária não podem assim ser atribuídos ao imobilismo do Estado. Sua intervenção no meio rural do Nordeste foi efetiva, embora a ambigüidade de combinar políticas de incentivos á modernização dos latifúndios tradicionais como programas de Reforma Agrária em áreas restritas, longe de trazer soluções para a questão social, tenderam a agravá-la, com a aceleração da corrosão da economia tradicional das “fazendas” que se esvaziavam dos antigos “trabalhadores moradores”.

A pretendida metamorfose dos latifúndios em empresas rurais nos sertões semi-áridos do Nordeste foi uma equação mal resolvida. A expansão da pecuária por supostas “empresas rurais” não incorporou ganhos de produtividade significativos que justificassem a conversão completa do trabalho em mercadoria, re-editando com freqüência velhas fórmulas não capitalistas de redução dos custos monetários de produção via apropriação do “trabalho morto”. As pastagens artificiais circunscreviam-se às áreas úmidas (vazantes) próximas aos açudes.

O enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de controle político e ideológico das massas rurais sertanejas que ganham maior visibilidade na década de 1980 é indissociável do processo de degradação das condições de reprodução dos parceiros e moradores. A outra face da crise revela-se na emergência de novos atores políticos no sertão, que organizados em Comunidades de Base e em sindicatos passam a lutar por “direitos”, legalmente definidos no Estatuto da Terra no que se refere à repartição da renda da terra entre “parceiros” e proprietários, afetando as bases tradicionais da economia sertaneja. Pretendemos focar alguns impasses das alternativas de políticas Regionais de Desenvolvimento acionadas nas duas décadas de governos militares pós-1964, que se manifestaram de forma mais nítida na conjuntura de mobilização dos trabalhadores rurais que ficou conhecida como “lutas pelos direitos”.²

² Sobre o assunto ver textos da autora “Seca e Mobilização Camponesa: a atuação dos sindicatos”, e “Pequenos Produtores Rurais do Nordeste: mobilização pelos direitos”, ambos publicados no Cadernos do CEAS, respectivamente nos números 86 e 87, Salvador, 1980 e 1983.

O controle sobre as terras e os homens: as bases rurais da regionalidade nordestina

Embora a colonização do Brasil pelo capital mercantil no século XVI tenha se iniciado no litoral nordestino através do mais bem sucedido empreendimento agroindustrial da época, representado pelo complexo açucareiro cuja dinâmica se irradiou na constituição de outros “Nordestes” que lhe eram subsidiários (caso do Nordeste sertanejo dos currais de gado e agricultura de subsistência), somente ao final do século XIX os historiadores registram a emergência de um discurso regionalista.

A “crise” da economia açucareira não seria suficiente para explicar este fato, pois que desde o segundo quartel do século XVII e durante todo o século seguinte, em razão da perda do monopólio açucareiro, determinado pela concorrência da produção das Antilhas, os preços do açúcar foram drasticamente reduzidos. A este fator tem-se que acrescentar a reordenação da economia do Brasil cujo pólo dinâmico se desloca para uma outra região, a cafeeira, localizada no Centro-Sul, estabelecendo os parâmetros em que a noção de identidade regional se estabelecesse: reconhecer-se e ser reconhecido pelo outro por suas diferenças.

A ideologia regionalista tal como surge é portanto a reprodução da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira em vias de subordinação a uma outra fração comercial (comercial cafeeira) se percebe no seu locus de produção e no relacionamento deste locus com outros espaços de produção, de forma predominante aquele da fração hegemônica.³

Nossa intenção é destacar a importância do monopólio da terra na construção das diferenças regionais e na evolução das formas de representação da questão nordestina

A rigor em sua fase inicial o pólo cafeeiro não se configurava como “região” já que partilhava características comuns com a dinâmica do processo de acumulação do Nordeste canavieiro: controle do conjunto das atividades produtivas exercido pelo capital comercial; uso de relações escravagistas para produção de mercadorias endereçadas ao mercado

externo e a grande propriedade como base territorial que possibilitava o recurso de expansão não por aumento de produtividade, mas principalmente pelo acréscimo de terra e trabalho (crescimento extensivo).

Francisco de Oliveira ressalta inclusive que as exigências técnicas da agroindústria do açúcar de maior capitalização e divisão de trabalho no interior das atividades agrícolas e industriais significavam uma “vocaçãõ” maior para o aburguesamento do que a registrada na cafeeira.

Como entender, então, que o Centro Sul tenha se convertido na região onde o ciclo da acumulação ganha uma nova dinâmica, comandada pelo capital industrial e subordinadora dos demais espaços?

As explicações sobre o processo de diferenciação regional remetem a dois argumentos referentes à estruturação da agricultura:

O primeiro relativo aos mecanismos de defesa dos espaços produtivos do Nordeste acionados nos momentos de decréscimo dos preços dos seus produtos no mercado externo e que implicavam em reduzir os custos monetários da produção pelo deslocamento de parte do trabalho e das terras das culturas comerciais para atividades de subsistência. Entretanto os mecanismos que preservaram quase intacta a estrutura socioeconômica canavieira durante mais de um século de crises atuaram como barreiras à transformações modernizadoras da economia canavieira nordestina. Isto porque a inibição do vigor do fluxo de renda monetária tem como consequência uma estrutura social extremamente rudimentar, com regressão da divisão do trabalho que se resume basicamente aos fazendeiros e a seus “moradores”, frustrando a consolidação de um mercado interno que dinamize a economia.

O “Nordeste” pecuário, que surge como apêndice da zona canavieira, nomeado por Djacir Menezes como “O Outro Nordeste”⁴, o da secas e dos coronéis. Sem dúvida o monopólio da terra nos sertões oferece o suporte material do controle político sobre os homens que se converte em formas de coerção extra-econômica, típicas das relações servis tomadas como marca regional do “coronelismo” ao Nordeste sertanejo. A estreita renda monetária advinda da comercialização de animais, insulada em uma economia de subsistência implica em uma

³ SILVEIRA, Rosa Maria. Godoy. *O regionalismo nordestino*. S. Paulo, Ed. Moderna, 1984, pág. 17.

⁴ O termo foi cunhado pelo sociólogo cearense, Djacir de Lima Menezes, em obra de sua autoria intitulada *O Outro Nordeste: formação social do Nordeste pastoril*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

economia de expansão meramente vegetativa, com reduzida base de acumulação de riquezas.

O acréscimo do algodão como produto mercadoria recorta um novo espaço regional nos sertões que reforça o esquema tradicional de acumulação em que os roçados de milho e feijão dos parceiros e rendeiros atuam como fundo de “financiamento” dos produtos mercadoria (gado e algodão).

A “renda da terra” constituía-se assim um componente básico na renda total dos fazendeiros. É neste sentido que Francisco de Oliveira afirma que no século XVI o “Outro Nordeste” impõe suas leis de reprodução à zona açucareira decadente pela reedição de semelhantes relações de produção, baseados na extração de sobre produto de que são exemplos as diferentes expressões de acumulação primitiva sob forma de “renda da terra”.

Quando os roçados deixam de assumir funções subsidiárias ou complementares para situar-se no interior do próprio processo de acumulação, o Nordeste passa a ser reconhecido como Nordeste das secas e dos coronéis.

A região cafeeira embora tendo sua produção realizada (transformada em dinheiro no comércio externo) não percorreu o caminho da involução registrado no Nordeste. Por circunstâncias ligadas ao próprio momento histórico de sua expansão, em que se consolidava o Estado Nacional, foi possível através da internalização do excedente auferido na atividade mercantil diversificar suas atividades e construir mecanismos endógenos de acumulação de riquezas que propiciaram a inversão do padrão original de acumulação: a indústria deixa de ser um subproduto da agricultura para configurar-se como elemento determinante da dinâmica da economia do Sudeste.

O segundo argumento ressalta os diferentes efeitos da eliminação das relações escravagistas sobre os espaços regionais, atuaram no sentido de consolidar o processo de diferenciação regional em curso.

Enquanto no Centro-Sul a impossibilidade do uso do trabalho escravo conduzia a progressiva monetarização do pagamento da força de trabalho, na agricultura no Nordeste, ao contrário, os escravos eram convertidos em moradores rendeiros, constituindo-se assim a reserva

cativa de trabalho das fazendas. O latifúndio nordestino gera dentro de si um “campesinato” desprovido de terras e de “direitos”. Com índices de produtividade desiguais e principalmente com diferentes processos de reprodução, podia-se falar então, em uma economia nordestina. As atividades industriais que se expandem no período, fins do século XIX até 1960, conservam-se dependentes da base rural.

A “ideologia regionalista” articulada pelas elites invoca ao Estado medidas de proteção da região cujas conseqüências são contraditórias: se por um lado resguardam as bases oligárquicas do poder local, expressam a perda de sua hegemonia em âmbito nacional. Os exemplos clássicos da atuação do Estado no Nordeste anteriores à década de 1960 refletem esta ambigüidade.

A economia açucareira nordestina que já perdera no século XVII a hegemonia no mercado internacional perde no século XX para o Centro-Sul também a hegemonia no mercado interno nacional que já em 1901 era responsável por 60% da produção de açúcar do país.

No início da década de 1930 as medidas adotadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para proteger a tradicional agroindústria açucareira do Nordeste da concorrência das usinas do Sudeste, conduziram a uma divisão do mercado nacional do açúcar entre os diversos Estados produtores, através do estabelecimento de políticas de “cotas” e de preços mínimos para o produto que garantisse a realização do lucro dos produtores do Nordeste cujos índices de produtividade eram mais baixos. Desse modo a “proteção” aos produtores marginais convertia-se em lucro adicional para os mais eficientes. O setor agroindustrial do Nordeste restringia suas reivindicações a revisões periódicas dos preços do açúcar, sem despender investimentos significativos no sentido de sua modernização. Desse modo pode-se concluir que o mecanismo de proteção do IAA contribuiu na verdade para acelerar a capitalização do setor açucareiro no Sudeste ao mesmo tempo em que eram preservadas as mesmas condições de reprodução da economia açucareira do Nordeste. Também a intervenção do Instituto Federal de Obras Contra a Seca - IFOCS(1919) posteriormente DNOCS, capturado- pelos interesses da oligarquia do Nordeste algodoeiro pecuário não poderia, como afirma Francisco de Oliveira, ter outro destino senão o de realimentar sua estrutura arcaica:

A construção de açudes e barragens expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros e contribuía para reforçar a existência do fundo de acumulação próprio dessa estrutura representado pelas culturas de subsistência dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes.⁵

A irrigação em larga escala, condição indispensável à modernização da estrutura produtiva dos sertões, apesar de constar dos objetivos da instituição, não foi implementada. No âmbito do mercado nacional também o algodão do Nordeste deixa de ter peso econômico relevante, embora se conserve como componente importante na renda global dos fazendeiros, principalmente por seu uso como pastagem para o gado.

As secas constituíam-se momentos privilegiados para o fortalecimento econômico e político das oligarquias sertanejas através da aplicação de verbas do Estado que financiavam a retenção da mão de obra que se ocupava da implantação de *benfeitorias* nas grandes propriedades sob dupla justificativa: assistir aos *flagelados*, e tornar a Região mais resistente às secas.

Da ideologia regionalista à desenvolvimentista: a redefinição do estatuto da reforma agrária

A hipótese proposta é que a ideologia regionalista não poderia gerar o questionamento da estrutura agrária e conseqüentemente propostas reformistas já que isto significaria a negação das próprias bases de reprodução do poder das oligarquias regionais (monopólio da terra e do voto).

Na verdade a questão agrária apenas ganha dimensão significativa no discurso político do segundo governo de Getúlio Vargas, expressando um projeto de rearticulação nacional do pacto político populista, substanciado ideologicamente em uma dupla e complementar referência: a primeira, desenvolvimentista, que identificava as relações arcaicas, ou “feudais”, que persistiam no campo como entrave ao progresso capitalista exigindo uma ação reformista; a segunda de justiça social, já que a reforma agrária significaria a extensão aos trabalhadores rurais direitos

já garantidos aos trabalhadores urbanos pela legislação trabalhista ou a conquista da condição de proprietário.

Para Aspásia Camargo⁶ a tentativa de Vargas de completar o ciclo populista, cuja primeira fase foi a integração da classe operária à órbita do Estado através da legislação trabalhista e controle sindical, com uma outra fase de integração de uma numerosa e diversificada massa de trabalhadores rurais aguçou contradições sociais que inviabilizaram seu projeto político.

Entretanto as iniciativas de reforma agrária na década de 1950 que partiam do Executivo com envio de projetos de lei ao Congresso que resistia em aprová-los, tinham raízes em movimentos sociais camponeses, de modo especial da zona açucareira no Nordeste. O governo captava os sinais de mobilização política dos trabalhadores rurais traduzindo-os ao seu próprio código, o populismo, “antevendo a possibilidade de atrair a massa rural mobilizada para a órbita do governo, criando novas e sólidas bases entre o líder e as massas”⁷.

A ofensiva do executivo que, desde Vargas até João Goulart, apregoava em suas mensagens o combate ao latifúndio improdutivo e formulava projetos de reforma, contrapunha-se a resistência do Congresso, sede das representações regionais. O núcleo dos debates do período era a alteração do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição, que condicionava a desapropriação por interesse social à prévia e justa indenização em dinheiro, considerado incompatível com um programa mais amplo de Reforma Agrária.

É em uma conjuntura de relativa abertura política à participação popular e de aceleração do ritmo de desenvolvimento capitalista impresso no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek que a questão regional ganha o estatuto de Problema Nacional.

As etapas anteriores de destruição da vitalidade econômica das regiões que incluíram desde a migração de capitais e força de trabalho que ali não encontravam condições de reprodução, seguida da possibilidade de circulação de mercadorias produzidas no centro de gravidade

⁶ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. (1930-1964) in *História Geral da Civilização Brasileira - o Brasil Republicano*; vol. 111, São Paulo: Ed. Difel, 1983.

⁷ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. Op. cit. p. 147.

⁵ OLIVEIRA, Francisco. Op. cit. p. 62.

da economia, possibilitada pela rede viária que unifica nacionalmente o mercado davam lugar a uma proposta de intervenção do Estado que reintegrasse os espaços degradados o sopro hegemônico da modernização capitalista.

O agravamento das desigualdades regionais legitimava o projeto de integração modernizadora a ser conduzido por um órgão de planejamento do desenvolvimento regional criado em dezembro de 1959.

É impossível dissociar a politização da questão agrária da politização da questão regional na década de 1950, significando a 2ª uma forma de esvaziamento do ímpeto considerado explosivo do movimento camponês reconduzindo-o aos limites de uma reforma agrária em áreas arcaicas do Nordeste. Por outro lado, seria fortalecido o pacto político que sob o argumento de defesa das classes marginalizadas do Nordeste favoreceria também interesses das camadas da indústria nacional que se fortaleciam com o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubischek.

Francisco de Oliveira⁸, analisando as condições de criação da Sudec destaca o papel do movimento camponês que corroendo a suposta paz agrária do Nordeste rural constituindo-se uma ameaça à hegemonia burguesa nacional. Sua tese encontrava-se sedimentada nos seguintes argumentos: 1) no Nordeste o conflito entre latifundiário-burgueses da zona canavieira e operário-camponeses era direto, aberto, escapando assim aos moldes do populismo em que as relações de classe são mediadas e controladas pelo Estado; 2) as classes dominantes regionais não se encontravam capacitadas para encontrar soluções alternativas que superassem a situação de conflito social: não se dispunham a atender as reivindicações de aumentos salariais, nem abriam mão da renda da terra, materializada na exigência dos movimentos camponeses de concessão de “sítios” ou áreas para cultivo de alimentos. A ausência de soluções no espectro da ordem vigente imprimia suposto potencial subversivo ao movimento rural na zona canavieira do Nordeste naquele período. Os sinais de perda da hegemonia da burguesia latifundiária canavieira, a tornava pouco confiável aos olhos dos seus parceiros do Centro-Sul que encontram na intervenção do Estado na Região a saída para neutralizar os fatores de risco de convulsão social, insulando o questionamento da

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Região*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed. 1977.

propriedade, cerne das revoltas camponesas, á uma Região específica, o Nordeste, qualificado como espaço de sobrevivência das Oligarquias Rurais.

Não é assim, por casualidade, que primeira proposta do Estado de intervenção na estrutura fundiária do Nordeste tenha ocorrido ao final da década de 1950, no bojo das medidas de políticas de modernização formuladas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN.

A ideologia desenvolvimentista redefine a Questão Nordeste sob a ótica do subdesenvolvimento, enfatizando a estrutura e relações de trabalho no campo como parte do problema a ser enfrentado. Embora o programa de modernização proposto priorizasse o incentivo a industrialização da Região, ele contemplava também uma concepção que se institucionalizará no pós-64: reformas agrárias limitadas a determinadas *áreas problemáticas*. Embora o grau de “problematicidade” fosse definido por dois critérios, um econômico (relativo à produtividade) e o outro político (tensão ou conflito social), foi segundo que assumiu peso significativo na decisão de onde intervir prioritariamente. Foi para a zona da mata, principal lócus do movimento camponês das décadas de 1950 e 1960, que o GTDN propôs um programa de redistribuição de terras que previa a liberação de áreas ocupadas pela cana-de-açúcar (que passariam por uma reestruturação dos processos produtivos) para fins de Reforma Agrária.

Os sertões semi-áridos, onde a massa camponesa era ainda controlada eficientemente pela oligarquia rural, não foram incluídos como área prioritária de Reforma Agrária. As soluções apontadas restringiam-se à redução da vulnerabilidade às secas preconizando o esvaziamento demográfico dos sertões através da combinação de medidas de desestímulo às culturas de subsistência que historicamente determinavam o crescimento vegetativo da população sertaneja como programas de incentivo ao deslocamento de populações do semi-árido nordestino para ocupação das fronteiras agrícolas do Maranhão, onde o acesso a terra e a água eram abundantes.

A questão da terra no contexto dos governos militares pós-1964

O impasse gerado por posições divergentes entre Executivo e Legislativo face à instituição de uma legislação que oferecesse o suporte

legal de um programa de Reforma Agrária que atravessou todo o período populista (sendo considerado fator importante na corrosão do pacto social em vigor) somente será resolvido em um contexto autoritário. Em novembro de 1964 foi aprovado o projeto de lei do Estatuto da Terra enviado pelo Marechal Castelo Branco ao Congresso. Através de Ato Institucional suprimido o dispositivo constitucional que condicionava a desapropriação por interesse social à prévia e justa indenização em dinheiro dos proprietários e introduzidas medidas, antes objeto de polêmica política, como a desapropriação de faixas de terras ao longo das rodovias federais e a posse imediata das terras desapropriadas.

O paradoxo de serem as reivindicações dos vencidos atendidas por governos arbitrários é apenas aparente. O enigma é decifrável, se considerarmos que extirpados os focos de mobilização, as reivindicações antes ameaçadoras são politicamente desarmadas e metamorfoseadas em questões técnicas que comportam soluções da mesma ordem. Isto fica claro em vários trechos da mensagem presidencial que encabeça o Estatuto da Terra, quando critica a anterior atuação política dos governos anteriores reconhecendo, porém a necessidade de atribuir prioridade absoluta à questão agrária estudando e encaminhando soluções técnicas, econômicas e jurídicas que a deslocassem do plano de um debate ideológico para o das soluções pragmáticas. Por outro lado, o sentido da proposta de desenvolvimento rural contida no Estatuto da Terra, tem que ser apreendida em seu caráter de dualidade que combina medidas de Reforma Agrária com Políticas de Modernização Agrária. No primeiro caso ter-se-ia uma modernização da agricultura com base na propriedade familiar que materializaria as intenções de justiça social via desconcentração da terra e da renda. No segundo caso, considerando o objetivo básico de orientar as atividades agropecuárias no sentido de harmonizá-las com o processo de industrialização, a modernização se efetuariá preferencialmente através das grandes propriedades metamorfoseadas em empresas rurais.

Para analistas da política agrária⁹ implementada pelos governos militares de 1964 até 1969, predominava uma combinação de

⁹ Ver as análises de Bernardo Sorj em *Estado e Classes Sociais na Agricultura*, de Marcel Burs-tyn em *O Poder dos Donos* e José de Souza Martins em *A Militarização da Questão Agrária*.

medidas de reforma agrária em áreas classificadas como prioritárias, com projetos de colonização por pequenos produtores em áreas de fronteira agrícola.

As políticas de modernização da grande propriedade rural através do crédito subsidiado ou de incentivos fiscais, não poderiam ter outro efeito senão o de agravamento da tendência de concentração fundiária. Entre 1970 e 1975 o índice de Gini de concentração da posse da terra no Brasil se elevou de 0,840 para 0,855.

O PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras no Nordeste

Tendo ocorrido na fase do chamado “milagre econômico brasileiro”, a seca de 1970 teve um impacto político significativo: *ruralizou* o discurso oficial sobre o desenvolvimento do Nordeste.

As imagens da miséria de massas de nordestinos residentes nas áreas afetadas pela seca veiculadas na televisão, revistas e jornais operaram um choque de realidade nos sonhos de um Brasil Moderno. Os diagnósticos socioeconômicos da época passaram a reconhecer os efeitos concentracionistas do padrão de desenvolvimento regional centrado na industrialização defendido pela Sudene.

Do total de recursos da política de incentivos fiscais aplicados no Nordeste até aquela década, 90,8% foram destinados a projetos industriais.

O PROTERRA instituído em julho de 1971 reeditou as duas linhas de desenvolvimento rural preconizadas no Estatuto da Terra: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria.

Os dois mecanismos principais para efetivar a revisão fundiária seriam, a desapropriação por interesse social, nos termos fixados no Estatuto da Terra, de áreas classificadas pelo INCRA como latifúndios improdutivos e a compra de terras pelo órgão executor do programa para posterior parcelamento e revenda. Na realidade, foi insignificante o uso da desapropriação por interesse social já que alternativas mais atraentes eram oferecidas aos proprietários para aderir ao programa: eles colocariam à disposição do INCRA para venda um percentual que variava de 20 a 50% da área dos seus imóveis e seriam recompensados com crédito

subsidiado para modernizar a produção nas áreas remanescentes da propriedade de modo a enquadrá-la como empresa rural.¹⁰

As observações e dados abaixo mencionados indicam claramente que o Programa de Redistribuição de Terras já nasceu morto ainda que insepulto pela máquina burocrática instituída para sua gestão.¹¹ Do total de recursos destinados ao PROTERRA (4 bilhões em 1972) a participação do Fundo de Terra (FUNTERRA) foi sempre reduzida e em alguns anos nula, nos orçamentos do período de 1972 a 1978 (variando de 18,7% a 3%).

Até 1974 a área total posta à disposição do INCRA pelos latifundiários para aquisição foi de 386.634 hectares, o que representava tão-somente 24,3%, da área de latifúndios das microrregiões nordestinas onde o programa atuaria. Mesmo que o INCRA, em um hipotético *desempenho* de eficiência máxima, redistribuísse toda a área classificada como desapropriável, atingiria apenas 1,5% do total de terras que o próprio órgão em 1972 cadastrara como latifúndio improdutivo. Os beneficiários não ultrapassariam a 0,7% do total de trabalhadores sem-terra ou com posse precária no Nordeste.

Na realidade, os resultados foram bem mais modestos. Até o final de 74 nenhuma desapropriação por interesse social efetivou-se, limitando-se o INCRA à aquisição de 193.394 hectares dos 386.634 postos à disposição do órgão pelos proprietários.

As operações de compra e redistribuição de terras concentraram-se nos sertões semi-áridos do Nordeste, em terras de baixa produtividade e com reduzido valor comercial: das 181 operações de compra de terras feitas pelo INCRA, 43% realizaram-se no Ceará, principalmente nas microrregiões dos Sertões do Inhamuns e Quixeramobim. Um outro dado que confirma as dificuldades enfrentadas pelos “parceiros”¹² para organizar a produção contando apenas com crédito de custeio (sem o título definitivo de posse da terra o crédito de investimento era negado)

¹⁰ CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Justiça social e acumulação capitalista: o PROTERRA*. Fortaleza: Ed. UFC/PROED, 1982.

¹¹ Um dos relatórios trimestrais de prestação de contas do Projeto indicava que a participação do item redistribuição de terras representava apenas 2,8% do total das despesas efetivadas, sendo 97,2% dos gastos relativos a atribuições técnico-burocráticas.

¹² Parceiro, nome atribuído pelo INCRA àquele que recebia parcela de terra no processo de redistribuição

e mantidos os níveis tecnológicos tradicionais no semi-árido, 13,6%) dos parceiros desistiram de permanecer na terra.

A divisão de uma propriedade em lotes individuais implicava quase sempre em partilha desigual, de bens valiosos e escassos: benfeitorias, como cercas, casas de moradia, e principalmente reservatórios de água açudes, barreiros etc.

Outro ponto polêmico do programa referia-se à dimensão média das parcelas que, situando-se acima dos limites que cada família podia explorar com a sua própria força de trabalho, implicava, por um lado, em recriar relações de parceria e arrendamento dentro das áreas parceladas, e por outro lado, não absorviam na condição de proprietário todos os antigos moradores das propriedades rurais parceladas. Em Quixeramobim onde realizamos pesquisa de campo, em 1978 o tamanho médio das parcelas, era de 257 hectares, sendo que encontramos parcelas de até 618 hectares.

Entre os fatores adversos acrescentava-se a dispersão das áreas parceladas. As frações das propriedades redistribuídas distavam entre si em muitos quilômetros inviabilizando qualquer tentativa de socialização dos custos de produção pelo sistema cooperativo e tornado problemático e oneroso o trabalho de assistência técnica aos beneficiários do Programa. O isolamento social e político dos *parceiros* favoreciam a que o Estado fosse representado por eles como um espécie de *novo patrão* de quem recebiam, a terra, e “adiantamento” (crédito de custeio) e cuja parte da produção devia ser paga em dinheiro no Banco.

Como programa de Reforma Agrária, o PROTERRA representou, porém, de 1971 a 1977 a principal fonte de crédito a juros subsidiados para a pecuária de corte e leiteira da Região.

A alternativa de programas de apoio à pequena produção

A partir de 1974 com o patrocínio do Banco Mundial desativa-se a idéia de único programa de Reforma Agrária no Nordeste, substituindo-a por Projetos Especiais de Apoio a Pequena Produção Familiar.

Essa reorientação pode ser detectada na transferência dos recursos do orçamento do PROTERRA para os novos programas especiais, dentre os quais se destacava o POLONORDESTE.

Embora oficialmente constasse nesses programas uma linha de reestruturação fundiária, a tônica era a promoção do desenvolvimento rural integrado em determinados pólos cujo dinamismo supostamente se irradiaria para zonas mais abrangentes.

A proposta de Pólos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs) propugna que através da capitalização da pequena produção se poderia resolver dois problemas: a redução dos fortes fluxos migratórios rural-urbano que geravam nas cidades um excedente de trabalho de tal proporção, que perderiam qualquer funcionalidade para o processo de acumulação; incremento da oferta de alimentos para as cidades, já que a pauperização do campesinato tradicional inviabilizava a produção de excedentes comercializáveis. A dificuldade, porém era atacar esses problemas sem efetivar uma reestruturação fundiária mais profunda. Tal como analisado por Marcel Bursztyn¹³ o POLONORDESTE era ambíguo, pois anunciava como prioridade o acesso do trabalhador à terra sem no entanto definir mecanismos operacionais que o viabilizasse.

A avaliação dos resultados alcançados pelo POLONORDESTE realizada em 1979 evidenciou que a política de apoio ao pequeno produtor estabelecida como prioritária nos documentos, recebera apenas 33% dos recursos do programa, do total aplicados nos cinco primeiros anos de vigência do Programa, sendo o restante (67%) aplicado em construção de estradas e redes de eletrificação. As iniciativas de regularização fundiária atingiram apenas 2.862 produtores dos 140.000 fixados como “público alvo” do programa.

A partir de 1979 críticas à eficácia dos Programas de Apoio a Pequena Produção acirraram-se no próprio âmbito dos órgãos estatais responsáveis por sua execução. Coincidentemente o ano de 1979 que assinala o início do longo processo de abertura política no país foi também o de mais uma grande seca no Nordeste, e os seus efeitos perversos sobre os trabalhadores rurais propiciaram que a questão agrária fosse pautada publicamente pelos setores da Igreja defensores da Teologia da Libertação e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. O tema da Reforma Agrária aparece em vários documentos da Igreja tais

¹³ Ver do autor o livro de Marcel Bursztyn *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

destacam-se **A Igreja e os Problemas da Terra** (1980) e **Considerações sobre o Homem e a Seca no Nordeste** (1982).

A autocrítica do Estado e um novo projeto de desenvolvimento regional: o Projeto Nordeste

A autocrítica do Estado sobre efeitos das políticas de desenvolvimento regional contida no diagnóstico que antecede a nova proposta do Projeto Nordeste, não pode ser dissociada de um fato político novo: a emergência dos parceiros, rendeiros e moradores dos sertões como atores políticos que se mobilizam para reivindicar direitos que lhes eram reconhecidos pelo Estatuto da Terra: acesso à terra e regulamentação dos contratos de parceria e arrendamento no que se refere a prazos, condições de repartição da produção etc.). A divulgação feita a partir de 1979, entre os trabalhadores rurais do sertão, por sindicatos pela Igreja Católica dos tópicos do Estatuto da Terra referentes a reforma agrária, renda da terra e parceria, forma muito importantes para o processo da “Luta pelos Direitos” como ficou conhecida. Essas formas de mobilização contrastavam com a visão de movimentos sertanejos de cangaceiros e fanáticos que foram celebrizados na literatura acadêmica, em romances e nas telas do cinema como formas de “rebeldias primitivas”. Em documentos que resultaram de encontros e seminários realizados no período os trabalhadores rurais do sertão, organizados nos sindicatos ou nas Comunidades de Base da Igreja (CEBS) apresentavam reivindicações incisivas de participação nas decisões sobre as políticas de desenvolvimento rural.

Frequentes os casos noticiados pela grande imprensa de mobilização de parceiros reivindicando pagar a renda de acordo com o fixado no Estatuto da Terra, ou de continuar plantando algodão, milho e feijão e em terras que o proprietário reserva ao pasto do gado. A seca de 1979 representou um momento importante no processo de politização à medida que os trabalhadores passaram a criticar publicamente a atuação do Estado enfatizando que *a seca não se definia apenas pela falta de chuva, mas pela falta de terra para plantar*.

A ampliação de uma modalidade de “salário” introduzido nos Programas de Emergência colocava à mostra suas contradições: salário pago com recursos públicos para realização de trabalho apropriado pe-

los fazendeiros, salário que tinha face ambígua, de pagamento por trabalho realizado, de ajuda oferecida pelo Estado aos desvalidos. O questionamento das bases tradicionais do controle social e político da populações sertanejas encontrou condições de florescimento na conjuntura daquele período.

É significativo que no momento e que os sertões tornam-se áreas de tensão social, tal como acontecera na zona da mata na década de 1950, tenham sido ressuscitados nos planos de desenvolvimento regional a pregação de reforma agrária. Parece-nos consistente a tese de Francisco de Oliveira de que são os conflitos sociais, e não a estagnação econômica que acionam as formulações de planos de Desenvolvimento Regional. Na verdade a *Luta pelos Direitos* emitia ao final das décadas de 1970 e 1980, sinais nítidos de rupturas dos padrões tradicionais de dominação nos sertões. As noções de “obrigações” e “favores”, que orientavam as relações entre parceiros, moradores e patrões foram sendo progressivamente substituídas pelas noções de “direitos” e “deveres” assumindo caráter mais impessoal.

O avanço da monetarização da economia no sertão, propiciada pela expansão do crédito institucional conduziu a uma redução da importância da coerção extra-econômica que caracterizava as relações tradicionais de trabalho. O palco onde se desenrolavam e resolviam todas as questões entre moradores e donos da terra tende a se deslocar da sede das fazendas para o espaço dos sindicatos e, em última instância, para os tribunais, revelando as rachaduras de uma organização social em que o poder advindo da propriedade da terra era quase ilimitado, estendendo-se às pessoas e às coisas. A explicitação das funções sociais da terra, no Estatuto da Terra fundamentava as demandas legais dos trabalhadores em defesa de direitos sociais.

Alguns pontos fundamentais do que rotulamos de autocritica do Estado sobre a Política de Desenvolvimento Regional estão abaixo sintetizados:

a) O reconhecimento de que o crescimento econômico não conduz necessariamente à redução da pobreza, e que o agravamento das desigualdades é fruto da natureza do desenvolvimento regional que se efetuou. Os dados que dão suporte a tais conclusões prendem-se ao registro de taxas médias de crescimento do PIB (que na década de 1970 alcança a marca extraordinária de 11%) e da formação de capital fixo (10,7%

entre 1870 e 1980) contrastantes com a manutenção de altos índices de pobreza da população refletidos nos baixos níveis de remuneração salarial (cerca de 80% da população ocupada situando-se na faixa de até dois salários mínimos), taxas de subemprego (45,6% do PEA) e nas condições precárias de vida.

b) O reconhecimento da integração da economia do Nordeste ao processo de acumulação nacional, percorrendo os mesmos ciclos de ascensão e crise. A especificidade regional é diagnosticada no fato de que o Nordeste, e do modo especial nas áreas rurais, configura-se como espaço de concentração dos pobres do país. c) A análise da natureza do desenvolvimento nordestino nas duas últimas décadas modernizou a economia e a sociedade urbanas, mantendo-se o atraso social e econômico nas áreas rurais. A afirmação é ilustrada com dados sobre a participação da produção agropecuária no PIB que decresceu de 35% em 1977 para 14,8% em 1981, dos baixos índices de produtividade, do déficit de 850 toneladas na produção de alimentos e dos baixos níveis de utilização produtiva da terra nas grandes propriedades. Por outro lado, ressalta-se importância econômica e política das pequenas propriedades rurais, responsável por quase toda produção de alimentos da região e absorvedora de aproximadamente 81% força de trabalho rural.¹⁴

Nestes termos a solução da questão regional via absorção produtiva da massa força de trabalho desempregada e subempregada conduz à proposta de apoio a pequena produção rural tendo como linha mestra do Projeto Nordeste. O que há de novo neste programa face aos anteriores, cujas promessas eram semelhantes?

A primeira novidade é a definição do objetivo geral do Programa centrado na erradicação da pobreza absoluta no Nordeste e não mais na redução das desigualdades nas taxas de crescimento econômico entre as regiões do país. O diagnóstico de que os fatores determinantes do crescimento da pobreza no Nordeste estariam na questão agrária não apenas não resolvida, mas mal resolvida pelos subsídios à modernização do latifúndio, conduz a delimitar que este é o ponto chave a ser atacado nas políticas de desenvolvimento da Região. Outra diferença entre o Projeto Nordeste e os anteriores Programas Especiais de Apoio a Pe-

¹⁴ Dados extraídos do capítulo “Diagnóstico” do texto do Projeto Nordeste.

quena produção que o precederam foi a inversão da ordem nas linhas de intervenção modernizadora: a reestruturação fundiária deveria ser feita antes da implantação de todas as outras linhas de ação (recursos hídricos, pesquisa e assistência técnica, políticas de crédito e comercialização) de modo a evitar as distorções denunciadas.

O Projeto Nordeste abandona a idéia de Pólos de Desenvolvimento selecionados por critérios de possibilidades de maior rentabilidade econômica, para pautar-se em critérios sociais de atendimento às populações em estado de pobreza extrema. O sertão semi-árido onde se concentrava esta população empobrecida passa a ser considerada prioritária nos programas de desenvolvimento regional. A grande novidade introduzida pelo Projeto Nordeste era a previsão de formas alternativas de propriedade, tais como a comunitária, e a de empresas multifamiliares, e o reconhecimento de que a mobilização e participação dos beneficiários era condição de sucesso as ações desenvolvidas pelo Estado.

Permaneciam, porém velhos pontos de ambigüidade que sempre atuaram na frustração dos protocolos de boas intenções de ruptura do monopólio da terra no Nordeste. O mais evidente é que novamente não se explicita a decisão política de acionar a desapropriação por interesse social prevista no Estatuto da Terra¹⁵ como instrumento indispensável para atingir o objetivo de reestruturação fundiária. Ao contrário, os pronunciamentos públicos dos técnicos do programa se endereçavam a tranquilizar os grandes proprietários de terra ressaltando que o instrumento preferencial da ação fundiária seria a compra de terras a preços considerados “justos” pelos contratantes.

Considerando que o destino de qualquer política pública não se inscreve apenas em seus propósitos explícitos buscamos identificar as forças sociais que poderiam determinar o curso do Projeto Nordeste. Quais seriam os opositores da efetivação da promessa de desconcentração da terra e da renda? Parece-nos ingênuo incluir nesta lista apenas figuras das tradicionais oligarquias rurais, elas próprias em mutação.¹⁶ Tem-se que levar em conta que os incentivos à modernização da grande proprie-

dade levaram ao campo quase todos os grandes grupos empresariais de origem urbana. Com a propriedade fundiária tornando-se equivalente a capital e funcionando como passaporte e acesso ao crédito subsidiado, é evidente que a trama de interesses em jogo torna-se muito mais complexa ultrapassando o âmbito de comportamento reacionário das chamadas oligarquias rurais. O que estava em disputa não era apenas a propriedade da terra, mas os recursos financeiros que o Estado alocaria para os programas de desenvolvimento rural. É sintomático que os conflitos de terra que predominaram no Nordeste nas décadas de 1970 e 1980 já não envolviam predominantemente os antigos “coronéis”, mas sim figuras do novo empresariado rural.

No outro prato da balança é importante ponderar qual o peso político da organização dos trabalhadores rurais para efetivação de uma reforma agrária no Nordeste que realmente os torne seus beneficiários, alterando a face de iniquidade social da Região.

¹⁵ Estatuto da Terra, Lei 504, de 30 de novembro de 1964. Mensagem 33 do presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional

¹⁶ Ver sobre o assunto a tese de Marcel Burstyn exposta no livro *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*.

Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa

O homem de seu tempo (1722-1797)

FRANCISCO ESIO DE SOUZA*

Introdução

Para falar de Xerez Furna Uchoa é preciso dar um salto atrás, na História, e falar da sucessão da Coroa portuguesa, após a morte de Dom Sebastião e Dom Henrique, quando Filipe II (1580) de Espanha; unificou os dois países sob a mesma Coroa. Na genética liga-se ao Papa Adriano VI, antepassado de Furna Uchoa, que foi tutor de Carlos de V, pai do ambicioso Filipe II.

Na literatura, as três primeiras décadas do século XVIII, ainda sofriam algumas influências do século XVII que, pouco a pouco, abdicava de seus valores para que o século seguinte assumisse sua identidade própria.

Já não se admirava tanto o barroco, cuja produção literária não mais transmitia a angústia do conflito entre o mundo material e o espiritual; as metáforas, as antíteses e hipérboles, perdem espaço na linguagem da comunicação para emergir o Neoclassicismo ou Arcadismo como grife do século XVIII. O século da ascensão da burguesia e seus valores: *fugere urbem*. A vida bucólica passa a ser valorizada e a natureza, admirada. Os ideais da vida do campo são retomados com o pragmatismo e a razão enfeitando o mundo.

Falar da Dominação Holandesa, em Pernambuco (1630-1654) na turbulência social da revolta e chacina dos emboabas (1708); da Independência dos Estados Unidos da América (1776); da Revolução Francesa (1789); da Inconfidência Mineira (1792). Preciso é vivermos o Novo Mundo do Brasil português, dominado por Filipe II de Espanha; que

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

desembarquemos nos arrecifes da costa pernambucana; respiremos o ar adocicado da zona da mata nordestina, que nos rejubilemos ou sofram com o sucesso ou as agruras da indústria açucareira pernambucana. É preciso que nos adaptemos às enchentes dos Rios Capibaribe e Beberibe, no Recife; saboreemos o prato de goiamum, em Goiana (PE); deliciemo-nos com o suco de mangaba dos tabuleiros costeiros; banhemo-nos nas praias de Pontas de Pedras (Goiana) na Porto de Galinhas (Ipojuca) e recordemos as batalhas do (Forte Orange); rezemos para Nossa Senhora do Pilar, em Itamaracá; enfrentemos as secas e enchentes do Rio Acaraú, curta o ciclo do couro e apure o ouvido para escutar o canto corruchiado do canário da terra no capitel de folhas imbricadas das carnaubeiras das várzeas aluvionais. É preciso que tenhamos coragem de catequizar, depois dos Caetés, em Olinda, os Tremembés, em Almofala, e nos acostume-mos com o mugir do boi no curral, com o calor da Caiçara, com o sabor amargo do café da serra da Meruoca.

É preciso que nós exerçamos uma liderança política, no Ceará do Brasil Colonial, que saibamos cumprir a etiqueta do Versailles de Luiz XV de França. É preciso que saibamos conviver com as intrigas palacianas, dos Ouvidores Gerais, dos Governadores corruptos da capitania do Siará Grande.

É preciso que saibamos de tantas coisas mais, porquanto ser Furna Uchoa é ser bom chefe de família, líder político, empresário de seu tempo, católico, caridoso, inovador, polivalente. É preciso trocar a personagem folclórica de Maria Florzinha, da zona da mata pernambucana, pelo Caipora das Caatingas litorâneas do Ceará. Mas é preciso, finalmente, sobretudo, que eu me volte para meus antepassados e, num todo imaginário, me encontre com o meu próprio quinto avô materno, o Capitão-mor José Xerez de Furna Uchoa.

Feito este passeio pelos dois Nordeste – o úmido de Gilberto Freire e o outro, o seco, de Djacir Menezes, – é bom que se diga que o presente trabalho é uma versão ligeiramente acrescida de alguns elementos colhidos à luz do início deste século XXI, de outros trabalhos já brilhantemente feitos nos séculos atrasados e passado e publicados inclusive, na Revista deste Instituto Histórico.

Em ordem temporal destaca-se a Genealogia de Arnaud Holanda, escrita pelo próprio Xerez; TRAÇOS BIOGRÁFICOS do Capitão-mor

José de Xerez Furna Uchoa, o Introdutor do Café no Ceará, de Manoel do N. Alves Linhares; que me escude na competência de Pe. Francisco Sadoc de Araújo, que eu me acuda de Barão de Studart, de Dom José Tubinambá da Frota, de João Brígido, de Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade e tantas outras personalidades que transitaram por minha cabeça, durante a feitura deste trabalho.

Assim, os acréscimos que, porventura, eu fizer às obras já escritas sobre Furna Uchoa, correrão à conta de informações de um mundo globalizado e, principalmente, por ter eu nascido na região do cenário físico onde Xerez Furna Uchoa viveu a segunda parte de sua vida, bem como eu ter trabalhado na zona da mata pernambucana, pelo período de dezoito anos, onde o pesquisado nasceu e viveu a primeira parte de sua vida. Conheci lugares, convivi com pessoas descendentes das famílias que são relacionadas dentro do ciclo genético de Furna Uchoa. Pena que na época, pouca importância eu dava a este assunto, tampouco sabia de minha descendência direta de Furna Uchoa por meio do sangue do seu sexto filho, no caso, José de Lira Pessoa; deixando, assim, escapar excelentes oportunidades de pesquisar nos municípios de Goiana, Ipojuca, Itamaracá, Igarassu ou no Recife, tudo em Pernambuco, ou de viagens feitas à Espanha, Portugal e França.

Feitos estes esclarecimentos de natureza introdutória e antes de me adentrar no tema propriamente dito da figura do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, eu quero destacar alguns pontos de sua biografia.

Em primeiro lugar impressiona a firmeza de seu caráter, que não abdica de seus valores morais, num só milímetro, mesmo quando isto implique perdas financeiras, políticas ou de sua própria liberdade, o ponto mais temido de subtração não só pelo homem, mas pelo próprio animal.

Segundo, chama atenção o seu espírito irrequieto, desassombrado, prospectivo, inovador, cativo dos que conquistam o mundo. Romper com os paradigmas do conservadorismo, da mesmice, é próprio das pessoas dotadas de ambição e visão de futuro. Xerez era um desses!

O terceiro piso assenta-se no excessivo devotamento e orgulho que tinha pelo sangue que lhe irrigava o corpo, conseqüentemente o zelo pela família. Finalmente, o desapego material a tudo que pudesse comprometer o referencial do seu ideário de vida.

Desdobremos estes pontos;

I PARTE

1 Quem foi José de Xerez Furna Uchoa?

José de Xerez da Furna Uchoa fez parte de uma família composta de seis irmãos, contando com ele, sendo 4 filhos do primeiro casamento de sua mãe, D. Inês de Vasconcelos Uchoa, com Francisco Xerez da Furna, seu pai, e os outros dois, do segundo casamento de D. Inês com Lourenço da Silva Melo.

São seus irmãos de primeiro casamento: Luiz de Sousa Xerez, Rosaura de O. Mendonça e Ana da Conceição Uchoa.

Luís casou-se duas vezes; a primeira em 20 de agosto de 1750, com Ana Tereza de Albuquerque, filha de João Lins Albuquerque e Rosa Maria Ferreira, casou-se a segunda vez, em 26 de novembro de 1789, com Quitéria Maria do Rosário, filha de Francisco Ferreira da Ponte e Inácia Ferreira do Espírito Santo. Rosaura casou-se também duas vezes; a primeira, com o viúvo Gonçalo Ferreira da Ponte, sendo sua terceira mulher; a segunda vez, em 27 de novembro de 1762, com André José Moreira Cavalcante, filho de João da Costa e Brásia de Oliveira Cavalcante. Ana casou-se com Manoel Gonçalves Torres.

Do segundo casamento de Dona Inês de Vasconcelos nasceram Inocência Vaz Vasconcelos e João de Melo e Silva. Inocência casou em 20 de fevereiro de 1758, com José Bernardo Uchoa, filho do Cel. José Bernardo Uchoa e Maria Cavalcante. João de Melo casou-se, em 22 de fevereiro de 1777, com Ana da Conceição, filha de Manoel Madeira de Matos e Francisca de Albuquerque Melo.

2 A ascendência conhecida

José de Xerez Furna Uchoa, nasceu em 16 de setembro de 1722, na cidade de Goiana, localizada na zona da mata do Estado de Pernambuco. São seus pais o Capitão Francisco Xerez da Furna, Juiz de Órfãos,

em Goiana (PE), e D. Inês de Vasconcelos Uchoa. Era neto paterno de Bartolomeu Rodrigues Xerez, de origem espanhola e de Dona Eugênia Vaz da Silva. Neto materno de Francisco Vaz Carrasco e Antônia de Mendonça Uchoa. O Uchoa, herdado de D. Antônia, é uma palavra de origem basca (Espanha) significando lobo.

Veja o que diz Linhares¹ sobre a ascendência mais remota conhecida do Capitão José de Xerez Furna Uchoa: “Descende ele, por via paterna, da distinta família Xerez (de origem espanhola) por seu avô, o Capitão Bartholomeu Rodrigues de Xerez, que, em 1703, residia em Olinda e era filho de João de Xerez, ambos fidalgos cavaleiros da Casa Real e, naturais, de Lisboa; e da nobre família Vaz Carrasco, por sua avó, D. Eugênia Vaz da Silva, neta de Sebastião Vaz Carrasco, nobre Olindense, e irmã de Francisco Vaz Carrasco, cavaleiro da Ordem de Christo e padre depois de viúvo.

Foi este Francisco Vaz Carrasco Capitão de Ordenanças de Upojuca, por patente datada de 26 de agosto de 1666, que se acha registrada no Livro 2 da Secretaria, à folha 229. Por este documento régio, vê-se ainda uma vez comprovada a nobreza desta família, que muito honrosamente se portou na guerra holandesa.

Por via materna é ele descendente das nobilíssimas famílias Uchoa, Góes e Vasconcelos, Holanda, Albuquerque, Lyra Pessoa, Sá e Oliveira, Vaz Carrasco e outras, e por todos os lados, aparentado com os Lins, Cavalcanti, Rego Barros,² Paes Barreto, Barros Pimentel, enfim com as principais famílias das antigas capitânicas da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

¹ Manoel do N. Alves Linhares – Traços Biographicos do Capitão-mór José de Xerez Furna Uchoa – O Introdutor do Café no Ceará – Revista Trimestral do Instituto do Ceará, Ano de 1901. págs. 66 e 67.

² Dos Rego Barros, família tradicional em Pernambuco, assim são os Cavalcanti, os Paes Barreto, os Lira Pessoa, os Albuquerque, destaco a figura de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, irmão de João do Rego Barros, Barão de Ipojuca. O Conde da Boa Vista, nasceu no “Engenho Trapiche”, filho de Francisco do Rego Barros e de Mariana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Em 1821, já como cadete do Exército do Batalhão de Artilharia do Recife, participou do movimento conhecido como a Revolução de Goiana. Preso, e enviado para fortaleza de São João da Barra, em Lisboa, Portugal, onde foi mantido até 1823.

Posto em liberdade, viajou para Paris, bacharelando-se em matemática pela Universidade de Paris. De volta a Pernambuco, dedicou-se à política e, com apenas 35 anos de idade, foi designado presidente da Província de Pernambuco, no período de 1837 a 1844.

“Descende da família Uchoa por ser segundo neto do Sargento-mor Francisco de Farias Uchoa, filho de Marcos André,³ fidalgo da Casa Real, e de D. Maria de Mendonça Uchoa, irmã do Mestre de Campos Gaspar de Souza Uchoa, segundo deste nome, fidalgo cavaleiro da Casa Real por Alvará régio de 20 de abril de 1646 e filha de Gaspar de Souza Uchoa, primeiro deste nome, que por seus altos feitos e serviços relevantíssimos na guerra holandesa foi tomado no foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real pelo Conde de Bagnuolo e Duarte Albuquerque, o que foi confirmado por Alvará Régio de 28 de março de 1640, que vem transcrito no fim do Livro segundo destas memórias. Era este Gaspar de Souza Uchoa filho de Simão Borges, fidalgo da Casa Real e ambos naturais de Maçãs, em Portugal. Por padrão régio de 20 de março de 1703 Gaspar de Souza Uchoa, terceiro deste nome, fidalgo cavaleiro da Casa Real por Alvará Régio de 20 de março de 1699, foi remunerado com a tença anual de 48800 réis, pelos grandes serviços feitos durante a guerra holandesa por seu pai e avô, os referidos Gaspar de Souza Uchoa, guerra em que muito se distinguiram. Como forças de infantaria, Gaspar de Souza Uchoa aprisionou a nau almirante holandesa, por ele posteriormente entregue em perfeito estado ao Vedor Geral da Armada”.

Governo de grandes realizações, dentre as quais se destacam as estradas ligando Recife às áreas produtoras de açúcar, a ponte pênsil de Caxangá, sobre o Rio Capibaribe, o Teatro Santa Isabel, reconstrução das Pontes Santa Isabel, Maurício de Nassau, e Boa Vista, abastecimento de água potável para o Recife, entre outros benefícios.

³ Veja-se, por esta observação do inglês Henry Koster, feita em Viagens ao Nordeste do Brasil, quanto de fidelidade encerram os escritos de Linhares, extraídos de dados do próprio punho de Xerez: “Nos meados de janeiro de 1813, fui passar alguns dias na casa de um amigo, que morava na campina do Barbalho”. E explica Koster o que seu significado: “Barbalho, na Várzea, era um lugarejo perto do Monteiro, ficando este na margem direita do Capibaribe e Barbalho à esquerda. Veio-lhe o nome por ter pertencido a dona Inez Barbalho, viúva de Antônio Borges Uchoa. O pai desse Uchoa, Marcos André, fora o primitivo proprietário de engenho que, devido a ter a Capela um torreado, detalhe arquitetônico de raridade na região, denominara o domínio. É a “Torre”. Ainda hoje arrabalde do Recife. O filho Antônio Borges Uchoa, mandou fazer uma ponte atravessando o Capibaribe, indo à margem, onde deságua o riacho Pamamirim. Atualmente ainda conhecemos nos arredores do Recife a “Ponte d’Uchôa”, embora esta não exista mais, a viúva, com se vê, dera batismo ao Barbalho”. Henry Koster - Viagens ao Nordeste do Brasil pag. 309. vol. 2 – Tradução, prefácio e Comentários de Luís da Câmara Cascudo. Editora ABC.

3 O primeiro *habitat* no Brasil

Goiana - Aportados de Portugal, os pais de XEREZ, Francisco Xerez da Furna e Inês de Vasconcelos Uchoa, fixaram-se em Goiana, zona da mata Norte do Estado de Pernambuco. Um município, como os demais da zona da mata nordestina, de vocação economicamente voltada para o cultivo da cana-de-açúcar. Não tão bons ecologicamente (solo e precipitação pluvial) como os da mata Sul – Cabo, Ipojuca, Serinhaém, Rio Formoso e Barreiros; contudo Goiana era também uma produtora de açúcar, a mais importante mercadoria, depois do ouro, do Brasil Colonial.

Do ponto de vista edáfico, o município de Goiana, com expressiva porção de seu espaço físico, situado entre os tabuleiros costeiros dele próprio e o de Igarassu, não apresentava solos tão ricos quimicamente argilosos, profundos (dos massapês) tampouco registrava um regime pluvial farto (1700 mm) como as terras da mata Sul.

Nem a mata úmida nem a mata seca de Pernambuco, apresentam variações abruptas de chuvas a ponto de comprometer a sobrevivência da cultura quando muito sua produtividade. Essa análise põe em evidência que as terras da mata sul eram mais produtivas, mais rentáveis, consequentemente seus agentes econômicos mais prósperos.

A região de Goiana, apesar de não ser muita chuvosa para os padrões da zona da mata nordestina, a ponto de Vasconcelos Sobrinho classificá-la de mata seca, ainda assim, pela ausência dos solos litólicos característicos do semi-árido, contava com seus rios correndo o ano todo, facilitando o escoamento do açúcar para o Porto do Recife.

Estrutura funcional do engenho

O engenho assentava sua estrutura em três agentes produtivos: o senhor de engenho, os proprietários de terra e os lavradores. Os proprietários de terra tinham sua produção de cana vinculada ao engenho, contudo, não tão cativa quanto os lavradores que cultivavam nas terras do senhor de engenho. Isto significa que proprietários e lavradores funcionavam como fornecedores de matéria prima para o engenho, como presentemente funciona o engenho fornecendo matéria prima para a Usina de Açúcar.

Resta-nos saber se o pai de Xerez era senhor de engenho, o mais cobiçado dos títulos do Brasil Colonial, senhor de engenho capelado, fornecedor de cana oriunda de suas próprias terras ou de lavrador das terras do engenho.

Esta última parece-me mais difícil pela importância que desfrutava o Capitão-mor e Juiz de Órfãos de Goiana, Francisco de Xerez Furna, pai de José de Xerez Furna Uchoa, bem como imbricação que tinham, como vimos, os Xerez Uchoa com as famílias mais importantes e nobres da Capitania Duarte.

4 Que fatores podem levar uma família a migrar?

Apesar de Linhares⁴ em seus traços biográficos de Xerez, afirmar que o deslocamento da família deveu-se a questões de doenças de sua mãe, não custa nada especular o adição de outros fatores coadjuvantes, que se sintetizam, contudo, pela ameaça à sobrevivência de uma família. Sobrevivência esta, que pode ser abalada por fenômenos naturais: (abalos sísmicos, enchentes, secas)... guerras, perseguições políticas, religiosas, crises econômicas, apego a valores culturais, acontecimento familiar e enfermidades em busca de cura...

Analisemos, ponto a ponto, os elementos que poderiam ter levado os Xerez a migrarem, corroborando com a necessidade de cura de Dona Inês Vasconcelos Uchoa.

Não há registro, tampouco faz parte do histórico da região a ocorrência de catástrofes naturais, a não ser, sem maiores consequências, os estragos causados às populações ribeirinhas pelas enchentes, sobretudo dos Rios Capibaribe e Beberibe ao largo de seus cursos, com ênfase no Recife e Olinda.

Do ponto de vista agrícola, as inundações, quando passageiras, se por um lado, causavam a perda de alguns partidos ou tarefas de cana dos engenhos, por outro, enriqueciam os solos com matéria orgânica tão salutar para o arejamento dos solos pesados de massapês da zona da Mata.

⁴ LINHARES, Manoel do N. Alves - Op. cit. p. 69.

Para demonstrar que este assunto nunca foi de relevância no Estado de Pernambuco, basta ver que as inundações da cidade de Recife, pelo Rio Capibaribe, somente foram combatidas com mais rigor, durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1978) com a construção da Barragem de Itapacurá. Em Pernambuco, a seca só castiga intensamente o sertão, menos o agreste e muito pouco a zona da Mata.

Mas, que cenário econômico vivia Pernambuco na transição do fim do século XVII para o começo do XVIII, época em que os pais de Xerez moravam em Goiana?

4.1 Guerras

A luta para expulsar os holandeses do solo pátrio, iniciada em 1645, e vigente por longos nove anos, provocou sérios estragos aos canaviais dos engenhos pernambucanos, conseqüentemente na economia da capitania. Some-se a isto o que diz Porto⁵ sobre “os interesses conflitantes – nacionais e reinóis, nobreza rural e população urbana, senhores de engenho e comerciantes – desabaria a luta de novembro de 1710 – a conhecida “guerra dos mascates” cujo desfecho agravaria a desgraça da terra, e de tamanha influência nos destinos da própria capitania que, poder-se-ia dizer, o resto do século 18, lembra a nossa “idade média”, imerso Pernambuco em “apagada e vil tristeza, levando anos e anos para a cicatrização das feridas resultantes da luta sacrificada”.

As imbricações de interesses de ordem econômica e política, com reflexos no social, geraram um quadro tal de disputa que culminaram no estado de guerra, a Guerra dos Mascates, a qual ocorrida entre 1710 e 1711, na então próspera e aristocrática Capitania de Pernambuco, é considerada pela historiografia brasileira como um movimento nativista, beligerante, entre os nobres e poderosos senhores de Engenho, concentrados em Olinda e os comerciantes portugueses, pejorativamente, denominados de mascates, estabelecidos no Recife.

Todavia o fermento que gerou e robusteceu o conflito nasceu da crise da indústria canavieira pela retração dos preços do açúcar no mercado internacional, pela entrada das Antilhas. Nessa conjuntura

⁵ COSTA PORTO. *Pequena História da Confederação do Equador* – Recife, 1974, p. 12.

competitiva, os preços do açúcar despencaram a obrigar os soberbos senhores de engenho a contraírem mais dívidas junto à burguesia lusitana (credora) a juros ainda mais altos, se não quisessem ver seus engenhos de fogo morto.

Os mascates venceram a disputa, e o Recife emancipou-se de Olinda! Os reflexos desse estado de coisas projetaram dificuldades para o bom desempenho da indústria açucareira, porquanto a queda da Dominação Holandesa no Nordeste já havia deixado seqüelas na indústria açucareira em crise financeira sem, portanto, dispor de capital financeiro para suprir os engenhos de equipamentos e mão-de-obra (escrava).

Nesse quadro difícil, somente os engenhos mais capitalizados e possuidores de elevada produtividade pelo diferencial de terras mais férteis, sobreviveriam, porquanto as variedades de cana (caiana) para o plantio deviam ser a mesmas.

4.2 Aspectos econômicos da indústria açucareira do século XVIII

A indústria açucareira do século XVIII, voltada, sobretudo, para o amplo mercado externo, sofria oscilações de preços a depender dos humores da oferta e procura nas grandes praças européias. O açúcar, mais do que hoje, representava o importante *commodities* de sua época, porquanto do seu bom ou mau desempenho, vivia a “açucocracia” pernambucana no dizer de Evaldo Cabral de Melo.

A dimensão do negócio açucareiro era tão pujante, que Furtado,⁶ tratando do assunto, disse que “a renda total gerada pela economia criatória (renda esta provinda da venda de gado e exportação do couro de gado do Nordeste), seguramente não excederia a cinco por cento do valor da exportação do açúcar”. O pendular desempenho de preços refletia diretamente na dinâmica da economia pernambucana, visto contribuir o açúcar, de modo acentuado, para a receita da Capitania e, conseqüentemente, para os seus agentes econômicos, os senhores de engenho. Enquanto, indiretamente, penalizava o semi-árido pastoril pelo estreitamento do mercado da zona da mata para o consumo dos produtos do sertão, como

⁶ FURTADO, Celso Monteiro – *Formação econômica do Brasil*, p. 57.

os animais de tração para mover os engenhos, a carne, o couro e seus derivados para a escravaria. Assim, do mesmo modo que a expansão do açúcar dependia do mercado externo, o sertão dependia da zona da mata para crescer dada a pequenez do mercado do semi-árido de baixa densidade populacional e ínfima capacidade de compra.

Como já visto, a eclosão da “Guerra dos Mascates” deixou seqüelas duradouras para o setor açucareiro bem como entre os senhores de engenho e os comerciantes portugueses. É bom lembrar que Furna Uchoa nasceu em Goiana, onze anos depois do conflito da Guerra dos Mascates, vivendo, assim, sua infância, até vir para o Ceará, por certo, ouvindo as queixas dos brasileiros para com os portugueses. Queixas que, naturalmente, ficaram escondidas e contidas em seu subconsciente, sem poderem se manifestar.

Como se observa, migrar de uma região de economia opulenta e gosto requintado, como nos revela Porto,⁷ como a da região da zona da mata pernambucana, próximo do Recife, a metrópole do Norte do Brasil Colonial do século XVIII, desenvolvida econômica, política e culturalmente, rodeado de parentes bem-sucedidos, para se aventurar no semi-árido cearense com histórias de sucessivas secas e lutas indígenas; somente um motivo de força maior, com a saúde ou de busca de melhores alternativas financeiras, poderia justificar.

Pelo que se depreende da análise de sua biografia, José de Xerez Furna Uchoa era homem altamente comprometido com a ética, com o trabalho e, sobretudo, com os valores familiares.

4.3 Perseguição religiosa

É vulgar a todos os historiadores que pesquisam a biografia de FURNA UCHÔA reconhecer sua obstinada preocupação em negar raízes judaicas. Assunto tão temido por alguns, na época, e freqüentemente

⁷ COSTA PORTO, Olinda, sede do governo de Pernambuco, “já nos fins de 1500 provocava os entusiasmos dos visitantes, apontando-a o padre Cardim como “uma Lisboa pequena” com uma elite de “grandes de Espanha”, levando vida de fausto e de dissipação, comendo do bom e do melhor – novo bene bibes et males vives”, do antigo, vestindo a capricho, vivendo “à lei da nobreza”, notando-lhe o jesuíta “mais vaidade” do que na Capital do Império”. Ob. cit., Recife 1974, p. 11.

apregoados por seus adversários políticos como sendo um deles aqui, no Ceará. Tamanha foi a seriedade com que Furna Uchoa encarou o assunto que ele, obstinadamente, viajou, pesquisou, por doze anos, as entranhas das mais longínquas raízes de sua frondosa árvore genealógica para provar que ela não se alimentava da seiva judaica, principalmente, a provinda dos Lyra Pessoa de quem ele também descende.

Aqueles que se derem o trabalho histórico de conhecer nossos primeiros povoadores, vão deparar com o bandeirantismo dos Lira. Brígido,⁸ por meio de seu aguçado faro de pesquisador apontou, os Lobato Lyra, como os primeiros sesmeiros do Cariri. Veja-se o que diz o acreditado historiador: “A tradição coloca entre 1672 e 1678 o começo do povoamento das regiões supedâneas do Araripe pela família Mendes Lobato Lira, já tendo sido elas, antes, exploradas por *bandeirantes* da casa chamada da Torre, da Bahia, a qual possuía muitas terras nas imediações do S. Francisco, onde criava gados”.

Com o objetivo de reforçar com fatos concretos o que a tradição consagrava pelo vulgo, o mesmo Brígido se apoiava no inventário que o Juiz de Órfãos de São José de Ribamar, João da Cunha Lemos, fazia em 17 de agosto de 1719, “no sitio Barra da Ribeira dos Icós”, noutras partes, se diz Barra do Rio Salgado, ou Barra do rio Salgado da Ribeira do Jaguaribe” dos bens que possuía o capitão Antônio Mendes Lobato, residente naquele rio, a quem havia morrido a mulher”. Para Brígido, o inventário acima citado, não deixa dúvidas que a aludida família – Mendes Lobato Lira – “possuía terras no Cariri, por concessão do capitão-mor Gil; o que confirma a idéia de ter sido dos primeiros conquistadores, como quer a tradição”. E adianta: “Não há notícia de sesmaria mais antiga no sul do Ceará e cumpre dizer que a primeira, que se concedeu no litoral da capitania, é mais antiga apenas 37 anos”.

Cumpre também dizer que todo esse privilégio da família acima referida, proveniente de Contiguiba (SE) e composta do próprio Capitão Antônio Mendes Lobato e Lyra, seus filhos capitão João Mendes Lobato e padre José Lobato do Espírito Santo, foi conseguido por meio do padre José Lobato junto a D. Estevão Brioso de Figueiredo, o primeiro bispo de Olinda, que mandou “Frei Carlos {do convento da Penha} missionar

no Cariri, fica, pois, entendido que o estabelecimento deles, conseqüentemente o povoamento daquela região”, começou pela família Mendes Lobato Lira.

Théberge,⁹ abordando o mesmo assunto, situa com mais precisão, às margens do riacho dos Porcos, nos sertões situados ao nascente da extremidade da serra do Araripe, o local onde se estabeleceu o *entradista*, capitão Antônio Mendes Lobato e seus filhos e sua gente.

Reconhece-se, contudo “como diz Andrade,¹⁰ que, nos fins do século XVI, “tão grande era o número de judeus e tal sua importância em Pernambuco, que a Capitania Duartina recebeu a visitação do Santo Ofício, demorando-se o seu representante em Olinda, procurando punir os cristãos novos, que permaneciam fiéis às práticas religiosas do mosaísmo.

Studart,¹¹ também registra o prestígio dos Lira junto à Igreja da Santa Inquisição, a concessão, a 10 de janeiro de 1718, em atendimento a padre Francisco Lyra, superior da Companhia de Jesus, “na missão de Ibiapaba (CE) de sete léguas de terras, sendo três a D. Jacob de Souza Castro e a toda sua gente, duas ao mestre de campo D. José Vasconcelos e duas finalmente ao Capitão-mor D. Sebastião Saraiva e a toda a sua gente”.

Se ainda não basta, veja-se que Furna Uchoa orientou seu filho mais velho dos homens para a sublime missão do sacerdócio. Vieira, citado por Coelho,¹² questionando o comportamento do Santo Ofício, em Portugal, vendo práticas judaizantes em todo recanto, interrogava-se como seria possível alguém judaizar durante longos anos sem ser apanhado em flagrante, particularmente em terras tão pequenas “onde não se abre uma porta, nem se diz uma palavra que o não saiba toda a terra”; e acrescentava: “em Portugal não há apartamento separado, senão em casas de senhores grandes, e tudo se reduz a duas ou três instâncias, donde não haver cheiro bom nem mau que não se sinta em toda a casa”.

⁹ THÉBERGE, P. - *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Tomo I – p. 92. Biblioteca Básica Cearense – Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza, 2001.

¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. - *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980, p. 58.

¹¹ STUDART, Barão de. - *Datas e Factos para a História do Ceará*. Tomo I. Biblioteca Básica Cearense – Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza 2001, p. 154.

¹² COELHO, Antônio Borges. *Cristãos-Novos, Judeus Portugueses e o Pensamento Moderno – A Descoberta do Homem e do Mundo*. Companhia das Letras, p. 256.

⁸ BRÍGIDO, J. – *Revista do Instituto Histórico do Ceará* – ano de 1900.

Mutatis mutandis, como poderia Furna Uchoa, um homem de projeção política, econômica e social de sua época, judaizar, à socapa, em um lugar tão pequeno como Caiçara ou Sobral do meado do século XVIII, sem que ninguém o percebesse?

Como seus inimigos políticos, ou de outra natureza qualquer, não tinham como atacá-lo, dado o seu caráter e sua personalidade incorruptível, no meio corrupto do Brasil português do século XVIII, apegavam-se as calúnias como maneira de feri-lo.

Linhares,¹³ seu trineto, reportando-se a assunto, aponta como causa da vinda de Dona Inês de Vasconcelos Uchoa, já viúva de Francisco Xerez Furna, e seus filhos, à busca de um clima favorável ao combate de uma enfermidade, acredita-se, ser de caráter respiratório.

A tomada desta decisão deve ter sido ajudada pela condição e pelo propósito de Dona Inês que desejava instalar-se, como se instalou nas imediações da Lagoa Seca, hoje Município de Bela Cruz (CE), onde já residia Manoel Vaz Carrasco (meu sexto avô) e sua segunda mulher, Madalena de Sá e Oliveira, mãe da jovem Rosa de Sá e Oliveira, uma das sete irmãs, e futura mulher de José Xerez Furna Uchoa.

II PARTE

1 A ribeira do Acaraú, o novo *habitat*

Dona Inês de Vasconcelos e seus quatro filhos, José de Xerez da Furna Uchoa, Luiz de Sousa Xerez, Rosaura de Oliveira Mendonça e Ana da Conceição Uchoa, ao migrarem para Lagoa Seca, hoje Bela Cruz, como muitas pessoas fazem nos primeiros dias de mudança, acredita-se ter se abrigado à sombra dos guarda-sóis dos parentes ali já estabelecidos - Manoel Vaz Carrasco e de sua segunda mulher Madalena de Sá e Oliveira; que ali, como Felix da Cunha Linhares, casado com Maria de Sá, filha de Leonardo de Sá; Domingos da Cunha Linhares; Antônio Rodrigues de Magalhães; Domingos Rodrigues Lima e Manoel Madeira de Matos “bandeirantes tropicais da zona norte” do Estado do Ceará, no dizer de Frota, já¹⁴ exploravam a indústria pastoril das charqueadas, dos couros e peles.

Uma atividade bem-sucedida pelas vantagens comparativas que apresentava a Ribeira do Acaraú na oferta de pastagens, ausência de zoonoses e baixo custo de cabotagem pela proximidade do porto das oficinas para exportação dos produtos para a zona açucareira. O engenho, as grandes fazendas de criar gado e o comércio eram as únicas atividades econômicas que a Coroa portuguesa valorizava.

Os Xerez chegaram para se fixar à terra e não para se tornarem absenteístas, como fazia a maioria dos sesmeiros que moravam na sede da Capitania. Ou de outros, que residiam fora do Ceará, como o senhor da Casa da Torre, Francisco Garcia D’Avila, sediado na Bahia.

Infere-se que a chegada da família Xerez, ao Ceará, acontecera depois do ano de 1731, visto que Brites de Vasconcelos, a sexta filha de Manoel Vaz Carrasco, o pai das sete irmãs, com sua segunda mulher Madalena de Sá e Oliveira, ter nascido, em 1724, ainda em Igarassu (PE); mas já tendo sua caçula - Sebastiana de Sá Oliveira, batizada a 6 de julho de 1731, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala,

¹³ LINHARES, Manoel do N. Alves - Ob. cit. p. 69.

¹⁴ FROTA, Francisco Marialva Mont’alverne – Vila Distinta e Real de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará* de 1973, p.181.

hoje Itarema (CE). A Almofala, que como Tróia, “não é: foi”, no dizer de Andrade,¹⁵ “foi um aldeamento de índios Tremembés, a mais de cem quilômetros a oeste de Fortaleza”, iniciado em 1608 pelos jesuítas nas praias cearenses.

Também sem data definida da chegada dos Carrascos ao Ceará há quem admita que a mesma tenha acontecido durante os períodos em que Sebastião Sá, irmão de dona Madalena de Sá e Oliveira, tenha governado o Ceará (1678-1682) e (1684-1686); contudo, acredito que essa hipótese não encontre sustentação, porquanto existe um distanciado tempo (45 anos) entre o governo de Sebastião de Sá e o batismo (1731) de Sebastiana de Sá e Oliveira. Torna-se mais provável que a chegada dos Carrascos tenha acontecido no começo do século XVIII, no período entre o nascimento de Brites de Vasconcelos (1724 em Igarassu (PE)) e o batismo de sua irmã caçula Sebastiana de Sá e Oliveira (1731) ocorrido já na igreja de Nossa senhora da Conceição em Almofala dos Tremembés (CE).

Sem fazer ficção, como fiz, em meu personagem Afonso, no livro *No Rastro do Boi*, também pernambucano, migrante de Serinhaém (PE) viajando por terra, tangendo gado para estabelecer-se em sua Sesmaria na Granja, na Ribeira do Coreaú, imagino José Xerez Furna Uchoa, diferentemente: visualizo-o, jovem desembarcando, no porto das Oficinas em Acaraú, com a mãe e os irmãos, da Sumaca que o trouxe de Goiana, sendo a bagagem transportada por carros de boi até a minúscula Bela Cruz do início do século XVIII.

Sebastião de Sá foi nomeado, pelo governo de Pernambuco, Capitão-mor para a Capitania do Ceará em 20 de julho de 1678, “já tendo sido também por patente régia de 7 de maio anterior”. Brigido,¹⁶ diz encontrar-se “atos deste capitão-mor de 25 de setembro de 1678 a Setembro de 1682”.

Quão diferentes caracterizavam-se os cenários físicos de um e de outro ecossistema da zona da mata pernambucana e da caatinga litorânea cearense!

Instalados numa área, com o perfil do imaginado por Dona Inês para curar-se de seu mal, começou a família a desenvolver uma atividade econômica, a fazenda de criar gado vacum, considerada complementar a produção do engenho, o primo rico da fazenda, que, no dizer de Simon- sen,¹⁷ “era a retaguarda econômica do engenho, ao mesmo tempo em que constituía uma eficaz proteção contra as incursões dos selvagens nas zonas litorâneas do açúcar, exerceu ainda uma alta finalidade, quando se verificou a expansão mineradora do Brasil Central”.

Em vez do cheiro adocicado do açúcar, provindo da bagaceira, o sopro do vento ribeirinho do Acaraú tangia o azedume do esterco curtido do curral.

Eram dois estilos de vida diferentes, o engenho e o da fazenda! O primeiro de gestos nobres da casa grande, das louças inglesas, das alcovas reservadas, do silêncio respeitoso à mesa durante as refeições, com pessoas bem postas na vestimenta e no sentar elegante em cadeiras de espaldar alto e braços sulcados no couro, das sinhazinhas se comunicando mais pelo olhar do que pela língua; em que se ouvia mais o estrilar das campanhas do que a própria fala dos comensais.

A fazenda com hábitos mais simples, democráticos, onde ainda não existia democracia, a não ser do clima que tentava ombrear o fazendeiro do vaqueiro e do tangerino compadre.

2 Casamento

JOSÉ DE XEREZ FURNA UCHOA, nascido em 1722 em Goiana (PE) e falecido em 1797, em Sobral (CE) o filho mais velho de Francisco Xerez da Furna e D. Inês de Vasconcelos Uchoa, a personalidade destacada neste trabalho, casou-se aos 25 anos de idade, solenemente, em 21 de outubro (sábado) de 1747, às 19 horas, na Matriz da Caiçara, hoje Sobral, com ROSA DE SÁ OLIVEIRA, a 5ª das sete irmãs da Ribeira do Acaraú, filha de Manoel Vaz Carrasco e sua segunda mulher Madalena de Sá Oliveira.

¹⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. “Areia e Vento”, *Correio da Manhã* - Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1946.

¹⁶ BRIGIDO, J. *Revista do Instituto do Ceará* de 1900.

¹⁷ SIMONSEN, Roberto C. – *História econômica do Brasil 1500-1820*. Edições do Senado Federal, vol. 34, p. 205.

O ato solene foi assistido pelo Visitador Pe. Manoel Machado Freire, tendo como testemunhas o Pe. Pedro de Albuquerque Melo e o Sargento-mor Manuel Rodrigues Coelho.

Neste mesmo ano de 1747, segundo Araújo¹⁸, Xerez viajou para o velho continente, acredito eu, em lua-de-mel, em uma viagem que deve ter durado uns 50 a 60 dias para atravessar o Atlântico. **Visto que Koster¹⁹, partindo de Liverpool, em 1809, para o Recife, pelo Lucy, como registra ele, consumiu 35 dias para ancorar em Pernambuco.**

Atente-se que Xerez e (Rosa?) atravessaram o Atlântico 62 anos antes a Koster quando o sistema de navegação era naturalmente mais atrasado.

Do casamento de Xerez e Rosa, nasceram: Ana América Uchoa, Maria José Mendonça, Francisca Xavier de Mendonça, Mariana de Lira Pessoa, Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa, José de Lira Pessoa e Maria Manuela da Conceição.

1. **Ana América Uchoa**, batizada em 20 de setembro 1749, casou-se, em 30 de novembro de 1769, com Manoel José do Monte, viúvo de Luzia da Costa Maciel, filho do segundo matrimônio de Gonçalo Ferreira da Ponte com Maria da Conceição. 2. **Maria José Mendonça**, nascida em 1750, casou-se em 8 de fevereiro de 1781 com Joaquim Madeira de Matos, filho de Manoel Madeira de Matos e Francisca de Albuquerque Melo. Maria José faleceu em 3 de dezembro de 1786, com 36 anos. 3. **Francisca Xavier de Mendonça**, nascida em 1751 casou-se em 21 de setembro de 1778, com o Capitão Antônio Manoel da Conceição, filho de Manoel José do Monte e Luzia da Costa Maciel. 4. **Mariana de Lira Pessoa**, casou-se em 21 de setembro de 1778 com o Capitão Antônio Álvares de Holanda, filho de Domingos Alves e Ribeiro e Ana de Sá Cavalcante. 5. **Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa**, nascido em 2 de abril de 1762. Sua ordenação, acontecida em 1785, provavelmente na Diocese do Maranhão, fez dele o primeiro sacerdote a ter nascido em freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara. Seu batismo foi

realizado em 5 de maio de 1762, na Capela de Santa Cruz, pelo Reverendo padre Elias Pinto de Azevedo.

Aragão²⁰ relaciona Padre Miguel assistindo, em (1786 -1788) a Capelania de Meruoca para honra e satisfação dos pais ali proprietários do Sítio Santa Úrsula. Sem outras informações e pelo curto período de tempo entre a ordenação e sua presença em Meruoca, pode-se dizer que a população de Meruoca foi a primeira a ter a assistência clerical desse padre.

Segundo Studart,²¹ Padre Miguel exerceu grande parte de sua vida religiosa no Piauí, onde faleceu, deixando “grande fortuna da qual, todavia, os herdeiros não quiseram aproveitar por não ter estado em relações com eles”. Fato contestado por Araújo²², quando afirma que Padre Miguel “sempre esteve em relação com família” e pelo contrário do dito, os herdeiros manifestaram sim, indisfarçáveis, desejo de se apropriar de sua fortuna, ainda que não tão expressiva fosse como apregoavam. Aliás, um direito claro dos herdeiros, desde que Padre Miguel não tivesse, em testamento, destinado para alguém ou instituição. O inventariante foi José de Lira Pessoa, irmão de Padre Miguel.

6. **José de Lira Pessoa**, meu tetravô materno, nascido em 4 de setembro de 1776, casou-se duas vezes, a primeira, em 1793, com Inácia de Holanda Cavalcante, filha do Capitão-mor Bento Pereira Viana e Bernarda Cavalcante de Albuquerque; e a segunda, com Maria Pereira Viana, filha de Bento Pereira Viana e Teresa Maria de Jesus, em 26 de agosto de 1828.

Do primeiro casamento, de José Lira Pessoa, com Inácia de Holanda Cavalcante, nasceram três filhos: a) Arnaud de Holanda, que se casou a primeira vez, em 30 de junho de 1824, com Joaquina Ferreira da Costa, filha de José Ferreira da Costa e Maria Quitéria do Espírito Santo e a segunda, com Beatriz Lopes, filha de Narcisio Lopes Aguiar e Maria Quitéria de Jesus, b) Francisca de Lira Pessoa (ou Xavier), minha trisavó, que se casou em 1820, com o Capitão Diogo Lopes

¹⁸ ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. *Origem da cultura sobralense*. Sobral: Edições UVA, outubro de 2005, p.79.

¹⁹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo, ABC Editora 2003, vol. 1, p. 15.

²⁰ ARAGÃO, Mário Henriques. *Meruoca 300 anos de História*. Imprensa Oficial do Município de Sobral – 1999, p. 115.

²¹ STUDART, Guilherme. (Barão de Studart). *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense* por Guilherme Studart.

²² ARAÚJO, Pe. F. Sadoc de. *História religiosa da Meruoca*. p. 68.

Coração Maria de Aguiar (Diogo Meu Bem), filho de Gabriel Arcanjo de Aguiar e Domiciana Teresa da Conceição e, finalmente, c) Bernarda Cavalcante de Albuquerque que se casou em 29 de novembro de 1815, com Miguel Lopes Cavalcante, filho de Antônio Álvares de Holanda e Maria de Lira Pessoa.

Do segundo casamento de José Lira Pessoa com Maria Pereira Viana, nasceram Trajano de Lira Pessoa, Francisco de Lira Pessoa, Vicente de Lira Pessoa, José de Lira Pessoa (filho), Teresa de Lira Pessoa e Ana Maria de Lira.

7. **Maria Manuela da Conceição**, nascida em 6 de dezembro de 1768, casou-se em 22 de março de 1787, com o Sargento-mor Francisco Antônio Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos.

Pinçando a segunda filha do primeiro casamento de José de Lira Pessoa com Inácia de Holanda Cavalcante, ou seja, **Francisca de Lira Pessoa (ou Xavier)** (trisavó do autor) casada com o Capitão Diogo Lopes Coração Maria de Aguiar (Diogo Meu Bem), registra-se a seguinte descendência:

1. José de Lira Aguiar, casou-se em 19 de novembro de 1843, com Francisca Ferreira da Rocha, filha de Bernardo Ferreira da Rocha e Ana Joaquina de Medeiros. 2. João de Lira Pessoa, casou-se em 7 de janeiro de 1846, com Francisca Marcolina, filha de Antônio Rodrigues Lima e Leonissa Maria do Livramento. (pais do Monsenhor Antônio de Lira Pessoa de Maria e do Cônego João de Lira Pessoa) 3. Gabriel Arcanjo de Aguiar (Neto) que casou em 25 de agosto de 1852, com Constança de Aguiar, filha de Antônio Rodrigues Lima e Maria do Livramento. 4. Vicente de Lira Aguiar (ou Maria de Aguiar), (bisavô do autor) que se casou, em primeiras núpcias, em 20 de junho de 1855, com Antônia Carolina de Holanda Cavalcante (sua prima legítima pelo lado materno) filha de Arnaud de Holanda Cavalcante e sua segunda mulher Brites de Medeiros. Viúvo de Antônia Carolina, com sete filhos, casou-se Vicente Lira de Aguiar, em segundas núpcias, em 9 de novembro de 1879, com Marcolina Maria de Jesus Aguiar (bisavó do autor e viúva de José Rodrigues de Sousa de quem trouxe 3 filhos.) 5. Francisco de Lira Pessoa, casado em 15 de maio de 1856, com Rita de Holanda Cavalcante, filha de Arnaud de Holanda Cavalcante e sua segunda mulher Brites de Me-

deiros. 6. Maria Joaquina, que se casou em 14 de janeiro de 1850, com Domingos Rodrigues Lima, filho de Pedro Rodrigues Lima e Maria José de Jesus. 7. Inácia Francisca Pessoa, que se casou em 17 de janeiro de 1838, com Francisco Bezerra de Araújo, filho de Joaquim Bezerra de Araújo e Ana Joaquina de Medeiros. 8. Ana América Pessoa, casou-se em 12 de janeiro de 1843, com seu tio José Valério de Aguiar, filho de Gabriel Arcanjo de Aguiar e Domiciana Teresa.²³

Por ser numerosa, a descendência do casal José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá Oliveira, e por não ser o objetivo deste trabalho, mas, de outro que, por certo, advirá no futuro, fixo-me na prole de um dos seus inúmeros bisnetos; no caso o de Vicente de Lyra Maria de Aguiar (meu bisavô materno) o quarto filho do primeiro casamento do Capitão Diogo Lopes Coração Maria de Aguiar (Diogo Meu Bem) e Francisca Xavier de Lira Pessoa, filha de José de Lira Pessoa (o sexto filho de Rosa e Xerez) e a sua primeira mulher D. Inácia de Holanda Cavalcante, filha do primeiro casamento do Capitão-mor Bento Pereira Viana com Bernarda Cavalcante de Albuquerque.

Referida descendência esbarrará nos filhos de Vicente Lira de Aguiar (trinetos de Xerez e Rosa), dos dois casamentos, isto é, o primeiro, ocorrido em 20 de junho de 1855, com Antônia Carolina de Holanda Cavalcante e o segundo, em 9 de novembro de 1879, com Marcolina Maria de Jesus, viúva de José Rodrigues de Sousa.

São filhos do primeiro casamento de Vicente de Lyra Maria de Aguiar com Antônia Carolina de Holanda Cavalcante: Joaquim Casemiro de Aguiar, Diogo Lopes de Aguiar, Francisco de Lira Aguiar, José de Lira Cavalcante, Filomena Isabel de Maria, Maria da Glória e Maria do Carmo.

Joaquim Casemiro de Aguiar casou-se com Ana Excelsa de Andrade, filha de Antônio Juvêncio de Andrade e Francisca Laurinda de Menezes; 2. Diogo Lopes de Aguiar casou-se com Maria Dorintia Aguiar, filha de Antônio Alves de Aguiar e Maria Bernarda de Jesus, em 5 de

²³ Deixo de mencionar os outros (oito) filhos do segundo casamento de Diogo Lopes Coração Maria Aguiar, por não provirem de Francisca Lira Xavier (neta de José de Xerez Furna Uchoa e de Rosa de Sá e Oliveira, filha de Manoel Vaz Carrasco e sua segunda mulher Madalena de Sá Oliveira), e sim de Rita Medeiros, visto que a intenção deste trabalho trata da descendência direta de José de Xerez Furna Uchoa.

março de 1889. 3. Francisco de Lira Aguiar; 4. José de Lira Cavalcante casou-se duas vezes: a primeira com Maria de Jesus de Aguiar, filha de Antônio Ferreira de Aguiar e Maria Bernarda de Aguiar, em 7 de maio de 1881, e a segunda, em 31 de julho de 1892, com Inocência d'Araújo Cavalcante, filha de João Raimundo de Araújo e de Umbelina Araújo Ponte; 5. Filomena Isabel de Maria casou-se em 10 de setembro de 1874, com João Tibério Arruda, filho de João José de Arruda e Maria Quitéria de Araújo, a 10 de setembro de 1874; 6. Maria da Glória, que se casou em 2 de setembro de 1875 com Raimundo Nonato do Monte, filho de Vicente Ferreira do Monte e Ana Joaquina Cavalcante; Maria do Carmo (tia Carminha) inupta.

Como o segundo casamento de Vicente de Lyra Maria de Aguiar com Marcolina Maria de Jesus, viúva de José Rodrigues de Sousa, não é citado nos clássicos da genealogia cearense, acho de bom alvitre transcrever o termo que o registrou:

“Aos nove de Novembro de mil oito centos e setenta e nove, feitas as diligencias de estilo, sem resultar impedimento, no Sítio de Terra Nova em presença do Reverendo Diogo José de Sousa Lima de minha licença, sendo testemunhas José Valério D'Aguiar, e José de Lyra Pessoa de Maria se receberam em Matrimônio por palavras de presente, Vicente de Lyra Maria de Aguiar, e Marcolina Maria de Jesus, esta viúva de José Rodrigues de Sousa, sepultado no Cemitério desta cidade, e aquele viúvo de Antônia Carolina Cavalcante, sepultado no Cemitério do Remédio, o Nubente é da freguesia de Sant'Anna, e a nubente desta de Sobral. Para constar fiz este assento, que assino. a) O vigário Vicente Jorge de Sousa.” Livro 14, Fls. 107 – Ano de 1876-1888 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Sobral (CE).

São filhas deste casamento: 1. Cândida Lyra de Aguiar, 2. Constança Lyra de Aguiar, (avó do autor) 3. Maria Izabel Lira de Aguiar e 4. Maria dos Anjos Aguiar.

Cândida Lira de Aguiar, nascida em Massapê, em 3 de maio de 1882, casou-se com Antônio Minervino Soares; 2. Constança Lyra de Aguiar (Tatá) nascida a 15 de maio de 1883, em Massapê, casou-se em 1911, com Ângelo dos Santos Carvalho, filho de Antônio dos Santos Carvalho e Maria Joaquina Teixeira de Albuquerque; 3. Maria Isabel Lira de Aguiar (Bela do Zacarias) nascida em 20 de outubro de 1886, casou-se

com seu sobrinho pelo lado materno, – Zacarias Lira Cavalcante, filho de Manoel Lyra Cavalcante e Francisca Rodrigues de Sousa (Chiquinha) minha tia avó; 4. Maria dos Anjos (Tia Mocinha) nascida em 03 de novembro de 1887, tendo falecido, solteira, em Massapê (CE).

3 Que espírito político administrativo dominava o Brasil colonial do século XVIII?

O espírito do colonizador, do dominador, do explorador dos recursos naturais, da castração das liberdades individuais, da ambição, da arbitrariedade, da fraqueza das instituições e fortalecimento de posições pessoais e de administrações corruptas, que nada agregava tudo subtraía do país e de seu povo.

Tanto foi assim... na América portuguesa, espanhola, como na África inglesa, francesa, belga... O Brasil Colonial de Governadores orientados para não desenvolver a Colônia, mas absolutamente comprometidos com a destruição de suas riquezas, de Ouvidores que extorquem as autoridades que eles mesmos indicavam que só ouvem o que agrada aos ouvidos do Rei, que só pensam, primeiro, em encher seus bolsos e depois o tesouro da Corte.

Em 27 de março de 1765, no Palácio das Duas Torres, no Recife, na presença do Conde de Vila Flor, Governador de Pernambuco, prestava juramento como governador interino do Ceará, nomeado no dia anterior, o senhor Antônio Victoriano Borges da Fonseca, tenente-coronel do Regimento da Praça de Olinda. Com sua posse, Borges da Fonseca viria a ser o trigésimo sexto governador do Ceará, em substituição a João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães.

Ali se deu o início de um Governo que durou dezesseis anos com relativa paz na Capitania do Ceará.

Studart,²⁴ com seu aguçado senso de fazer história, registrou a escrita do Governador Borges da Fonseca, que governou o Ceará de 27 de março de 1765 a 10 de outubro de 1781, reclamando da irregular conduta do Ouvidor, no Ceará, durante seu governo - Victorino Soares

²⁴ STUDART, Guilherme (Barão de Studart) - *Datas e Factos para a História do Ceará*. Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza – Fundação Waldemar Ancântara – 2001. Tomo I. p. 322.

Barbosa - e “pede com máxima instância as mais breves providências a fim de evitar os clamores dos povos e as desordens e roubos, que o dito Ouvidor lhe está fazendo, sendo dessas providências a criação de Juiz de Fora como já fora decretado para a Capitania de São José do Piauí e anexação da Provedoria a um Juizado de fora da Ribeira do Ceará”.

Por conta da denúncia de Borges da Fonseca, o Ouvidor Victorino Soares Barbosa foi substituído por João da Costa Carneiro e Sá que foi empossado em janeiro de 1770. Em 5 de julho de 1773, por determinação do Governador de Pernambuco, Manuel da Cunha Menezes, num ato deliberado em 14 de novembro de 1772, o Ouvidor Carneiro de Sá eleva a povoação de Caiçara à condição de “Villa Distincta e Real de Sobral”.

Dentre os presentes ao significativo ato solene, o escrivão da correição – Bernardo Gomes Pessoa, fazendo história, registrou os nomes das seguintes personalidades: Bento Pereira Viana (quinto avô do autor) Jerônimo Machado Freire, José de Xerez Furna Uchoa, (quinto avô do autor) Sebastião de Albuquerque Mello, Luiz de Souza Xerez (irmão de José de Xerez Furna Uchoa), Vicente Ferreira da Ponte, João Marques da Costa, Antônio de Carvalho e Souza, dentre outros. Estava ali, como disse o escrivão, citado por Studart²⁵ “a maior parte das pessoas mais capazes do povo d’este termo”.

Alcança-se o ano de 1777, em que a Capitania do Ceará, sem ter como se esquivar da mão pesada da natureza, sofre os rigores de uma das mais perversas secas que dizimou grande parte de sua população humana e desorganizou sua economia, inclusive inviabilizando as charqueadas, uma das grandes inovações tecnológicas de seu tempo por falta de matéria-prima, o gado.

Tão maléfica, quanto a seca, foi a posse em 14 de março deste mesmo 1777, do Ouvidor José da Costa Dias e Barros, que, na insensibilidade do colonizador, ao invés de solicitar socorro para a população faminta e desassistida da Capitania do Ceará, baixou uma Resolução, datada de 20 de julho de 1778, no epicentro da grande seca (1777-1778), incorporando as terras da Meruoca e Uruburetama ao patrimônio da recém-criada Vila, ficando assim, ditas terras, pertencendo à Câmara de

Vereadores de Sobral. Nesta condição, seus posseiros ficavam sujeitos a pagar foros.

Joaquim Alves²⁶, comentando os estragos da seca de 1771-1778, disse:

“As secas não impressionavam os governantes coloniais pelos danos que causavam às populações, mas pelos prejuízos que traziam à coroa”; e completava com o informe do Senador Pompeu:²⁷ “o gado da então Capitania do Ceará ficou reduzido a menos de um oitavo e que os fazendeiros que recolhiam mil bezerros, não ficaram com 20 nos anos seguintes”.

O mais danoso dessa seca é que seus reflexos negativos se projetaram tempo afora quando destruiu a pujante, mas vulnerável indústria da carne, por falta de matéria prima, a ponto de fazer com que seu inventor, o cearense José Pinto Martins, em 1780, se mudasse para o Rio Grande do Sul (Pelotas) e instalasse a primeira oficina de carnes secas, fora do Ceará.

A incorporação das terras da Meruoca levou a satisfação a algumas pessoas que não tinham terra em Meruoca e revolta a outros, como os posseiros. Dentre os descontentes, encontrava-se Xerez que, como posseiro de muitos anos do Sítio Santa Úrsula, em que tanto investira em equipamentos e infra-estrutura, não concordava com tal decisão, porquanto, entendia que uma ordem régia, a da Rainha Dona Maria, lhe acudia. Ontem, como hoje, o sucesso sempre incomoda alguém!

Furna Uchoa e alguns companheiros, vendo-se prejudicados no meio do furacão da seca, encaminharam uma representação á Rainha, denunciando o feito por Dias e Barros, que contrariava uma Ordem Régia de S.M. a Rainha Dona Mara I de Portugal.

As serras, pela amenidade de seus climas, tornam-se áreas diferenciadas para melhor, dentro do espaço físico do semi-árido, para produção agrícola, mesmo nos anos anormais de chuvas. A seca a flagela também, contudo, não tanto quanto as áreas de sertão.

²⁵ STUDART, Guilherme (Barão de Studart), Ob. cit. p. 334.

²⁶ ALVES, Joaquim. *História das secas séculos XVII a XIX*. Biblioteca Básica Cearense – Fundação Waldemar Alcântara, 2003, p. 34.

²⁷ Senador Pompeu, citado por Alves, Ob. cit. p. 50.

Dias Barros, consciente de que a arrecadação de impostos iria diminuir, com a conseqüente remessa de receita para a Corte, taxou as terras das duas Serras. Ainda não findara de todo o período da grande seca dos três setes, quando, em 11 de setembro de 1779, parte dos membros da Câmara da “Villa Distincta de Sobral”²⁸ se dirigiu à Rainha de Portugal, assumindo a defesa do Ouvidor Dias Barros, acusado de corrupção e arbitrariedades, por José de Xerez Furna Uchoa, Coronel Sebastião de Albuquerque e Mello e o Ajudante de Auxiliar João Barreiros.

O Brasil Colônia, *grosso modo*, constituía uma época difícil de viver, principalmente para as pessoas que elegiam a ética, os valores morais, a família, porquanto o cenário político administrativo que dominava na Colônia, era de desconfianças, perseguições políticas.

A leitura dos documentos enviados para o Governador de Pernambuco, do qual o Ceará dependia, ou mesmo para Portugal, com futricas, davam a impressão de que à Corte, mesmo a distância, se interessava nessas intrigas de modo que o governador vigiasse o Ouvidor e este ao Governador.

4 A liderança política

José de Xerez Furna Uchoa, já consolidado financeiramente, começava a brotar seu veio político. Em 26 de julho de 1758, com 36 anos de idade, quando “da abertura de pelouros, saíu eleito juiz da Ribeira do Acaraú” e empossado em 17 de agosto do mesmo ano.²⁹

Em 22 de novembro de 1765, José de Xerez Furna Uchoa foi eleito sargento-mor em substituição a Antônio da Rocha Franco. Em 22 de março de 1776, por provisão do governador Capitão General – José

²⁸ THÉBERGE, P. As Câmaras de Vereadores, daquele tempo, detinham “poderes mui amplos e independentes, dos quaes eram ciosas,” por isto os Capitães-mores {e os Ouvidores} buscavam por todos os meios controlá-las, muitas vezes por meio de prisões e violências, de modo em atender suas exigências, como o fornecimento de “attestados favoráveis e cartas de abono, para illudirem o Monarca. Como exemplo desse despotismo, ilustra o episódio do Capitão-mor do Rio Grande, Domingos Amado, que, diante da negação da Câmara em cumprir uma ordem absurda, expediu mandado de prisão, pondo-os na prisão no meio dos criminosos. Ob. cit. p. 122.

²⁹ STUDART, Guilherme. (Barão de Studart) Ob. cit. p. 277.

César de Menezes foi nomeado José de Xerez Furna Uchoa Capitão-mor da Vila Real e Distinta de Sobral. Aragão.³⁰

Em 12 de outubro de 1774, Ordem Régia promovendo Bento Pereira Viana, consogro de José de Xerez Furna (e quinto avô do autor) no “posto de Mestre de Campo do terço de infantaria Auxiliar da Marinha da Ribeira do Acaraú”.

5 O sítio Santa Úrsula e o espírito inovador de Furna Uchoa

No esplendor do apogeu político e empresarial, Furna Uchoa, voltava à Europa, como costumava dizer Joaquim Nabuco quando de suas andanças pelo Velho Mundo, porquanto se considerava um europeu dos trópicos.

Xerez com certeza falava francês, já que era comum à casa-grande do engenho dialogar na língua de Victor Hugo como senha de nobreza. Já era difícil uma pessoa nascida no Brasil Colônia ser recebida na Corte portuguesa, imagine-se no esplendor do Versailles de Luiz XV.

Somente as pessoas de muito relacionamento e articulação social poderiam ser capazes de tal proeza. Xerez o foi! Veja-se o que diz Linhares³¹ sobre essa viagem: “Nutrindo desejo ardente de ver de perto os esplendores da Corte de França, onde então reinava Luiz XV, partiu de Lisboa José de Xerez, munido de recomendações das mais distintas pessoas, o que lhe valeu ser muito aceito, obtendo até a honra, então muito cobiçada, de ser incluído numa apresentação à Corte de Versailles; porem cousa muito melhor do que tudo isto obteve ele, graças parece que ao Duque de Choiseul,* foi arranjar duas pequenas plantas de café, das existentes no jardim das plantas de Paris”.

O mesmo autor estima que a primeira muda de café chegada ao Ceará, pelas mãos de Xerez, “remonta ao ano de 1748, senão ao de 1747”.

Para dimensionar quanto prestígio adensava esse feito, basta dizer que, em 1978, viajei aos Estados Unidos como representante do governo brasileiro nas negociações de projetos de desenvolvimento rural para o Nordeste, junto ao Banco Mundial, mas jamais sequer visitei a Casa

³⁰ ARAGÃO, Mario Henriques. Ob. cit. p. 134.

³¹ LINHARES, Manoel do N. Alves. Ob. cit.

Branca da época de Jimmy Carter (1977-1981), a não ser numa simples fotografia posando junto às grades de seus jardins. É lógico que o luxo de Versailles, deve ter encantado a retina de Xerez, mas não tanto quanto as mudas de café que o enfeitiçaram como homem de visão larga. Como homem de visão mercantilista, imediatamente elevou seu pensamento e voou para a serra da Meruoca, quando contemplou um cafezal invadindo suas encostas.

Girão,³² reportando ao assunto, diz: “A introdução do café no Ceará processou-se vinte anos depois que Melo Palheta o trouxe de Caiena para o Pará. Mas não proveio deste, o café cearense; e sim dum exemplar de moca que, numa de suas viagens à Europa o pernambucano de nascimento, José de Xerez Furna Uchoa, adquiriu do Jardim das Plantas de Paris”.

Do ponto de vista agrônomo, assenhorou-se dos princípios da enxertia, hoje uma prática feita por qualquer viveirista, mas para a época era uma técnica de alto requinte.

Era Xerez, portanto, um inovador tecnológico! Fala-se somente no café, pela importância econômica assumida no Brasil novecentista, mas ele introduziu também a mangueira, o tamarindo entre outras espécies exóticas, mas adaptadas às condições nordestinas. Tornou-se assim, o sítio Santa Úrsula, berço da primeira muda de café chegada ao Ceará.

É fácil compreender que Furna Uchoa não provinha da fazenda, sem nenhum demérito ao fazendeiro ou vaqueiro, mas do engenho que, como o próprio nome sugere, e cobra engenhosidade na sua dinâmica por ser uma unidade produtiva cujo produto, o açúcar, exigia um elevado valor agregado para época. E que disse Linhares,³³ seu trineto, em 1901, sobre este emblemático sítio?

“Morrendo sua mãe, retirou-se José de Xerez para Vila de Sobral; residia, porem, a maior parte do tempo em seu famoso sítio S. Úrsula, sobre a serra da Meruoca, onde construiu um bom engenho de moer cana, todo o maquinismo para preparação da farinha de mandioca e casa de moradia, achando-se tudo ainda hoje (em 1901) como ele deixou, não

se tendo mudado uma só fechadura, nem uma chave; nem mesmo uma só telha fora removida da cobertura da casa até o ano de 1875. Ali ainda se conservam enormes cadeiras de sola, onde foram gravados em grande relevo seus brasões, diversos bancos de madeira e mesas; o seu tinteiro e até uma grande bengala de brajaúva, com que costumava ele visitar e examinar suas plantações. A tinta de papéis por ele escritos em 1730, ainda está perfeita e essa tinta era por ele preparada.”

Era fim de junho de 2007, quando eu, em companhia de minha mulher, a escritora Heloísa Helena Caracas de Souza e de minha filha a engenheira-agrônoma Taciana Maria Caracas de Souza Albuquerque (hexaneta de Xerez) visitamos a serra da Meruoca em busca de vestígios desse emblemático sítio que não fosse somente a terra. Procuramos também ver a casa onde, em 1879, havia se casado, pela segunda vez, na Nova Terra, Vicente de Lira Maria de Aguiar, este bisneto de José de Xerez e meu bisavô materno. Encontrei, naturalmente, os cascos dos dois sítios, o Santa Úrsula, transformado no Distrito de São Francisco, no município de Meruoca e o Nova Terra, pertencendo a Massapê.

Ambos os sítios se encontram descaracterizados: desmatados e povoados, como toda a Serra da Meruoca, sem café, com poucas espécies arbóreas, como remanescente da flora primitiva, ocupada por muitos posseiros trazendo acentuados traços indígenas, alguns morando em choças cobertas com palhas de babaçu e diversas roças como milho e mandioca.

Como novidade de seu uso atual, presenciamos apenas alguns pés de pimenta-do-reino enroscados numas estacas de sabiá fincadas a pau-a-pique.

No trecho da estrada de barro, íngreme, a causar medo pelos abismos dos penhascos, que separam o Sítio Santa Úrsula, (Distrito de São Francisco, Meruoca) em busca do Sítio Nova Terra, (em Massapê) passando pelos povoados de Juazeiro, Santo Elias e distrito de Santa Rosa (Meruoca) não contemplei um só filete de água. Vimos somente esses povoados pobres e dois carros trafegando. O primeiro carro, o da Companhia de Energia Elétrica do Estado, agora privatizada, instalando uns postes num lugar aparentemente ermo, e o outro, uma camioneta vindo em sentido oposto ao nosso, provindo de Terra Nova, para onde nos dirigíamos abarrotada de amêndoas de babaçu. A população explorando o extrativismo e o artesanato.

³² GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Universidade Federal do Ceará – Casa de José de Alencar, 2000, p. 378.

³³ LINHARES, Manoel do N. Alves. Ob. cit. p. 69.

A serra da Meruoca, diferentemente da Ibiapaba, Uruburetama e Baturité, é uma serra seca. Do ponto de vista histórico ocupacional, fazendo exceção a existência de um bom hotel, o Itacaranha, incentivado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o elevado padrão do artesanato e algumas pousadas, como suporte de um incipiente turismo, a Serra da Meruoca parou no tempo e até piorou seu uso atual, porquanto a base física deteriorou-se.

Grosso modo, sua situação fundiária fica assim distribuída: 35 % de espaço são ocupados por sítiantes de Sobral, para fins de lazer, 65% com famílias da própria Meruoca e o restante pertencente a pessoas outras morando até fora do Estado.

6 Perseguição política

Desgraçadamente, em 10 de outubro de 1781, o governador Borges da Fonseca deixa o governo da Capitania do Ceará e para seu lugar, foi nomeado, em 11 de maio de 1781, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray, mas somente tomando posse em 9 de maio de 1782.

Enquanto Borges da Fonseca era Governador da Capitania do Ceará, a resolução de Dias e Barros quanto ao pagamento de foros das terras, não houve conseqüências práticas. Contudo, com o fim do Governo Borges da Fonseca e início da aliança de interesses escusos entre o Ouvidor Dias Barros e o Governador Montauray, a Capitania do Ceará passou a viver momentos difíceis, não somente pelos reflexos da grande seca de 1777, mas, sobretudo, pelo momento administrativo que passava. Nesse contexto adverso, sofriram também as instituições, cujas autoridades não coonestassem com os desmandos promovidos pelos representantes da Corte portuguesa.

Veja-se o que dizia Frota:³⁴ “A incúria administrativa dos Capitães-mores, na Capitania do Siará-Grande, é um destaque indissociável no quadro das instituições político-administrativas. Os contratos, fintas e derramas eram os instrumentos de opressão fiscal que impunham a

cupidez voracíssima dos Capitães-mores, em constantes conflitos com os Ouvidores, o que causou veementes reclamações à autoridade central ultramarina”.

Em 27 de setembro de 1783, registra Studart,³⁵ a Câmara de Fortaleza surpreende-se e agradece à Corte portuguesa por ter deferido o requerimento em que rogava “ser dispensada de pagar propinas, que o ex-ouvidor Dias e Barros queria extorquir-lhe por motivo do falecimento da Rainha mãe Maria Anna”. Em 10 de novembro do mesmo ano de 1783, Montauray dirige-se, por ofício, a Martinho de Mello e Castro, solicitando remoção “do governo do Ceará onde reinam vícios e desordens”; comunica também que está cumprindo a ordem que beneficiava a Câmara de Fortaleza, contra a extorsão que pretendia fazer o Ouvidor Dias e Barros.

Frota,³⁶ como descendentes de um irmão de Xerez, e apegando-se a uma fonte primária, hoje pertencente à Família Linhares, estes descendentes também diretos de Furna Uchoa, relata os desdobramentos da desobediência de Xerez e seus companheiros. “Xerez e diversas outras pessoas de Sobral, das mais consideradas, resolveram opor-se ao cumprimento d’essas ordens, por ele tidas como ilegais, por estarem em inteira desarmonia com as ordens e concessões régias. Reiterando o Governo as suas ordens, ameaçando, com prisões, aos que impedissem o seu cumprimento os oponentes recalcitraram alegando: que não cumpriram as ordens do Governo por entenderem absurdas pretensões em destruir concessões feitas por S.M. a Rainha”.

A ordem de prisão foi expedida para todos os desobedientes com alguns fugindo, outros negando a desobediência, enquanto isso Xerez, mesmo sendo aconselhado pelo próprio oficial encarregado de sua prisão, a fugir, não o fez e foi levado, preso, a comparecer perante Montauray, então governador da Capitania do Ceará.

Contudo, o que mais irritou Montauray, no meu entender, foi José de Xerez Furna Uchoa ter enviado, como diz Araújo³⁷, em 20 de outubro de 1786, “ofícios violentos de protesto ao Ouvidor Avelar de Barbedo que se encontrava nesse dia, em audiência na vila Sobral”.

³⁵ STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Datas e Factos*. Ob.cit. p. 368.

³⁶ FROTA, D. José Tubinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno. 1974, p. 308 e 309.

³⁷ ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. *História Religiosa de Sobral*, p. 65.

³⁴ FROTA, Francisco Marialva Mont’alveme. Ob cit. p, 185.

Instado pelo governador a desdizer tudo o que havia dito anteriormente sobre o fato, respondeu ofendido, mas sobrececho: “O senhor Governador está enganado: o Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa não engole jamais aquilo que lança”! Dito isto, José de Xerez da Furna Uchoa, apesar de Capitão-mor da Distinta Vila Real de Sobral, por patente de 30 de julho de 1782, em fins outubro de 1786, foi encaminhado para os presídios da Bahia e de lá seguiria para Angola. Contudo, a pena, em parte foi comutada, mediante o pagamento de avultada quantia proveniente não só do próprio Capitão-mor, mas também da colaboração de seus parentes e amigos. Ainda assim, ficou privado de sua liberdade total, porquanto não pôde voltar imediatamente ao seio de sua família. Contudo, ao voltar veio investido de poderes do vice-rei do Brasil para mandar prender seus inimigos e perseguidores, fato que veio demonstrar que sua prisão foi puramente de caráter político.

Em 5 de janeiro de 1787, o Ouvidor Geral do Ceará, Avellar de Barbedo se dirigiu ao Ministro, seu superior hierárquico, em longa exposição em que denuncia os atos “de tirania e corrupção praticados por Montaury em sua luta com os Ouvidores da Capitania”. Dita representação foi elaborada na própria Vila de Sobral. Até agosto de 1789, fim de seu governo, Montaury manteve intensa correspondência com seus superiores hierárquicos, maldizendo-se de viver no Ceará, ao tempo em insistira em sua remoção.

É de bom alvitre relembrar, que todo o século XVIII, foi marcado por movimentos sociais, alcançando o apogeu na Revolução Francesa, em que pregavam a liberdade, a igualdade e a fraternidade; trinômio este que apavorava as potências colonizadoras da época.

Contudo, Portugal, com relação a sua Colônia mais importante, sabia que, mais cedo ou mais tarde, soaria o grito de liberdade. Assim sendo, com o espírito de postergar o máximo possível essa independência, qualquer ato de mínima desobediência era punido com severas penas. E as autoridades portuguesas que, no Brasil-Colônia, em tudo viam uma rebeldia, sabiam que Furna Uchoa era um homem esclarecido, provindo da elite espanhola e portuguesa, probo e de cuja palavra poderia emergir uma liderança, cuidaram logo de abafar sua voz.

A França, da segunda metade do século XVIII, era tida como um país subversivo para os regimes monárquicos ainda dominantes na

maioria dos países da Europa. É bom lembrar que Xerez havia visitado a França em 1747, mesmo sendo num período de 32 anos antes da queda da Bastilha, ainda assim já estava incubado o germe da liberdade. Porquanto Luiz XV era menos absolutista do que Luiz XIV e Luiz XVI, menos do que Luiz XV tanto assim que a dinastia dos Capetos ruiu.

Germe esse, que mesmo que Pasteur tivesse nascido no século XVIII, e não no século XIX, nada poderia ter feito para impedir a revolta, porquanto os germes da revolução francesa atacavam mais o tecido social do que o biológico. Como tal, Xerez, talvez já com um espírito nacionalista também incubado desde a “Guerra dos Mascates” como em tantos outros de sua época, foi um subversivo para os portugueses e um patriota no espírito dos ideais da Inconfidência Mineira.

Em relação à Ribeira do Acaraú, a Vila de Sobral passava pouco a pouco a emergir como futuro pólo de desenvolvimento da Zona Norte; não só à custa de sua base de recursos naturais - solos aluviais da Ribeira do Acaraú, acrescidos pelos terrenos férteis da Serra da Meruoca, incorporada à Povoação de Sobral, quando de sua elevação a Vila Real de Sobral - mas, principalmente pelo capital humano ali radicado.

Como se vê, a fidalguia, que tanta orgulha o sobralense, irriga-se do sangue de homens da estirpe de Leonardo de Sá, Antônio Rodrigues de Magalhães, de Manoel Vaz Carrasco, José Xerez Furna Uchoa, de Bento Pereira Viana, de Felix Cunha Linhares...

Essa fidalguia se manifesta nos gestos mais simples do ser humano, como no falar, na alimentação, no tratamento dispensado ao seu semelhante.

Eu, pessoalmente, dou um testemunho do tratamento educado que Sobral dispensa aos seus homenageados: em 14 de março de 1983, na condição de secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará (II Governo do saudoso Virgílio Távora 1979-1982) fui distinguido, por iniciativa da vereadora Gildete Barroso Ibiapina, com o honroso título honorífico de Cidadão de Sobral, ocasião em que tive oportunidade de conviver mais de perto com sua elite administrativa da época.

O historiador que narrara o povoamento do Ceará, ali e acolá, de para com a Corte portuguesa despachando degredados, como ciganos, para o Ceará ou Angola como forma de castigo. No começo do

povoamento, o Ceará era uma capitania de expiação! Somente depois da ocupação holandesa, o fim da guerra dos Mascates (1710 e 1711) ou da expansão da economia açucareira (pela proibição pela Corte, de se plantar da zona da mata outra espécie que não a cana) foi que o semi-árido passou a ser importante provedor de proteína para a zona da mata, porquanto esta produzia principalmente carboidratos. E aí as duas correntes migratórias se interessaram pelo povoamento do Ceará: a baiana da Casa Torre, por dentro do sertãozão do São Francisco e a dos pernambucanos mais pelo litoral.

A dos baianos, homens sertanistas, rudes, mais dispostos a expandir os domínios dos Garcia d'Ávila, e que acredito não vestir-se de outro roupa, senão o gibão para cuidar do gado e ganhar dinheiro. Diferentemente agiam os pernambucanos que, como os irlandeses, ingleses que povoaram os Estados Unidos da América, vieram não só para acumular fortuna, mas também para civilizar, para ficar. Assim é que no fim do século XVII já havia sido concluído o povoamento, que foi consolidado no século XVIII.

7 O aspecto cultural de Xerez

O conhecimento pode-se adquirir em uma geração e tornar-se um sábio. A cultura não! Esta é resultante de um processo cumulativo de conhecimentos, costumes, valores e tradições que refletem séculos, milênios. A cultura egípcia, a grega, a romana, a ocidental...

Os troncos familiares de Xerez, pelo visto, provêm de um caldo cultural europeu, sobretudo do português, espanhol e holandês, adicionada a traços acalorados pelo clima da América portuguesa.

O homem é que transforma tudo! Ora, podendo ser influenciado pelo novo meio em que habita, ora modificando-o em seu próprio bem-estar. E nisso a cultura e o conhecimento (tecnologia) exercem um papel preponderante nesses ajustamentos do bom viver.

Araújo³⁸, buscando as origens da cultura sobralense, ao esbarrar no século XVIII, deparou-se com poucas manifestações culturais dignas de

registro. Contudo dentro deste estreito universo, pinçou as duas figuras mais importantes da época nesse campo: o padre João Ribeiro Pessoa e o Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa que escreveu suas *memórias genealógicas*, dando assim valiosas pistas sobre a história contemporânea de seu tempo. Para o mesmo autor, Furna Uchoa, pelo orgulho que exibia “de sua ascendência nobre heráldica, resolveu transmitir para a posteridade a satisfação que sentia por se ver ligado geneticamente aos braços d'arma da nobreza de Castela e da Holanda. Os dados genealógicos que colheu estendem-se, na linha ascendente, até Arnaud de Holanda, filho de Barão de Rhenoburg e da princesa Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano VI”.

8 A contribuição de seu sangue na ribeira do Acaraú, no Ceará e no Brasil.

Converter-se-ia num trabalho dos mais significativos, para a genealogia cearense, penetrar nas radicelas que partiram da raiz pivotante de Xerez na formação de expressivo universo do povo cearense.

Os diversos ramos genealógicos que partiram da árvore-mãe de José de Xerez da Furna e Rosa de Sá e Oliveira, com todas suas imbricações: como os Xerez, os Uchoa, os Lira de Aguiar, ou Pessoa, os Aguiar, os Linhares, os Montes, os Carvalhos de Souza, os Lira Fontenele, os Lira Andrade, os Lira Cavalcante, os Aguiar Holanda, os Holanda Cavalcante, os Aguiar Melo, os Aguiar Arruda, os Ferreira da Ponte, os Gomes Parente, os Sá Cavalcante, os Soares Souza, Soares Frota...

Apraz-nos, contudo, saber da existência de múltiplos trabalhos isolados relativos aos diversos filios da descendência de José de Xerez da Furna Uchoa e Rosa e Sá e Oliveira. Aglutiná-lo num todo só, além de ser um desafio, torna-se uma obra meritória pelo registro da prole de um dos pioneiros do povoamento do Ceará, especialmente quando da elevação da povoação de Sobral à condição de Distinta Vila Real de Sobral.

José de Furna Uchoa nasceu (1722) e morreu (1797) aos 75 anos de idade, pernambucano de nascimento, contudo foi mais cearense de que muitos aqui nascidos! A viuvez de Dona Rosa prolongou-se até 10 de fevereiro do ano de 1812 quando faleceu aos 96 anos de idade.

³⁸ ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Origem da cultura sobralense*, Sobral: Edições UVA, 2005, p. 78 e 79.

Índice Onomástico

A

Aragão, Mário Henriques
Araújo, Pe. Francisco Sadoc de
Alves, Joaquim Alves
Andrade, Carlos Drumond de
Andrade, Manuel Correia de
Brigido, João
Coelho, Antônio Borges
Frota, Francisco Marialva Mont'alverne
Frota, Dom José Tupinambá da
Furtado, Celso Monteiro
Girão, Raimundo
Koster, Henry
Linhares, Manoel do N. Alves
Porto, Costa
Simonsen, Roberto C.
Studart, Barão
Théberge, Dr. P.



Foto 1 – Ésio de Souza ao lado de sua genitora, Maria do Carmo Carvalho de Souza, aos 94 anos de idade (tetraneta do capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa).

Ascendência materna do autor

Pais

Maria do Carmo Carvalho de Souza c.c. Joaquim Marques de Souza, filho de Francisco Marques de Souza e Eufrázia Maria de Souza.

Avós

Constança Lira de Aguiar (Carvalho) c.c. Ângelo dos Santos Carvalho, filho de Antônio dos Santos Carvalho e Maria Joaquina Terceira de Albuquerque.

Bisavô

Vicente Lira de Aguiar (segundo casamento) c.c. Marcolina Maria de Jesus, viúva de José Rodrigues de Souza.

Trisavô

Francisca Xavier de Lira Pessoa c.c. Capitão Diogo Lopes Coração de Maria Aguiar (Diogo Meu Bem), filho do Capitão Gabriel Arcanjo de Aguiar e Domiciana Teresa de Jesus, filha de João de Sousa Uchoa e Ana Maria de Jesus.

Tetravô

José de Lira Pessoa c.c. Inácia de Holanda Cavalcante, filha do Capitão-mor Bento Pereira Viana e Bernarda Cavalcante de Albuquerque.

Quinto avô

Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa c.c. Rosa de Sá e Oliveira (a 5ª das sete irmãs), filha do Capitão Manoel Vaz Carrasco (pai das sete irmãs) e Madalena de Sá e Oliveira, viúva de Francisco Bezerra de Menezes e filha de Nicásio Aguiar Oliveira e Madalena de Sá.

Sexto avô

Francisco Xerez da Furna c.c. Inês de Vasconcelos e Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá e Oliveira.

Os Índios Cariri e sua resistência à conquista “branca”: uma leitura a partir dos relatos da época colonial

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER*

*“(...) Falando do interior,
Nós sabemos que ali
Habitava outra nação
Chamada Cariri,
Por uns, por outros, Tapuia
Os quais nunca usaram cuias
Ao se banhar por aqui (...)”.*

Luiz Nunes Alves

A história dos índios Cariri geralmente é narrada a partir do contato do português colonizador com este povo. Porém, sempre é contada pela nossa historiografia de uma forma secundária, em que o colonizador é apresentado como principal agente (é o “desbravador”, o “civilizado” e o “cristão”, enquanto o índio é apresentado como o “gentio” e o bárbaro”. A principal dificuldade em se fazer uma história dos Cariri está na falta de informações precisas sobre esse povo, já que o que temos são, na maioria dos casos, documentos dos colonizadores, de presidentes de províncias ou de missionários. Documentos estes que apresentam, como veremos, o índio de uma forma negativa e “contrária” ao projeto português. Partindo dessas dificuldades, partiremos das narrativas dos historiadores que já pesquisaram sobre esses índios e também dos documentos oficiais.

Partindo, portanto, dessas narrativas, é importante ressaltarmos que os relatos tanto dos cronistas como dos historiadores (ditos positivistas), vêm a cultura indígena a partir dos seus referenciais, ou seja,

* Professor Adjunto da UECE. Sócio-amigo do Instituto do Ceará.

os costumes, as ações dos índios são relatados de uma forma totalmente deformada, daí porque o índio é geralmente tido como o “bárbaro”, o “gentio” etc. Entretanto, nós como historiadores não poderemos desprezar tal documentação, pois é a única que dispomos no momento. Tentaremos então olhá-la a partir de um outro prisma; e isso se fará a partir do nosso diálogo com a antropologia e a etnologia.

Evidentemente que essa metodologia só é possível em nossa época, daí porque não podemos cobrar das obras ditas positivistas, esses posicionamentos. Dessa forma, estudaremos os índios Cariri tentando realizar esse diálogo. Talvez não façamos um grande ensaio, mas tentaremos contar essa história observando o lugar do índio em nossa sociedade.

Iniciaremos essa narrativa definindo o que é Cariri. Apesar de não existir uma definição etimológica clara, o nome Cariri é traduzido por alguns historiadores, como Horácio de Almeida e Pereira da Costa, como taciturno, tristonho e silencioso. Em nossa concepção foi uma maneira dos colonos nomear, ou melhor “batizar” os povos indígenas que habitavam as áreas interioranas do Nordeste. É, assim, um apelido dado a esses índios, já que não sabemos como eles próprios se chamavam.

Segundo Capistrano de Abreu, uma das referências mais antigas aos índios Cariri encontra-se no *Tratado dos Índios do Brasil*, escrito por Fernão Cardenn, em 1584¹. Um outro autor que faz referência a esses índios é o holandês Elias Herckmann. Na sua obra *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, escrita em 1639, este autor faz uma breve apresentação dos Tapuia, incluindo os Cariri como “nações” dos Tapuia. Assim afirma Herckmann:

(...) os Tapuia formam um povo que habita no interior para o lado ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites os mais afastados das Capitânicas ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Cariris, cujo rei se chama Keriokaiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys, e o seu rei se chama Karupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Carervjouws (Carijós?). Conhecemos

*particularmente a nação dos Tapuia chamados Tarairyou, Janduwy é o rei de uma parte delas e Cararaca de outra.*²

Em sua descrição, Herckmann afirma que os índios Cariri são nômades e formam um povo robusto e de grande estatura, seus ossos são grossos e fortes, a cabeça é grande e espessa, sua cor é atrigueirada e o cabelo é preto. Andam nus, exceto em algumas ocasiões de festa, ou quando vão a guerra, porque então geralmente cobrem o corpo com penas de araras, papagaio e periquitos³.

É importante destacarmos que embora sua descrição nos ajude a entender um pouco como eram os Cariri e como eles viviam, o seu discurso é etnocêntrico. Para ele, a cultura européia é “superior” a cultura indígena. Sendo assim, na concepção de Herckmann, o índio é um ser “inferior”, “ignorante” e “pagão”:

*(...) são os homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos: servem pelo contrário, ao diabo ou quaisquer espíritos maus, como tratando com ele temos muitas vezes observado (...) Levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres.*⁴

A descrição de Herckmann como podemos observar torna a figura do índio como um ser “pitoresco”. Imagem esta que será cristalizada entre a maioria dos nossos cronistas, onde relatam o índio como esta figura “passiva”, “preguiçosa” e “contrária à civilização”. Nesse sentido, cria-se um modelo de índio que muitas vezes é generalizado pelos pesquisadores, construindo a imagem de que os índios eram “maus” e “gentios” e por isso precisam ser conquistados.

Outro autor que é tido como responsável pelo ‘mito’ Cariri é o historiador Irenei Joffily, que na sua obra *Notas sobre a Paraíba*, reproduz o discurso de Herckmann sobre os Cariri, especialmente no que se refere às características físicas⁵.

Segundo Joffily, os Cariri, que viviam da caça e já utilizavam machados, formavam uma “raça” bem numerosa e ocupavam um território

² HERCKMANN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. p. 38 e 39.

³ HERCKMANN, Elias. *Op.cit.* p. 39

⁴ HERCKMANN, Elias. *Op.cit.* p. 39/41.

⁵ C.f. JOFFILY, Irenei. *Notas sobre a Paraíba*. p.110.

¹ ABREU, Capistrano. In Prefácio (de) *Notas sobre a Paraíba*, de JOFFILY, Irenei. p. 77.

bem vasto, desde o platô da Borborema até os limites com o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco⁶. Este autor ainda divide os Cariri em várias tribos: Sucurus, Ariús, Pegas, Icós, Paiacus, Caiacós, Janduis, Caracarás e Canidés⁷.

Entretanto, é importante se destacar que, para alguns autores, como Capistrano de Abreu e Maria Helena Ferreira, os índios Cariris teriam, inicialmente, ocupado o litoral; porém, com as guerras intertribais com os tupis, estes desalojaram os Cariri do litoral, empurrando-os para o interior. Gabriel Soares de Sousa, ao falar sobre a Bahia, também desenvolveu argumentação semelhante. Para ele, a Bahia foi, primeiramente, povoada no seu litoral pelos índios Tapuia; e, em seguida, com a chegada dos Tupiniquins, estes foram repelidos para o interior.

O contato do “branco” com os índios do interior do Nordeste foi algo extremamente violento. A partir da conquista do sertão, que acontece durante a segunda metade do século XVII, visando, segundo alguns historiadores, à criação de gado, os colonos realizaram um verdadeiro etnocídio. As entradas, comandadas pelos Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho, dentre outros, foram responsáveis pelo extermínio de muitos nativos. Um dos combates mais violentos entre os colonos e os índios deu-se em 1695, tendo à frente o paulista Domingos Jorge Velho, o qual:

Partindo pois de pontos tão opostos e distintos, alto S. Francisco e litoral da Paraíba, os bandeirantes, convergindo para o sertão da capitania, ali se encontrando grandes dificuldades; derrotaram por toda parte os indígenas, reduzindo sem dúvida a cativo, os que conseguiram tomar⁸

Segundo outros historiadores, muitos índios continuaram a ser dizimados pelos portugueses, nos anos seguintes, depois do combate do bandeirante Domingos Jorge:

Nos fins do anno passado e no correr deste, os índios Tapuia Payacus, da tribo dos Icós que se estendiam desde o Valle do Catolé até as margens do Piranha, foram dizimados pela guerra

encarniçada que lhes fizeram os Mestres de Campo dos Paulistas, residentes no Piancó e Assú”.⁹

Um dos personagens que, enfatizado pela historiografia pela sua ação contra os índios Cariri, é Teodósio de Oliveira Ledo. Ele é considerado responsável pela morte e escravização de muitos nativos em nosso Estado. Um exemplo dessa sua ação, pode ser percebido numa carta ao governador da Paraíba, Manuel Soares Albergaria, que assumiria esse cargo em 1697. É ele quem dá autorização aos Oliveira Ledo para criar nos sertões, locais que servissem aos colonos de apoio (os arraiais). A carta é enviada ao rei de Portugal em 1699, o informando das “conquistas” alcançadas por Teodósio, sobretudo, as suas ações junto aos índios Cariri. Assim escreve:

Senhor: o capitam mor da Parahyba, Manoel Soares Albergaria em carta de 14 de Mayo deste anno dá conta a V. Magestade em como no principio de Dezembro de 1667 fora aquella cidade o capitam mor das Piranhas e Piancó. Teodósio de Oliveira Ledo, e o informara do estado em que se achavão os certos daquela districto, despovoados das invasoens que tinha feito o gentio bárbaro Tapuya e que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gados os curraes asy pela utilidade que resultava a Fazenda Real no crescimento dos dízimos como pela conveniência de toda aquella capitania pela muita qualidade de gados e pastos que havia; para o que lhe era necessário que elle capitam o ajudasse com alguma gente e muniçoens para que nas ditas Piranhas fazer arrayal: que trouxera consigo huma nação de Tapuyas chamados Arius, que estão aldeados junto aos careris onde chamão a Campina Frande e querião viver como vassalos de V. Magestade e reduziram-se a Nossa Santa Fé Catholica (...).¹⁰

Percebe-se nesta carta do Governador, a forma de como os colonos tratavam nossos índios. Os que resistiram eram mortos e os que conseguiam sobreviver eram capturados e aldeados em locais sob a direção de “brancos”, como acontece com a “nação” dos Ariús que é aldeada na região de Campina Grande, conforme explicita a carta. A carta do governador nos dá uma idéia do caráter violento com o qual foram

⁶ JOFFILY, Irene. Op. cit. p.103.

⁷ JOFFILY, Irene. Op. cit. p. 108.

⁸ JOFFILY, Irene. Op. cit. p.118. Atualização ortográfica.

⁹ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. vol. 1. p. 88

¹⁰ SEIXAS, Wilson. A carta do Governador Manuel Soares Albergaria. In *Revista do IHGP*, número 16.

“exterminados” a maioria dos nossos índios. Além disso, mostra-os como “incapazes” de acompanhar na ótica colonialista, a “civilização”. Ora, sabemos hoje, que essa idéia é algo extremamente eurocêntrico, ou seja, afirmando que os nativos são “inferiores” estamos destacando que existe uma etnia superior as demais.

O caráter violento da conquista contra os nossos índios é estranho pelas narrativas dos próprios documentos oficiais. Essa atitude por parte dos bandeirantes, é estranhada pelo Rei de Portugal, que em 1699 afirma:

“Capitão mor da Parahiba. Eu El Rey vos envio m. Saudar.

Hdo visto a carta que me destes do bom sucesso que se teve na Campanha com os índios nossos inimigos nos certões do distrito das Piranhas e Pcó em que o Capitão mor dellas Theodosio de Oliveira Ledo se tinha havido com muito valor e desposição e trazido consigo hua nação de *Tapuyas chamados Arius, que estavam aldeados junto os Cariris onde chamam a Campina Grande* que queriam viver com meus vassallos e reduzirem-se a nossa *Santa fé. Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sague frio muitos dos índios que tomou na guerra*, porque suposto em snia (?) era incapazes isto não hia ser conveniente uzarce com elles executou seria dar occasião a fazer aos mais nossos contrários vendo a nossa impiedade (...).¹¹ (Grifos nossos)

Ora, apesar de haver um certo estranhamento por parte do Rei de Portugal, não houve represálias aos conquistadores pelos seus atos de violência contra os nativos.

Os índios Cariri são exterminados em nome do “progresso” e da “civilização”; sua cultura, sua forma de vida, crenças etc, não são respeitadas pelos brancos. Por esse motivo, a ordem do governo era eliminar os índios; o seu castigo deveria servir de exemplo para os demais. Sendo assim, encontramos uma recomendação feita pelo capitão-mor Manuel Soares de Abreu, onde este recomenda a violência para com os nativos:

Vossa Mercê dirija a entrada e a guerra que há de fazer aos bárbaros como possa ser mais ofensiva, degolando-os e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique o exemplo deste castigo a todos as mais nações que, consideradas com eles não temiam as armas de sua Magestade¹².

Além desta prática, os colonos muitas vezes colocavam as tribos umas contra as outras, como fez por exemplo Manoel Álvares de Moraes Navarro ao instalar-se no Açú. Ele se utilizou da tribo dos Janduis para atacar os Icó na ribeira do Apodi, visando tomar os índios de ambas as tribos por escravos sob pretexto de que estavam em guerra. Desta maneira, Manoel Álvares ganharia aquelas terras.

Diante destas atitudes dos colonos, houve resistência por parte dos nativos. Os índios Cariri foram os que mais resistiram à dominação dos colonos. O pesquisador pernambucano Pereira da Costa em sua obra *Anais Pernambucanos*, nos dá uma idéia de como se deu essa resistência:

Pelos anos de 1664 a 1702 levantaram-se os índios que ocupavam todo o território que se estende da Borborema ao rio do Peixe, e unidos com os que ocupavam os cofins de Pernambucano, descem em guerra até o Pajeú, devastando as fazendas pastoris, os campos de granjearia que encontravam-se em sua marcha, atacando os viajantes e causando grandes danos e prejuízos aos colonos...¹³

A descrição de Pereira da Costa, como podemos observar, é bem taxativa em relação à resistência indígena. O autor apresenta o índio como o culpado pelos conflitos, não fazendo, assim, uma crítica ao papel dos “brancos” nessa luta. Sua narrativa parte apenas da ótica dos colonos. Na nossa visão, se houve a chamada guerra é porque os colonos invadiram as áreas pertencentes aos nativos. Além disso, muitos índios eram vendidos em praças públicas como mercadoria; e por esses motivos, eles precisavam se defender.

Em relação a essa resistência dos Cariri, Horácio de Almeida em *História da Paraíba* a denomina de Confederação dos Cariris. Ou seja, os índios se organizaram para combater o invasor que, segundo cálculos

¹¹ PINTO FERREIRA, Irineu. Op. cit. p. 93.

¹² ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. vol. 2. p.41.

¹³ PEREIRA DA COSTA, F^a. *Anais Pernambucanos*. vol. 2. p.217.

de cronistas antigos, eles ultrapassavam o número de dez mil. Contudo, apesar das hostilidades de ambas as partes (índios e colonos), houve algumas tentativas de se estabelecer a paz. Um exemplo disso, parte dos próprios índios, que em 1692 através do cacique dos Janduís – Canidé, envia um grupo de índios para negociar a paz com o governador geral (Câmara Coutinho). Esse grupo é chefiado, segundo Horácio de Almeida por João Paes Florião, que havia tido um filho com uma índia, filha do cacique Nhonguge, cunhado do Canidé. O cacique Canidé, chefe dos Janduís, morre numa aldeia no Açu em 1699.

Apesar de toda violência impetrada contra os Cariri, geralmente os cronistas se referem aos índios com um olhar etnocêntrico. O que pode ser observado, por exemplo, na narrativa do padre beneditino Domingos do Loreto Couto, quando este se refere à resistência dos índios Cariri diante da usurpação de suas terras. Os índios, vistos como os culpados pelos conflitos, e considerados “bárbaros” e “gentios” e, por esse motivo, deveriam ser eliminados, o que lhes causava incômodos, pois:

(...) Sofriam mal que os portugueses cada dia fizessem entrada por aquelas terras, fazendo-se senhores do mesmo sertão em que iam fundando sítios e fazendas de criar gados vacuns e cavaleiros. Como conservavam o ódio contra os portugueses que lhes *haviam tomado os lugares marítimos*, confederados com os sucuros, panatis, icozinhos e Coremas, levantaram-se e pondo-se em armas, davam de repente em diversas partes, matando e roubando nelas, e pelos caminhos tudo quanto achavam, sem confusão desordenada dos moradores que em nenhum lugar se davam por seguros das suas hostilidades. Soberbos com as vitórias, que no sertão alcançavam, desciam em tropas, e acometiam as nossas povoações que assolavam a fogo e ferro.¹⁴

Ora, a visão de Loreto Couto não é muito distinta da maioria dos cronistas de sua época. Entretanto, sabe-se que os acontecimentos não foram apenas vivenciados da forma que a documentação oficial nos mostra. Na realidade, os grande “bandidos”, se é essa a palavra que podemos usar, não foram os índios, mas os colonos. Pois se os Cariri atacavam, era para se defender da violência da colonização. Além dessa passagem citada anteriormente, há uma outra que consideramos bem emblemática

no sentido de questionarmos a visão que os colonos e cronistas do período tinham do índio. Dessa forma, ao se referir aos índios Coremas, que para alguns pesquisadores são Cariris, assim afirma Loreto Couto:

Era a nação corema sobre a valerosa, tão encaprichada e sua opinião, que nem forças a abalavão, nem razoens a movião; despresava partidos e zombava das nossas armas. Tinha por glória e honra morrer na campanha, quanto mais matávamos tanto mais se metião, nos conflitos.¹⁵

Essa imagem presente na narrativa do cronista, irá justificar as ações dos colonos (violência) contra os nossos índios. Contudo, é importante afirmar, que essa escrita sobre os nossos índios. É parafraseando Michel de Certeau, produzida a partir de um determinado lugar; nesse caso o lugar do colonizador. Daí porque a sua preocupação está mais voltada para uma visão negativa sobre os nativos. E é essa visão, que foi por muitos anos enfatizada pelos nossos historiadores e que nós nesse momento estamos tentando “desconstruí-las”. Ou seja, a imagem de um índio “mau”, “traíçoeiro” e “contrário ao processo civilizatório”.

A documentação de época e a historiografia colonial definem a resistência dos Cariri à conquista “branca” como “Guerra dos Bárbaros”. Essa guerra teria abrangido não apenas o território do atual Estado da Paraíba, mas o de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Em relação ao Ceará temos um estudo realizado por Paulo Sérgio Barros¹⁶, onde este autor, a partir de uma avaliação da produção historiográfica sobre a resistência indígena naquele Estado, apresenta alguns dados sobre a chamada guerra dos “Bárbaros”. Esta análise de Paulo Sérgio pode nos ajudar a entender como foi esse acontecimento.

Adotamos essa leitura, para verificar como outras tribos Cariri, em territórios fora da Capitania da Paraíba, reagiram à invasão dos brancos, já que é corrente entre cronistas, que o mapa populacional dos Cariri ia do sertão da Bahia às portas de Fortaleza.

O pesquisador pernambucano Pereira da Costa definindo geograficamente a localização dos índios Cariri afirma: “Povo mais numeroso,

¹⁵ SEIXAS, Wilson. 1968, p. 61

¹⁶ Ver BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista. In *Clio*, UFPE, vol. 1, 1993. p. 197.

¹⁴ SEIXAS, Wilson. 1968: p.60.

ocupavam uma grande extensão territorial da Bahia para o norte, e concentrando-se depois pelos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”¹⁷. Portanto, ao estudarmos os índios Cariri, não podemos ficar limitados as informações disponíveis em nosso Estado. Como formavam um grande povo, é interessante estudarmos sua história de uma forma mais ampla.

Em seu estudo, Paulo Sérgio destaca alguns autores que já trabalharam com a temática da resistência indígena. Dentre eles podemos citar Antonio Bezerra que, no seu livro *Algumas Origens do Ceará*, relata a guerra praticada contra os índios como algo necessário, como consequência da “barbariedade” e “atrocidade do índio”, ou seja, para este autor, o índio seria o culpado pelo conflito, e com isso é nega-se o caráter violento da colonização.

Há, também, segundo Paulo Sérgio, a obra de Studart Filho, *Estudos de História Seiscentista*, que vê na chamada “Guerra dos Bárbaros” o maior movimento de resistência indígena no Nordeste. Segundo Paulo Sérgio, aquele autor representa uma imagem do índio violento e também mostra o colonizador como uma figura “grosseira”, que não se relacionava bem com o nativo. Dessa forma, a *Guerra dos Bárbaros* vai se manifestar nesse contexto de hostilidades de ambas as partes.

Ao falar da Guerra dos Bárbaros, Paulo Sérgio também enfatiza as duas obras mais recentes que estudam a resistência indígena no Nordeste colonial. A primeira delas é *Os Índios no Siará, Massacre e Resistência*, de José Cordeiro. A segunda é *Guerra dos Bárbaros, Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial*, de Maria Idalina da Cruz Pires. Segundo Paulo Sérgio, ambas tratam da resistência indígena sob a perspectiva de um conflito de classes. Luta esta que se apresenta no momento em que o índio e colonizador entram em disputa pela posse da terra.

José Cordeiro mostra como os índios do Ceará foram destruídos, torturados, expropriados e vencidos pelo organizador, embora tenham resistido de maneira combatente e organizada. Barros (1993), na maior parte do seu livro, faz uma espécie de louvação da ação guerreira do índio e a sua forma de organização social e política. Neste sentido, afirma: “O invejável senso de organização os levou a criar em 1712, uma

*Confederação Indígena para, com dignidade de chefes de nações negociar a paz com o colonizador. Este (...) nunca cumpriu os acordos (...). Em 1713, os indígenas resolveram empreender um grande levante*¹⁸.

Apesar de José Cordeiro citar a resistência dos índios, é Maria Idalina da Cruz Pires que trata especificamente da Guerra dos Bárbaros, um movimento de resistência indígena que deu-se no Nordeste colonial em oposição à ‘conquista’ do sertão pelos colonos. Para Maria Idalina, a *Guerra dos Bárbaros* significou o maior obstáculo à expansão pecuária, ou seja, ela teria retardado o processo de conquista da terra dos colonos. Além disso, a autora questiona a idéia de um índio passivo e subordinado ao europeu. Sendo assim, afirma a autora:

“Os Tapuyas desenvolveram uma forma de luta quase singular na história da resistência indígena no Brasil. Apesar de um passado caracterizado por conflitos internos entre as diversas tribos, o povo Tapuya conseguiu através de uma série de alianças, alcançar um certo grau de unidade na sua luta contra o branco”¹⁹.

Para Maria Idalina, o resultado das lutas resultou num verdadeiro etnocídio dos índios. Essa prática contou com o apoio de vários setores sociais, segundo a autora, sendo que o mais representativo foi o grupo formado pelos Mestres-de-Campo paulistas, pois eram especializados em dizimar índios.

Segundo a maioria dos historiadores que se dedicaram a estudar essa guerra, a mesma teria acontecido entre os anos de 1694 a 1702. Ela foi responsável pela morte de grande parte dos nossos índios.

Nesta tentativa, de fazer o resgate da história dos índios Cariri no Nordeste, vale destacar alguns dados numéricos sobre a população indígena, tanto no âmbito nacional como local. Só para termos uma idéia do genocídio praticado pelos portugueses e descendentes, em 1500, tínhamos, no Brasil, cerca de 6 milhões de índios, hoje temos apenas 330 mil. Em relação a Paraíba, Irene Joffily em *Notas sobre a Paraíba*, se preocupa em investigar quantos eram os nossos índios. Apesar da falta de material sobre este dado, Joffily se baseia na obra *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador, onde afirma que, a partir

¹⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco A. *Anais Pernambucanos*. vol. 5, p. 163.

¹⁸ Apud BARROS, Paulo Sérgio. Op. cit. p.206.

¹⁹ Apud BARROS, Paulo Sérgio. Op. cit. p.207.

do número de prisioneiros, pode-se chegar a um número aproximado da população indígena na Capitania. Nesse sentido afirma o autor que *A população do território não seria inferior, no século XVI a 50 mil alams, da qual cerca de dois terços pereceram nas carnificinas da conquista, um terço pouco mais ou menos ficaria escravizados uns, e aldeados o maior número*²⁰.

Para Joffily, é provável que as duas “raças” que habitavam a nossa Capitania, Tupi e Cariri tenham contribuído com cerca de 15 a 20 mil indivíduos para a formação do povo paraibano²¹. Contudo, por falta de uma documentação precisa, este autor não destaca o número da população indígena nos séculos XVII e XVIII, só voltando a citar dados sobre o início do século XIX, precisamente nos anos de 1811 e 1812. Em 1811, diz ele, tínhamos, na Paraíba, uma população de cerca de 3.405 indígenas; já em 1812, esse número cai para 3.301²².

Hoje não há remanescente algum do povo Cariri, na região embora se possa pensar que os Xucuru, de Pernambuco, vivendo no limite com o antigo território dos Sucuru, na Paraíba, sejam Cariri, e tenham habitado regiões, juntamente com os ‘Sucurus’, que teriam pertencidos à nação Cariri.

*A ser aceita esta argumentação, os Xucuru seriam portanto, remanescentes dos Cariris, e vivendo, atualmente, segundo a antropóloga Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, distribuídos em 18 aldeias no Estado de Pernambuco. Pode-se, assim, entender porque eles, atualmente, vivem se identificam como tais. Para o antropólogo Darcy Ribeiro, estes se encontram hoje altamente mestiçados, não se diferenciando da população local*²³. *Porém os mesmos ainda conservam algumas tradições e costumes, como por exemplo o ritual do ouricuri*²⁴ *e a dança do toré. Essa prática vêm afirmar a identidade dos Xucuru enquanto grupo indígena, pois esse apego a alguns traços culturais representa a resis-*

²⁰ JOFFILY, Irene. Op. cit. p.234.

²¹ JOFFILY, Irene. Op. cit. p.234.

²² JOFFILY, Irene. Op. cit. p.337.

²³ RIBEIRO, Darcy. Os Índios do Nordeste. In *Os Índios e a Civilização*. p. 54.

²⁴ O Ouricuri, segundo Vânia Rocha, era um ritual religioso (ou local onde esse acontece) realizado por alguns grupos indígenas nordestinos, como os Fulni-ô (PE) e Xucuru-Kariri (AL). Sua duração é de aproximadamente três meses e é proibida a entrada de não-índios. Cf. ROCHA, Vânia. In *As fronteiras do ser Xucuru*. p.81.

*tência desses índios a constante interferência de outras culturas. Nesse sentido, afirma Manuela Carneiro da Cunha: “O processo recorrente a afirmação étnica dar-se pela seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo”*²⁵. *Portanto, os “Cariris” não teriam “desaparecido” totalmente do nordeste, se levarmos em consideração a hipótese de Joffily. Eles estariam representados nos Xucurus de Cimbres.*

Mas no caso da Paraíba, a partir de qual momento os Cariri teriam desaparecido? Esta é uma questão difícil de responder pela falta de dados. A documentação oficial muitas vezes se refere a Tapuia e, não há referência a esse povo ao longo do século XIX. Embora a chamada Guerra dos Bárbaros (1694-1702), tenha sido a responsável pela grande maioria das mortes dos índios Cariri, não podemos afirmar que a partir da mesma esses índios tenham “desaparecido”. Pereira da Costa, ao se referir a Pernambuco, afirma que no século XVIII havia sete aldeias de índios Tapias Cariri. Eram as seguintes: Aldeia da Gameleira (Distrito de Palmas), Aldeia de São Braz e Aldeia N. S. da Conceição (Ilha do Pambu), Aldeia S. Francisco (Ilha do Aracapá), Aldeia S. Félix (Ilha do Cavalo), Aldeia de Santo Antônio (Ilha Irapuá), Aldeia N. S. da Piedade (Ilha do Inhamum)²⁶

Em relação a Paraíba, um autor que faz referências a existência de índios (embora que não os especifique) neste Estado no século XIX, é Irineu Ferreira Pinto. Ele cita um informe provavelmente do ano de 1845 do presidente da Província ao governo Imperial, onde este o informa que os índios se encontravam “confundidos” com a população “branca”. Nesse sentido, afirma:

“Os índios que existem nesta província *estão todos aldeados* e habitão pela maior parte em villas sujeitas ás autoridades civis, pois que são todos civilizados ou ao menos tanto quanto o são ordinariamente os indivíduos da classe afirma a população anterior e são elles restos de alguns tribus que habitavam esta Província e *já tão degenerados da origem primitiva que a maior parte nem idioma de suas tribos fallão: estão hoje confundidos na massa da população* e apenas nas

²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In *Antropologia do Brasil*. p. 116.

²⁶ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*, vol. 2. p. 82-83.

villas de Alhandra, Conde e antiga villa da Bahia da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância. Afora estes logares somente a povoação da Preguiça, antiga sede da villa de Monte-mór, hoje Mamanguape é quase exclusivamente habitada por índios os quaes bem que perfeitamente domesticados e também sujeitos ás autoridades civis, conservão ainda raros e já desfigurados alguns do hábito selvagem”²⁷.

É importante se ressaltar, que o Maquês de Pombal seria o responsável pelo início, no Brasil de uma política de miscigenação, com o objetivo de se criar uma população homogênea. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a própria política de aldeamentos reunia grupos indígenas distintos e favorecia a miscigenação entre os índios. Além disso, a legislação pombalina recomendava o casamento entre brancos e índios. Contudo, cem anos mais tarde, essa prática de miscigenação era servir de pretexto para o expurgo das terras indígenas. Como exemplo, podemos citar a “Lei das Terras” de 1850²⁸ que extinguiu várias aldeias indígenas sob a legação de que sua população era apenas mestiça.

A informação do Presidente da Província enfoca bem essa “preocupação” com a miscigenação dos índios e ao mesmo tempo demonstra uma perspectiva muito comum nos pesquisadores do século XIX, ou seja, a tese de que os índios seriam uma etnia em extinção. Baseados no paradigma evolucionista, esses pesquisadores afirmavam, que os índios não iriam acompanhar a “civilização”. É assim, por exemplo, que pensa Von Martius ao afirmar: “(...) as sociedades americanas, enquanto frutos de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam já visível o germen do desaparecimento rápido”²⁹. Discordamos desta visão, pois os indígenas foram dizimados fisicamente, o que é genocídio, ou “amansados” culturalmente, o que é um etnocídio.

Entretanto, o Presidente da Província não destaca que essa prática da miscigenação foi algo incentivado pelo próprio Estado, que paulatinamente vai impondo aos nossos índios a língua e a religião oficial. A partir do momento que o Estado afirma que os índios estão misturados com os demais habitantes, ele passa a definir e regulamentar a identidade

étnica dos índios. Com a argumentação que os nativos se encontravam “misturados” com os demais membros da população, era justificada o esbulho das terras indígenas. Prática esta, que acontece não apenas na Paraíba, mas nos estados do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Alagoas ao longo do século XIX.

A história da resistência indígena em, nosso Estado, especificamente a dos índios Cariri não é algo concluído, temos muito o que se pesquisar. O que aqui destacamos, foi apenas um esboço a partir da nossa historiografia colonial e dos relatos da época. Tentamos, assim, mesma na dificuldade que encontramos em relação aos documentos, visto que são oficiais, mostrar o quanto foi violenta a colonização portuguesa em nosso Estado e como os nossos índios resistiram a essa prática. É a história daqueles que foram explorados e torturados e mortos em nome da “civilização”. São “500 anos” não de “descobrimto”, mas de resistência dos povos indígenas que conseguiram sobreviver a um verdadeiro etnocídio de sua cultura. Sua resistência, dos Cariri no passado, e hoje de alguns povos restantes, especificamente pela posse das terras que eram suas, talvez se confunda com a de tantos nordestinos, que apesar das dificuldades sempre resiste a tantas formas de exploração.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Elpidio de. *História de Campina Grande*, 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1979.

_____. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, vol. 2, 1978.

BARROS, Paulo Sérgio. *Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista*. In: *Clio*, Recife: UFPE, vol. 1, n.º 14, 1993, p. 187-212.

BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Tradução de A. C. Mota da Silva, Edições 70, Ltda, 1997.

BORGES, José Elias Barbosa. Badzé – Vocábulo Cariri incorporado ao Português do Brasil. In *Revista Campinense de Cultura*, Ano II, março de 1965, n.º 3, p. 17-21.

Índigenas da Paraíba (1) Classificação Preliminar. In *Revista Educação e Cultura*, Ano III, n.º 12. João Pessoa: jan/mar, 1984, p. 30-43.

²⁷ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. vol. II. p.172-173

²⁸ Lei número 601, de 18 de setembro de 1850.

²⁹ Apud MONTEIRO, John Manuel. *O desafio da história indígena no Brasil*. (mimeo).

CAVALCANTE, Maria Helena Pereira, et al. *Uma história do Ingá*. João Pessoa: UFPB, 1993.

CLEROT, Leon Francisco. *30 Anos na Paraíba* (Memórias Corográficas e outras memórias). Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In *Antropologia do Brasil – Mito, história, etnicidade*. 2. ed. Brasiliense, 1987.

FERREIRA NETO, Edgard. *História e etnia*. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio: Campus, 1997, p. 313-328.

HERCKMANN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. João Pessoa, *A União*, 1961.

JOFFILY, Ireneo. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1892.

MELO, Josemir Camilo de. *O Resgate da Identidade Indígena na Paraíba*: Nota para uma Pesquisa EtnoHistoriográfica. (Comunicação) I Encontro de Etno-História Indígena do Nordeste. Fundação Casa do Penedo, Penedo, Alagoas, maio, 1996.

MONTES, Maria Lucia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In SCHWARCZ, Lilia Mortitz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs). *Raça e diversidade*, 1996. São Paulo: Edusp, p. 47-75.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo da consciência: escravatura na época moderna*. Liboa: Colibri, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SEIXAS, Wilson. *Pesquisas para a história do sertão da Paraíba*. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, n° 16, setembro de 1968, João Pessoa, 54-66.

SILVA, Edson. Confundidos com a massa da população: o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. *Cadernos Nordeste em Debate*, n° 4, Campina Grande: DHG/UFPB, 1996, p. 1-14.



José Gentil Alves de Carvalho e o Banco Frota Gentil

CARLOS NEGREIROS VIANA¹

Introdução

Até passar para o controle do Banco da Indústria e do Comércio de São Paulo (COMIND), em 1956, o Banco Frota Gentil foi o maior estabelecimento bancário privado cearense.

Se esse fato, por si só, já merecia uma tentativa de melhor conhecer a história dessa tradicional casa bancária, imagine tendo ela sido fundada por José Gentil Alves de Carvalho, empresário cuja vida, ainda hoje, 66 anos após seu falecimento, desperta imenso fascínio entre os cearenses.

¹ Mestre em Economia pela UnB e professor do curso de Ciências Econômicas da UFC/Campus de Sobral.

Assim, este artigo vem se constituir numa breve contribuição para que se possa melhor conhecer a vida pessoal e empresarial de José Gentil Alves de Carvalho e do maior dos empreendimentos realizados por ele, o Banco Frota Gentil.

1 José Gentil Alves de Carvalho

José Gentil Alves de Carvalho, filho de Antônio Alves de Carvalho e Francisca Cândida Vitorino de Menezes Carvalho, nasceu, a 11/09/1866, em Sobral.

Ainda criança veio, para Fortaleza, estudar no Instituto de Humanidades, do Padre Bruno Figueiredo e do Monsenhor Cruz Saldanha, passando, depois, para o Liceu do Ceará, quando teve de interromper os estudos, em decorrência da morte do pai, em 1878.

Aos 17 anos, José Gentil se estabelece com uma pequena loja de fazendas, em Sobral, com um capital de dez contos de réis, que lhe tocara como herança do pai.

Em 1886, aos 20 anos, casou-se com Maria Amélia da Silva Frota, filha de Maria Joaquina Tomé da Silva Frota e de João Evangelista da Frota (1841-1905), rico comerciante e proprietário de terras, que chegou a possuir 38 propriedades, entre sítios e fazendas, no Ceará, e duas fazendas, no Piauí.

Desse consórcio, nasceram 16 filhos, entre quais: Antônio, João, Beatriz, Maria (Mimosa), Isabel (Beliza), Anna (Anita), Francisca (Chiquita), Iracema, Madre Carmen, Madre Aracy, Madre Luiza, Irmã Zenaide, Irmã Arimá, Irmã Rita e Padre José Gentil Filho, da Companhia de Jesus. Cabe ressaltar que sua prole passou a adotar o seu prenome “Gentil” como sobrenome.

Em 1893, transfere-se, com a família, para Fortaleza, indo morar na Praça de Pelotas (atual Praça Clóvis Beviláqua). Nesse ano, ainda, constitui a firma Frota & Gentil, em sociedade com José Arthur da Frota (tio de D. Amélia), com o objetivo de importar e vender, em grosso, fazendas e estivas no seu estabelecimento comercial, situado na antiga Praça José de Alencar (no atual cruzamento da Rua Floriano Peixoto com Rua Senador Alencar).

Consta, no *Almanaque do Ceará* de 1897, que José Gentil é, em 1896, Diretor da Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres “Fidelidade”, com escritório na Rio Formosa (atual Rua Barão do Rio Branco).

Em sociedade com a sogra, Maria Joaquina da Silva Frota, e com o cunhado, Francisco da Silva Frota, constitui, em 1906, a firma Viúva Evangelista da Frota & Cia., com o objetivo de criar e comercializar gado em fazendas localizadas em: Massapê (1), Santana do Acaraú (4), Sobral (2), S. Francisco (atual Itapajé) (9), Santa Quitéria (2), Canindé (5), Ipueriras (3), Independência (6), Boa Viagem (2) e Quixeramobim (3).

Em 1906, ainda, transfere-se, com a família, de uma casa na Praça dos Voluntários, onde morava, para a chácara do Benfica, que antes já pertencera ao Comendador Garcia e a Henrique Kalkmann, onde construirá, em 1918, o belo palacete que, hoje, é a Reitoria da Universidade Federal do Ceará.

A firma Frota & Gentil, cujos sócios são José Gentil Alves de Carvalho, José Artur da Frota, Francisco da Silva Frota e Raimundo da Silva Frota, em sociedade com Manoel Arthur da Frota, pai de D. José Tupinambá da Frota, instala, em 1908, uma filial, no Largo do Rosário, em Sobral, com a finalidade de vender, em grosso, fazendas, miudezas e ferragens.

Em 1910, é constituída a firma Juvêncio Barreto & Cia., que tem, como sócio comanditário, a firma Frota & Gentil e, como sócio solidário, Juvêncio Barreto, tendo, por objetivo, a importação e a venda, em grosso, de miudezas, ferragens e estivas.

Em 1913, a firma Frota & Gentil, em sociedade com Firmino Rosa e João Nelson da Frota, constitui a firma Frota, Rosa & Cia., com o objetivo de importar e vender, em grosso e a retalho, miudezas, artigos de armarinho, louças, objetos para presentes, vidros e mobília, em seu estabelecimento, localizado na Praça do Ferreira.

Pelo *Almanaque do Ceará* de 1914, pode-se constatar que José Gentil Alves de Carvalho é, ainda naquele ano, através da firma Frota & Gentil, sócio das firmas: Viúva Evangelista da Frota & Cia.; Frota & Gentil (Filial de Sobral); Juvêncio Barreto & Cia. e Frota, Rosa & Cia.

Os negócios do Cel. José Gentil, que já andavam prósperos antes da eclosão da 1ª Guerra Mundial, muito prosperarão durante a vigência desse conflito, o que lhe permitirá construir os palacetes Ceará e Fortaleza (atual Caixa Econômica Federal), na Praça do Ferreira, em 1914, e o seu palacete residencial, no Benfica, em 1918, e criar uma seção bancária, na firma Frota & Gentil, em 1917.

A contribuição de Gentil, para o embelezamento arquitetônico de Fortaleza, não se restringirá apenas às três construções acima citadas, somadas ao novo prédio da firma Frota & Gentil, que foi construído em 1925, e ao prédio do Palace Hotel, de 1927. Ela transcenderá a essas obras, ao desencadear uma emulação no comerciante Plácido de Carvalho (1873-1935), que, ao tentar superá-lo, nesse intuito, construirá os prédios do Cine-Teatro Majestic (1917), do Cine Moderno (1922), da atual Farmácia Osvaldo Cruz (1927) e do Excelsior Hotel (1931), além do seu belo palacete no Outeiro (1918).

Os anos da Primeira Guerra Mundial propiciaram a José Gentil, não apenas grande prosperidade econômica, mas também expansão do seu prestígio, tanto político quanto classista: em 1919, durante o governo de João Thomé de Sabóia e Silva (1916 – 1920), ele foi o 2º. Vice-Presidente do Estado; e, em 1915, é eleito Presidente da Associação Comercial do Ceará, cargo que ocupará, continuamente, até 1936, quando passará a ser apenas o seu Presidente de Honra.

Cabe lembrar, aqui, que a atuação do Cel. José Gentil, na direção da Associação Comercial, precede, em muito, o ano de 1915: ali, desde 1902, ele já ocupara, alternadamente, os cargos de diretor, vice-presidente e presidente.

De tanto se ampliar, a seção bancária da firma Frota & Gentil, criada em 1917, acabará se transformando, em 19/03/1931, no Banco Frota Gentil S.A., que terá, como presidente, José Gentil Alves de Carvalho, e, como diretores, Antônio da Frota Gentil (1887-1969) e João da Frota Gentil (1891-1958), seus filhos.

Em setembro de 1920, constitui José Gentil a firma Souza, Gentil & Cia., que será proprietária da Casa Americana, que funcionará como livraria e papelaria e onde também serão comercializados miudezas e artigos de armarinhos e para homens. Essa firma se situará na Praça do Ferreira e terá um capital social de 100 contos de réis, assim dividido: José Gentil Alves de Carvalho (sócio comanditário) – 80 contos de réis; Anna Gentil Barbosa e Alberto Costa Souza (ambos solidários) – 10 contos de réis cada um.

Em 1934, o Cel. José Gentil constitui a firma Imobiliária José Gentil S.A., através da qual implementará o seu último grande projeto empresarial: o parcelamento do vastíssimo terreno no Benfica, onde estava

encravada a sua mansão, e a construção, ali, de um pequeno bairro de “how houses”, que ficou conhecido como Gentilândia. Essa iniciativa tornou a referida imobiliária a maior proprietária de imóveis em Fortaleza.

Em 11/03/1941, falece o Cel. José Gentil Alves de Carvalho, em Poços de Caldas, Minas Gerais, aos 74 anos de idade. Estima-se que, nessa data, sua fortuna já chegara aos 40 mil contos de réis.

2 O Banco Frota Gentil S.A.

Em 1917, a firma Frota & Gentil instala uma seção bancária em seu estabelecimento comercial, localizado na antiga Praça de José de Alencar, onde já funcionavam, desde 1893, uma seção de fazendas e outra, de estivas.

Em propaganda, no *Almanaque do Ceará* de 1922, a Frota & Gentil se autoproclama de ser a possuidora do maior estoque, no Estado do Ceará, de fazendas e mercadorias nacionais e estrangeiras, para a venda em grosso, nas suas seções de fazendas e estivas. Nessa propaganda, ela torna público, também, que a sua seção bancária aceita depósitos em conta corrente, com retiradas livres, e que cobra as seguintes taxas de juros, de acordo com a modalidade do depósito realizado: depósitos comerciais (2%); depósitos populares (particulares) (3%); depósitos a prazo fixo de 3, 6, 9, 12 e 24 meses (4%, 5%, 5,5%, 6% e 6,5%, respectivamente). Além disso, faz saber, ali, que: compra e vende cambiais; saca



por telegrama; emite cartas de crédito e cheques sobre as principais praças do país e do estrangeiro; faz cobrança e desconta letras sobre a costa; realiza empréstimos caucionados, hipotecários e sob penhor agrícola e, em geral, todas as operações bancárias.

A Frota & Gentil, que já era agente da Cia. de Seguros Luso-Brasileira “Sagres”, desde pelo menos 1919, continuará a sê-lo em 1922. Nesse ano, ela já era também agente da Anglo-Mexican Petroleum Company Ltd., como se pode verificar pelo supracitado almanaque.

Em 31/12/1923, a firma Frota & Gentil, que tem como sócios, todos solidários, José Gentil Alves de Carvalho, Raimundo da Silva Frota, Antônio da Frota Gentil e João da Frota Gentil, apresenta o capital social de dois mil contos de réis, dividido em duas quotas de 650 contos de réis (pertencentes aos dois primeiros) e duas quotas de 350 contos de réis (pertencentes aos dois últimos).

Nesse ano, a sua filial de Sobral apresenta um capital social de 200 contos de réis, assim dividido entre os sócios (todos solidários): Frota & Gentil (100 contos de réis) e Manoel Arthur da Frota (100 contos de réis).

Em 19/03/1931, a firma Frota & Gentil é transformada em Banco Frota Gentil S.A., com um capital social de 5.000 contos de réis, e que tem como sócios José Gentil Alves de Carvalho e seus filhos Antônio da Frota Gentil e João da Frota Gentil (cabe lembrar que Raimundo da Silva Frota, que fora sócio da Frota & Gentil, por muitos anos, falecera em 1928). Mediante a carta patente nº. 938, ficou o novo banco autorizado a operar, em todo o país, a partir de 24/04/1931.

Em propaganda, no *Almanaque do Ceará* de 1932, o Banco Frota Gentil S.A. torna público que aceita depósitos em conta corrente, com retiradas livres, e que cobra as seguintes taxas de juros, segundo o tipo de depósito nele realizado: depósitos comerciais (3%), depósitos populares (particulares) (4%) e depósitos a prazo fixo de 3, 6, 9, 12 e 24 meses (4, 5, 5,5, 6 e 7%, respectivamente). Ali são anunciadas todas as operações realizadas pelo referido banco, que são as mesmas já relacionadas no supracitado *Almanaque do Ceará* de 1922, com exceção dos serviços de armazenagem, em seus depósitos, de gêneros de exportação.

Em 1934, segundo o *Almanaque do Ceará*, daquele ano, o Banco Frota Gentil S.A. apresenta um capital integralizado de 5.000 contos de

réis, um fundo de reserva de 200 contos de réis e um fundo de garantia de 1.000 contos de réis. Tem, como presidente, José Gentil Alves de Carvalho, e, como diretores, Antônio da Frota Gentil, João da Frota Gentil e Nestor Barbosa Leite, genro do Cel. José Gentil. Ali é anunciado que o referido banco faz todas as operações bancárias; compra e vende cambiais; saca sobre as principais praças do país e do estrangeiro, por telegrama e por cheque; emite cartas de crédito e abre créditos comerciais; aceita depósitos em conta corrente, com retiradas livres, com prévio aviso e a prazo fixo; desconta duplicatas e promissórias às taxas de mercado; empresta dinheiro sob caução de títulos, hipotecas ou penhor de mercadorias; encarrega-se de cobranças em todas as praças do país e do exterior; compra e vende moedas estrangeiras; e dispõe de armazéns para guardar mercadorias.

Segundo, ainda, o *Almanaque* de 1934, nesse ano, o Banco Frota Gentil S.A. distribuiu um dividendo de 14% sobre 5.000 contos de réis, que era o capital integralizado da firma, e o total das suas operações atingiu 56.588 : 310 \$ 600.

Em 1937, o Banco Frota Gentil permanece com o capital integralizado de 5.000 contos de réis, porém seus fundos de reserva e de garantia se elevaram para 1.000 contos de réis, cada um deles, respectivamente. Dois anos depois, em 1939, o Frota Gentil S.A. apresenta um fundo de reserva de 4.000 contos de réis, permanecendo, ainda, com um capital integralizado de 5.000 contos de réis.

Com a morte do Cel. José Gentil, em 11/03/1941, o Banco Frota Gentil S.A. passa a ser presidido por João da Frota Gentil e ter, como diretores, Antônio da Frota Gentil e Nestor Barbosa Leite.

Em 1942, passa a ter um capital integralizado de 10.000 contos de réis e um fundo de reserva de 1.200 contos de réis. Nesse ano, deixa de ser agente da Sagres e da Anglo-Mexican Petroleum. Em 1943, há apenas uma elevação do seu fundo de reserva, para Cr\$ 1.500.000,00.

Em 1944, é constituída a firma Irmãos Gentil, Limitada, com objetivo de operar com comissões, representações e conta própria, que será agente das companhias de seguros: Sagres, Cruzeiro do Sul, London & Lanchashire (fogo, transporte e acidentes pessoais) e Atlântica (acidentes de trabalho). Seu escritório se localizará na Rua Major Facundo. Nesse ano, o Banco Frota Gentil S.A. apresenta, mais uma vez, apenas uma elevação de seu fundo de reserva, para Cr\$ 1.800.000,00.

O capital integralizado e o fundo de reserva do Banco Frota Gentil, em 1946, serão respectivamente, de Cr\$ 20.000.000,00 e de Cr\$ 2.500.000,00.

Se for feita uma síntese do movimento do Banco Frota Gentil, de 1917, quando surge como casa bancária, até 1945, teremos os seguintes resultados, já convertidos em cruzeiros: Cr\$ 4.463.800,70 em 1922; Cr\$ 17.451.131,07 em 1927; Cr\$ 28.040.054,07 em 1932; Cr\$ 46.402.125,67 em 1937; Cr\$ 181.118.285,50 em 1945.

Em 1947, o seu capital integralizado permanece em Cr\$ 20.000.000,00, porém seu fundo de reserva sobe para Cr\$ 5.000.000,00. Em 1949, o Banco Frota Gentil apresenta, conjuntamente, um capital integralizado e um fundo de reserva de Cr\$ 25.500.000,00

Dois anos depois, em 1951, o seu capital e fundo de reserva, em conjunto, sobe para Cr\$ 27.200.000,00. Em 1953, atinge Cr\$ 28.000.000,00. Em 1955, eleva-se para Cr\$ 29.500.000,00

Ao passar para o controle do COMIND, em 1956, o Banco Frota Gentil S.A. deixará de existir.

Referências bibliográficas

- ALMANAQUE DO CEARÁ, Coleção de 1873 a 1961.
GENTIL, J. da F. S. J. (Pe). *Os Frotas*. São Paulo: Loyola, 1967.
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ. *Prontuários Históricos* (vários anos)
LOPES, M. *As Divinas Damas*, Fortaleza, s.i.e.
MARTINS Fº, A. e GIRÃO, R. "A História Bancária do Ceará. In *O Ceará*, Fortaleza: ed. Fortaleza, 1945.
MARTINS, V. *Homens e vultos de Sobral*. Fortaleza: UFC, 1989.
NOBRE, G. da Silva. *A historicidade da Associação Comercial do Ceará*, Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

EFEMÉRIDES

Datas e Fatos para a História do Ceará

MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)*

————— 1986 —————

Janeiro

1º. - Toma posse na Prefeitura Municipal de Fortaleza, *Maria Luísa Fontenele de Almeida* (PT), eleita prefeita, pelo povo, com 159.846 votos, 11.409 a mais que o segundo colocado. Recebeu o cargo das mãos de José Maria Barros de Pinho (*Barros Pinho*). Toma posse também, no cargo de vice-prefeito, o municipalista *Américo Barreira* (PT).

10 - Toma posse, na Cadeira nº. 14, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o poeta José Maria Barros de Pinho (*Barros Pinho*), sem nenhuma solenidade.

14 - No Anel Viário, próximo à Ceasa, dois caminhões se chocam de frente, à noite, quando os motoristas ao tentarem se desviar de um embriagado que cruzava a pista, ofuscam-se com as luzes altas.

15 - Inaugurada, às 9h, pelo governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota “Totó” (Gonzaga Mota), no Conjunto Jereissati, em Maracanaú, a *Escola de 1º Grau Albanisa Rocha Sarasate*.

26 - Fundado, em Fortaleza, às 16h, na Rua 24 de Maio nº. 949, o Diretório Estadual do *Partido dos Trabalhadores - PT*, em sessão presidida por Gilvan de Queiroz Rocha (*Gilvan Rocha*).

28 - O operário *Francisco Pereira Ávila* morre, quando as cordas que seguravam o andaime em que trabalhava, no 11º andar de um edifício em construção na Avenida Beira-Mar, rompem. Ele cai e outros dois companheiros que estavam com ele ficam pendurados por meia hora, sendo salvos por outros trabalhadores.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

31 - Assume o comando do 23°. *Batalhão de Caçadores - 23BC*, o coronel *Rômulo de Oliveira Maciel*, que substitui o coronel *Raimundo Soares Bulcão*.

- Morre, em Fortaleza, aos 65 anos de idade, o desportista Édson Viana Maranhão (*Edson Maranhão*), fundador do Rio Branco Futebol Clube e primeiro presidente da Federação de Blocos e Cordões Maracatus e Escolas de Samba. Foi soldado da PM e era funcionário municipal. Nasceria no dia 15/11/1920.

Fevereiro

02 - Morre, em Fortaleza, aos 86 anos de idade, o jurista e poeta Carlyle de Figueiredo Martins (*Carlyle Martins*), membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*. Cearense de Fortaleza, nasceu a 16/06/1899.

09 a 11 - Dias dedicados ao *carnaval*.

12 - Quarta-feira de cinzas, foi ao ar pela primeira vez, a *Rádio Dragão do Mar FM*, hoje pertencente ao *Grupo Pague Menos*. Localiza-se na Rua Marcondes Pereira nº 426.

26 - Tem novo comando a *Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará /EAM*, entrando o capitão-de-fragata *Paulo Roberto Jordão Marinho* e saindo o também capitão-de-fragata *Sérgio Oliveira de Araújo*.

- Novamente o Cruzeiro volta a ser desbancado, o *Cruzado* passa a ser a moeda oficial brasileira em substituição ao Cruzeiro.

O tão esperado cometa de *Halley*, que assombrou o mundo em 1910 quando a Terra atravessou sua cauda, volta, no final de 1985 até esta data sem nenhum brilho, pequeno, fraco, decepcionando aos que o esperavam.

Março

05 - A divisão de Música Popular da Funarte e a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira promovem, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, o *IV Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira*, no período até 08/03/1986, com a participação do pesquisador cearense Miguel Ângelo de Azevedo (*Nirez*), representando o Ceará.

Inauguração da sede própria da *Junta Comercial do Estado do Ceará - Jucec*, o *Edifício Governador Gonzaga Mota*, na Rua 25 de Março nº. 300, na esquina com Rua Costa Barros, Centro.

13 - Polícia fecha garimpos cearenses em Parambu, Várzea Alegre e Icó, que trabalhavam de forma irregular.

Abril

1º. - Continua a chover torrencialmente em todo o Estado, causando sérios transtornos.

02 - Toma posse, às 18h, na presidência do *Tribunal Regional do Trabalho /TRT*, 7ª Região, o juiz Francisco *Osmundo Pontes*, em solenidade na sede daquela casa, na presença do presidente do Tribunal Superior do Trabalho/TST, juiz *Carlos Coqueijo Costa*, do governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota “Totó” (Gonzaga Mota), da prefeita Maria Luísa Fontenele de Almeida, do comandante da 10ª Região Militar - 10ªRM, general Francisco Batista Torres de Melo e outras autoridades.

- Empossado no cargo de diretor-presidente da *Companhia de Habitação do Ceará/Cohab*, o engenheiro *Gil Teixeira Filho*.

17 - Águas da chuva rompem trecho da estrada de ferro próximo a Itapiúna, ocasionando descarrilamento do trem PPF que transportava derivados de petróleo do Mucuripe para o Crato.

- *José Pereira da Silva* assume o cargo de presidente do *Banco do Nordeste do Brasil - BNB*, recebendo o cargo do presidente interino, *Maurício Vasconcelos*.

20 - Falecimento do coronel reformado da Polícia Militar, *Alfredo Dias da Cruz*, aos 85 anos de idade, que participou da Revolução de 1930 e do ataque ao reduto do Beato José Lourenço. Era cearense de Ipu nascido no lugarejo Presídio, em 22/07/1900.

21 - Morre, aos 73 anos de idade, vítima de ataque cardíaco, o professor *José Parsifal Barroso*, ex-deputado, ex-governador, ex-ministro e membro do *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*. Seu corpo foi velado no Palácio da Abolição e sepultado no Cemitério de São João Batista. Era cearense de Fortaleza nascido a 05/07/1913, filho de Hermino Barroso. É hoje nome de avenida na Aerolândia.

22 - Inaugura-se o *XXXVI Salão de Abril* (deveria ser o XXXVII), homenagem aos artistas plásticos *Jean-Pierre Chablotz* e Francisco Domingos da Silva (*Chico da Silva*), na Casa de Cultura Raimundo Cela, no Palácio da Luz.

24 - A *10ª Região Militar* recebe seu novo comandante, o general *Luís Pires Ururahy Netto*, que vem substituir o general *Francisco Batista Torres de Melo*.

28 - O agricultor Luís Ribeiro de Sousa, 36 anos de idade, matou dois homens dentro de um ônibus que ia para Canindé, ferindo ainda três pessoas e causando pânico dentro do coletivo.

Maio

08 - Mais de 900 hectares de plantio de algodão estão infectados pela praga do bicudo, no Ceará.

09 - O capitão-de-fragata *João Alberto Sant'Anna Sampaio* recebe das mãos do também capitão-de-fragata Francisco Nogueira de Oliveira Filho, o comando da *Capitania dos Portos do Ceará*.

14 - Morre, em Fortaleza, aos 87 anos de idade, o desenhista e agrimensor Fernando de Castro Lima (*Fernando Lima*), autor de quase todos os loteamentos de Fortaleza a partir de 1931 até próximo à sua morte. Entre eles podemos lembrar a Praia do Futuro, o Bairro de Fátima, a Gentilândia, Cocorote, Itaoca, Alagadiço, Parque Trindade, Pici, Parque Floresta, Mondubim, Urubu, Barra do Ceará, Trabalhou na antiga Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, como auxiliar técnico. Era irmão do escritor Herman Lima. Nascera em 06/01/1899 em Fortaleza na Rua Formosa (Barão do Rio Branco).

18 - Dois trens cargueiros chocam-se nas proximidades da estação de Quixeramobim, resultando danos materiais.

- Morre em Fortaleza o desembargador aposentado *Vicente Bessa*, cearense de Beberibe nascido em 08/12/1897.

23 - Morre, em Fortaleza, aos 65 anos de idade, o advogado e professor *Raimundo Ivan Barroso de Oliveira*, constituinte de 1947 e presidente da Assembléia em 1951-1953. Era cearense de Fortaleza nascido a 14/02/1921.

30 - Inaugura-se a *Rádio Cidade FM*, do Grupo Patriolino Ribeiro de Sousa, na Avenida Desembargador Moreira nº 2910, no Dionísio Torres.

Junho

09 - Sai a Lei Municipal nº 6.087, assinada pela prefeita Maria Luísa Fontenele, tombando a *Capela de Santa Terezinha*, na Avenida Leste-Oeste (Castelo Branco).

11 - Conflito de terra na Fazenda Jandaíra, no Trairi, resulta na morte de quatro trabalhadores rurais.

13 - Inaugurada a *Casa do Mincharia*, na Praia de Iracema, e, posteriormente, o Largo do Mincharia em frente à casa do comerciante Aurilo Gurgel Nepomuceno.

16 - Fundado em Fortaleza o *Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade - Iprede*, em uma enfermaria do *Hospital Infantil Albert Sabin*, atendendo exclusivamente em regime de internação Fundadoras: *Ana Maria Teles de Norões, Tereza Cristina Barroso Coelho Benevides, Guirlanda Maria Maia Benevides Braga, Ana Maria Cavalcante Silva, Maria Teresa Soares Matos, Maria Hilma Correia Montenegro, Maria Tereza Aguiar Pessoa Morano, Heli Costa Luz, Maria Lúcia Aragão Lopes e Verônica Divina Borges Albano*.

Julho

07 - Preso pela Polícia Federal o engenheiro alagoano Alvassir de Barros Oliveira, de 28 anos de idade, quando tentava ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC, com o objetivo de fazer a prova de matemática, no lugar do também alagoano *Amílton Henrique Cerqueira* dos Santos.

08 - Morre, em Fortaleza, aos 77 anos de idade, o farmacêutico e escritor *Pedro Gomes de Matos*, cearense do Crato.

12 - Em Fortaleza a atriz *Fernanda Torres*, para lançar o filme "Com licença, eu vou à luta".

31 - Morre em Fortaleza o crítico de cinema *Darcy Costa*, fundador do Clube de Cinema de Fortaleza, ex-diretor do jornal *Gazeta de Notícias*.

Agosto

10 - Morre, no Rio de Janeiro, o jurista *Boanerges Viana do Amaral*, aos 92 anos de idade. Nascera em Fortaleza a 27/02/1894.

12 - Morre, em Fortaleza, aos 80 anos de idade, o comerciante jaguari-bano *Celso Barreira Filho*, ex-deputado estadual. Nascera em Jaguaribe, CE, 22/05/1906.

20 - Tomou posse, em cadeira no *Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, o ex-secretário de Estado, coronel *Paulo Ayrton Araújo*.

24 - O *Campeonato Cearense de Futebol* encerra-se com o jogo entre o *Ceará Sporting Clube* e o *Fortaleza Esporte Clube*, no qual sai vencedor o primeiro, com a contagem de 2x1, partida realizada no Estádio Plácido Aderaldo Castelo “Castelão”.

21 - Morre o menino *Erivando dos Santos Sá*, de três anos, vítima de choque elétrico no autorama do Parque de Diversões São Luís, no Conjunto Jereissati.

24 - Morre, aos 72 anos de idade, o advogado, jornalista e professor Francisco *Edmilson Pinheiro*, ex-vereador e ex-deputado. Era cearense de Solonópole nascido a 20/05/1914.

29 - Inaugurado, após grande reforma, a sede da *Fundação Cultural de Fortaleza*, na Rua Pereira Filgueiras nº 4, na administração da prefeita Maria Luísa Fontenele de Almeida, no mesmo prédio onde funcionou a Polícia Federal ao tempo da ditadura militar.

Setembro

03 - Três assaltantes são mortos ao tentarem assaltar um banco na cidade de Boa Viagem.

05 - A *Medalha da Abolição* é entregue, na Assembléia Legislativa, a quatro personalidades: Tancredo de Almeida Neves (*Tancredo Neves*), (post mortem), recebida por sua viúva *Risoleta Neves*; Ministro do Interior *Ronaldo Costa Couto*; *Juscelino Kubitschek de Oliveira* (post mortem) e *Dom Antônio de Almeida Lustosa* (post mortem). Na solenidade é lançada a *Medalha Risoleta Neves*.

15 - Abertura da *I Exposição de Esculturas Efêmeras*, no Parque do Cocó, na Rua Virgílio Borba, no Dionísio Torres e na Casa de Cultura Raimundo Cela, na Rua do Rosário nº 01, com 72 trabalhos de oito países. Promoção da Universidade Estadual do Ceará - UECe e Fundação Demócrito Rocha.

- O agricultor Tomaz Nepomuceno de Lima, ao tentar limpar a antena externa de sua televisão, caída sobre a rede elétrica de alta tensão, provocando uma descarga elétrica que mata cinco agricultores em Beberibe.

- Toma posse, na Cadeira nº. 25, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o médico e poeta *Pedro Henrique Saraiva Leão*, sendo saudado por Pedro Paulo Montenegro.

16 - Assume a presidência da *Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC* o bacharel em direito e gráfico *Luís Esteves Neto*.

17 - Morre, aos 67 anos de idade, o médico ginecologista e obstetra *Luís Dias Martins*, cearense de Ipu nascido em 09/04/1919.

19 - A prefeita Maria Luísa Fontenele assina a Lei nº 6.119 que dispõe as normas de proteção, preservação e conservação do *Estoril*.

25 - Falece, em Fortaleza, aos 64 anos de idade, Francisco José Vieira de Figueiredo Correia (*José Figueiredo Correia*), ex-deputado estadual por duas vezes. Fundou em 1944 a Serraria Natal, na Avenida Visconde do Rio Branco nº 2871. Era natural de Várzea Alegre que o viu nascer a 07/07/1922.

26 - Em festa e jantar no Ideal Clube, é entregue o Troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, a atriz Florinda Soares Bulcão (*Florinda Bolkan*), jornalista e radialista *Paulo Cabral de Araújo*, ministro Vicente Cavalcante Fialho (*Vicente Fialho*) e o professor Djacir de Lima Menezes (*Djacir Menezes*). O Troféu Sereia de Ouro foi criado por Edson Queiroz, e neste ano completou 16 anos de entregas.

Outubro

03 - O governador Luís Gonzaga da Fonseca Mota demite o *Secretário de Segurança*, jurista Feliciano de Carvalho, substituindo-o pelo ex-deputado Gonçalo *Claudino Sales*.

07 - O artista plástico Clidenor Capibaribe de Moura (*Barrica*), cearense de Juazeiro do Norte recebe o *Título de Cidadão de Fortaleza* na Câmara Municipal de Fortaleza, após discurso do vereador Francisco Lopes que foi o proponente e do secretário de cultura Joaquim Lobo de Macedo (Joaryvar Macedo).

10 - Chegam em Fortaleza, após dez anos de sua morte em Paris, os despojos do pintor cearense *Antônio Bandeira*, sendo sepultado no Cemitério Parque da Paz em túmulo doado pelo governo estadual. Na ocasião usaram da palavra o escritor Antônio Girão Barroso e o então secretário de Cultura Joaquim Lobo de Macedo (Joaryvar Macedo).

21 - Morre, aos 85 anos de idade, o médico Aderbal de Paula Sales (*Aderbal Sales*), ex-deputado estadual membro da Academia Cearense de Letras - ACL. Nasceu em Arraial, hoje Uruburetama, a 13/05/1901.

27 - Morre o fundador da Empresa Redenção *José Guilherme da Costa*. Em 1934 adquiriu um caminhão misto com o qual fazia a linha Redenção-Fortaleza, iniciando assim sua empresa. Era cearense de Quixadá onde nasceu em 01/10/1901. Hoje é nome de rua em Fortaleza, no bairro Luciano Cavalcante.

Novembro

1º - Falece em Fortaleza o comerciante, compositor e violonista *Francisco Soares de Sousa*, fundador do Violão Clube do Ceará, vítima de câncer do pulmão. Era cearense de Quixadá nascido em 22/11/1907.

06 - Ônibus Rápido Juazeiro sofre desastre no km. 287 da BR-116, a 13 km de Jaguaribe, com saldo de cinco mortes e 17 feridos.

09 - Morre, aos 83 anos de idade, o médico *Antônio Belo da Mota*, nascido no dia 06/02/1903, em Maranguape, sendo sepultado no Cemitério de sua terra natal.

10 - O *Instituto Médico Legal - IML*, que até então ficava no Porangabuçu (Rodolfo Teófilo), muda-se para a Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste), em frente ao mar.

15 - Realizam-se *eleições* em todo o Estado, para governador, senador, deputados federais e estaduais. Os candidatos ao Governo Estadual são: Tasso Ribeiro Jereissati (*Tasso Jereissati*) (PMDB); José *Adauto Bezerra*

de Menezes (PFL); *José Haroldo Coelho* (PT); e *Francisco Aires Quintela* (PSC). Os candidatos ao Senado são: Carlos Mauro Cabal Benevides (*Mauro Benevides*) (PMDB); Cid Sabóia de Cravalho (*Cid Carvalho*) (PMDB); Esmerino de Oliveira Arruda Coelho (*Esmerino Arruda*) (PMDB); *Nestor Vasconcelos* (PMDB); *Paulo Lustosa da Costa* (PFL); *César Cals de Oliveira Filho* (PFL); *Maria Cleide Carlos Bernal* (PT); Eduardo Régis Monte Jucá (*Régis Jucá*) (PT); *Francisco José Loiola Rodrigues* (PSC); *Olga Nunes da Silva* (PSC); Pedro Augusto de Sales Gurjão (*Pedro Gurjão*) (PDT); e *Alberto Leite* (PDT).

18 - Falecimento, em Fortaleza, do médico cirurgião cearense *Luís Gonzaga da Silveira*, cearense de São Benedito nascido a 07/03/1907.

19 - Morre, em Fortaleza, aos 58 anos de idade, o médico Antônio Batista Fontenele Filho (*A. Batista Fontenele*), cearense de Granja nascido em 03/07/1928.

22 - O governo federal anuncia uma nova moeda, o *Cruzado II*.

27 - Em virtude das fortes chuvas caídas em todo o estado, a cidade de Granjeiro, distante 488 km de Fortaleza, fica ilhada.

Dezembro

03 - Criada, na gestão da prefeita *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, a *Praça Osiris Pontes*, na Granja Portugal, entre a Rua Emílio de Menezes, Rua Taquari, Rua Antônio Neri e Rua Duas Nações, mas é conhecida como *Pracinha da Granja*.

04 - No *Arquivo Nirez*, o teatrólogo, ator e professor José Maria Bezerra de Paiva (*B. de Paiva*) grava seu depoimento para a posteridade.

06 - O arcebispo metropolitano de Fortaleza, *Dom Aloísio Lorscheider*, submete-se a uma cirurgia na coronária, no Hospital do Coração, em São Paulo.

12 - Primeiro dia de funcionamento da *Delegacia de Defesa da Mulher*, marcado por várias denúncias de mulheres contra seus maridos.

13 - Assaltado e morto com uma facada no coração o médico paulista *Luís Antônio Mazzini*, de 37 anos, na Praia do Serviluz, onde estava colhendo fotografias com sua esposa.

15 - Morre eletrocutado, no Estádio Mauro Sampaio, em Juazeiro do Norte, o operário Antônio de Freitas Roque, 40 anos de idade, quando assistia ao jogo e colocou a mão em uma grade de arame.

- Morre em acidente automobilístico, no km 44 da BR-116, o repórter fotográfico *Bill Cartaxo*, de 27 anos de idade.

17 - A prefeita *Maria Luísa Fontenele* de Almeida rompe com o *Partido dos Trabalhadores - PT*.

20 - Assassinado por assaltantes, na Avenida da Abolição, o estudante colombiano *Carlos Plata Liebisch*, de 21 anos, chegou em Fortaleza uma hora antes.

24 - O Diário Oficial do Município nº 8.536 publica a Lei nº 6.152 que cria a *Escola de 1º Grau Deputado Murilo Aguiar*, na Rua 24 de Outubro s/nº, no Parque Genibaú.

24 - Morre, aos 57 anos de idade, o médico *José Evandro Mendonça Moreira*, cearense de Russas nascido no dia 13/03/1929.

31 - Morre, em Fortaleza, após pertinaz doença, técnico em eletrônica José Tavares Fontenele (*Dezinho Fontenele*), proprietário da casa TV Rádio Peças, na Rua Pedro Pereira nº 444.

Neste ano encerra suas atividades, a empresa de ônibus *São Francisco*, fundada por *José Maria Soares*, em 1947.

1987

Janeiro

05 - Pela manhã, toma posse, na presidência do *Tribunal de Contas do Ceará*, o conselheiro *Luciano Barreira*.

06 - Forte *chuva* (70mm) cai, durante a madrugada sobre Fortaleza, causando sérios transtornos como inundações e desabamentos, deixando centenas de desabrigados.

09 - Morre o médico pediatra *Jack Schaumann*.

24 - Falece, em Fortaleza, com a idade de 59 anos, vítima de câncer pulmonar, o jornalista Antônio Alves de Moraes Neto (*Moraes Né*). Nascera em Campos Sales, CE, a 26/12/1927.

28 - O *Banco Industrial e Comercial S. A. - BIC* muda-se de suas sedes uma na Rua Barão do Rio Branco nº 771 e outra na Rua Major Facundo nº 260, para sua nova sede na Rua Barão do Rio Branco nº 905, onde funcionou o Banco dos Proprietários, inaugurando-a com grande festa às 20h, com a presença do governador.

- Inaugurado, em Fortaleza, o serviço de *Rádio-Taxi*, com estação instalada no Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários.

30 - Assume o comando da *Base Aérea de Fortaleza*, o coronel-aviador *Alfredo Severo Luzardo*, substituindo *João Carlos de Oliveira Castro*, do mesmo posto.

Fevereiro

02 - Toma posse o novo presidente do *Tribunal de Justiça do Estado*, o desembargador *Raimundo Catunda*, em cerimônia realizada na sala de sessões do Palácio da Justiça, no Cambéba.

06 - Preso o marginal *Francisco Evandro Oliveira e Silva*, tarado sexual que cortava com um bisturi as nádegas de moças e crianças no Conjunto José Walter. Era conhecido como “o corta-bundas”.

09 - Agraciados com a *Medalha da Abolição* o artista plástico Francisco Magalhães Barbosa (*Zé Pinto*) e o poeta popular Antônio Gonçalves da Silva (*Patativa do Assaré*) em solenidade presidida pelo governador Luís de Gonzaga Fonseca Mota (*Gonzaga Mota*), no salão nobre do Palácio da Abolição.

17 - O engenheiro civil *Francisco de Carvalho Martins*, presidente do Sindicato das Indústrias de Construção de Fortaleza assume a presidência da *Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece*, em substituição a Tristão Faria de Carvalho Rodna, demitido no dia anterior.

24 - Morre, aos 62 anos de idade, no Hospital de Ceará-Mirim, RN, *Javeh Arcoverde Alves*, Rei Momo do *carnaval* cearense durante oito anos, de 1967 a 1974. Era paraibano de Araruama do Norte.

24 - Reeleito novo presidente na Associação Comercial do Ceará - ACC, o advogado Osvaldo Alves Dantas (*Osvaldo Dantas*), substituindo o empresário *Humberto Fontenele*.

26 - Decretada a intervenção no *Banco do Estado do Ceará - BEC*, pelo Banco Central, que determina um inspetor para designar uma nova direção para sanear financeiramente a instituição.

28 - Inicia-se em todo o Nordeste o *acionamento de energia elétrica* determinado pelo racionamento de água no Rio São Francisco.

Março

01 a 03 - O *carnaval* cai nesses dias.

09 - Forte *chuva* cai sobre Fortaleza deixando um saldo de várias inundações, desabamentos, centenas de desabrigados e aeroporto fechado.

15 - Toma posse no *Governo do Estado*, o industrial Tasso Ribeiro Jereissati (*Tasso Jereissati*), eleito pelo povo, tendo como vice Francisco Castelo de Castro, que veio a falecer no exercício do mandato, em 1990.

16 - Assume o comando da *Polícia Militar do Ceará* o coronel PM José Israel Cintra Austregésilo, substituindo o também coronel PM, Hélio Luna Alencar.

19 - Morre em Fortaleza a pianista *Maria de Lourdes Hermes Gondim*.

24 - Morre, aos 51 anos de idade, em Fortaleza, o radialista José *Mardônio Sampaio* de Menezes, do Sistema Verdes Mares, vítima de cirrose hepática. Era cearense de Fortaleza nascido em 29/10/1935.

Abril

06 - Morre, aos 69 anos de idade, o escritor, poeta e professor Otacílio dos Santos Colares (*Otacílio Colares*), membro da *Academia Cearense de Letras - ACL*, vítima de infarto do miocárdio. Nascera a 01/09/1918 em Fortaleza.

14 - Criada a *Liga Esportiva do Montese*, iniciativa de Vicente Luís do Nascimento, seu presidente.

16 - Morre, em Fortaleza, aos 64 anos de idade, o comerciante iguatense *Oriel Mota*, ex-deputado estadual. Nascera em Iguatu no dia 08/12/1922.

18 - Na *Biblioteca Pública Menezes Pimentel* incêndio destrói todos os exemplares dos jornais do Século XIX. O prédio já estava ao quase

abandono de há muito, sendo prevista na época uma reforma que não se realizou. Os jornais que escaparam ao sinistro ficaram molhados em virtude da ação dos bombeiros e foram espalhados no pátio do porão, com pesos, para que enxugassem. À noite, o vigia do primeiro andar ouviu um barulho, chamou a polícia e esta, como não tivesse lanternas, juntou os jornais e fizeram fogo para iluminar o ambiente. Foram-se assim dezenas de anos de história.

21 - Abertura do *XXXVII Salão de Abril* (deveria ser o XXXVIII), promovido pela recém-criada Fundação Cultural de Fortaleza, em três locais: na Casa de Cultura Raimundo Cela, Fotogaleria e Assefaz Galeria.

24 - Morre, às 17h30, no Rio de Janeiro, o ex-deputado federal e empresário Sérgio Moreira Filomeno Gomes (*Sérgio Filomeno*), aos 46 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

- Fortaleza tem mais um jornal, sai o Ano I, nº 1 de *A Centelha*, da Popular Editora Ltda., com redação na Rua Liberato Barroso nº 1095, sob direção de *Manuel Coelho Raposo*, sendo o jornalista responsável *Paulo Mamede* contando com a colaboração dos jornalistas José Gildemar de Oliveira (*Mazim*), *João Cunha*, *José Maria da Silva*, *Francisco Tavares do Nascimento*, *Sílvio Pereira Evangelista (Canuto)*, *Paulo Góes*, *Antônio Meireles* e *Giovani Lapela*. Na diagramação, *Manuel Coelho Raposo*. Composição, *Florindo*.

Mai

08 - Toma posse na Cadeira nº 8, da *Academia Cearense de Letras - ACL*, o escritor *Horácio Dídimo* Pereira Barbosa Vieira, sendo saudado por Artur Eduardo Benevides.

09 - Morre, aos 85 anos de idade, o compositor e instrumentista maranhense, radicado em Fortaleza, Luís Gonzaga Assunção (*Luís Assunção*), que esteve à frente da Escola de Samba que tinha seu nome por mais de 30 anos. Tocava nas madrugadas da Capital e foi, por muitos anos, pianista oficial do Ceará Rádio Clube - PRE-9.

13 - Morre, vítima de infarto de miocárdio, o médico *José Fernandes*, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da UFC, onde lecionou. Foi professor do Colégio Militar e mantinha um programa de músicas

eruditas na Rádio Universitária FM. Era membro da Academia Cearense de Língua Portuguesa.

17 - Grava depoimento para o *Arquivo Nirez* o telegrafista Antônio de Alencar Santiago (*Antony Santiago*), técnico em eletrônica e pioneiro da telegrafia e do rádio em Fortaleza, em sua residência nas Damas, na presença de seu sobrinho, pesquisador *Aldo Santiago* de Freitas.

18 - A prefeita *Maria Luísa Fontenele* de Almeida decreta estado de emergência em Fortaleza, alegando ocupação de áreas públicas, aumento do êxodo rural devido a estiagem e a crise financeira.

23 - Irrompe incêndio no depósito do *Central Cearense de Artesanato Luísa Távora - CCALT*, na Aldeota, quando ficam destruídos centenas de trabalhos em talhas, couro e palha.

24 - Inaugurada a *Praça General Sampaio*, na esquina da Avenida 13 de Maio, com Avenida dos Expedicionários, em frente ao 23º BC, na gestão da prefeita *Maria Luísa Fontenele* de Almeida. Para ela foi transferida a estátua do homenageado, que fora inaugurada em 1900 na Praça Castro Carreira e que já vinha da avenida Bezerra de Menezes e hoje está em frente à 10ª Região Militar. Em seu lugar foi colocado um busto do general.

26 - Assassinado, quando saía do hospital da *Policlínica de Fortaleza*, onde trabalhava, o contador *Luís Pessoa de Sousa*, por ocupantes de um fusca branco. São apontados como autores intelectuais do crime, os irmãos Elísio Diógenes Pinheiro (*Elísio Pinheiro*) e Francisco Diógenes Pinheiro (*Edísio Pinheiro*), médicos proprietários do hospital.

- Decretada, pelo juiz Francisco Rocha Victor, da 8ª Vara Cível, a falência da *Brasil Oiticica*.

27 - A prefeita *Maria Luísa Fontenele* assina a Lei nº. 6.201 tombando os espelhos de água da *Lagoa de Messejana* e da *Lagoa de Parangaba*.

Junho

02 - Assassinado o general *Antônio Leite de Araújo Filho*, que dirigia o *Nosso Lar*, instituição de amparo à infância e à adolescência, por um de seus “filhos” após desentendimento.

04 - A mais antiga fábrica do Ceará, a *Thomaz Pompeu Fiação e Tece-lagem*, pede falência, mas pretende continuar funcionando.

10 - Falecimento, aos 59 anos incompletos, do médico otorrino-larín-gologista Antônio Webster da Rocha Costa (*Webster Costa*), cearense nascido em Fortaleza em 22/07/1928.

12 - Morre, no dia em que completava 77 anos de idade, em Fortaleza, o gráfico Antônio Vieira de Sousa (*Cazuquê*), linotipista do jornal *O Povo*, ex-jogador de futebol.

- Decretado, pelo presidente da República, José Sarney, o congelamento de preços em todo o País e a instituição do *Novo Cruzado* como moeda nacional.

17 - Assume em Brasília o novo Reitor da *Universidade Federal do Ceará - UFC*, professor Raimundo *Hélio Leite*.

19 - Morre, em Fortaleza, o antigo diretor do Banco dos Proprietários e do Banco Industrial do Ceará - BIC, banqueiro *Deusdedit Costa Sousa*.

- Cai sobre Fortaleza forte *chuva* (89mm), que deixa um saldo de várias inundações, inclusive em cartórios, danificando vários processos, desabamentos e centenas de desabrigados.

- Desaprovadas as contas do *Banco do Estado do Ceará - BEC*, relativas ao exercício financeiro de 1986, quando da gestão de Fernando Terra.

21 - Toma posse no cargo de *Reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC*, às 20h, em solenidade realizada na Concha Acústica, recebendo o cargo das mãos do professor José de *Anchieta Esmeraldo Barreto*, o novo Reitor Raimundo *Hélio Leite*, que já havia assumido o cargo em Brasília.

24 - Assume o novo Superintendente da *Legião Brasileira de Assistência - LBA* no Ceará, *Pedro Neudo Brito*, em substituição a *Marta Sampaio*.

Julho

08 - Promoção da Capitania dos Portos escolhe o *Jangadeiro Padrão do Ceará*, recaindo no pescador *Manuel Alves de Paula (Galo Velho)*, 55 anos de idade, com apenas um braço, que recebe como prêmio uma jangada nova.

- Irrompe, à noite, incêndio que destrói a *Livraria Comercial*, com frente para a Rua Floriano Peixoto nº 523 e para a Rua General Bezerril, incêndio criminoso ateadado por ladrões.

12 - O pescador *Luis de Queirós Monteiro*, com sua jangada *Cobal* vence a *XX Regata Dragão do Mar*, competindo com mais 152 jangadas. A promoção foi da Escola de Aprendizes Marinheiros.

15 - Com a data dos dias 15 a 30, é publicado o jornal *Gota d'Água*, órgão de divulgação do *Partido Comunista Brasileiro - PCB*, dirigido por *Tarcísio Leitão* tendo como editor *Luciano Barreira* e secretário *Gervásio de Paula*.

- Aparece o primeiro número do jornal *Gari*, órgão oficial do *Departamento de Limpeza Pública - DLP*, da Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob a responsabilidade da jornalista *Verônica Prado*.

18 - Os *Armazéns Nordeste* mudam de nome, passando a denominar-se *C. Rolim Magazine*, sob liderança de *Edyr Rolim*, viúva de *Clóvis Rolim*.

22 - Falece o médico e ex-deputado estadual *Antônio Custódio de Azevedo*, cearense de Sobral nascido em 12/09/1906.

- Editado o *Jornal do IJF*, órgão informativo do Instituto José Frota, tendo como jornalista responsável *Marília Rabelo*, com textos da mesma e da jornalista *Elisabete Jaguaribe*, com diagramação de *Paulo Afonso de Castro*.

Agosto

06 - Morre, no Rio de Janeiro, aos 82 anos de idade, o professor, escritor e jornalista cearense *Francisco Martins Capistrano*, radicado no sul do País há mais de 50 anos. Era nascido em Canindé, em 21/05/1905.

08 - Morre, aos 42 anos de idade, o jornalista e ex-deputado *Tomaz José Coelho de Almeida (Tomaz Coelho)*, vítima de problemas cardiovasculares provocados por sua luta contra um câncer linfático. Foi sepultado no dia seguinte no Parque da Paz.

09 - O *Fortaleza Esporte Clube* é o novo campeão ao enfrentar o *Ceará Sporting Clube* no Estádio Plácido Aderaldo Castelo "Castelão" e empatar sem abertura de contagem, partida válida pelo *Campeonato Cearense de Futebol*.

10 - Morre, em Fortaleza, o ex-cônsul da França, comerciante *Bertrand Boris*, nascido na França. Foi diretor da Casa Boris.

11 - Preso o cirurgião plástico e sócio-proprietário da Policlínica de Fortaleza, *Francisco Edilson Pinheiro*, acusado de mandar matar o contador *Luis Pessoa de Sousa Neto*, em maio. Sua prisão foi determinada pelo Secretário de Segurança Pública, José Renato Ferreira Torrano (*Renato Torrano*).

21 - O *Partido da Frente Liberal - PFL*, muda-se para a Avenida Estados Unidos (atual Avenida Senador Virgílio Távora), próximo a esquina da Avenida Antônio Sales, inaugurado com a presença de Marcos Maciel e Carlos Chiarelli.

23 - Inaugurada a nova sede da *Igreja Messiânica Mundial do Brasil*, na Casa de Difusão de Fortaleza, na Rua Dona Leopoldina nº. 564.

31 - Morre, em Brasília, o desembargador e jornalista *José Colombo de Sousa*, vítima de acidente vascular cerebral, sendo sepultado na Capital Federal.

Setembro

18 - Aclamado *Operário do Ceará-87*, *Sebastião Rufino da Silva*, em solenidade realizada no Auditório do Sesi, na Barra do Ceará.

20 - Morre, aos 72 anos de idade, o médico *Olavo Diogo Rodrigues (Olavo Rodrigues)*, cearense de Fortaleza nascido a 11/12/1914.

21 - Às 20h, no auditório da Associação Cearense de Imprensa - ACI, o locutor *Almir Pedreira* recebe o troféu de *Radialista Padrão do Ceará-87*.

23 - Incêndio irrompe, às 21h15, na fábrica *Esmaltec*, na Avenida Francisco Sá nº 5955.

24 - Festa de entrega do troféu *Sereia de Ouro*, do Sistema Verdes Mares de Comunicação, no Ideal Clube, no seu 17º. ano de criação, aos agraciados poeta *Artur Eduardo Benevides*, industrial *João Clemente Fernandes*, o ministro *José Reinaldo Tavares* e o ministro *Inácio Moacir Catunda Martins*.

27 - Sai o Diário Oficial do Município - Diom nº. 8655 trazendo a Lei nº. 4196 dia 27/05 que muda o nome da Rua Gameleira, no Mucuripe, para *Rua Juvêncio Vasconcelos*.

29 - Morre, aos 67 anos, o construtor *José Oriá Serpa*, pai dos jornalistas *Egídio Serpa* e *Paulo Ernesto Serpa*, vítima de insuficiência cardíaca.

Outubro

16 - Inaugura-se, às 20h, a sede própria do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Fortaleza, na Rua Perboyre e Silva nº 111, Edifício Alvorada, 12º andar (cobertura). Hoje chama-se *Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Fortaleza - Sindilojas*.

21 - Morre, em Fortaleza, aos 69 anos de idade, o engenheiro agrônomo e ex-deputado estadual, constituinte de 1947, Antônio *Danúsio Barroso*, filho de Itapipoca, nascido a 10/07/1918.

22 - O *Secretário de Segurança Pública*, José Renato Ferreira Torrano (*Renato Torrano*) pede demissão do cargo por ter sido condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJEC a 10 dias/multa por crime de abuso de autoridade quando mandou prender o médico Francisco Edilson Cavalcante Pinheiro, acusado da morte do contador da Policlínica, Luís Pessoa de Sousa Neto.

23 - Assume a *Secretaria de Segurança Pública - SSP*, o novo secretário *Gilberto Aparecido*, ex-auxiliar de Renato Torrano naquela secretaria.

- Surge, no bairro Vila Manuel Sátiro, o jornalzinho *Trombeta da Vila*, de A. Carlos (Tirso) do Nascimento e F. J. Maciel da Silva (Deca), tendo como editor o jornalista *Colombo Sá*. Com redação na Rua Emílio Conde nº 436.

Novembro

1º - Falecimento do ex-deputado *Manuel Gonçalves*, industrial do ramo de óleos, vítima de um tumor no cérebro.

03 - Morre o 1º tenente da Aeronáutica Rômulo Pinto Pereira da Luz (*Rômulo Luz*), radioamador, filho do poeta Pierre Luz e neto do pioneiro do balonismo José Pereira da Luz.

04 - Morre, aos 33 anos de idade, o fotógrafo *Ademar Santos*, que trabalhou nos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, vítima de suicídio.

12 - Publica-se em Fortaleza o primeiro número do boletim *Informativo*, do gabinete do Reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC, Redatoriado por *Ivonete Maia* e *Liana Amaral*, da Coordenadoria de Comunicação Social.

13 - Morre, aos 79 anos de idade, o general *Raimundo Teles Pinheiro*, membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Era cearense do Crato nascido a 20/03/1908.

17 - Instalados, em terreno entre a Praça José de Alencar e Praça da Lagoinha, os vendedores ambulantes da Rua 24 de Maio. O local fica conhecido por *Beco da Poeira*. Depois seria ampliado.

- Fundado em Maranguape o *Maranguape Futebol Clube*.

20 - Iniciam-se os trabalhos de reforma da *Praça José de Alencar*. Os ônibus das zonas Oeste e Sul passam a ter suas paradas na Avenida Tristão Gonçalves e Rua 24 de Maio até o término da obra.

- Inaugurada na Avenida dos Jangadeiros nº 577, no Mucuripe, a *Escola de 1º Grau Professora Consuelo Amora*, na gestão da prefeita Maria Luísa Fontenele de Almeida.

Dezembro

1º - Inicia-se contenda entre a Câmara dos Vereadores e a prefeita *Maria Luísa Fontenele* de Almeida, quando aquela casa legislativa desaprova por 24 votos contra apenas sete o orçamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, que passa a dispor de menos de um quarto do previsto.

02 - Morre em Caucaia, onde nascera em 09/11/1899, aos 88 anos de idade, o ex-deputado, tenente do Exército *Edson da Mota Corrêa*, o “Tenente Edson”, que foi constituinte de 1947 e presidente da Assembléia Legislativa em 1957, vítima de edema pulmonar agudo.

05 - Morre, aos 66 anos de idade, vítima de virada de sua F-1000, no caminho de Quixadá, o comerciante Francisco *Eudes Ximenes*, pioneiro com cadeia de mercados em Fortaleza (Mercantil São José).

08 - Fundada em Fortaleza, por iniciativa da Irmã *Maria Batista de Andrade*, a *Casa do Menino Jesus*, para abrigo de crianças doentes de câncer e que não têm onde ficar durante o tratamento, com jogos, aulas, terapia ocupacional e passeios. A coordenadora é a Irmã Maria da Conceição Dias de Albuquerque.

09 - O empresário *Guilherme Liliensfeld*, diretor-superintendente do Grupo Lundgren Tecidos S. A., recebe o Troféu *Empresário de Visão-87*.

10 - Aberta às 21h a mostra dos artistas *Nícolás, Rubens de Azevedo* e *J. Stélio*, no BNB Clube de Fortaleza, na Avenida Santos Dumont nº. 3646.

- Cerra as portas para reforma, mais uma vez, ficando fechado até hoje, o *Excelsior Hotel*, inaugurado em 31/12/1931, na esquina da Rua Guilherme Rocha com Rua Major Facundo, na Praça do Ferreira,

DISCURSOS

Breve notícia sobre o ensino público no Ceará (Brasil)*

MELQUIADES PINTO PAIVA¹

Na história recente do mundo, a educação tem sido o mais curto ou mesmo o único caminho para que se alcance o desenvolvimento econômico e social, incentivando a cidadania plena, com a devida proteção do meio ambiente, em busca da sustentabilidade das condições de vida.

A nossa lei maior, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu artigo 205 estabelece o seguinte:

“**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A boa educação impõe aos professores competência e dedicação; adequação dos conteúdos programáticos em favor da cidadania e do preparo para o trabalho; infra-estrutura condizente com os objetivos a alcançar; apreço pelo valor fundamental da liberdade, com respeito ao estado democrático de direito.

Estes são alguns dos pressupostos contidos em nossa Carta Magna, que assegura a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais.

Não é novidade a responsabilidade do Estado pela educação do povo brasileiro. Lei de 15 de outubro de 1827 determinou que houvesse em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, escolas de primeiras letras, quantas quisessem os presidentes das Províncias.

* Palestra proferida em reunião solene do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Ceará, em 7 de março de 2007, na cidade de Fortaleza, para a entrega do diploma de doutor *Honoris Causa* ao seu autor.

¹ Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

A primeira escola primária e pública, implantada em terras cearenses, funcionou em Ibiapina (1784), dirigida pelo professor José Barros Wanderley, destinando-se a ensinar a ler, escrever e contar. Entre 1759 e 1822, desde a expulsão dos jesuítas até a Independência, foram criadas apenas 27 escolas primárias no Ceará.

Por causa da lei provincial nº 304, de 15 de julho de 1844, na presidência do brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, surgia o primeiro estabelecimento público de ensino secundário no Ceará, instalado em 19 de outubro de 1845, em Fortaleza, tendo como diretor Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, seu inspirador e orientador durante muitos anos.

O ensino superior público no Ceará começou com a Faculdade Livre de Direito, fundada em 21 de fevereiro de 1903 por um grupo de juristas, com destaque para Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (filho) e Antônio Augusto de Vasconcelos; foi instalada em 1º de março de 1903. Estadualizada pela lei nº 717, de 8 de agosto de 1903, sancionada pelo governador Pedro Augusto Borges; seu primeiro diretor foi Antônio Pinto Nogueira Acióli, que permaneceu no cargo até 12 de julho de 1904, sendo substituído pelo vice-diretor Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (filho), que a dirigiu até 9 de janeiro de 1926, quando foi posto em disponibilidade.

A Universidade (Federal) do Ceará foi criada pela lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, firmada pelo presidente João Café Filho, e instalada em 25 de junho de 1955; o primeiro reitor foi o professor Antônio Martins Filho.

A Fundação Educacional do Estado do Ceará teve sua criação autorizada pela lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, assinada pelo governador César Cals de Oliveira Filho; ficou sob a direção da professora Antonieta Cals de Oliveira.

Em 5 de março de 1975, o Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará aprovou a resolução nº 2, que “Cria a Universidade Estadual do Ceará, aprova o respectivo Estatuto e dá outras providências.” Esta resolução foi homologada pelo decreto nº 11.233, de 10 de março de 1975, firmado pelo governador César Cals de Oliveira Filho. Em 5 de novembro de 1975, o professor Antônio Martins Filho foi nomeado presidente da Fundação e primeiro reitor (*pro tempore*) da Universidade Estadual do Ceará.

Ao ser instalada em 10 de março de 1977, pelo governador José Adauto Bezerra, a Universidade Estadual do Ceará já estava reconhecida pelo governo federal, o que aconteceu através do decreto nº 79.172, de 26 de janeiro de 1977, assinado pelo presidente Ernesto Geisel. O primeiro reitor, com mandato a termo, foi o professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa; a ele se seguiram no cargo de reitor os professores Luiz Moreira, Cláudio Régis de Lima Quixadá, Perípedes Franklin Maia Chaves, Paulo de Melo Jorge Filho, Manassés Claudino Fonteles, Francisco de Assis Moura Araripe e Jader Onofre de Moraes, este com mandato de quatro anos, a terminar em 21 de maio de 2008.

A Universidade Estadual do Ceará destina-se a “produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais, para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da região Nordeste. Desenvolvimento sustentável entendido como marco diferencial de um modelo alternativo de desenvolvimento que atenda às necessidades da sociedade civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida e o reconhecimento dos direitos sociais.”

Após este breve esboço histórico de pioneirismos no ensino, em terras do Ceará, vejamos a sua distribuição pelos municípios do litoral e do sertão.

O ensino pré-escolar e o fundamental, na esfera pública, prioritariamente estão sob a responsabilidade dos municípios. Aquele dito como primário se espalhou razoavelmente bem, com a implantação de grupos escolares, escolas reunidas e mesmo escolas isoladas, de certa forma atendendo às necessidades das crianças cearenses.

Até meados do século XX eram poucos os municípios que tinham ginásios à disposição dos adolescentes litorâneos e sertanejos, ficando a maioria sem condições de prosseguir estudando. Os poucos que podiam, deixavam seus lares em busca dos ginásios existentes, sujeitando-se à vida em internatos, à hospedagem em casas de familiares e amigos, ou mesmo, à constituição ou simples ingresso em “repúblicas” de estudantes. Os colégios, para a continuação dos estudos, existiam apenas em Fortaleza, o principal deles sendo o Liceu do Ceará.

A lei provincial nº. 91, de 5 de outubro de 1837, com a chancela do presidente José Martiniano Pereira de Alencar, autorizou a abertura de uma Escola Normal em Fortaleza. Estabeleceu, para cada professor de

primeiras letras da Província, prazo dentro do qual deveria se matricular em dita escola, para se aplicar nas matérias que na mesma se ensinassem, vencendo o ordenado que por lei lhe competir.

O começo do ensino profissional público no Ceará foi decorrente da lei nº 1.759, de 5 de agosto de 1856, sancionada pelo vice-presidente Antônio Herculano Pereira da Cunha, que criou em Fortaleza uma Casa de Educandos, para meninos órfãos e desvalidos, maiores de 7 anos e menores de 18 anos; entre as suas atribuições, deveria ensinar ofícios profissionais.

O ensino militar no Ceará teve seu início com a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros, autorizada pelo decreto nº 3.347, de 26 de novembro de 1864, sob o comando do primeiro-tenente Carlos Romel, sendo instalada em 26 de fevereiro de 1865.

A lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878, mandou criar uma nova Escola Normal em Fortaleza, isto na presidência de José Júlio de Albuquerque e Barros. Foi instalada em 22 de março de 1884 pelo presidente Sátiro de Oliveira Dias, sendo seu primeiro diretor o professor José de Barcellos.

Quanto ao ensino comercial público, ele começou na Escola de Comércio do Ceará, anexa ao Liceu do Ceará, criada pela lei nº 544, de 14 de agosto de 1899, pelo presidente Antônio Pinto Nogueira Acióli.

Com mais rigor, o chamado ensino técnico se iniciou, no Ceará, com a Escola de Aprendizes e Artífices, criada pelo decreto federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 e instalada no ano seguinte, sob a direção de Sebastião Cavalcante de Albuquerque. Com o passar dos anos, recebeu sucessivas denominações, agora tendo o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (1999), inclusive com ensino de nível superior.

Quanto ao ensino rural, a unidade pioneira foi a Escola Normal Rural de Juazeiro, criada em 11 de janeiro de 1934 pelo Instituto Educacional de Juazeiro, encampada pelo Estado nos termos do decreto nº 1.278, de 11 de junho de 1934, assinado pelo desembargador Olívio Dornelas Câmara, no exercício do cargo de interventor federal do Estado do Ceará.

Depois, foram criadas algumas escolas agrotécnicas federais, a partir de 1954, duas das quais permanecem em funcionamento (Crato

e Iguatu); agora estão se disseminando os centros de ensino tecnológico para a formação de técnicos de grau médio e tecnólogos de nível superior, nas áreas de práticas agrícolas, processamento de alimentos e manutenção eletromecânica.

No interior do Ceará, o ensino superior começou em 1960, com a implantação da Faculdade de Filosofia do Crato, graças à visão do seu primeiro diretor, o professor José Newton Alves de Sousa, e logo depois, da Faculdade de Ciências Econômicas, com o professor Pedro Felício Cavalcante na direção. Isto ocorreu após 57 anos da pioneira criação da Faculdade Livre de Direito, em Fortaleza.

A Universidade Regional de Cariri foi criada pela lei estadual nº 11.141, de 9 de junho de 1986, firmada pelo governador Luís de Gonzaga Fonseca Mota, que a instalou em 7 de março de 1987, na cidade do Crato. O primeiro reitor foi o professor José Teodoro Soares.

Em Sobral, o ensino superior teve início com a Faculdade de Filosofia, autorizada a funcionar pelo decreto federal nº 49.878, de 11 de janeiro de 1961, tendo como diretor o professor José Gerardo Ferreira Gomes. A aula inaugural aconteceu em 19 de março de 1961.

A Fundação Universidade Vale do Acaraú, com sede na cidade de Sobral, decorreu da lei municipal nº 214, de 23 de outubro de 1968, sancionada pelo prefeito Jerônimo Medeiros Prado, tendo como reitor o professor Francisco Sadoc Araújo; foi a responsável pela criação de cinco faculdades. A encampação das seis faculdades resultou da lei estadual nº 10.933, de 10 de outubro de 1984, assinada pelo governador Luís Gonzaga Fonseca Mota, assim surgindo a Universidade Estadual Vale do Acaraú.

O decreto estadual nº 8.716, de 16 de janeiro de 1967, firmado pelo governador Virgílio de Moraes Fernandes Távora, criou a Faculdade de Educação Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, depois encampada pela Universidade Estadual do Ceará, agora com a denominação de Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. O professor Misael Alves de Sousa efetivou a sua instalação em 8 de agosto de 1968, e a dirigiu por mais de 10 anos.

No momento, a Universidade Estadual do Ceará oferece 59 cursos de graduação, dos quais 27 funcionam em Fortaleza; os restantes 32 cursos estão nos *campi* de Itapipoca, Quixadá, Iguatu, Tauá e Limoeiro do

Norte. Programas de formação de mão-de-obra especializada se realizam em vários outros municípios cearenses — é a interiorização do ensino universitário, beneficiando o povo do litoral e sertão cearenses. Tem 55 grupos de pesquisa, que abrangem sete das oito áreas de conhecimento, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; conta com 16 pós-doutores, 220 doutores, 465 mestres e 194 especialistas.

Agora, voltemos ao texto da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

“**Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Estas responsabilidades maiores das universidades brasileiras têm que ser exercidas em níveis de boa qualidade, de modo a justificar os investimentos públicos e privados, oriundos do povo ou das organizações mantenedoras. É preciso transmitir conhecimentos apropriados e atualizados, produzir novos conhecimentos e fazer chegar à população conhecimentos que ajudem a melhorar as condições econômicas, sociais e culturais: em outras palavras, aumentar o patamar da cidadania.

Nos dias que correm, com a massificação do ensino superior, e as aberrantes autorizações para o funcionamento de cursos, principalmente de natureza privada, é bem evidente a banalização de diplomas, com pouca valia no mercado de trabalho, levando à frustração de esperanças dos seus portadores. As boas oportunidades de trabalho são poucas, as demandas crescentes e muito grandes. Há mesmo um certo desprezo pelo simples diploma, com o privilegiamento da eficiente formação profissional. A avalanche de desempregados portadores de diplomas superiores e a excessiva procura verificada em concursos públicos, comprovam as tristes palavras acima proferidas.

Vivemos em época de forte transição, neste limiar do século XXI, com a globalização dos meios de produção, de industrialização, de comércio e de outros serviços, atingindo todos os povos. Quando tudo vai mudando, também é preciso procurar a adaptação do ensino ao mundo que nos cerca. Proceder de forma diferente, é se condenar ao atraso, à pobreza e, o que é mais grave, perder a própria autodeterminação, alienando a independência e renunciando à liberdade.

O ensino superior do Ceará tem que aceitar novas realidades e procurar soluções efetivas para os problemas presentes na sociedade, com alto índice de crescimento demográfico, excessiva urbanização e alarmante pobreza do povo.

Além dos objetivos permanentes do ensino superior, as Universidades cearenses devem se preocupar em transmitir e gerar tecnologias de ponta, sem esquecer aquelas de maior alcance da população, valorizando o conhecimento popular; devem se preocupar com o melhor aproveitamento dos recursos agora explorados, cuidando da conservação e da sustentabilidade; devem se preocupar com a exploração de novos recursos naturais, valendo-se de condições oferecidas pelas variáveis da semi-aridez e da tropicalidade, ou do mar que nos cerca; devem se preocupar com a montagem de infra-estrutura, destinada ao turismo e preparar o pessoal necessário para o seu melhor desempenho, atraindo crescente número de pessoas; devem se preocupar com o surgimento de novas profissões, que levam à disponibilidade de maiores postos de trabalho, com a redução do desemprego, dando atendimento às demandas de pessoal, decorrente da globalização; enfim, devem se preocupar em combater a pobreza do povo, procurando criar uma sociedade socialmente mais justa.

Encerrando estas desataviadas palavras, antes de manifestar agradecimentos pela honraria recebida, esperamos que a Universidade Estadual do Ceará valorize todos os saberes, que são sempre úteis ao Homem!

Para alguns dos presentes a esta solenidade, quando recebo o diploma de doutor *Honoris Causa* da Universidade Estadual do Ceará, pode parecer estranho que tenha deixado para o final da palestra os agradecimentos devidos. Isto foi de propósito, para evitar constrangedora emoção, antes de lhes oferecer pensamentos de um velho professor e cientista, sempre preocupado com a felicidade dos cearenses e com os destinos do nosso Ceará.

Senhor reitor Jader Onofre de Moraes: temos entre nós sólida amizade, construída durante décadas, desde o início dos seus afazeres no atual Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, no começo das suas brilhantes carreiras de geólogo, professor e pesquisador. Então, eu me encontrava dirigindo aquela respeitosa organização acadêmica, como seu diretor-fundador. De certo modo, a homenagem honrosa

que recebo tem aparência de relacionamento de filho prestigiando o pai, e assim a considero nos campos do saber e da cultura. Palavras, não as tenho, na forma desejada, para lhe agradecer e louvar seus méritos.

Ao Conselho Universitário da Universidade Estadual do Ceará, na sua totalidade e na pessoa do professor Marcelo Gurgel Carlos da Silva, autor da proposição que me concedeu o título de doutor *honoris causa* e me saudou nesta sessão memorável, formulo profundos e sinceros agradecimentos, por me terem distinguido com o diploma recebido, o primeiro deste tipo que me foi entregue em longa vida acadêmica, já ultrapassando meio século de continuadas lutas.

Devo ainda agradecer a todos os presentes, familiares, colegas, amigos e a comunidade acadêmica, a outras autoridades que aqui se encontram ou estão representadas, pela alegria de os ver testemunhando tão raro e grande momento de minha vida, prestigiando-me de forma que muito valorizo.

Que Deus guarde todos nós, com sua benção e proteção!

A palavra – na história, na geografia e na antropologia*

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA¹

Senhoras e senhores, saúdo-os em nome dessa conquista maior da humanidade, mãe de todas as invenções, dom supremo que Deus não ofereceu a nenhuma outra criatura – a palavra.

No contexto dessa saudação, relevo, especificamente, alguns personagens especiais.

Primeiramente, o presidente da Academia Cearense de Retórica. Intelectual de escol, médico respeitado por toda uma vida dedicada ao próximo, Maurício Benevides sobressaiu-se, desde cedo, pelo poder de persuasão e pelo impressionante timbre de voz, fatores que, aliados à natural vocação para o estudo da arte de bem dizer, transformaram-no em singular orador e inexcelável retor.

Sou-lhe profundamente grato por falar em nome do Sodalício, recepcionando-me nessa noite memorável, o que ornamenta a presente solenidade com o seu pensamento e aumenta a nossa responsabilidade por suas expectativas. Na figura desse idealista, verdadeiramente admirável, saúdo os membros da Mesa Diretora e as demais autoridades aqui presentes, mencionadas ou não pelo protocolo.

Saúdo os Acadêmicos dessa egrégia entidade, que me convidam para trabalhar em um laboratório que estuda a energia criadora do universo, porquanto o Livro Sagrado registra que “No princípio era o verbo, o verbo era com Deus e o verbo era Deus”.

Agradeço o voto de confiança desses novos parceiros de jornada e, na medida do possível, procurarei honrá-los.

* Discurso de posse na Academia Cearense de Retórica.

¹ Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Saúdo os familiares e amigos que aqui vieram, deixando as suas atividades para dividir conosco os prazeres espirituais desta noite. Vocês são oásis no deserto; alegam-nos quando os vemos, mesmo de longe, pois sabemos que ali estão a água doce, a sombra fresca e as tâmaras maduras, que refazem as energias da caminhada. Em noites como estas, os brilhos dos seus olhos transformam-se nas estrelas de um céu claro, que orientam as caravanas das nossas vidas. Obrigado pelo néctar e o perfume das suas presenças.

Reverencio o último membro que ocupou esta cadeira, Núbia Brasileiro, Estrela-da-Manhã de uma geração de intelectuais que ainda pode vê-la no seu imaginário. A líder feminina que encantava pela personalidade cativante e pelos múltiplos dons que derramava, como se fossem raios de luz, atravessando a poesia, o conto, o jornalismo, o romance, a música, o canto, o teatro, e, finalmente, a oratória. Lembrá-la-emos, sempre, como uma das mais fascinantes personagens que a Terra de Iracema gerou. E já que o destino aqui me trouxe, resta-me dizer que procurarei valorizar os ideais que aquela figura corajosa, até o fim, disseminou.

Gostaria de fazer algumas reflexões sobre a palavra, a qual criou as civilizações e evoluiu dentro delas.

Com a palavra oral, o homem aprendeu a desenhar os pensamentos no vento e, com a palavra escrita, a pintar a alma no tempo!

A oratória foi uma das primeiras formas de arte a surgir. Reunia a poesia e a filosofia no orador, uma espécie de ator, que falava à razão e ao coração.

Em Atenas chegou ao apogeu. Valorizavam, tanto os bravos que defendiam a cidade nos campos de batalha, quanto os que engrandeciam no terreno das idéias, o que levou Alfonso Reys a declarar que “Desde Homero, a oratória, na Grécia, era a condição do herói”.

Em razão do prestígio da oratória surgiu na Grécia a arte da Retórica. Criava sistemas e regras que levavam à eloquência.

Górgias, apontado como o introdutor da retórica entre os gregos, foi sempre muito admirado e, mais tarde, imortalizado, num dos diálogos de Platão.

Passado o período áureo em Atenas e o esplendor em Roma, a oratória e a retórica, após a invasão dos bárbaros, entraram em declínio

e passaram-se muitos séculos, até a chegada do Renascimento, para readquirirem, em parte, o prestígio e a importância de outrora.

A retórica moderna nasceu dos estudos do grande pensador Chaim Perelman, nascido em Varsóvia, que restabeleceu a linguagem natural, na relação entre auditório e enunciador.

Na realidade, existe uma forma de comunicação oral em cada época e em cada povo. A oratória grega, por exemplo, é concisa, direta, lógica e transparente. A romana, pomposa, gongórica, prolongada e difusa.

No caso brasileiro, a herança da língua latina, baseada em estudos de clássicos como Vieira e Rui, é a responsável por discursos longos, que cansam os auditórios modernos.

Em rápida caminhada por alguns países, poderemos observar que a história da humanidade tem sido feita não pelas armas, mas pelas palavras de oradores, simples e tocantes:

Péricles dominou Atenas por mais de quarenta anos. Nunca aceitou cargos políticos e morreu pobre; mas seu poder de persuasão levou sua época a ser chamada de “O Século de Péricles”.

Se Roma foi grande, deve-o a Júlio César, que a expandiu e consolidou. E, por trás das estratégias bem-sucedidas estava a eloquência daquele líder, considerado pelo próprio Cícero como “o primeiro orador do seu tempo”.

No pequeno espaço geográfico de Israel, houve um homem chamado Jesus que se tornou divino por suas mensagens e mudou o mundo.

Na Alemanha, citaremos dois exemplos da palavra, usada no bom e no mau sentido. Primeiro, o de Lutero, que transformou as concepções do seu tempo e iniciou um novo ciclo na história das religiões.

Segundo, o de Hitler, que antes de ser soldado e político, aprendeu oratória, no estilo latino, e com ela hipnotizou o seu povo, arrastando-o para o caos.

Na Arábia, surgiu o profeta Maomé, que uniu as tribos árabes e abriu uma poderosa vertente para os homens, na busca de Deus.

A exortação de Napoleão, da França, no Egito: “Soldados, do alto dessas pirâmides quarenta séculos de história vos contemplam”, ainda ressoa.

Na Índia, um homem humilde, chamado Ghandi, assombrou o mundo ao derrotar a maior potência da época, com palavras e sem um tiro sequer.

Na Inglaterra, “o sangue, suor e lágrimas”, de Winston Churchill, foi a única arma dos aliados que não pode ser vencida nem copiada”.

Na Rússia, Lênin, com seus pronunciamentos avassaladores, provocou convulsões que se alastraram pelo mundo e criaram novo mapa político na história.

No local da maior batalha da Guerra Civil Americana, o discurso de Gettysburg, reconciliou um povo dividido, imortalizou Lincoln e motivou o País para a prosperidade.

Mesmo a China atual, com o seu duplo sistema político, está submetida às palavras de Confúcio, que têm sido mais fortes do que as mudanças ideológicas do país, através dos séculos.

A paixão brasileira pela palavra vem desde os primórdios. Nossos indígenas amavam a eloquência e a música.

Pero Vaz de Caminha, em nosso primeiro documento, observou que os selvagens, mesmo ouvindo uma língua estranha, mantiveram-se observadores e silenciosos, quando o padre subiu ao altar, na primeira missa, e pregou sobre os evangelhos. Pela eloquência dos gestos sabiam que era um líder, deixando uma mensagem.

Varnhagen, um dos nossos maiores historiadores escreveu: “Eram os índios grandes oradores e tanto apreciavam essas qualidades que, comumente, aos melhores faladores aclamavam por chefes”.

Jean de Lery, um dos nossos primeiros viajantes quinhentistas, salientou: “São grandes discursadores os selvagens e prosseguem muito bem em qualquer sermão, até o fim”.

O padre Fernão Cardim, dos maiores que descreveram os costumes indígenas brasileiros, observou:...“Pelas madrugadas há um principal em suas ocas que, deitado na rede, por espaço de meia hora, lhes prega, e admoesta que vão trabalhar como fizeram seus antepassados, distribuindo-lhes o tempo e dizendo as coisas que hão de fazer...”.

Por questão de tempo destacaremos apenas um nome, em cada um dos períodos posteriores à descoberta, cuja voz ecoou, mudando o futuro do Brasil.

Na fase Colonial, os sermões do padre Vieira buscaram o sublime. Encorajaram os brancos e integraram os índios, ajudando a dilatar e consolidar nossas fronteiras.

No primeiro reinado, Gonçalves Ledo, por sua incandescente atuação nas tribunas, é considerado, modernamente, o verdadeiro Patriarca da nossa Independência.

No segundo reinado, Joaquim Nabuco consagrou-se como o líder entre os grandes oradores que defendiam a Abolição dos Escravos.

Em homenagem ao Ceará, devemos registrar para os que conhecem José de Alencar apenas como romancista, que ele é considerado um dos grandes oradores do seu tempo.

Na República, entre muitos titãs da oratória, destacamos Juscelino Kubitschek, que, em regime democrático pleno e com o carisma da sua palavra, levantou uma das mais maiores e mais arrojadas cidades do mundo, interiorizou o País e modificou o destino da Nação.

A eloquência, portanto, é a arte que exprime e impõe sentimentos, de forma imediata, podendo desencadear revoluções.

Os grandes oradores têm sido homens do seu tempo, integrados às aspirações coletivas. Mesmo nas sociedades primitivas, havia os que melhor sabiam expor os seus pensamentos. Esses oradores selvagens, sem nenhuma chance numa sociedade civilizada, eram os guias dos seus povos. Das suas palavras grotescas e dos seus gestos rudes, dependiam as sobrevivências daqueles grupos.

Ainda hoje as sociedades esperam desses senhores que sabem utilizar a palavra, especialmente numa época em que os meios de comunicação em massa podem multiplicar extraordinariamente o poder de persuasão coletiva.

Continua verdadeira a afirmação de Victor Hugo: “Uma palavra caída de uma tribuna cria sempre raízes em alguma parte. Dizeis: não é nada, é um homem que fala, e encolheis os ombros. Espíritos de curto alcance! Dizeis que não é nada e é um futuro que germina, é um mundo que desabrocha”.

Mas, se a tecnologia amplia incrivelmente o poder da palavra para fins nobres como a educação, também aumenta proporcionalmente os perigos da eloquência, se usada para interesses mesquinhos, cínicos ou imorais.

Sou um otimista, no entanto, e creio que a palavra, mesmo com os seus riscos, foi e sempre será nossa maior esperança. Por isso conclamo as forças culturais dessa Academia e do nosso País:

“Ajudem a formar jovens com poder de argumentação; não deixem que aproveitadores manipulem o nosso futuro pela falta de sonhadores e profetas, que saibam lutar por um mundo melhor”.

Muito obrigado.

(Agosto/2007)

HOMENAGEM PÓSTUMA



Marcelo Caracas Linhares
☆ 1924 ✠ 2007

Discurso proferido pelo deputado Mauro Benevides*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Na manhã de hoje, faleceu em Fortaleza o ex-deputado federal Marcelo Linhares, que desempenhou nesta Casa sucessivos mandatos, de 1971 a 1987, sempre preocupado em corresponder aos anseios do povo cearense e às aspirações do País.

Compôs os quadros da antiga ARENA e participou de importantes Comissões, quando pôs em evidência os reconhecidos atributos intelectuais, ao lado do espírito público que norteou todas as respectivas atividades como líder político de prestígio incontestável.

* Discurso proferido na Câmara Federal pelo deputado federal Mauro Benevides, na sessão de 14 de agosto de 2007.

Na condição de intelectual de méritos comprovados, foi autor de várias obras, uma das quais focalizando a vida e obra do Ministro José Linhares, coestadano dos mais ilustres, que ocupou a Presidência do Supremo Tribunal e a Chefia da Nação, numa breve interinidade no curso da qual demonstrou excepcional clarividência e inquestionável patriotismo, em fase difícil da nossa vida político-institucional.

Intelectual de cultura polimorfa, ascendeu ao Instituto do Ceará, sendo figura estelar da tradicional Entidade, prestes a completar 120 anos de fecunda existência, tendo-me com confrade naquele Sodalício, hoje exemplarmente presidido pelo escritor Eduardo Campos.

Numa das últimas solenidades a que compareceu, juntamente com a esposa Irismar, sua companheira inseparável, era visível a debilidade física que o atormentava, embora robusta a firmeza em defender questões relevantes ligadas à historiografia de nossa Unidade Federada.

Detentor de inúmeras comendas, Marcelo Linhares impunha-se entre os Pares, nesta Casa e no convívio com outros órgãos a que pertenceu, em razão de seus dotes culturais e da elegância como lidava com os que figuravam no rol imenso de sólidas amizades pessoais.

As condecorações conquistadas merecidamente patenteavam o reconhecimento a serviços institucionais por ele prestados ao Ceará e ao País.

Reverencio a memória de Marcelo Linhares – parlamentar dos mais dinâmicos e cidadão honrado – que soube dignificar o Parlamento Nacional, na condição de autor de inúmeras proposições, ajustadas aos nossos anseios de crescimento e bem-estar social.

Elegante e educado

EDUARDO CAMPOS*

Morávamos na Aldeota dos anos quarenta. Foi quem primeiro repetiu o trecho de conto que publiquei. “Não era espuma que o barco ia fazendo, era saudade”. Bem comportado, elegante e educado. Chamava-se Marcelo Caracas Linhares. Um dia quis apresentar-me aos pais, ensejando almoçar em sua casa. Minha mãe, ouvida a respeito, ponderou: “Vá, não. A família é importante e você não sabe sentar à mesa...” Não exagerava. Nem de longe sabia o que me aguardava. Querem ver? Mesa bem posta, talher para peixe, outro para carne. Peças de cristal, de ressoar delicado, destinadas para cada uso. Alvíssimos guardanapos de linho, e em verde-cana as iniciais do casal anfitrião. O dono da casa de paletó à mesa: a senhora, sobriamente adereçada. Falamos – eles falaram de Guaramiranga, o café florescendo, odor de flores pelas madrugadas geladas. E eu, vivido numa Aratanha de cafeicultura destroçada, tive de mentir: os grãos do café Peri, da torrefação de meu pai, vinham de Baturité... Resumindo: a conversa à mesa, os dois pratos servidos, o ritual da bebida, para refrescar, terrível desafio gastronômico, a me saber lição. Saí da residência dos pais do Marcelo com compromisso de aprender a me servir à mesa, ainda que minha mãe repisasse: “Avisei, você ia passar vexame...”

Desse modo aprendi a me desempenhar em banquetes. Nem mesmo em Versalhes, quando acompanhava o presidente Geisel em viagem oficial ao país amigo, me senti tímido. Vendo a meu lado o constrangimento de algum colega jornalista, dizia a mim mesmo: “Aprendi com o Marcelo Linhares...” Quando por excesso de generosidade colunistas sociais me elegeram imerecidamente um dos dez mais elegantes de Fortaleza, o pouco que me acudiu para fazer valer essa aprovação

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

inspirou o Marcelo Linhares, exemplo bastante raro de cavalheiro com irrepreensível bom gosto.

Disse-lhe esse contar repetidas vezes. Ele ouvia-me contestando, dizendo-me exagerado.

Agora, o Marcelo partiu. Infelizmente não pode mais negar de viva voz que me ensinou a arte de comer e também de vestir.

(Transcrição do *Jornal Diário do Nordeste* - Fortaleza, edição de 22/08/2007).

Marcelo Caracas Linhares na Revista do Instituto do Ceará*

LINHARES, Marcelo Caracas.

Discurso de posse.

L. CVIII (1994): 149-158.

Discurso de posse como sócio efetivo do I.C. sucedendo ao Prof. José Teixeira de Freitas, do qual faz uma boa síntese biográfica.

Dr. Virgílio de Moraes: sesquicentenário.

L.CIX (1995): 163-169.

Dados e comentário biográfico sobre Virgílio Augusto de Moraes (1845-1914), advogado, professor e co-fundador do I.C. Academia Cearense de Letras e Faculdade de Direito do Ceará.

Saudações a José Cláudio de Oliveira como novo sócio efetivo do Instituto do Ceará.

L. CIX (1995): 211-216.

O discurso registra dados biográficos de José Cláudio, que sucedeu a Cláudio Martins no I.C.

* Transcrição do Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. 1955-2006. (Pedro Alberto de Oliveira Silva).

Dom Pedro I: primeiro imperador do Brasil

t.CXII (1998): 195-206

Síntese. A presença de D.Pedro I no Brasil e sua importância na formação da unidade nacional. É destacada a presença da maçonaria nesse fato. O autor cita bibliografia.

O Ato Institucional número 5 e o fechamento do Congresso Nacional em 1968.

t.CXIII (1999): 187-202

É trabalho bem esclarecedor e informativo, com referências bibliográficas confiáveis. O autor, deputado federal de 1971 a 1987, apresenta as causas da Revolução de 1964, desde fim da Segunda Guerra Mundial até 1968.

Caxias: moldura de nossa nacionalidade

t.CXIII (1999): 303-308

A importância das forças armadas na vida histórica do país. O autor destaca os fatores: segurança – desenvolvimento – liberdade. Homenagem prestada ao exército brasileiro em sessão do I.C. realizada em 20.8.1999.

A Conjuração Baiana de 1798

t.CXV (2001): 101-109

Antecedentes históricos. O autor comenta a influência de idéias maçônicas naquele fato

Sesquicentenário de um semeador

t.CXVII (2003): 135-139

Dados genealógicos da família Linhares no Ceará, destacando o sesquicentenário de Francisco Alves Linhares (1853-1926).

Saudando o embaixador Dário de Castro Alves

t.CXVIII (2004): 283-289

Discurso proferido na posse de Dário Moreira de Castro Alves como sócio efetivo do I.C. sucedendo ao sócio Antônio Martins Filho.

Saudando José Filomeno de Moraes Filho

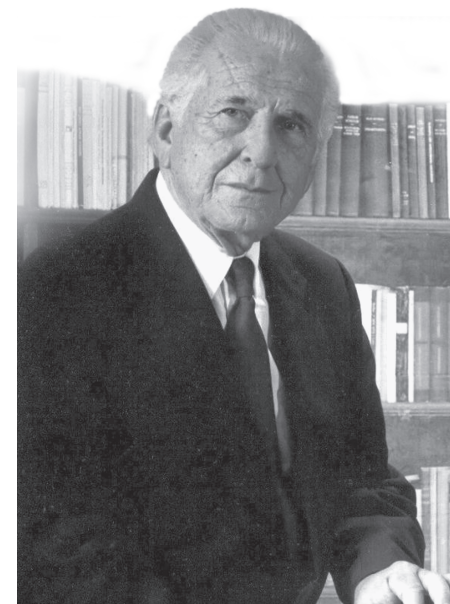
t.CXIX (2005): 295-300

Discurso proferido na posse de José Filomeno de Moraes Filho como sócio efetivo do I.C., sucedendo ao sócio Geraldo da Silva Nobre.

Plácido Castelo – o meu governador

t.CXX (2006): 109-113

Testemunho sobre traços da personalidade do deputado Plácido Aderaldo Castelo (1906-1979) e de acontecimentos que antecederam a sua escolha para governar o estado do Ceará. O autor foi secretário de estado em seu governo (1966-1971) e deputado federal em quatro legislaturas durante o período militar (1971-1987).



Manuel Eduardo Pinheiro Campos
☆ 1923 † 2007

Uma vida e muitas lutas

Eduardo Campos dirigiu, durante anos, os Diários Associados. Imprimiu sua marca em jornais, rádio e TV.

Manuel Eduardo Pinheiro Campos comandou os Diários Associados no Ceará, influente grupo de comunicação comandado por Assis Chateaubriand. Os jornais *Unitário*, *Correio do Ceará*, Ceará Rádio Clube e, depois, a TV Ceará foram, durante anos, presididos por Eduardo Campos. Vivenciou duas ditaduras - a do Estado Novo - e a Militar. Vivenciou também um interregno democrático dos governos Dutra a João Goulart. Como dirigente dos Diários Associados, Manuelito foi testemunha de importantes fatos da história nacional e local.

No rádio, Manuelito aprendeu a importância da comunicação de massa. Mesmo nas agruras do Estado Novo, soube manejar como ninguém esta poderosa arma de comunicação, apesar da censura do, então,

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Mesmo dirigindo os Associados do poderoso Assis Chateaubriand, ele foi submetido aos muitos ditames do Estado Novo, entre eles, o de tirar um cartão de Inscrição “com retrato, matrícula e tudo” para ter acesso a uma grande arma do período: o microfone. Nesta época, pouco mexia com política. O esporte, entretanto, era o forte da programação. Mexia com as multidões.

Censura

Com a eleição de Paulo Cabral para a prefeitura de Fortaleza, em 1951, Eduardo Campos passou a comandar a Ceará Rádio Clube. Tinha como a principal meta atingir um certo percentual com a venda de anúncios, objetivo estipulado pela alta direção dos Associados. Não existiam agências de publicidade. E, quase todos os redatores redigiam e liam os anúncios. As metas financeiras sempre foram ultrapassadas. Momento em que Manuelito ficou amigo de Dermival Costa Lima e, principalmente, do famoso Antônio Maria. Manuelito revelou que Maria, um “gordão simpático”, foi uma pessoa decisiva na sua carreira nos Associados. Com Maria, que chegou a morar em Fortaleza mudando-se depois para Salvador e Rio de Janeiro, Manuel Eduardo Campos trocou cartas de grande afeição. Cartas, inclusive, em que Maria falava mal de muita gente. Por isso, guardadas a sete chaves.

Não era fácil dirigir um meio de comunicação, naquela quadra histórica. A censura não partia apenas do Estado Novo, dos políticos, mas também da Igreja. O rádio, segundo Manuelito, vivia entre muitas restrições. Pisava-se em ovos. Os choques com o então arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio de Almeida Lustosa, foram muitos. Choques também com o interventor ou governador e o comandante da Região Militar. Era a trinca que mandava no Estado. Por isso, nada de críticas, juízos de valor. Os Associados, pelo menos no Ceará, ainda segundo Manuelito, noticiavam apenas os fatos. Nada de doutrinação política, nem de posicionamentos enérgicos. O importante era o fato político. Não a política.

Sobre a TV Ceará, Manuel Eduardo tinha boas, aliás ótimas, lembranças. Ele denominava de “anos dourados”. “Jamais nós teremos uma televisão com tanta expressão artística, estética. Produzíamos grandes espetáculos”. Lembra também de Péricles Leal – “um homem

altamente competente, de grande formação intelectual” – que ajudou na construção da primeira televisão do Ceará adaptava-se programas de literatura francesa, inglesa e americana. Programas que conquistavam o público. Atores, diretores, cenógrafos, enfim, todos os técnicos eram genuinamente cearenses. “Era uma espécie de fábrica de sonhos”. A imaginação, na verdade, era o limite. Tudo era feito ao vivo. Não havia videoteipe. “A coisa hoje mudou. Naquele tempo, fazíamos e criávamos ao vivo. Um cenário era destruído após um programa e, imediatamente, confeccionávamos outro. Era realmente uma fábrica de sonhos. De grandes e saudosos programas. No rádio, repetíamos o mesmo sucesso através dos programas de auditório. O público gostava muito. Tudo era feito por nossos atores, diretores de cena. O sotaque era cearense. Hoje o contexto histórico mudou”.

Lucros

Com tantos artistas, técnicos, jornalistas, escritores, Manuelito nunca “operou no vermelho”. A televisão era uma novidade – dizia – e o cearense sempre gostou de novidades”. Nos anos 60, superintendente dos Associados no Ceará, Manuel Eduardo Campos, sem qualquer orientação da cúpula da empresa, encampou a ideia do golpe militar. “Podia perder até meu emprego por causa do meu envolvimento com a revolução. Tudo que fiz foi à revelia dos Associados. A minha sorte é que o dr. Chateaubriand também acabou por apoiar os militares”. Além de rádio e tevê Manuel Eduardo Campos vivenciou o jornalismo impresso durante pelo menos 20 anos de sua vida. Confessou em várias entrevistas que nunca foi centralizador, nem comandou o império dos Associados no Ceará com mão-de-ferro. Dentro das empresas, sempre agiu com democracia. Nunca administrou apenas de sua sala. Era homem do papo de cozinha, de visitar as oficinas dos jornais. Atendia a todos. Dos jornais, seguia para o rádio e, depois, para a TV. Lembra sempre de um programa que era o carro-chefe chamado de “Divertimento em Sequência” e de outros inúmeros programas de auditório.

Ato 5

No campo da política, Manuel Eduardo Campos acabou por se desiludir com os militares a partir do Ato 5: “Dentro dos meus princípios

jurídicos, da minha formação de Direito, eu recuei. Disse que não participaria de mais nada. E realmente não participamos de mais nada depois do Ato 5. Não combatíamos o governo, mesmo porque não podíamos. Mas deixamos de prestigiá-lo”.

Sobre Chateaubriand, ele confessava que nunca se guiou pelo seu estilo ou idéias, mesmo porque nunca houve essa cobrança. “Nunca exigiram nada de mim. Fazia o que achava o que era correto. Os erros que cometi foram produzidos por mim. Não porque fui orientado por alguém”.

No rádio. Eduardo Campos aprendeu a importância da comunicação de massa. Mesmo nas agruras do Estado Novo.

Nesta época, pouco mexia com política. O esporte, entretanto, era o forte da programação.

Com tanto poder, Manuel Eduardo Campos revelava que nunca o usou para denunciar ninguém, “Pelo contrário, sempre usei o poder para soltar meus amigos acusados pelos militares. O que ocorreu com o jornalista Blanchard Girão. E até mesmo com o governador Virgílio Távora, envolvido durante o golpe, numa rede de intrigas”. Depois, foi secretário de Cultura do governo biônico de Virgílio Távora, de quem tornou-se muito amigo.

O declínio dos Associados, segundo Manuel Eduardo Campos, foi em consequência do contexto político e não da má administração. O declínio dos jornais era visível. O concorrente *O Povo* tinha uma tiragem de 18 mil, enquanto os jornais dos Associados não atingiam oito mil exemplares. Chegou um momento em que o *Unitário* circulava apenas aos domingos e o *Correio do Ceará* nos demais dias da semana. Os militares acabaram fechando a TV Ceará, uma emissora que dava lucros – segundo várias entrevistas de Manuel Eduardo Campos –, “apenas por motivos políticos”. A partir do fechamento da TV, os outros órgãos começaram a declinar de maneira insustentável. Ele cita, principalmente, os generais João Baptista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva como inimigos número um dos Associados.

Uma vida de muitas lutas, percalços e jornalismo. Apesar de distante, Manuel Eduardo Campos sempre foi um admirador de Assis Chate-

aubriand: “era um gênio”. O mesmo dizia de Paulo Cabral, João Calmon e Rômulo Siqueira, amigos de longo percurso. Mesmo com o declínio dos Associados, Manuel Eduardo Campos não abandonou o jornal.

Dirigiu a Ceará Rádio Clube e escrevia no *Diário do Nordeste* sobre os mais diversos assuntos. Gostava de lembrar o passado com suas festas e rituais. Falava muito de culinária. Da mentalidade da época. Uma viagem ao tempo diante de uma memória infalível. Manuel Eduardo Campos foi jornalista até os últimos dias de sua vida.

Transcrição do *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza, ed. 20/09/2007.

Viagem definitiva

ELEUDA DE CARVALHO
(da Redação)

Eduardo Campos

Contista, dramaturgo, estudioso das coisas e das gentes da sua terra, Manuelito Eduardo fez sua viagem definitiva no último dia 19.

O prédio do Instituto do Ceará, ali em frente à igreja do Carmo, com a bandeira a meio pau, na luz dourada desta manhã de sexta-feira. O contraste – o fulgor do sol e o luto – decerto combina com o personagem que era presidente da agremiação cultural e científica criada em 1887 pelo Barão de Studart. Eduardo Campos, um dos maiores nomes do teatro cearense do século XX, contista, romancista, ator, locutor de rádio, pioneiro da TV local, foi querido por muitos e ganhou a antipatia de outros tantos. Coisa muito natural, à vida de cada um. Findo o tempo do homem sobre a terra, o que dele sobrar? Afetividades e mal-querenças também se gastam, diluem-se. Restarão as obras. E o legado que Eduardo Campos deixou é muito maior do que as idiossincrasias do antigo manda-chuva dos Diários Associados. Manuel Eduardo Pinheiro Campos nasceu no dia 11 de janeiro de 1923 em Guaiúba, que era então distrito de Pacatuba, filho do comerciante de café Jonas Acióli Pinheiro e de Maria

Dolores Eduardo Pinheiro. Ele estava com apenas quatro meses de nascido quando morre o pai, e por isso fica aos cuidados dos tios João Pereira Campos e Isabel Eduardo Campos (ela, irmã de Maria Dolores) - pais do poeta Artur Eduardo Benevides, seu primo-irmão, também nascido em 1923. Quando ele estava com oito anos, a família vem morar na capital, na então rua do Imperador. É essa Fortaleza dos anos 30 em diante que será o principal cenário de sua vasta obra literária, iniciada na década de 40 no grupo Clã. Alto, alourado, bonito mesmo, a voz bem empastada, Eduardo Campos era a figura do galã - que se rendeu aos encantos da bela Heldine Cortez, com quem se casou para toda a vida. Tiveram um casal de filhos, Eduardo Augusto e Elnina Márcia.

Nos idos de 50, Eduardo Campos ingressa no rádio - paixão a que também se devotou. (Todo dia, dirigindo o próprio carro, o oitentão Manuelito Eduardo batia ponto no Instituto do Ceará, pela manhã, e reservava as tardes a Ceará Rádio Clube, da qual era diretor). Quando a televisão chegou por aqui, no princípio dos anos 60, carregou os grandes nomes do rádio. Eduardo Campos entre eles. A programação da pioneira TV Ceará era toda feita aqui, incluindo teleteatros que revelariam o dramaturgo - além de atores, como Emiliano Queiroz, que atuou em "A Morte Prepara o Laço", em 1962. Outro texto de Eduardo Campos, "Os Deserdado", produzido nos estúdios do velho Canal 2, chegou a ser finalista em Barcelona, na Espanha, numa competição internacional de programas de TV.

Os anos 60 foram emblemáticos para o dramaturgo. É nessa década que Eduardo Campos escreve algumas de suas peças mais famosas, "Morro do Ouro" e "Rosa do Lagamar", ambas encenadas com sucesso pela Comédia Cearense. Estes textos, além de "A Donzela Desprezada", foram reunidos no livro *Três Peças Escolhidas*, um dos dez indicados ao vestibular da UFC. Em uma entrevista recente, Eduardo Campos disse, sobre suas peças: "O que escrevi representa uma fase importante do nosso teatro. Nem tanto pelo talento literário ou pela própria qualidade dramaturgic das peças. Mas principalmente pela mensagem que consegui transpor para o palco sobre nossa linguagem, nossos costumes, nosso cotidiano". É este, então, o verdadeiro legado de Eduardo Campos - além das peças, contos, romances e ensaios. O passaporte dele para a eternidade.

Transcrição do Jornal *O Povo*, Fortaleza, ed. 23/9/2007

Um homem em três dimensões

Artigos

Os dramaturgos Ricardo Guilherme e Oswald Barroso prestam tributo a Eduardo Campos. O primeiro ressalta a personalidade múltipla e o segundo destaca o homem das letras.

RICARDO GUILHERME*

Especial para *O Povo*

Manuel Eduardo Pinheiro Campos, um nome e, pelo menos, três dimensões: o artista, o gestor e o intelectual. Em um só corpo, três personas: o Eduardo Campos, o doutor Manuelito e o Manuelito Eduardo. O primeiro gerando uma obra de contista, romancista e dramaturgo; o segundo gerando instituições (Diários e Emissoras Associados, Secretaria de Cultura, Academia Cearense de Letras, Instituto Histórico do Ceará) e o terceiro gestando dissertações sociológicas e antropológicas que inauguram um olhar sobre a história do cotidiano de Fortaleza no século XIX, seus ritos e rituais, para além da historiografia dos heróis e de efemérides.

Desde a década de 1940, eis um nome que transcende a si mesmo, incorporando multiplicidades em uma só vida. Não tão-somente fez; fez com que sua geração fizesse e digeriu saberes e fazeres que o antecederam, criando e recriando trajetórias que compõem uma cartografia multidimensional da cearensidade. Em suma, um dos construtores de nossa identidade. Sem a sua contribuição seminal, não saberíamos quem fomos, quem somos nem o que poderíamos ou podemos vir a ser. Mesmo que consideremos eventuais dessintonias ideológicas entre a sua prática como cidadão e o compromisso social que emana de seu trabalho como escritor.

Sim, na tríade em que Manuel Eduardo Pinheiro Campos se constituiu e se instituiu aparecem algumas vezes estranhamentos entre

*Ator e dramaturgo, criador do Teatro Radical.

criador e criatura. Houve ocasiões, por exemplo, nas quais a ideologia dos escritos da persona Eduardo Campos – sobretudo nas peças *Os Deserdados* (1952), *O Morro do Ouro* (1963) e *Rosa do Lagamar* (1964) – contradisseram os engajamentos políticos de seu alter ego “Doutor Manuelito”. Durante o período de hegemonia da oligarquia Acioly, Carlos Câmara – autor igualmente fundante da dramaturgia cearense no século XX – vivenciou também tais dicotomias. Porém, a arte sobrepujou a vida e a contribuição de ambos sobreviveu às intempéries circunstanciais.

Essa perda, além de nos agredir, nos desafia, pois nos fermenta a emoção e nos fomenta a razão. Afinal, herdamos seu legado e teremos de transcendê-lo.

Um como o fundador da comédia de costumes cearenses; outro como fundador do modernismo no nosso teatro. Com a morte de Manuel Eduardo Pinheiro Campos não morre apenas uma pessoa; morre uma instigante trindade e com ela fecha-se um ciclo. Sobretudo para a dramaturgia cearense, o dia 19 de setembro de 2007 marca o fim do século XX. Portanto, essa perda, além de nos agredir, nos desafia, pois nos fermenta a emoção e nos fomenta a razão. Afinal, herdamos o legado de uma tridimensionalidade e teremos de transcendê-lo. Quando o fizermos, haveremos de estar iniciando na cultura do Ceará o século XXI.

Um gigante de voz retumbante

OSWALD BARROSO*

Especial para *O Povo*

Em certa medida, Eduardo Campos, pela abrangência e extensão de sua obra, foi uma espécie de Câmara Cascudo cabeça chata. Levantou elementos da vida cearense que vão da culinária às irmandades religiosas, passando por costumes, folguedos e medicina popular. Publicou como poucos. Teve militância tão intensa na imprensa falada e escrita, quanto na vida cultural do Estado. Dirigiu os Diários Associados, no Ceará,

* Dramaturgo e professor da Universidade Federal do Ceará.

quando ele detinha a maior rede de meios de comunicação pública no País. Meteu-se em política, mesmo que nos bastidores, tendo sido secretário de Cultura do Estado. Foi, porém, fundamentalmente, um homem das letras e das artes e, mais particularmente, do teatro e da ficção.

Afeito a discursos e à oratória, de modo geral, sua figura agigantada, pelo menos para a época, e seu vozeirão tonitruante, davam-lhe a aparência de um Maiakovski tupiniquim. Talvez por isto, na intimidade das redações e estúdios, fosse conhecido como Manecão. Lembro-me dele, em fala inflamada, despedindo-se do amigo, por ocasião do sepultamento de meu pai, Antônio Girão. Falava com sinceridade e afeição. Também, foram companheiros de Clã por quase meio século e, por décadas, funcionários dos Diários Associados! Ele na direção e meu pai nas editorias de arte e cultura. Acolheu muitos artistas e literatos e abriu espaços para outros, tanto na empresa que comandava, incluindo rádio, jornal e televisão, quanto nas instituições culturais que dirigiu. Cometeu equívocos, a que todos estamos sujeitos, quando num primeiro momento apoiou a Ditadura Militar. Mas soube rever o erro, já que mais que tudo era um homem de pensamento e cultura.

Por seu parecer, ganhei meu primeiro prêmio num concurso de dramaturgia, com um texto sobre a Irmandade da Santa Cruz do Deserto, do Beato José Lourenço, no Caldeirão, tema considerado perigoso para a época, pois tratava-se de uma experiência de reforma agrária acusada de fanática e comunista (antes, eu já havia lhe feito uma homenagem, denominando de Rosa do Lagamar, um quadro de minha autoria, exposto em concurso público.) Enveredou pelo teatro psicológico, acompanhando correntes de pensamento contemporâneas, mas suas obras dramáticas mais notáveis são de cunho social. Além do mais, foi o primeiro a colocar um Bumba-meu-boi numa peça feita para teatro à italiana, no Ceará, o que lhe mereceu elogio explícito de Plínio Marcos. Agora mesmo, servi-me de registros seus, feitos ainda no início da década de 50 passada, para um estudo sobre os Bois de folguedo, em Fortaleza. Afinal, como bom repórter e jornalista, Manuelito conhecia a vida popular, sendo também etnógrafo por vocação.

Eduardo Campos enveredou pelo teatro psicológico, acompanhando correntes de pensamento contemporâneas, mas suas obras dramáticas mais notáveis são de cunho social.

Com sua morte, desaparece um dos últimos integrantes da chamada “primeira fornada” do Grupo Clã de Literatura e Arte (o outro, vivo e atuante, é o poeta Artur Eduardo Benevides). Nos arquivos que herdei do meu pai, lá está Manecão com seus companheiros de grupo literário, num encontro domingueiro (chamado à época bivaque ou convescote), em sítio que possuía no Mondubim. Na verdade, Clã era mais do que um grande grupo de amigos (e ser isso não era pouco). Pela influência que teve nos diversos campos da cultura cearense, devido à abrangência do trabalho de seus membros e ao tempo em que esteve ativo, não tenho dúvidas ser o Clã o grupo literário mais importante da história das nossas letras, bem como da cultura acadêmica, de modo geral, em se tratando do Ceará. Uma de suas maiores virtudes, como grupo, talvez tenha sido a tolerância com relação às diferenças de pensamento, que fazia possível a convivência num mesmo agrupamento de figuras tão díspares como o católico Mozart Soriano Aderaldo e o comunista Aluízio Medeiros, ou como o integralista Denizard Macedo e o anarquista Antônio Girão Barroso.

Eduardo Campos soube conviver com todos eles. Soube ajudar a reuni-los e a abrir espaço para suas atividades, como gestor cultural, tanto de instituições públicas, quanto privadas. Principalmente, o teatro beneficiou-se grandemente de sua atuação e não apenas como autor competente e inspirado. Dirigida por ele, a então TV Ceará (dos Diários Associados) possibilitou não somente a mais notável experiência de criação artística para televisão no Ceará, com seus especiais, novelas e programas humorísticos, como um laboratório extraordinário de criação teatral. Nas suas criações dramáticas ao vivo, talvez mais que televisão, se exercitava o teatro (que o digam os inúmeros atores que ali militaram). Eduardo Campos estava no centro de tudo isto.

O Povo – Vida e Arte – Cultura. Fortaleza - CE. Domingo, 23 de setembro de 2007.

Manuel Eduardo Pinheiro Campos na Revista do Instituto do Ceará*

CAMPOS, Manuel Eduardo Pinheiro.

Missão a cumprir.

t.LXX (1956): 134-140.

Discurso de posse como sócio efetivo do I.C. em 16.11.1956.

Breves considerações de um teatrólogo sobre a Comédia Angélica.

t.XCVI (1982): 17-26

Estudo crítico sobre um trabalho de José de Abreu Albano, Poeta, Professor e diplomata cearense.

As atividades do Centro Estudantil Cearense (1932-1935).

t.XCVII (1983): 137-144.

Síntese histórica do Centro Estudantil Cearense, instituição reconhecida pelo governo do Estado do Ceará como representativa dos estudantes fortalezenses. Possuía carteira de identidade oficial para os associados e uma Polícia Estudantil que atuava conjuntamente com a Polícia Civil. Foi fundada em 1931. A Casa do Estudante, criada pelo Centro, em 1933, ainda existe até o presente (1996), e abrigou, nos bons tempos, destacados cidadãos quando em sua juventude.

Félix de Sousa e o antiescravista esquecido.

TE.7 (1984): 133-143.

Félix José de Sousa Júnior nasceu no Ipu (Ceará), foi Bacharel em Direito, Jornalista, Professor de Geografia no Liceu do Ceará e Deputado Provincial. O. A. registra dados importantes sobre o tráfico de escravos no meados do século XIX, no Ceará. A posição antiescravista de Félix de Sousa reflete a de muitos outros destacados cearenses daquela época.

O Folclore dos secos e molhados.

t.XCIX (1985): 242-256.

* Transcrição do *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará. 1955-2006.* (Pedro Alberto de Oliveira Silva)

Estudo, bem elaborado, sobre cearenses populares referentes ao inverno, comidas típicas e outras curiosidades da cultura popular nosdestina.

Juvenal Galeno e seu verso de pluma e sabre.

t.C (1986): 227-240.

Comentário sobre a vida literária de Juvenal Galeno da Costa e Silva, grande poeta e folclorista cearense.

Leonardo Mota fidelidade ao sertão.

t.C (1986): 363-366.

O A. destaca a importância do folclorista Leonardo Mota como divulgador e historiador da cultura sertaneja.

Estudo de Medicina Folclórica.

t.CI (1987): 198-216.

Registra muitas informações curiosas sobre o tema e importante bibliografia.

As manifestações populares do Ceará. O Folclore.

TE.8 (1987): 248-163.

O A. analisa e descreve as origens do Folclore cearense, percorrendo suas diversas manifestações, naquilo do que ele tem de mais bonito e original. É um trabalho magistralmente apresentado.

Vida e glória de Gustavo Barroso.

t.CII (1988): 19-28

Importância e perfil literário do escritor e historiador Gustavo Adolfo Barroso.

Raimundo Girão e a História do Ceará.

t.CII (1988): 321-322

Breve comentário sobre a contribuição de Raimundo Girão à historiografia cearense.

Tardia redenção de alcovas confinadas.

t.CII (1989): 188-196.

Estudo das características das casas residências, no tocante a seu aspecto higiênico e saudável, desde o século XIX até meados do atual, particularmente em Fortaleza.

O comendador Accioly e o faccionismo da Revista “Caretá” - Análise da impiedade jornalística.

t.CIV (1990): 37-46

O A. comenta as notícias publicadas pela revista “Caretá” sobre a queda da Oligarquia Accioly, no Ceará, em 1912.

Homenagem a Luís Sucupira.

t.CV (1991): 197-201.

Discurso proferido na Associação Cearense de Imprensa (ACI), em 16.05.1991.

A Tartaruga.

t.CVI (1992): 140-145.

Estudo bem documentado e informativo sobre a Tartaruga, desde o período colonial.

Homenagem ao Soldado Brasileiro.

t.CIX (1995): 269-280.

Comentário sobre a importância do soldado na História Militar, O trabalho desenvolve-se através de uma bibliografia consultada em trinta obras. Palestra proferida em sessão extraordinária, no dia 23.08.1995, comemorativa ao Dia do Soldado.

Fran Martins - O inspirado decifrador de ruas.

t.CX (1996): 257-365.

Necrológio de Francisco (Fran) Martins, falecido em 29.07.1996.

A ressurreição do corpo.

t.CXI (1997): 229-231.

O A. refere-se ao estudo sócio-cultural sobre e conceito de “Corpo” feito pelo historiador e pensador João Alfredo de Sousa Montenegro, no seu livro “A Política do Corpo na Obra Literária de Rodolfo Teófilo” (Edições UFC, (1997), baseado nos romances “A Fome” e “O Reino de Kiato”.

Pacatuba: breve memória.

t.CXIII (1999): 117-126

Breve histórico do município de Pacatuba – atualmente região metropolitana de Fortaleza – desde o século CXVIII até meados do século XIX. Registra bibliografia consultada.

Louvação a Raimundo Girão

t.CXIV (2000): 447-455.

Comentários sobre as diversas facetas do historiador Raimundo Girão, como intelectual e amigo.

Breve exercício de história visual.

t.CXVI (2002): 9-16.

Comentário sobre a importância histórica de fotografias publicitárias de profissionais liberais publicadas no periódico “Almanaque do Ceará” referente ao ano de 1936.

Breve memória da Companhia Ferro Carril do Ceará.

t.CXVII (2003): 10-15.

Inaugurado em 1880, o transporte em "bondes de burro" funcionou até a primeira década do século XX. Registra detalhes sobre aquela companhia e sua existência no contexto urbano de Fortaleza.

Discurso de posse da nova diretoria do Instituto do Ceará.

t.CXVII (2003): 308-313.

A eternidade do herói sem paternidade.

O autor refere-se ao "herói" mítico, folclórico, popular, encontrado na literatura de quase todos os países. Toma como referência desse estudo literário o personagem "Pedro Malas-artes".

O caminho do céu (breves reflexões sobre bibliografia religiosa antiga).

t.CXIX (2005): 9-16.

Religiosidade católica até a Idade Moderna, através de bibliografia específica daquela época. Coleção Eurico Facó pertencente ao I.C.

Homenagem a Renato de Almeida Braga.

t.CXIX (2005): 267-276.

Discurso homenageando o centenário de nascimento de Raimundo Renato de Almeida Braga (1905-1968).

Clarividência histórica.

t.CXIX(2005): 315-316.

Homenagem póstuma ao professor Geraldo da Silva Nobre (1924-2005). Transcrição do Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, ed. 28.06.2005.

Caldeirão: subsídios à redefinição de sua história.

t.CXX (2006): 9-15.

Análise historiográfica sobre movimento histórico social ocorrido no Ceará em 1936-1937. O autor questiona e esclarece lapsos cometidos em livros que tratam sobre esse fato.

Saudando Ednilo Gomes de Soarez como sócio efetivo do Instituto do Ceará.

t.CXX (2006): 279-283.

Discurso proferido em solenidade realizada no Instituto do Ceará em 22.11.20.

***CENTENÁRIO DE
NASCIMENTO DE
DJACIR DE LIMA MENEZES
(1907 - 2007)***



Djacir de Lima Menezes

Discurso proferido pelo professor Vladir Menezes*

Oportuna a iniciativa do eminente Deputado Professor Teodoro Soares, ao propor e ter aprovado, nesta Casa Legislativa, a justa homenagem que ora se presta ao insigne cearense Djacir Menezes, por ocasião de seu aniversário de nascimento. No ensejo, agradeço em nome da família envaidecida, a honraria que é prestada a um dos mais ilustres cearenses do todos os tempos.

Estaria faltando com a “natural” modéstia de todos os vaidosos? Respondo com outra indagação: Não seria a falsa modéstia uma vaidade enrustida? E a verdade não tem maiôs termos: ou é ou não é. Fico, pois,

* Discurso proferido pelo Professor Vladir Menezes, na sessão solene, em 5 de dezembro de 2007, no plenário da Assembléia Legislativa do Ceará, proposta pelo deputado professor Teodoro, em homenagem ao centenário de nascimento de Djacir Menezes

com a sentença aristotélica: *Amicus plato sed magis amica veritas* (Platão é meu amigo, mas a verdade é mais minha amiga). Assim vejo a postura do eminente Deputado Professor Teodoro: movido não apenas pela admiração ao mestre, mas, sobretudo, almejando fazer justiça, tirando do ostracismo uma cearense que, a par de seus méritos intelectuais e morais, amavam e jamais se olvidou de rincão natal. Djacir Menezes, no Ceará, por esse Brasil afora e além fronteiras, honrou sua terra e suas origens.

Numa de suas incontáveis estadas por estas plagas, orgulhoso da realidade e da grandeza da Universidade Federal do Ceará, não se conteve: “Hoje não sairia do meu Ceará”.

De volta ao magistério, após ter cumprido honrosamente, o mandato de Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ouvia, atentamente na Faculdade de Direito, mestres destacarem os seus títulos de Doutor Ph.D. em Harvard, Sorbone e outras congêneres famosas.

Provocado pelo ex-Reitor e professor Pedro Calmon para apontar onde fizera seus cursos, respondeu bem-humorado: “Tudo o que eu ensino a esses meninos eu aprendi no meu Ceará”. A refutação provocou sonora gargalhada de Pedro Calmon e sorrisos contrafeitos de alguns.

Mas quem foi Djacir Menezes?

Filho de Paulo Elpídio de Menezes e de Oda Freire de Lima Menezes, ele natural de Crato e ela de Iguatu, casados em Quixadá, em 23 de setembro de 1900. Ainda no mesmo ano, passaram a residir em Maranguape, onde tiveram quatro filhos – Moacir, Jandira, Djacir e Paulo – os dois primeiros falecidos em tenra idade.

Djacir Menezes fez o curso de Humanidades no Liceu do Ceará, de 1921 a 1925. Nesse período, seu pai Paulo Elpídio, despertou-lhe o gosto pelas boas e salutares leituras. Sim, aos quatorze anos, lia com desenvoltura, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Emile Zola, Gustave Flaubert, Voltaire e tantos outros mais, vistos pela Igreja como nocivos.

Aos dezesseis anos, escrevendo fluentemente, foi redator do Jornal *Diário do Ceará*, fundado e dirigido, em 1924, pelo jornalista e professor Júlio de Matos Ibiapina, como o objetivo de combater o ban-

ditismo político, os que enriqueceram através de meios ilícitos contra a economia popular. O Ceará foi um grande veículo divulgador das idéias revolucionárias de 1930.

Nessa época, tornou-se grande amigo de Rachel de Queiroz, também militante na imprensa local e sua futura companheira no Conselho Federal de Cultura, ambos nomeados pelo inesquecível patriota Humberto de Alencar Castelo Branco. Eleita para a Academia Brasileira de Letras, Rachel o visitou para dizer de sua vontade em vê-lo na Academia. Djacir, homem simples, mas não chegado a rituais de beija-mão, tão a gosto dos “imortais”, agradeceu à amiga dizendo-lhe que a Academia já era uma página virada em sua vida. E nunca mais pensou ou falou naquela instituição cultural.

Voltemos ao ano de 1926, quando Djacir Menezes ingressou na Faculdade de Direito do Ceará. Ainda no terceiro ano, transferiu-se para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde bacharelou-se em 1930.

Retornando ao Ceará, cursou doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará, nos anos de 1930 e 1932.

No ano seguinte, 1933, então com 26 anos, foi convidado pelo Barão de Studart para ingressar no Instituto do Ceará. Na ocasião, o Barão, foi pressionado por vetustos membros daquela Casa, que postulavam a indicação de um conhecido Desembargador, mais experiente que o jovem candidato do Barão. O Barão que, através de seu enteado, professor José Sombra, lera o problema da realidade objetiva, uma crítica às tendências idealistas da filosofia moderna, editada no ano anterior, firmou-se e fez eleger Djacir Menezes, empossando-o a 20 de maio daquele ano.

No Ceará, Djacir Menezes jamais perdeu qualquer reunião de seu Instituto. Sessenta e três anos depois, àquele Sodalício, em pérfida manobra, não permitiu a eleição para sua vaga, de seu candidato “in pectore”.

Em 1938, após brilhante concurso, tornou-se professor catedrático de Introdução às Ciências Econômicas do Ceará, funcionando em prédio de propriedade de seu sogro, José Raimundo Pontes, cedido sem nenhum ônus.

Em 1941, seu companheiro do Instituto do Ceará, Waldemar Falcão, então ministro do Trabalho, convidou-o a transferir-se para o Rio de Janeiro, onde foi membro do Conselho Nacional do Trabalho.

No ano seguinte, 1942, tornou-se por concurso, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, regendo a disciplina de Economia Política e História das doutrinas econômicas.

Em 1945, prestou novo concurso para Universidade do Brasil, desta feita para a Faculdade de Economia e Administração.

Em 1953, foi convidado pelo Ministério das Relações Exteriores para dirigir a Sessão Didática do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura de Buenos Aires.

No ano seguinte, 1954, firmou-se o Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires, onde foi seu primeiro Diretor, ministrando a disciplina de Literatura Brasileira. Em sua aula inaugural apresentou dois mapas: um do Brasil e outro do Ceará. Apontando o do Brasil destacou o seu Ceará: no outro, Maranguape, acrescentando, “Aqui a cidade onde nasci”.

Djacir Menezes se orgulhava de suas origens. Intitulava-se o “janguço da Praça do Ferreira”. Em Fortaleza dividia-se tomando cajuína com os pais, nos encontros com os amigos na Praça do Ferreira e na Praça da Livraria Imperial de Clóvis Mendes, visitas às faculdades de Economia, por ele fundada, de Direito e o Instituto do Ceará.

Em 1958 fundou o Instituto Cultural Bolívia-Brasil, em La Paz.

No ano seguinte, 1959, regeu a cadeira de Literatura Brasileira na Universidade Nacional Autónoma del México.

Diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1960 e 1964.

Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1969.

Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período 1969 a 1973.

Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1978.

Os últimos cinco anos de sua vida passou-os em seu apartamento em Copacabana, cercado, tão-somente, pela sua valiosa biblioteca e um neto que o assistiu e o acompanhou, pacientemente, em sua senilidade, agravada pela esclerose que, lamentavelmente, o alienou, afastando-o da realidade.

As obras de Djacir Menezes estão inseridas nos mais diversos campos do saber: filosóficas, sociológicas, didáticas e literárias. Mais de cinquenta livros, além de incontáveis artigos e ensaios publicados em

revistas e imprensa nacional e internacional. O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, de Salvador-Bahia, apresentou uma publicação, em 1968, com a relação de todas as obras de Djacir Menezes.

Por oportuno, lembro sua última obra – *Premissas do Culturalismo Dialético*, os componentes de um pensamento filosófico, que coroou, com chave de ouro, a elaboração intelectual de Djacir Menezes.

O professor Antônio Paim, na introdução às *Premissas*, sentença: “Vê-se que Djacir Menezes pretende firmar-se de maneira sólida num monoísmo de inspiração hegeliana, radicalmente oposto tanto ao de tipo mecanicista – decorrência genealógica do bilogismo do século XIX – como ao materialismo, em que Marx pretende ter ancorado”. E, mais adiante: Djacir Menezes, ao contrapor-se a toda a forma de irracionalismo, busca sem dúvida alguma um novo racionalismo. Sua obra é marcada pela confiança (talvez preferisse dizer esperança) na Razão. Acredita na solução racional dos problemas humanos.

Djacir Menezes abre o livro traçando o seu itinerário de professor. É taxativo: “Já me declarei um herético diante das forças espirituais que dispõem das chaves da bem-aventurada religiosa desde a adolescência”. Fala da “angustiada reflexão agostiniana sobre o tempo”, achando-o “suficientemente atormentado para refundir o pensamento aristotélico”.

Djacir Menezes, herético, hegeliano convicto, falecido em 8 de junho de 1996, teve sua vida e sua obra pautada na Razão, acreditando, firmemente, na solução racional dos problemas humanos sem auréolas místicas. Merece, em face de sua monumental obra, ter sua memória respeitada e preservada pelos pósteros.

Muito obrigado.

O Pensamento de Djacir Menezes

JOÃO ALFREDO MONTENEGRO*

*A*bordar-se-á, no presente artigo, numa tentativa de interpretação, parte da obra extensa e profunda do professor Djacir de Lima Menezes, detendo-se prioritariamente no segmento jusfilosófico da mesma obra, o que já significa uma tarefa de grande porte, apontando para o redirecionamento do que até então se produziu no Ceará, experimentando um *élan* criativo de altos méritos.

Parece haver unanimidade relativamente aos ajuizamentos sobre a obra jusfilosófica de Djacir Menezes, admitindo-se que ela dá prosseguimento à postura cientificista de Soriano de Albuquerque.

Em outras palavras, ele refaz essa postura, acrescentando-lhe a dimensão neopositivista, para depois, sem se desvincular de todo do cientificismo, enveredar pelas trilhas do hegelianismo, concluindo no culturalismo dialético, expressão por ele inventada para designar a corrente filosófica por ele criada.

Mas quem é Djacir Menezes?

Começa a vir a público o nome do grande cearense pelos idos de 1932, quando se inicia propriamente com trabalho de fôlego o seu itinerário filosófico.

Recapitule-se um pouco alguns antecedentes. Pelo Decreto Federal nº 19.852, de abril de 1931, criou-se o curso de Doutorado da Faculdade de Direito do Ceará, que aprovou a inscrição dos bacharéis José Melo e Silva, José Mateus Gomes Coutinho, Djacir Lima Menezes e Manuel Ávila Goulart.

Djacir concluíra o curso da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1930, colando grau em 1931.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Filho de Maranguape, onde nasceu no dia 16 de novembro de 1907, fez o curso primário no Instituto Miguel Borges, do prof. Odorico Castelo Branco, e o secundário no Liceu do Ceará, exatamente no ano de 1925, tendo sido o orador de sua turma.

Em 1926, dá início ao curso jurídico em Fortaleza, pouco depois transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu aquele curso.

Reporte-se ao fato de haver Djacir terminado o Doutorado da nossa Salamanca, em 1932, com a tese *Kant e a idéia do direito*.

Lecionou em vários estabelecimentos de ensino de Fortaleza, nomeando-se “a cadeira de Psicologia, da Escola Normal, hoje Instituto de Educação Justiniano de Serpa”. Como também Introdução à Ciência do Direito, do nosso curso jurídico.

Fundou em 1938 a Faculdade de Ciências Econômicas, da qual foi diretor, “posteriormente encampada pelo estado”, e umas três décadas após integrando a Universidade Federal do Ceará.¹

A sua produção intelectual é vasta e profunda, alcançando inúmeros ramos do saber, e não ficando apenas em livros e revistas. Também a imprensa escrita ameahou centenas de artigos sobre os mais variados assuntos. Pois um dos traços mais salientes da personalidade intelectual de Djacir é o seu engajamento nos problemas nacionais/regionais. Ele jamais ficou indiferente às crises, às conjunturas trepidantes da sociedade brasileira, às grandes questões do seu tempo.

A própria elaboração processual do seu pensamento se compõe articuladamente com as inquietações, com as indagações que vão emergindo no mundo contemporâneo.

O hegelianismo que aprofundou é uma demonstração clara de acompanhamento da *práxis* histórica e social, da formação de uma dialética que corrige o economicismo, a reificação, potenciando as virtualidades do mundo da cultura, numa atitude de abertura e de diálogo, promovendo o pluralismo das idéias.

A ciência, evitando as totalidades, tecendo “um discurso de validade universal”, se posiciona num plano em que ela é devidamente limitada, fixando os seus marcos.

¹ GIRÃO, Raimundo. *História da Faculdade de Direito do Ceará*. Op. cit. p. 360-361.

Já se mencionou linhas acima o título da tese com que se doutorou o notável filósofo cearense.

Kant e a idéia do Direito abre um longo período de produção filosófica do autor, entremostrando uma tendência que ir-se-ia adensando, verticalizando no curso do tempo até chegar ao culturalismo, uma das correntes contemporâneas do pensamento brasileiro, talvez a mais expressiva.

Retenha-se que Kant inspirou Tobias Barreto a superar o determinismo que provinha da tendência cientificista, limitando ao extremo a iniciativa da consciência, de modo a aprisionar o homem na opacidade de seus horizontes.

Di-lo com aprumo Antônio Paim:

A corrente culturalista considera-se herdeira de Tobias Barreto (1839-1889), cuja meditação é tomada como ponto e referência. Ao contraditar o projeto positivista de constituir uma física social, encurralando o homem em esquemas deterministas, o pensador sergipano aventou o ponto de vista do homem como consciência, reorientando o centro de investigação filosófica no sentido do mundo da cultura. Ao fazê-lo, inspirou-se diretamente em Kant.²

Faz-se agora luz sobre as pesadas limitações que cercavam a meditação de Soriano de Albuquerque, a despeito do elastério que deu ao cientificismo.

Não conseguiu imprimir um alcance adequado à consciência, na qual se desenha o horizonte do entendimento humano e da percepção.

E, de fato, é a partir de Tobias Barreto que a consciência, como instância autônoma e criativa, começa a ser valorizada, edificando uma etapa renovada da racionalidade entre nós, dotada de força capaz de fazer a filosofia avançar, rasgando novas estradas por onde o conhecimento poderia caminhar e florescer.

Kant, para o pensador sergipano, assestou golpe de misericórdia no dogmatismo, na metafísica, destronando-os de uma vez da posição de comando do pensamento, esvaziando-os das entidades de razão inconsistentes.

² PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editora Convívio, 1984. p.580.

O grande filósofo alemão concluía, desse modo, a missão começada e bem adiantada por Hume.

Na Alemanha, desde 1857, fora superado “o pedido de descon sideração e menosprezo das indagações filosóficas” e se estruturava nova aliança entre a filosofia e as ciências naturais. Deu-se preferência à filosofia de Kant para compor essa aliança.

Kant, por assim dizer, redefiniu exitosamente as possibilidades do conhecimento, após segura avaliação da experiência, da realidade, preparando-as com legitimidade para servirem de alicerce, até de contexto, para a elaboração do conhecimento. Tudo sob a direção do *eu transcendental*, o eu reconquistado na sua soberania originária.

Feito isso, assumia com presteza o embasamento cognoscitivo das ciências biológicas, naturais e das ciências do espírito.³

No respeitante ao objeto desse ensaio, fica bem patenteada a presença de Kant no primeiro estudo filosófico de Djacir Menezes e, depois, na marcha processual do culturalismo que constrói.

Dar-se-á agora prosseguimento à análise sucinta da obra do notável pensador cearense, obedecendo à ordem dos anos de publicação dos seus trabalhos, e ficando nos mais significativos.

Vem então, o primeiro deles em ordem cronológica: *O Problema da realidade objetiva*, cuja primeira edição é de 1932, da tipografia Gadelha. A segunda edição revista e ampliada é de 1971, da Tempo Brasileiro.

Abre-se o livro em cena com “À Guisa de Prefácio”, em que Pontes de Miranda enaltece-o, justamente numa fase em que Djacir se declara discípulo do genial pensador alagoano.

E esse se volta para o chamado realismo científico que, na linguagem de Ferrater Mora, pertence ao realismo gnosiológico.⁴

É interessante delimitá-lo para se perceber com mais segurança o pensamento então influenciando Djacir Menezes.

Pontes de Miranda no texto em exame declara-se preocupado com o método científico, que enseja a repulsa ao relativismo.

Aí ele abraça a tese de que não se pode descartar a coisa em si, e “o real de nosso conhecimento, não se pode sustentar que não esteja implícita a hipótese da realidade das coisas.”⁵

Todavia, a coisa em si é inalcançável, como julgou Kant, não afetando a fixação do ponto de partida da investigação científica, a de que “o mundo externo é a hipótese que construímos com as experiências: parte de tal construção hipotética, isto é, da hipótese do mundo exterior, o método com que o homem explora”.⁶

Assim, o método é praticamente tudo no realismo gnosiológico de Pontes de Miranda. O conhecimento que decorre daí cobre propriamente as manifestações das coisas.

Observa-se que essa postura científica não se opõe à filosofia criticista; antes constitui o aprofundamento do realismo gnosiológico, fundado por Kant.

Na introdução ao livro em análise, Djacir deixa de logo lançada sua posição, segundo a qual o pensamento filosófico se bifurca em duas correntes fundamentais: o materialismo e o idealismo.

Essas correntes são “produtos históricos resultantes de uma interdependência dinâmica entre o indivíduo e o meio econômico, político, jurídico, moral, cultural, científico”.

Quer dizer: o indivíduo por si só não tem condições para conceber uma filosofia. Ela, ao contrário, nasceu em determinado momento histórico, quando pesam sobre aquele indivíduo os determinismos socio-culturais, as influências que procedem de outras correntes filosóficas, já derivadas de outros momentos históricos, tudo isso incidindo na formação de uma tendência filosófica, também, por sua vez, condicionada pelo momento em que surge.

Nessa orientação, são profligados por Djacir os ecletismos, atendendo à convicção de que o materialismo e o idealismo representam as tendências inafastáveis do “pensamento filosófico de todos os tempos”.

³ BARRETO, Tobias. *Estudos de filosofia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. p. 80 ss. tomo 2.

⁴ MORA, Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. [19??] p. 538 ss. tomo 2, verbete “Realismo”.

⁵ MIRANDA, Pontes de. À guisa de prefácio. In: MENEZES, Djacir. *O Problema da realidade objetiva*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. p. 12.

⁶ *Ibidem*. p. 12.

Pois é ilegítima a junção de elementos de correntes diferentes, produzindo algo inconsistente, uma espécie de filiação de um “ambiente sociológico e cultural *ex hypothesis*”.⁷

Djacir retoma no pórtico do estudo em foco a filosofia de Kant demonstrando que ela cindiu o mundo fenomênico ao se lançar contra a metafísica.

Isso gerou uma certa desorientação na nomenclatura, nos termos, com os quais se nomeiam os fenômenos e situações típicas, a receberem o batismo através de uma linguagem devidamente estruturada.

Os grandes cortes epistemológicos operados por Kant e Hegel, exigem a renovação completa da nomenclatura das ciências físico-matemáticas e naturais, de um lado, e as ciências culturais, de outro.

Em todo o perpassar do livro, o pensador cearense acentua ora mais, ora menos, o caráter dualista do criticismo, como que servindo de fio condutor da sua especulação.

Assim, nas teorias e escritos científicos é comum o afloramento de tendências idealistas, que não denunciam algo proveniente do espírito mas, e nisso vai a um ponto interessante, também o efeito de um condicionamento de classe.

Para sublinhar esse ponto leia-se o seguinte: “... o que acentua a feição sociológica do fenômeno do pensamento, que não é resultado exclusivamente individual, porém manifestações psicológicas das classes sociais.”⁸

Depreende-se que o marxismo já influenciava a reflexão de Djacir, por esse tempo, embora ainda de forma tímida.

Adentrando a parte de seu trabalho que transcende a introdução, ele realiza a ligação entre as sensações humanas e a realidade objetiva, em primeiro lugar.

Sublinha

a diretriz epistemológica latente nas teorias de cientificistas como Mach, Avenárius, Pelzoldt e, no Brasil, Pontes de Miranda – a tendência idealista para a negação da realidade objetiva exterior tal qual a concebe o senso comum da humanidade.⁹

⁷ Ibidem. p. 15-16.

⁸ Ibidem. p. 20.

⁹ Ibidem. p. 23.

Não se deixem de reconhecer aí o influxo do neokantismo dilatando a tese da impossibilidade de a metafísica alcançar o real. E o que, nessa hipótese, se deve fazer é o que estiver ao alcance do cientista, ou seja, apanhar as nossas sensações. Elas formam o conteúdo de uma fenomenologia, a testemunhar no seu léxico o mundo das aparências.

A partir daí é que se torna possível o exercício epistemológico, a trama das relações entre os fenômenos.

No capítulo dois da obra em estudo, o autor situa a questão da realidade objetiva nas perspectivas de Kant, de Ficht, de Schelling, de Hegel e do materialismo dialético.

Parte da premissa de que esses filósofos ainda se aproximam das concepções idealistas que começam a se manifestar nos primeiros momentos da Idade Moderna.

Apoiado em Farias Brito, por intermédio de quem fica dilucidado o *punctum dolens* da realidade objetiva, Djacir ratifica o conceito expendido por aquele filósofo. “Fenômeno é o que afeta nossa sensibilidade”. Não abrange, porém, toda a realidade exterior. Apenas uma parte dela, embora essa parte conhecida tenda a ser elasticada à medida que vai ocorrendo o progresso dos conhecimentos, com o aperfeiçoamento dos métodos e das técnicas científicas. Isso é um processo contínuo, sem, porém, reunir condições de exaustão do conhecimento.

Tem-se aí uma posição nitidamente materialista. Daí a expressão *realidade fenomenal*. De outra maneira incorrer-se-ia na especulação de que fala Kant.

Para ele, somente tem-se acesso aos fenômenos do mundo exterior. Aquilo que os sentidos podem atingir é o limite da percepção humana. O que se demora além desse limite é o *nômeno*. Configura este uma substância inescrutável.

Assim, o mundo dos sentidos dá origem ao conhecimento. E a este se integra o conceito, *a idéia*, que procede da razão.

Fica, pois, circunscrito o mundo dos fenômenos a tudo que é sensível; fora daí está o mundo da razão.

Daí se estrutura o idealismo transcendental, com nomes eminentes que realizaram altas investigações. Nessas condições, Lange, Reimhke, Ivchkevitch e outros que fortaleceram a postura neokantiana. O materialismo encontra aí campo de desenvoltura.

Ensina Djacir:

o que nos aparece como matéria é uma pura quimera, dizem reportando-se a uma frase de *Die Transzendente Logik*. O que existe é a ‘coisa em si’, o que os nossos sentidos não apreenderam *nem apreenderão* nunca, eternamente incógnita. Mas como afirmar a existência dela? Conhecemos o fenômeno, a aparência. Porque supor *algo* além. Eliminar esse nômene, resultado do malabarismo filosófico kantiano - eis o materialismo.¹⁰

Os que se inclinam a investigar o nômene, enveredam pelo idealismo, permanecendo na metafísica. Daí se originam também o ecletismo, o fideísmo, distanciando-se da realidade objetiva.

Em seguida, Djacir levanta as teses respectivas de Fichte e de Schelling, em relação à realidade objetiva exterior.

Fichte voltou-se contra a “coisa em si”. Fundamenta-se na articulação entre o eu e o não-eu, que estão presentes em várias correntes filosóficas.

O pensador cearense se firma em Plekhanov para criticar o idealismo subjetivo de Fichte. Afirma ele que faltam ao filósofo alemão requisitos epistemológicos para se desembaraçar do solipsismo. E que esta saída ele a encontrou no *eu absoluto*.

Todavia, mesmo assim, Fichte não se livrou do solipsismo. Pois continua ele apoiado no *eu*, no solipsismo. Ele quer tirar o mundo exterior desse *eu absoluto*.

Na verdade, “o *eu* ou o *eu absoluto* produz o *não-eu absoluto*.”

Assim torna-se inacessível a Fichte a realidade objetiva exterior, apesar dos artifícios adotados.

Em Schelling, a base do conhecimento é praticamente a mesma, o *eu*, que vale pela substância absoluta de Spinoza -

um *eu* soberano, que pretende identificar em si o sujeito e o objeto, o idealismo e o realismo, a necessidade e a liberdade, a moralidade e a felicidade, o estoicismo e epicurismo, - princípio absoluto e fundamental de todo o saber e de toda a realidade que não poderia ser senão o sujeito absoluto determinando-se a si mesmo.¹¹

Atinge-se aí, então, a essência do conhecimento por fundamento do saber e da realidade.

O sujeito encarna tudo isso, determinando-se a si mesmo. Aquela unidade suprema é mediatizada pela *intuição intelectual*, que conduz ao ser absoluto.

É quando se arma a “teoria da identidade” de Schelling, com pretensões de conciliar o idealismo com o realismo, o dogmatismo com o criticismo.

Djacir critica este posicionamento híbrido de Schelling, afirmando que ele não escapou ao impasse do solipsismo, dissolvendo a realidade objetiva nas construções inconsistentes do idealismo, do solipsismo.

Tal significa a persistência alongada do dualismo kantiano, nutrido a divisão entre idealistas e materialistas.

E a meditação do filósofo cearense, ao chegar ao momento hegeliano de seu caminho, intensifica a sua filiação ao marxismo, expressando que o filósofo está inserido numa sociedade de classes, e é influenciado, num determinado período, pelas relações sociais que respondem pelo modo de produção. Relações essas que se diversificam nos planos econômico, jurídico, político, social e cultural.

Então, toda filosofia recebe o selo de seu tempo. Fichte, por exemplo, edificou o seu pensamento condicionado pela Revolução Francesa, da qual ele reflete o “modelo” socialista.

Em Hegel as condições socioeconômicas de sua época são diferentes, e por isso o pensamento que urdiu apresenta-se diferente, determinado por “transtornos e abalos sociais provocados pelas transformações que se processam na vida econômica e política, em fins do século XVIII e começos do XIX”.¹²

O filósofo alemão quer interpretar o mundo em constante desenvolvimento, revigorando o “modelo” de Heráclito. Assume o objetivo de explicar “como o mundo se *desenvolve* e na ocasião mesma em que se *desenvolve*”.¹³

A *idéia* unifica o método na ciência. Tarefa essa que se vai realizando no tempo, e em que a demonstração das coisas se confunde com a sua construção.

¹⁰ MENEZES, Djacir. *O Problema da realidade objetiva*. Op. cit. p. 41.

¹¹ *Ibidem*. p. 47.

¹² MENEZES, Djacir. *O Problema da realidade objetiva*. Op. cit. p. 48.

¹³ *Ibidem*. p. 48.

A razão absoluta se corporifica na história.

A idéia absoluta é o primeiro princípio que se exterioriza de modo imediato na natureza, para volver a ela mesma dessa transformação - *Andersein* - sob a forma de espírito...¹⁴

No final de tudo, obtém-se a manifestação de Deus pelo movimento único do pensamento, movimento lógico da idéia em si, sujeito exclusivo de tudo, o ser real não é senão o predicado.¹⁵

Através desse movimento lógico, o mundo é produzido e re-produzido.

Djacir, a esta altura, verte com desenvoltura a sua capacidade crítica, sustentando a sua argumentação no materialismo dialético a que se vincula.

As fases da dialética – tese, antítese e síntese – propiciam a contradição imanente que se apresenta nos conceitos e que acaba na unidade conciliante.

Obtém-se, nesse *desenvolvimento*, um processo acabado, “movimento lógico da idéia absoluta”. Algo que não deixa de ser produto da imaginação.

É o panlogismo hegeliano.

É a partir de Feuerbach, que evolui da concepção hegeliana para o materialismo, que o pensador cearense estatui a crítica da posição de Hegel face à realidade objetiva.

Começa o mesmo Feuerbach dizendo que a idéia hegeliana é uma pura abstração. e nada mais. É, assim, o nada e, a começar do nada, não se pode construir o pensamento.

Em seguida, professa a proposição segundo a qual o ser perfilhado por Hegel é o ser da velha metafísica. Tem ele procedência teológica e serve para todos os arranjos dialéticos, estorvando o encontro *real* dos homens entre si e do mundo com eles.

Segundo Feuerbach, o homem é produto da natureza e é nele que ocorre a identidade do sujeito e do objeto.

Como?

Através do próprio homem, pois ele é o objeto para o qual tendem outros homens. E se consuma o enlace teórico cobrindo essas relações, quando a imaginação, a representação mental, é utilizada.

A realidade objetiva exterior é aí focalizada com o emprego do binômio sujeito-objeto. Binômio esse que amparou a filosofia da identidade e “demais variações do idealismo”.

Agora, Feuerbach transpõe as dificuldades trazidas por esse binômio, estribado no materialismo. Antes, denuncia a contradição, na filosofia de Kant, entre o sujeito e o objeto, entre a essência e a existência, entre o pensamento e o ser.

“A essência do kantismo está na razão, a existência, nos sentidos”, verbera o filósofo alemão. O que entende como uma divisão que não consegue colher a realidade humana, a própria exteriorização dos homens, as quais restam como uma dimensão não tocada pela especulação filosófica.

Com efeito, o dualismo kantiano obstrui o aparecimento de uma autêntica antropologia incentivando a alienação do pensamento e da sociedade, conforme dirá Marx.

Ora, a colocação fundamental de Feuerbach parece residir em que os fatos se tornem prática, e não no exercício meramente especulativo. Sobrepõe-se a realidade humana, as estruturas objetivas, socioculturais, à consciência.

Esta por si só não agiliza, como base fundamental, a realidade objetiva: “não é na consciência, mas na realidade objetiva exterior, que essa mesma consciência reflete, que estão as causas motoras da atividade humana”.¹⁶

Marx-Engels vão adiante de Feuerbach, invertendo por completo a dialética hegeliana, emprestando-lhe uma base materialista.

Vale dizer: a idéia não é o sujeito independente da realidade. Ao contrário, a idéia não passa de um reflexo dessa mesma realidade; é o produto elaborado do cérebro humano.

Essa idéia era batizada por Marx como “o lado místico da dialética hegeliana”.

Onde localizar a base materialista da dialética?

¹⁴ Ibidem. p. 49.

¹⁵ Ibidem. p. 49.

¹⁶ Ibidem. p. 54.

“O mundo é matéria em movimento: eis o ponto fundamental de partida da gnosiologia materialista.”¹⁷

Não aceita, portanto, o materialismo dialético, a preexistência do espírito sobre a matéria, preconizando a natureza como princípio fundamental, como algo que antecede as criações do espírito. E, num elastério, leva a dialética materialista “às altas formas de movimento da matéria, estendendo-o especialmente a toda vida orgânica e sua evolução”.¹⁸

Tudo, por conseguinte, está subordinado à força da matéria, desenvolvendo um movimento que, inexoravelmente, traz consigo a contradição. Se essa contradição cessar, cessa também a vida, sobrevém a morte.

E, desse modo, chega-se à conclusão de que o materialismo dialético adota a realidade objetiva exterior como fundamento completo da dinâmica que nele se desenvolve, como também no próprio homem.

Procurou-se, até aqui, retomar o que há de fundamental no primeiro momento da evolução intelectual de Djacir Menezes, momento caracterizado por denso cientificismo, de permeio com o materialismo dialético, e que coincide com a sua permanência em Fortaleza, lecionando na Faculdade de Direito do Ceará.

Então, ambos se conjugam, levando a uma maior potenciação de um entendimento materialista da realidade objetiva exterior.

Não constitui objetivo deste ensaio efetuar meditação sobre o pensamento de Djacir Menezes, já no segundo momento, quando se transferiu definitivamente para o Rio de Janeiro.

O objetivo em cena se restringe ao período em que, após obter o Doutorado e a cátedra de *Introdução à ciência do direito*, por concurso, exerceu o magistério em nossa *Salamanca*.

Resta, porém em rápidas pinceladas, expor o itinerário filosófico do eminente cearense.

O forte naturalismo que embasa o exercício filosófico de Djacir em Fortaleza é, no Rio de Janeiro, gradativamente atenuado, sem, porém, desaparecer de todo.

Com o decurso do tempo, aproximando-se mais e mais de Hegel, consegue também reduzir de muito a tendência marxista de seu pensamento, a qual, como visto, constituía-se componente de sua reflexão, ao final daquele primeiro período.

A evolução do hegelianismo em Djacir operou uma grande inovação no seu pensamento, ou seja, a de transpor

as teses hegelianas no interior de uma corrente filosófica – o culturalismo – que incorporou o essencial das conquistas kantianas, em particular através da obra de Miguel Reale.¹⁹

Assim, o conhecido filósofo assimila algo novo – o momento da autoconsciência, aí aparecendo a filosofia como dado fundamental tendo em mente “o processo da criação humana como totalidade e não mais uma realidade independente do homem e de sua evolução histórica”.²⁰

Introdução à ciência do direito é um livro de Djacir Menezes essencialmente didático, apropriado aos alunos que estão se iniciando no estudo do direito.

Contudo, altamente significativo como *pano de fundo* da doutrina cientificista sufragada pelo autor.

Já no prefácio da segunda edição aflora a argumentação segundo a qual os fatos emergentes no mundo contemporâneo, preenchendo a história social e política, moldaram a constituição de novos quadros jurídicos.

As ciências tiveram enriquecida a sua base de dados sociológicos, demolindo os velhos quadros jurídicos.

“As novas morfologias estatais” sobrevêm impetuosas, reclamando novas elaborações ideológicas que melhor as expliquem.

E aqui vem a tônica sobre o factualismo positivista, ao declarar o autor que os “Estados de Fato” que determinaram novos rumos às estruturas jurídicas, ao normativismo jurídico, apresentam-se agora sob novo figurino ideológico.

¹⁷ Ibidem. p. 55.

¹⁸ Ibidem. p. 56.

¹⁹ PAIM, Antônio. O Conceito de espírito na obra de Djacir Menezes. In: _____. (Org.) *Djacir Menezes; bibliografia e estudos críticos*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1988. p. 40.

²⁰ Ibidem. p. 40.

Nesse ponto, já se vão afastando da cena jurídica o filosofismo, as construções racionalistas ou transcendentais, para permanecerem as elaborações que refletem mais de perto a realidade do direito.

São, então, os fatos que exprimem os determinismos que orientam a evolução do direito, e as ideologias traduziriam com mais acerto essa evolução. Mesmo porque as ideologias brotam naturalmente da conjuntura factual, sem necessidade de ultrapassá-la, já que o nível epistemológico da ideologia é rente aos fatos, à circunstância histórica, não atingindo abstrações próprias do escolasticismo, do racionalismo transcendental.

E para revigorar essa postura, apela-se para o historicismo, outra matriz de construções ideológicas, acentuando a transitoriedade das estruturas, dos sistemas sociais.

Expressa com vigor Benedetto Croce: “... y se consideró de incumbencia del historiador la realidad y no el valor de hecho, remitiéndose de buen grado para una calificación más profunda de éste, a lo que de él hubieran pensado teóricos y filósofos.”²¹

Essa colocação do insigne filósofo italiano se faz a propósito da orientação assumida pela historiografia do positivismo!

E vem confirmar o que se disse há pouco sobre a doutrina positivista ou neo-positivista, incidindo no campo do direito.

Nessas condições, há que se repelir e nisso Djacir segue o pensamento em voga, “o conceito de direito como expressão abstrata e ontológica erigida em realidade própria”.²²

Isso franqueia o acesso do direito aos domínios epistemológicos das ciências naturais, reduzindo-se a um dos fenômenos biológicos, aí encontrando explicação mais segura do que em outros domínios.

Até os problemas políticos se encerram nos limites da ciência, através dela obtendo racionalidade e solução.

Assim, vale a pena transcrever palpável testemunho de Djacir a respeito:

²¹ CROCE, Benedetto. *Teoría y historia de la historiografía*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1953. p. 234.

²² MENEZES, Djacir. *Introdução à ciência do direito*. Porto Alegre: Globo. 1934. p. 6.

Os problemas da democracia moderna são problemas de ciência. Nesse ponto, estamos com os ideais de Dewey e da imensa maioria de educadores norte-americanos. Confiamos mais na serenidade meditativa e firme dos sábios, para solucionar as dolorosas perplexidades da civilização humana, que nas soluções espirituais da demagogia e da violência.”

Este é um processo retrospectivo. A biologia e a psicologia genética explicaram tais formas de comportamento nas espécies vivas como processos arcaizados, coordenados pelos centros subcorticais. Formas instintivas, condicionadas pela atividade do pafencéfalo. A meditação, a inibição, os poderes de reflexão e crítica, a mais alta atividade mental, nas suas formas lógicas, dependem do córtex, ontogênica e filogenicamente posteriores no curso da evolução humana. A ambiência cultural, criada pela atividade do homem, condiciona-se a premissas biológicas, em interações profundas e indeligiáveis.²³

Atente-se para a grande extensão abraçada pelo cientificismo do pensador cearense, privilegiando as ciências biológicas.

Não somente o homem, individualmente considerado, é governado pelos determinismos provenientes do seu corpo dinamizado por formas e processos, mas também a própria cultura, dando contornos definidos à sociedade global, se constitui projeção daqueles determinismos, no jogo continuado de uma interação, de um inter-relacionamento humano.

E a coisa se estende a um ponto em que o próprio ato de meditar, a própria criação espiritual, dimanam de um processo de aperfeiçoamento do córtex, do resultado de uma evolução, possibilitando esse aperfeiçoamento.

Mesmo a democracia, ao exprimir basicamente o consenso em tomo de idéias e de programas socioeconômicos e políticos, reflete aquele embasamento biológico, algo que, se for mais adiante, poderá chegar a uma espécie de automatismo, que retiraria às pessoas a franquia à liberdade, ao jogo livre e criativo das idéias.

Nessa hipótese, dispensáveis seriam os mecanismos políticos, qualquer forma ou regime governamental, pois a democracia se faria

²³ Ibidem. p. 6.

imposição de estudos avançados de laboratório, de gabinete, tornando-se consequência natural.

Não se criaria, destarte, propensão para o totalitarismo, ao qual melhor adaptado esse trabalho de laboratório ou de gabinete?

Na verdade, o projeto cientificista em apreço não acabaria por bloquear o livre e espontâneo processo da criação filosófica, os vãos do espírito, ao se saber condicionado pela matéria, pelo córtex?

Então, o espírito não ultrapassaria a barreira da matéria, já que por ela limitado.

Afinal de contas, isso faria perfeitamente lógico o cientificismo. Ou decorreria logicamente de seu conceito, por natureza limitado.

Na elaboração do pensador cearense, tudo que há de consistente na existência humana promanaria da postura cientificista/naturalista, responsável pelo progresso, pela evolução aparelhada do homem, da existência, das instituições, do complexo social, da cultura e, conseqüentemente, do direito.

Então, para que ocorra uma interferência benéfica no campo social, é mister que o político devasse a sua complexidade, e lhe apresente um programa pleno de realizações.

Mas, para tanto, deverá ter acesso aos dados científicos que lhe são requeridos para justificar o seu objetivo.

O problema que, nesse caso, faz-se premente não é o da formação política, como tradicionalmente se impõe, mas o da formação científica.

Cita Djacir, nessa ordem de idéias, o exemplo que vem dos Estados Unidos, onde o presidente Roosevelt reúne em tomo de si “as maiores cabeças da ciência” com vistas ao reajustamento do Estado às condições reais, impostas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. De sorte que a sociedade se engrandece no surto do progresso industrial e científico, promovendo o padrão de vida humano, ao mesmo tempo que aperfeiçoa as técnicas de governo, do Estado.

Observa-se, nesse passo, o caráter ideológico dessa proposição, ao concretizar uma fórmula de entrosamento da ciência, das instituições, da sociedade à nova *facies* do capitalismo, a braços com uma crise sem precedentes, e enfrentada galhardamente pelo presidente americano através da política do *new deal*.

Há, no pensamento de Djacir, algo de utópico, especialmente se considerando a realidade brasileira, sensivelmente estigmatizada pelo descompasso entre as classes sociais, entre os meios urbano e rural, entre os projetos de abertura socioeconômica e os processos institucionais e políticos atuantes.

Então, ao tempo em que escreveu aquilo acerca do progresso científico e industrial, as instituições políticas, os agentes políticos, as estruturas de governo, entre nós principalmente, estavam bastante viciados, obsoletos.

Vivia o capitalismo profunda crise, marcando, notoriamente na década dos anos 30, o Estado do *laissez-faire*.

De tal sorte que apenas numa organização política retocada, onde aqueles agentes fossem mais eficientes, far-se-ia viável a composição entre a ciência e a vida política. E, ainda assim, após longas experiências. Não se deve, pois, deixar de ressaltar uma dimensão utópica na proposta de Djacir.

Em tudo isso vai também uma elevada dose de sociologismo, seguindo, principalmente a orientação de Pontes de Miranda, de caráter neo-positivista.

Assim, a sociologia representaria o coroamento na classificação das ciências de Augusto Comte. A política, a economia, o direito, etc. concorreriam para o aperfeiçoamento da sociedade, sob o binômio ordem-progresso. Tudo sob a batuta da sociologia. Ela tem os seus métodos dia a dia melhorados, mais seguros, deixando para trás a “velha filosofia substancialista e deontológica”.

À medida que muda o clima social, criam-se condições mais aptas ao amadurecimento da sociedade, ao crescimento da ordem jurídica, do sistema jurídico, numa relação de apoio em que, burilando-se o direito, melhora-se a sociedade, a sociologia ou vice-versa.

Tal, num compasso de tempo que retrata o perfil evolucionista de Comte.

Escreve Djacir: “Na evolução das doutrinas sociais, políticas ou jurídicas, o meio e o instante sociológicos imprimem-lhes o cunho que as definirão sempre”.²⁴

²⁴ MENEZES, Djacir. *Introdução à ciência do direito*. Op. cit. p. 9.

Há aí uma relação de causa e efeito *entre* o momento sociológico e desenvolvimento social, algo que funcionaria automaticamente, não conhecendo obstáculo a uma interação.

Sabe-se, porém, que essa interação hoje não é automática e pode deixar de realizar-se face à ocorrência de outros fatores.

Mas, é fácil constatar, no livro ora comentado, o pendor cientificista do autor, aderindo à eclosão, no século XIX, de um pensamento gerado por uma concepção do mundo que se volta para a realidade natural do homem e das coisas.

Renovam-se, então, as ciências naturais, e de uma forma tal que elas passam a servir de modelo para as investigações de todos os ramos do saber.

Um modelo que dita a atitude científica do pesquisador, a se afastar crescentemente do racionalismo radical, e a se envolver com uma racionalidade que caminha de acordo com as experiências colhidas no dia a dia dos laboratórios, dos centros de investigação. patrocinando o acesso à realidade circundante.

Desse modo, não há como cogitar-se prospecção do pensamento puro, abstrato, o que conduziria a especulações vazias. O conhecimento deverá estar vazado numa metodologia objetiva e em sintonia com os avanços da matemática, das ciências naturais.

Diz Djacir: “Abandona-se a análise metafísica da razão, por uma análise positiva da ciência”.²⁵

“Nessa diretriz epistemológica adquire saliência a história. Pois a própria ciência é um processo histórico”.²⁶

Todavia, a história é encarada como um desenrolar de fatos, de fenômenos, e segundo o modelo cientificista.

Essa concepção seria transposta para a realidade social, estabelecendo o factualismo já examinado.

Diga-se, apenas, que esse factualismo propende para o exame externo, exterior dos dados, da vida em sociedade, comprazendo-se com os métodos matemáticos, que levam ao quantitativismo, ao uso imoderado das estatísticas, deixando na sombra as grandes motivações dos atos humanos, as elaborações mentais, a presidirem o surto das ideologias.

²⁵ Ibidem. p. 15.

²⁶ Ibidem. p. 15.

Espécie de mistão de situações psicológicas, familiares etc., que tornam improdutivas as construções quantitativas.

Por outro lado, a epistemologia cientificista castra as virtualidades do discurso da história, ao se comprazer com uma linguagem linear, altamente impeditiva do jogo de referenciais que revigora a interpretação.

Tal epistemologia invadiu os múltiplos ramos do conhecimento humano, estimulando a adoção de métodos de observação e da experiência.

Fala-se agora de experiência social, dirigida no sentido de esclarecer a ação social.

A ação se pospõe à reflexão. Após o seu término, obtêm-se os parâmetros seguros para retomá-la, desta feita com mais sabedoria.

Tem-se, então, um conhecimento nascendo da ação. O conhecimento, nessa marcha processual, caminha com os homens exercitando a sua adaptação ao ambiente natural e social.

Preceitua Djacir:

A extraordinária amplitude da experiência, que se organiza gradualmente graças ao progressivo desenvolvimento do espírito humano, permite a sistematização do conhecimento fragmentário e empírico primitivo em conjunto de leis cada vez mais gerais, mais racionais, mais vastas, como traduções subjetivas de relações objetivas existentes entre fenômenos da realidade exterior.²⁷

Anote-se a crescente *naturalização* do processo social, mediante o emprego dos métodos cientificistas, conduzindo ao coroamento de uma sociologia positivista ou neo-positivista, para onde convergem as formações científicas, como que preparando-a.

O termo *evolução* está sempre presente, indicando o exercitar de uma ação, um trabalho contínuo, o *struggle for life*, das comunidades humanas, procriando, através da observação e da experiência, o conhecimento.

Nisso dispõem de lugar privilegiado os chamados *fatores*, que decidem os resultados dos processos em ativação.

Mais uma vez vem a palavra do pensador cearense:

²⁷ Ibidem. p. 16.

As sociedades humanas evoluem em determinados meios cósmicos sob a ação variadíssima dum concomitância de fatores. Estes fatores são próprios da coletividade: *fatores sociais*; próprios do indivíduo; *fatores biológicos*; *fatores cósmicos*, relativos ao meio físico.²⁸

É interessante observar que essa reflexão, a despeito de se inserir num posicionamento *naturalista*, não escapa ao juízo da melhor crítica, segundo a qual a teoria dos fatores é fortemente restritiva da apreensão da realidade histórico-social.

Ela limita demasiado a visão estrutural-conjuntural da história, e tende a fazer de alguns fatos ou situações móveis de abusivo determinismo.

Esses fatores, então se hipostasiam e se fazem verdadeiras abstrações, justamente tão condenadas pelas correntes científicas.

Depois, com o desenvolvimento das sociedades humanas, vão desaparecendo e ascendendo outras grandes motivações ou causas histórico-sociais, derrubando a tese da permanência absoluta daqueles fatores.

À concepção naturalista do mundo, de Djacir Menezes, não poderia fugir o direito.

Como tal, ele é um produto da sociedade. Não é um produto abstrato, mas concreto. Ele deriva de condições existenciais concretas de qualquer sociedade, acompanhando, portanto, a sua evolução.

Guarde-se, todavia, que essa evolução é uma evolução cultural que se processa segundo condições biológicas.

O processo jurídico se encaminha no sentido da adaptação à vida coletiva, dando sustentação e apoio a outros processos de adaptação.

Ao se focalizar uma certa sociedade,

deparamo-nos com ‘dados’ particulares, de ambiência física e social determinada, que são as características daquele ‘direito’ semelhante ao ‘direito’ daquela outra sociedade, em aproximado período da evolução.²⁹

Isso, pois, favorece a assimilação de normas, de sistemas, por outras áreas culturais. E tal assimilação se dará na medida das necessidades da que recebe, considerando a aproximação ou afinidade cultural entre todas elas.

²⁸ Ibidem. p. 17.

²⁹ MENEZES, Djacir. *Introdução à ciência do direito*. Op. cit. p. 187.

Uma área cultural, se superior a outra, dispõe de maior facilidade para lhe fornecer o seu sistema jurídico, servindo de suporte ideológico às suas necessidades, aos seus fins.

E assim vão passando diante de nós as múltiplas teorias e doutrinas do direito através da pena do pensador cearense. E sob o enfoque claramente positivista.

Recorde-se que esse é justamente o período de sua evolução cultural em que sublinha vigorosamente a tendência científicista, e visível em obras como *A Teoria científica do direito de Pontes de Miranda, 1934*, *O Problema da realidade objetiva, 1932*, e *Introdução à ciência do direito, 1938*.

Nessas condições, não há como deixar de enaltecer no pensador cearense o positivismo jurídico de Duguit.

É um autor que repele as abstrações, idéias absolutas, ficções. Já se vê, antecipadamente, que não aceita a metafísica ou postulados metafísicos.

Pode-se dizer que é na dinâmica social que identifica o dado jurídico. Melhor dizendo, no comportamento humano, nos processos sociais em que ocorrem os encontros entre os homens, ou na interação em que se suscitam os problemas entre as pessoas entre as entidades coletivas, ou ainda na simples comunicação entre eles.

Em todas essas situações aflora, indefectivelmente, uma regra, uma lei que vem disciplinar esses contatos, todos eles se realizando em função de determinado fim, de certo interesse a ser resguardado.

Ainda naquela simples comunicação, emerge uma norma, com vistas ao respeito e à integridade das pessoas em cena.

Duguit enfatiza a solidariedade social, justificando a moldura jurídica de uma sociedade. Aquela interação, aqueles processos sociais se perfazem com visitas à solidariedade social.

As regras de conduta procedem daí.

É algo que se impõe naturalmente às consciências, determinando a sua composição e obrigando a todos.

Aflora aí uma dualidade: individual e social. Vale dizer: há uma tomada de consciência individual do fundamento social do quadro jurídico.

Escreve Djacir: “Mas não é desse reflexo na consciência humana que Duguit pretende extrair a essência da regra do direito. Busca-a no

direito positivo como expressão de interdependência dos indivíduos em sociedade”.³⁰

Com isso, o positivismo de Duguit surge, como não poderia ser de outra forma, fundamentando a conclusão do seu arrazoado. Ao situar no direito positivo a base daquela interdependência, evita, de fato, figuras metafísicas, entes de razão, reduzindo o direito a uma manifestação palpável e concreta.

E, assim, Djacir abraça o sociologismo, referindo abertamente a sua adesão “aos modernos processos de pesquisa sociológica e a sua filiação a uma diretriz metodológica fundamental inspirada na objetividade e no determinismo estatístico que dominam a ciência contemporânea”.³¹

Nessas condições, o ilustre filósofo faz a sua profissão de fé positivista/cientificista. O que o faz não aceitar a metafísica, os valores transcendentais.

Vê-se que o quantitativismo entra nesse quadro, reforçando a postura cientificista. Até o geometrismo não euclidiano é trazido à cena para demonstrar a natureza do espaço social, aproximando-se das teorias einsteinianas.

Esse parágrafo deixa de receber aprofundamento e extensão face à exposição e desenvolvimento das fórmulas matemáticas, nas quais se empregam coordenadas e parâmetros.

E, desse modo, encerra Djacir o seu livro afirmando peremptoriamente que “a construção do direito, ou melhor ainda, da sociologia como ciência, resultará de sua marcha nesse sentido de sua matematização”.³²

NOTAS ***E*** ***TRANSCRIÇÕES***

³⁰ Ibidem. p. 193.

³¹ Ibidem. p. 194.

³² Ibidem. p. 196.

O Nordeste Brasileiro se situa na zona equatorial, e não na zona tropical

CAIO LÓSSIO BOTELHO*

O planeta Terra se divide em várias zonas climáticas (duas glaciais – 90° a 66°, duas temperadas – 66° a 23°, duas tropicais – 23° a 11° e **uma equatorial – 11° a 0°**), como uma decorrência do movimento da variação da obliquidade da eclíptica.

É um erro crasso por parte de algumas instituições científicas do Brasil afirmarem que: *o Nordeste é tropical*. Tal fato não corresponde à verdade científica, tendo em vista que o Trópico de Capricórnio, passa na latitude da cidade de Campinas – São Paulo (23° 26' 38" de latitude sul), enquanto que a região do **Nordeste vai de 2° a 8° de latitude sul**, portanto, em plena faixa equatorial.

Esta afirmativa encontra respaldo, quando vemos que a cidade de Manaus está a 3° de latitude sul assim como a cidade de Fortaleza.

Ressalte-se que o caminho descrito por um planeta se denomina de eclíptica, sendo que a do Planeta Terra é conhecida por eclíptica.

A eclíptica se distingue de um círculo pelo alongamento de sua órbita, enquanto o círculo tem exatamente quatro quadrantes de 45°, a eclíptica possui dois quadrantes de 45° e dois quadrantes de 145°, dando portanto, a origem a dois pontos: periélio – quando a Terra está mais próxima do Sol e afélio – quando o planeta terrestre está mais distante do astro-rei.

Vejamos então a diferença entre a Zona Equatorial e a Zona Tropical:

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Zona equatorial

- Todos os pontos da Terra recebem de forma equilibrada a mesma quantidade de calor e luz.
- Os raios incidem perfeitamente perpendicular (0° de inclinação), a interseção com a superfície do Planeta forma um ângulo reto (0°) na linha do equador.
- A área de 2 máximos de chuvas – 1º equinócio (23 de setembro) e 2º equinócio (21 de março).
- A hileria amazônica é o maior “banco genético” do Planeta. Humboldt a classificou com mais de 30 mil espécies diferentes. Com riqueza em quantidade e qualidade genéticas, formando um tapete vegetal heterogêneo, múltiplo e variado.
- Fica circunscrito esta zona entre os paralelos de $11^\circ 43' 19''$ de latitude norte e sul. Aí não existem as 4 estações do ano.

Zona tropical

- Localiza-se a $23^\circ 27' 8''$ de latitude norte e sul.
- Dois Trópicos – Norte – Câncer, Sul – Capricórnio (Campinas – SP).
- Inclinação dos raios solares de $23^\circ 27' 8''$ de latitude norte (Câncer) e sul (Capricórnio), até $11^\circ 43' 44''$ de latitude sul e norte.
- Área limite externa onde o Sol pode sempre estar no Zenith.
- Zona do Planeta que não tem nenhuma estação fria, onde o inverno não existe.
- Área da Terra onde a temperatura média anual é igual ou menor de que a amplitude média diária.
- Zona do Planeta onde a temperatura média do nível do mar, para o mês mais frio do ano nunca fica abaixo de 18°C .

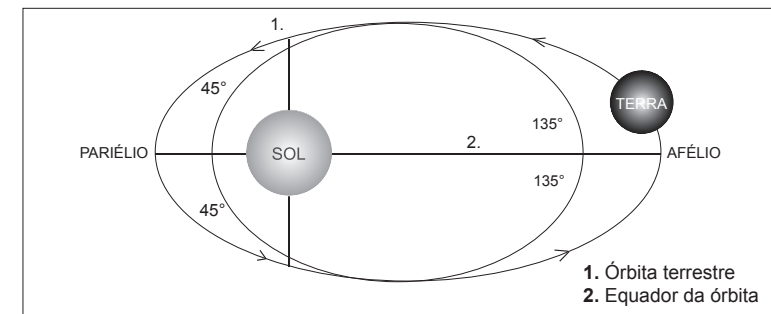


Figura 1 - Excentricidade da órbita terrestre.

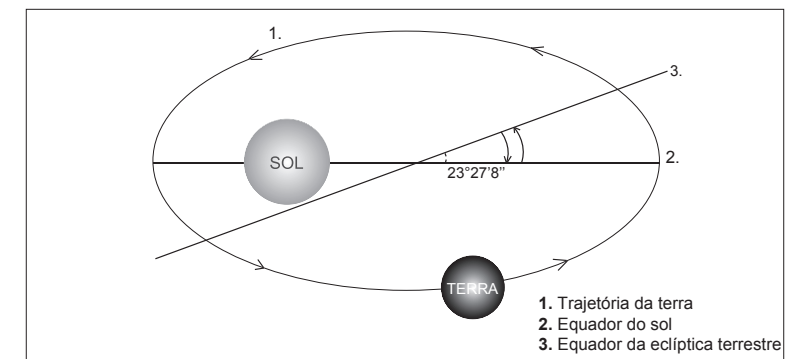


Figura 2 - Obliquidade da eclíptica terrestre terrestre.

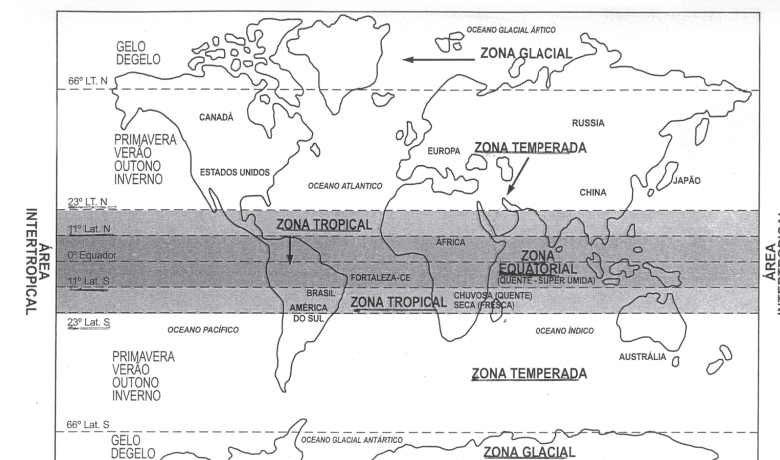


Figura 3 - Planisfério terrestre.

(Necrológio)
Aloysio de Alencar Pinto

☆ 3/2/1911 † 6/10/2007

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*

A cultura brasileira sofreu forte abalo com o desaparecimento de Aloysio de Alencar Pinto, pianista emérito, compositor, pesquisador, folclorista e professor titular do Instituto Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aloysio nasceu em Fortaleza em 3 de fevereiro de 1911, filho de Júlio Pinto e Dona Júlia de Alencar Pinto. O pai, comerciante prestigioso, tem o nome ligado aos primeiros passos do cinema, dos discos fonográficos e do automobilismo no Ceará. Industrial empreendedor, entre outras atividades, distinguiu-se por fabricar ladrilhos hidráulicos [mosaicos] de elevado padrão, premiados em várias exposições nacionais realizadas na Capital Federal, no começo do século.

Dona Júlia, a mãe, senhora de fina educação, vinculada por estreitos laços de parentesco ao círculo familiar do romancista José de Alencar, era conhecida por sua louvada generosidade. Por bom tempo, dedicou-se a ajudar estudantes desvalidas, postas ao cuidados da Fundação Júlia Pinto, entidade destinada a servir à Universidade Federal do Ceará, nos seus primeiros anos. Incontáveis foram as jovens acolhidas pela Fundação nos bangalôs do Benfica, onde encontravam morada digna.

Aloysio bacharelou-se pela então Faculdade de Direito do Ceará em 1932 e logo se transferiu para o Rio de Janeiro, a fim de prosseguir seus estudos musicais no Instituto Nacional de Música, tendo concluído o curso de piano com Medalha de Ouro. Pouco depois, seguiu para a França, onde realizou aperfeiçoamento com renomadas expressões da

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

música francesa, curso, findo o qual, recebeu o Grande Prêmio *Mention d'Honneur du Concours de Virtuosité*.

“Como pedagogo e professor de seu instrumento, teve oportunidade de orientar os estudos de eminentes pianistas, tais como Jacques Klein, Gerardo Parente [ambos cearenses], Maria da Penha e Irany Leme. Como compositor, notabilizou-se pelo Ciclo de Canções Afro-brasileiras, Cantos Indígenas, Acalantos Brasileiros, Suíte Sul Americana (piano), Suíte Brasileira (para dois pianos), Sarau de Sinhá, ballet (piano a quatro mãos e para orquestra sinfônica); Ciclo *O Natal Brasileiro*, para coro misto, Ponteios para violão, *Gloria in Excelsis*, para soprano e orquestra, além de inúmeras peças avulsas para piano solo e música de câmara. Estas obras mereceram execuções de renomados artistas patricios e estrangeiros, bem como de conjuntos corais e orquestras nacionais e de vários países” (Georges Mirault Pinto). Compôs trilhas sonoras de filmes nacionais e, no campo da musicologia, escreveu artigos sobre o padre José Maurício, Ernesto Nazareth, Villa-Lobos e Darius Milhaud. Em 1965, levou a Paris, sob os auspícios do Itamarati, o Ballet Folclórico do Brasil, com grande sucesso.

Membro Titular da Academia Brasileira de Música e da Academia Nacional de Música, Membro do Conselho do Museu da Imagem e do Som, tanto no setor de Música Erudita como no de Música Popular, por muitos anos, foi Diretor de Programação e Programador Cultural da Rádio Ministério da Educação e dirigiu, para a Campanha de Defesa do Folclore, os *Documentos Sonoros do Folclore Brasileiro*, com mais de 40 discos, gravados *in loco*, em boa parte no Ceará, entre as quais se destaca a série *Romarias Brasileiras*, com ênfase nas festas de São Francisco do Canindé. Fez importantes registros sonoros em Almofofala, datados de 1970, além da antologia *A Arte da Cantoria*, com música de cantadores. Teve suas composições gravadas em discos por grandes intérpretes nacionais e internacionais, além de *12 Valsas de Ernesto Nazareth*, executadas pelo próprio Aloysio. Por sua valiosa contribuição à cultura nacional, a UNIRIO lhe outorgou o título de *Doutor Honoris Causa* e a Casa de Rui Barbosa lhe concedeu a Medalha Rui Barbosa.

GENEALOGIA

A descendência do tenente-general Vicente Alves da Fonseca

FERNANDO CÂMARA*

O tenente-general Vicente Alves da Fonseca, meu quinto avô paterno, foi uma figura de destaque em minha cidade natal - Quixeramobim, na segunda metade do século XVIII, sendo o fundador da fazenda Canafistula, onde residia, localizada na ribeira do Pirabibu, um dos afluentes do rio Quixeramobim.

Sua propriedade iniciava-se a partir da fazenda Ramallete, na saída de nossa cidade, até as proximidades do atual município de Madalena, compreendendo praticamente todo o território do hodierno distrito de Damião Carneiro.

Foi ele o construtor do primeiro reservatório público do Ceará, na década de 1770 a 1780, na localidade ainda hoje conhecida por “Açude”, vizinha à fazenda Golfos, esta, outrora pertencente ao meu saudoso pai Miguel Fenelon Câmara e, no momento, aos herdeiros de Paulo Cirino, de Maranguape, CE.

Era natural de Olinda, em Pernambuco, sendo seus pais o tenente Vicente Alves da Fonseca e dona Tereza Fragoso das Chagas. Contraiu núpcias, no dia 21 de outubro de 1776, com Maria Francisca do Espírito Santo, filha do tenente João Velho Gondim e de Antônia do Espírito Santo, ambos naturais da região jaguaribana.

Ignoramos a data e o local de seu nascimento; supomos ser mesmo natural de Quixeramobim onde residia e onde faleceu no dia 29 de agosto de 1791, sendo sepultado na igreja Matriz daquela cidade.

Deixou uma descendência de quatro filhos, como veremos a seguir.

1. Francisca Maria de Paula, casada em 30 de outubro de 1792 com seu primo, capitão-mor José dos Santos Lessa, filho de seus tios, José Lobo dos Santos (natural do Porto, em Portugal, e falecido em Quixeramobim no dia 26 de julho de 1792, aos 80 anos de idade) e Mariana Alves da Fonseca (irmã do já citado tenente-general Vicente Alves da Fonseca). Do capitão-mor José dos Santos Lessa, eram avós paternos: Francisco Lobo Guimarães e Inácia Lobo. Seus avós maternos eram os acima mencionados Vicente Alves da Fonseca e Tereza Fragoso das Chagas.

Do casamento do capitão-mor José dos Santos Lessa com sua prima Francisca Maria de Paula, houve uma prole de quatro filhos:

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

1. 1. José dos Santos Lessa Júnior, que casou em 26 de setembro de 1830 com Maria de Nazaré, filha do tabelião de Quixeramobim, Manuel Alexandre Albuquerque Lima e de sua esposa Maria de Nazaré, esta da família Bezerra de Menezes. Ele é o único dos filhos do capitão-mor de quem conheço a descendência, por sinal ilustre, e da qual gostaria de fazer uma ligeira menção: uma filha do casal, Maria Francisca Lessa, conhecida por Mulatinha, uniu-se em matrimônio ao coronel Inácio Alves Barreira e foram os pais de Maria Lessa Barreira; esta, veio a casar-se com o desembargador Luís Gonzaga Gomes da Silva, sendo genitores do saudoso dr. Stênio Gomes da Silva, deputado federal, vice-governador e depois governador do Ceará, e de outros filhos;

1. 2. Francisco dos Santos Lessa, de quem nada sabemos a respeito;

1. 3. Maria Francisca de Paula Lessa (Marica Lessa), nascida em dias de janeiro de 1804, conforme batistério existente na folha 126, do livro de batizados nº. 7, da Paróquia de Quixeramobim. Ela é a famosa Dona Guidinha do Poço, do romance do escritor cearense Manoel de Oliveira Paiva, e veio a casar-se, no dia 30 de junho de 1827, com o coronel Domingos Víctor de Abreu e Vasconcelos, natural de Goiana, em Pernambuco. Sem descendência.

1. 4. Vicente dos Santos Lessa, de quem, também, nada sabemos a respeito.

Conheçamos, então, os outros três filhos do casal tenente-general Vicente Alves da Fonseca e Maria Francisca do Espírito Santo:

2. Teresa Maria, casada em primeiras núpcias com José de Paiva Chaves e, em segundas, com João Bernardes da Cunha. Este, enviuvando, uniu-se em casamento com Antônia de Sousa Mota, a qual sobreviveu ao marido e foi a segunda esposa de Miguel Alves de Melo Câmara, tronco dos Câmaras de Quixeramobim, e meu quarto avô paterno. Infelizmente, não sabemos se houve prole destes casamentos.

3. Vicente Alves da Fonseca (terceiro do nome), natural de Quixeramobim - em data por nós desconhecida, era coronel e comandante do Regimento de Cavalaria Ligeira da Segunda Linha do Exército, mas, radicando-se na zona norte do estado (Santa Quitéria e Sobral), tornou-se um riquíssimo fazendeiro e com grande influência política e social naquela região.

Em Santa Quitéria, veio a casar-se, no dia 23 de novembro de 1802, com Antônia Geracina Isabel de Mesquita (1774-1825), filha única do capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita (1736-1807) e de sua esposa Luíza Tereza de Jesus Colaço, natural de Itamaracá, em Pernambuco. Esta, era filha de Luiz Ferreira da Soledade Catunda e de Francisca Barbosa de Melo.

Em seu livro *Cronologia Sobralense*, volume II, o ilustre confrade monsenhor Francisco Sadoc de Araújo relata como aconteceu este enlace matrimonial:

“Um dos membros da família Mourões mandou pedir ao capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita a sua filha Antônia Geracina Isabel de Mesquita em casamento, pedido este recusado pelo pai da jovem. Não conformados com esta atitude do capitão-mor, os Mourões se armaram e resolveram atacar sua residência e raptar a sua filha.

Antônio Pinto de Mesquita, tomando conhecimento deste plano, reuniu homens de sua absoluta confiança, entre os quais Vicente Alves da Fonseca, e enfrentou os assaltantes em grande tiroteio. Não esperando esta reação, os Mourões fugiram, e para demonstrar a sua gratidão para com Vicente, que se portara com muita bravura, o capitão-mor deu-lhe a sua filha em casamento.”

Abramos parênteses e conheçamos um pouco da família de Antônio Pinto de Mesquita, que era filho do português João Pinto de Mesquita (1702-1783), conhecido como o Patriarca do Jacurutu, e casado (em 1726) com Tereza de Oliveira, natural do Rio Grande do Norte e filha do coronel Luiz de Oliveira e de Isabel Gonçalves.

Foi um rico proprietário, detentor de muitas fazendas na região norte da então Capitania do Ceará, e de seu casamento nasceram onze filhos, sendo o sexto deles o dito capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita, pai, como já vimos, de Antônia Geracina Isabel de Mesquita.

Quando o Patriarca do Jacurutu faleceu em 1783, ele se tornou o sucessor natural do pai na liderança da família, tendo, inclusive, ascendência sobre os próprios irmãos e outros familiares.

Uma sua irmã, Isabel Pinto de Mesquita, de seu primeiro casamento com José Luís Pestana de Vasconcelos (que usou o nome falso de Polinardo Caetano César de Ataíde neste ato religioso, depois anulado por ser o mesmo já casado) teve quatro filhos sendo que o segundo foi Geracina Isabel de Sousa, nascida em 9 de novembro de 1777.

Esta Geracina veio a contrair núpcias com o capitão Thomaz de Aquino de Souza, nascido em Natal, RN, no dia 7 de março de 1780, filho de Antônio José de Souza e Oliveira e de sua primeira esposa e prima Ana Teixeira de Melo. Geracina Isabel e Thomaz de Aquino foram os genitores de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, o grande senador Pompeu, figura de destaque do Partido Liberal, do Ceará, no Brasil Império.

Antônio José de Souza e Oliveira, o avô paterno do senador Pompeu, era irmão de Félix José de Souza e Oliveira, casado em 5 de agosto de 1765, em Sobral, com Teodósia Maria de Jesus Machado, filha do português coimbrão Manoel Madeira de Matos e da pernambucana Francisca de Albuquerque Melo. Félix e Teodósia foram os pais do padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque (o padre Mororó), fuzilado em 30 de abril de 1825, como um dos chefes da Confederação do Equador, revolução de 1824.

Verifica-se, assim, que o genitor do senador Pompeu, capitão Thomaz de Aquino de Souza, era primo legítimo do padre Mororó e também primo do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (o padre Miguelinho), como veremos a seguir.

Os irmãos Antônio José e Félix José de Souza e Oliveira, eram filhos de Tecla Rodrigues Pinheiro e de seu esposo coronel Francisco de Souza Oliveira (falecido em Natal, RN, já viúvo, no dia 25 de março de 1808, com mais de 100 anos de idade). Tecla era irmã de Francisco Pinheiro Teixeira que, contraindo núpcias (à meia-noite do dia 12 de maio de 1748) com a jovem Bonifácia Antônia de Melo, foram os pais, dentre outros filhos, de Francisca Antônia Teixeira.

Esta Francisca Antônia veio a casar-se, em Natal, no dia 20 de janeiro de 1764, com o português Manuel Pinto de Castro e foram os pais do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o padre Miguelinho (1768-1817), o grande mártir da Revolução de 1817.

Voltemos à presença do capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita, o qual tinha duas outras irmãs que merecem ser citadas pela ilustre descendência: Maria Madalena Pinto de Mesquita e Tereza de Oliveira Pinto.

A primeira, Maria Madalena Pinto de Mesquita, nasceu em 1730 e uniu-se em casamento, realizado no dia 22 de agosto de 1751, com o seu parente Manoel Pinto de Macedo, filho de João Pinto de Macedo e de sua esposa Lourença de Macedo. Maria Madalena e Manoel Pinto de Macedo são ascendentes do saudoso consócio do Instituto do Ceará e figura ímpar em Direito Penal, professor doutor Clodoaldo Pinto, que foi casado com minha parenta, dona Maria Nilda Saraiva Pinto, e genitores dos meus estimados primos drs. Clodoaldo Pinto Filho, Evandro Pedro Pinto e professora Nilda Pinto Leone, dentre outros irmãos, alguns já falecidos.

A segunda irmã do capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita, de nome Tereza de Oliveira Pinto, batizou-se no dia 16 de maio de 1744 e veio a contrair núpcias, na antiga igreja Matriz de Sobral, hoje Catedral, em 7 de janeiro de 1766, com seu primo legítimo Antônio Matias Magalhães, filho de seus tios Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus. Tereza e Antônio Matias são ascendentes do general Juraci Magalhães, antigo interventor federal na Bahia, onde foi ainda governador, deputado federal e senador da República, e exerceu muitos outros cargos de destaque na vida pública brasileira.

Fechemos, então, este longo parêntese.

Tornemos, pois, ao casal Vicente Alves da Fonseca e Antônia Geracina Isabel de Mesquita, o qual, a exemplo de seus sogros e pais, capitão-mor Antônio Pinto de Mesquita e Luíza Tereza de Jesus Colaço, teve, também, apenas uma filha,

3.1. Francisca Maria Carolina, nascida em 15 de março de 1807.

Ela se casaria, mais tarde, com o futuro senador do Império Francisco de Paula Pessoa, nascido em Granja, neste Estado, no dia 24 de março de 1795, sendo seus pais o português Thomas Antônio de Andrade e a granjense Francisca Brito Pessoa de Andrade.

Irmão do senador Paula Pessoa foi João de Andrade Pessoa Anta, um dos líderes da Revolução de 1824, sendo fuzilado em Fortaleza em 30 de abril de 1825, juntamente com o padre Mororó e outros revolucionários.

Segundo comentários correntes na família, Vicente Alves da Fonseca, ao concordar com o casamento da filha Francisca Maria Carolina com o futuro senador do Império, teria dito estas palavras: “Senhor Paula Pessoa, sou um homem de muita fortuna, porém, a maior riqueza que possuo é a que lhe dou agora, a mão de minha filha”.

Viúvo com o falecimento de sua esposa Antônia Geracina Pinto de Mesquita, fato ocorrido em 27 de junho de 1825, algum tempo depois Vicente Alves da Fonseca contrai novas núpcias, desta feita com Irene Esmerinda de Glória, filha do capitão Antônio Furtado do Espírito Santo e de Ana Antônia de Souza. Na mesma oportunidade, realizou-se, também, o casamento de sua filha Francisca Maria Carolina com Francisco de Paula Pessoa.

Desta segunda união conjugal, com Irene Esmerinda, Vicente Alves da Fonseca deixou os seguintes filhos: Carolina Leopoldina Alves da Fonseca, Francisco Alves da Fonseca, Manoel do Nascimento Alves da Fonseca e Maria Francisca Alves da Fonseca, cujas descendências desconhecemos por completo.

Vicente Alves da Fonseca faleceu em Sobral, no dia 6 de setembro de 1841.

Quanto ao senador Francisco de Paula Pessoa, dizia-se na família que manifestou em prece a Nossa Senhora, sua madrinha, o desejo de alcançar três graças: ser senador do Império, ferrar dois mil bezerros em suas fazendas e morrer com oitenta anos de idade. Depois de alcançar estas graças, dirigiu-se, então, a uma igreja e diante do altar da Virgem Maria, ele disse estas palavras: “Minha Madrinha, venho agradecer-vos tudo quanto pedi e me concedestes: sou senador do Império, amanei dois mil bezerros e hoje completo oitenta anos de idade. Mas, minha Madrinha, oitenta anos é tão pouco...”.

Mais uma vez, Nossa Senhora foi condescendente com o afilhado concedendo-lhe, ainda, mais quatro anos de vida, vindo ele a falecer no dia 16 de julho de 1879, em Sobral, já viúvo de Francisca Maria Carolina de Paula, que falecera, também naquela cidade, em 4 de julho de 1851.

Na atual Catedral de Sobral, em uma de suas naves laterais, o senador Francisco de Paula Pessoa repousa o derradeiro sono, em belo mausoléu de mármore de Carrara e que visitei quando fui para uma das Convenções da Família Saraiva Leão, em Meruoca.

De sua união com Francisca Maria Carolina de Paula, o senador Francisco de Paula Pessoa deixou uma ilustre descendência:

3.1.1. Dr. Thomaz Antônio de Paula Pessoa, magistrado;

3.1.2. Maria Luíza de Paula Rodrigues, casada com o conselheiro do Império e Ministro da Guerra, dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, pais de:

3.1.2.1. Dr. Francisco de Paula Rodrigues, que foi proprietário de fazenda, também em Quixeramobim, e o conheci no Cartório Câmara, de meu pai, em minha infância;

3.1.2.2. Dr. Thomaz de Paula Pessoa, deputado federal e senador da República;

3.1.3. Vicente Alves de Paula Pessoa, foi o que mais se projetou de toda a irmandade. Nasceu em Sobral, no dia 29 de março de 1828, bacharelando-se em Direito pela Faculdade de Olinda em 25 de novembro de 1850, quando contava apenas 22 anos de idade. Senador do Império, a política não o divorciou das atividades jurídicas, onde mais se notabilizou. Como magistrado fez parte do Tribunal de Relação do Pará e publicou importantes trabalhos de cunho jurídico, tornando-se um jurista de grande destaque em sua época. Teve três enlances matrimoniais e de todos deixou descendência.

Da primeira união conjugal, com Maria Barbosa de Paula Pessoa, filha do major Simão Barbosa Cordeiro e Ana Mendes Barbosa, realizada em 20 de novembro de 1852, houve a seguinte descendência:

- 3.1.3.1. Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa;
- 3.1.3.2. Ana Barbosa de Paula Pessoa;
- 3.1.3.3. Simão Barbosa de Paula Pessoa;
- 3.1.3.4. Vicente Alves de Paula Pessoa Filho;
- 3.1.3.5. Francisca da Paula Pessoa; e,
- 3.1.3.6. Maria Barbosa de Paula Pessoa;

Com o falecimento de sua primeira esposa, o senador Vicente Alves de Paula Pessoa contraiu segundas núpcias, no dia 4 de fevereiro de 1865, com sua cunhada Ana Barbosa de Paula Pessoa, havendo uma prole de dois filhos:

- 3.1.3.7. José Barbosa de Paula Pessoa; e,
- 3.1.3.8. João Barbosa de Paula Pessoa.

Finalmente, de terceiras núpcias, realizadas em Canindé, CE, no dia 5 de junho de 1870, com Mariana Barbosa de Magalhães, filha do capitão Manoel Luís de Magalhães e de Bernardina Barbosa Cordeiro, houve apenas uma filha:

- 3.1.3.9. Francisca Magalhães de Paula Pessoa.

O senador Vicente Alves de Paula Pessoa faleceu em Sobral, no dia 31 de março de 1889.

3.1.4. Antônia Geracina de Paula Figueiredo, casada com o dr. José Antônio de Figueiredo;

3.1.5. Dr. Francisco de Paula Pessoa Filho, de cuja esposa ignoramos o nome, e do qual descendem o general Vítar Parente de Paula Pessoa e o coronel Joaquim Miranda Pessoa Andrade, dentre outros;

3.1.6. Francisca Maria Carolina, que casou com o dr. João Albuquerque Rodrigues, falecido como juiz de direito de Santa Quitéria, neste Estado.

Encerramos aqui a relação dos descendentes do coronel Vicente Alves da Fonseca, casado com Antônia Geracina Isabel de Mesquita, e terceiro filho do casal tenente-general Vicente Alves da Fonseca e Maria Francisca do Espírito Santo, meus quintos avós paternos.

Resta-nos, agora, descrever a prole do quarto e último filho destes meus quintos avós, aliás, uma filha.

4. Maria Francisca do Espírito Santo, que casou em Aracati, CE, no dia 7 de janeiro de 1800, com o coronel Joaquim Felício Pinto de Almeida e

Castro. Ele fez parte da Junta Governativa do Ceará na Revolução de 1824, sendo irmão do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, padre Miguelinho, o grande mártir de 1817.

Desconhecemos a data de nascimento de Maria Francisca, mas sabemos a de seu esposo. Vejamos o seu batistério, que me foi fornecido pelo saudoso dom Antônio Costa, bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal e falecido como bispo de Caruaru, em Pernambuco:

Joaquim, filho legítimo do capitão Manuel Pinto de Castro, natural de São Veríssimo de Valbom, Arcebispado do Porto, e de Francisca Antônia Teixeira, natural desta freguesia, neto paterno de Francisco Pinto de Castro e de Isabel Pinto de Almeida, naturais da mesma freguesia de São Veríssimo de Valbom, e materno, do capitão Francisco Pinheiro Teixeira e de Bonifácia Antônia de Melo, naturais desta cidade, nasceu aos vinte e oito de maio do ano de 1776 e foi batizado com os Santos Óleos nesta Matriz de licença minha pelo padre coadjutor Bonifácio da Rocha Vieira, aos onze de junho do dito ano. Foi padrinho o padre Alexandre Dantas Correia, por procuração que apresentou o padre Miguel Pinheiro Teixeira, do que mandei lançar este assento em que me assinei.

*a) Pantaleão da Costa Araújo
Vigário do Rio Grande*

O capitão Manuel Pinto de Castro e Francisca Antônia Teixeira, pais do coronel Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, também haviam casado em Natal, RN, e dessa união conjugal nasceram dez filhos, a saber:

A. Padre Inácio Pinto de Almeida e Castro, nascido em Natal, no dia 30 de agosto de 1776. Foi deputado à Constituinte do Império (1826-1829) e faleceu em Pernambuco em 1826;

B. Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, nasceu em 17 de novembro de 1768. Grande mártir da Revolução de 1817, foi fuzilado no dia 12 de junho desse ano, no Campo da Pólvora, atual Praça Pedro II, em Salvador, BA;

C. Clara de Castro, nascida pelos idos de 1769, casou-se com o seu sobrinho Inácio Pinto de Almeida e Castro, filho de seu irmão Francisco Pinheiro de Almeida e Castro e de Maria d'Assunção;

D. Bonifácia Nolasco de Almeida, nasceu em 1770 e veio a contrair núpcias com o português Francisco Xavier Garcia, professor régio de Gramática Latina, em Natal. Faleceu nessa cidade em 19 de novembro de 1833, deixando descendência;

E. Padre Manuel Pinto de Castro, padre Pinto, nasceu em Natal no dia 30 de agosto de 1771. Teve grande atuação política no Rio Grande do Norte e faleceu em 2 de agosto de 1851;

F. Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, meu quarto avô paterno, a quem já me referi neste trabalho (veja 4., acima);

G. Padre José Joaquim de Almeida e Castro, nascido em 22 de setembro de 1780 e falecido pelos idos de 1817, possivelmente no Maranhão, para onde fora designado vigário;

H. Francisco Pinheiro de Almeida e Castro, nascido possivelmente em 1781, segundo o mestre Câmara Cascudo, e casou com Maria d'Assunção, falecida em 1827, deixando quatro filhos, sendo primogênito Inácio Pinto de Almeida e Castro, que contraiu núpcias com a tia Clara de Castro (ver C., acima);

I. Isabel, nascida em 11 de agosto de 1782 e ignoramos se casou ou morreu solteira, em data desconhecida;

J. Damião Pinto de Castro, nascido em 18 de agosto de 1784 e batizado a 13 de outubro do mesmo ano. Nada mais sabemos a seu respeito.

A cidade de Natal serviria apenas de berço para Joaquim Felício, pois, atingindo a idade escolar, rumou para Olinda, em Pernambuco, em 1784, juntamente com os irmãos Inácio, Miguel (o futuro padre Miguelinho) e Clara.

Tão desconhecido era no Rio Grande do Norte que o saudoso escritor Câmara Cascudo, descrevendo os irmãos do grande mártir de 1817, assim se pronunciou:

“Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, nasceu em 28 de maio de 1776. Residiu sempre em Recife e participou do movimento de 1824. Em janeiro de 1831 continuava solteiro. Nada mais consegui.”

Há evidente engano do mestre Câmara Cascudo, pois, desde 7 de janeiro de 1800, ele havia se casado, em Aracati, com Maria Francisca, filha do tenente-general Vicente Alves da Fonseca e de Maria Francisca do Espírito Santo.

Em 22 de agosto de 1803 batizava na igreja Matriz de Quixeramobim o filho Manuel Felício, meu trisavô paterno, conforme assentamento existente no Livro de Batizados nº. 6, folha 106, e que transcrevemos:

“Aos vinte e dois de agosto de mil oitocentos e três, nesta Matriz de Quixeramobim, batizei e puz os Santos Óleos, ao párvulo Manuel, nascido aos quatorze do dito mês e ano, filho legítimo do capitão Joaquim Felício Pinto de Almeida e D. Maria Francisca de Almeida, moradores nesta Villa; foram padrinhos, Vicente Alves da Fonseca, casado, morador na Fazenda Santa Quitéria e d. Francisca Terseyna, moradora no Rio Grande, por procuração; do que fiz este termo no mesmo dia, mês e ano supra e por verdade assinei. Cura João Roiz Leite.”

Na realidade, foi em Pernambuco e no Ceará que os dois irmãos se projetaram na defesa de seus ideais revolucionários, tendo o padre Miguelinho sacrificado a própria vida, e seu irmão Joaquim Felício, se não teve igual destino, marcou, porém, sua presença ativa no movimento de 1824, quando integrou a Junta Governativa, no Ceará.

O coronel Joaquim Felício e sua mana Clara foram os únicos irmãos do padre Miguelinho a se radicarem no Ceará.

Clara de Castro era já cinquentona quando se casou com o sobrinho Inácio, que tinha idade de ser seu filho. Este casamento não teve a aprovação da família, obrigando o casal a fixar residência no Ceará, onde certamente morreu sem deixar descendência.

Do enlace matrimonial de Maria Francisca com Joaquim Felício (veja 4.), temos conhecimento da existência de apenas dois filhos: Manuel Felício e Joaquim Felício.

4.1. Manuel Felício de Almeida e Castro, *meu trisavô paterno*; nasceu em Quixeramobim, como já foi dito, na dia 14 de agosto de 1803 e casou em 28 de novembro de 1834 com Maria do Rosário de Albuquerque Lima, filha do tabelião Manoel Alexandre de Albuquerque Lima, natural de Pernambuco, e de sua esposa, Maria de Nazaré, membro da família Bezerra de Menezes. Desta união conjugal nasceram oito filhos.

4.1.1. Joaquim Felício de Almeida e Castro, falecido solteiro;

4.1.2. Maria Francisca de Almeida e Castro, casada com José dos Santos Lessa, e pais de

4.1.2.1. Maria do Rosário, esposa de seu primo José Joaquim de Almeida e Castro (Zezinho), dele havendo seis filhos cuja descendência está ali relatada (veja 4. 2. 1.);

4.1.3. Francisca Antônia de Almeida e Castro (Totônia), que casou com Sérgio Gorgonha Lima Lessa, pais de

4.1.3.1. Sérgio Gorgonha Lessa, falecido solteiro;

4.1.3.2. José Gorgonha Lessa, casado com Margarida Almeida Lessa e pais de

4.1.3.2.1. Geraldo Lessa;

4.1.3.2.2. José Lessa Filho; e

4.1.3.2.3. Margarida;

4.1.3.3. Antônio Gorgonha Lessa;

4.1. 3.4. Pedro Gorgonha Lessa, casado com Antônia Patrício;

4.1.3.5. Maria de Nazaré Lessa, casada com José de Souza Leitão e de cujo consórcio nasceram os filhos

4.1.3.5.1. Luís de Souza Leitão, casado com Júlia Lessa Leitão, pais de

4.1.3.5.1.1. Francisco Lessa Leitão (Sinhôzinho), que conheci como administrador da fazenda Boa Sorte, do primo dr. Jaime Câmara Vieira;

4.1.3.5.2. Adalberto de Souza Leitão, solteiro;

4.1.3.5.3. José de Souza Leitão, solteiro;

4.1.3.5.4. Raimundo de Souza Leitão, casado com Maria do Carmo de Souza Leitão, em primeiras núpcias, e com Nenem de Souza Leitão, em segundas núpcias; de seu primeiro casamento nasceu a filha

4.1.3.5.4.1. Rizoleta de Souza Leitão, que conheci na casa de minha tia-avô Marica Machado;

4.1.3.5.5. Antônio de Souza Leitão, casado com Maria Francisca Lessa, pais de

4.1.3.5.5.1. Lídia de Souza Leitão, casada com Luís Enéas de Castro - que conheci em Quixeramobim - com os filhos, dentre outros: Rita, Paulo, Juarez e Francisco, este conhecido como Chico 21;

4.1.3.5.6. Maria de Lourdes Souza Leitão, solteira;

4.1.3.5.7. Rufina de Souza Leitão, que casou com Joaquim Felício de Castro Lessa (Quinca Lessa), ele em segundas núpcias, sem descendência;

4.1.3.5.8. Heloisa de Souza Leitão, que casou com Milton da Silva Câmara, filho de meu tio-avô Antônio Zábulon da Silva Câmara e de sua esposa

Elvira Pinto de Mendonça Câmara, pais de

4.1.3.5.8.1. Miriam Câmara Pereira Lopes, casada com Nelson Pereira Lopes, com as filhas

4.1.3.5.8.1.1. Margarida Heloísa;

4.1.3.5.8.1.2. Lília, gêmea com sua irmã Liana;

4.1.3.5.8.1.3. Liana, gêmea com sua irmã Lília.

4.1.3.5.8.2. Zélia Leitão Câmara, solteira;

4.1.3.5.8.3. Moacir Leitão Câmara, casado com Maria José Teixeira, pais de: Jacqueline e Moacir;

4.1.3.5.8.3.1. Jacqueline;

4.1.3.5.8.3.2. Moacir;

4.1.3.5.8.4. José Everardo Leitão, casado com Maria José Barbosa Câmara, pais de

4.1.3.5.8.4.1. Elisabeth;

4.1.3.5.9. Maria Adelina de Souza Leitão, casada com José Augusto Lessa;

4.1.3.5.10. Maria do Rosário Lessa Leitão, casada com Gonçalo de Souza Leitão, pais de

4.1.3.5.10.1. Letícia de Souza Leitão;

4.1.3.5.10.2. Dédica do Carmo Leitão, casada com Enéas de Castro; e,

4.1.3.5.10.3. Francisco de Souza Leitão, casado com Maria Enéas Rodrigues Leitão, pais de

4.1.3.5.10.3.1. Gonçalo de Souza Leitão, casado com Alba Patrício;

4.1.3.5.10.3.2. Auristela de Souza Leitão, casada com José Fontenele Martins;

4.1.3.5.10.3.3. Violeta de Souza Leitão, casada com Expedito Freres.

4.1.4. Manuel Felício de Almeida e Castro (Dudu), que casou no dia 24 de junho de 1859 com sua prima Maria Leopoldina de Almeida Bezerra (1845-1878), filha do dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes e de Maria Leopoldina de Lima Bezerra, pais de:

4.1.4.1. Maria Catarina, falecida criança;

4.1.4.2. Maria dos Prazeres Patrasana, que casou com Manuel Patrasana, sem descendência;

4.1.4.3. Maria Leopoldina, falecida criança;

4.1.4.4. Manuel Felício de Almeida Bezerra, que casou com sua prima Maria de Nazaré Bezerra, filha de Antero Soares e Bezerra e de Débora Monteiro;

4.1.4.5. Maria Cândida Bezerra, falecida solteira;

4.1.4.6. Maria do Rosário Bezerra, também falecida solteira;

4.1.4.7. Lídia de Almeida e Castro, que casou com seu primo Francisco Pinheiro de Almeida e Castro (1875-1927), conhecido por Pinheirinho (veja em 4.1.7.5. a descendência do casal) e filho do alferes Francisco Pinheiro de Almeida e Castro e de Maria de Sant'Ana; Pinheirinho era, portanto, irmão de Vicente Alves de Almeida e Castro (Vicente de Castro).

4.1.4.8. Teófilo Rufino, falecido solteiro.

4.1.5. Miguel Joaquim de Almeida e Castro, *meu bisavô paterno*; era tenente e homônimo de seu tio, padre Miguelinho. Nasceu em Quixeramobim no dia 28 de dezembro de 1840 e ali contraiu núpcias, em 5 de maio de 1865, com Francisca Maria do Nascimento, que contava apenas 14 anos de idade, pois nascera na fazenda Descanso no dia 12 de abril de 1851; era filha de Manuel José do Nascimento e Alarcon (1798-1879) e de Ana Nogueira do Nascimento (1819-1878). Veio a falecer aos 27 anos de idade, em 23 de janeiro de 1878, e seu esposo no dia 28 de abril de 1895. O casal teve sete filhas, a saber:

4.1.5.1. Francisca Maria de Castro Caminha (Chiquibinha), nascida em 21 de fevereiro de 1866; casou-se em primeiras núpcias com o tabelião Júlio Pinto de Mendonça Caminha e em segundas com Antônio Cláudio de Queiroz, não havendo descendência em ambos os casamentos.

4.1.5.2. Maria Olindina de Castro Câmara (Didi), *minha avó paterna*; nascida em 13 de março de 1868, casou no dia 4 de maio de 1889 com Manuel Felon da Silva Câmara. Seu esposo nascera em 1871, sendo filho de Heráclito Zábulo da Silva Câmara (1851-1872) e de sua esposa e prima Maria Ivo de Oliveira Câmara (1853-1876). O meu avô Manuel Felon faleceu em 11 de abril de 1895 e sua esposa Maria Olindina, no dia 21 de março de 1933. Filhos do casal:

4.1.5.2.1. Heráclito Zábulo da Silva Câmara, meu saudoso padrinho, nascido em 6 de agosto de 1890 e casado com Rosa Mota Câmara (Rosinha), no dia 18 de março de 1922, em São Luís, MA, onde se radicou. O casal teve apenas um filho, Carlos César, nascido em 25 de dezembro de 1922 e falecido no dia 15 de setembro de 1924. Tio Heráclito faleceu em 25 de junho de 1975 e sua esposa em 9 de janeiro de 1978;

4.1.5.2.2. Maria Alzira Câmara da Silva Tavares, nasceu no dia 10 de outubro de 1891 e casou-se em Quixeramobim, com Abílio Viana da Silva Tavares (1883-1950), em 10 de abril de 1907. Ela veio a falecer em Fortaleza, onde o casal residia, no dia 8 de junho de 1920 e foi sepultada em Quixeramobim. Filhos do casal:

4.1.5.2.2.1. Maria Zilda Câmara da Silva Tavares, nascida em 29 de fevereiro de 1908 e falecida solteira no dia 8 de maio de 1984;

4.1.5.2.2.2. Maria Hilda Câmara da Silva Tavares, nascida em 13 de abril de 1909 e falecida solteira no dia 11 de setembro de 1988;

4.1.5.2.2.3. Maria Elza Tavares Barreto, nascida em 11 de fevereiro de 1911, casou com Antônio Barreto Filho, no dia 17 de maio de 1938, e faleceu em 22 de outubro de 1966. Filhas do casal:

4.1.5.2.2.3.1. Maria Alzira Barreto de Souza, casada com José Sólton de Souza e pais de

4.1.5.2.2.3.1.1. José Sólton de Souza Filho, casado com Girleide Moreira da Silva; com o filho

4.1.5.2.2.3.1.1.1. Artur Moreira de Souza;

4.1.5.2.2.3.1.2. Fernando Antônio Barreto de Souza, casado com Luiza Barbosa Vieira; com o filho

4.1.5.2.2.3.1.2.1. Fernando Barbosa de Souza
 4.1.5.2.2.3.1.3. Elza Patrícia Barreto de Souza, casada com Glauco Vieira Fernandes; sem descendência;
 4.1.5.2.2.3.1.4. Paulo Henrique Barreto de Souza, casado com Gláucia Siebra, pais de
 4.1.5.2.2.3.1.4.1. Lara Maria de Souza;
 4.1.5.2.2.3.2. Maria Noélia Barreto Oriá, casada com o professor Humberto Ferreira Oriá, pais de três filhos:
 4.1.5.2.2.3.2.1. Humberto Ferreira Oriá Filho, casado com Rafaela Lima Batista Oriá;
 4.1.5.2.2.3.2.2. Reinaldo Barreto Oriá, casado com Mônica Batista Oliveira Oriá, pais de
 4.1.5.2.2.3.2.2.1. Marília Batista Oriá, já falecida;
 4.1.5.2.2.3.2.3. Maurício Barreto Oriá, casado com Elicilda Vieira Oriá, pais de
 4.1.5.2.2.3.2.3.1. Gustavo Vieira Oriá;
 4.1.5.2.2.4. Maria Nilza Câmara da Silva Tavares (Nizô), hoje única sobrevivente da irmandade, nascida em 11 de fevereiro de 1913, solteira;
 4.1.5.2.2.5. Maria Nilce Câmara da Silva Tavares, nascida em 13 de novembro de 1914 e falecida solteira em 16 de dezembro de 1985;
 4.1.5.2.2.6. Maria Zuila Câmara da Silva Tavares, nascida em 8 de outubro de 1917 e também falecida solteira em 12 de outubro de 1951;
 4.1.5.2.2.7. José Câmara da Silva Tavares, nascido em 11 de fevereiro de 1920 e falecido em 17 de julho de 2001. Casou em 14 de agosto de 1947 com Francy Cabral Tavares, falecida em 27 de julho de 1996; deixou a seguinte descendência:
 4.1.5.2.2.7.1. Manoel Cláudio Cabral Tavares, casado com Cristina Rocha Tavares e pais de
 4.1.5.2.2.7.1.1. Leandro Rocha Tavares;
 4.1.5.2.2.7.1.2. André Rocha Tavares;
 4.1.5.2.2.7.1.3. Tiago Rocha Tavares;
 4.1.5.2.2.7.2. Pedro Jorge Cabral Tavares, casado com Lúcia de Fátima Garcia Cabral Tavares, pais de
 4.1.5.2.2.7.2.1. Priscila Garcia Cabral Tavares;
 4.1.5.2.2.7.2.2. Pedro Jorge Cabral Tavares Filho;
 4.1.5.2.2.7.3. Abílio Cabral Tavares, casado com Edilza Lopes Buenos Aires, pais de
 4.1.5.2.2.7.3.1. Carolina Buenos Aires Cabral Tavares;
 4.1.5.2.2.7.3.2. Marina Buenos Aires Cabral Tavares;
 4.1.5.2.2.7.3.3. Marília Buenos Aires Cabral Tavares;
 4.1.5.2.2.7.3.4. Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares, casada com Vicente Eduardo Sousa Almeida, pais de
 4.1.5.2.2.7.3.4.1. Pedro Souto de Oliveira Feitosa Almeida;
 4.1.5.2.2.7.4. Francisco Flávio Cabral Tavares, casado com Luzia de

Aguiar Tavares, pais de
 4.1.5.2.2.7.4.1. Ana Camila de Aguiar Tavares de Oliveira, casada com José Roberto Matias de Oliveira;
 4.1.5.2.2.7.4.2. Francisco Flávio Cabral Tavares Filho.
 4.1.5.2.2.7.5. José Câmara da Silva Tavares Filho, casado com Morgana Cássia Arruda Câmara e pais de
 4.1.5.2.2.7.5.1. Jordana Maria Arruda Câmara;
 4.1.5.2.2.7.5.2. Julião Arruda Câmara;
 4.1.5.2.2.7.6. Maria Olindina Tavares Clavien, casada com André Bernard Clavien, e pais de único filho
 4.1.5.2.2.7.6.1. José Simon Tavares Clavien;
 4.1.5.2.2.7.7. Maria Zuila Cabral Tavares, solteira;
 4.1.5.2.2.7.8. Maria Ângela Tavares Fialho, casada com Marcelino José Fialho, pais de
 4.1.5.2.2.7.8.1. Marcelino José Fialho Júnior;
 4.1.5.2.2.7.8.2. Ana Clara Tavares Fialho;
 4.1.5.2.2.7.9. Maria de Lourdes Câmara Amaro, casada com Ronaldo Belmino Amaro, pais de
 4.1.5.2.2.7.9.1. Renan Câmara Amaro;
 4.1.5.2.2.7.9.2. Raul Câmara Amaro.
 4.1.5.2.3. Miguel Fenelon Câmara, *meu inesquecível pai*, nasceu no dia 13 de fevereiro de 1893, em Quixeramobim, quando o calendário marcava uma segunda-feira. Fez seus primeiros estudos em Canindé, cuja paróquia era administrada pelos frades capuchinhos. Ali foi colega do futuro interventor federal, dr. Francisco Menezes Pimentel. Retornando à terra natal, exerceu diversos serviços públicos e no dia 11 de novembro de 1916 foi nomeado 1º. tabelião público de Quixeramobim, tomando posse do cargo em 27 daquele mesmo mês. Veio a se aposentar no dia 29 de janeiro de 1962, afastando-se do cargo em 22 de março daquele ano, quando foi publicado o ato de sua aposentadoria.
 Em 4 de fevereiro de 1919 contraiu núpcias, em Baturité, com minha saudosa genitora Tereza Heloísa Saraiva Leão, filha do casal José Bougival Saraiva Leão e sua esposa e prima Tereza Cristina Saraiva Leão. O ato religioso, oficiado pelo vigário da paróquia, mons. Manoel Cândido dos Santos, realizou-se na casa de meu bisavô, dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco; nesse local mais tarde funcionou o Ginásio Salesiano Domingos Sávio, onde estudei com meu irmão José Waldo.
 Desta abençoada união conjugal nasceram quinze filhos, sendo dez homens e cinco mulheres, a saber:
 4.1.5.2.3.1. José Aurélio Saraiva Câmara, nascido em Quixeramobim no dia 27.11.1919. Ingressou no Exército, atingindo a patente de coronel; doutorou-se em engenharia pela Escola Politécnica da Bahia em 1949. No governo do dr. Stênio Gomes foi Secretário de Polícia e Segurança Pública, além de comandante da Polícia Militar do Ceará. Exerceu o magistério como professor do Colégio Militar do Ceará e foi, mais tarde, Diretor da Casa do Brasil, na Espanha. Como

intelectual, foi sócio efetivo do Instituto do Ceará e depois do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Autor de diversas obras, das quais destacamos: *Correspondência do Senador Pompeu – Capistrano de Abreu – Tibúrcio, um soldado do Império*. Em 19.09.1952 contraiu núpcias com sua prima Fernanda Maria (veja 4. 1. 7. 6. 3. 1.), filha do casal Vicente de Castro Filho e Fernanda de Castro, de cuja união nasceram dois filhos. Faleceu no dia 09.01.1974 e foi substituído no Instituto do Ceará pelo autor destas linhas.

4.1.5.2.3.1.1. Cláudio Henrique de Castro Saraiva Câmara, nasceu em Fortaleza, no dia 19.06.1953, tendo se formado em engenharia. Casou-se e, depois, divorciou-se de Silvano Sabóia, de quem houve dois filhos; de suas segundas núpcias, com Fátima Teixeira Câmara, tem um filho;

4.1.5.2.3.1.1.1. Cláudio Henrique Sabóia Câmara;

4.1.5.2.3.1.1.2. Davi Sabóia Câmara;

4.1.5.2.3.1.1.3. Lucas Teixeira Câmara;

4.1.5.2.3.1.2. Marco Aurélio de Castro Saraiva Câmara, nasceu em Fortaleza, no dia 26.06.1959, tendo se casado e depois se divorciado de Sandra Rosa Costa, de quem teve um casal de gêmeos

4.1.5.2.3.1.2.1. Felipe Costa Câmara;

4.1.5.2.3.1.2.2. Fernanda Costa Câmara;

4.1.5.2.3.2. José Homero Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 22.06.1921 e foi o sucessor de meu saudoso pai, Miguel Fenelon Câmara, no tabelionato do 1º. Cartório daquela cidade. Sua nomeação foi datada de 10.04.1962 e a posse ocorreu no dia 09 de maio do mesmo ano. Militou na política elegendo-se prefeito municipal de nossa cidade natal e, posteriormente, vereador, ocupando a presidência do legislativo. Em 21.12.1963 contraiu núpcias, em Fortaleza, com a jovem Laura Villar Olsen, filha do distinto casal Walter Cabral Olsen e Branca Villar Olsen. Dessa união conjugal nasceram três filhos, a saber

4.1.5.2.3.2.1. Antônio José, engenheiro, nascido em 25.10.1964 e residente no Rio de Janeiro;

4.1.5.2.3.2.2. José Homero Saraiva Câmara Filho, nascido em 12.04.1967, bacharel em Direito e Procurador do Estado, em Salvador, BA;

4.1.5.2.3.2.3. Niels, nascido em 02.06.1969; médico com vários cursos no exterior, sendo professor na USP, em São Paulo;

4.1.5.2.3.3. Maria Alzira Saraiva Câmara, nascida em Quixeramobim no dia 28.10.1922. Fez o curso normal no Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, em Baturité, recebendo o diploma em 03.12.1944. Exerceu o magistério no antigo Grupo Escolar dr. Assis Bezerra, em Quixeramobim, no período de 1945 a junho de 1949. Entrou no convento das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado em 10.07.1949 e sua tomada de hábito ocorreu em 11.01.1950; sua primeira profissão temporária foi feita em 11.01.1952 e prestou votos perpétuos em 26.02.1956. Possui cursos de Serviço Social com defesa de tese e colação de grau pela Escola de Aracaju, SE, e de especialização feito na Universidade Laval, em Quebec, no Canadá. Como religiosa prestou serviços nas comunidades de sua congregação

nos Estados de Sergipe, Paraíba, Maranhão e Ceará. É minha madrinha e de minha esposa e prima Tetezinha, quando de nossa apresentação para o batismo; atualmente divide o seu tempo entre a sua comunidade e a residência de meu irmão Antônio de Pádua;

4.1.5.2.3.4. Heloísa Helena Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 06.01.1924 e faleceu em Fortaleza em 31.12.2002. Fez o curso normal no Colégio Juvenal de Carvalho e o de Contabilidade na Escola Técnica Carlos de Carvalho. Exerceu o magistério no antigo Grupo Escolar Dr. Assis Bezerra, em Quixeramobim, e depois em Fortaleza. Posteriormente, desempenhou suas atividades na Universidade Federal do Ceará, onde se aposentou.

4.1.5.2.3.5. Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, nasceu em Quixeramobim no dia 04.04.1925. Ingressou no Seminário da Prainha e sua ordenação sacerdotal ocorreu em 08.12.1948, em solenidade oficiada pelo saudoso bispo de Limoeiro do Norte, dom Aureliano Matos, em virtude de o então arcebispo de Fortaleza, dom Antônio de Almeida Lustosa, encontrar-se enfermo. No dia seguinte cantou a sua primeira missa na capela do Convento das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, localizada na avenida Rui Barbosa nº. 1246, nesta capital, com a presença de vários sacerdotes, seus familiares e inúmeros amigos. Sua primeira função foi a de Cura substituto da Sé, que funcionava, na época, na igreja do Rosário, sendo posteriormente nomeado vigário das paróquias de Itapebussu, em Maranguape, e Guanacés, em Cascavel. Transferido para Fortaleza, passou a integrar o corpo docente do Seminário da Prainha, até 1957, quando viajou para Roma, ali se laureando em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, dirigida pelos padres jesuítas. Retornando ao Brasil, reassume as suas atividades como professor do mesmo Seminário da Prainha, em Fortaleza. No episcopado de dom José de Medeiros Delgado foi designado secretário geral da CNBB (Regional Nordeste I) e posteriormente vigário episcopal para as religiosas do Ceará. Através de eleição do clero secular e regular da Arquidiocese de Fortaleza, passou a ocupar o cargo de coordenador geral da mesma, função equivalente à de vigário geral. Aí veio encontrá-lo sua designação, pelo Papa Paulo VI, para bispo auxiliar de Fortaleza, sendo a sua sagração episcopal realizada no dia 19 de março de 1970 – dia de São José – na catedral de Fortaleza e oficiada pelo então cardeal primaz da Bahia, dom Eugênio de Araújo Sales, com a participação de quinze bispos, dentre os quais os arcebispos de Fortaleza, Teresina, São Luís e Belém. Em 1974 teve a sua transferência para Maceió, como bispo coadjutor do arcebispo dom Adelmo Cavalcanti e, com a renúncia deste, em 1976, assumiu a chefia da arquidiocese alagoana. Depois de dez anos de intensas atividades pastorais naquele Estado, o Papa Paulo VI o nomeou, em 24.10.1984, arcebispo metropolitano de Teresina, em substituição a dom José Freire Falcão, transferido para a arquidiocese de Brasília. No desempenho de suas novas atividades episcopais, muito realizou em favor dos humildes e necessitados, granjeando a estima e a admiração do seu rebanho, que não permitiu sua partida de Teresina, após a sua renúncia da mitra piauiense por haver atingido a idade limite para desempenho do cargo. Ainda

hoje ele continua residindo na capital piauiense, onde recebe toda a estima e consideração do seu clero e antigo rebanho.

4.1.5.2.3.6. Vicente de Castro Saraiva Câmara, nascido em Quixeramobim no dia 25.07.1926 e falecido naquela cidade em 13.04.1927, com menos de um ano de idade;

4.1.5.2.3.7. Antônio de Pádua Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 29.01.1928 e, após concluir o curso primário, em 1941, transferiu-se para Fortaleza onde fez o ginásio e o científico. É licenciado em História pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará e, na administração de nosso irmão José Homero, foi Secretário da Prefeitura Municipal de Quixeramobim. Funcionário público estadual, lotado no Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), transferiu-se posteriormente para o Tribunal de Contas do Estado, onde se aposentou;

4.1.5.2.3.8. Francisco Fernando Saraiva Câmara (o autor deste trabalho), nasceu em Quixeramobim no dia 24.08.1930 e fez o curso de Humanidades no antigo Ginásio Salesiano Domingos Sávio, em Baturité (1945/1948), juntamente com seu irmão José Waldo. De 1949 a 1952, exerceu as suas atividades como Escriturário-Almoxarife no Posto Agropecuário de Quixeramobim, dirigido por seu parente, o engenheiro agrônomo dr. José Maria de Sales Andrade Filho. Transferindo-se para Fortaleza, ingressou na empresa industrial Fortaleza Refrigerantes S.A., fabricante de coca-cola e guaraná Tai, onde permaneceu até 1956, quando viajou para Belém, PA, assumindo, na qualidade de subgerente, em outra organização – Pará Refrigerantes S.A., também fabricante destes refrigerantes, ali permanecendo até 1962. Retornou então ao Ceará, passando a chefiar o Escritório do Grupo Eliseu Batista S.A., em Fortaleza, até 01.06.1993, quando se aposentou. Na capital cearense iniciou suas atividades culturais e, em 1975, foi admitido como sócio efetivo do Instituto do Ceará, na cadeira anteriormente ocupada pelo seu falecido irmão José Aurélio. Tem dois livros editados – *Algo de minha família (lado paterno)* e *Algo de minha família (lado materno)*, além de vários trabalhos sobre diferentes temas, publicados na imprensa de Fortaleza e, sobretudo, na Revista desse centenário Sodalício.

No dia 19.07.1958 uniu o seu destino ao de sua querida prima Teresa Cristina, carinhosamente conhecida por Tetezinha, filha de seus tios João Antônio Saraiva Leão e Maria Amélia Saraiva Leão. Desta feliz união conjugal, realizada na Igreja e Santuário de Nossa Senhora de Fátima, oficiada pelo então vigário, monsenhor Gerardo de Andrade Ponte, depois bispo de Petrolina, PE, e de Patos, PB, nasceram seis filhos, a saber:

4.1.5.2.3.8.1. Thereza Fernanda Saraiva Leão Câmara, nascida em 16.05.1959; detentora do Curso de Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); casada no dia 14.10.1989 com o médico Francisco Teles de Meneses Neto, pais de uma única filha

4.1.5.2.3.8.1.1. Raíssa Maria Câmara Teles, nascida em 28.04.1995;

4.1.5.2.3.8.2. Thereza Christina Saraiva Leão Câmara, nascida em 30.03.1960 e também detentora do Curso de Administração de Empresas pela

Universidade Estadual do Ceará. Além do Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará;

4.1.5.2.3.8.3. Miguel Fenelon Câmara Neto, nascido em 06.07.1962; casado em 06.07.1988 com Sâmia Maria Reis Câmara, pais de um filho por adoção: Caio Reis Câmara, nascido em 22.03.1995;

4.1.5.2.3.8.4. Maria Veleda Saraiva Leão Câmara, nascida em 23.07.1965; Normalista pelo Colégio Raquel de Queiroz, nesta capital;

4.1.5.2.3.8.5. Francisco Fernando Saraiva Câmara Filho, nascido em 14.11.1967; casou em 22.05.1998 com Neurivânia Tabosa, de quem se divorciou; de sua união com Patrícia Amaro tem uma única filha

4.1.5.2.3.8.5.1. Ana Stefanie Amaro Câmara, nascida em 26.11.2003;

4.1.5.2.3.8.6. Maria Ruth Saraiva Leão Câmara, nascida em 24.09.1970; é médica pela Universidade Federal do Ceará, exercendo atualmente suas atividades em Aquiraz e Eusébio, municípios neste Estado;

4.1.5.2.3.9. José Waldo Saraiva Câmara, nascido em Quixeramobim no dia 11.02.1932 e formado em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco no dia 08.12.1958, atualmente aposentado. Casou-se em 25.10.1962, em Recife, com Lílian Glasner de Barros, bibliotecária, nascida em 12.05.1934, de cuja união conjugal nasceram cinco filhos, todos pernambucanos, a saber

4.1.5.2.3.9.1. José Waldo Saraiva Câmara Filho, nascido em 17.04.1964, médico psiquiatra, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Casou-se com Keyla Antunes Kikushi Câmara, nascida em 08.07.1966, Terapeuta Ocupacional, pais de

4.1.5.2.3.9.1.1. Paula Kikushi Câmara, nascida em 19.01.1992;

4.1.5.2.3.9.1.2. Clarissa Maria Kikushi Câmara, nascida em 21.04.1993;

4.1.5.2.3.9.1.3. José Waldo Saraiva Câmara Neto, nascido em 26.02.2004;

4.1.5.2.3.9.2. Fernando Antônio Saraiva Câmara, nascido em 02.05.1965; administrador de empresas, casado com Cecília Figueiredo Wanderley Câmara, nascida em 16.07.1974, administradora de empresas e economista; pais de

4.1.5.2.3.9.2.1. Fernando Henrique, nascido em 20.09.2002;

4.1.5.2.3.9.2.2. Pedro Henrique, nascido em 13.04.2004;

4.1.5.2.3.9.3. Luís Eduardo Saraiva Câmara, nascido em 26.08.1966, casado e separado de Iane Prazeres Câmara, de quem teve as filhas

4.1.5.2.3.9.3.1. Leticia Prazeres Câmara, nascida em 11.07.1993;

4.1.5.2.3.9.3.2. Beatriz Prazeres Câmara, nascida em 29.12.1996;

4.1.5.2.3.9.4. Ana Cecília Câmara Bastos, nascida em 27.05.1968, analista de sistemas, casada com o engenheiro civil Gustavo Batista Bastos, nascido em 11.02.1967, pais de

4.1.5.2.3.9.4.1. Heloísa, nascida em 07.11.1993;

4.1.5.2.3.9.4.2. Henrique, nascido em 23.09.1996;

4.1.5.2.3.9.4.3. João Pedro, nascido em 02.04.2006;

4.1.5.2.3.9.5. Paulo Henrique Saraiva Câmara, nascido em 08.08.1972,

economista, casado com Ana Luiza Wanderley de Mesquita Câmara, juíza de direito, nascida em 06.11.1975, pais de

4.1.5.2.3.9.5.1. Clara Wanderley Câmara, nascida em 23.09.2004;

4.1.5.2.3.10. Maria Olindina Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 03.02.1934 e, depois de concluir o curso primário na cidade natal, fez o curso ginásial e normal, em Baturité e Fortaleza. Nos governos de Plácido Aderaldo Castelo e César Cals de Oliveira, integrou o Conselho Estadual de Educação. Faleceu em Fortaleza no dia 02.07.1993.

4.1.5.2.3.11. Manuel Fenelon Saraiva Câmara, também ingressou no Exército, atingindo a patente de coronel. Nasceu em Quixeramobim no dia 02.11.1935 e ali fez o curso primário, concluído em 06.12.1948. Iniciou o ginásio no antigo Colégio Salesiano Domingos Sávio, em Baturité, para concluí-lo no Colégio Cearense, em Fortaleza. Ingressou, no dia 02.03.1953, na Escola Preparatória de Cadetes ali permanecendo até dezembro de 1954; foi admitido na Academia Militar das Agulhas Negras em 01.04.1955, sendo declarado aspirante no dia 19.12.1957. No ano seguinte, em 25 de agosto, foi promovido a 2º. Tenente; dois anos mais tarde, na mesma data, passa a 1º. Tenente, e a capitão em 25 de dezembro de 1964. Posteriormente teve promoções a major, tenente-coronel e finalmente a coronel.

Era detentor dos cursos de artilharia e defesa anti-aérea, possuindo diversas medalhas por bons serviços prestados ao Exército brasileiro. Serviu em diversas unidades militares no Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e, na Academia Militar das Agulhas Negras foi instrutor da arma de artilharia. Ajudante de ordens do chefe do Estado Maior do IV Exército, no Recife, e posteriormente do próprio ministro do Exército, general Lira Tavares. Como adido militar esteve no Chile de onde retornou para exercer as funções de comandante do Colégio Militar de Campinas, São Paulo; ali foi barbaramente assassinado por um soldado responsável por sua guarda pessoal no dia 24.01.1986. Era casado com Heloísa Helena Aguiar Câmara e dessa união conjugal deixou dois filhos

4.1.5.2.3.11.1. Emanuel Fenelon Saraiva Câmara, solteiro, médico radicado em Brasília;

4.1.5.2.3.11.2. Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara, professor, casado e separado de Adriana Maria Dória Rocha; pais de um único filho

4.1.5.2.3.11.2.1. Lucas Rocha Saraiva Câmara;

4.1.5.2.3.12. Vicente Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 13.11.1937, fazendo o curso primário naquela cidade e o ginásio em Baturité e Fortaleza. Em 1962 graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará, tendo sido seu paraninfo o autor destas linhas, o que muito me honrou, pois ele é, talvez, o irmão mais identificado comigo. Admitido na SUDENE, serviu primeiramente em Teresina e depois em Brasília onde se aposentou. Quando se encontrava no Piauí, veio a contrair núpcias, no dia 22.06.1966, com a jovem Idene Paz Câmara, em solenidade religiosa realizada na paróquia de São Benedito. O casal tem os filhos

4.1.5.2.3.12.1. Marcos Paz Saraiva Câmara, solteiro, engenheiro agrônomo com PhD na Pensilvânia, EEUU;

4.1.5.2.3.12.2. Marcelo Paz Saraiva Câmara, diplomata – 1º. Secretário, tendo já servido na Namíbia (África) e na Alemanha; atualmente encontra-se lotado no Itamarati, em Brasília. Casado com a alemã Regina Wolf Câmara e são pais de

4.1.5.2.3.12.2.1. Carolina Wolf Câmara;

4.1.5.2.3.12.3. Maurício Paz Câmara, economista e funcionário da Câmara Federal. Casado com Luciana Teles Câmara, pais de

4.1.5.2.3.12.3.1. Gabriel Teles Câmara;

4.1.5.2.3.12.3.2. Mariana Teles Câmara;

4.1.5.2.3.12.4. Tereza Heloísa Paz Câmara, formada em Pedagogia, solteira;

4.1.5.2.3.13. Tereza de Jesus Saraiva Câmara Costa, bibliotecária; casada com Rubens Soares Costa, bacharel em Contabilidade, pais de um único filho

4.1.5.2.3.13.1. Eugênio José Saraiva Câmara Costa, nascido em 03.01.1977, engenheiro civil, solteiro;

4.1.5.2.3.14. Maria de Lourdes Saraiva Câmara de Brito, nasceu em Quixeramobim, onde fez o curso primário; o ginásio cursou em Fortaleza; possui curso de Serviço Social, feito em Campinas, SP. Casada com o engenheiro agrônomo Wilson Cavalcanti de Brito e ambos estão atualmente aposentados pelo DNOCS. Pais por adoção de uma filha, Carolina Câmara de Brito, casada com Ravi Ramalho da Silva;

4.1.5.2.3.15. João Bosco Saraiva Câmara, nasceu em Quixeramobim no dia 18.09.1943, tendo feito o primário naquela cidade e o ginásio em Fortaleza. Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará, exercendo suas atividades na Delegacia do Ministério da Agricultura no Ceará (antigo Fomento Agrícola), onde se aposentou. Casou-se no dia 18.07.1976 com Maria José Monte Câmara, pais de

4.1.5.2.3.15.1. Tereza Heloísa Monte Câmara (Teisa), casada com Marcos Roberto Jovino, detentor de curso de informática;

4.1.5.2.3.15.2. José Aurélio Monte Saraiva Câmara, bacharel em direito, solteiro;

4.1.5.2.3.15.3. Geísa Maria Monte Saraiva Câmara, acadêmica de Medicina.

4.1.5.2.4. José Fenelon Câmara, quarto filho do casal, nasceu em Quixeramobim no dia 20 de fevereiro de 1894 e desde cedo iniciou suas atividades, primeiramente como topógrafo, depois comerciante e finalmente proprietário do Hotel dos Viajantes, durante muitos anos o melhor e mais afreguesado da cidade. Contraiu primeiras núpcias, no dia 22.10.1914, com Maria Augusta de Castro Câmara e de cuja união conjugal nasceram dez filhos, logo mais adiante relacionados. Com o falecimento de sua esposa, voltou a contrair núpcias, no dia 21.03.1964, com Antonieta Tauil Gaspar, viúva de Antero Gaspar Filho, não havendo prole deste segundo matrimônio. Ele veio a falecer no dia 23.12.1991,

4.1.5.2.4.3.6.6. José Wilson de Albuquerque Santana Júnior;
 4.1.5.2.4.3.7. Maria do Perpétuo Socorro Câmara de Albuquerque Schoof, nascida em 09.12.1952 e contraiu primeiras núpcias em 09.12.1971 com Walter Benevides Peixoto, pais de uma filha; contraiu segundas núpcias, em 10.10.1979, com Leo Wolf Schoof, pais de três filhos, a saber
 4.1.5.2.4.3.7.1. Clores Eunice Tavares Leite, casada com Marcos Tavares Leite, pais de
 4.1.5.2.4.3.7. 1. 1. Gabriel Tavares Leite;
 4.1.5.2.4.3.7.2. Carolina de Albuquerque Schoof;
 4.1.5.2.4.3.7.3. Hagen Wolf de Albuquerque Schoof;
 4.1.5.2.4.3.7.4. Eugen de Albuquerque Schoof;
 4.1.5.2.4.4. Renato Augusto Câmara, casado com Maria Luiza Pereira Câmara, já falecida, pais de
 4.1.5.2.4.4.1. Francisco Itamar;
 4.1.5.2.4.4.2. Francisco das Chagas;
 4.1.5.2.4.4.3. Fátima Maria, casada com Francisco Alcímio da Silveira;
 4.1.5.2.4.4.4. Ruth Maria;
 4.1.5.2.4.4.5. Renaiza;
 4.1.5.2.4.4.6. Renilda;
 4.1.5.2.4.4.7. Antônio Robério;
 4.1.5.2.4.4.8. Maria da Conceição, já falecida;
 4.1.5.2.4.5. René Augusto Câmara, casado em primeiras núpcias com Margarida Maciel, de cujo consórcio nasceu um filho, falecido infante; em segundas núpcias casou com Maria Tarcisa Thomaz Câmara, de quem nasceram os filhos
 4.1.5.2.4.5.1. Antônia de Fátima Câmara Caetano, casada com Estácio Pinheiro Caetano, pais de
 4.1.5.2.4.5.1.1. Érica Roberta Câmara Caetano Carneiro, casada com Evandro Menezes Carneiro;
 4.1.5.2.4.5.1.2. Eunice Mayara Câmara Caetano;
 4.1.5.2.4.5.2. Francisca Neuda Câmara Silva, casada com Luiz Gonzaga da Silva, pais de
 4.1.5.2.4.5.2.1. Etiane Dadja Câmara Silva;
 4.1.5.2.4.5.2.2. Emídio José Câmara Silva;
 4.1.5.2.4.5.3. Maria Augusta Câmara Porto, casada com Samuel da Silva Porto, pais de
 4.1.5.2.4.5.3.1. Aline Kelly da Silva Porto;
 4.1.5.2.4.5.4. Maria Jocélia Tomaz Câmara, casada com Carlos Dantas, pais de
 4.1.5.2.4.5.4.1. Elaine Carla Câmara Dantas;
 4.1.5.2.4.5.4.2. Adélio Carlos Câmara Dantas;
 4.1.5.2.4.5.4.3. Joélia Câmara Dantas;

4.1.5.2.4.5.5. Maria Rocidélia Tomaz Câmara, casada com João Andrade, pais de
 4.1.5.2.4.5.5.1. Diogo Silva;
 4.1.5.2.4.5.5.2. João Victor Câmara Andrade;
 4.1.5.2.4.5.5.3. Igor Câmara Andrade;
 4.1.5.2.4.5.6. Maria Rosemary Tomaz Câmara, casada com Edson Ferreira de Brito, pais de
 4.1.5.2.4.5.6.1. Monique Câmara Miranda;
 4.1.5.2.4.5.7. René Augusto Tomaz Câmara
 4.1.5.2.4.6. Maria Alice Câmara Gadelha de Oliveira, casou com Manuel Jair Gadelha de Oliveira, já falecido, antigo contador do Banco União S.A., e mais tarde funcionário da COFINORTE; filhos:
 4.1.5.2.4.6.1. Denair Stela Câmara Gadelha de Oliveira;
 4.1.5.2.4.6.2. Úrico Gadelha de Oliveira Neto, médico, casado com Maria Amélia Costa, já falecida, pais de
 4.1.5.2.4.6.2.1. Juliana;
 4.1.5.2.4.6.2.2. Rodrigo;
 4.1.5.2.4.6.2.3. Mariano;
 4.1.5.2.4.6.2. Newton Câmara Gadelha de Oliveira, casado com Maria de Fátima Moura de Oliveira, pais de
 4.1.5.2.4.6.2.1. René Augusto Moura Câmara, casado com Raphaela Ribeiro Lopes Câmara, pais de
 4.1.5.2.4.6.2.1.1. Mateus Augusto Cavalcanti Câmara;
 4.1.5.2.4.6.2.1.2. Francisco Bernardino Lopes Neto;
 4.1.5.2.4.6.2.1.3. Larissa Maria Ribeiro Lopes Câmara;
 4.1.5.2.4.6.2.2. Renata Celene Moura Câmara Santos, casada com André Luís Silva Santos, pais de
 4.1.5.2.4.6.2.2.1. Ana Luiza Moura Câmara Santos;
 4.1.5.2.4.6.2.2.2. Jair Glicério Moura Câmara;
 4.1.5.2.4.6.4. Maria Augusta Câmara Gadelha de Oliveira, educadora;
 4.1.5.2.4.7. Alcides Augusto Câmara, nasceu em 20.03.1925 e faleceu em 03.08.1965; contraiu núpcias com Enói Oliveira Câmara, de cujo matrimônio houve
 4.1.5.2.4.7.1. Luís Carlos Silva Câmara;
 4.1.5.2.4.8. Antônio Augusto Câmara, conhecido por Toreca, casou com Yolanda Alves Câmara; faleceu em 25.08.2001 sem deixar descendência;
 4.1.5.2.4.9. Maria de Lourdes Câmara de Carvalho, foi minha colega de turma no curso primário em Quixeramobim, no antigo Grupo Escolar dr. Assis Bezerra. Casou-se e separou-se de Daniel Rubens de Carvalho, de quem teve os seguintes filhos
 4.1.5.2.4.9.1. Daniel Júnior;
 4.1.5.2.4.9.2. Maria de Fátima;
 4.1.5.2.4.9.3. Rubens Marcos;
 4.1.5.2.4.9.4. Robson Crusoé;

4.1.5.2.4.9.5. Clara Maria;
 4.1.5.2.4.9.6. Regina Glória;
 4.1.5.2.4.10. Maria Ítala Câmara Pimentel, casada com Raimundo Batista Pimentel e pais de
 4.1.5.2.4.10.1. Raimundo Ítalo Câmara Pimentel;
 4.1.5.2.4.11. José Augusto Câmara, bancário, filho caçula do casal José Fenelon – Maria Augusta; casou com Clisa Teixeira Câmara, de cuja união conjugal teve três filhos; de sua segunda esposa, Maria do Socorro Viana Câmara, houve apenas um filho
 4.1.5.2.4.11.1. Sandra Maria Câmara Oliveira, casada com Robson Oliveira e pais de
 4.1.5.2.4.11.1.1. Tiago Câmara Oliveira;
 4.1.5.2.4.11.2. Jair Roberto Câmara Oliveira, casado com Maria Simone Rocha Câmara, pais de
 4.1.5.2.4.11.2. 1. Samuel Lucas Rocha Câmara;
 4.1.5.2.4.11.3. Alethéa Teixeira Câmara;
 4.1.5.2.4.11. 4. José Augusto Câmara Filho.
 4.1.5.2.5. Alice Câmara Lima Verde, filha caçula de meus avós paternos – Manuel Fenelon da Silva Câmara (1871-1895) e Maria Olindina de Castro Câmara (1868-1933), nasceu em Quixeramobim às cinco horas da manhã de 10 de julho de 1895. Veio ao mundo já órfã de pai, pois este havia falecido em 11 de abril daquele ano. Em 15.06.1914 contraiu núpcias com Celso Lima Verde (21.09.1891-25.08.1986), de tradicional família de Iguatu, onde o casal se radicou. Faleceu em 27.11.1920, naquela cidade, deixando então três filhos menores, a saber
 4.1.5.2.5.1. Maria Neuza Câmara Lima Verde, funcionária pública federal, já aposentada;
 4.1.5.2.5.2. Ana Nayde Câmara Lima Verde, casou no dia 31.07.1940 com seu primo, engenheiro José Leal Lima Verde e passou a chamar-se Ana Nayde Lima Verde Leal. Filhos deste benquisto casal:
 4.1.5.2.5.2.1. Manuel Régis Lima Verde Leal, nascido em 21.10.1941 e casado em primeiras núpcias com Ângela Henriques Lima Verde Leal e pais de dois filhos; divorciou-se e contraiu segundas núpcias com Liana Mendes Lima Verde Leal, não havendo descendência deste casamento.
 4.1.5.2.5.2.1.1. Cláudia Lima Verde Leal, nascida em 14.10.1966 e casada com Hernan Hocade;
 4.1.5.2.5.2.1.2. Rodrigo Henriques Lima Verde Leal, nascido em 27.03.1973;
 4.1.5.2.5.2.2. José Reginaldo Lima Verde Leal, nasceu em 20.07.1944 e contraiu núpcias com Wanda Mazon Lima Verde Leal; são pais de
 4.1.5.2.5.2.2.1. Cláudio Mazon Lima Verde Leal, nascido em 29.06.1973 e casado com Viviane Pereira Lima Verde Leal;
 4.1.5.2.5.2.2.2. Renato Mazon Lima Verde Leal, nascido em 28.04.1975 e casado com Sara Maria Moreira Lima Verde Leal;

4.1.5.2.5.2.2.3. Alice Mazon Lima Verde Leal, nascida em 12.10.1979 e casada com Nilton Carlos Pereira Façanha; tiveram um filho
 4.1.5.2.5.2.2.3.1. Arthur Mazon Lima Verde Façanha, nascido em 19.06.2007;
 4.1.5.2.5.2.3. Celso Renato Lima Verde, nascido em 17.01.1953 e casado em primeiras núpcias com Norma Beatriz Costa Lima Verde Leal, pais de três filhos; em segundas núpcias casou com Ana Beliza Martins de Menezes e tiveram uma filha
 4.1.5.2.5.2.3.1. Virgínia Costa Lima Verde Leal, nascida em 26.10.1979;
 4.1.5.2.5.2.3.2. Celso Costa Lima Verde Leal, nascido em 13.11.1981;
 4.1.5.2.5.2.3.3. Marcus Costa Lima Verde Leal, nascido em 27.01.1984;
 4.1.5.2.5.2.3.4. Nayde Meneses Lima Verde Leal;
 4.1.5.2.5.2.4. Silvia Rejane Lima Verde Leal, nascida em 24.01.1958, casada com Walter Humberto Monte, pais de
 4.1.5.2.5.2.4.1. Tainan Monte, nasceu em 17.01.1985;
 4.1.5.2.5.3. Celso Câmara Lima Verde, nascido em 27.09.1918 e falecido em 30.10.1930.
 Feita a descrição da descendência do casal Maria Olindina de Castro Câmara (1868-1933) e Manuel Fenelon da Silva Câmara (1871-1895), *meus avós paternos*, prosseguiremos agora com as proles das demais irmãs desta minha avó, obedecendo a ordem cronológica.
 4.1.5.3. Maria do Rosário de Castro Machado, mais conhecida por Marica Machado, era a terceira filha do casal tenente Miguel Joaquim de Almeida e Castro (1840-1895) e Francisca Maria do Nascimento Castro (1851-1878); nasceu em Quixeramobim no dia 17 de setembro de 1871. Veio a contrair núpcias, em 19.11.1901, com Alfredo Rodrigues Machado (1859-1916), antigo tabelião público daquela cidade e a quem meu saudoso pai sucedeu naquele cargo. Ela faleceu no dia 02.05.1960 e de seu casamento nasceram os filhos
 4.1.5.3.1. Maria da Conceição de Castro Machado, conhecida por Lalá, nascida em 23.01.1904 e falecida em 24.05.1920;
 4.1.5.3.2. Alfredo de Castro Machado (Machado), nasceu em 09 de abril de 1905 e faleceu em São Luís, MA, onde residia, em 25.12.1971, deixando três filhos de seu casamento com Dinorá Ferreira Machado, a saber
 4.1.5.3.2.1. Celso Ferreira Machado, casado com Miriam de Fátima Castro Gomes Machado, residentes em São Luís, MA, pais de
 4.1.5.3.2.1.1. Aliriam de Fátima Castro Gomes Machado;
 4.1.5.3.2.2. Antônio Francisco Ferreira Machado, casado com Maria da Conceição Campelo Lopes Machado, residentes em São Luís, MA, pais de
 4.1.5.3.2.2.1. Afonso Lopes Machado;
 4.1.5.3.2.2.2. Valeska Lopes Machado;
 4.1.5.3.2.3. Maria Stela Machado Bantim, casada com Janedson Oliveira Bantim, residentes em Crato, CE, pais de

4.1.5.3.2.3.1. Renan Alfredo Machado Bantim;
 4.1.5.3.2.3.2. Rennê Felipe Machado Bantim;
 4.1.5.3.2.3.3. Roberta Rayana Machado Bantim.
 4.1.5.3.3. Afonso Celso de Castro Machado (Afonso Machado), nasceu em 22 de maio de 1906 e contraiu núpcias com Ana Almeida Machado, no dia 17.02.1929. Faleceu no dia 16.02.1987, deixando a seguinte descendência
 4.1.5.3.3.1. Maria Afonsina Almeida Machado, falecida aos quatro anos de idade;
 4.1.5.3.3.2. Anita Machado Botelho, casada com o saudoso dr. Mardônio Botelho e pais de
 4.1.5.3.3.2.1. Mardônio Botelho Filho, casado com Vera Lúcia Sobreira Botelho, pais de
 4.1.5.3.3.2.1.1. André Sobreira Botelho, casado com Adairle Botelho; filho:
 4.1.5.3.3.2.1.1.1. João Guilherme Sobreira;
 4.1.5.3.3.2.1.2. Marina Sobreira Botelho;
 4.1.5.3.3.2.1.3. Ana Sobreira Botelho;
 4.1.5.3.3.2.1.4. Flávia Sobreira Botelho;
 4.1.5.3.3.2.2. Francisco Afonso Machado Botelho, casado com Laura Cristina Lobo Botelho, pais de
 4.1.5.3.3.2.2.1. Mariana Lobo Botelho Albuquerque, casada com Mário Jatahy de Albuquerque Júnior, pais de
 4.1.5.3.3.2.2.1.1. Mário Henrique Lobo Albuquerque;
 4.1.5.3.3.2.2.2. Ticiania Lobo Botelho, casada com Eduardo Pinto Parente;
 4.1.5.3.3.2.2.3. Afonso Magno Lobo Botelho;
 4.1.5.3.3.2.3. José Roberto Machado Botelho, falecido aos 11 anos de idade;
 4.1.5.3.3.2.4. Ana Maria Botelho Coelho, casada com Helvécio Monte, pais de
 4.1.5.3.3.2.4.1. Roberto Botelho Coelho;
 4.1.5.3.3.2.4.2. Lucas Botelho Coelho;
 4.1.5.3.3.2.5. Russe Helena Botelho de Castro, casada com João Batista de Castro Neto, pais de
 4.1.5.3.3.2.5.1. Camila Botelho de Castro Freitas, casada com Francisco Furtado Freitas Neto, pais de
 4.1.5.3.3.2.5.1.1. Anita Botelho de Castro Freitas;
 4.1.5.3.3.2.5.2. Ítala Botelho de Castro;
 4.1.5.3.3.2.6. Antônio Marco Machado Botelho, casado com Cláudia Cavalcante Botelho, pais de
 4.1.5.3.3.2.6.1. Mardônio Botelho Neto;
 4.1.5.3.3.2.6.2. Antônio Marco Botelho Filho;
 4.1.5.3.3.2.6.3. Milena Cavalcante Botelho;
 4.1.5.3.3.3. Alba Machado Rodrigues, casada com Francisco das Chagas Rodrigues, já falecido, pais de

4.1.5.3.3.3.1. Gládia Machado Girão, casada com Luís Prata Girão, pais de
 4.1.5.3.3.3.1.1. Bruno Machado Girão, casado com Livia Girão, pais de
 4.1.5.3.3.3.1.1.1. Lara Girão;
 4.1.5.3.3.3.1.2. Amanda Machado Girão;
 4.1.5.3.3.3.1.3. Estela Machado Girão;
 4.1.5.3.3.3.1.4. Davi Machado Girão;
 4.1.5.3.3.3.2. Valesca Machado Rodrigues;
 4.1.5.3.3.3.3. Lílian Machado Rodrigues;
 4.1.5.3.3.3.4. Frederico Machado Rodrigues casado com Sueli Tomás Rodrigues, pais de
 4.1.5.3.3.3.4.1. Natália Tomás;
 4.1.5.3.3.3.4.2. Livia Tomás;
 4.1.5.3.3.3.4.3. Frederico Machado Rodrigues Júnior;
 4.1.5.3.3.3.4.4. Tomás Neto;
 4.1.5.3.3.4. Antônio Almeida Machado, médico pela Universidade Federal de Pernambuco, casado com Aldenora Nogueira Machado, Miss Ceará 1971, pais de
 4.1.5.3.3.4.1. Ana Jussara Nogueira Machado de Lima, casada com Paulo Luís de Lima, pais de
 4.1.5.3.3.4.2. Andréia Nogueira Machado;
 4.1.5.3.3.4.3. Renata Nogueira Machado, casada com Lafaiete de Albuquerque Lima, pais de
 4.1.5.3.3.4.3.1. Breno Machado Albuquerque de Lima;
 4.1.5.3.3.4.3.2. Livia Machado Albuquerque de Lima;
 4.1.5.3.3.4.4. Rodrigo Nogueira Machado;
 4.1.5.3.3.4.5. Rafael Nogueira Machado;
 4.1.5.3.3.5. Alfredo Almeida Machado, foi prefeito municipal de Quixeramobim e deputado estadual; falecido em 15.07.2001, era casado com Maria Tereza Holanda Machado e foram pais de
 4.1.5.3.3.5.1. Ricardo Holanda Machado, promotor de justiça em Fortaleza; casado em primeiras núpcias com Ana Estela Leite, pais de dois filhos; em segundas núpcias casou com Daniela Cavalcante Holanda, pais de uma filha, a saber
 4.1.5.3.3.5.1.1. Antônio Holanda Neto;
 4.1.5.3.3.5.1.2. Luana Leite Holanda;
 4.1.5.3.3.5.1.3. Maria Clara Cavalcante Holanda;
 4.1.5.3.3.5.2. Afonso Celso Machado Neto;
 4.1.5.3.3.5.3. Maria Tereza Holanda Machado;
 4.1.5.3.3.5.4. Sérgio Eduardo Holanda Machado;
 4.1.5.3.3.6. Maria Afonsina Machado de Almeida, casada com Luís Saldanha de Almeida, pais de
 4.1.5.3.3.6.1. Ana Cecília Machado de Almeida;
 4.1.5.3.3.7. José Airton de Almeida Machado, engenheiro agrônomo pela

Universidade Federal do Ceará, falecido em 12.01.1985; era casado com Ana Alice Barreto Machado, pais de

4.1.5.3.3.7.1. Ana Carolina Barreto Machado;

4.1.5.3.3.7.2. José Airton Machado Júnior, casado com Carolina Nasser, pais de

4.1.5.3.3.7.2.1. José Airton Machado Neto;

4.1.5.3.3.7.3. Tiago Barreto Neto;

4.1.5.3.3.8. Maria Alice Machado Barreto, casada com Vicente Barreto, engenheiro agrônomo; falecida em 12.11.1990, deixou três filhos

4.1.5.3.3.8.1. Vicente Barreto Júnior;

4.1.5.3.3.8.2. Ana Cláudia Machado Barreto, casada com Ricardo Braga;

4.1.5.3.3.8.3. Aquiles Machado Barreto, casado com Raquel Câmara Cabral Barreto;

4.1.5.3.3.9. Afonso Henrique Almeida Machado, casado com Maria do

Carmo Martins Machado e falecido em 24.04.2005, deixando três filhos

4.1.5.3.3.9.1. Lana Mara Martins Machado, casada com Alan Marcos,

pais de

4.1.5.3.3.9.1.1. Alan Marcos Filho;

4.1.5.3.3.9.1.2. Jéssica Martins;

4.1.5.3.3.9.2. Antônio Henrique Martins Machado, casado com Leda Machado;

4.1.5.3.3.9.3. Ana Karina Martins Machado;

4.1.5.3.4. Diva de Castro Machado, funcionária pública municipal em Quixeramobim, aposentada, nasceu em 25 de julho de 1907 e faleceu inupta em 14.05.1977;

4.1.5.3.5. Margarida de Castro Machado, nasceu em 01 de agosto de 1909 e faleceu solteira em 23.05.2002;

4.1.5.3.6. Stella de Castro Machado, nasceu em 11 de setembro de 1911 e faleceu no dia 28.04.1981, solteira;

4.1.5.3.7. Graziela de Castro Machado, nasceu em 02 de maio de 1914 e faleceu no dia 9 de outubro de 1998, inupta. Encerra-se aqui a descendência do casal Marica/Alfredo Machado.

4.1.5.4. Etelvina Lídia de Castro Queiroz, nasceu no dia 14 de novembro de 1872; contraiu núpcias em 11.02.1907 com Henrique Cláudio de Queiroz, filho de seu cunhado Antônio Cláudio de Queiroz; ela faleceu em 16.02.1945, já viúva desde 23.03.1915; sem descendência;

4.1.5.5. Maria da Conceição de Castro Danemberg, nasceu em 15 de março de 1874 e contraiu núpcias com Henrique Danemberg, radicando-se em São Paulo. Ela faleceu, já viúva, no dia 30.11.1951, deixando quatro filhos:

4.1.5.5.1. Henrique, nascido em 2 de setembro de 1893, casado com Deina Danemberg, de quem teve os filhos

4.1.5.5.1.1. Sydnei, casado com Maria Luiza, pais de

4.1.5.5.1.1.1. Sydnei Júnior;

4.1.5.5.1.1.2. Otávio;

4.1.5.5.1.2. Arnaldo, casado com Alzira, pais de

4.1.5.5.1.2.1. Deina Maria;

4.1.5.5.1.2.2. Arnaldo Júnior;

4.1.5.5.1.3. Oswaldo, casado com Celi, pais de

4.1.5.5.1.3.1. Maria Aparecida;

4.1.5.5.1.3.2. Oswaldo Henrique;

4.1.5.5.1.3.3. Maria Ângela;

4.1.5.5.1.3.4. Maria Isabel;

4.1.5.5.1.3.5. José Henrique;

4.1.5.5.1.4. Henrique Júnior, casado com Inês, pais de

4.1.5.5.1.4.1. Otávio Henrique;

4.1.5.5.1.4.2. Márcia;

4.1.5.5.2. Antônio, nascido em 4 de março de 1895, casado com Alzira, pais de

4.1.5.5.2.1. José;

4.1.5.5.2.2. Lygia;

4.1.5.5.2.3. Sérgio;

4.1.5.5.2.4. Arlete;

4.1.5.5.2.5. Maria José;

4.1.5.5.2.6. Cristina;

4.1.5.5.2.7. Antônio Vicente;

4.1.5.5.3. José, falecido em Quixeramobim, ainda criança;

4.1.5.5.4. Judith, casou com José Julião Bonard, conhecido por Juca, pais de

4.1.5.5.4.1. Vicente, residente em Nova York, EEUU, onde casou com Dolores J. Liegey, de quem houve os filhos

4.1.5.5.4.1.1. Vicente Júnior;

4.1.5.5.4.1.2. Débora;

4.1.5.5.4.1.3. Mak José;

4.1.5.5.4.1.4. Patrícia;

4.1.5.6. Maria Benvinda de Almeida e Castro, falecida em Quixeramobim, no dia 13.06.1886, contando 11 anos de idade, conforme registro de óbito existente no livro 7, fl. 60v, da paróquia daquela cidade. Ela nasceu em 1875, em dia e mês ignorados;

4.1.5.7. Maria Celina de Almeida e Castro, falecida em Quixeramobim, no dia 09.06.1886, contando 10 anos de idade, conforme registro de óbito existente no livro 7, fl. 60v, da paróquia daquela cidade. Ela nasceu em 1876, em dia e mês ignorados.

Encerra-se aqui a descendência de meu bisavô paterno, tenente Miguel Joaquim de Almeida e Castro, quinto filho do casal Maria do Rosário (Dindinha Rosário) / Manuel Felício de Almeida e Castro. Prosseguimos descrevendo os demais filhos do mesmo casal.

4.1.6. Vicente Alves de Almeida e Castro, falecido solteiro;

4.1.7. Francisco Pinheiro de Almeida e Castro, alferes da Guarda Na-

cional, casou com Maria de Santana do Nascimento, nascida em 19 de agosto de 1849, filha de Manuel José do Nascimento e Alarcon (1798-1879) e de Ana Nogueira do Nascimento (1819-1878). Maria de Santana era irmã de minha bisavó paterna [Francisca Maria do Nascimento Castro (1851-1878), casada com seu cunhado Miguel Joaquim de Almeida e Castro (1840-1895), o que significa dizer que eram dois irmãos casados com duas irmãs] e faleceu do dia 1º de fevereiro de 1878; de seu casamento com o alferes Francisco Pinheiro de Almeida e Castro deixou os seguintes filhos

4.1.7.1. Maria do Rosário de Almeida e Castro, nascida em 1º de fevereiro de 1870; foi Irmã de Caridade, com o nome de Irmã Joana de Almeida, tendo falecido em 15.02.1904;

4.1.7.2. Ana Anália de Almeida e Castro, nascida em 18 de novembro de 1871 e falecida inupta em 19.01.1924;

4.1.7.3. Manuel Felício de Almeida e Castro, nasceu em 31 de dezembro de 1872 e faleceu como terceiranista de engenharia no dia 14.01.1894;

4.1.7.4. Maria de Santana de Almeida e Castro, nasceu no dia 27 de fevereiro de 1874 e faleceu, no Colégio da Imaculada Conceição, em Fortaleza, em 28.02.1894;

4.1.7.5. Francisco Pinheiro de Almeida e Castro (Pinheirinho), nasceu em 4 de agosto de 1875 e faleceu em 01.10.1927. Era casado com sua prima Lídia de Almeida e Castro (4. 1. 4. 7.), deixando descendência, a saber:

4.1.7.5.1. Maria Carmelita;

4.1.7.5.2. José;

4.1.7.5.3. Maria de Sant'Ana, casada com Jorge Vieira;

4.1.7.5.4. Carmélia;

4.1.7.5.5. Lídia;

4.1.7.6. Vicente Alves de Almeida e Castro (Vicente de Castro), nascido em 18 de setembro de 1876 e falecido em São Paulo no dia 07.01.1942. Era casado com Ana Figueira Barbosa, conhecida por Naninha, e foram pais de oito filhos

4.1.7.6.1. Maria Abigail, casada em 10.03.1923, com o alemão Pedro Hoffmann, ex-oficial do exército germânico e antigo diretor da Organização Lundgren, em São Paulo, pais de

4.1.7.6.1.1. Carlos Hoffmann, nascido em 26.01.1924, casado com Lúcia Buckner Hoffmann e pais de

4.1.7.6.1.1.1. Monika Hoffmann;

4.1.7.6.1.1.2. Eva Maria Hoffmann, casada com Sérgio Livio, pais de

4.1.7.6.1.1.2.1. Lívio Augusto;

4.1.7.6.1.1.3. José Paulo Hoffmann, casado com Raquel Cristina Mascarim Hoffmann, pais de

4.1.7.6.1.1.3.1. Larissa Mascarim Hoffmann;

4.1.7.6.1.1.3.2. Lucas Mascarim Hoffmann;

4.1.7.6.1.1.3.3. Letícia Mascarim Hoffmann;

4.1.7.6.1.1.4. Lúcia Hoffmann, casada com Roney Jordão, pais de

4.1.7.6.1.1.4.1. Matheus Hoffmann Jordão;

4.1.7.6.1.1.4.2. João Pedro Hoffmann Jordão;

4.1.7.6.1.1.5. Karla Elisabeth Hoffmann Rodrigues, casada com Márcio

Rodrigues, pais de

4.1.7.6.1.1.5.1. Bruno Hoffmann Rodrigues;

4.1.7.6.1.1.5.2. André Hoffmann Rodrigues;

4.1.7.6.1.2. Werner Humberto Hoffmann, nascido em 09.02.1925, casado com Maria Terezinha de Jesus Alvarenga Hoffmann, pais de

4.1.7.6.1.2.1. Werner Humberto Hoffmann Júnior;

4.1.7.6.1.2.2. Paulo Gehard Hoffmann, casado com Wanda Aparecida Machado Hoffmann, pais de

4.1.7.6.1.2.2.1. Paulo Machado Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.2.2. Tiago Machado Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.3. Karl Eduardo Hoffmann, casado com Denise Asperti Hoffmann, já falecida, pais de

4.1.7.6.1.2.3.1. Felipe Asperti Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.3.2. Victor Asperti Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.3.3. Raquel Asperti Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.4. Maria Cristina Hoffmann Lattanzio, casada com José Eduardo A. Lattanzio, pais de

4.1.7.6.1.2.4.1. Júlia Hoffmann Lattanzio;

4.1.7.6.1.2.4.2. Humberto Hoffmann Lattanzio;

4.1.7.6.1.2.4.3. Ian Hoffmann Lattanzio;

4.1.7.6.1.2.5. Maria Tereza Hoffmann, casada com Luís Carlos Felisberto, pais de

4.1.7.6.1.2.5.1. Gustavo Luiz Hoffmann Felisberto;

4.1.7.6.1.2.6. Maria Elisabeth Hoffmann Stefanutti, casada com Sveraldo Stefanutti Filho, pais de

4.1.7.6.1.2.6.1. Mariana Hoffmann Stefanutti;

4.1.7.6.1.2.6.2. Henrique Hoffmann Stefanutti;

4.1.7.6.1.2.7. Fernando Augusto Hoffmann, casado com Aline Monteiro Braga Hoffmann, pais de

4.1.7.6.1.2.7.1. Gabriel Augusto Braga Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.7.2. Lucas Augusto Braga Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.7.3. André Augusto Braga Hoffmann;

4.1.7.6.1.2.7.4. Isabela Braga Hoffmann;

4.1.7.6.1.3. George Fernando Hoffmann, nascido em 26.06.1926, casado com Mary Dias Hoffmann, pais de

4.1.7.6.1.3.1. Hermann Paulo Hoffmann, engenheiro agrônomo, casado com Maria Celeste Motta Hoffmann, economista, pais de

4.1.7.6.1.3.1.1. Beatriz Motta Hoffmann, engenheira agrônoma;

4.1.7.6.1.3.1.2. Hermann Paulo Hoffmann Júnior;

4.1.7.6.1.3.1.3. Maria Izabel Motta Hoffmann;

4.1.7.6.1.3.2. Mathilde Hoffmann de Segadas Soares, casada com Jorge

André de Segadas Soares, médico, pais de

- 4.1.7.6.1.3.2.1. Laura Hoffmann de Segadas Soares, médica;
- 4.1.7.6.1.3.2.2. André Hoffmann de Segadas Soares;
- 4.1.7.6.1.3.3. George Fernando Hoffmann Júnior, economista, casado com Priscila Monteiro Hoffmann, arquiteta, pais de
 - 4.1.7.6.1.3.3.1. Helena Monteiro Hoffmann;
 - 4.1.7.6.1.3.3.2. Lucas Monteiro Hoffmann;
- 4.1.7.6.2. Zilda de Castro, casada com o general Wícar Parente de Paula Pessoa, engenheiro, bacharel em Direito e antigo professor do Colégio Militar do Ceará; pais de
 - 4.1.7.6.2.1. Euclides Wícar de Castro Pessoa, bacharel em Direito, deputado federal, faleceu barbaramente assassinado. Era casado com Denise Cruz, pais de
 - 4.1.7.6.2.1.1. Gisele;
 - 4.1.7.6.2.1.2. Francisco;
 - 4.1.7.6.2.1.3. Euclides Wícar
 - 4.1.7.6.2.2. José Cândido de Castro Pessoa, engenheiro civil e antigo diretor geral do DNOCS; casado com Maria Augusta Moreira, pais de
 - 4.1.7.6.2.2.1. Maria de Lourdes, falecida aos quinze anos de idade;
 - 4.1.7.6.2.2.2. José Cândido Júnior;
 - 4.1.7.6.2.2.3. Maria Beatriz;
 - 4.1.7.6.2.3. Vicente de Castro Pessoa, médico e deputado estadual, casado com Maria de Fátima Araújo, pais de
 - 4.1.7.6.2.3.1. Wícar de Paula Pessoa Neto;
 - 4.1.7.6.2.3.2. Fernando Hugo;
 - 4.1.7.6.2.3.3. Zilda Maria, casada com Custódio Albuquerque;
- 4.1.7.6.3. Vicente de Castro Filho (Bené de Castro), nascido em 19.05.1904, casado com Fernanda Frota Machado Coelho, filha de Antônio Machado Coelho Júnior e Ester Frota. Ele faleceu em 10.07.1995 e ela em 21.02.1998, deixando os filhos
 - 4.1.7.6.3.1. Fernanda Maria, casou com seu primo José Aurélio Saraiva Câmara, cuja descendência já foi relatada (veja 4. 1. 5. 2. 3. 1.);
 - 4.1.7.6.3.2. Vicente de Castro Neto, faleceu assassinado;
 - 4.1.7.6.3.3. Sílvio Roberto de Almeida e Castro, casado com Vera Lúcia Arruda, filha de Raimundo Arruda Filho e de Irene Barbosa Arruda; pais de
 - 4.1.7.6.3.3.1. Giovanna, casada com Marcos Albuquerque;
 - 4.1.7.6.3.3.2. Gisele, casada com Marcos Pessoa Silva;
 - 4.1.7.6.3.3.4. Ester de Castro Barbosa, casada com Paulo de Souza Barbosa, pais de
 - 4.1.7.6.3.4.1. Paulo Júnior, casado com Sílvia Helena Chacon;
 - 4.1.7.6.3.4.2. Vicente, casado com Inês Carolina Serpa Benevides;
 - 4.1.7.6.3.4.3. Fernanda Celina, casada com Mário Paruker;
 - 4.1.7.6.3.4.4. Luciana, casada com Rodney Rangel Aguiar;
 - 4.1.7.6.3.5. Vera Lúcia de Castro Machado, casada com Sebastião Machado, pais de

- 4.1.7.6.3.5.1. Cristiana, solteira;
- 4.1.7.6.3.5.2. Adriana, casada com Paulo Alves Maia;
- 4.1.7.6.3.5.3. Valéria, casada e desquitada de Azael;
- 4.1.7.6.3.6. Ana Maria de Castro Acioly, casada com Manuel Fernandes Fradique Acioly, pais de
 - 4.1.7.6.3.6.1. Marcelo, casado com Cardina Oliveira Picanço;
 - 4.1.7.6.3.6.2. Mirella, casada com Ronaldo Fontenele;
 - 4.1.7.6.3.6.3. Fernando, casado com Christiana Cals Silva;
 - 4.1.7.6.3.7. Cláudia, casada com José Marcos Lima Mascarenhas, pais de
 - 4.1.7.6.3.7.1. Márcia;
 - 4.1.7.6.3.7.2. Leonardo;
 - 4.1.7.6.3.8. Lília de Castro Antero, casada com o magistrado Antônio Carlos Chaves Antero, pais de
 - 4.1.7.6.3.8.1. Antônio Carlos Filho;
 - 4.1.7.6.3.8.2. Leonardo;
- 4.1.7.6.4. Francisco de Castro, bacharel em Direito, nascido em 20.12.1905 e casado, no dia 24.04.1936, com Heloísa Figueiredo, filha de Bruno Porto Figueiredo e Joana Leite Barbosa. Ele faleceu em 03.01.1967 e sua esposa Heloísa, no dia 24.11.1982, deixando um único filho
 - 4.1.7.6.4.1. Sérgio Figueiredo de Castro, nascido em 18.04.1938; casou-se com Neide Dias Branco, filha de Manuel Dias Branco e de Maria Vidal Sá Sias Branco. Faleceu, já separado de sua esposa, em 03.09.1978, deixando dois filhos
 - 4.1.7.6.4.1.1. Francisco de Castro Neto, nascido em 01.08.1963 e casado com Márcia Rola;
 - 4.1.7.6.4.1.2. Heloísa Maria, nascida em 11.11.1966, casada com Demétrio Jereissati;
 - 4.1.7.6.5. Anita de Castro, falecida;
 - 4.1.7.6.6. Hugo Barbosa de Almeida e Castro, nascido em 17.08.1914 e falecido no Rio de Janeiro, onde residia. Era casado com Lea Osório, de cuja união conjugal deixou os filhos
 - 4.1.7.6.6.1. Ana Maria, casada e separada de Roberto Viana Pinto;
 - 4.1.7.6.6.2. Hugo de Castro Júnior, casado com Elisabeth Novelli Girão;
 - 4.1.7.6.6.3. Vera Lúcia;
 - 4.1.7.6.7. Zilma de Castro, casada com José Vineski, russo naturalizado brasileiro, radicados em Salvador, onde faleceram; pais de
 - 4.1.7.6.7.1. Luciano, casado com Fátima Gurgé;
 - 4.1.7.6.7.2. Maria Helena, casada com José Teixeira, já falecido;
 - 4.1.7.6.7.3. Elisabeth, casada com Tony Scott, já falecido;
 - 4.1.7.6.7.4. Roberto, casado com Nora Calmon de Sá;
 - 4.1.7.6.8. José Eduardo de Castro, nascido em 04.02.1923, casado com Simone Santana, pais de uma única filha
 - 4.1.7.6.8.1. Maria Isabel Santana de Castro.
- 4.1.8. Maria de Nazaré de Almeida e Castro, conhecida por Nazarezinha,

oitavo filho do casal Manoel Felício de Almeida e Castro e Maria do Rosário de Albuquerque Lima, era a única mulher da irmandade. Dela dispomos apenas do registro de seu casamento com Antônio Bezerra de Menezes, filho do desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes (1814-1878 – este, irmão de minha bisavó materna, Maria Alexandrina Bezerra Castelo Branco – 1834-1912) e de sua esposa e prima Maria de Sousa Bezerra de Menezes, tendo ele – Antônio – falecido em 2 de fevereiro de 1892. O enlace matrimonial ocorreu em Quixeramobim no dia 23 de junho de 1867 e está registrado no livro de Casamentos nº. 7, fls. 66v, que transcrevemos abaixo *ipsis litteris*:

“Aos vinte e três de junho de mil oitocentos e sessenta e sete, pelas cinco horas da tarde, nesta Matriz de Quixeramobim, depois de preenchidas as formalidades de Direito, o Reverendo Padre José Jacintho Bezerra Borges de Menezes, de faculdade minha assistiu a receberem-se em matrimônio e deu as bênçãos nupciais aos meus paroquianos Antônio Bezerra de Menezes e Maria de Nazareth, esta filha legítima do Capitão Manuel Felício de Almeida e Castro, e aquele filho legítimo do Dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes e D. Maria de Souza Bezerra de Menezes, este natural da Freguesia do Riacho do Sangue e aquela (?) natural (?) e ambos moradores d’esta Freguesia de Santo Antônio de Quixeramobim dispensados do parentesco que os ligarão; foram testemunhas Tenente-Coronel Hermenegildo Furtado de Mendonça e Menezes e José dos Santos Lessa, do que para constar mandei fazer este assento que assigno. Cônego Vigário Antônio Pinto de Mendonça.”

Dessa união conjugal houve uma prole de 11 filhos que enumeramos a seguir.

4.1.8.1. Manuel Felício Bezerra de Menezes (capitão Bezerrinha), nascido em 25 de junho de 1868 e falecido no dia 23.11.1951. Era casado com Felina Furtado Bezerra (1875-1966), irmã no monsenhor João Alfredo Furtado; pais de

4.1.8.1.1. Antônio Serrano Bezerra de Menezes, casado com Maria de Lourdes Banhos Bezerra de Menezes, de cujo consórcio nasceram

4.1.8.1.1.1. Teolinda Banhos Bezerra, falecida;

4.1.8.1.1.2. Joíta Banhos Bezerra, falecida;

4.1.8.1.1.3. Jackson Banhos Bezerra, casado com Raimunda Bezerra, pais de

4.1.8.1.1.3.1. Antônio Serrano;

4.1.8.1.1.3.2. Joíta;

4.1.8.1.1.3.3. Márcia;

4.1.8.1.1.3.4. Rosane;

4.1.8.1.1.3.5. Lúcia;

4.1.8.1.1.3.6. Jackson;

4.1.8.1.1.4. Jorge Banhos Bezerra, faleceu solteiro.

4.1.8.1.2. Maria de Nazaré Bezerra de Menezes, Irmã Dorotéia; vivia nos Estados Unidos, onde faleceu;

4.1.8.1.3. Joana Bezerra de Menezes Roncy, casada com Teófilo Elias Roncy, pais de:

4.1.8.1.3.1. Raimunda Eneida, médica, casada com o também médico Carlos Azevedo, com os filhos

4.1.8.1.3.1.1. Heloísa;

4.1.8.1.3.1.2. Beatriz;

4.1.8.1.3.1.3. Cláudia;

4.1.8.1.3.2. Elieser, casado com Leomar Dantas Roncy, pais de

4.1.8.1.3.2.1. Joana;

4.1.8.1.3.2.2. Kátia;

4.1.8.1.3.2.3. Adelaide;

4.1.8.1.3.2.4. Jacqueline;

4.1.8.1.3.3. Edmundo, casado com Tereza Roncy, sem descendência;

4.1.8.1.3.4. Edmilson, solteiro;

4.1.8.1.3.5. Ednéa, casada com Jomar Augusto Guimarães, pais de

4.1.8.1.3.5.1. Maria de Fátima;

4.1.8.1.3.5.1.1. Roberta, casada, com um filho

4.1.8.1.3.5.1.1.1. Vítor;

4.1.8.1.3.5.1.2. André;

4.1.8.1.3.5.2. Marcelli;

4.1.8.1.3.6. Edmar, já falecido, foi casado com Nakeida Roncy, pais de

4.1.8.1.3.6.1. Antônio Carlos;

4.1.8.1.3.6.2. Ana Cláudia;

4.1.8.1.3.7. Ernina, casada com Valdir, pais de

4.1.8.1.3.7.1. Sérgio (gêmeo com Maria de Fátima);

4.1.8.1.3.7.2. Maria de Fátima (gêmea com Sérgio);

4.1.8.1.3.7.3. Mônica;

4.1.8.1.3.8. Ernani, casado, com uma filha

4.1.8.1.3.8.1. Cláudia;

4.1.8.1.3.9. Elmer, advogada, casada em Fernando, pais de

4.1.8.1.3.9.1. Luís Fernando, engenheiro;

4.1.8.1.3.9.2. Fabiana, advogada;

4.1.8.1.3.10. Eliete, casada, com um filho

4.1.8.1.3.10.1. Valdir;

4.1.8.1.3.11. Eliana, solteira;

4.1.8.1.4. Margarida Bezerra Soares, casada em primeiras núpcias com Godofredo Soares e em segundas, com Sebastião Souza; filhas, do primeiro matrimônio:

4.1.8.1.4.1. Maria, falecida, foi casada com Francisco Bastos e são os

pais de

4.1.8.1.4.1.1. Sheridan;

4.1.8.1.4.1.2. Godofredo;

4.1.8.1.4.1.3. Egle;

4.1.8.1.4.1.4. Paulo César;

4.1.8.1.4.2. Nancy, já falecida, casada com Narcélio Cabral, pais de

4.1.8.1.4.2.1. Margarida;

4.1.8.1.4.2.2. Henrique Eduardo;
 4.1.8.1.4.2.3. Lillian;
 4.1.8.1.5. José Augusto Bezerra de Menezes, casado com Maria de Nazaré Fontenele Bezerra, pais de
 4.1.8.1.5.1. Maria de Fátima, reside em Portugal, casada, com descendência
 4.1.8.1.5.1.1. Ana, casada, com uma filha
 4.1.8.1.5.1.1.1. Yasmim;
 4.1.8.1.5.1.2. Karine;
 4.1.8.1.5.2. Rejane;
 4.1.8.1.5.3. Maria de Nazaré
 4.1.8.1.5.4. Paula;
 4.1.8.1.5.5. Francisco;
 4.1.8.1.5.6. Germana;
 4.1.8.1.5.7. Mônica;
 4.1.8.1.6. Genoveva Bezerra Carneiro da Cunha, nascida em 27.08.1909 e falecida em 07.03.1969, casada com Murilo Carneiro da Cunha, tendo os filhos
 4.1.8.1.6.1. Genilo, casado com Helena Haddad Carneiro da Cunha, pais de
 4.1.8.1.6.1.1. Tânia, casada com Diógenes Ferreira, pais de
 4.1.8.1.6.1.1.1. ?
 4.1.8.1.6.1.1.2. Tatiana;
 4.1.8.1.6.1.2. Raquel, casada com (?), pais de
 4.1.8.1.6.1.2.1. Igor;
 4.1.8.1.6.1.2.2. Raquel;
 4.1.8.1.6.1.3. José Murilo, casado;
 4.1.8.1.6.1.4. Genilo, casado;
 4.1.8.1.6.1.5. Marcelo;
 4.1.8.1.6.1.6. Mozart, casado;
 4.1.8.1.6.2. Maurício, casado com Tereza Maria Nóbrega Carneiro da Cunha, pais de
 4.1.8.1.6.2.1. Claudiano Cláudio, casado com Fádua Abu-Marrul, pais de
 4.1.8.1.6.2.1.1. Michelle;
 4.1.8.1.6.2.1.2. Diego;
 4.1.8.1.6.2.1.3. Vitor;
 4.1.8.1.6.2.1.4. Virna;
 4.1.8.1.6.2.2. Ricardo Antônio, casado com (?), pais de
 4.1.8.1.6.2.2.1. Patrick;
 4.1.8.1.6.2.2.2. Rafael;
 4.1.8.1.6.2.2.3. Carlos Eduardo;
 4.1.8.1.6.3. João Evangelista Carneiro da Cunha Neto, casado com Edmêe Luzia Pimenta Carneiro da Cunha, pais de
 4.1.8.1.6.3.1. Lília, casada com Dalmo, pais de

4.1.8.1.6.3.1.1. Tatiana;
 4.1.8.1.6.3.1.2. Igor;
 4.1.8.1.6.3.1.3. Iuri;
 4.1.8.1.6.3.2. Isabela;
 4.1.8.1.6.3.3. Aline, casada com João Springer, pais de
 4.1.8.1.6.3.3.1. Vitor;
 4.1.8.1.6.3.4. Daniela, casada com Maurício;
 4.1.8.1.6.3.5. João Evangelista Carneiro da Cunha Júnior;
 4.1.8.1.6.4. Maria Marlene Carneiro da Cunha, viúva de Antônio Monteiro de Moraes, pais de
 4.1.8.1.6.4.1. Juliana Carneiro da Cunha de Moraes;
 4.1.8.1.6.5. Maria Liane Carneiro da Cunha Monteiro de Oliveira, casada com Guilherme José Viana Monteiro de Oliveira, já falecido, com filho único
 4.1.8.1.6.5.1. Adriano Carneiro da Cunha Monteiro de Oliveira, casado, pais de
 4.1.8.1.6.5.1.1. Daniel;
 4.1.8.1.6.5.1.2. Guilherme José Viana Monteiro de Oliveira Neto;
 4.1.8.2. Francisco Assis Bezerra de Menezes (Assis Bezerra), meu saudoso padrinho de batismo; segundo filho do casal, nasceu em Baturité, no dia 16 de agosto de 1869. Casou-se naquela cidade com sua prima, Maria Cristina Saraiva Leão (nascida em 4 de fevereiro de 1875), minha tia-avó e madrinha de batismo, em 7 de dezembro de 1895, na igreja de Santa Luzia; ela era filha de meu bisavô materno, dr. Antônio Benício Saraiva Leão Castelo Branco (1823-1920) e de sua esposa Maria Alexandrina Bezerra Castelo Branco (1834-1912). Meu padrinho, por muitos anos proprietário da hoje mais que centenária Tipografia Minerva, faleceu em Fortaleza, no dia 10 de julho de 1945, e sua esposa, em 5 de janeiro de 1955, também em Fortaleza, deixando o casal larga descendência:
 4.1.8.2.1. Antônio, falecido com um ano de idade;
 4.1.8.2.2. Lincoln, falecido com sete anos de idade;
 4.1.8.2.3. Maria Violeta, nascida em 18 de março de 1900, casou com o primo Antônio Benício Neto (1894-1977), filho de seus tios Antônio Benício Filho (1859-1952) e de sua esposa e prima Maria Abigail Furtado Castelo Branco (1868-1908), no dia 26 de março de 1919; ela faleceu no dia 10 de outubro de 1994, já viúva desde 27.08.1977, deixando os filhos
 4.1.8.2.3.1. Antônio Woodrow Benício Neto, um dos grandes entusiastas das tradições históricas de nossa família e também um dos idealizadores das Convenções da Família Saraiva Leão. Nasceu em 24 de setembro de 1920 e contraiu núpcias com Maria Elenir Miranda Benício no dia 9 de setembro de 1942, e cuja grande descendência o cobre de orgulho patriarcal, a saber:
 4.1.8.2.3.1.1. Antônio Wilson Miranda Benício, nascido em 14.07.1944, casado em 18.09.1970 com Zilá Bobsin Benício, pais de
 4.1.8.2.3.1.1.1. Tony Wilson Bobsin Benício, casado com Cíntia Benício;
 4.1.8.2.3.1.1.2. John Alexandre Bobsin Benício;
 4.1.8.2.3.1.1.3. Thaíssa Bobsin Benício;

4.1.8.2.3.1.2. João Wellington Miranda Benício, nascido em 06.05.1946; casado em primeiras núpcias com Laura Ferreira Dantas Benício, tiveram os filhos

4.1.8.2.3.1.2.1. Elizabeth Cristina Benício Maranhão, nascida em 16.12.1966, casada com Tony Carlos Maranhão Diniz, em 04.07.1985, pais de 4.1.8.2.3.1.2.1.1. Nayana Itatiaia Benício Maranhão, nascida em 08.05.1985;

4.1.8.2.3.1.2.1.2. Igor Nathan Benício Maranhão, nascido em 06.12.1991;

4.1.8.2.3.1.2.1.3. Nayade Ingrid Benício Maranhão, nascida em 17.10.1995;

4.1.8.2.3.1.2.2. Woodrow Antônio Dantas Benício, nascido em 08.07.1968, casado com Sílvia Maria Bezerra Benício, em 30.03.1993, pais de

4.1.8.2.3.1.2.2.1. Laura Assunção Bezerra Benício, nascida em abr.1997;

4.1.8.2.3.1.2.2.2. Lídia Maria Bezerra Benício;

4.1.8.2.3.1.2.3. João Wellington Miranda Benício Júnior, nascido em 14.01.1971, solteiro;

4.1.8.2.3.1.2. João Wellington Miranda Benício, de seu segundo casamento, com Maria Valdenir Dantas Benício, nasceram os filhos

4.1.8.2.3.1.2.4. Antônio José Dantas Benício, nascido em 05.12.1973, casado com Lúcia Cléia de Almeida Barbosa tiveram os filhos

4.1.8.2.3.1.2.4.1. Caio Anderson Barbosa Benício, nascido em 12.05.1994;

4.1.8.2.3.1.2.4.2. Caíque Bruno Barbosa Benício, nascido em 19.12.1995;

4.1.8.2.3.1.2.4.3. Kaline Gisele Barbosa Benício;

4.1.8.2.3.1.2.5. Ana Welleny Dantas Benício, nascida em 14.07.1976, casada com Sebastião Bezerra Neto, pais de

4.1.8.2.3.1.2.5.1. Gabriel Bezerra Benício;

4.1.8.2.3.1.2.5.2. Sabrina Bezerra Benício;

4.1.8.2.3.1.2.6. Ricardo Antônio Dantas Benício, nascido em 31.08.1984;

4.1.8.2.3.1.3. Paulo Wilton Miranda Benício, nascido em 22.01.1947 e falecido em 07.10.1972; foi casado, em 24.12.1969, com Ruthmar Xavier Benício, deixando os filhos

4.1.8.2.3.1.3.1. Christianne Patrycia Xavier Benício, nascida em 04.01.1971, casada com Tarcísio José da Silva Júnior, em 03.12.1994, com a filha

4.1.8.2.3.1.3.1.1. Tayanne Mary Benício da Silva, nascida em 02.08.1995;

4.1.8.2.3.1.3.2. Paulo Christianno Xavier Benício, nascido em 24.05.1972, casado com Sâmara Bezerra Benício, com o filho

4.1.8.2.3.1.3.2.1. Paulo Guilherme Bezerra Benício, nascido em 13.04.2006;

4.1.8.2.3.1.4. José Wilde Miranda Benício, nascido em 28.12.1947, casado em 14.05.1970 com Maria das Graças Costa Benício, pais de

4.1.8.2.3.1.4.1. Miguel Miranda Costa Benício, nascido em 24.04.1971, casado com Nara Luce de Paiva Pimentel Benício, pais de

4.1.8.2.3.1.4.1.1. Lorena Maria Pimentel Benício;

4.1.8.2.3.1.4.2. Paulo José Costa Benício, nascido em 21.10.1975, casado com Nazaré de Oliveira Rodrigues Benício, em 20.06.1975, pais de

4.1.8.2.3.1.4.2.1. Ana Clara Rodrigues Benício;

4.1.8.2.3.1.4.3. Ana Kilvia Costa Benício, nascida em 21.04.1977, casada com Fábio de Sousa Pereira, pais de

4.1.8.2.3.1.4.3.1. Fábio Eduardo Benício Pereira;

4.1.8.2.3.1.5. Miguel Weyne Miranda Benício, já falecido, nascido em 03.01.1949, casado com Glória Maria Nogueira Benício, em 15.12.1972, pais de

4.1.8.2.3.1.5.1. Violeta Mary Nogueira Benício, nascida em 15.10.1973;

4.1.8.2.3.1.5.2. Ana Virgínia Nogueira Benício, nascida em 10.11.1981, casada com Maurício, pais de

4.1.8.2.3.1.5.2.1. Marina;

4.1.8.2.3.1.5.2.2. Vinicius;

4.1.8.2.3.1.5.3. Bianca Maria Nogueira Benício, nascida em 28.02.1994;

4.1.8.2.3.1.6. Cláudia Miranda Benício, nascida em 01.01.1950, faleceu em 12.02.1951, com pouco mais de um ano de idade;

4.1.8.2.3.1.7. Jorge Miranda Benício, nascido em 22.01.1952, casado com Maria do Socorro Coelho Benício, ela falecida em 19.04.1996, tiveram

4.1.8.2.3.1.7.1. Ana Keyla Coelho Benício, nascida em 12.02.1975;

4.1.8.2.3.1.7.2. Emanuella Coelho Benício, nascida em 01.01.1979, gêmea com seu irmão

4.1.8.2.3.1.7.3. Francisco Emanuel Coelho Benício;

4.1.8.2.3.1.8. Elizabete Miranda Benício Araripe, nascida em 28.02.1954, casada em 13.06.1986 com Mário Sérgio Esteves Araripe, ele falecido em 22.03.1996, com as filhas

4.1.8.2.3.1.8.1. Mayara Benício Araripe, nascida em 28.02.1988;

4.1.8.2.3.1.8. =2. Maraelyse Benício Araripe, nascida em 02.04.1991;

4.1.8.2.3.2. Harding Paulo Benício Neto, nascido em 04.07.1922 e falecido em 09.07.1984; casou em 31.05.1946 com Raimunda (Mundinha) Viana Benício e tiveram o filho

4.1.8.2.3.2.1. Harding Paulo Benício Júnior, nascido em 02.08.1953 e falecido em 06.12.1980; foi casado (em 23.10.1977) com Zenaide Maria Rangel Benício e tiveram a filha

4.1.8.2.3.2.1.1. Mariana Rangel Benício, nascida em 25.06.1979;

4.1.8.2.3.3. Mary Benício Neto, nascida em 15.10.1923, solteira;

4.1.8.2.3.4. Howard William Benício Neto, nascido em 07.11.1924, casou em 23.12.1952 com Margarida Marques Benício (minha colega de curso primária-

rio), em primeiras núpcias, deixando descendência; ele faleceu em 08.07.2004 e ela havia falecido em 21.09.1992; em segundas núpcias, casou em 26.03.1993 com Elza Almeida Benício, sem posteridade; são seus filhos:

4.1.8.2.3.4.1. José William Marques Benício, nascido em 25.06.1953, casou com Maria Mirtes Keila Carneiro Benício, em 24.06.1976; tiveram

4.1.8.2.3.4.1.1. Wilker Carneiro Benício, nascido em 14.04.1977;

4.1.8.2.3.4.1.2. José William Marques Benício Júnior, nascido em 06.07.1979;

4.1.8.2.3.4.1.3. Keiliane Carneiro Benício, nascida em 25.06.1986;

4.1.8.2.3.4.2. Daisy Mary Marques Benício, nascida em 05.02.1955, casada em 12.11.1982 com Genário Peixoto Lins Filho; tiveram

4.1.8.2.3.4.2.1. Genário Benício Peixoto, nascido em 03.06.1985;

4.1.8.2.3.4.2.2. Clarisse Benício Peixoto, nascida em 01.03.1987;

4.1.8.2.3.4.3. Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho, nascida em 10.12.1957, casou em 20.12.1988 com James Huxley Quixadá de Souza Carvalho; são seus filhos:

4.1.8.2.3.4.3.1. Juliana Benício de Souza Carvalho, nascida em 23.11.1989;

4.1.8.2.3.4.3.2. Camila Benício de Souza Carvalho, nascida em 22.02.1991;

4.1.8.2.3.4.3.3. Gabriel Benício de Souza Carvalho, nascido em 15.11.1992;

4.1.8.2.3.4.4. Antônio Willys Marques Benício, nascido em 05.08.1959, casou em segundas núpcias com Ana Carolina Bezerra de Lima

4.1.8.2.3.4.5. Liliâne Maria Marques Benício, nascida em 09.04.1961, casou em 25.09.1979 com Robson Antônio Costa Fernandes, com as filhas

4.1.8.2.3.4.5.1. Lana Jisary Benício Fernandes, nascida em 08.02.1980;

4.1.8.2.3.4.5.2. Lia Theis Benício Fernandes, nascida em 16.01.1982;

4.1.8.2.3.4.5. Liliâne Maria Marques Benício, de seu segundo casamento, com Gláucio Castro de Oliveira (já falecido), em 09.05.1987, houve as filhas

4.1.8.2.3.4.5.3. Liana Gláucia Benício Castro;

4.1.8.2.3.4.5.4. Luana Mayra Benício Castro;

4.1.8.2.3.5. Mary Daisy Benício Neto, nascida em 11.05.1926, religiosa da Congregação do Coração Imaculado de Maria;

4.1.8.2.3.6. William Estanislau Benício Neto, falecido infante;

4.1.8.2.3.7. Lincoln Francisco Benício Neto, nascido em 16.08.1929, solteiro;

4.1.8.2.3.8. Haisse Maria Benício Neto, nascida em 04.02.1931, solteira;

4.1.8.2.3.9. Wilman Luiz Benício Neto, nascido em 02.08.1932 e falecido em 08.02.2003; casou em 26.03.1984, com Maria Maciel Benício de quem houve a filha

4.1.8.2.3.9.1. Marilman Maciel Benício, nascida em 08.05.1980, médica;

4.1.8.2.3.10. Maria Benício Neto, falecida na infância

4.1.8.2.3.11. Lace Mary Benício Neto, nascida em 21.07.1935, solteira;

4.1.8.2.3.12. Lily Maria Benício Neto, nascida em 04.12.1936, religiosa da Congregação do Coração Imaculado de Maria;

4.1.8.2.3.13. Henie Mary Benício Moreira, nascida em 28.08.1939, casou em 30.12.1968 com Arnaud Leite Moreira, sem descendência;

4.1.8.2.3.14. Maria Violeta Benício Neto, falecida infante.

4.1.8.2.4. Moacir de Assis Bezerra, nascido em 20 de maio de 1905 e casou em 11 de outubro de 1928 com Enedina Furtado Bezerra; ele faleceu em 13.03.1933 e sua esposa anos depois, vítima de acidente aviatório, em

02.07.1954; filhos do casal:

4.1.8.2.4.1. Abelardo Furtado Bezerra, nascido em 07.08.1929, casado com Maria Ednir Lima Bezerra, com os filhos

4.1.8.2.4.1.1. Moacir Lima Bezerra

4.1.8.2.4.1.2. Maria Enedina Lima Bezerra

4.1.8.2.4.2. Maria Tamar Bezerra Diógenes, nascida em 21.06.1932, casou em 01.12.1954 com Geraldo Nogueira Diógenes, pais de

4.1.8.2.4.2.1. Beatriz Helena;

4.1.8.2.4.2.2. Lília Maria;

4.1.8.2.4.2.3. Líliliana;

4.1.8.2.4.2.4. Flávia, gêmea com sua irmã Cynthia

4.1.8.2.4.2.5. Cynthia, gêmea com sua irmã Flávia;

4.1.8.2.4.3. Luiz Jackson Furtado Bezerra, nascido em 11.06.1930 e falecido aos 17 anos de idade, em 10.01.1948;

4.1.8.2.5. Maria Dilara Bezerra de Andrade Furtado, nascida em 29 de maio de 1907, contraiu núpcias, em 29.05.1930, com Manoel Antônio de Andrade Furtado, viúvo de sua prima Maria Alexandrina Furtado de Castelo Branco (Lili); ela faleceu em 19.01.1974 e o marido (dr. Andrade Furtado) havia falecido em 16.04.1968; o casal teve os seguintes filhos:

4.1.8.2.5.1. Luís Edgar de Andrade Furtado, nascido em 17.03.1931. Jornalista e escritor, casou em 31.01.1979 com Maria Teresa de Toledo Andrade; residentes no Rio de Janeiro, são pais de

4.1.8.2.5.1.1. Maria Isabel de Toledo Andrade, nascida em 05.12.1979;

4.1.8.2.5.1.2. Ana Bárbara de Toledo Andrade, nascida em 28.04.1981;

4.1.8.2.5.1.3. Constança de Toledo Andrade, nascida em 26.05.1982;

4.1.8.2.5.2. Maria Liara de Andrade Furtado, nascida em 02.08.1932, solteira;

4.1.8.2.5.3. Paulo Abel de Andrade Furtado, nascido em 11.10.1933, casado (em 25.07.1961) com Ruth Aragão de Andrade Furtado, pais de

4.1.8.2.5.3.1. Sílvia Maria Aragão de Andrade Furtado, nascida em 10.08.1962;

4.1.8.2.5.3.2. Ruth Maria Aragão de Andrade Furtado, nascida em 06.09.1963;

4.1.8.2.5.3.3. Israela Aragão de Andrade Furtado, nascida em 08.07.1967;

4.1.8.2.5.3.4. Maria Manuela Aragão de Andrade Furtado, nascida em 05.04.1972, casada com Glauco Chacon, pais de

4.1.8.2.5.3.4.1. Maria Beatriz;
 4.1.8.2.5.3.4.2. Maria Luiza;
 4.1.8.2.5.4. Gil Ruben de Andrade Furtado, nascido em 23.12.1934, casado em 23.06.1962 com Araci Tavares de Andrade Furtado, pais de
 4.1.8.2.5.4.1. Manoel Antônio de Andrade Furtado Neto, nascido em 04.10.1963, pai de
 4.1.8.2.5.4.1.1. Bárbara Amaral de Andrade Furtado, nascida em 29.05.1988;
 4.1.8.2.5.4.1.2. Nadine Botelho de Andrade Furtado, nascida em 05.06.1992;
 4.1.8.2.5.4.2. Tânia Cristina Tavares de Andrade Furtado, nascida em 12.02.1969;
 4.1.8.2.5.5. Maria de Lourdes de Andrade Furtado, nascida em 11.02.1936, Religiosa;
 4.1.8.2.5.6. Maria Noélia de Andrade Furtado, nascida em 24.04.1938, casada em 15.09.1965 com José Nilson Mendes Carneiro, pais de
 4.1.8.2.5.6.1. Nilsélia Maria de Andrade Furtado Mendes Carneiro, nascida em 22.07.1966;
 4.1.8.2.5.6.2. Cândida Maria de Andrade Furtado Mendes Carneiro, nascida em 05.03.1968;
 4.1.8.2.5.6.3. José Nilson Mendes Carneiro Filho, nascido em 24.02.1972;
 4.1.8.2.5.6.4. Noélia Maria de Andrade Furtado Mendes Carneiro, nascida em 22.07.1975;
 4.1.8.2.5.7. Sílvia Maria de Andrade Furtado, nascida em 13.08.1939 e falecida solteira em 01.06.1959;
 4.1.8.2.5.8. Manuel Antônio de Andrade Furtado Filho, nascido em 25.03.1943, casado em 07.12.1968 com Marlene Maria Castelo de Andrade Furtado; filhas:
 4.1.8.2.5.8.1. Ana Elisa Castelo de Andrade Furtado, nascida em 25.05.1970;
 4.1.8.2.5.8.2. Maria Dilara Castelo de Andrade Furtado, nascida em 19.12.1972;
 4.1.8.2.5.8.3. Beatriz Helena Castelo de Andrade Furtado, nascida em 04.03.1980;
 4.1.8.2.5.9. Margarida Maria de Andrade Furtado, nascida em 20.07.1946, solteira.
 4.1.8.2.6. Antenor Bezerra de Menezes, nascido em 02 de maio de 1909 e falecido solteiro em 30 de março de 1978;
 4.1.8.2.7. Caubi de Assis Bezerra, nascido em 05 de junho de 1911, casou em 02.02.1935, com Maria Ursulina Furtado Bezerra, e faleceu em 17.03.1992, deixando os filhos
 4.1.8.2.7.1. Célia Maria Furtado Bezerra, nascida em 23.03.1936 e faleceu, solteira, em 25.04.2004;

4.1.8.2.7.2. Simone Furtado Bezerra, nascida em 23.05.1937, solteira;
 4.1.8.2.7.3. Pedro Jorge Furtado Bezerra, nascido em 18.07.1938, casou em 08.12.1961 com Maria Celeste Joffily Bezerra, pais de
 4.1.8.2.7.3.1. Leyla Maria Joffily Bezerra Pinto, nascida em 12.09.1962, casou em 01.11.1991, com Francisco Sávio Cavalcante Pinto, médico, pais de
 4.1.8.2.7.3.1.1. Plínio Ramos Pinto Neto, nascido em 20.07.1992;
 4.1.8.2.7.3.1.2. Pedro Jorge Joffily Pinto, nascido em 20.04.1994;
 4.1.8.2.7.3.1.3. Sávio Bezerra Pinto, nascido em 18.04.2002;
 4.1.8.2.7.3.2. Pedro Jorge Joffily Bezerra, nascido em 01.02.1964, casado em 01.12.1987, com Maria Cláudia Costa Lima Bezerra, pais de
 4.1.8.2.7.3.2.1. Nathália Costa Lima Bezerra, nascida em 27.04.1989;
 4.1.8.2.7.3.2.2. Carolina Costa Lima Bezerra, nascida em 26.06.1991;
 4.1.8.2.7.3.3. Carlos Frederico Joffily Bezerra, nascido em 19.07.1965, casado em 02.06.1989, Elizabeth Targino Bezerra;
 4.1.8.2.7.3.4. Candice Joffily Bezerra, nascida em 25.05.1971, solteira.
 4.1.8.2.7.4. José Moacir Furtado Bezerra, nascido em 27.12.1939, médico, casado em 03.07.1965, com Hortência Maria Sabóia Bezerra, pais de
 4.1.8.2.7.4.1. Helga Sabóia Bezerra, nascida em 31.03.1966;
 4.1.8.2.7.4.2. Leda Sabóia Bezerra, nascida em 18.09.1967, casada com Marcos André Oriá, separados, pais de
 4.1.8.2.7.4.2.1. Letícia Maria Sabóia Bezerra Oriá, nascida em 11.05.2001;
 4.1.8.2.7.4.3. Christiane Sabóia Bezerra, médica, nascida em 23.12.1969, casada em primeiras núpcias com Lucas Araújo Neto, e em segundas núpcias com Lázaro Antônio Jales de Matos, sem descendência;
 4.1.8.2.7.4.4. Caubi de Assis Bezerra Neto, nascido em 04.05.1971, casado com Carla Pereira Leitão, pais de
 4.1.8.2.7.4.4.1. Isabella Pereira Leitão Sabóia Bezerra, nascida em 18.08.2006;
 4.1.8.2.7.4.5. José Moacir Furtado Bezerra Filho, médico, nascido em 27.12.1972, casado em 27.12.1998 com Vivianne Machado Bezerra, pais de
 4.1.8.2.7.4.5.1. Artur Machado Bezerra, nascido em 01.07.1999;
 4.1.8.2.7.4.5.2. Bruno Machado Bezerra, nascido em 15.08.2007;
 4.1.8.2.7.5. Aluísio Furtado Bezerra, nascido em 10.02.1942, casou em 12.01.1974, com Aldênia Capistrano Bezerra, filha de Joaquim Capistrano Costa e Maria Iracema Segundo Costa, pais de
 4.1.8.2.7.5.1. Maria Iracema Capistrano Bezerra, fisioterapeuta, nascida em 02.12.1975, casada; filha:
 4.1.8.2.7.5.1.1. Maria Beatriz Bezerra Oliveira, nascida em 26.02.2003;
 4.1.8.2.7.5.2. Germano Capistrano Bezerra, nascido em 18.03.1977, engenheiro formado pelo I.T.A., casou em 19.05.2001, com Débora Batista Araújo;
 4.1.8.2.7.5.3. Ana Cecília Capistrano Bezerra, fonoaudióloga, nascida em 26.11.1979;

4.1.8.2.7.5.4. Heloísa Capistrano Bezerra, nascida em 15.06.1981;
 4.1.8.2.7.5.5. Laércio Capistrano Bezerra, engenheiro mecânico, nascido em 11.02.1985, solteiro.
 4.1.8.2.7.6. Maria Sueli Bezerra Castelo, nascida em 28.04.1947, casou em 05.06.1971 com Plácido Castelo Sobrinho, pais de
 4.1.8.2.7.6.1. Roger Bezerra Castelo, nascido em 26.07.1972, casado com Maria do Socorro Soares Castelo, pais de
 4.1.8.2.7.6.1.1. Enrique Soares Castelo;
 4.1.8.2.7.6.2. Thyrso Bezerra Castelo, nascido em 15.09.1974, casado com Lia Ari Castelo, pais de
 4.1.8.2.7.6.2.1. Tiago Ari Castelo;
 4.1.8.2.7.6.2.2. André Ari Castelo;
 4.1.8.2.7.6.3. Ênio Bezerra Castelo, nascido em 16.09.1977, casado com Joice Monteiro Castelo;
 4.1.8.2.7.6.4. Maria Lucy Bezerra Castelo, nascida em 09.09.1978, casada;
 4.1.8.2.7.7. Maria Cristina Bezerra Maciel, nascida em 12.06.1956, casou em 09.03.1983 com Pedro Anacleto Maciel, separados, pais de
 4.1.8.2.7.7.1. Anne Bezerra Maciel, nascida em 11.09.1983;
 4.1.8.2.7.7.2. Bruno Bezerra Maciel, nascido em 22.04.1986.
 4.1.8.2.8. Araci, nascida em 1913 e falecida com meses de idade;
 4.1.8.2.9. Juracyr Bezerra de Meneses, nasceu em 13 de abril de 1915 e contraiu núpcias em 30.05.1940, com Maria Stela Furtado Bezerra; ele faleceu em 22.10.2001, deixando a seguinte descendência:
 4.1.8.2.9.1. Gil Vicente Furtado Bezerra de Meneses, nascido em 04.11.1941, casou em 12.02.1969 com Teresa Maslowa Vieira Bezerra de Meneses, pais de
 4.1.8.2.9.1.1. Carlos Otávio Vieira Bezerra de Meneses, nascido em 18.05.1970;
 4.1.8.2.9.1.2. Teresa Ângela Bezerra de Meneses Sousa, nascida em 30.11.1975, casada com Carlos Alexandre Brito Sousa, pais de
 4.1.8.2.9.1.2.1. Clarissa Bezerra de Meneses Sousa;
 4.1.8.2.9.1.3. João Paulo Vieira Bezerra de Meneses, nascido em 19.07.1979;
 4.1.8.2.9.2. José Gilson Bezerra de Meneses, nascido em 26.10.1942, casou em 13.05.1977 com Alexandra Castelo Branco Bezerra de Meneses, pais de
 4.1.8.2.9.2.1. Maria de Jesus Bezerra de Meneses, nascida em 13.01.1981;
 4.1.8.2.9.2.2. Saulo Castelo Branco Bezerra de Meneses, nascido em 27.09.1982;
 4.1.8.2.9.3. Maria Hélvia Bezerra de Meneses Riva, nascida em 01.01.1944, casou em 05.01.1972, com Joaquim Carlos Teixeira Riva, pais de
 4.1.8.2.9.3.1. Pedro Bezerra de Meneses Riva, nascido em 27.01.1977;

4.1.8.2.9.3.2. Marcos Bezerra de Meneses Riva, nascido em 27.04.1978;
 4.1.8.2.9.3.3. Carlos João Bezerra de Meneses Riva, nascido em 15.06.1981;
 4.1.8.2.9.3.4. Thiago Bezerra de Menezes Riva, nascido em 24.04.1984;
 4.1.8.2.9.4. Francisco Assis Bezerra de Meneses, nascido em 27.09.1946, casou com Elita Maria Aguiar Bezerra de Meneses, pais de
 4.1.8.2.9.4.1. Roberta Aguiar Bezerra de Meneses, nascida em 12.02.1975, casada com Marcelo Jorge Borges Pinheiro;
 4.1.8.2.9.4.2. Felipe Aguiar Bezerra de Meneses, nascido em 31.07.1978, casado com Denise Montenegro de Araújo Costa Bezerra de Meneses, pais de
 4.1.8.2.9.4.2.1. Maria Clara Montenegro Costa Bezerra de Meneses;
 4.1.8.2.9.4.3. Ítalo Aguiar Bezerra de Meneses, nascido em 30.06.1986;
 4.1.8.2.9.5. Carlos Eugênio Furtado Bezerra de Meneses, nascido em 11.02.1949, casou em 25.09.1976 com Jacira São Thiago Bezerra de Meneses, com as filhas
 4.1.8.2.9.5.1. Bianca São Thiago Bezerra de Meneses, nascida em 18.12.1977, casada com Bruno da Cunha Holanda, pais de
 4.1.8.2.9.5.1.1. Pedro Eugênio Bezerra de Meneses Arruda;
 4.1.8.2.9.5.2. Mariana São Thiago Bezerra de Meneses, nascida em 13.01.1981;
 4.1.8.2.9.5.3. Raquel São Thiago Bezerra de Meneses, nascida em 13.04.1983;
 4.1.8.2.9.6. Pedro Ronald Furtado Bezerra de Meneses, nascido em 29.10.1950, casado em 17.07.1976 com Anne Mary Fernandes Bezerra de Meneses, pais de
 4.1.8.2.9.6.1. Ana Beatriz Fernandes Bezerra de Meneses, nascida em 30.05.1977;
 4.1.8.2.9.6.2. Pedro Ronald Fernandes Bezerra de Meneses, nascido em 18.08.1978;
 4.1.8.2.9.6.3. Daniel Fernandes Bezerra de Meneses, nascido em 15.08.1981;
 4.1.8.2.9.7. Maria Imelda Bezerra de Meneses Walter, nascida em 02.02.1953, casou em 26.09.1981 com Edwin Walter Júnior, pais de
 4.1.8.2.9.7.1. Maria Stella Bezerra de Meneses Walter, nascida em 17.08.1982;
 4.1.8.2.9.7.2. Christian Edwin Walter, nascido em 03.01.1995;
 4.1.8.2.9.8. Maria da Glória Bezerra de Meneses Porto, nascida em 25.02.1956, casou em 30.09.1989 com Fernando Martins Porto, pais de
 4.1.8.2.9.8.1. Gil Bezerra de Meneses Porto, nascido em 30.09.1990;
 4.1.8.2.9.8.2. Paula Bezerra de Meneses Porto, nascida em 10.08.1992.
 4.1.8.2.10. Araci Bezerra de Sousa Carvalho, nascida em 03 de maio de 1917, casou com Tancredo de Sousa Carvalho; faleceu em 11.05.1947, deixando quatro filhos:

4.1.8.2.10.1. Francisco Eudes de Sousa Carvalho, nascido em 05.07.1940, casou com Maria Diná Rabelo Carvalho, faleceu em 05.12.2002, pais de
 4.1.8.2.10.1.1. Milena Maria Rabelo Carvalho, nascida em 26.02.1970, casada com César Espindola Cavalcante, separados, pais de
 4.1.8.2.10.1.1.1. Gustavo Carvalho Espíndola, nascido 30.03.1993;
 4.1.8.2.10.1.1.2. Guilherme Carvalho Espíndola, nascido em 05.08.1997;
 4.1.8.2.10.1.2. Francisco Robson Rabelo Carvalho, nascido em 22.11.1972, casado com Edmara Ribeiro Carvalho, pais de
 4.1.8.2.10.1.2.1. Tiago Ribeiro Carvalho, nascido em 19.09.2001;
 4.1.8.2.10.1.2.2. Larissa Ribeiro Carvalho, nascida em 25.05.2005;
 4.1.8.2.10.2. Helber de Sousa Carvalho, falecido infante;
 4.1.8.2.10.3. Norma Maria Carvalho Machado, nascida em 30.03.1943, casada com Antônio Carlos de Almeida Machado, pais de
 4.1.8.2.10.3.1. Maria Aracy Machado Goulart, nascida 03.11.1971, casada com Flávio Marques Goulart, pais de
 4.1.8.2.10.3.1.1. Raíssa Machado Goulart;
 4.1.8.2.10.3.1.2. Leonardo Machado Goulart;
 4.1.8.2.10.3.2. Carla Carvalho Machado Nogueira, nascida em 20.09.1976, casada com Rodrigo Martins Nogueira, pais de
 4.1.8.2.10.3.2.1. Maria Eduarda Machado Nogueira;
 4.1.8.2.10.3.3. Sâmia Carvalho Machado, nascida em 29.12.1978 e falecida infante em 04.03.1980;
 4.1.8.2.10.3.4. Janice Carvalho Machado Lins, nascida em 30.12.1980, casada com Salustiano Gurgel Lins Melo;
 4.1.8.2.10.4. Gláucia Maria Carvalho Barroso, nascida em 09.07.1944, casada com Dimas Barroso Albuquerque, pais de
 4.1.8.2.10.4.1. Dimas Barroso Albuquerque Filho, nascido em 12.01.1970, casado em primeiras núpcias com Adriana Ferraz Barroso, pais de
 4.1.8.2.10.4.1.1. Bianca Ferraz Barroso Albuquerque;
 4.1.8.2.10.4.1.2. Isabela Ferraz Barroso Albuquerque;
 e em segundas núpcias casado com Betânia Fernandes Albuquerque, pais de
 4.1.8.2.10.4.1.3. Letícia Fernandes Albuquerque;
 4.1.8.2.10.4.2. Dícia Maria Carvalho Barroso, nascida em 24.01.1972, casada com José Carlos Cintra Uchoa, pais de
 4.1.8.2.10.4.2.1. Amanda Barroso Cintra Uchoa;
 4.1.8.2.10.4.2.2. Camila Barroso Cintra Uchoa;
 4.1.8.2.10.5. Tancredo de Souza Carvalho Filho, nascido em 28.01.1946, jornalista, casou com Maria Edite Torres de Melo Carvalho; faleceu em 10.05.2002, pais de
 4.1.8.2.10.5.1. Roberto Wagner Torres de Melo Carvalho, nascido em 11.12.1962, casado com Sâmara Rejane Costa Carvalho, pais de
 4.1.8.2.10.5.1.1. Hanna Costa Carvalho;
 4.1.8.2.10.5.2. Ricardo Henrique Torres de Melo Carvalho, nascido em 30.05.1971, casado com Cincy Carvalho;

4.1.8.2.10.5.3. Éricka Torres de Melo Carvalho, nascida em 08.08.1972;
 4.1.8.2.10.5.4. Ronaldo Torres de Melo Carvalho, nascido em 07.09.1980, casado com Clariane Aguiar Carvalho, pais de
 4.1.8.2.10.5.4.1. Lucas Aguiar Carvalho.
 4.1.8.3. Vicente Alves de Castro Bezerra, nasceu em 1872 e faleceu em 1939. Era casado com Antônia Barrocas de Castro Menezes (1873-1925) conhecida por Totonha, e dessa união conjugal houve apenas um filho
 4.1.8.3.1. Antônio Antonelle de Castro Bezerra, que casou com sua prima Branca Barbosa de Castro Bezerra (v. 4. 1. 8. 4. 3. , abaixo), faleceu deixando quatro filhos
 4.1.8.3.1.1. Maria Sulamita Barbosa de Antonelle Bezerra, falecida solteira;
 4.1.8.3.1.2. Maurício Barbosa de Antonelle Bezerra, casado com Clomar da Rocha Bezerra, residentes no Rio de Janeiro;
 4.1.8.3.1.3. Antônio Antonelle de Castro Bezerra, casado com Antônia de Sousa Bezerra, pais de
 4.1.8.3.1.3.1. Kátia Antonelle de Castro Bezerra;
 4.1.8.3.1.4. Jorge Barbosa de Antonelle Bezerra, falecido solteiro;
 4.1.8.4. Maria de Sousa Bezerra (Sousinha), nascida em 15 de outubro de 1873 e falecida no Rio de Janeiro em 1968. Era casada com Antero Barbosa (irmão do padre José Barbosa de Jesus), e desta união conjugal nasceram
 4.1.8.4.1. Antônio Bezerra Barbosa, casado com Antonieta Natarroberto Barbosa, pais de
 4.1.8.4.1.1. Silvia, solteira;
 4.1.8.4.1.2. Regina Natarroberto Barbosa, casada com Edson José Martins Sampaio, pais de
 4.1.8.4.1.2.1. Maria Ester;
 4.1.8.4.1.2.2. Maria Margarida;
 4.1.8.4.1.3. Maria da Glória Natarroberto Barbosa, casada com Eduardo César Lucena Barbosa, pais de
 4.1.8.4.1.3.1. Maria Elisabeth;
 4.1.8.4.1.3.2. Maria Antonieta;
 4.1.8.4.1.3.3. Tânia Maria;
 4.1.8.4.1.3.4. Cláudia Maria;
 4.1.8.4.1.4. Ester, falecida;
 4.1.8.4.1.5. Antônio José Natarroberto Barbosa, oficial da Marinha brasileira, casada com Carmem Lúcia Pereira Barbosa, pais de
 4.1.8.4.1.5.1. Álvaro Antônio;
 4.1.8.4.2. Maria do Carmo Bezerra Barbosa, Religiosa (Irmã Dorotéia);
 4.1.8.4.3. Branca Barbosa de Castro Bezerra, que casou com seu primo Antônio Antonelle de Castro Barbosa e cuja descendência já vimos acima (4. 1.8.3.1.); ela faleceu em 17.03.1982;
 4.1.8.4.4. Ester Bezerra Barbosa, Irmã Dorotéia;

4.1.8.4.5. Paulo Barbosa Lima, residia nos Estados Unidos onde casou com nativa de nome Mildred, sem descendência;

4.1.8.4.6. Antero Bezerra Barbosa, residia no Rio de Janeiro, casado com Celeste Barbosa, pais de

4.1.8.4.6.1. Francisco Antero Soares Barbosa, casado com Fúlvia Giglio Barbosa, pais de

4.1.8.4.6.1.1. Marcelo;

4.1.8.4.6.1.2. Flávia;

4.1.8.4.6.2. Paulo Antero Soares Barbosa, casado com Marlene Maciel Barbosa, pais de

4.1.8.4.6.2.1. Paula;

4.1.8.4.6.2.2. Lúcia;

4.1.8.4.6.2.3. Ângela;

4.1.8.4.6.3. Antero Antonelle Soares Bezerra, solteiro;

4.1.8.4.6.4. Luiz Antero Soares Bezerra, casado com Regina Maria Soggi, pais de

4.1.8.4.6.4.1. Adriana Regina;

4.1.8.4.6.4.2. Roberta;

4.1.8.4.7. Alice Bezerra Barbosa, Irmã Redentorista;

4.1.8.5. Antônio Bezerra de Meneses (Totó), nascido em 1875 e falecido em Manaus, onde residia, no ano de 1928. Era casado com Esmeraldina Bezerra de Meneses e não deixou descendência;

4.1.8.6. José Bezerra de Meneses, nascido em 1876 e falecido em 17.11.1938, em Manaus, onde residia. Era casado com Helena Mendes Bezerra (1900-1975), pais de

4.1.8.6.1. Lúcia Meneses Mateus, casada com Augusto Mateus, pais de

4.1.8.6.1.1. Sílvia Vitória;

4.1.8.6.1.2. José Augusto;

4.1.8.6.1.3. Manuel Antônio;

4.1.8.6.1.4. Carmem Helena;

4.1.8.6.2. Clélia Bezerra de Meneses Silva, casada com Danilo Silva, pais de

4.1.8.6.2.1. Danilo Silva Júnior;

4.1.8.6.2.2. Emerson Meneses Silva;

4.1.8.6.2.3. Iria Helena Meneses Silva;

4.1.8.6.2.4. Denison Meneses Silva;

4.1.8.6.3. Adalberto Bezerra de Meneses, casado com Maria José Bezerra de Meneses, pais de

4.1.8.6.3.1. Adalberto Bezerra de Meneses;

4.1.8.6.3.2. Anilton Bezerra de Meneses;

4.1.8.6.3.3. Iníbia Bezerra de Meneses;

4.1.8.6.3.4. Ailton Bezerra de Meneses;

4.1.8.6.4. Murilo Bezerra de Meneses, casada com Severina Bezerra de Meneses, pais de

4.1.8.6.4.1. José Alberto;

4.1.8.6.4.2. Ivana;

4.1.8.7. Maria de Nazaré Bezerra de Meneses, nascida em 14 de janeiro de 1877, era Irmã Dorotéia e faleceu em 1940;

4.1.8.8. Geminiano Bezerra de Meneses, nascido em 28 de outubro de 1878 e falecido em 30.04.1929. Era casado com Teresa Farias Bezerra (15.10.1894 - 1920) e de cujo consórcio nasceram os filhos

4.1.8.8.1. Valdivia Bezerra Ferreira Lima, nascida em 02.02.1914, falecida, casada com José Albani Ferreira Lima, pais de

4.1.8.8.1.1. Pedro Jorge, casado com Teresa Freitas Ferreira Lima;

4.1.8.8.1.2. Fátima;

4.1.8.8.1.3. Aluisio;

4.1.8.8.2. José Bezerra de Meneses, nascido em 03.12.1914, falecido, casado com Elita Maia, pais de

4.1.8.8.2.1. Homero, falecido;

4.1.8.8.2.2. Jaciara;

4.1.8.8.2.3. José Cláudio;

4.1.8.8.2.4. Uíara;

4.1.8.8.2.5. Danilo;

4.1.8.8.3. Maria de Nazaré Bezerra de Meneses, nascida em 14.01.1916, Irmã de Caridade;

4.1.8.8.4. Yara Bezerra de Meneses Fontenele, nascida em 23.04.1917, falecida, casada com Manuel Batista Fontenele, pais de

4.1.8.8.4.1. Raul Eduardo Bezerra de Meneses Fontenele, casado com Eremita Balreira Fontenele, ambos falecidos, pais de

4.1.8.8.4.1.1. Raul Filho;

4.1.8.8.4.1.2. Daniele;

4.1.8.8.4.1.3. Isabele;

4.1.8.8.4.2. Maria Tereza Bezerra de Meneses Fontenele;

4.1.8.8.4.3. Luis Carlos Bezerra de Meneses Fontenele, casado com Lícia Gondim, com descendência;

4.1.8.8.5. Heli Bezerra de Meneses, nascido em 14.03.1920, falecido, casado com Leticia, pais de

4.1.8.8.5.1. Gláucia;

4.1.8.8.5.2. Gilson;

4.1.8.8.5.3. Gladys.

4.1.8.9. Mário Bezerra de Meneses, nascido em 31 de dezembro de 1884, e falecido solteiro em 18 de novembro de 1944;

4.1.8.10. Álvaro Bezerra de Meneses, nasceu em 29 de abril de 1886 e falecido em 1º de fevereiro de 1927. Casou com Consuelo Quixadá Felício e foram os pais de

4.1.8.10.1. Alfa Bezerra Machado, casada com Miguel de Melo Machado, pais de

4.1.8.10.1.1. Elisabeth Bezerra Machado, solteira;

4.1.8.10.1.2. Álvaro Bezerra Machado, casado com Luiza Helena Carvalho Machado, pais de

4.1.8.10.1.2.1. Luzia;

4.1.8.10.1.2.2. Maria Isabel;

4.1.8.10.1.2.3. Maria Alice;

4.1.8.10.1.2.4. Maria Cecília;

4.1.8.10.1.3. Vera Maria Machado Napoleão, casada com João Juarez Napoleão e pais de

4.1.8.10.1.3.1. Vera Regina, casada com Roberto, pais de

4.1.8.10.1.3.1.1. Felipe;

4.1.8.10.1.3.1.2. Patrícia;

4.1.8.10.1.3.1.3. Marcela;

4.1.8.10.1.3.2. Valéria, casada com Jaime, pais de

4.1.8.10.1.3.2.1. João Juarez Neto;

4.1.8.10.1.3.2.2. Pedro;

4.1.8.10.1.3.3. Andréa, casada com Esdras, pais de

4.1.8.10.1.3.3.1. Marina;

4.1.8.10.1.3.3.2. Paulo Vítor;

4.1.8.10.1.4. Joana Machado Barros (Jane), casada com José Américo Barros, pais de

4.1.8.10.1.4.1. Emanuel Machado Barros, casado com Ana Cláudia Távora, pais de

4.1.8.10.1.4.1.1. João Gabriel Machado Távora Barros

4.1.8.10.1.4.2. José André Machado Barros, casado com Keila Maia Barros, pais de

4.1.8.10.1.4.2.1. Leonardo Maia Barros;

4.1.8.10.1.4.2.2. Tiago Maia Barros;

4.1.8.10.1.4.3. Daniel Machado Barros, casado com Karine Barros;

4.1.8.10.1.4.4. Amélia Alfa Machado Barros, solteira;

4.1.8.10.1.5. Antônio da Silveira Machado Neto, viúvo de Noélia Picanço Machado, pais de

4.1.8.10.1.5.1. Letícia Picanço Machado, casada com Ricardo, pais de

4.1.8.10.1.5.1.1. Amanda;

4.1.8.10.1.5.1.2. Antônio Machado Neto;

4.1.8.10.1.5.2. Maria Teresa Machado Picanço Machado, casada; filha:

4.1.8.10.1.5.2.1. Mariana;

4.1.8.10.1.6. Glória Maria Machado Muratori, nascida em 16.08.1940, casada com Roque Muratori, nascido em 22.08.1928, médico, pais de

4.1.8.10.1.6.1. Milton Muratori Neto, nascido em 27.05.1959, solteiro;

4.1.8.10.1.6.2. Jacqueline Machado Muratori, nascida em 12.08.1961, casada com Antônio Rubens Martins Cavalcante, pais de

4.1.8.10.1.6.2.1. Carolina Muratori Cavalcante, nascida em 18.06.1988;

4.1.8.10.1.6.2.2. Antônio Rubens Martins Cavalcante Filho, nascido em 22.04.1992;

4.1.8.10.1.6.2.3. Mariana Muratori Cavalcante, nascida em 03.10.1994;

4.1.8.10.1.6.3. Miguel de Melo Machado Neto, nascido em 05.12.1965, casado; filhos

4.1.8.10.1.6.3.1. Ícaro Miguel Ibiapina Machado, nascido em 06.04.1993;

4.1.8.10.1.6.3.2. Luana Ibiapina Machado, nascida em 31.07.1994;

4.1.8.10.1.6.3.3. Arthur Fontenelle Machado Muratori, nascido em 11.05.2003;

4.1.8.10.1.6.3.4. Alicia Carneiro de Melo Machado, nascida em 16.01.2006.

4.1.8.10.2. Renato Bezerra de Meneses, casado com Edith Schramm, pais de

4.1.8.10.2.1. Maria de Fátima, casada com Fernando de Castro, pais de

4.1.8.10.2.1.1. Fernando Filho;

4.1.8.10.2.1.2. Beatriz Helena;

4.1.8.10.2.1.3. Antônio;

4.1.8.10.2.2. Álvaro Bezerra Neto, falecido, casado com Maria Acioli, pais de

4.1.8.10.2.2.1. Francisco;

4.1.8.10.2.3. César, casado com Mônica, pais de

4.1.8.10.2.3.1. Ângela;

4.1.8.10.2.4. Luciano, casado com Rosa Maria Gonçalves

4.1.8.10.2.5. Lincoln

4.1.8.10.2.6. Francisco;

4.1.8.10.2.7. Paulo;

4.1.8.10.2.8. Renato Filho;

4.1.8.10.3. Roberto Bezerra de Meneses, casado com Eduarlinda Monteiro Bezerra, com descendência;

4.1.8.10.4. Maria Bezerra de Meneses, falecida solteira;

4.1.8.10.5. Esmeralda Bezerra de Meneses, falecida solteira;

4.1.8.10.6. Ricardo Bezerra de Meneses, casado, falecido, com descendência;

4.1.8.10.7. Lúcia Bezerra de Meneses, falecida solteira;

4.1.8.10.8. Carmem Gilca Bezerra de Meneses, solteira;

4.1.8.10.9. Valdir Bezerra de Meneses, falecido solteiro.

4.1.8.11. Adalberto Bezerra de Meneses, nascido em 24 de setembro de 1888 e casado com Laura Régis Bezerra de Meneses (16.08.1896 – 09.02.1984), amazonense; faleceu em 10 de janeiro de 1927, deixando uma única filha

4.1.8.11.1. Hilma Régis Bezerra de Meneses, nascida em Manaus, AM, em 19.01.1917, funcionária pública federal, falecida solteira em Fortaleza em 08.01.2005.

4. 2. Joaquim Felício de Almeida e Castro, segundo filho de Maria Francisca do Espírito Santo e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro (veja 4.). Em 18 de fevereiro de 1852, veio a contrair núpcias com a sua cunhada Maria do

Rosário de Lima, conhecida na família por Dindinha Rosário, mulher enérgica e de personalidade marcante, e da qual vários de seus descendentes herdaram a prepotência. Dessa união conjugal resultou um único filho

4.2.1. José Joaquim de Almeida e Castro (tio Zezinho) que casou em primeiras núpcias com sua prima Maria do Rosário – filha de seus tios, José dos Santos Lessa Júnior e Maria de Nazaré, dela havendo seis filhos (veja 4.1.2.1.); em segundas núpcias casou com Maria d’Assunção – filha do capitão Antero Aprígio de Albuquerque Lima, antigo tabelião público em Quixeramobim, e de sua esposa e sobrinha Carolina Clementina de Lima Lessa, dela havendo oito filhos, a saber:

4.2.1.1. Joaquim Felício de Castro Lessa (Quinca Lessa), casado com Francisca Lessa em primeiras núpcias, de quem houve dois filhos; em segundas núpcias, casou com Rufina de Souza Leitão, sem descendência;

4.2.1.1.1. Jaime Lessa casado com Francisca Rodrigues Lessa e depois com Aurineide Lessa Leitão;

4.2.1.1.2. Aldira Lessa;

4.2.1.2. Adelaide de Castro Lessa;

4.2.1.3. Vicente Alves de Castro Lessa (Vicentinho), em cuja fazenda meu pai se hospedava quando ia para a sua propriedade ‘Golfos’. Casou com Maria Viana Lessa e foram os pais de

4.2.1.3.1. Raimundo Viana Lessa (Maninho), casado com Roseli Patrício Lessa;

4.2.1.3.2. José Viana Lessa, casado com Maria Jacinta Lessa;

4.2.1.3.3. Maria Santa Lessa Patrício, casada com Alberto Patrício de Almeida;

4.2.1.3.4. Geraldo Viana Lessa, casado com Raimunda Lessa;

4.2.1.3.5. Francisco Viana Lessa, casado com Júlia Leitão Lessa;

4.2.1.3.6. Salviano Viana Lessa, casado com Maria Edna Lessa;

4.2.1.3.7. Miguel Viana Lessa, casado com Francisca Almeida Lessa;

4.2.1.3.8. Vicente Viana Lessa;

4.2.1.4. Maria de Castro Lessa;

4.2.1.5. Maria Auta de Castro Lessa (Totinha);

4.2.1.6. Bento de Castro Lessa;

4.2.1.7. Carolina;

4.2.1.8. Cleonice;

4.2.1.9. Maria Elisa de Castro Lessa, casada com Luiz de Souza Leitão, este, já viúvo, e foram pais de

4.2.1.9.1. José de Castro Leitão, solteiro;

4.2.1.9.2. Sebastião de Castro Leitão, casado com Maria Edméa Leitão;

4.2.1.9.3. Francisco de Castro Leitão, casado com Cosma Leitão;

4.2.1.9.4. Luiz de Castro Leitão, casado com Tereza Freitas Leitão;

4.2.1.9.5. Maria de Castro Leitão, solteira;

4.2.1.9.6. Tereza de Castro Leitão, solteira;

4.2.1.9.7. Júlia de Castro Leitão, casada com Francisco de Castro Lessa;

4.2.1.9.8. Maria da Assunção de Castro Lessa, casada com Francisco Leitão;

4.2.1.10. José Nabuco de Castro, que casou com Adélia Parente (esta, irmã de Dona Rita Parente, casada com meu tio-avô Antônio Benício Filho); sem descendência;

4.2.1.11. Miguel Joaquim de Castro Lessa, casado com Maria Augusta Lessa, pais de

4.2.1.11.1. Francisco Lessa;

4.2.1.11.2. Raimundo Lessa;

4.2.1.11.3. José Lessa;

4.2.1.11.4. Maria Augusta Lessa, casada com Arcelino de Souza Lessa;

4.2.1.12. Antero de Castro Lessa;

4.2.1.13. Francisco Pinheiro de Castro Lessa;

4.2.1.14. Manuel Felício de Castro Lessa.

Conhecemos, assim, a descendência do coronel Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, que era casado com Maria Francisca, filha caçula do tenente geral Vicente Alves da Fonseca e de sua esposa Maria Francisca do Espírito Santo.

Em Quixeramobim, na fazenda Santa Úrsula, localizada no antigo distrito de Pirabibu, hoje Damião Carneiro, pertencente aos herdeiros do saudoso empresário Paulo Cirino, ex-prefeito de Maranguape, ainda existe um solar antigo, bastante danificado mas ainda habitado, que o general Wícar Parente de Paula Pessoa assegurava haver sido a residência deste bravo revolucionário e onde teria sido o palco de importantes decisões políticas durante a Confederação do Equador.

Ali, naquele casarão, viveu seus últimos dias, já viúvo de sua esposa Maria Francisca, e quando faleceu foi sepultado na igreja Matriz de minha cidade natal, conforme assentamento existente no Livro de Óbitos nº. 2, folha 152v, daquela paróquia e que transcrevo para conhecimento de todos:

“Aos vinte de fevereiro de mil oitocentos e trinta e três, faleceu da vida presente, de moléstia interior, o coronel Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, viúvo, com cinquenta e quatro anos de idade, sepultado nesta Matriz de grades abaixo com hábito do Carmo, e por mim encomendado com encomendação solene; do que para constar fiz este termo que assignei. O vigário Bento Antonio Fernandes.”

Encerramos finalmente a descendência do tenente general VICENTE ALVES DA FONSECA, meu quinto avô paterno e que foi o tema deste trabalho.

Resta-me agradecer, nesta oportunidade, aos parentes e amigos que gentilmente colaboraram com informações a fim de que eu pudesse cumprir esta missão e pedindo desculpas de alguma falta por ventura encontrada, pois se errei foi com vontade de acertar.

Bibliografia

- MONTES, MACHADOS E GIRÕES - Raimundo Girão.
À MARGEM DE DONA GUIDINHA DO POÇO - Ismael Pordeus.
A FAMÍLIA DO PADRE MIGUELINHO - Luís da Câmara Cascudo.
CRONOLOGIA SOBRALENSE - Cônego Francisco Sadoc Araújo.
O CLÃ DE SANTA QUITÉRIA - Nertan Macedo.
JOÃO PINTO DE MESQUITA - O PATRIARCA DE JACURUTU - J. Hélder Mesquita.
ALGO DE MINHA FAMÍLIA (Lado Paterno) - Fernando Câmara.
ÁLBUM GENEALÓGICO DAS FAMÍLIAS ALMEIDA E CASTRO, NASCIMENTO E ALARCON E BEZERRA DE MENEZES - Fernando Câmara.
ALGUMAS LINHAGENS DE FAMÍLIA DO SUL DO CEARÁ - R. Torcápio (RIC-1914).
FAMÍLIAS CEARENSES - Estudo Genealógico dos Bezerra de Menezes - Murilo Bezerra de Sá (RIC-1946).
A FAMÍLIA DO PADRE MIGUELINHO NO CEARÁ - Fernando Câmara (RIC-1987).
O SARAIVA LEÃO (Informativo de Circulação Familiar - Agosto 1990, Ano III, Nº. 5).

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2007

Relatório da Secretaria Geral do Instituto do Ceará

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO*

Ⓒ Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), com 121 anos de ininterruptas atividades, tem por norma estatutária – artigo 22, letra B – apresentar na primeira sessão do mês de março o relatório das atividades sociais referentes ao ano anterior.

Diretoria

A diretoria reeleita para o período 2006/2008, no seu primeiro ano de atividades, enfrentou as mesmas dificuldades financeiras de períodos anteriores, acrescidas com a falta da contribuição anual concedida pela Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, da Prefeitura Municipal de Fortaleza – FUNCET, e agravadas pelos muitos aumentos de despesas decorrentes da instalação de novos equipamentos eletrônicos.

Continuamos sem qualquer auxílio público. Contamos hoje com o aluguel do estacionamento do prédio anexo, algumas modestas doações de terceiros, as contribuições dos sócios efetivos e a venda de livros, doados pelos confrades, na livraria “O Sebo da História”.

Apesar das referidas dificuldades, o Instituto conseguiu realizações que muito engrandeceram a Instituição, destacando entre elas a montagem do Museu de História Barão de Studart. Tivemos aí alguns problemas. O maior foi o falecimento do presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos e a renúncia do vice-presidente, em período prestes à conclusão do projeto de “Organização e Montagem do Museu de História Barão de Studart” (Memorial Barão de Studart), projeto contemplado com a Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e o apoio financeiro da em-

* Secretária geral e sócia efetiva do Instituto do Ceará.

presa M. Dias Branco S.A. – Fábrica Fortaleza, na pessoa de seu dirigente maior, sr. Ivens Sá Dias Branco. Com o óbito de nosso presidente, fez-se necessária a prorrogação do referido projeto.

Graças ao empenho da diretoria e seus pares, num curto espaço de tempo, foram realizadas eleições e escolhidos: José Augusto Bezerra – presidente; Pedro Sisnando Leite – vice-presidente; Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho – 2ª secretária; e Ednilo Gomes de Soárez – 2º tesoureiro. Os eleitos completaram o quadro da diretoria que dirigirá o Instituto até março de 2009. Com estas iniciativas pôde ser prorrogado o prazo de conclusão dos trabalhos e inaugurado o Memorial Barão de Studart, em 23 de novembro de 2007.

O edifício sede do Instituto, e o anexo onde se encontra a Biblioteca, foram muito beneficiados com a realização do Projeto. Foram feitos reparos de rachaduras em paredes, pinturas e nova arrumação das salas, com exposição de retratos de personagens caras ao Instituto. Todas as dependências internas, principalmente rés do chão, foram igualmente pintadas dando ao conjunto dos dois edifícios aspecto de asseio e cuidado.

Os auditórios principais, além da pintura, receberam novas cortinas, e do Auditório Barão de Studart foram retirados das paredes 132 retratos de sócios, para limpeza e restauração de imagens. Além disso, foi feita a pintura da entrada do prédio, assim como nova pintura das grades externas e da fachada do edifício.

Foram recobertos os antigos sofás; adquiridos outros, além de cadeiras (móveis antigos). Três novos computadores acresceram aos já existentes. Fez-se necessária a dedetização contra cupins nas instalações da sede e a revisão na parte elétrica que dá suprimento ao local onde se instalou o Museu, assim como aos novos equipamentos de proteção do prédio.

Biblioteca

Na Biblioteca, onde se somam mais de 12.000 volumes, continuam os trabalhos de classificação, digitação, ordenação de empréstimos e consultas, como também os arranjos dos livros, jornais e documentos. Foram adotadas novas regras para a pesquisa, e não mais será permitido o manuseio de jornais nem de obras raras sem luvas e máscaras.

Registra-se uma boa freqüência de consulentes: leitores, pesquisadores e visitantes (1330), a maioria com vistas à elaboração de tese para obtenção de grau de Mestre ou Doutor.

A Biblioteca tem recebido doações de livros e periódicos de outras instituições, escritores e sócios efetivos, que muito têm aumentado o valor científico e cultural da Instituição. O maior destaque foi o recebimento da biblioteca do sócio efetivo e ex-presidente general Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira.

Revista

O volume 120 da Revista do Instituto do Ceará, comemorando os 120 anos de fundação desta entidade, apesar de contar apenas com a ajuda financeira dos sócios efetivos e o grande esforço de seu organizador, professor Pedro Alberto de Oliveira Silva, conseguiu ser editado no prazo previsto.

Atividades culturais

Além das reuniões ordinárias, com palestras proferidas pelos sócios e convidados, algumas sessões solenes foram realizadas na Casa do Barão de Studart, destacando-se a solenidade de posse da diretoria (Biênio 2007 / 2009). Na oportunidade foram outorgados títulos de Amigo do Instituto aos professores Francisco Adegildo Ferrer, Gildácio de Almeida Sá, Celda Brasil Girão e Celne Brasil Girão; e o presidente Eduardo Campos lançou seus últimos livros: *A Medicina da Fome* e o *Lugar da Cozinha*. Houve, também, sessão comemorativa do centenário de nascimento do sócio efetivo Djacir Menezes e sessão em memória do presidente Eduardo Campos, falecido no exercício do cargo.

Concessões de títulos

Foram agraciados com títulos os consócios:
- Melquíades Pinto Paiva, outorga de título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Ceará.

- José Augusto Bezerra, medalha do Mérito Cultural José Mindlin – Associação Brasileira de Bibliófilos.
- Pedro Sisnando Leite, comenda e medalha *Paul Harris* da Fundação Rotariana – Alagadiço.

Registros bibliográficos

- Paulo Elpídio de Menezes Neto: “Inconfidência @ inteletáveis”
- Manuel Eduardo Pinheiro Campos: “A Medicina da Fome” e “Lugar da Cozinha”
- Pedro Sisnando Leite: “The Struggle for Regional and Rural development in the Word” – Lançamento virtual de edições já publicadas.

Quadro social

Em 2007, o Instituto sofreu a perda de dois de seus mais dedicados e assíduos sócios: Marcelo Caracas Linhares e o dinâmico presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos.

Já em janeiro de 2008, faleceu Rubens de Azevedo, astrônomo, fundador do primeiro observatório popular cearense e grande pesquisador dos fenômenos astrais.

Visitas

Além de professores e consulentes que procuram o Instituto nas suas pesquisas, a Casa do Barão recebeu visitas ilustres, destacando-se as do secretário de Cultura do Estado, Dr. Auto Filho; do empresário Ivens Dias Branco, sócio benemérito do Instituto; do acadêmico Dr. José Mindlin; do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Fernando Ximenes; da dra. Marfisa Aguiar, arquiteta e sócia benemérita do Instituto; e do dr. José Sydrião de Alencar Júnior, Superintendente do ETENE.

ATAS DAS SESSÕES DE 2007

Atas das sessões do Instituto do Ceará em 2007

Ata da sessão do dia 22 de janeiro de 2007

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2007, às 15h30, o Instituto do Ceará reuniu-se sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos para mais uma sessão ordinária, a primeira do ano. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Francisco Ésio de Sousa, Valdelice Carneiro Girão, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araújo, José Murilo Martins, Pedro Sisnando Leite, Dário Moreira de Castro Alves, Rejane Accioly de Carvalho, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Zélia Sá Viana Camurça e José Augusto Bezerra. Estiveram presentes ainda, convidados e amigos do Instituto. Inicialmente foi lida pelo secretário Elmo Vasconcelos a ata da última reunião, datada do dia 5 de dezembro de 2006, sendo a mesma aprovada. Dando prosseguimento aos trabalhos, o presidente falou sobre os problemas financeiros do Instituto. Informou que a Telemar não mais patrocinará a edição da revista e que a solução será os sócios efetivos do Instituto custearem a edição da mesma. A professora Rejane Accioly lembrou a possibilidade do Banco do Nordeste financiar a mesma. O sócio Elmo Vasconcelos lembrou o sr. João Soares Neto para o mesmo fim. Os sócios José Augusto Bezerra e João Alfredo Montenegro prometeram ajudar na edição da revista. O sócio Paulo Airton informou que graças ao Consócio José Augusto Bezerra, um especialista esteve examinando os livros da Coleção Eurico Facó bem como o valioso exemplar do Barleus. Ele diagnosticou a necessidade de cuidados especiais para a conservação dos mesmos. O sócio Paulo Airton disse ainda que ao assumir a Presidência, encontrou a coleção Eurico Facó organizada em uma sala, mais uma bibliotecária deu nova organização à mesma, dispersando os livros, o que foi muito prejudicial. O Presidente informou que está programando uma exposição sobre a História da Eletricidade em Fortaleza que seria patrocinada pela Coelce. Prosseguindo disse que espera conseguir da mesma Companhia uma ajuda para nossa conta de energia. O orador da reunião foi a sócia Valdelice Carneiro Girão que falou sobre o Barão de Studart. Demonstrando conhecer muito bem a produção historiográfica deste grande historiador, a oradora falou sobre vários aspectos de sua vida e de sua obra. Destacou as “efemérides” e outras produções do grande pesquisador. Lembrou um discurso de Austragésilo de Athayde pronunciado na Academia Cearense de Letras por ocasião do falecimento do Barão. Ela falou de sua experiência docente na UFC e disse que a produção historiográfica do Barão bem como o trabalho desen-

volvido pelo Instituto não é bem conhecido e valorizado pela Universidade. O sócio Elmo Vasconcelos afirmou que o Barão foi o maior investigador do nosso passado, trabalhando com muita dificuldade, visto não existir na sua época, os aparatos tecnológicos de hoje, como computadores, copiadoras, xerox e outros que facilitam a pesquisa e a transcrição dos documentos. O Presidente falou que o Museu que vai ser criado nas dependências do Instituto terá o nome de Barão de Studart e concentrará toda a pesquisa. A oradora Valdelice Carneiro Girão foi muito aplaudida. Em seguida o Presidente parabenizou a oradora, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Raimundo Elmo Vasconcelos, 2º. Secretário, lavrei para memória a presente ata.

Ata da Assembléia Geral do dia 5 de fevereiro de 2007

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sede do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em Fortaleza, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária para eleição dos membros do Conselho Superior, da Diretoria e das Comissões Permanentes, nos termos do art 15, combinado com a *alínea (b)* do artigo 14 do Estatuto Social. O Presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos abriu a Assembléia Geral, propondo para compor a Comissão de Votação e Apuração os consócios: Francisco Êsio de Sousa, Presidente; Pedro Alberto de Oliveira Silva e Miguel Ângelo de Azevedo, Escrutinadores. Foi registrada uma única chapa concorrente ao pleito, com mandato de 4 de março de 2007 a 4 de março de 2009; composta conforme transcrita: Presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos; Vice-Presidente: Aroldo Cavalcanti Mota; Secretário-Geral: Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário: Paulo Ayrton Araújo; 2º. Secretário: Pedro Sisnando Leite; 1º Tesoureiro: Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º. José Augusto Bezerra; Diretor da Biblioteca e Arquivo: Pedro Alberto de Oliveira Silva; Diretor de Com. e Rel. Públicas; Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez). Conselho Superior: Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira (ex-presidente); Zélia Sá Viana Camurça; Paulo Ayrton Araújo; (ex-presidente); José Liberal de Castro; Carlos Mauro Cabral Benevides. Comissões: História: Pedro Alberto de Oliveira Silva; José Caminha Alencar Araripe; Gisafran Nazareno Mota Juca; Valdelice Carneiro Girão; João Alfredo de Sousa Montenegro. Geografia: Oswaldo Evandro Carneiro Martins; Rubens de Azevedo; Caio Lóssio Botelho; José Cláudio de Oliveira; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos. Antropologia: Zélia Sá Viana Camurça; Dário de Moreira de Castro Alves; Eduardo Diathay Bezerra de Menezes; José Murilo de Carvalho Martins; Rejane Maria V. Accioly de Carvalho. Revista: Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Francisco Êsio de Sousa, Eduardo Diathay Bezerra de Menezes e Aroldo Cavalcanti Mota. Verificação de Merecimento: Vinicius Antonius H. de Barros Leal, Eduardo de Castro Bezerra Neto, José Filomeno de Morais Filho, Marcelo Caracas Linhares e Francisco de Assis Arruda Furtado. Defesa do Patrimônio: José Liberal de Castro, Miguel

Ângelo de Azevedo, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Pedro Sisnando Leite e Ednilo Gomes de Soares. Os trabalhos de votação foram realizados mediante a chamada de cada sócio efetivo. Compareceram dezessete e doze votaram por procuração. Procedendo-se a apuração dos votos, ao final foi verificado o seguinte resultado. Os candidatos obtiveram os votos integrais, em número de vinte e nove. O Presidente da Assembléia proclamou eleitos os integrantes da chapa única. Após proclamado e resultado do pleito, foi encerrada a sessão. Para constar eu, Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, que sendo considerada sem restrição será assinada pelos presentes. Fortaleza, 05 de fevereiro de 2007,

Ata da sessão solene do dia 5 de março de 2007

Ata da sessão solene, ocorrida às 17 h do dia cinco do mês de março, na sede do Instituto do Ceará, para a posse do escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos na presidência do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), e da respectiva diretoria, para o biênio 4 de março de 2007 a 4 de março de 2009, bem como do Conselho Superior e das Comissões Permanentes (História, Geografia, Antropologia, Revista, Verificação de Merecimento e Defesa do Patrimônio). Compareceram os seguintes sócios: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco de Assis Arruda Furtado, Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, João Alfredo de Sousa Montenegro, Miguel Ângelo de Azevedo, Marcelo Caracas Linhares, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho, Francisco Êsio de Sousa, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho, Ednilo Gomes de Sóarez e os sócios beneméritos, empresário Ivens Dias Branco e o jornalista Vicente Alencar. Estiveram presentes ainda numerosos amigos e convidados do Instituto. Dando início à sessão, o mestre de cerimônia, Vicente Alencar, convidou para formar a mesa, que presidiria os trabalhos, excelentíssimos senhores escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Gen. Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira, o vice-presidente do Instituto, Aroldo Mota, o presidente da Academia Fortalezaense de Letras, Ednilo Gomes de Sóarez, a senhora Yolanda Queiroz e ilustríssimo senhor sócio benemérito do Instituto, Ivens Dias Branco. Ainda com a palavra, o mestre de cerimônia convidou o presidente do Instituto do Ceará para seu pronunciamento. O orador, fazendo uso de documento escrito, abordou, com sua peculiar lucidez e originalidade intelectual, assuntos pertinentes aos projetos do Instituto do Ceará nos anos quarenta, quando presidia esta Instituição o historiador Thomaz Pompeu Sobrinho. Destacou os desafios que tocou à Diretoria atual, e particularmente ao presidente, no tocante a histórica oportunidade de inaugurar um novo ciclo de vida para o Instituto no uso dos valores e equipamentos cibernéticos. Neste particular, foi referenciado o resgate em CD-ROM de 127 revistas que o Instituto editou de 1887 até o ano de 2005,

e disponibilizado, em portal eletrônico pela internet, de todo o repositório de pesquisas que foram empreendidas ao longo desse período de atividades. Neste particular, destacam-se a organização e o fácil acesso aos documentos do Barão de Studart e do historiador Capistrano de Abreu. A seguir detalhou o apoio do Ministério da Cultura e das empresas Souza Cruz e Fábrica Fortaleza. Neste último caso, foi explicitado o aporte financeiro do sócio benemérito Sr. Ivens Dias Branco que já garantiu também nova contribuição para o ano de 2008. Finalizando seu discurso, o presidente comprometeu-se a trabalhar, juntamente com a Diretoria da Instituição, a levar avante o plano editorial idealizado por Thomaz Pompeu Sobrinho, quando a construção da história do Ceará, em pelo menos mais 10(dez) monografias, além da reedição da obra do Barão de Studart. Ao término de suas palavras, citou o pensamento: “O correto não é impossível de fazer”. O orador prendeu a atenção da platéia e foi muito aplaudido. A seguir foram anunciados os nomes dos membros da Diretoria para o período de 2007-2008: Presidente, Manuel Eduardo Pinheiro Campos; Vice-presidente, Aroldo Cavalcante Mota; Secretário-geral, Valdelice Carneiro Girão; 1º Secretário, Paulo Ayrton Araújo; 2º Secretário, Pedro Sisnando Leite; 1º Tesoureiro, Francisco Fernando Saraiva Câmara; 2º Tesoureiro, José Augusto Bezerra; Diretor da Biblioteca e Arquivo, Pedro Alberto de Oliveira; e o Diretor de Comunicação e Relações Públicas, Miguel Ângelo de Azevedo. Em prosseguimento, foram outorgados o Diploma de Sócio Amigo do Instituto do Ceará às Senhoritas Celda Brasil Girão e Celne Brasil Girão, ao Senhor Gildácio de Almeida Sá, e ao professor da UECE Francisco Adalgido Férrer, que usou da palavra para agradecer tal honraria. Os Diplomas foram entregues, respectivamente, pelo Presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos, pelos sócios José Augusto Bezerra, Paulo Ayrton Araújo e Pedro Sisnando Leite. O Presidente anunciou o lançamento de dois últimos livros de sua autoria, com os quais alcança o recorde de 70 obras editadas em sua vida cultural. São eles: *O Lugar da Cozinha* e *A Medicina da Fome*, os quais foram distribuídos a todos os participantes do evento, devidamente autografados pelo autor. Fazendo as considerações finais, e agradecendo o comparecimento de todos, encerrou a sessão solene, convidando aos presentes para um coquetel nos salões do Instituto, e eu, Pedro Sisnando Leite, 2º Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 20 de março de 2007

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2007, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em sessão ordinária, sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Estiveram presentes os sócios efetivos do Instituto: Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa

Montenegro, Marcelo Caracas Linhares, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra. Também estiveram presentes convidados e amigos do Instituto. Não houve expediente. O presidente Eduardo Campos comunicou aos presentes a continuação dos trabalhos de organização do Museu de História Barão de Studart e a existência de moderna aparelhagem eletrônica adquirida. Em seguida deu a palavra ao coronel aviador Francisco Bedê para discorrer sobre a importância histórica de Alberto Santos Dumont “O Pai da Aviação”. O palestrante, usando moderno projetor, apresentou para os presentes filmes, gráficos e fotografias sobre o progresso da aviação, desde o seu surgimento até os dias atuais. Destacou, também, o pioneirismo de Alberto Santos Dumont nesse processo evolutivo. Comentou, especialmente, sobre o mérito do “pai da aviação” em conseguir voar em aparelho mais pesado do que o ar, demonstrando com gráficos técnicos o mérito daquele feito. Afirmou, ainda, que estava apresentando matéria inédita, sob o ponto de vista da ciência aeronáutica. Terminada a exposição, o presidente agradeceu o coronel Bedê por aquela importante palestra. Concedeu a palavra ao sócio José Augusto Bezerra o qual fez uma breve interpeleção ao palestrante sobre o tema desenvolvido, sendo prontamente respondido. Devido ao adiantamento da hora o presidente encerrou a sessão. Foi distribuído aos presentes o livro *Geometrizando os conceitos de Elite & Moral* de autoria do coronel Bedê. Para constar na história do Instituto foi escrita a presente ata por mim, Pedro Alberto de Oliveira Silva, secretário *ad hoc*, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 9 de abril de 2007

Aos nove dias do mês de abril de 2007, às 15h e 30min, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), sob a presidência do sócio Manoel Eduardo Pinheiro Campos, para uma sessão ordinária. Compareceram os sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Câmara, Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, Cáo Lóssio Botelho, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Ésio de Sousa e José Augusto Bezerra. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto, destacando-se o Dr. José Carlos Gentile, professor de direito do Estado do Rio Grande do Norte. Iniciando os trabalhos, o presidente fez comentários sobre atividades em curso no Instituto, particularizando o andamento da organização do Museu de História Barão de Studart. Registrou também o recebimento do livro do confrade João Alfredo Montenegro, cujo título é: *A Mística Rediviva de Clarice Lispector (A Paixão segundo G.H.)*, tendo formulado elogios pela qualidade da nova obra. Aproveitou a oportunidade também para comunicar que lhe foi entregue um dos últimos livros do sócio Pedro Sisnando Leite cujo título é: “Em busca do Desenvolvimento Rural do Ceará”. Prosseguindo, o presidente concedeu a palavra a secretária-geral Valdelice Carneiro Girão,

que propôs um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Blanchard Girão, bem como pelo desaparecimento da genitora do consócio Gisafran Nazareno Mota Jucá, Sra. Adalgiza Mota Jucá. A proposta foi referendada e aprovada por todos. O palestrante do dia foi o sócio Pedro Sisnando Leite que abordou o tema “Avaliação dos Recursos Humanos do Ceará -1980-2000”. Inicialmente o orador pediu vênua para falar sobre o estado de saúde do sócio Marcelo Linhares, que se encontra hospitalizado em situação de bastante gravidade. Em vista do que ele observou em visita ao hospital no início da tarde de hoje, pediu a todos orações pelo mais breve restabelecimento do colega e amigo. O palestrante explicou que os assuntos que iria tratar se encontram detalhados em livro, em fase de editoração, mas cujo original já entregou ao Cel. Paulo Ayrton. Disse também que os estudos que deram origem a esse trabalho fazem parte do período que esteve como bolsista do CNPq, quando integrante da equipe de professores de pós-graduação do CAEN/UFC. A tese principal defendida pelo conferencista foi de que no período analisado, o Ceará obteve muitos avanços em sua economia, especialmente na racionalidade da administração pública, equilíbrio fiscal e investimentos em infra-estrutura em diversos setores. Fez, no entanto, vários questionamentos sobre a situação da pobreza subsistente no Estado, agravada pelas desigualdades sociais entre classes e os setores rural e urbano. De forma veemente, o conferencista atribuiu como agravante desses problemas a negligência do setor público quanto aos investimentos nos recursos humanos, especialmente na educação e instrução das populações mais carentes. Aproveitou a ocasião para mostrar informações atuais sobre o assunto publicadas pela imprensa, corroborando os aspectos abordados. Finalizando, o palestrante disse que é evidente que a educação, isoladamente, não resolve tudo, mas em um Estado desigual e pobre como o Ceará, tem amplo papel econômico, social e político. Ao final de suas considerações, alguns sócios se manifestaram sobre o assunto, particularmente Francisco Ésio de Sousa e Oswaldo Evandro Carneiro Martins, que destacaram a importância da contribuição de Celso Furtado no desenvolvimento do Nordeste através de iniciativas de natureza educacional, pois o conferencista havia imputado à Sudene atribuir maior prioridade às atividades econômicas e de infra-estrutura física do que à educação. O sócio Caio Lóssio Botelho expressou suas congratulações ao conferencista e fez pertinentes considerações, destacando a necessidade de valorizar-se mais o sentido espiritual na condução das políticas públicas. Ainda sobre o assunto, se pronunciou o sócio José Augusto Bezerra, acrescentando aos parabéns pela palestra, oportunas observações sobre os fatores de produção, especialmente a componente de conhecimento que carece fundamentalmente do uso dos livros como fonte do saber científico universal. Por fim, o visitante, prof. José Carlos Gentile manifestou-se em apoio ao discurso do conferencista, inclusive quanto à sua ênfase argumentativa. Em seguida, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, 2º secretário, lavro, para a memória, a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 20 de abril de 2007

Aos vinte do mês de abril do ano de 2007, às 15h30, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sessão ordinária, sob a presidência do sócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Estiveram presentes os sócios efetivos do Instituto Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Théóphilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos e Francisco Ésio de Sousa. Compareceram também convidados e amigos do Instituto. O presidente Eduardo Campos iniciou a reunião acusando o recebimento de correspondência do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, assinado pelo Dr. Marcelo Tokeyama, comunicando a existência de recursos nesse Conselho para atender pleitos destinados à recuperação de danos causados a bens diversos, inclusive históricos e promoção de eventos culturais. Em vista disso, o Instituto do Ceará estará encaminhando até o dia 30 do corrente mês proposta de solicitação de ajuda financeira destinada a editoração de obras do Barão de Studart. Em seguida, deu a palavra ao 1º. secretário Paulo Ayrton que fez o registro da efeméride da primeira batalha dos Guararapes, que se deu em 19 de abril de 1648, opondo forças do Brasil contra o exército holandês que ocupava Pernambuco. Em decorrência, desde 1994 que, neste dia, se comemora o “Dia do Exército Brasileiro”. Foi feita leitura de correspondência de agradecimento das senhoritas Celda Brasil Girão e Celne Brasil Girão pelo diploma de amigas do Instituto do Ceará. Além de outros comunicados, o 1º. secretário fez leitura de documentação relatando evento ocorrido em Brasília de iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República com os Institutos Históricos e Geográficos, cujos resultados foram decepcionantes pela falta de organização, representação de autoridades e objetividade. O presidente deu a palavra ao conferencista do dia, sócio Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, que abordou o tema: “O Mundo em 1907”. Com o auxílio da projeção de transparências, o palestrante falou inicialmente sobre a Europa como centro do mundo da época, com destaque para a Inglaterra e o império alemão. No tocante ao Oriente Médio, referiu-se à decadência da China e a ascensão da Índia. Explicitou o que ocorreu nas Américas, com a hegemonia dos Estados Unidos, como o novo gigante, vigoroso e rico. No contexto, analisou as contradições do capitalismo. Ao focar a situação do Brasil, destacou as transformações políticas, econômicas e sociais do fim do século XIX e no século XX. Concluiu sua conferência comentando fatos e contribuições de personalidades na vida política e social do Ceará, Fortaleza e do próprio Instituto do Ceará, cujo presidente em 1907 foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Ao concluir sua conferência, o presidente Eduardo Campos fez considerações históricas as exportações do Ceará no início do século XX, quando uma planta cultivada no Estado, chamada Juburandi, contribuiu de modo expressivo para as exportações do Estado

para o exterior. O sócio Francisco Êsio de Sousa informou que atualmente o Estado do Maranhão cultiva comercialmente essa planta para a produção de policarpina que tem várias utilizações para cosméticos e fins medicinais. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e, eu, Pedro Sisnando Leite, 2º. secretário lavro a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 7 de maio de 2007

Aos sete dias do mês de maio de 2007, às 15h e 30, o Instituto do Ceará reuniu-se em reunião ordinária, sob a presidência do Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Compareceram os sócios Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Valdelice Carneiro Girão, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Êsio de Sousa,, Ednilo Gomes de Soarez, e o sócio amigo do Instituto Adelgido Ferrer. O presidente abriu a reunião dizendo que ela seria informal, tendo em vista o pequeno número de sócios presentes e não haver conferencista convidado. Inicialmente falou sobre o andamento da organização do memorial Barão de Studart, lamentando algum atraso desse projeto, em vista da viagem a Cuba de uma importante colaboradora desse projeto. Em seguida, abordou um assunto de relevante importância da vida do Instituto, que é a baixa frequência dos consócios às reuniões ordinárias e mesmo aos eventos solenes e festivos. Por conseqüência, decorre certa ausência de compromisso dos associados para um maior dinamismo da Instituição. Para corroborar suas preocupações, relatou o que vem ocorrendo, explicitando alguns exemplos pertinentes a confrades que há anos não participam das atividades da instituição ou mesmo contribuem assiduamente com as mensalidades estatutárias de manutenção. Em continuação, todos os sócios presentes fizeram comentários sobre essa matéria, em busca de um consenso sobre medidas que possam ser adotadas para dinamizar as atividades do Instituto. Dentre as sugestões apresentadas, mereceu maior discussão a necessidade de uma reforma estatutária que contemplasse a inclusão de nova modalidade de sócios, tais como eméritos, por correspondência etc. Ficou evidenciado também durante os debates que a admissão de novos sócios merecesse um criterioso exame do currículo e alguma forma de explicitar o real compromisso do candidato com a Instituição. O presidente reafirmou o seu empenho para que essa situação seja melhorada, inclusive relatando inúmeras iniciativas que já adotou desde a sua posse, tanto quanto a eventos como na mobilização de recursos financeiros substanciais. Aproveitou a ocasião para comunicar que enviou ao presidente do Banco do Nordeste uma solicitação de ajuda financeira para contratar quatro pessoas para viabilizar o bom funcionamento do Memorial Barão de Studart e outras atividades vitais do Instituto. O sócio Pedro Alberto de Oliveira Silva apresentou uma nova proposta para a impressão do volume 120 da Revista do Instituto,

referente ao ano de 2006. Conforme dados comparativos analisados, a empresa Expressão Gráfica apresentou o menor valor em relação às demais gráficas, com semelhante qualidade editorial. Todos os presentes se manifestaram a favor da Expressão Gráfica, bem como alguns sócios se comprometeram a proporcionar ajuda financeira para viabilizar a imediata impressão da revista. Em seguida, o sócio Pedro Sisnando Leite manifestou seu entendimento de que o Instituto do Ceará passa por uma fase de muitas realizações importantes no cumprimento de suas funções culturais e científicas. Fez comentários também quanto ao Plano Editorial Thomaz Pompeu Sobrinho sobre a história do Ceará, referente ao qual o presidente esclareceu que, de acordo com as possibilidades dos autores e recursos, será executado progressivamente. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, lavrei para a memória a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 21 de maio de 2007

Aos vinte e um dias do mês de maio de 2007, o Instituto do Ceará reuniu-se em sessão ordinária, sob a presidência do Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Compareceram os sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Caio Lóssio Botelho, João Alfredo de Souza Montenegro, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, José Augusto Bezerra, Ednilo Gomes Soarez, o sócio benemérito Vicente Alencar e muitos convidados. O presidente abriu a sessão dizendo dos seus objetivos e deu a palavra ao palestrante do dia que foi o sócio Caio Lóssio Botelho. Os temas abordados pelo professor Caio Lóssio Botelho foram “Característica e Diferenciação da Zona Equatorial e da Zona Tropical”, tendo em vista situar o posicionamento geográfico do Estado do Ceará. Inicialmente o palestrante discorreu sobre a órbita terrestre e eclíptica terrestre, fazendo uso de mapas e gráficos projetados eletronicamente para melhor ilustração de sua exposição. Explicou que as zonas tropicais Norte –Câncer- e Sul-Capricórnio- localizam-se a 23° 26’38 de latitude Norte e Sul. Detalhou a seguir as características da Zona Equatorial, quais sejam todas as partes da terra recebem de forma equilibrada a mesma quantidade de calor e luz, os raios incidem perfeitamente perpendiculares, isto é, em 0° de inclinação. A área tem 2 máximos de chuvas, 1º equinócio (23 de setembro) e 2º equinócio (21 de março). Quanto a Zona Tropical, o palestrante demonstrou que se trata de uma zona do planeta onde a temperatura média anual é igual ou menos do que a amplitude média diária e que o mês mais frio do ano fica abaixo de 18° C. Utilizando um mapa do Planisfério Terrestre, o Professor Caio Lóssio mostrou que o Estado do Ceará está situado dentro da zona equatorial, com grande parte do seu território no semi-árido e afetado por fenômenos meteorológicos próprios das regiões intertropicais. Sua palestra despertou grande interesse dos presentes e ao final de suas considerações, alguns sócios se manifestavam sobre o assunto. Vale registrar os comentários do sócio Pedro Sisnando Leite, que

formulou parabéns ao conferencista pela contribuição que ofereceu para um melhor entendimento da situação geográfica e climática do Ceará, geralmente tratado com se fosse uma região tropical. Um dos convidados para a reunião, professor Edmilson Alves Maia, do Curso de História da Universidade Federal do Ceará, também fez elogios aos conhecimentos do professor Caio Lóssio Botelho. Em seguida, o presidente parabenizou o palestrante, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, 2º. secretário, lavrei para a memória a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 20 de junho de 2007

Aos vinte dias do mês de junho de 2007, às 15h 30 min., o Instituto do Ceará reuniu-se em sessão ordinária, sob a presidência do Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Compareceram os sócios Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, José Filomeno de Moraes Filho, o sócio benemérito Vicente Alencar, convidados e amigos do Instituto. O presidente abriu a sessão dizendo dos seus objetivos, mencionando elementos do currículo do convidado e dando a palavra ao palestrante do dia, que foi o Dr. Hypérides Pereira Macedo. O tema tratado pelo ex-secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará foi: a “Água no Semi-árido do Nordeste Brasileiro”. Usando recursos computacionais, gráficos e mapas, o conferencista falou inicialmente dos aspectos do diagnóstico básico do Nordeste quanto às suas características semi-áridas, tropical-equatorial e da geografia cristalina da Região. Passou em seguida a explicar o regime pluviométrico marcado por concentração no tempo e no espaço, com secas periódicas. Mencionou que um dos fenômenos do clima do Ceará é a alta taxa de evaporação com valor equivalente a três vezes a média de chuvas que ocorrem no Estado. Os rios no Ceará não são perenes e não há reserva de água de qualidade no subsolo do semi-árido. Abordou em detalhes os aspectos tecnológicos dos problemas das regiões com limitação de recursos hídricos. Falou do programa de construção de açudes nos últimos anos, constituído de unidades de média dimensão para distribuir as reservas territorialmente e unidades maiores com finalidades múltiplas de abastecimento de água e fins produtivos. A partir desses representamentos, é feita a transferência do líquido através de adutoras e interligação de bacias. Explicou e mostrou com mapas o traçado, objetivos e extensão do grande Canal da Integração que sai do açude Castanhão, passa por Fortaleza e termina na área do porto do Pecém. Terminou sua palestra comentando sobre tecnologias de conservação de áreas degradadas do semi-árido cearense, utilizando muralhas com cortinas horizontais de pedras toscas. No final, o palestrante foi muito aplaudido, com alguns presentes fazendo comentários sobre os assuntos

tratados. Em seguida, o presidente parabenizou o conferencista, agradecendo a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, 2º. secretário, lavro para a memória a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 6 de agosto de 2007

Aos seis do mês de agosto de 2007, o Instituto do Ceará reuniu-se em sessão ordinária, sob a presidência do Dr. Manuel Eduardo Campos. Compareceram, ainda, os sócios Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, José Liberal de Castro, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Aroldo Mota, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho, Francisco Ésio de Sousa, José Augusto Bezerra, e Ednilo Gomes Soárez. Estiveram presentes, ainda, convidados e amigos do Instituto. Iniciando os trabalhos, o presidente faz alguns comentários sobre o andamento da execução do projeto do memorial do Barão de Studart e alguns elogios e referências ao currículo do sócio palestrante, que foi o professor Gisafran Nazareno Mota Jucá. O tema da conferência versou sobre o Seminário da Prainha-Arquidiocese de Fortaleza. Como introdução ao assunto, o professor Gisafran fez interessantes comentários sobre sua vida acadêmica e os estudos para a obtenção do mestrado e do doutorado em recursos humanos e história urbana, bem como os temas de suas pesquisas acadêmicas. Para fundamentar seus estudos sobre o Seminário, além de documentação existente na biblioteca e arquivos locais, viajou para o Rio de Janeiro em busca de fontes adicionais e realizou 50 entrevistas com egressos do Seminário. Com riqueza de detalhes, historiou o surgimento do Seminário desde o ano de 1864, numa época que foi marcada pela presença francesa no Estado do Ceará. Na segunda metade do século XIX, relatou o conferencista, era grande o progresso de Fortaleza, mas a Igreja se opunha a essa onda de modernização. No entanto, a memória coletiva reconhecia a excelência do Seminário e a grande competência da maioria de seus padres lazaristas. Mais de 15 mil estudantes passaram por essa veneranda instituição, valendo destacar personalidades como Capistrano de Abreu, Austregésilo de Ataíde e outros. O palestrante revelou que ingressou no Seminário com 11 anos de idade como interno e saiu em 1966, com 17 anos. Disse ainda que sua vocação surgisse nos lábios de sua mãe, que dizia ao Monsenhor Camurça “este será o meu padre”. Falando de sua vida no Seminário, mesmo havendo sofrido muito com o internamento, reconhece que a solidariedade entre os colegas foi uma experiência compensadora. Destacou que os professores incutiam nos seminaristas o hábito da leitura e que grande parte dos estudantes deixava o seminário por causa do celibato. Ao final da palestra, participaram das discussões os seguintes sócios: Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Murilo de Carvalho Martins, Francisco Fernando Câmara e Ednilo Gomes de Soárez. Em seguida,

o presidente revelou fatos importantes de sua vida em relação ao Seminário da Prainha e do confrade Gisafran Nazareno Mota Jucá. Agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, eu, Pedro Sisnando Leite, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Ata da sessão do dia 5 de setembro de 2007

Aos cinco dias do mês de setembro de 2007, às 15h, reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em sessão ordinária, sob a presidência da sócia Valdelice Carneiro Girão, Secretária-Geral, como determina os Estatutos da Instituição, na ausência do Presidente efetivo e do Vice-Presidente, respectivamente Manuel Eduardo Pinheiro Campos (presentemente hospitalizado) e Aroldo Mota. Estiveram presentes os sócios efetivos Zélia Sá Viana Camurça, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Câmara, Paulo Ayrton Araújo, João Alfredo de Sousa Montenegro, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho, Francisco Êsio de Sousa e convidados. A professora Valdelice Carneiro Girão comunicou aos presentes as razões porque estava presidindo esta sessão e que a mesma, por não ter conferencista convidado, será dedicada a assuntos gerais, principalmente a apreciação e aprovação de várias atas. Em seguida solicitou ao 2º. Secretário Pedro Sisnando Leite que submetesse o assunto aos presentes. Por se tratar de muitas atas, foi esclarecido que a maioria delas já tinha sido apreciada pela Secretária-Geral e pelo 1º. Secretário, bem como por alguns sócios. Mesmo assim fez um resumo do conteúdo das referidas atas e a leitura das duas últimas que ainda não haviam sido lidas nem apreciadas. Submetidas à votação, pela Presidente da sessão, foram todas aprovadas por unanimidade, seguindo-se a coleta de assinaturas. As atas aprovadas são pertinentes às seguintes sessões: 5 de março (posse da diretoria); 20 de março (palestra do coronel aviador Francisco Bedê); 9 de abril (palestra do sócio Pedro Sisnando Leite), 20 de abril (palestra do sócio Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos); 07 de maio (assuntos gerais do Instituto); 21 de maio (palestra do sócio Caio Lóssio Botelho); 5 de junho (palestra da professora Miriam Moreira); 20 de junho (palestra do convidado Dr. Hyperides Macedo); 06 de agosto (palestra do sócio Gisafran Nazareno Mota Jucá). Dando prosseguimento a sessão, a Presidenta comunicou e propôs o registro em ata de um voto de pesar pelo falecimento do confrade Marcelo Caracas Linhares, ressaltando os aspectos da personalidade, exemplo de vida dedicada aos serviços do bem público e do seu grande amor ao Instituto. Para falar sobre o infausto acontecimento, usou da palavra o sócio Francisco Fernando Saraiva Câmara que no seu pronunciamento por escrito, destacou dentre as diversas revelações sobre sua admiração e qualificações do falecido, o seguinte: “Sua vida profissional foi das mais brilhantes, funcionário destacado do Banco do Brasil, Secretário de Estado do governo Plácido Castelo, e depois deputado

federal em quatro legislaturas, onde sempre dignificou o mandato popular”. No final de sua primorosa alocução, o orador registrou: “Era esta a figura maravilhosa de Marcelo Linhares que enfrentou resignadamente um longo calvário, emocionando a todos nós, seus parentes, amigos e admiradores”. Para lembrar fatos da vida e da personalidade do falecido, falaram também os sócios Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Êsio de Sousa e Paulo Ayrton Araújo, que também solicitou fosse encaminhado voto de pesar ao confrade General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira e ao General Manuel Theóphilo Gaspar de Oliveira pelo falecimento de seu irmão Pedro Theóphilo Gaspar de Oliveira. A sócia Zélia Sá Viana Camurça teceu comentários sobre o recente lançamento de *Minha vida - Pessoas e Costumes de nossa Geração*, de autoria de Yolanda Gadelha Theóphilo, e destacou entre outros aspectos de sua avaliação da obra: “Ao analisar pessoas e costumes de sua geração, o transferir sua vivência aos leitores é, sem dúvida, a dádiva maior deste livro”. Entre outras considerações, a Prof.^a Zélia Sá V. Camurça afirmou que “o livro no abordar a pesquisa e o cotidiano da família, é uma feliz e inovadora técnica etnográfica de campo utilizada pela já consagrada escritora”. Em seguida o sócio Paulo Ayrton Araújo teceu comentários de elogios sobre a referida obra e solicitou a inserção em ata de um voto de congratulações à autora, voto aprovado por unanimidade. Encerrando a sessão, a Presidenta informou sobre o andamento das obras do Memorial Barão de Studart e de outras ações de recuperação do prédio do Instituto, sugerindo que oportunamente os sócios visitassem essas obras. Agradeceu o comparecimento de todos e encerrou a sessão. Para constar da história do Instituto. Eu, Pedro Sisnando Leite, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Ata da sessão extraordinária do dia 1º. de outubro de 2007

Não havendo às 15 horas número estatutário, às 15 horas e trinta minutos, em segunda convocação, no dia primeiro de outubro de 2007, em sua sede social reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sobre a presidência da Secretária Geral Valdelice Carneiro Girão. Compareceram 21 Sócios Efetivos. A Presidente dos trabalhos iniciou a sessão comunicando que a mesma tem por finalidade a eleição para preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Instituto deixadas com o falecimento do consócio Manuel Eduardo Pinheiro Campos, e da renúncia do Vice-Presidente Aroldo Mota. Iniciados os trabalhos, a Presidente da sessão, depois de escolher os escrutinadores, iniciou a votação. A chamada dos votantes foi feita pela ordem de antiguidade. Votaram por si 21 sócios e por procuração 8 sócios. Conhecido o resultado do pleito a Presidente declarou eleitos para os cargos de Presidente o consócio José Augusto Bezerra com 27 votos e de Vice-Presidente Pedro Sisnando Leite com 28 votos e mandato até 4 de março de 2009 e um voto em

branco. Encerrada a sessão para constar, eu, Paulo Ayrton Araújo, Secretário *ad-hoc*, lavrei a presente ata, que depois de ser lida e aprovada, será assinada, pelos presentes.

Ata da sessão ordinária do dia 22 de outubro de 2007

Aos vinte e dois do mês de outubro de 2007, em sua sede social reuniu-se o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do consócio José Augusto Bezerra. Compareceram os Sócios efetivos: Valdelice Carneiro Girão, Pedro Alberto de Oliveira Silva, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Murilo de Carvalho Martins, Pedro Sisnando Leite, Francisco Edson Cavalcante Pinheiro, Rejane Maria V. Accioly de Carvalho, Dário Moreira de Castro Alves, José Augusto Bezerra, José Filomeno de Moraes Filho e convidados entre eles o Dr. Eduardo Augusto Cortez Campos. O Presidente depois de cumprimentar os presentes passou a palavra ao sócio efetivo Pedro Sisnando Leite que depois da leitura da ata teceu comentário sobre o livro editado em inglês por um grupo de economistas do qual tem sua participação. Em seguida o Presidente comunicou aos presentes a doação feita pelo sócio efetivo Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira de grande parte de sua biblioteca ao Instituto do Ceará, recebendo aplausos de todos. O consócio lembrou também que a biblioteca do Instituto foi acrescida com a doação de 44 livros deixados pelo amigo da Instituição Dr. Gabriel Cavalcante, falecido há poucos meses. Seguiu-se a sessão em homenagem ao Ex-Presidente Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Usaram da palavra os consócios: José Augusto Bezerra, Êsio de Sousa, Murilo Martins, Sisnando Leite, Pedro Alberto de Oliveira Silva, José Filomeno de Moraes, Dário Moreira de Castro Alves além de outros. Eduardo Campos foi exaltado como escritor, jornalista, folclorista, Secretário da Cultura, Diretor da Maternidade Escola Assis Chateaubriand, da qual foi um dos patrocinadores, como membro dos Diários Associados e muito especialmente do trabalho que realizou como Presidente do Instituto do Ceará. Concluindo os depoimentos falou a funcionária do Instituto Profa. Marineide Alves, testemunhando o amor que o homenageado tinha pela Casa do Barão e o desejo de ver seus planos realizados, um grande bem para a Instituição. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar, eu Valdelice Carneiro Girão, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 20 de novembro de 2007

Aos vinte dias do mês de novembro de 2007, às 15h30, em sessão ordinária, sob a presidência do Dr. José Augusto Bezerra, reuniram-se os sócios efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos: José Augusto Bezerra, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Oswaldo Evandro Carneiro Martins, Miguel Ângelo de Azevedo, Pedro Sisnando Leite; Aroldo Mota, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, Pedro Alberto de Oliveira Silva e Valdelice Carneiro Girão. A sessão foi aberta pelo Presidente comunicando que nela seria realizada a eleição de dois membros da nova diretoria. Foram indicados os nomes dos sócios efetivos Dr. Ednilo Soares e Dra. Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho para preencher respectivamente os cargos de 2º tesoureiro, e 2º secretário da Instituição. A eleição foi feita por aclamação, com aprovação unânime dos presentes, sendo os eleitos imediatamente empossados em suas respectivas funções. Encerrada a primeira parte da sessão, o presidente José Augusto Bezerra ressaltou a importância da presença de todos os consócios na solenidade de inauguração do Memorial Barão de Studart a realizar-se no dia 23 de novembro do ano em curso, às 19 horas, ocasião em que serão homenageados, o nosso saudoso ex-presidente Manuel Eduardo Campos, que empenhou toda sua energia e capacidade para tornar realidade o sonho desta grande obra, e o industrial Ivens Dias Branco que a financiou, demonstrando sua compreensão da função social do empresariado de participar da tarefa de preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade em que vive. A segunda parte da sessão foi reservada à celebração do centenário de um dos mais importantes intelectuais cearenses, Dr. Djacir Menezes, que integrou o quadro de sócios efetivos do Instituto do Ceará de 1933 até a data de seu falecimento em 1997. A palavra foi a seguir concedida ao sócio efetivo, Dr. João Alfredo Montenegro, historiador emérito, que proferiu conferência intitulada “O Pensamento de Djacir Menezes”. (texto a ser publicado na íntegra no próximo número da Revista do Instituto do Ceará) O orador destacou dados da biografia do homenageado, que nasceu em Maranguape em 1907, graduou-se bacharel em Direito na Universidade do Rio de Janeiro em 1931, e dois anos depois obteve na Faculdade de Direito do Ceará o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, defendendo com brilhantismo a tese “Kant e a Idéia do Direito”. Foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará em 1933, que três décadas depois foi encampada pela Universidade Federal do Ceará. Sua vida foi dedicada ao magistério e a produção acadêmica atividades que desenvolveu no Ceará e posteriormente no Rio de Janeiro. Sua vasta obra, que o consagrou nacional e internacionalmente se estende por vários ramos das Ciências Humanas, incluindo a Filosofia do Direito, Epistemologia do Conhecimento Social, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e História. Djacir Menezes inclui-se entre os grandes pensadores cearenses e brasileiros, como destacado nas palavras do conferencista: *Ele jamais ficou indiferente às crises, às conjunturas trepidantes da sociedade brasileira, às grandes questões do seu tempo.* O foco principal da conferência proferida foi sobre o pensamento filosófico de Djacir Menezes, com destaque para sua filiação inicial à postura cientificista de Soriano Albuquerque, acompanhando a evolução de seu pensamento de posições positivistas, para a *formação*

de uma dialética que corrige o economicismo, a reificação, potenciando as virtualidades do mundo da cultura, numa atitude de abertura ao diálogo, promovendo o pluralismo das idéias. Entre suas principais obras no âmbito da filosofia e do direito foram mencionadas: *Introdução ao Estudo do Direito, Direito e Força, Tratado de Filosofia do Direito*. Após o encerramento da brilhante conferência, que recebeu muitos aplausos, a palavra foi concedida ao vice-presidente do Instituto, Dr. Pedro Sisnando, que fez a leitura de um manuscrito inconcluso do nosso saudoso ex-presidente Manuel Eduardo Campos, em saudação que pretendia proferir quando das comemorações do centenário de Djacir Menezes. A platéia acompanhou com emoção as palavras que materializam o espírito e verve cativante do nosso Manoelito Eduardo, que, em um tom intimista, ressalta aspectos da personalidade vigorosa de Djacir de Menezes: *Vejo-o como se vivo fosse e na verdade vivo prospera nos livros, nas lições que nos legou, alto, encorpado, de andar pesado, mas firme. Vejo-o alegre e comunicativo, mas sóbrio em suas avaliações e julgamento de seus pares*. A palavra foi então concedida pelo presidente da sessão, Dr. José Augusto Bezerra aos consócios presentes que desejassem fazer comentários ou outras intervenções pertinentes ao tema da conferência. O consócio Pedro Alberto de Oliveira Silva lembrou que a idéia de integrar Djacir Menezes ao quadro de sócios efetivos do Instituto do Ceará partiu do então presidente da Instituição, Dr. Carlos Studart, motivado pelo reconhecimento dos seus méritos intelectuais revelados em um artigo publicado no ano de 1957 sobre o Instituto do Ceará. Informou ainda que a biblioteca de Djacir Menezes encontra-se atualmente incorporada ao acervo da Universidade Estadual do Ceará. O consócio Evandro Carneiro deu um depoimento sobre sua experiência como aluno do professor Djacir Menezes no Colégio Militar de Fortaleza. A consócia Valdelice de Carneiro Girão mencionou um episódio revelador do desconhecimento dos vultos da história cearense: ao ser indagado a um aluno da Escola Djacir Menezes quem fora aquele que dava nome à instituição em que estudava, disse que “deve ser um desses políticos daqui.” A sócia Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho lembrou a relevância da obra de Djacir Menezes intitulada *O Outro Nordeste: formação do Nordeste pastoril*, 1ª edição publicada em 1937 pela editora Olympo, que relevou-se uma outra face da Região distinta da apresentada na obra clássica de Gylberto Freire, *Casa Grande e Senzala*. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, ocasião em que agradeceu o comparecimento dos sócios e convidados, lamentando a ausência de familiares do homenageado, Dr. Djacir Menezes. Sem mais nada a registrar, eu Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, 2ª Secretária, lavrei a presente ata.

Ata da sessão do dia 5 de dezembro de 2007

Os sócios efetivos do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) sob a presidência do Dr. José Augusto Bezerra reuniram-se no dia

5 de dezembro de 2007, às 15 horas, para uma sessão extraordinária eleitoral. Estiveram presentes os seguintes sócios efetivos do Instituto: José Augusto Bezerra, Pedro Alberto de Oliveira, Francisco Fernando Saraiva Câmara, Caio Lóssio Botelho, Paulo Ayrton Araujo, Miguel Ângelo de Azevedo, João Alfredo de Sousa Montenegro, José Murilo de Carvalho Martins, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos, Valdelice Carneiro Girão, Pedro Sisnando Leite, Eduardo Dihatay Bezerra de Menezes, Francisco Êsio de Souza e Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho. O presidente informou que o objetivo da reunião era eleger o novo sócio efetivo para preencher a vaga deixada pelo saudoso consócio Marcelo Caracas Linhares. Foi apresentada uma única candidata pelos consócios Paulo Ayrton Araújo, Valdelice Carneiro Girão e Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, a professora Dra. Clélia Lustosa da Costa, que recebeu parecer favorável da Comissão de Verificação de Merecimento do Instituto. O presidente do Instituto, José Augusto Bezerra, passou a condução dos trabalhos à 1ª secretária geral Valdelice Girão, que convocou os consócios Pedro Alberto de Oliveira, e Miguel Ângelo de Azevedo para atuar como escrutinadores. Rubricadas as cédulas pela secretária geral, Valdelice Carneiro Girão, teve início o processo de votação, com a chamada nominal de todos os sócios efetivos presentes e ausentes. Votaram 14 sócios efetivos presentes na sessão e 15 dos sócios ausentes através da apresentação de procurações concedidas a seus representantes. Terminada a votação procedeu-se a apuração dos votos, sendo o resultado imediatamente anunciado pelo presidente da mesa eleitoral. A candidata Profa. Clélia Lustosa da Costa obteve 28 votos, havendo um voto em branco. A presidência da mesa foi reassumida pelo Dr. José Augusto Bezerra que proclamou eleita a candidata Profa. Dra. Clélia Lustosa da Costa que será comunicada do resultado eleitoral e deverá se pronunciar oficialmente aceitando sua inclusão no quadro de sócios efetivos do Instituto do Ceará. Em seguida, Presidente retomou a palavra reportando-se às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto do Ceará que não dispõe de verbas orçamentárias fixas para arcar com as despesas de sua manutenção. Mencionou as iniciativas que estão sendo tomadas pela presidência, por membros da diretoria, consócios e amigos do Instituto para buscar fontes de financiamento, públicas e privadas que permitam a preservação do patrimônio físico e cultural do Instituto, o custeio de suas atividades funcionais, e a continuidade da produção intelectual sobre temas relevantes à compreensão da História do Ceará que tem marcado a trajetória do Instituto desde sua fundação em 1887. Vários consócios presentes se pronunciaram sobre a importância do Instituto do Ceará no cenário cultural cearense, fato que justifica plenamente que o mesmo seja incluído de forma permanente nos orçamentos das Secretarias de Cultura do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza. A consócia Valdelice Carneiro Girão destacou o empenho do presidente José Augusto Bezerra em viabilizar a inauguração do Memorial Barão de Studart em uma situação de transição inesperada e dolorosa que exigia firmeza e dedicação no encaminhamento de soluções para os problemas mais urgentes de ordem financeira e burocrática da instituição. O consócio Pedro Sisnando

Leite comunicou aos presentes o lançamento de um de seus livros, intitulado *Novo Enfoque Econômico do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais*, no site da internet “Conteúdos Virtuais”. Agradecendo a presença de todos, o Presidente encerrou a sessão e eu, Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, 2ª secretária, lavrei para a memória, a presente ata.

***SÓCIOS FUNDADORES,
PRESIDENTES E
SÓCIOS EFETIVOS***

Sócios Fundadores

Guilherme Studart (Barão de Studart)
Paulino Nogueira Borges da Fonseca
Antônio Bezerra de Menezes
Joakim de Oliveira Catunda
João Batista Perdigão de Oliveira
Júlio César da Fonseca Filho
Pe. João Augusto da Frota
Antônio Augusto de Vasconcelos
José Sombra (Sênior)
Virgílio Brígido
Virgílio Augusto de Moraes
Juvenal Galeno da Costa e Silva

Presidentes

PAULINO NOGUEIRA BORGES DA FONSECA	4.3.1887	a	15.6.1908
THOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL	15.8.1908	a	6.4.1929
GUILHERME STUDART (BARÃO DE STUDART)	6.4.1929	a	25.9.1938
THOMAZ POMPEU SOBRINHO	25.9.1938	a	9.11.1967
RAIMUNDO RENATO DE ALMEIDA BRAGA	9.11.1967	a	20.3.1968
CARLOS STUDART FILHO	20.3.1968	a	6.4.1982
MOZART SORIANO ADERALDO	6.4.1982	a	4.3.1983
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1983	a	4.3.1985
ANTÔNIO MARTINS FILHO	4.3.1985	a	6.3.1989
MOZART SORIANO ADERALDO	6.3.1989	a	4.3.1991
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.1991	a	4.3.1995
TÁCITO THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	4.3.1995	a	4.3.1997
PAULO AYRTON ARAÚJO	4.3.1997	a	4.3.2001
GERALDO DA SILVA NOBRE	4.3.2001	a	4.3.2003
MANUEL EDUARDO PINHEIRO CAMPOS	4.3.2003	a	19.9.2007
JOSÉ AUGUSTO BEZERRA	19.9.2007	a	4.3.2009

Sócios efetivos, por ordem de antigüidade, desde a fundação do Instituto

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
001 – Paulino Nogueira Borges da Fonseca	27.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	15.06.1908
002 – Barão de Studart (Guilherme Studart)	05.01.1856	04.03.1887	04.03.1887	25.09.1938
003 – Joaquim de Oliveira Catunda	02.12.1834	04.03.1887	04.03.1887	28.07.1907
004 – João Augusto da Frota (Pe.)	24.01.1849	04.03.1887	04.03.1887	02.04.1942
005 – João Batista Perdigão de Oliveira	23.08.1854	04.03.1887	04.03.1887	28.02.1929
006 – Antônio Augusto de Vasconcelos	23.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	10.03.1930
007 – Antônio Bezerra de Menezes	21.02.1841	04.03.1887	04.03.1887	28.08.1921
008 – Júlio César da Fonseca Filho	10.10.1850	04.03.1887	04.03.1887	21.04.1931
009 – Juvenal Galeno da Costa e Silva	27.10.1836	04.03.1887	04.03.1887	07.03.1931
010 – José Sombra	04.12.1852	04.03.1887	04.03.1887	16.03.1888
011 – Virgílio Brígido	24.04.1854	04.03.1887	04.03.1887	20.10.1920
012 – Virgílio Augusto de Moraes	21.12.1854	04.03.1887	04.03.1887	06.05.1914
013 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	30.06.1852	27.02.1889	12.03.1889	06.04.1929
014 – Manoel Soriano de Albuquerque	08.01.1877	24.12.1912	24.12.1912	05.09.1914
015 – Rodolfo Marcos Teófilo	06.05.1853	24.12.1912	24.12.1912	02.07.1932
016 – Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	06.10.1852	24.12.1912	24.12.1912	29.09.1930
017 – Antônio Teodorico da Costa	12.08.1861	24.12.1912	24.12.1912	04.06.1939
018 – Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	14.09.1873	24.12.1912	24.12.1912	08.01.1953
019 – Álvaro Gurgel de Alencar	10.01.1861	20.09.1915	20.09.1915	02.07.1945
020 – José Lino da Justa	23.09.1863	1915	1915	22.03.1952
021 – Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	26.09.1880	1922	1922	19.04.1967
022 – Carlos Studart Filho	17.06.1896	20.09.1928	27.09.1928	06.04.1982
023 – Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	16.11.1880	20.09.1928	27.09.1928	09.11.1967
024 – Eusébio Néri Alves de Sousa	14.08.1883	20.09.1928	27.09.1928	22.09.1947
025 – José da Cunha Sombra	21.03.1883	25.06.1929	05.07.1929	21.04.1932
026 – Álvaro Bomilcar da Cunha	14.04.1874	05.10.1929	05.11.1929	12.09.1957
027 – Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	07.09.1880	20.04.1930	05.06.1930	20.01.1951
028 – Valdemar Cromwel do Rego Falcão	25.01.1895	20.09.1930	05.11.1930	02.10.1946
029 – José Pedro Soares Bulcão	13.05.1873	05.10.1931	31.10.1931	17.07.1942

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
030 – Antônio Martins de Aguiar e Silva	04.03.1893	05.10.1931	31.10.1931	30.08.1974
031 – Guilherme de Sousa Pinto	13.06.1883	05.10.1931	31.10.1931	14.09.1939
032 – José Carvalho	11.02.1872	05.10.1931	31.10.1931	15.02.1933
033 – Carlos Livino de Carvalho	17.02.1881	05.10.1931	31.10.1931	02.04.1960
034 – Leonardo Ferreira Mota	01.05.1891	05.10.1931	05.01.1932	02.01.1948
035 – Manuel Antônio de Andrade Furtado	28.01.1890	20.07.1932	05.09.1932	16.04.1968
036 – Djacir de Lima Menezes	16.11.1907	20.04.1933	20.05.1933	08.06.1996
037 – Hugo Vitor de Guimarães e Silva	17.11.1898	05.03.1936	14.04.1936	16.11.1950
038 – José Valdo Ribeiro Ramos	04.04.1901	20.02.1936	05.04.1936	04.12.1961
039 – Abner Carneiro de Vasconcelos	09.12.1884	20.03.1936	05.04.1936	03.02.1972
040 – Clodoaldo Pinto	27.10.1896	20.03.1936	05.04.1936	12.07.1979
041 – Alba Valdez (Maria Rodrigues)	12.12.1874	05.02.1936	10.05.1936	04.02.1962
042 – Misael Gomes da Silva (Pe.)	21.09.1885	20.04.1938	05.05.1938	20.08.1984
043 – João Franklin de Alencar Nogueira	27.10.1867	04.06.1941	19.07.1941	02.12.1947
044 – Dolor Uchoa Barreira	13.04.1893	04.06.1941	19.07.1941	30.06.1967
045 – Raimundo Girão	03.10.1900	04.06.1941	19.07.1941	24.07.1988
046 – Plácido Aderaldo Castelo	11.01.1906	04.06.1941	19.07.1941	17.06.1979
047 – Joaquim Alves de Oliveira	10.02.1894	20.11.1942	06.01.1943	08.06.1952
048 – Antônio Martins Filho	22.12.1904	20.11.1942	06.01.1943	20.12.2002
049 – Demócrito Rocha	14.04.1888	20.11.1942	06.01.1943	29.11.1943
050 – Luís Cavalcante Sucupira	11.05.1901	20.11.1942	06.01.1943	11.07.1997
051 – Francisco Dias da Rocha	23.08.1869	04.12.1943	20.03.1944	25.07.1960
052 – Manuel do Nascimento Fernandes Távora	21.03.1877	04.12.1943	13.05.1944	23.09.1973
053 – Dom Antônio de Almeida Lustosa	11.02.1886	20.03.1944	29.04.1944	14.08.1974
054 – Raimundo Renato de Almeida Braga	20.12.1905	20.05.1944	31.08.1944	13.06.1968
055 – Carlos Feijó da Costa Ribeiro	05.04.1885	20.01.1948	17.02.1948	10.10.1958
056 – Josa Magalhães	08.01.1896	05.02.1948	17.03.1948	31.10.1983
057 – Francisco Martins (Fran)	13.03.1913	20.03.1948	27.06.1948	29.06.1996
058 – José Bonifácio de Sousa	01.11.1901	05.06.1950	20.09.1950	17.04.1970
059 – Florival Alves Seraine	19.04.1910	05.06.1950	21.10.1950	04.01.1999
060 – Mozart Soriano Aderaldo	22.04.1917	05.06.1950	27.10.1950	25.06.1995
061 – Boanerges Facó	30.09.1882	05.06.1950	17.01.1951	04.08.1970
062 – Francisco Alves de Andrade e Castro	21.11.1913	20.12.1950	30.03.1951	06.10.2001
063 – José Guimarães Duque	21.09.1903	20.04.1953	30.09.1953	12.05.1978
064 – Manuel Albano Amora	19.10.1915	04.06.1955	25.08.1955	02.06.1991

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
065 – Hugo Catunda Fontenele	10.08.1899	04.06.1955	25.08.1955	07.03.1980
066 – Luís Teixeira Barros	26.01.1920	04.06.1955	25.08.1955	07.04.2000
067 – José Sobreira de Amorim	14.05.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.03.1974
068 – José Denizard Macedo de Alcântara	01.09.1921	04.06.1955	25.08.1955	12.11.1983
069 – Ismael de Andrade Pordeus	25.12.1912	04.06.1955	25.08.1955	06.09.1964
070 – Paulo Bonavides	20.05.1925	04.06.1955	25.08.1955	–
071 – João Batista Saraiva Leão	25.12.1895	04.06.1955	25.08.1955	30.12.1977
072 – José Aurélio Saraiva Câmara	20.06.1921	04.06.1955	25.08.1955	09.04.1974
073 – Joaquim Braga Montenegro	28.02.1907	04.06.1955	25.08.1955	20.11.1979
074 – Manuel Eduardo Pinheiro Campos	11.01.1923	20.08.1956	16.11.1956	19.09.2007
075 – Valderi Magalhães Uchoa	16.08.1917	20.10.1956	20.03.1957	21.10.1964
076 – Antônio Filgueiras Lima	21.05.1909	20.12.1956	23.04.1957	28.09.1965
077 – João Hipólito Campos de Oliveira	05.05.1917	04.04.1957	20.08.1957	04.09.1994
078 – José Parsifal Barroso	05.07.1913	20.10.1966	04.12.1967	26.04.1986
079 – Zélia Sá Viana Camurça	16.12.1924	04.09.1967	09.04.1968	–
080 – Oswaldo de Oliveira Riedel	20.07.1913	20.06.1968	04.11.1969	21.01.1989
081 – Antônio Gomes de Freitas	23.03.1904	21.10.1968	04.11.1969	15.07.1976
082 – Geraldo da Silva Nobre	31.08.1924	21.10.1968	28.11.1969	26.06.2005
083 – Raimundo Teles Pinheiro	20.03.1908	21.01.1974	04.07.1974	13.11.1987
084 – Virgílio de Moraes Fernandes Távora	29.09.1919	21.01.1974	04.07.1974	03.06.1988
085 – Guarino Alves de Oliveira	02.05.1921	21.01.1974	04.07.1974	28.10.1999
086 – Raimundo Aristides Ribeiro	12.03.1912	21.01.1974	04.07.1974	11.09.2003
087 – José Oswaldo de Araújo	17.03.1894	20.09.1974	04.12.1974	02.09.1975
088 – Pedro Alberto de Oliveira Silva	24.07.1937	20.09.1974	04.12.1974	–
089 – Vinicius Antonius Holanda de Barros Leal	16.10.1922	20.09.1974	04.12.1974	–
090 – Melquiades Pinto Paiva	06.03.1930	20.09.1974	04.12.1974	–
091 – Francisco Fernando Saraiva Câmara	24.08.1930	05.05.1975	17.10.1975	–
092 – Hélio de Sousa Melo	19.12.1921	05.05.1975	17.10.1975	28.11.2001
093 – Francisco de Assis Arruda Furtado	10.05.1923	21.07.1975	17.10.1975	–
094 – José Teixeira de Freitas	09.05.1918	21.07.1975	17.10.1975	08.07.1994
095 – José Caminha Alencar Araripe	01.05.1921	20.12.1976	26.04.1977	–
096 – Itamar Santiago Espindola	14.09.1917	20.12.1976	26.04.1977	13.08.1992
097 – Eduardo de Castro Bezerra Neto	16.12.1934	04.02.1980	22.05.1980	–
098 – Manuel Lima Soares	08.11.1923	20.10.1980	20.02.1981	06.05.1990
099 – Abelardo Fernando Montenegro	30.05.1912	20.10.1980	20.03.1981	–

Nomes	Nascimento	Eleição	Posse	Falecimento
100 – Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	12.01.1914	20.10.1980	23.04.1981	–
101 – Rubens de Azevedo	30.10.1921	22.06.1981	04.09.1981	–
102 – Antônio Nilson Craveiro Holanda	22.06.1935	04.04.1978	24.02.1982	–
103 – Maria da Conceição Sousa	21.09.1913	21.06.1982	20.08.1982	09.02.1991
104 – Caio Lóssio Botelho	19.04.1933	06.02.1984	04.04.1984	–
105 – Cláudio Martins	10.05.1910	06.02.1984	23.04.1984	17.06.1995
106 – Carlos Mauro Cabral Benevides	21.03.1930	05.11.1984	23.08.1985	–
107 – Paulo Ayrton Araújo	05.01.1925	20.06.1986	20.08.1986	–
108 – Joaryvar Macedo	20.05.1937	20.01.1988	22.02.1988	29.01.1991
109 – Vládir Pontes Menezes	12.07.1934	04.08.1988	30.08.1988	–
110 – Valdelice Carneiro Girão	21.02.1926	20.09.1988	04.11.1988	–
111 – José Borges de Sales	10.02.1911	21.08.1989	20.12.1989	12.05.2006
112 – Paulo Elpidio de Menezes Neto	13.01.1936	05.09.1990	20.11.1990	–
113 – José Liberal de Castro	21.05.1926	22.04.1991	22.07.1991	–
114 – João Alfredo de Sousa Montenegro	15.12.1930	06.05.1991	20.06.1991	–
115 – Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)	15.05.1934	05.09.1991	21.10.1991	–
116 – Francisco Sadoc Araújo	17.12.1931	05.04.1993	17.07.1993	–
117 – Marcelo Caracas Linhares	15.03.1924	07.11.1994	05.12.1994	14.08.2007
118 – Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	28.04.1935	20.12.1994	20.02.1995	–
119 – José Cláudio de Oliveira	24.05.1926	20.09.1995	25.10.1995	–
120 – Oswaldo Evandro Carneiro Martins	17.08.1927	20.09.1995	17.11.1995	–
121 – José Murilo de Carvalho Martins	31.03.1929	06.01.1997	27.06.1997	–
122 – Pedro Sisnando Leite	13.05.1933	05.06.1997	23.10.1997	–
123 – José Aroldo Cavalcanti Mota	27.01.1933	22.09.1997	13.11.1997	–
124 – Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	30.01.1923	05.04.1999	21.06.1999	–
125 – Gisafran Nazareno Mota Jucá	20.09.1948	05.01.2000	24.04.2000	–
126 – Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos	20.06.1934	10.08.2000	25.10.2000	–
127 – Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho	23.08.1944	05.04.2002	05.06.2002	–
128 – Francisco Êsio de Souza	24.09.1935	22.04.2002	25.07.2002	–
129 – Dário Moreira de Castro Alves	14.12.1927	17.03.2004	17.08.2004	–
130 – José Augusto Bezerra	12.06.1948	20.06.2005	05.08.2005	–
131 – José Filomeno Moraes Filho	20.11.1952	05.10.2005	25.11.2005	–
132 – Ednilo Gomes de Soárez	03.08.1939	05.10.2006	22.11.2006	–

(Colaboração de Silvia Teophilo Figueiredo de Negreiros, Paulo Ayrton Araújo e Aluisio Bezerra)

Relação atualizada dos Sócios Efetivos com os respectivos endereços - 2007

- | | |
|---|--|
| 01. PAULO BONAVIDES
Av. Curió, 2810 – Casa 281 – Lagoa Redonda (85) 3476.8262
60831-370 – Fortaleza, CE | 11. ABELARDO FERNANDO MONTENEGRO
Rua Donatila Carvalho, 39..... (85) 3223.0916
60325-100 – Fortaleza, CE |
| 02. ZÉLIA SÁ VIANA CAMURÇA
Rua Sena Madureira, 907..... (85) 3219.2525
60055-080 – Caixa Postal 12.146 (85) 3219.2101
60021-970 – Fortaleza, CE | 12. TÁCITO THEOPHILO GASPAS DE OLIVEIRA
Rua Beni Carvalho, 120..... (85) 3224.9347
60135-400 – Fortaleza, CE |
| 03. PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Rua José Carlos Gurgel Nogueira, 164..... (85) 3234.1417
60175-830 – Fortaleza, CE | 13. RUBENS DE AZEVEDO
Rua Marcondes Pereira, 634 – Ap. 502 (85) 3257.8389
60130-060 – Fortaleza, CE |
| 04. VINICIUS ANTONIUS HOLANDA DE BARROS LEAL
Rua Marcos Macedo, 901 (85) 3224.1635
60170-020 – Fortaleza, CE | 14. CAIO LÓSSIO BOTELHO
Rua Oto de Alencar, 36 (85) 3238.0859
60010-270 – Fortaleza, CE |
| 05. MELQUÍADES PINTO PAIVA
Rua Coronel Linhares, 777- Ap. 1202 (85) 3224.1385
60170-241 – Fortaleza, CE
Rua Baronesa de Poconé, 71 - Ap. 701..... (21) 2538.2498
22471-270 - Rio de Janeiro, RJ | 15. CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES
SHIS – QI 05 – Conj. 17 – Casa 8 – Lago Sul..... (61) 248.6830
71165-170 – Brasília, DF |
| 06. FRANCISCO FERNANDO SARAIVA CÂMARA
Rua João Cordeiro, 2554..... (85) 3226.2532
60110-301 – Fortaleza, CE | 16. PAULO AYRTON ARAÚJO
Rua José Vilar, 2350 – Ap.1000 (85) 3224.0004
60125-001 – Fortaleza, CE |
| 07. FRANCISCO DE ASSIS ARRUDA FURTADO
Rua Henriqueta Galeno, 225 - Ap. 700..... (85) 3244.7817
60190-140 – Fortaleza, CE | 17. VLADIR PONTES MENEZES
Rua Barão do Rio Branco, 1594 (85) 3231.6152
60025-061 – Fortaleza, CE |
| 08. JOSÉ CAMINHA ALENCAR ARARIPE
Rua José Vilar, 2343 – Ap.701 (85) 3242.1285
60125-001 – Fortaleza, CE | 18. VALDELICE CARNEIRO GIRÃO
Rua Marcos Macêdo, 140 - Ap.503 (85) 3244.4063
60150-190 – Fortaleza, CE |
| 09. ANTÔNIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA
SHIS - QL 14 – Conj. 06 – Casa 17 (61) 248.3373
70640-065 – Brasília, DF | 19. PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO
Rua Bartolomeu Mitre, 335 – Ap.401
22431-000 – Rio de Janeiro, RJ
Rua Silva Jatahy, 355 - Ap. 502 (85) 3248.4666
60165-070 – FORTALEZA, CE |
| 10. EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO
Rua José Moacir Ribeiro, 1055..... (85) 3273.5897
60834-623 – Fortaleza, CE | 20. JOÃO ALFREDO DE SOUSA MONTENEGRO
Rua Monsenhor Bruno, 600 – Ap. 101 (85) 3264.4822
60115-190 – Fortaleza, CE |
| | 21. JOSÉ LIBERAL DE CASTRO
Rua Gervásio de Castro, 50 (85) 3223.5142
60015-310 – Fortaleza, CE |

22. MIGUEL ÂNGELO DE AZEVEDO (NIREZ)
Rua Prof. João Bosco, 560 (85) 3281.6949
60430-690 – Fortaleza, CE
23. FRANCISCO SADOC DE ARAÚJO
Av. da Ressurreição, 926 (88) 3613.1448
62020-540 – Sobral, CE
24. EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES
Rua Dr. Márlío Fernandes, 140 (85) 3261.7968
60810-025 – Fortaleza, CE
25. JOSÉ CLÁUDIO DE OLIVEIRA
Rua Prof. Dias da Rocha, 2350 (85) 3227.5500
60170-311 – Fortaleza, CE
26. OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS
Rua Xavier de Castro, 40 (85) 3219.4468
60060-330 – Fortaleza, CE
27. JOSÉ MURILO DE CARVALHO MARTINS
Av. Beira Mar, 3660 – Ap. 401 (85) 3263.3311
60165-121 – Fortaleza, CE
28. PEDRO SISNANDO LEITE
Rua Dr. Zamenhof, 400 - Ap 1301 (85) 3262.3328
60176-060 – Fortaleza, CE
29. AROLDO CAVALCANTI MOTA
Rua Vicente Leite, 550 - Ap.501 (85) 3242.7900
60170-150 – Fortaleza, CE
30. FRANCISCO EDSON CAVALCANTE PINHEIRO
Rua Eduardo Garcia, 505 – Ap. 202 (85) 3242.0388
60150-100 – Fortaleza, CE
31. GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ
Rua Fiscal Vieira, 3800 – Bloco B - Ap. 201 (85) 3272.3469
60120-170 – Fortaleza, CE
32. RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS
Rua Carlos Barbosa, 463 – Ap. 701 (85) 3249.4365
60175-355 – Fortaleza, CE
33. REJANE VASCONCELOS ACCIOLY DE CARVALHO
Rua Fausto Cabral, 861 (85) 3234.5093
60155-410 – Fortaleza, CE (85) 3262.1756

34. FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA
Rua Henriqueta Galeno, 714 – Ap. 702 (85) 3261.6745
60135-420 – Fortaleza, CE
35. DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES (85) 3248.1880
Rua Silva Jatahy, 54 – Ap. 700
60165-070 – Fortaleza, CE
36. JOSÉ AUGUSTO BEZZERRA (85) 3264.0933
Av. Rui Barbosa, 748 - Ap. 800
60115-220 – Fortaleza, CE
37. JOSÉ FILOMENO MORAES FILHO (85) 3261.6508
Rua Monsenhor Catão, 1442 - Ap. 1003
60175-000 – Fortaleza, CE
38. EDNILO GOMES DE SOÁREZ (85) 3265.3966
Av. Beira Mar, 4777 - Ap.1500
60165-125 – Fortaleza-CE

ÍNDICE

Ao Leitor5

ARTIGOS

Senado do Império: o senador Alencar e o Ceará
Melquíades Pinto Paiva 9

Glória e tragédia de Delmiro Gouveia. 90 anos da morte do
pioneiro de Paulo Afonso
J. C. Alencar Araripe 27

O tombamento da Estação Ferroviária do Crato
José Liberal de Castro 41

Gênese do imaginário social dos sertões: entre história e ficção
Eduardo Diatary B. de Menezes 69

“Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza”: um velho tema
numa nova opção metodológica
Gisafran Nazareno Mota Jucá 107

Nordeste: a moldagem ideológica da questão regional
Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho 125

Captão-mor José de Xerez Furna Uchoa. O homem de seu
tempo (1722 - 1797)
Francisco Ésio de Souza 147

Os Índios Cariri e sua resistência à conquista “branca”: uma leitura a
partir dos relatos da época colonial
Francisco Adegildo Férrer 185

José Gentil Alves de Carvalho e o Banco Frota Gentil
Carlos Negreiros Viana 201

EFEMÉRIDES

Datas e Fatos para a História do Ceará
Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) 211

DISCURSOS

Breve notícia sobre o ensino público no Ceará (Brasil) <i>Melquíades Pinto Paiva</i>	233
A palavra – na história, na geografia e na antropologia <i>José Augusto Bezerra</i>	241

HOMENAGEM PÓSTUMA**Marcelo Caracas Linhares (1924 - 2007)**

Discurso proferido pelo deputado Mauro Benevides <i>Mauro Benevides</i>	249
Elegante e educado <i>Eduardo Campos</i>	251
Marcelo Caracas Linhares na Revista do Instituto do Ceará <i>Pedro Alberto de Oliveira Silva</i>	252

Manuel Eduardo Pinheiro Campos (1923 - 2007)

Uma vida e muitas lutas	255
Viagem definitiva <i>Eleuda de Carvalho</i>	259
Um homem em três dimensões <i>Ricardo Guilherme</i>	261
Um gigante de voz retumbante <i>Oswald Barroso</i>	262
Manuel Eduardo Pinheiro Campos na Revista do Instituto do Ceará <i>Pedro Alberto de Oliveira Silva</i>	265

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE DJACIR DE LIMA**MENEZES (1907-2007)**

Discurso proferido pelo professor Vládir Menezes <i>Vládir Menezes</i>	271
O pensamento de Djacir Menezes <i>João Alfredo Montenegro</i>	277

NOTAS E TRANSCRIÇÕES

O Nordeste Brasileiro se situa na zona equatorial, e não na zona tropical <i>Caio Lóssio Botelho</i>	301
(Necrológio) Aloysio de Alencar Pinto (1911 - 2007) <i>José Liberal de Castro</i>	305

GENEALOGIA

A descendência do tenente-general Vicente Alves da Fonseca <i>Fernando Câmara</i>	309
--	-----

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2007

<i>Valdelice Carneiro Girão</i>	365
---------------------------------------	-----

ATAS DAS SESSÕES DE 2007

Atas das sessões do Instituto do Ceará em 2007	371
--	-----

SÓCIOS FUNDADORES, PRESIDENTES E SÓCIOS EFETIVOS

Sócios Fundadores e Presidentes	391
Sócios efetivos, por ordem de antiguidade, desde a fundação do Instituto	392
Relação atualizada dos sócios efetivos com os respectivos endereços - 2007	396

ÍNDICE	401
---------------------	-----

Revista do Instituto do Ceará 2007

Coordenação
Pedro Alberto de Oliveira Silva

Projeto Gráfico e Editoração
Sandro Vasconcelos

Capa e tratamento da Imagem
Geraldo Jesuino

Foto da Capa
José Liberal de Castro

Revisão
Leonora Vale

Colofão da Gráfica

